UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

MÁRCIO MIRANDA ALVES

A imprensa como fonte de pesquisa e representação em **O tempo e o vento**,
de Erico Verissimo: técnica de narrativa e implicações estéticas

(VERSÃO CORRIGIDA)

São Paulo

2013

MÁRCIO MIRANDA ALVES

A imprensa como fonte de pesquisa e representação em **O tempo e o vento**,
de Erico Verissimo: técnica de narrativa e implicações estéticas

(VERSÃO CORRIGIDA)

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas para obtenção do
título de doutor em Teoria Literária e
Literatura Comparada
Área de concentração:
Teoria Literária e Literatura Comparada
Orientadora: Prof. Dra. Sandra Margarida
Nitrini

De acordo

São Paulo

2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A474i Alves, Márcio Miranda
 A imprensa como fonte de pesquisa e representação
 em O Tempo e o Vento, de Erico Verissimo: técnica de
 narrativa e implicações estéticas / Márcio Miranda
 Alves ; orientadora Sandra Margarida Nitrini. - São
 Paulo, 2013.
 427 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de Teoria Literária e Literatura
 Comparada. Área de concentração: Teoria Literária e
 Literatura Comparada.

 1. Literatura brasileira. 2. Jornalismo impresso.
 3. História. 4. Literatura comparada. I. Nitrini,
 Sandra Margarida, orient. II. Título.

NOME: ALVES, Márcio Miranda

TÍTULO: A imprensa como fonte de pesquisa e representação em **O tempo e o vento**, de
Erico Verissimo: técnica de narrativa e implicações estéticas

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de doutor
em Teoria Literária e Literatura Comparada

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À Rosângela

AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Ligia Chiappini, da Freie Universität Berlin, que orientou essa pesquisa com apontamentos pontuais e precisos e, mesmo à distância, soube transmitir confiança e tranquilidade durante todo o período de estudos.

À professora Dra. Sandra Margarida Nitrini, que desde o começo acreditou no projeto e mostrou-se prestativa sempre que necessário.

Aos professores Dr. Júlio Pimentel e Dra. Eoná Moro, pelos comentários essenciais e sugestões de bibliografia na qualificação da tese.

Ao Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, em especial ao Luiz de Mattos Alves, sempre atencioso.

Ao Instituto de Estudos Latino-americanos da Freie Universität Berlin, pela oportunidade de compartilhar ótimas experiências acadêmicas.

Ao professor Dr. Alcides Villaça, compreensivo na supervisão do estágio PAE.

À Capes, pela bolsa que permitiu dedicação exclusiva à pesquisa.

Ao Arquivo Histórico Moysés Vellinho, de Porto Alegre.

Ao Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, de Porto Alegre.

Ao jornal *Correio do Povo*.

Aos amigos André Fratini e Sandra Machado, pela hospitalidade em Indaiatuba (SP).

A todos os amigos e colegas que acreditaram na ideia e incentivaram o projeto.

Aos meus pais, Nadir e Amélia, por tudo.

À amiga Marfisia Lancelotti, pelo apoio nos momentos difíceis e pela leitura criteriosa.

À minha esposa Rosângela, sempre parceira e motivadora, sem a qual nada disso seria possível.

All the world's a stage,
And all the men and women merely players.
They have their exits and their entrances,
And one man in his time plays many parts,
His acts being seven ages.

Shakespeare (*As you like it*, 1600)

RESUMO

ALVES, M. M. **A imprensa como fonte de pesquisa e representação em *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo: técnica de narrativa e implicações estéticas**. 2013. 427 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Esse estudo analisa as relações entre ficção e imprensa no romance **O tempo e o vento**, de Erico Verissimo (1905-1975). Como fonte de pesquisa e representação literária, os jornais, revistas e almanaques são documentos que auxiliam o escritor em seu projeto de narrar alguns dos principais eventos da História nos séculos XIX e XX. Estes acontecimentos históricos são recuperados através da transposição direta de textos jornalísticos, exatamente na forma como foram publicados originalmente, ou através da pesquisa em outras fontes, mas informados pelo narrador como se sua origem fosse de fato a imprensa. Esta característica da obra literária revela uma busca constante pelo equilíbrio entre fato e ficção, no qual o efeito de verdade do romance cresce à medida que a narrativa se configura com referências concretas do jornalismo. Além disso, as conexões entre fábula romanesca e imprensa mostram-se presentes também na participação dos jornais fictícios e dos personagens-jornalistas, elementos que fortalecem a imagem dos jornais e revistas enquanto agentes que contribuem para certos direcionamentos da História. Esta pesquisa visa analisar a representação da História que se realiza a partir de recortes da imprensa, bem como a representação da própria imprensa, com o objetivo de entender o processo de criação literária do escritor e o resultado estético decorrente do uso da fonte jornalística como matéria-prima para a ficção. A metodologia de pesquisa consiste em localizar estas referências na ficção e compará-las com o conteúdo das notícias, reportagens e anúncios publicados na imprensa, observando o método de edição e o processo de incorporação da fonte à narrativa. A instigação divide-se em quatro temas históricos principais, transformados em capítulos, que são as revoluções, a política, a literatura e a imigração. Os subcapítulos constituem-se em breves introduções do acontecimento histórico e a percepção destes pela imprensa, precedidos por outros que são voltados para a análise crítica do corpus. É possível concluir deste estudo comparativo que o projeto ficcional do escritor, em seu eixo histórico central, sustenta-se em grande medida com as informações coletadas em edições antigas de jornais, revistas e almanaques, as quais têm a função de legitimar a ficção a garantir maior verossimilhança. A preferência do escritor pela fonte primária revela uma técnica de narrativa peculiar, certamente pioneira na literatura brasileira, que tem implicações diretas na estrutura e no estilo do romance.

Palavras-chave: Erico Verissimo. Jornalismo. História. Literatura Brasileira.

ABSTRACT

ALVES, M. M. **The press as a source of research and representation in *O tempo e o vento*, by Erico Verissimo: narrative technique and aesthetics implications.** 2013. 427 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

This study examines the relationship between press and fiction in the novel **O tempo e o vento**, by Erico Verissimo (1905-1975). As a source of research and literary representation, newspapers, magazines and almanacks are documents that help the writer in his project of writing about some of the most important events of the History in the nineteenth and twentieth century. The historical events are narrated through direct transposition of journalistic texts, exactly the way they were originally published, or through the research in other sources, but informed by narrator as being press cuttings. This characteristic of the literary work shows a constantly attempt to keep the balance between fact and fiction, whereby the truth of the novel increases as the narrative comes about with real topics of journalism. Besides, the relationship between press and novel appears also in fictional journalists and newspapers, elements that confirm the image of the press as a power which gives the direction to some events of the history. The research aims to examine the representation of the history that is done with press cuttings, as well as the representation of the press itself, with the purpose of spreading the knowledge about the process of writer's literary creation and about the aesthetics results that come from using journalistic sources in the fiction. The research methodology is to identify the signals of the press in the novel and to compare it with the content of the news, reports and advertisements published in the media, observing the editing method and the process of incorporation of the source into the narrative. The study is divided in four main historical themes, transformed into chapters, which are the revolutions, the politics, the literature and the immigration. The subchapters are brief introductions to the historical event and to the perception of these events by the press, followed by others which are focused on the critical study of the corpus. It can be concluded from this comparative study that the writer's fictional project, in its historical central axis, sustains itself largely with the information collected in old editions of newspapers, magazines and almanacks, which have the function of legitimating fiction and ensure greater likelihood. The preference of the writer for the primary source in the composition of the novel reveals a peculiar narrative technique, certainly pioneer in Brazilian literature, and is directly related to the structure and the style of the novel.

Keywords: Erico Verissimo. Journalism. History. Brazilian Literature.

LISTA DE SIGLAS

OEV	Obras de Erico Verissimo
SEV	Sobre Erico Verissimo
TIB	Teoria, Interpretação e Biografias
HI	História
IM	Imprensa
PP	Prosa e Poesia
JRA	Jornais, Revistas e Almanques
OA	Obras de Apoio
PRR	Partido Republicano Rio-Grandense
PRD	Partido Republicano Democrático
PRC	Partido Republicano Conservador
PSD	Partido Social Democrático
UDN	União Democrática Nacional
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A OBRA, O AUTOR, O JORNALISMO	23
1.1 O tempo e o vento: sentido histórico e sentido político	24
1.2 Erico Verissimo e os jornais	43
1.3 A fonte jornalística na composição da narrativa	54
2 IMPRENSA E REVOLUÇÃO	61
2.1 Revolução Farroupilha (1835-1845)	62
2.1.1 Notícias frescas do Padre Lara	67
2.2 Revolução Federalista (1893-1895)	74
2.2.1 “Jornal só é bom mesmo pra começar fogo”	83
2.3 Revolução de 1923	88
2.3.1 Muitos jornais, diferentes versões	96
2.4 Revolução de 1930	115
2.4.1 Discurso oposicionista nas leituras de Rodrigo Cambará	121
3 IMPRENSA E POLÍTICA	128
3.1 Ascensão republicana e abolição dos escravos	129
3.1.1 O embate entre <i>O Arauto</i> e <i>O Democrata</i>	141
3.2 Eleição presidencial de 1910	155
3.2.1 <i>A Farpa</i> em oposição ao Partido Republicano	161
3.3 O assassinato do senador Pinheiro Machado	182
3.3.1 Reconstrução ficcional de um crime	190
3.4 A Primeira Guerra Mundial	202
3.4.1 Ecos da batalha em Santa Fé	206
3.5 Fim da era Vargas e início do Período Democrático	214
3.5.1 Diálogos em torno do Estado Novo e das eleições de 1945	223
4 IMPRENSA E LITERATURA	237
4.1 As revistas ilustradas: do teatro ao cometa	238
4.1.1 Chantecler: um galo canta na coxilha	251

4.1.2 As interpretações astronômicas na <i>L'Illustration</i>	266
4.2 Presença e influência do romance-folhetim	269
4.2.1 A biblioteca de Rodrigo Cambará	279
4.2.2 Dona Vanja, leitora de dramas folhetinescos	292
4.3 O almanaque: cinco séculos de história	298
4.3.1 “Almanaque de Santa Fé” para o ano de 1853	304
 5 IMPRENSA E IMIGRAÇÃO	317
5.1 Os alemães no Rio Grande do Sul: uma breve introdução	318
5.1.1 Observações do médico Carl Winter	323
5.2 Os jornais alemães e a atuação de Carl von Koseritz	335
5.2.1 A figura de Koseritz em O continente	354
5.3 Participação do <i>Deutsche Auswanderer-Zeitung</i> e do <i>Allgemeine Auswanderungs-Zeitung</i> nos rumos da imigração	358
5.3.1 Correspondência entre Carl Winter e Carl von Koseritz	372
 CONCLUSÕES	383
 REFERÊNCIAS	391
 APÊNDICE A - Relação dos episódios, principais eventos e títulos de jornais, revistas e almanaques citados no romance O tempo e o vento	421
APÊNDICE B - Relação dos jornais, revistas e almanaques pesquisados	423

INTRODUÇÃO

Certamente um dos romances mais estudados da literatura brasileira do século XX, **O tempo e o vento**, de Erico Verissimo, continua sempre aberto a novas possibilidades de interpretação crítica. Caracterizada por uma grande variedade de recursos estilísticos e temáticos, a narrativa apresenta ao leitor um amplo retrato da formação da sociedade brasileira, em especial do povo gaúcho, num período que abrange 200 anos. Ao pesquisador, analisar uma obra dessa magnitude representa um desafio instigante e, por que não admitir, frustrante em certos momentos por conta da complexidade da tarefa e das incertezas quanto ao verdadeiro valor crítico de uma pesquisa como esta a que nos propomos.

Analizada separadamente, a trilogia formada por **O continente**, **O retrato** e **O arquipélago** tem algumas referências históricas fechadas em si mesmas e que revelam, entre outros aspectos, as dificuldades do escritor com o acabamento de seu projeto romanesco iniciado nos anos 40 e concluído nos anos 60. Quando estudada em sua unidade, da mesma maneira que foi pensada pelo escritor, a trilogia torna-se mais transparente, revelando elementos que dificilmente podem ser percebidos quando destacados do conjunto.

A maioria dos estudos sobre **O tempo e o vento** procura explicar os questionamentos históricos propostos pela ficção a partir da representação de eventos isolados, significativos para um ou outro tema de interesse particular. Também são objetos de investigação o distanciamento e as aproximações de pressupostos realistas e mitológicos, definições de gênero e subgênero, tradição e cultura e impasses do fazer literário, entre outros.

Uma obra de tamanha envergadura, em que a saga da família Terra Cambará desenvolve-se sobre um pano de fundo histórico bem definido, carece ainda de estudos direcionados para revelar as fontes que amparam a escrita ficcional. Em geral, exceto o imprescindível estudo publicado em **Criação literária em Erico Verissimo**, em que Maria da Glória Bordini debruça-se sobre as agendas de anotações do escritor, as referências às fontes levam em consideração apenas os apontamentos do próprio Erico Verissimo registrados em seus livros de memórias.

Por acreditarmos que as fontes primárias consultadas pelo escritor durante o processo criativo podem elucidar não apenas a técnica do romancista como também o resultado estético de sua obra, nos empenhamos em identificar neste trabalho a origem das informações da imprensa periódica que aparecem em praticamente toda a trilogia, estabelecendo as devidas

conexões entre a representação literária e o fato jornalístico. Tal proposta, salvo engano, ainda não foi executada de forma sistemática por nenhum pesquisador. Os poucos que se referem à utilização desse recurso na construção literária de **O tempo e o vento** apenas citam por alto a sua manifestação, sem, no entanto, investigar a sua extensão no preenchimento do quadro histórico da ficção.

Neste sentido, nos perguntamos: uma investigação de fontes realmente tem importância para ampliar a compreensão de **O tempo e o vento**? E, no caso de uma resposta positiva, em qual medida?

A representação literária dos principais momentos da história do Brasil e do Rio Grande do Sul, do século XVIII ao século XX, exige do escritor uma busca consciente por dados que confirmem a verossimilhança do enredo. Não é novidade que Erico Verissimo recorre a fontes orais, livros de história, biografias, jornais, revistas e a sua própria memória e liberdade criativa para escrever o romance. O que nos parece digno de observação, e que justifica esta pesquisa, é a estreita proximidade entre a imprensa periódica e o fluxo narrativo em **O tempo e o vento**. Não se trata, neste caso, da literatura no jornalismo, cujas relações foram exaustivamente destacadas em diversos estudos críticos, mas, ao contrário, do jornalismo na literatura.

O escritor afirma que o projeto de narrar a história do Rio Grande do Sul tinha por objetivo revisar os escritos da historiografia sobre a formação social do povo sulino. Crítico do discurso regionalista gaúcho das primeiras décadas do século XX, centrado na exaltação dos heróis do passado, o escritor procura caminhos alternativos em busca de novas interpretações históricas. A imprensa periódica, neste contexto, surge como uma boa saída para se evitar as armadilhas da mistificação da história, erro tão comum àquela época entre romancistas e os próprios historiadores conterrâneos do escritor.

Erico Verissimo sempre teve uma relação bem próxima da imprensa periódica, tanto como leitor, influenciado desde cedo pelo pai e o avô, quanto como “jornalista” na *Revista do Globo*, um braço da Editora Globo, de Porto Alegre. Esse conhecimento dos processos de produção de uma revista, bem como da influência da comunicação impressa na vida social da época, também ajuda a explicar a opção do escritor pelo uso abundante do conteúdo jornalístico em sua obra maior.

Encontramos na narrativa inúmeras referências a jornais, revistas e almanaques que de fato circularam no período representado. Se, por um lado, as pesquisas realizadas em livros

de história não permitem a sua identificação direta no texto narrativo, o mesmo não ocorre com os recortes jornalísticos. Artigos, editoriais, anúncios e trechos de reportagens são transcritos livremente pelo narrador, de tal forma que os jornais e as revistas passam a atuar como verdadeiros personagens da ficção. Não convém, justamente por esse motivo, considerar essas mensagens como verdades puras sem uma leitura mais atenta. Nosso objetivo é entender o processo de entrelaçamento entre os fragmentos noticiosos que saem da imprensa e a criação ficcional, concentrando esforços no objeto-romance, ou seja, analisando apenas o que compõe a narrativa em detrimento de indícios presentes em agendas, entrevistas ou memórias.

O recurso da fonte jornalística permite ao leitor acompanhar acontecimentos importantes de cada época nas mais diversas áreas, como os novos costumes urbanos, as inovações tecnológicas, as referências literárias, os fenômenos da natureza, os embates políticos e as convulsões sociais. Sendo a origem destes eventos as páginas da imprensa, incluindo às vezes a data de publicação e o título do periódico, eleva-se no discurso ficcional o grau de fidelidade histórica. A notícia, nestes casos, legitima a ficção e estabelece uma relação de confiança entre leitor e narrativa.

A transcrição de fragmentos de jornais e revistas pode aparecer no plano ficcional de uma forma interpretativa, abrindo a possibilidade de um debate na fala dos personagens, ou apenas informativa, marcando o romance aqui e ali com notas da “realidade” segundo a versão jornalística do fato. No esquema interpretativo, a notícia desencadeia a exposição de diferentes pontos de vista sobre os eventos, refletindo na ficção as contradições de indivíduos com orientações culturais ou ideológicas incompatíveis. Funciona como um dispositivo que deflagra a interpretação crítica, seja ela erudita ou popular. No caso informativo, sua função é fortalecer ao máximo possível o caráter mimético da narrativa com a inserção de detalhes sobre acontecimentos importantes.

Além da análise que contempla os trechos extraídos de jornais e revistas, também nos propusemos a observar a representação do universo jornalístico de uma forma mais ampla. Ao longo da trilogia encontramos muitos jornais, jornalistas e tipógrafos fictícios, figuras que sinalizam – segundo a óptica do escritor – a impossibilidade de representação social sem a interferência persuasiva da palavra escrita. Diferente de outros escritores que também fizeram da imprensa um *leitmotiv* para a criação literária, Erico Verissimo supera a função alegórica do tipo jornalista e do seu ambiente de trabalho, apropriando-se da matéria-

prima dos jornais e transformando-a em ferramenta a serviço da fábula. A função alegórica, quando existe, pode significar inclusive certa relativização dos propósitos realistas desta representação, mas nunca seu abandono.

De qualquer forma, uma pesquisa sobre fontes documentais desta natureza exige um trabalho criterioso que ultrapassa a simples comparação entre texto ficcional e texto jornalístico. Evidentemente essa tarefa por si só já seria exaustiva, considerando-se a quantidade de citações e a extensão temporal da narrativa. Revelar-se-ia, porém, incompleta para o entendimento das funções específicas de cada evento no drama romanesco. Por isso, buscamos também mostrar o comportamento da imprensa frente aos mesmos episódios que são representados no romance. Se reconhecermos a imprensa periódica como um agente que contribui para os rumos da história, observando a sua interferência no contexto político e social, bem como a atuação direta de seus líderes e expoentes, podemos com mais clareza identificar as implicações da presença de recortes jornalísticos na estética do romance.

Para investigar esse recurso dividimos a pesquisa em quatro grandes temas, nos quais o elemento jornalístico manifesta-se com maior frequência no eixo histórico do romance – a política, as revoluções, a literatura e a imigração. Durante o processo de cruzamento do discurso observado na narrativa com as informações dos jornais e das revistas optamos por seguir um modelo estrutural mais “didático”, em que a análise dos episódios do romance vem sempre precedida por uma breve introdução histórica da época representada.

Essa introdução não tem por objetivo confrontar teorias e tampouco contestar versões da História. Conscientes do risco da superficialidade, ou de termos que responder pela escolha de uma e não de outra tese, preferimos apenas esboçar em breves traços o quadro do momento histórico para criar uma base mínima de suporte ao subcapítulo seguinte, que trata da ficção propriamente dita. Neste esboço procuramos sempre apresentar uma síntese da participação da imprensa periódica nos acontecimentos, entrelaçando fato histórico e tratamento noticioso. Desta forma, criam-se as condições ideais para examinar a interferência da fonte usada pelo escritor no processo de composição literária.

Inicialmente apresentamos um panorama do projeto romanesco de Erico Verissimo, situando a trilogia no contexto histórico de sua produção e publicação. Obra que surge na esteira do romance social dos anos 30, **O tempo e o vento** pode ser encarado como um romance carregado de “intenções”, que nasce do desejo do escritor de revisar na ficção alguns aspectos mitológicos da história gaúcha. Neste sentido, a imprensa periódica empregada como

fonte alternativa de consulta serve perfeitamente aos propósitos do escritor, uma vez que ela permite o trabalho com pressupostos históricos distanciados dos modelos tradicionais. De constituição particular, em que se manifestam diferentes vozes e estilos narrativos, o romance provoca inclusive desencontros da crítica na busca por uma definição de gênero. Neste tópico específico, tentamos dar a nossa contribuição para o debate que procura enquadrar **O tempo e o vento** como um romance histórico.

Neste mesmo capítulo destacamos a proximidade da biografia de Erico Verissimo com o jornalismo. Acostumado desde cedo a produzir seus próprios folhetos, com a finalidade de “cobrir” eventos como a Primeira Guerra Mundial e a revolução de 1923, o escritor cresceu em meio a jornais e revistas que posteriormente são incorporados ao enredo da trilogia. Como redator, trabalhou na “cozinha” de uma publicação e foi um intelectual de destaque no círculo jornalístico gaúcho. Embora não se considerasse um jornalista na acepção profissional da palavra, mas, sim, um romancista que dependia do jornalismo para sobreviver, seguindo uma tendência que nasce na segunda metade do século XIX, Erico Verissimo leva a experiência pessoal para o terreno da ficção.

Por fim, apresentamos alguns dos principais “problemas” e hipóteses a serem confrontados nos capítulos seguintes. A fonte jornalística como método de pesquisa, segundo defendemos, significa um aspecto determinante para a mimese pretendida pelo escritor. Afinal, para abordar tantos temas num período de dois séculos faz-se necessário um cuidado especial com as fontes. O uso consciente de conteúdo de jornais e revistas, juntamente com outros documentos, exige um equilíbrio constante entre a necessidade de verdade e a licença poética, resultando em implicações peculiares para o acabamento do romance.

Neste trabalho de investigação do passado, o escritor exerce a metodologia de um historiador, buscando documentos que sirvam para a confirmação de determinado evento, e de um editor de jornal, selecionando os trechos que julga serem mais interessantes para o leitor. Veremos ainda que o emprego de fontes primárias e a representação do jornal e do jornalista permitem ao leitor acompanhar a evolução da imprensa e, ainda, elevam as manifestações jornalísticas a uma posição de destaque no processo de criação literária de **O tempo e o vento**.

A partir do capítulo “Imprensa e Revolução” iniciamos a análise dos eventos históricos representados no romance, buscando sempre identificar nestes as referências jornalísticas explícitas e implícitas. Por explícitas queremos dizer as reportagens, notícias,

anúncios e artigos transcritos das publicações periódicas para o fluxo narrativo. Estes são confrontados com os exemplares originais com o objetivo de entender o processo de edição do escritor e estabelecer conexões entre a cobertura da imprensa e os destinos da trama. As implícitas, por sua vez, são aquelas que não têm origem direta nos jornais, mas são apresentadas pelo narrador como tal, funcionando como um selo de autenticação para o registro histórico. Implícitas também são as representações do universo jornalístico a partir dos jornais e jornalistas fictícios.

Neste capítulo analisamos separadamente o recurso da fonte jornalística nas revoluções Farroupilha (1835-1845), Federalista (1893-1895), maragata de 1923 e de 1930. Vamos observar que na representação da história remota (revoluções Farroupilha e Federalista), sem ter acesso a jornais da época, o escritor coleta informações de outras fontes e o narrador trata de associá-las a um periódico não identificado. Na revolta farroupilha o mediador desse processo é o padre Lara, que procura saber “notícias frescas” para transmiti-las aos outros personagens. Na federalista, no ápice do ódio entre facções rivais, há pouco espaço para o debate político via imprensa. O ato de incendiar uma coleção de jornais, que haviam sido usados na campanha republicana para marcar posição e alimentar rancores, simboliza na ficção o fim de um período e o princípio de outro.

Já nos eventos do passado recente, como os de 1923 e 1930, aumenta a citação direta de trechos de jornais como *Correio do Povo*, de iniciativa privada, e *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-grandense. A leitura dos jornais, na feitura destes episódios, torna-se indispensável para os personagens poderem acompanhar o desenrolar dos conflitos e posicionarem-se ideologicamente.

Em “Imprensa e Política” estudamos a aplicação da matéria jornalística nos temas que envolvem questões de política nacional e rio-grandense. Não por acaso, assuntos políticos estão no centro da “preocupação social” do escritor e aparecem fortemente atrelados ao comportamento da imprensa. As primeiras discussões neste sentido começam no episódio “Ismália Caré”, em **O continente**, quando o personagem Toríbio Rezende cria o jornal republicano *O Democrata*, com o apoio de Licurgo Cambará, para confrontar as ideias da folha liberal *O Arauto*. Advogado formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, Rezende introduz os ideais republicanos em Santa Fé e atua como um porta-voz de Júlio de Castilhos, lendo em voz alta os artigos publicados no jornal *A Federação*.

O Arauto e *O Democrata* sintetizam na ficção o papel desempenhado pelo liberal *A Reforma* e o republicano *A Federação* no direcionamento da opinião pública gaúcha da época. O escritor situa os dois jornais fictícios e seus redatores como protagonistas de um período marcado por forte agitação política e anseios por reformas, cujas campanhas passam obrigatoriamente pelas páginas dos jornais. A imprensa periódica, na história e na ficção, consiste em uma importante arma de ataque ou defesa dos princípios monárquicos e do trabalho escravo.

Já em 1910, ano de eleição presidencial, a família Cambará troca de bandeira e faz propaganda da campanha civilista de Rui Barbosa contra o marechal Hermes da Fonseca. Em Santa Fé, reduto republicano, Rodrigo Cambará funda o jornal *A Farpa* para combater o situacionista *A Voz da Serra*. O embate entre as folhas e a atuação de seus redatores retratam na linguagem e na organização (ou falta dela) os princípios básicos do jornalismo gaúcho do período, ainda atrelado aos interesses político-partidários e sem projetos de ordem capitalista. À exceção de alguns poucos periódicos, como o *Correio do Povo*, que neste momento consegue existir dentro de uma lógica comercial e com certa isenção editorial, a maioria ainda funcionava apenas às vésperas das eleições com objetivos bem definidos e periodicidade datada.

Um dos acontecimentos de maior destaque na imprensa brasileira no segundo decênio do século XX foi o assassinato do senador republicano Pinheiro Machado. Figura influente na política nacional, o político gaúcho foi assassinado em 1915 e os episódios posteriores a sua morte, do cortejo fúnebre ao julgamento do assassino, garantiram a tiragem dos jornais por várias semanas. O tratamento dispensado ao caso acentua os novos rumos da imprensa, que, principalmente nos centros urbanos, já despertava para o modelo sensacionalista, substituindo os dramas dos folhetins pelos dramas da vida real.

A morte de Pinheiro Machado recebe um amplo tratamento na representação histórica do episódio “A sombra do anjo”. Uma das personalidades políticas mais citadas no romance, Pinheiro Machado aparece como um personagem carismático e sedutor. Por ocasião das eleições de 1910, o senador vai a Santa Fé para conciliar as oposições e acaba conquistando a simpatia até mesmo de Rodrigo Cambará, que o atacava publicamente. As circunstâncias de sua morte são descritas em detalhes a partir do noticiário da imprensa periódica. A reconstituição ficcional do crime e seus desdobramentos saem diretamente das páginas dos jornais para as páginas do romance.

Outro fato marcante desta época é a Primeira Guerra Mundial. Se na realidade a imprensa não demonstra muito interesse nos primeiros meses do conflito, quando o Brasil ainda não estava diretamente envolvido, na ficção as repercussões são imediatas. Os personagens acompanham o noticiário com atenção e transformam o evento bélico internacional em um conflito de conotação política local. À medida que as notícias chegam a Santa Fé, muitas vezes com atraso de meses, os habitantes reagem cada qual à sua maneira, dividindo-se entre os simpatizantes da França e os da Alemanha. A divisão, neste caso, não se restringe a uma questão de simpatia, mas tem reflexos culturais que mostram os conflitos inerentes à imigração e à incorporação do elemento estrangeiro na sociedade brasileira. Representante da oligarquia, Rodrigo Cambará posiciona-se ao lado dos franceses e não esconde o preconceito em relação aos alemães de Santa Fé. A cada informação que chega pelo jornal ou pelo telégrafo, os habitantes comemoram com festa e fogos de artifício, aumentando a tensão entre os grupos.

Nos episódios “Reunião de Família” e “Encruzilhada”, que transcorrem nos últimos meses de 1945, a família Cambará reúne-se em Santa Fé após a deposição de Getúlio Vargas. Rodrigo Cambará recupera-se de um ataque cardíaco e assiste à distância a campanha presidencial que tem como principais oponentes os candidatos Eduardo Gomes e Eurico Gaspar Dutra. O clima das eleições é alimentado pelo conteúdo dos jornais, principalmente nos anúncios de “a pedido”.

Cercado por amigos e familiares, Rodrigo precisa explicar-se pelos abusos do Estado Novo e pela traição aos princípios liberais. O julgamento da Era Vargas ocorre através do discurso de diversos personagens, cujos diálogos são intermediados pela leitura das folhas diárias. No entanto, cada personagem tira suas próprias conclusões e usa os enunciados da imprensa em benefício próprio. Para Rodrigo, o registro jornalístico é a prova cabal que Getúlio Vargas continua sendo amado e admirado, pois o eleitorado deu a última palavra elegendo-o deputado e senador, conforme está publicado no jornal.

No capítulo “Imprensa e Literatura” tratamos das representações do texto dramático e romanesco e da participação das revistas e dos almanaques nos meios culturais. A estreita ligação entre jornalismo e literatura, que se estabelece no Brasil no Romantismo, manifesta-se em **O tempo e o vento** na valorização de aspectos sociais projetados sobre o mundo dos personagens a partir da influência do romance-folhetim, nos jornais, e do teatro, nas revistas ilustradas. Nestes dois casos, além de fornecerem informações noticiosas e argumentativas

que preenchem o quadro histórico da narrativa, os jornais e revistas também atuam no sentido de compactar o ambiente cultural das primeiras décadas do século XX, revelando novas práticas de leitura e de comportamento frente aos novos tempos.

No episódio “Chantecler”, título tirado de uma peça de teatro de Edmond Rostand, encenada em Paris em 1910, encontram-se inúmeras referências à revista francesa *L’Illustration*, que tem direitos exclusivos sobre **Chantecler** e publica os quatro atos do drama na íntegra. A peça narra uma fábula do mundo animal em que o galo acredita ter o poder de fazer o sol nascer com o seu canto. No romance, o texto de Rostand funciona como uma metáfora para os sonhos de grandeza de Rodrigo Cambará, o “galo” de **O tempo e o vento**. De edições desta revista saem trechos que são lidos pelo personagem em seus momentos de delírio.

Em plena *belle époque*, a obsessão de Rodrigo por tudo que seja relacionado à cultura francesa registra um momento singular da história, em que o homem do pampa abandona as tradições e torna-se um burguês interessado em coisas importadas e sofisticadas. Numa terra pacata e de gente simples, a leitura de uma publicação francesa eleva o sujeito a uma condição de superioridade intelectual e material, além de aproximá-lo de um mundo sempre desejado, formado por óperas, salões de arte, cafés e bulevares.

Como fonte de pesquisa para o escritor, a revista *L’Illustration* também fornece material para a descrição de outros acontecimentos do princípio do século XX. Em suas páginas os personagens informam-se sobre a inundação que castigara Paris em 1910, as obras do canal do Panamá, as proezas da aviação e a suntuosidade dos salões de arte. Promovendo um elo entre Santa Fé e o resto do mundo, a *L’Illustration* colabora para sedimentar os efeitos realísticos do romance. Porém, esse aspecto não se restringe à datação e citação de eventos históricos, mas ganha novas significações quando os fatos são reinterpretados pelos personagens que circulam nos limites da vila.

Fenômeno de destaque na mesma época foi a passagem do cometa Halley, em maio de 1910, que provocou desespero nas populações com a possibilidade de um choque entre o astro e a terra. Destaque na cobertura da imprensa periódica, que trata de incentivar o medo geral, o evento recebe na ficção um tratamento fiel às repercussões dos jornais e revistas. Para recriar esse ambiente de insegurança, o escritor baseia-se em reportagens publicadas na francesa *L’Illustration*. É nesta publicação que Rodrigo Cambará procura notícias que são

traduzidas e repassadas a outros personagens, incluindo cálculos astronômicos e histórias de pessoas desesperadas que reagem das mais diversas maneiras.

A influência do romance-folhetim na vida social do início do século XX também está representada em **O tempo e o vento**. Na ficção de Erico Verissimo, o gosto literário diz muito sobre a personalidade dos personagens e, na maioria das vezes, nasce da leitura de folhetins ou de histórias que foram originalmente publicadas na imprensa. A formação de leitura de Rodrigo Cambará, por exemplo, está baseada nos romances de aventura e nos melodramas românticos. Mais tarde, após estudar em Porto Alegre, onde recebe uma instrução francesa, volta-se para os filósofos e romancistas da França, admitindo ainda em sua biblioteca a presença de autores alemães, ingleses e portugueses – o que em parte também insinua o caráter imitativo da cultura brasileira. A erudição literário-filosófica de Rodrigo, no entanto, não resiste a um olhar mais atento e o narrador de regra procura deixá-lo em situação embaraçosa, revelando a superficialidade de seu conhecimento.

Por outro lado, o comportamento da personagem Dona Vanja é o que de fato simboliza a interferência do romance de folhetim nas práticas de leitura da época. Em uma sociedade em que a circulação de livros ainda é restrita e os índices de analfabetismo são altos, a circulação de jornais contendo histórias adequadas para a leitura em família significa um grande acontecimento.

Leitora dos folhetins publicados no *Correio do Povo*, Dona Vanja assimila o vocabulário das histórias e passa a se comunicar de uma maneira exótica para os costumes linguísticos de Santa Fé. No enterro da amiga Emerenciana Amaral, também leitora de folhetins, Dona Vanja chora porque a outra não poderá acompanhar o final de **A toutinegra do moinho**, romance de Émile Richebourg que o jornal publica diariamente. Tamanha é a influência dos folhetins sobre a vida da personagem que ela passa a confundir a realidade com a ficção.

Para fechar este capítulo, tratamos de analisar o sentido do “Almanaque de Santa Fé” no contexto ficcional de **O tempo e o vento**. Redigida pelo personagem Dr. Nepomuceno, juiz de direito de Santa Fé, a publicação de 1853 segue o modelo estrutural de almanaques de cidades publicados no século XX, incluindo aspectos temáticos dos almanaques mais antigos. Como ajudante na farmácia do pai, em Cruz Alta, num ambiente de intensa circulação de almanaques, Erico Verissimo reconhece a utilidade desse tipo de publicação como um

importante meio educacional e informativo nas comunidades interioranas e transporta a experiência pessoal para o plano da ficção.

Apesar de haver no romance poucos indícios do uso do almanaque como fonte de pesquisa, as referências presentes em diferentes épocas representadas são muitas. Vamos ver que existem relações de proximidade entre a estrutura e a estética da trilogia e a técnica de composição dos almanaques.

No último capítulo, “Imprensa e Imigração”, voltamo-nos para a representação do papel dos imigrantes alemães na sociedade gaúcha e a atuação destes na atividade jornalística. Este capítulo, diferente dos anteriores, apresenta uma particularidade nova de abordagem investigativa. Nos outros três grandes temas delimitados, que são as revoluções, a política e a literatura, encontramos no romance as evidências materiais da pesquisa em fontes primárias por parte do escritor, o que nos permite a comparação entre o registro original e a sua transposição para o fluxo narrativo.

No tema da imigração essa materialidade do extrato jornalístico não existe, o que aumenta o desafio. Nosso foco, neste caso, volta-se para a relação epistolar entre o personagem Dr. Winter e o jornalista Carl von Koseritz, este sim um intelectual alemão de importante atuação na imprensa gaúcha do século XIX. Além da atividade jornalística, Koseritz também foi professor, tradutor e etnólogo. Combateu a influência da igreja na sociedade gaúcha e defendeu o modelo de imigração das colônias alemãs.

O personagem Dr. Winter assume em **O continente** a função de ser “o outro”, atuando no sentido de espelhar os problemas de adaptação e integração do imigrante em terras brasileiras e, ao mesmo tempo, promover um olhar de fora sobre a cultura local. Isolado num ambiente estranho como Santa Fé, Winter encontra em Koseritz o seu único confidente. Nas cartas, o médico descreve os pequenos acontecimentos cotidianos e a singularidade dos habitantes de Santa Fé, encarando tudo como se fosse um drama teatral. Nenhuma transcrição de carta de Koseritz aparece na narrativa. Sabe-se que Koseritz envia ao amigo exemplares de jornais alemães, nos quais Winter toma conhecimento do que acontece no resto do mundo e pode comentar sobre os temas em pauta na época.

Estudar a representação da imigração a partir deste relacionamento, baseado na troca de correspondência, tem muito a nos revelar sobre o método de criação literária de Erico Verissimo segundo a disponibilidade ou não de documentos originais da imprensa periódica.

Para isto, fazemos uma breve introdução da história da imigração alemã no Rio Grande do Sul, seguida de uma análise da representação do tema a partir da figura do médico alemão. Em seguida apresentamos, também de forma sintetizada, a posição dos jornais brasileiros escritos em alemão e a participação de Koseritz enquanto intelectual engajado em certas “causas sociais” do período, bem como o tratamento dado ao jornalista e às suas ideias no contexto narrativo.

Procuramos também traçar um panorama dos principais assuntos em pauta sobre o fluxo migratório para o Brasil em dois jornais especializados em emigração e que são publicados na Alemanha. Veremos que existe uma campanha contra a emigração para a América do Sul, principalmente para o Brasil, e que Koseritz envia relatórios à Alemanha a fim de combater a imagem negativa de seu novo país. Finalmente, analisamos as cartas trocadas entre Winter e Koseritz.¹

Pretendemos entender por que a representação da imigração alemã, embora inclua um de seus principais expoentes da atividade jornalística, não contempla a reprodução de material de fonte primária e não se aprofunda em assuntos amplamente debatidos na época. Sem querer neste momento adiantar conclusões, este capítulo pode indicar que o trabalho com as fontes da imprensa em **O tempo e o vento** não respeita necessariamente critérios de interesse temático ou efeitos estilísticos, mas, sim, a possibilidade de consulta.

Tratar de um assunto ainda pouco estudado, cujos registros em jornais eram de difícil acesso, pode ter levado o escritor a buscar alternativas de representação literária. Neste caso específico nem a técnica de atribuir ao jornal as informações tiradas de livros de história torna-se uma opção segura para o escritor. A liberdade do ficcionista com a forma final de sua criação é algo inquestionável, mas a verossimilhança de eventos históricos em **O tempo e o vento** não pode ser comprometida.

Isso posto, fica evidente que a medida da relação entre imprensa e ficção sugere implicações diretas na estética da narrativa. Ainda mais quando a transposição de recortes de jornais e revistas depende da disponibilidade de material, um detalhe pouco desprezível que pode determinar as diferenças básicas entre os três volumes da trilogia e fornecer uma luz para o esclarecimento do romance como um todo.

1 A pesquisa bibliográfica para esse capítulo, tanto em relação às obras de história e literatura alemãs quanto aos jornais publicados na Alemanha, somente foi possível por conta de um período de estudos no Instituto Latino-americano da Freie Universität Berlin, realizado em Berlim entre maio de 2011 e abril de 2012, com bolsa Capes.

1 A OBRA, O AUTOR, O JORNALISMO

1.1 O tempo e o vento: sentido histórico e sentido político

Publicado no formato de trilogia entre 1949 e 1962, o romance **O tempo e o vento** apresenta em suas duas mil e duzentas páginas um amplo painel da história do Rio Grande do Sul e do Brasil. No centro das ações da narrativa está a família Terra Cambará, em torno da qual gravitam dezenas de personagens periféricos. A saga desta família abrange dois séculos, mais precisamente entre 1745 e 1945, seguindo o rastro dos principais eventos históricos do período.

Embora o espaço temporal entre a publicação de **O continente** (1949), primeira parte, e **O arquipélago** (1961 e 1962), a última, seja de pouco menos de 15 anos, a gestação da narrativa foi muito mais extensa. O trabalho de escrita começa em 1947, mas Erico Verissimo já pensava sobre a obra desde meados dos anos 1930, quando começa a publicar seus primeiros romances do chamado “ciclo de Porto Alegre”.¹ Segundo afirmação do escritor (1995a, p. 298, OEV), a ideia de escrever um romance que narrasse a história da formação da sociedade gaúcha pode ter nascido durante as comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, em 1935.

Realizado na esteira da revolução de 1930, em que Getúlio Vargas assume a presidência do Brasil, o evento que exalta os feitos heroicos dos gaúchos influencia não apenas o discurso político-ideológico e o imaginário popular, mas também a produção literária sulina. Na verdade, a prosa de fundo histórico que se apropria das glórias remotas, principalmente a Revolução Farroupilha, já consiste em uma espécie de eixo central da produção literária gaúcha desde o século XIX, alcançando o ápice na fase do regionalismo. Dentro do contexto das “comemorações” surgem novas obras de ficção que refletem sobre o passado gaúcho, a exemplo de **Romance antigo**, de Darcy Azambuja, publicado em 1940,² e **Tiaraju**, de Manoelito de Ornellas, em 1945.

Enquanto trabalhava em seus romances de temática urbana, Erico Verissimo certamente refletia sobre essas questões com a experiência de quem aprendeu a compreender a história da região a partir da mitificação de fatos e personagens. Por isso, quando pensava

¹ A saber: **Clarissa** (1933), **Caminhos cruzados** (1935), **Música ao longe** (1935), **Um lugar ao sol** (1936), **Olhai os lírios do campo** (1938) e **O resto é silêncio** (1943).

² **Romance antigo** conta a história da região a partir da personagem Ana Emília. Forçada pelo pai a um casamento arranjado, ela luta contra as convenções sociais para ficar com o médico João Luiz. Muitos temas presentes nesta obra aparecem em **O tempo e o vento**, como o ciclo das guerras, a sina das mulheres que aguardam a volta dos homens do campo de batalha e a repetição dos mesmos dramas familiares através de sucessivas gerações.

no tema para o romance, o escritor ensaiava o projeto de privilegiar na ficção a “verdade” em oposição à mitologia. Esta “verdade” também estava relacionada ao fato de que o gaúcho não era mais o tipo do pampa, como aquele de José de Alencar, mas um sujeito que há muito havia rompido as fronteiras regionais. O homem do sul já havia trocado o cavalo pelo bonde, o trem e o automóvel e se debandava para as cidades. “Concluí então que a verdade sobre o passado do Rio Grande devia ser mais viva e bela que a sua mitologia. E quanto mais examinava a nossa história, mais convencido ficava da necessidade de desmitificá-la” (VERISSIMO, 1995a, p. 289, OEV).³

Evidentemente preocupações neste sentido não eram uma exclusividade de Erico Verissimo e atingiam toda a geração de escritores da época. Incorporando as vanguardas da década anterior, o momento pedia a valorização do social em detrimento das tendências místicas herdadas do Simbolismo. Alguns escritores usaram a literatura de ficção para refletir posições ideológicas, outros se engajaram diretamente na ação política. Um terceiro grupo, no qual se enquadra Erico Verissimo, preferiu uma postura mais distanciada da militância político-partidária. O escritor gaúcho sempre evitou associações a dogmas partidários, pois acreditava que o atrelamento a qualquer bandeira comprometia a liberdade. Sentia um grande desconforto em relação à utilização da política no texto literário, sem, contudo, fugir de uma consciência “social”, postura esta que não poupou confrontos com a ala mais conservadora.⁴

Por sinal, um elemento que influencia o projeto romanesco do escritor refere-se justamente aos rumos da política no Brasil. O reconhecimento de Erico Verissimo junto ao público leitor ocorre em uma época de perseguições ideológicas, censura à imprensa e posicionamentos nacionalistas causados pelas medidas totalitárias do Estado Novo e pelo

³ Embora tenha perseguido essa ideia, e conseguido concretizá-la em diferentes aspectos, o escritor não consegue fugir totalmente ao miticismo. Na representação da formação do Rio Grande do Sul a partir do nascimento do clã dos Terra Cambará, a “fonte” de tudo é o índio Pedro Missioneiro, que tem visões proféticas e visualiza sua própria morte pelos irmãos de Ana Terra, seduzida e grávida. Pedro e Ana Terra sinalizam a miscigenação entre o índio e o bandeirante, mas o índio não surge como um tipo histórico. Suas virtudes mágicas, desde a música que enfeitiça Ana até às visões que preveem a fuga e morte de Sepé Tiaraju, o transformam em uma espécie de “ser” superior que promove o início de uma realidade histórica.

⁴ É conhecida a condenação pública pela Igreja, na figura do padre Leonardo Fritzen, ao romance **O resto é silêncio**. Por conta do conteúdo da crítica, publicada em artigo da revista *Echo* e que considera o romance imoral e desautoriza a leitura do mesmo pela mocidade católica, o escritor apresenta uma queixa-crime contra o religioso. Quando a questão judicial foi divulgada, houve assinaturas de manifestos tanto a favor de Erico Verissimo (650) quanto do padre Fritzen (345). Sobre a polêmica, ver Lorena Madruga Monteiro, *O resto não é silêncio: a polêmica de Erico Verissimo com o Pe. Leonardo Fritzen S.J. e a bipolarização do “campo” intelectual na Porto Alegre dos anos 40. Seminário Sociologia e Política, 1., Curitiba. Anais do I Seminário Sociologia e Política*, Curitiba: UFPR, 2009. p. 1-21 Disponível em:

<<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT6%20online/EixoII/resto-nao-silencio-LorenaMonteiro.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2013.

avanço do fascismo. A partir da recepção positiva de **Olhai os lírios do campo**, publicado em 1938, talvez o primeiro grande sucesso editorial de uma obra de ficção da literatura brasileira, o discurso humanista/democrático de Erico Verissimo extrapola a ficção e passa a ter ressonância nos círculos políticos e intelectuais.

Segundo entendimento da crítica, o descontentamento com a situação política teria sido um dos motivos que levaram o escritor a se afastar do país nos anos 40. Em 1941, em parte para fugir da atmosfera opressiva do Estado Novo, aceita convite do Departamento de Estado e viaja durante três meses pelos Estados Unidos, pronunciando palestras em diversas cidades. Erico Verissimo volta aos Estados Unidos para uma permanência maior, entre 1943 e 1946, período em que exerce a cátedra de Literatura Brasileira na Universidade da Califórnia, em Berkeley, e, posteriormente, Literatura e História do Brasil no Mills College, em Oakland. A preocupação com os rumos da política também ajuda a explicar a preferência do escritor pela representação ficcional de aspectos políticos da sociedade em detrimento de suas ramificações econômicas. Esse ponto em particular já foi anotado por Fresnot (1997, p. 32, SEV), que destaca a luta política como “preocupação básica de Erico Verissimo”. O que não passa, necessariamente, por uma postura combativa no campo da vida pessoal.⁵

Nascido em Cruz Alta, no Planalto Serrano, e descendente de campeiros, Erico Verissimo reconhece que precisou superar resistências pessoais antes de começar a escrever **O tempo e o vento**, inicialmente previsto para se chamar “Caravana”. A principal delas vinha de uma aversão à vida rural e ao ambiente gauchesco, fruto de sua descrença na cultura celebrada pela historiografia. Outra estava ligada diretamente à literatura que se produzia no Sul do Brasil nas três primeiras décadas do século XX. Mesmo admirando o trabalho de autores como Simões Lopes Neto e Ciro Martins, Erico Verissimo afirma ter procurado esquivar-se do regionalismo gaúcho, “limitado e, em certos casos, com um certo odor e um imobilismo anacrônico de museu” (VERISSIMO, 1995a, p. 288, OEV).

⁵ Alguns críticos assinalam que a posição de Erico Verissimo frente à ditadura do Estado Novo não chega a ser de combate. Gertz (2005, p. 132, HI) destaca que a biografia do escritor “registra uma série de episódios que mostram que seu distanciamento em relação ao poder instituído pelo Estado Novo não foi inequívoco ao longo de todo o período”. Gertz observa que Erico Verissimo compareceu ao ato de lançamento do Comitê Intelectual Pró-Estado Novo em 1938, por iniciativa de Protásio Vargas, irmão de Getúlio (p. 133); participou, em junho de 1939, de homenagem ao jornalista André Carrazoni em reconhecimento pela publicação de uma biografia de Getúlio Vargas (p. 134); em 1941, na volta de sua primeira estada nos Estados Unidos, o escritor fez uma visita de cortesia a Cordeiro de Farias, então interventor federal no Rio Grande do Sul, para apresentar-lhe um relato do que tinha visto naquele país, fato registrado pela *Revista do Globo* de 31 de maio daquele ano (p. 134). “Todos esses fatos indicam que, apesar do contexto autoritário e das eventuais restrições feitas por Erico Verissimo a essa situação, ele nunca foi um crítico mais mordaz nem pessoal dos detentores do poder estado-novista no Rio Grande do Sul” (GERTZ, 2005, p. 134-5, HI).

Nos anos 30, enquanto os romancistas exploram a realidade do chão de fábrica e dos escritórios, bem como as mazelas das comunidades rurais, Erico Verissimo volta as atenções para os dramas urbanos da pequena burguesia gaúcha. Esse drama, porém, não trata especificamente da luta pela sobrevivência na cidade, mas revela uma espécie de nostalgia do pampa. Se por um lado as realidades regionais são diferentes, gerando temáticas e posturas ideológicas diversas de Norte a Sul, as características estéticas que determinam o fenômeno do romance social tendem a ser as mesmas. Afinal, assim como os escritores do Norte, a escrita de Erico Verissimo também nasce do filtro do modernismo, mesmo que aqueles e este procurem distanciar-se do projeto modernista.⁶

Candido (1972, p. 43, SEV) anota que Erico Verissimo mostra-se sensível às mesmas inquietudes estéticas que marcaram outros romancistas do período. De acordo com o crítico, as opções técnicas de Erico Verissimo durante o período de 1930 revelam sua preocupação com os dilemas que envolvem arte ou vida, beleza ou verdade e contemplação ou participação, os mesmos temas que afligiram toda a geração de 30 e 40.

Essa concepção do homem e da arte literária poderiam pressupor, segundo Candido (1972, p. 42, SEV),

a vontade de testemunhar, mais do que simplesmente narrar; de apreender o sentido dos atos, mais do que apenas descrevê-los; de captar os nexos à primeira vista inexistentes no acaso do contraponto humano, até os transformar pouco a pouco numa rede interdependente de significados.

Bosi (2004, p. 389, TIB) também identifica no escritor gaúcho a mesma visão crítica das relações sociais que caracteriza outros romancistas da década de 1930, ainda que menos áspera e mais acomodada às tradições do meio quando comparada a estes. É evidente que a ficção de Erico Verissimo está mais identificada com o grupo que se desenvolveu no Centro-Sul, cuja característica principal é a introspecção e a análise psicológica, do que com os representantes do Nordeste, moldados pelo ambiente socioeconômico da região.

Nas páginas finais do romance **O resto é silêncio** percebe-se o embrião do projeto de resgatar na ficção as raízes identitárias dos gaúchos. Wilson Martins foi um dos primeiros críticos a perceber o prenúncio da trilogia nos pensamentos do personagem Tônio Santiago, no último capítulo da obra. Martins (1968, p. 5, SEV) constata que: “vê-se que o próprio título

⁶ Bueno (2006, p. 80, TIB) analisa a herança do modernismo assimilada pelos romancistas de 30 e afirma: “[...] o romance de 30 se define mesmo a partir do modernismo e certamente não poderia ter tido a abrangência que teve sem as condições que o modernismo conquistou para o ambiente literário e intelectual do país. No entanto, ao afastar-se da utopia modernista, terminou por ganhar contornos próprios [...]”.

já surgia, espontaneamente, nas linhas finais de um romance que marca, muito mais fundamente do que o simples amadurecimento técnico, o grande divisor de águas na obra do sr. Erico Verissimo”.

No trecho final de **O resto é silêncio** (VERISSIMO, 1994, p. 401-03, OEV), Tonio Santiago ouve a execução das sinfonias de Beethoven e reflete sobre os antepassados do público do teatro, na época em que andavam pelas campinas a guerrear contra os espanhóis na disputa das Missões. O personagem cogita que sua geração possa ter herdado apenas retratos de generais e estâncias hipotecadas, mas logo refuta essa ideia. Afinal, não se deve esquecer dos homens que haviam sucumbido num esforço para manter as fronteiras da pátria, bem como da luta contra a solidão dos ranchos, as pragas, as invasões e os invernos de vento minuano.

A importância deste romance como limite entre duas fases produtivas do escritor é destacada também nos apontamentos de Picchio (1972, p. 537-8, TIB, tradução nossa). Nesta acepção, o conjunto da prosa de Erico Verissimo anterior a 1945 seria um exercício de preparação ao que viria a ser **O tempo e o vento**.

A prosa até 1945 aparece, no entanto, apenas como um exercício preparatório da grande prosa narrativa realizada com **O tempo e o vento**, história do homem e da paisagem de um Rio Grande do Sul muito diferente daquele lugar agradável, de histórias e linguagem gauchescas apresentadas por Simões Lopes Neto.

Em termos de enredo, **O tempo e o vento** conta a história da família Terra Cambará, que tem seu início na figura de um índio desgarrado dos Sete Povos das Missões, Pedro Missioneiro, e Ana Terra. Pedro é filho de uma índia que fora estuprada por um bandeirante, Ana Terra filha de vicentinos que descem para se estabelecer no Sul. O fruto desta relação, Pedro Terra, dá origem à família e simboliza o início da formação do povo do Rio Grande do Sul. Em dois séculos de história, cerca de cinco dezenas de personagens participam de lutas territoriais, políticas, ideológicas e existenciais, alguns deles cuidadosamente caracterizados e que passam a fazer parte do imaginário coletivo gaúcho, como Ana Terra, Capitão Rodrigo, Rodrigo Cambará, Bibiana e Maria Valéria.⁷ Ao final, ao centro da narrativa posiciona-se

⁷ A força destes personagens leva Olinto (1966, p. 231, TIB) a considerar Erico Verissimo um exemplo de “romancista de personagens”, aquele que “capricha na criação de suas gentes, que lhes infunde um sopro de vida e de verdade”, e que, por isso mesmo, é também “um romancista de acontecimentos”. O próprio romancista relata um fato que demonstra a verossimilhança de temperamento e caráter de seus personagens. Conta Verissimo (1995a, p. 288, OEV) que, muitos anos após publicar **O continente**, encontrou em Uruguaiana um “gauchão simpático” que confessou que “ao terminar o capítulo em que descrevo a morte do herói, não pôde conter o pranto, e naquele dia ficou em casa, de luto, como se tivesse perdido um membro da

Florianio Cambará, escritor que procura resgatar a saga de seus antepassados em um romance e revela-se nas últimas linhas ser o narrador da trilogia.

Quanto à disposição do fluxo narrativo, o romance está dividido em episódios autônomos que tratam de períodos diferentes da história. Os eixos temáticos centrais são a ascensão e a queda do patriarcado rural, a falência da burguesia gaúcha oriunda do latifúndio e o questionamento das ideologias políticas em confronto. **O continente** abrange 150 anos, de 1745 a 1895, **O retrato** concentra-se entre 1910 e 1915, com dois capítulos situados em 1945, e **O arquipélago** retrata acontecimentos que vão de 1922 a 1945. Com uma narrativa não linear, o romance permite ao leitor uma visão em perspectiva, pela qual os episódios do momento presente da ação são intercalados com os do passado, que avançam em direção àqueles. Existem ainda os interlúdios que funcionam como julgamento e crítica do que se passa na trama, empregados a partir do recurso narrativo que se apoia em diários e depoimentos orais.⁸

Em **O continente**, o tempo presente desenvolve-se nos episódios de “O Sobrado” I, II, III, IV, V, VI e VII, período de dois dias que vai desde a madrugada de 25 à manhã de 27 de junho de 1895. Entre cada um destes estão dispostos os episódios de “A Fonte” (1745), “Ana Terra” (1777-1778), “Um certo Capitão Rodrigo” (1832-1835), “A Teiniaguá” (1853-1856), “A Guerra” (1869) e “Ismália Caré” (1884). Em **O retrato**, este esquema se repete, com a diferença de apresentar um número menor de episódios, porém mais longos. O tempo presente situa-se em 1945, abrindo o volume com “Rosa-dos-ventos”, seguido de “Chantecler” (1910), “A sombra do anjo” (1915), e retornando ao presente da narrativa com “Uma vela pro negrinho”.

Já **O arquipélago** retoma uma estrutura bem semelhante ao primeiro volume da trilogia. Os episódios intitulados “Reunião de família” I, II, III, IV, V e VI, que transcorrem no final de 1945, são intercalados entre os demais, iniciados em 1922 com “O deputado”, seguido por “Lenço encarnado” (1923), “Um certo Major Toríbio” (1924-1927), “O cavalo e o obelisco” (1930), “Noite de Ano Bom” (1937), “Diário de Sílvia” (1941-1943) e “Encruzilhada” (1945). Neste terceiro volume são os capítulos de “Caderno de pauta simples”

⁸ própria família”. Roche (1967, p. 729, SEV) define da seguinte maneira esses interlúdios: “Poético, musical, mais exatamente, versando, entre outros, os temas do tempo e do vento, cujo curso épico (para um) e o murmúrio ou desencadeamento (para outro) ilustram o título do romance, e o voltam, como um *leit-motiv*. Poder-se-ia, também, compará-lo à intervenção do coro na tragédia clássica. Este interlúdio permite, pois, ao autor, que não é representado por nenhum personagem, aparecer, discretamente sem dúvida, mas diretamente”.

que funcionam como interlúdio da narrativa, assumindo as funções de um diário. Os “cadernos” remetem a várias épocas e neles Floriano Cambará faz um balanço da sua vida e da saga de sua gente, além de conversar com Roque Bandeira sobre o romance que pretende escrever.

Em **O tempo e o vento**, Erico Verissimo retoma em larga escala diferentes tradições literárias que marcaram o percurso do romance brasileiro. De tal forma que se pode identificar inclusive traços temáticos do regionalismo gaúcho, sempre renegado pelo autor. É certo que **O tempo e o vento** foi publicado num momento em que o romance regionalista já havia sido superado e não havia mais condições históricas para sustentar os temas caros ao movimento, como o mito do gaúcho-herói. Neste cenário, a trilogia nasce de uma aspiração do escritor de justamente desmitificar a história oficial que servira de ingrediente para os regionalistas. Uma tarefa difícil, pois, como observa Zérafra (1971, p. 102, TIB, tradução nossa),

o romance, em sua tendência mais realista, nunca garante uma função exclusivamente desmitificadora. [...] No romance há sempre um mito de referência. E a questão (representada em Dos Passos ou Sartre) é justamente saber em que medida esse mito é pertinente em face à sociedade histórica real, e pode, por consequência, ser percebido.

Não obstante, para reconstituir a formação identitária dos gaúchos Erico Verissimo precisava necessariamente dar conta de todas as esferas de uma transformação social, desde questões de moral, costumes, economia, artes e política. A matéria-prima humana o escritor busca em seus familiares – pai, tios e conhecidos – e o material histórico nos livros, revistas, almanaques e jornais. Contrariando, talvez, os objetivos do escritor, a impressão que fica no imaginário popular é de associação dos personagens da ficção ao tipo gaúcho, e não de afastamento. Seria impossível mensurar o imaginário coletivo, mas o sucesso de Ana Terra e Capitão Rodrigo na literatura, no cinema e na televisão ajuda a confirmar a glorificação do homem do pampa a partir da representação ficcional da trilogia.

É isso que também verifica uma parte da crítica. Pesavento (2001b, p. 101-2, SEV), por exemplo, cerca-se de diversos argumentos para concluir, de forma cuidadosa, que em **O tempo e o vento** Erico Verissimo trabalha a favor da “glamourização identitária” gaúcha. Afirma Pesavento:

Pode parecer heresia dizer que a narrativa ficcional de Erico se atrele a este viés, que coloca num passado atemporal e glamourizado o padrão de referência do Rio Grande, mas Erico é filho de seu tempo, e sua escritura é datada. Entendemos que perpassa pela sua obra o delineamento de certos valores e 'defeitos bonitos', que fazem do gaúcho um arquétipo sedutor e que dão, ao menos, uma 'compensação simbólica' para perdas reais.

Dacanal (1982, p. 53, SEV) tem uma opinião mais contundente, quando aponta que o escritor “transforma a mentira histórica (factual) em verdade artística que, em última instância, é também verdade histórica (cultural) em relação ao presente (1920-1960) do grupo, e não em relação ao seu passado”. Ghisolfi (1985, p. 80-81, SEV), por sua vez, diz que os primeiros volumes da trilogia apontam para uma desmitificação, mas ainda oscilam e transitam “de um episódio para outro, de uma personagem para outra, entre a manutenção e o mascaramento, como se cada vez que uma figura criasse vida, tendesse inevitavelmente ao que nos prende a todos [...]”.⁹

Essas acepções apontam uma postura contraditória de Erico Verissimo. Isso porque o escritor estaria reproduzindo a visão conservadora de louvor aos pioneiros, ao mesmo tempo em que polemiza com a historiografia oficial dos intelectuais da época, como no caso de Moysés Vellinho.¹⁰ Propõe o descortinamento da história, mas no final relativiza tudo isso pela incorporação da tradição oral e das fontes escritas da imprensa – em boa parte também comprometidas com a exaltação de valores tradicionais.

Ainda é possível identificar na trilogia rastros formais do romance moderno europeu, particularmente na “decomposição da continuidade temporal”, para usar uma expressão de Kracauer¹¹ (1969 apud BURKE, 1992, p. 334, HI), ao modo de James Joyce, Marcel Proust e Virginia Woolf. Outra marca registrada é o emprego da técnica narrativa do contraponto e da multifocalização, aplicada desde os seus primeiros romances como fruto da influência de

⁹ É preciso considerar que parte dessa imagem do gaúcho provém de leituras restritas ao primeiro volume da trilogia, amplamente divulgado pelas edições avulsas de **Ana Terra** e de **Um certo Capitão Rodrigo**. De qualquer forma, existe uma corrente crítica que vê na trilogia uma “nova história” e a suplantação da visão do gaúcho-herói. Zilberman (1985, p. 48, SEV), quando compara o resultado literário em **O tempo e o vento** com **Romance antigo** e **Tiaraju**, conclui que “Erico pôde interpretar as diferentes fases da história, incluindo a Revolução Farroupilha, sem, todavia, atribuir-lhe significação superior, nem usá-la para reforçar princípios políticos e éticos, conforme procederam antes os autores”. Chaves (2005, p. 232, SEV), ao analisar a atuação de Floriano Cambará enquanto narrador do romance, diz que “ele não elabora a crônica de Santa Fé e do Rio Grande do Sul para celebrar a glória dos antepassados, mas sim para verificar a contradição dramática entre os ideais e o momento presente”. Já Bordini (2004c, p. 86, SEV) afirma que na trilogia a matéria histórica das formas romanescas “resiste à moldagem eurocêntrica, e esculpe um retrato do que o Rio Grande poderia ter sido, mas não conseguiu ser, desmistificando a visão que a classe dominante forjou de si mesma e de que imbuíu o imaginário popular”.

¹⁰ Vellinho era o maior expoente da corrente historiográfica de matriz lusitana, que negava a proximidade dos gaúchos com o Prata e defendia a reafirmação da nacionalidade brasileira. Num momento de forte sentimento nacionalista, Vellinho posiciona-se contra a exaltação dos heróis platinos que lutaram contra o Rio Grande, como é o caso de Sepé Tiaraju na defesa das Missões Jesuíticas. Do outro lado estavam historiadores como Manoelito de Ornellas, que defende a contribuição do negro (brandamente), do açoriano, do espanhol e do indígena, ao mesmo tempo em que ressalta a importância do cavalo para o gaúcho e associa a aptidão guerreira dos mestiços ibero-americanos à herança dos espanhóis e portugueses. (ALMEIDA, 2007, p. 3-5, HI)

¹¹ KRACAUER, Siegfried. **History: the last things before the last**. New York: Oxford University Press, 1969. p. 178.

autores ingleses e norte-americanos como Aldous Huxley e John dos Passos.¹² Em alguns episódios, como “A sombra do anjo”, o enredo melodramático remete ao romantismo (caso do amor trágico de Rodrigo Cambará pela jovem Toni Weber).

No entanto, as bases sobre as quais está assentada a obra de Erico Verissimo estão ligadas, sem dúvida, à tradição inglesa e francesa do realismo formal.¹³ Por sinal, a fidelidade à representação da realidade faz parte do eixo do romance brasileiro desde suas origens no século XIX, como bem mostra Candido (2007, p. 430, TIB). Contudo, a inspiração histórica de Erico Verissimo não é a mesma dos românticos, norteadas pelo nacionalismo literário, nem a dos naturalistas, inspirada pelas relações de causa e efeito das ciências naturais.

Em **O tempo e o vento** não existe a possibilidade de representação do homem e da sociedade em uma perspectiva que não seja de realidade. Na trilogia, esse esteio de verossimilhança não se obtém por uma técnica descritivista, nem é perseguido por motivos outros que não o descortinamento e revisão da história.

Guardadas as evidentes proporções, o método de concepção da obra de Erico Verissimo pode ser comparado ao de Balzac, patriarca do romance realista. Auerbach (2011, p. 423, TIB) salienta que o realismo atmosférico do escritor francês é “um produto de sua época, e ele próprio parte e produto de uma atmosfera”. Se em Balzac o que se vê é “a figura individual, concreta, internamente corpórea e histórica, surgida da imanência da situação histórica, social, física etc., e em constante mutação” (AUERBACH, 2011, p. 425, TIB), o mesmo se vê na ficção de **O tempo e o vento**, também gerada em um momento ímpar da história do Brasil, em constante transformação desde o início do século, e que pede um posicionamento crítico de quem vive essa atmosfera. A diferença de perspectiva dos acontecimentos quotidianos, voltada para as camadas baixas da burguesia provinciana naquele e para os expoentes do patriarcado rural neste, não compromete a comparação, apenas acentua diferenças históricas em sua origem.

Bordini (2004b, p. 125, SEV) identifica em **O arquipélago** três eixos narrativos, um ideológico, um literário e um histórico. Os capítulos de “Reunião de família” formariam o

¹² Sobre a técnica do contraponto na ficção de Erico Verissimo, ver: CUNHA, Patricia Lessa Flores da. **Erico Verissimo e Aldous Huxley: um caso de literatura comparada**. 1984. 178 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 1984.

¹³ Trabalhamos com o conceito de realismo formal definido por Watt (2010, p. 34, TIB), o qual consiste numa expressão narrativa implícita no gênero romance de um modo geral e segue a premissa de que “o romance constitui um relato completo e autêntico da experiência humana e, portanto, tem a obrigação de fornecer ao leitor detalhes da história como a individualidade dos agentes envolvidos, os particulares das épocas e locais de suas ações.”

eixo ideológico, os capítulos de “Caderno de pauta simples” o literário e o restante pertenceria ao eixo histórico. Esta interpretação também pode ser aplicada às outras duas partes da trilogia, mesmo que essa divisão não seja tão clara e delimitada quanto em **O arquipélago**. Em **O continente** e **O retrato** o eixo literário não se manifesta no questionamento acerca de processos de escrita como ocorre nos “cadernos”, mas, sim, na representação da evolução dos gêneros literários, como o romance romântico de folhetim, o naturalismo e o modernismo. O tema da literatura surge das leituras e dos comentários sobre os livros preferidos dos personagens, mesmo que estes não sejam especialistas no assunto, como é o caso do escritor Floriano Cambará e do “crítico” Roque Bandeira, protagonistas dos “cadernos”.

Já os componentes ideológicos e históricos fazem parte de um mesmo plano ficcional dentro de cada episódio de **O continente** e **O retrato**. História (quase sempre legitimada pela imprensa) e ideologia (política) cruzam-se no fluxo narrativo através dos acontecimentos representados e da atuação dos agentes arquetípicos. O cortejo dos fatos históricos funciona apenas como um pano de fundo e, nas palavras de Holanda (1996, p. 228), “jamais avança até o primeiro plano para atropelar o conteúdo propriamente romanesco”, mas é o rumo destes eventos que determina o destino dos personagens.

Se ao planejar a primeira parte da trilogia o escritor tinha em mente as manifestações míticas da história do Rio Grande do Sul, o projeto toma novos rumos à medida que a narrativa avança no tempo em direção ao momento da escrita. Após a publicação de **O retrato**, em que a ficção reflete a formação da classe média e as transformações sociais que atingem o modelo caudilho, centrada na figura do médico Rodrigo Cambará, Erico Verissimo demora dez anos para publicar a terceira e última parte da trilogia.

Durante esse período de “silêncio”,¹⁴ em que o escritor medita sobre os caminhos que deve trilhar no fechamento do romance, muitas coisas ocorrem no plano histórico. Encerrada a Era Vargas com a destituição do presidente em 1945, Getúlio volta ao poder e acaba por se suicidar, em 1954; o mundo divide-se entre dois blocos, capitalista e socialista, dando início à Guerra Fria; começam as transmissões de televisão e o consequente nascimento da mídia de massa; as feridas da Segunda Guerra ainda não sararam e outras guerras são deflagradas, na Coreia e no Vietnã; na América Latina, revolução em Cuba e golpe militar na Argentina; a sociedade vive as mudanças culturais e comportamentais com o

¹⁴ Enquanto o projeto de **O tempo e o vento** estava suspenso, o escritor publica a novela **Noite** (1954), o livro infantil **Gente e bichos** (1956), o livro de viagem **México** (1957) e o livro de contos **O ataque** (1958), que contém um extrato de **O arquipélago**.

surgimento do rock e os avanços científicos e tecnológicos.

Além disso, o cenário político e ideológico brasileiro é marcado por um forte nacionalismo, principalmente nas discussões sobre o tipo de inserção do país na política internacional, bem como o modelo e a posição econômica a serem adotados interna e externamente (RAMOS, 1996, p. 61-2, IM). Esse anseio nacionalista, cujo surgimento coincide com o pós-guerra, a redemocratização e a “campanha do petróleo”, passa diretamente pela imprensa nacional, onde são veiculadas as propostas mais afinadas com a defesa dos interesses brasileiros.

Todos esses eventos tendem a influenciar a representação histórica na última parte da trilogia. Embora **O arquipélago** abranja basicamente a Era Vargas, com alguns episódios situados nos anos 20 – e que ajudam a explicar o que aconteceria depois –, parece visível que o tom pessimista do desfecho da trilogia tem relação com a realidade contemporânea observada pelo escritor, especialmente no que toca ao ritmo lento das mudanças necessárias para o desenvolvimento do Brasil. Sua experiência de observador social, até certo ponto provocador, diz que os rumos da política não causaram as mudanças esperadas na base da pirâmide. Afinal, as acomodações político-partidárias sempre foram feitas para garantir os privilégios de um grupo ou outro, nunca da sociedade de uma forma mais orgânica.

Os desvios de rota dos projetos liberais, espelhados na atuação de Rodrigo Cambará junto ao governo opressor de Vargas, e a falência da família burguesa, cujo esfacelamento revela-se na desintegração dos integrantes do clã Cambará, fazem parte de um mesmo contexto histórico-social assim percebido pelo escritor. A representação histórica das primeiras quatro décadas do século XX indica o que vem depois. E o desapontamento, marca dos episódios finais de **O arquipélago**, é flagrante.¹⁵

Importante observar que Erico Verissimo, em seu plano de resgatar a história por um viés alternativo, ou seja, por meio da imprensa, opta de maneira consciente por um caminho diferente dos historiadores, que raramente se valiam de jornais e revistas como fonte para o

¹⁵ Durante uma conversa com Roque Bandeira, cujo tema envereda da literatura para as injustiças sociais, a política do Estado Novo e os crimes da polícia, Floriano afirma: “– Precisarei te repetir que meu sentimento de responsabilidade para com todas essas injustiças e atrocidades pouco ou nada tem a ver com a moral teológica mas muito com a moral social? Depois de bater com a cabeça em incontáveis paredes e muros, em busca duma saída para o tipo de liberdade com que sonhava, cheguei à conclusão de que essa liberdade é um mito, e de que o homem deve ser responsável não só por si mesmo como também até certo ponto pelos outros. Não existe o ato gratuito”. Ao que Roque Bandeira completa: “– É bom que tenhas dito 'até certo ponto'. Porque um sentimento exagerado de responsabilidade para com o próximo bem pode trazer no fundo um grãozinho de messianismo e de paranoia. Cuidado, meu velho. Adolf Hitler julgava-se responsável pela grandeza e pela felicidade da raça germânica...”. (VERISSIMO, 1963c, p. 756)

conhecimento da história do Brasil. A tradição dominante até as primeiras décadas do século passado era de buscar a verdade dos fatos em documentos neutros, fidedignos e de credibilidade inquestionável. Os jornais, neste contexto, eram considerados pouco confiáveis porque seus registros fragmentados não estavam separados de interesses, julgamentos subjetivos e compromissos escusos.

O historiador Pierre Renouvin alerta para os aspectos negligenciados pelos pesquisadores que recorriam à imprensa, os quais em geral não consideravam dados importantes como a tiragem, a área de circulação, as relações com partidos políticos e grupos econômicos. As palavras de Renouvin são endossadas por Glénisson¹⁶ (1986 apud Luca, 2008, p. 116, IM), quando destaca que “sempre será difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado, por exemplo, pela distribuição da publicidade, qual a pressão exercida pelo governo”.

De qualquer forma, o fato de Erico Verissimo ter recorrido aos jornais revela conhecimento do debate historiográfico promovido nas décadas de 30 e 40, particularmente pelo grupo dos *Annales*.¹⁷ Como o escritor recorda (Verissimo, 1995a, p. 289, OEV), o ensino da história nos livros escolares era até então pautado por uma sucessão de heróis e batalhas entre tropas castelhanas e brasileiras, das quais os brasileiros (gaúchos) são sempre os vencedores. Na opinião dele, os clichês em torno das características físicas e temperamentais dos generais não perdem em brilho e criatividade para os espadachins da ficção europeia.

A forma narrativa dos acontecimentos políticos e militares, quase sempre apresentada como a história dos grandes feitos de grandes homens, era a inimiga a ser combatida pelos expoentes franceses dos *Annales*. Para estes, as novas diretrizes a seguir, segundo Burke (1997, p. 12, TIB), eram:

Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando complementar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social, e tantas outras.

O projeto de Erico Verissimo de trabalhar pressupostos históricos no campo ficcional

¹⁶ GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. 5. ed. São Paulo: Bertrand, 1986.

¹⁷ A revista dos *Annales* teve cinco títulos: *Annales d'histoire économique et sociale* (1929-1939); *Annales d'histoire sociale* (1939-1942, 1945); *Mélanges d'histoire sociale* (1942-1944); *Annales: économies, sociétés, civilisations* (1946-1993); *Annales: Histoire, sciences sociales* (1994-atual). O núcleo central do grupo é formado por Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie. (BURKE, 1997, p. 11, TIB)

de forma a fugir dos modelos ditos tradicionais, promovendo uma interação entre a história e as ciências sociais através de uma pesquisa interdisciplinar, encontra na imprensa um mundo de possibilidades ainda inexploradas. Certamente o escritor conhecia o método que estava sendo superado e opta conscientemente por observar a “história da sociedade” nas páginas dos jornais e revistas, onde as informações sobre o comércio, as leis, a moral e os costumes – inclusive a política, as guerras e as revoluções – revestem-se de certa “naturalidade” raramente encontrada nos livros, que são frutos de trabalhos científicos.

No Brasil, um dos pioneiros na exploração de matéria-prima oferecida pelos jornais foi Gilberto Freyre, que estudou a partir dos anúncios o comportamento da população escrava e suas relações com a sociedade patriarcal no período imperial, bem como a influência da presença dos ingleses no Brasil.¹⁸ Logo outros pesquisadores também passaram a recorrer aos jornais para pesquisar aspectos sociais e culturais do Brasil, a exemplo de Emília Viotti da Costa, Nilo Pereira, Edgard Carone e Fernando Henrique Cardoso. No final dos anos 60 muitos estudos acadêmicos já são complementados com consultas a periódicos para análises de aspectos sociais e políticos ou obtenção de dados de natureza econômica ou demográfica, “sempre com resultados originais e postura muito distante da tão temida ingenuidade” (LUCA, 2008, p. 117, IM). Esse período coincide com o surgimento (tardio), no Brasil, da preocupação com a “comunicação” e a “cultura de massa”, que cresce rapidamente à medida que as empresas do setor ampliam sua influência sobre as populações. (GOLDENSTEIN, 1987, p. 21, IM)

Não obstante a importância de **O tempo e o vento** nos quadros da literatura brasileira e a vasta bibliografia crítica sobre o mesmo, não existe um consenso sobre o gênero em que se enquadra a obra mais expressiva de Erico Verissimo. Muitos a consideram um romance histórico, outros um épico – pelo menos em relação a **O continente**. Também foi classificada de crônica política, novela, romance de formação (*Bildungsroman*) e, pelo próprio autor, de romance-rio (*roman-fleuve*) nos moldes de **Os Thibault**, de Roger Martin du Gard, e **Jean Christophe**, de Romain Rolland. Pela complexidade da trilogia, seja pela alternância de perspectivas temáticas ou pela própria estrutura, torna-se até natural a variedade de definições. O “problema” é que essas leituras geralmente partem de extratos narrativos

¹⁸ Ver: FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2. ed.. São Paulo: Editora Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas, 1979; e **Ingleses no Brasil**. São Paulo: José Olympio, 1948. É importante lembrar que os anúncios estudados por Freyre não são do tipo que “vende” determinado estilo de vida e visão de mundo, como a publicidade do *mass media*.

isolados do conjunto do romance.

Zilberman (2000, p. 34, SEV) afirma que Erico Verissimo, com **O tempo e o vento**, “deu novo sentido ao romance histórico brasileiro, colocando-o num patamar diante do qual outros aspirantes a efeito parecido precisam se posicionar e eventualmente superar”. Chaves (2000, p. 72-73, SEV) salienta que o autor firmou o padrão e o modelo do romance histórico brasileiro. Já Santos (2000, p. 111, SEV) comenta que Erico Verissimo busca a partir do passado “montar o seu projeto ficcional de modo que, de acordo com a tradição do romance histórico, os fatos reverenciados sirvam para que o leitor vá adiante, presentificando as questões suscitadas pelos referidos fatos”. Bastos (2007, p. 96, TIB), por sua vez, destaca que “se **O tempo e o vento** deve ser considerado romance histórico deve sê-lo por igual e por inteiro, independentemente de os fatos contados em cada um dos volumes coincidirem ou não com a época histórica vivida pelo escritor.”

Posto isso, precisamos em primeiro lugar concordar com Bastos quanto à necessidade de se preservar a unidade da trilogia para fins de uma definição de gênero. Independentemente de ter sido publicado em partes, **O tempo e o vento** foi concebido como “um” romance e preserva as mesmas características estéticas e formais em seu conjunto, variando apenas as questões temáticas. Em **O continente** prevalece uma visualização épica e mítica na formação do povo gaúcho, projetada no fortalecimento da família Terra Cambará. O foco narrativo na primeira parte da trilogia não está sobre os eventos históricos, mas, sim, sobre a forma com que eles afetam a família. Em **O retrato** esse aspecto desaparece para dar lugar basicamente aos dramas passionais de Rodrigo Cambará, num momento de crise de valores da aristocracia rural, e ao posicionamento ideológico que determina o futuro da família. Em **O arquipélago**, que não por acaso levou mais de dez anos para ser concluído, a ficção promove em longas discussões uma reflexão sobre a história recente (Era Vargas), da ética à moral, da política à sociologia, da arte engajada à alienação.

Ligando todos os episódios da narrativa percebe-se claramente um fundo histórico bem demarcado, configurado na representação de eventos verídicos. Esses recortes da história podem ser constatados na inclusão de personalidades reais na ficção (Pinheiro Machado, Getúlio Vargas e Carl von Koseritz), na datação de fatos relevantes, na exposição de aspectos políticos-ideológicos e na apropriação de manchetes de jornais. Este último aspecto é o que mais nos interessa, posto que a imprensa também registra uma determinada visão da história e muitas vezes influencia o seu rumo. Nas palavras de Dines (1986, p. 124, IM), “o jornal é o

fragmento da história e da memória de um país”. A pergunta que aguarda uma resposta definitiva é: esses elementos que formalizam uma “representação histórica”, mítica na origem da narrativa, fazem de **O tempo e o vento** um romance histórico?

É certo que Lukács (1966, p. 66-67, TIB, tradução nossa), ao tratar da “fidelidade histórica” em Walter Scott, considerado por ele o escritor que melhor personifica o romance histórico, aponta que o caráter histórico de uma obra não reside na verdade de eventos e detalhes particulares. Em Scott, segundo Lukács, esses detalhes “não são mais que meios para alcançar verdadeiramente a mencionada fidelidade histórica, para concretizar a necessidade histórica de uma situação concreta”. Em outras palavras, importa mais como o povo foi afetado e reagiu a um determinado evento do que o como e o porquê de tal evento. O romance histórico, para Lukács, deve centrar-se no fato de como o acontecimento histórico afeta a sociedade e como a representação do passado ajuda na compreensão do presente desta mesma sociedade. Além disso, Lukács deixa claro que precisa haver um distanciamento entre a história narrada e a época vivida pelo escritor para se caracterizar uma obra de romance histórico, embora esse limite temporal não seja bem definido.

Existem muitos aspectos que distanciam a trilogia de Erico Verissimo do romance histórico definido por Lukács, apesar de haver outros que a aproximam – dependendo do episódio destacado como exemplo. Embora a preocupação com a fidelidade histórica esteja na base de sua criação literária, ao ponto de o escritor trabalhar com uma pilha de jornais antigos ao lado da máquina de escrever, ela por si só não garante essa condição. Em alguns episódios da narrativa, como “O cavalo e o obelisco”, na representação da revolução de 1930 (muito próxima ao momento da escrita), ou mesmo “Lenço encarnado”, na representação da revolução de 1923, não se percebe os reflexos das tensões sobre o povo, as pessoas comuns.

O reflexo dos eventos históricos, e de muitos outros situados temporalmente na narrativa a partir de 1910, incide apenas sobre uma família abastada que participa da condução destes mesmos eventos – e de alguns personagens que transitam em torno do Sobrado e que, de qualquer forma, estão ligados a uma classe distinta. Embora representante de um determinado grupo social, a família Cambará faz parte da elite burguesa gaúcha e a sua ruína não é causada pela crise histórica como quer Lukács (1966, p. 42-43, TIB), mas, sim, pela fraqueza moral do chefe do clã.

Ainda, o momento representado em **O retrato** e **O arquipélago** carece de grandes eventos históricos, o que enfraquece as buscas de elementos que caracterizem a trilogia como

um romance histórico. De acordo com o argumento de Jameson (2007, p. 191, TIB), ao contrário de **Guerra e paz**, **Ulisses** não é considerado um romance histórico porque neste não existe um grande evento histórico público “que faça a mediação entre seus tempos individuais simultâneos e o tempo histórico do mundo público”. Jameson (2007, p. 188, TIB) salienta que o romance não pode ser apenas a representação de um período de transição histórica, mas também “a encenação de uma revolução e uma contra-revolução; em outras palavras, de um daqueles eventos históricos paradigmáticos, como a própria guerra, que sempre devem estar no centro de um romance histórico – na minha opinião – para que ele se qualifique como tal.”

Em **O retrato** e **O arquipélago**, os eventos principais são a revolução gaúcha de 1923 e a revolução de 30, que poderiam muito bem ter entrado para a história como “golpe” e não como “revolução”, visto que em ambas praticamente não houve confrontos armados, sendo decididas em gabinetes e não no campo de batalha. De qualquer forma, esses acontecimentos são representados na trilogia de maneira distante, de uma perspectiva que apenas insinua o que poderia ter acontecido. E o reflexo deles sobre o “público” pouco transparece. O mesmo não ocorre na representação da Revolução Farroupilha e da Revolução Federalista, em **O continente**, o que em parte explica por que existe um consenso sobre as características do romance histórico na primeira parte da trilogia.

Somado a isso, muitos personagens que transitam no ambiente de época representado não estão entrosados com o espírito do tempo, para não dizer exóticos. Figuras marcantes como Luzia Cambará (a sedutora teiniaguá da lenda gaúcha), o grotesco sacristão Jacob Geibel (louco e solitário), Pepe García (pintor espanhol anarquista) e Arão Stein (judeu comunista) parecem estar deslocados da realidade de uma cidade tão pequena e provinciana como Santa Fé. A presença destes personagens contraria a interpretação de Lukács (1966, p. 67, TIB), segundo a qual as reações opostas e contraditórias a determinados acontecimentos mantêm-se dentro dos limites da dialética objetiva de uma determinada crise histórica, e, neste sentido, o romance histórico “jamais cria figuras excêntricas, figuras que por sua psicologia destoam do espírito da época”. Além disso, Rodrigo Cambará não se enquadra no perfil do herói “mediocre e prosaico” destacado por Lukács (1966, p. 34, TIB). Ao contrário, Rodrigo provém de uma linhagem oligárquica e desfruta de privilégios de classe social e política.

Burke (1997, p. 112-13, HI) chama de “crise da consciência histórica” o questionamento a que vem sendo submetidas as convenções do romance histórico, do

romance em geral e da própria historiografia. Ele ressalta que no final do século XX os filósofos passam a minar as bases da narrativa histórica contemporânea e ressuscitam a discussão humanista da retórica da história, bem como historiadores debatem a validade de documentos-chave que foram usados para se compreender os atos de grandes nomes da história, como os diários, e chegam ao ponto de negar a existência de eventos como o Holocausto.

A literatura não escapa dessa “transgressão”, que de certa forma reabriu as fronteiras entre história e ficção. Diversos romances contemporâneos de **O tempo e o vento** trazem citações de documentos autênticos, inclusive com notas de rodapé e bibliografia, enquanto historiadores apresentam suas conclusões na forma de narrativa, transformando-as em obras com ampla comercialização. Outra mudança, mais significativa, segundo Burke, está na ascensão de um movimento em que os historiadores invadem o território do romancista histórico. Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, por exemplo, seguem o modelo de Walter Scott e Alessandro Manzoni ao deslocar a atenção dos grandes acontecimentos históricos para seu impacto nas pessoas comuns.¹⁹

A ideia da reabertura das fronteiras entre história e ficção reforça nossa tese de que a trilogia do escritor gaúcho não pode ser um romance histórico apenas por representar a história do Brasil. Superados os aspectos sociais e estéticos que marcaram o romantismo, pouco sobrou para se fomentar um romance deste gênero na segunda metade do século XX. Mesmo considerando que o diagnóstico de uma determinada camada social, espelhada num extrato histórico nacional, seja uma característica do gênero, o impacto dos grandes eventos em **O tempo e o vento** não pesa sobre toda a sociedade, mas sobre a elite burguesa que transita em torno do Sobrado.

Ela não pode, sob nenhum ponto de vista, ser representativa do conjunto da sociedade, mas de um pequeno extrato – a despeito deste grupo ter o privilégio de dirigir os rumos da história. Os protagonistas da trama familiar tornam-se agentes dos eventos, não ficam numa postura de passividade aos seus efeitos. Instigados pelos acontecimentos, quase sempre transmitidos pela imprensa escrita, os personagens tomam parte das lutas em jogo, aproveitando-se da ocasião para garantir uma posição de destaque.

A releitura de fontes, principalmente as da imprensa, recurso persistente nos três

¹⁹ Podemos acrescentar, ainda, os jornalistas que “invadem” o terreno dos historiadores para escrever biografias e narrar eventos históricos em um estilo bem próximo ao da narrativa de ficção, caso de Fernando Morais, Ruy Castro, Elio Gaspari e Laurentino Gomes.

volumes, funciona como um parâmetro referencial para alimentar a intriga ficcional. Ela evidencia a preocupação com detalhes particulares que correspondam à “verdade histórica”, sem que isso implique na simples reprodução exótica como ocorre com os românticos. São as notícias dos jornais e revistas e as informações dos livros de história que preenchem o pano de fundo da narrativa, fornecendo a matéria-prima necessária para o desenvolvimento da saga familiar. Em **O tempo e o vento** a fidelidade histórica reside nos pequenos detalhes – datas, nomes, ações e reações registradas na história oficial – e raramente na psicologia histórica dos personagens, no “aqui e agora de suas motivações psíquicas e de sua atuação”, como demonstra Lukács (1966, p. 66-67, TIB) em relação a Walter Scott.

Isso tudo, claro, pode apresentar-se de outra maneira em determinados episódios da trilogia, principalmente os de **O continente**. Como já apontamos, os diferentes focos narrativos e pontos de vista do romance permitem outras conclusões, mas destacadas do contexto geral da trilogia.

Embora **O tempo e o vento** esteja ancorado na história e faça a crônica de seus episódios, não necessariamente pode ser considerado um romance histórico – ao menos no modelo definido por Lukács.²⁰ No caso da trilogia de Erico Verissimo, multiplicam-se os discursos e registros históricos que contribuem para ampliar a representação histórica do Brasil e do Rio Grande do Sul. Essa “representação histórica”, porém, não credencia a narrativa ao gênero de romance histórico segundo o modelo por excelência descrito por Lukács.

É importante salientar que ao procurarmos mostrar o distanciamento da trilogia em relação ao padrão da narrativa histórica, segundo Lukács, não vemos isso como limitação estética. Pelo contrário, amplia-se o valor da obra enquanto produto nascido dentro do contexto moderno, aberto para a atualidade, mas que também se apropria do trabalho dos predecessores.²¹ Mais importante, talvez, do que insistir em uma definição de gênero ou subgênero, o que em geral reduz a análise à solução do “problema”, é definir o lugar de **O tempo e o vento** na tradição literária brasileira e apontar o legado do projeto romanesco do autor.

²⁰ Existem algumas interpretações, mais atuais, que ampliam as possibilidades de enquadramento de obras ficcionais do século XX no gênero de romance histórico. Ver: HUTCHEON, Linda. **A poetics of postmodernism: history, theory, fiction**. New York: Routledge, 1988; PERKOWSKA, Magdalena. **Historias híbridas: la nueva novela historica latino-americana (1985-2000) ante las teorías posmodernas de la historia**. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Veavuert, 2008.

²¹ Temos em mente o artigo “Nacional por subtração”, de Roberto Schwarz (1987, p. 31, TIB).

Como bem apontou Weinhardt (2000, p. 103, SEV), a permanência desse legado fica evidente em autores como Josué Guimarães, particularmente em **A ferro e fogo** (1972/75), Luiz Antonio de Assis Brasil, na trilogia **Um castelo no pampa** (1992/94), e em Tabajara Ruas, no romance **Os varões assinalados** (1985). Certamente outros escritores da segunda metade do século XX também seguiram a matriz estabelecida por Erico Verissimo com o romance **O tempo e o vento**.²²

Durante um debate em que participaram Carlos Vogt, Flávio Aguiar, Lúcia Teixeira Wisnik, João Luiz Lafetá e Davi Arrigucci Jr, este último abre uma discussão sobre a relação do romance brasileiro com o jornalismo, afirmando que “na ficção de setenta para cá apareceu uma tendência muito forte, um desejo muito forte de voltar à literatura mimética, de fazer uma literatura próxima do realismo, quer dizer, que leve em conta a verossimilhança realista. E com um lastro muito forte de documento” (ARRIGUCCI JR., 1979, p. 79, TIB).

Arrigucci Jr. classifica essa tendência da década de 70 de “neo-naturalismo” ou “neo-realismo”, ligada às formas de representação do jornal, mais especificamente em relação à técnica do romance-reportagem, citando obras de Paulo Francis, Antonio Callado e José Louzeiro. Os exemplos de romances apresentados têm como princípio a vontade de manter a verossimilhança, mas sempre usando a alegoria.

Ribeiro (2006b, p. 133-146, TIB) analisa mais a fundo algumas dessas obras escritas nos anos 70, particularmente as de José Louzeiro e Fernando Gabeira, nas quais ficam impressas as marcas da reportagem e do testemunho vivido. Segundo Ribeiro, a temática das obras destes autores está ligada a fatos, fenômenos e personagens reais e o processo de construção ficcional contempla a exploração de materiais informativos que foram noticiados por diferentes mídias. Nas palavras de Ribeiro (2006b, p. 136, TIB), “percebe-se que a notícia sobre o fato ou fenômeno real foi transposta para o texto jornalístico e daí para o texto ficcional”, o que revelaria uma estrutura de palimpsesto, “em que a obra criada revela vestígios de textos anteriores”.²³

²² Há quem perceba a influência do romance além fronteiras. Costa (1969, PP) afirma na orelha do livro **Antologia do conto gaúcho** que **Cem anos de solidão** guarda muitas semelhanças com **O tempo e o vento** e proclama Aureliano Buendía “primo” de Rodrigo Cambará. Durante um encontro pessoal com Flávio Moreira, em 1972, García Márquez teria confirmado que lera o romance de Verissimo, o que não garante que o escritor colombiano tenha se inspirado neste para escrever **Cem anos de solidão**. Luis Fernando Verissimo (2000, p. 22, SEV), filho de Erico Verissimo, também faz uma afirmação neste sentido: “O Gabriel García Márquez, lá de outra margem, a reconheceu, e diz que foi um dos livros que o influenciaram na construção do **Cem anos de solidão**.” Essa hipótese ainda está aberta a um estudo comparativo.

²³ Outros autores também analisaram a tendência da ficção dos anos 70 de se empenhar numa espécie de neonaturalismo ligado às formas de representação de jornal. Na acepção de Süsskind (1984, p. 174, TIB), o

Vamos ver nos próximos capítulos que esse “neorealismo” surge pelo menos duas décadas antes, com a publicação das duas primeiras partes de **O tempo e o vento**. Não se trata aqui de alegoria, reflexo da censura ou simples imitação de técnicas jornalísticas. Tampouco de um “processo de amplificação em relação àquilo que apareceu como fato jornalístico nas mídias”, como observa Ribeiro (2006b, p. 137, TIB) nas obras de Louzeiro e Gabeira, e que traduz um tom de denúncia dos problemas das instituições sociais. Trata-se da inclusão do factual no plano fabuloso com o objetivo de contribuir para o teor de verdade da ficção, porém sem um compromisso de fidelidade com o fato noticiado. De tal forma que a notícia também torna-se ficção, já que muitas vezes seu conteúdo é alterado para a obtenção de outros efeitos.

Por tudo isso, a expressão literária de **O tempo e o vento** consegue, ao mesmo tempo, manter-se próxima da melhor tradição da literatura brasileira desde suas origens e descortinar novas possibilidades técnicas e estéticas, que são exploradas ao extremo pela geração seguinte.

1.2 Erico Verissimo e os jornais

A biografia de Erico Verissimo acompanha paralelamente alguns dos principais momentos das transformações da imprensa brasileira. Nascido em 1905, Erico Verissimo foi educado num ambiente cercado de livros e jornais. Seu pai e seu avô eram leitores obstinados e Erico aprendeu desde cedo a folhear as páginas dos jornais, principalmente o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*, que formavam a vanguarda do jornalismo no Rio Grande do Sul à época.

Essas publicações de fato mexiam com o imaginário do menino, que por volta dos 10 anos de idade já andava às voltas com seu próprio periódico, mais precisamente uma revista, “A Caricatura”, que consistia em pequenos desenhos e notas escritos em duas folhas de papel almaço. Conforme ele conta em suas memórias, o tema destas “edições” girava em

contexto político brasileiro pós-golpe de 1964 fez com que escritores buscassem na *informação* um “curativo romanesco” para as divisões na sociedade brasileira. Esse caminho alternativo teria originado uma literatura marcada por um forte neorealismo, em que ficção e jornalismo tornam-se termos inseparáveis. “A representação do jornalista como herói ou narrador privilegiado no romance brasileiro dos anos Setenta funciona, nesse sentido, como compensação simbólica, tanto para os leitores, sem acesso à livre informação, quanto para os próprios autores-repórteres, amordaçados pela censura.” (p. 177) Ver também: GONÇALVES, Marcos Augusto; HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Política e literatura: a ficção da realidade brasileira. In: ARMANDO, Freitas Filho (Org.). **Anos 70: literatura**. Rio de Janeiro: Europa, 1979. p. 7-81.

torno da Primeira Guerra Mundial, contendo caricaturas do “odiado Kaiser” e retratos a bico de pena de “generais franceses como Joffre, Pétain, Weigand, Foch” (VERISSIMO, 1995a, p. 100-1, OEV). Em “A Caricatura” o conflito era tratado com “espírito maniqueísta. O Bem contra o Mal. O Direito contra a Tirania. Bandidos contra Mocinhos, como nas fitas de cinema. Até Castro Alves colaborou no meu periódico” (VERISSIMO, 1995a, p. 101, OEV).

Para elaborar essa revista, Erico Verissimo baseava-se no perfil editorial dos jornais e nas publicações de propaganda que o governo inglês distribuía na América do Sul, em versões em espanhol. Afirma o escritor lembrar-se até “do cheiro de tinta de impressão desses panfletos”, e que jamais esqueceu “um poema contra o Kaiser Guilherme II em que, entre outros insultos, se dizia que ele era “sanguinario cual elefante” (VERISSIMO, 1995a, p. 102, OEV). Ainda nas palavras do escritor (1995a, p. 102, OEV), “A Caricatura” morreu antes do fim da guerra porque esta passou a tornar-se uma rotina,

já que ela nos chegava transformada em escrita, através da imprensa. Nós lhe víamos apenas a parte heróica, esquecidos ou ignorantes dos sofrimentos e da destruição de vidas humanas e de cidades inteiras, sob os bombardeios. A guerra do papel era excitante e bela, principalmente a aérea.

Ainda houve motivos para um “número póstumo”, em que o redator pede que o Brasil declare guerra à Alemanha após os submarinos alemães torpedearem os navios brasileiros. Quando os Estados Unidos anunciam a entrada no conflito, o jovem redator noticia a novidade em uma nova publicação, batizada de “Iris”. Outra experiência semelhante ocorre durante a adolescência, no ambiente do internato. Em 1922, em meio às festas comemorativas do primeiro centenário da Independência do Brasil, Erico Verissimo cria a revista “O Pindorama” para dedicar um número especial ao tema (1995a, p. 150, OEV).

A elaboração destas revistas artesanais é um exemplo pouco desprezível da importância dos jornais na formação intelectual de Erico Verissimo, muitos anos antes de começar a carreira de escritor. Membro de uma família que dispunha de boas condições financeiras, onde todos sabiam ler e a convivência com livros e jornais era algo comum, Erico Verissimo foi uma testemunha da evolução dos meios de comunicação no segundo decênio do século, período em que novas tecnologias – telégrafo, prensa rotativa e fotografia, entre outros – favorecem novas relações entre jornal e sociedade.

Os novos apelos da imprensa, centrados no estilo discursivo do repórter, profissional da imprensa que surge como um agente capaz de gerar “um novo mundo: um mundo que mescla realismo e romance”, nas palavras de Barbosa (2007, p. 50, IM), encontravam

ressonância num público leitor aberto aos relatos que ultrapassavam as fronteiras dos pequenos municípios. Não seria diferente com o futuro romancista. Por vezes, comentários e observações baseados no conteúdo da imprensa são absorvidos pelo menino e, mais tarde, aproveitados na construção de seus personagens e na ambiência de época das narrativas.

O escritor conta que nas rodas de chimarrão discutiam-se as operações de guerra e frequentemente um daqueles homens invocava episódios da Revolução de 1893, na qual havia tomado parte. No entanto, quando o assunto enveredava para a Primeira Guerra, havia no grupo um velho gaúcho que não mostrava interesse pelo conflito europeu. “Por quê? Um dia ele próprio me explicou: 'Menino, não hai guerra nenhuma. Tudo isso não passa duma invenção do *Correio do Povo* para aumentar sua venda avulsa'. Fiquei pensando, numa confusão de pensamentos e sentimentos” (VERISSIMO, 1975, p. 2, OEV).

Mas Erico Verissimo não tomava conhecimento do noticiário nacional e internacional apenas na leitura de jornais de Porto Alegre ou do interior do Estado. Alimentava também a curiosidade nos almanaques disponíveis na farmácia paterna e em títulos de revistas ilustradas como *Eu sei tudo* e a francesa *L'Illustration*, publicação de circulação semanal assinada pelo pai. Apaixonado pela França, considerada sua segunda pátria, Sebastião Verissimo baseava-se no noticiário desta revista para improvisar discursos a favor dos franceses durante a guerra. A *L'Illustration* serve de inspiração literária e cultural para o personagem Rodrigo Cambará em **O tempo e o vento**.

Sobre *L'Illustration* o escritor recorda as caricaturas, os anúncios de automóveis e de chocolate, as ruas e monumentos de Paris. O que mais atrai sua atenção na revista, porém, são as reportagens sobre a Indochina: “Lá estavam aqueles clichês de nativos, magros, descalços, com suas calças a meia canela, seus chapéus cônicos – figuras que sugeriam histórias de crimes, emboscadas, punhais e venenos sutis” (VERISSIMO, 1995a, p. 69, OEV). Muitas imagens e descrições de eventos publicadas nesta revista ficam registradas na memória do leitor e mais tarde são introduzidas em suas narrativas, como a edição dedicada à peça **Chantecler**, de Edmond Rostand, e as descrições da cidade vietnamita de Hué, cujas características são reproduzias em **O Prisioneiro** para ambientar a ação do romance.

Ainda tomando suas memórias como parâmetro inicial para observarmos a estreita proximidade entre Erico Verissimo e a imprensa e a influência desta na formação do intelectual, podemos atestar a importância do jornal como instrumento de datação cronológica do tempo histórico referencial, um recurso que acompanha o escritor na produção ficcional.

Quando recorda os momentos de crise na política estadual, geralmente associa os eventos ao que tomou conhecimento pela imprensa. Ao referir-se sobre a Revolução de 1923, Erico Verissimo (1975, p. 2, OEV) afirma:

Foi através do diz-que-diz-que municipal e pelas páginas do *Correio do Povo* que 'fiz' a Revolução de 23. Em minha casa éramos todos assisistas. Dessa vez o meu maniqueísmo escolheu como bode-expiatório o dr. Borges de Medeiros. Eu não sabia ainda que essas histórias políticas não são tão simples e claras como parecem à primeira vista, principalmente quando olhadas com olhos apaixonados.

Até mesmo ao relatar o que aconteceu no mundo no dia de seu nascimento, o escritor orienta-se pelos eventos publicados na imprensa. “Nasci a 17 de dezembro de 1905, sob o signo de sagitário. Andavam no ar ecos da Guerra Russo-Japonesa, e os jornais comentavam ainda os horrores do massacre de São Petersburgo” (VERISSIMO, 1995a, p. 33, OEV). Outro exemplo de experiências próprias e lembranças da infância que o auxiliam na caracterização de seus personagens e na relação destes com os periódicos vem do seu avô, Aníbal Lopes da Silva.

Como relata Verissimo (1995a, p. 29, OEV):

Assinante dum jornal maragato de Bagé, era admirador fervoroso de seu diretor, cujos editoriais políticos costumava ler em voz alta e bem modulada. Um dia cheguei à casa do velho no momento em que ele vibrava de emoção, lendo um artigo que o citado jornalista escreve sobre Assis Brasil, às vésperas da Revolução de 1923. ‘Que cosa extraordinária!’ – exclamou. E, entregando-me o diário, pediu: ‘Leia alto esse editorial. Obedeci. Não tenho o talento da oralidade. Comecei a ler com voz neutra e sem a menor entonação: “Mas leia com cadência, menino!”’. Fiz o que pude, o que não foi muito.

A maneira passional com que o avô relaciona-se com os noticiários da política serve de modelo para a criação do personagem Babalo, de **O tempo e o vento**. Na representação ficcional da Revolução de 1923, no episódio “Lenço encarnado”, Babalo tem uma reação idêntica a essa relatada por Verissimo em suas memórias. Esse comportamento do escritor confirma as palavras de Benjamin (1994, p. 201, TIB), quando nos diz que “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes”.

A relação de Erico Verissimo com o jornalismo estreita-se ainda mais com sua mudança para Porto Alegre, em 1930. Após uma experiência frustrada como sócio principal da Farmácia Central, que pertencera ao pai, Erico Verissimo decide tentar a sorte na Capital. Nesta época ele já havia publicado alguns contos no jornal *Correio do Povo* e na *Revista do*

Globo e acaba sendo contratado como secretário da revista pelo escritor Mansueto Bernardi. Na redação da *Revista do Globo*, Erico Verissimo desempenha as funções de redator, tradutor, paginador, diretor e, como ele conta, “ocasionalmente escritor americano ou inglês, quando por injunções tipográficas não era compelido a ser também poeta oriental” (VERISSIMO, 1995a, p. 254, OEV).²⁴ O trabalho na redação certamente propicia ao escritor o contato com muitos tipos de pessoas e permite treinar a habilidade de observação.

O escritor, porém, lamenta ter necessitado dedicar sua atenção a tarefas de natureza jornalística, pois o trabalho lhe consumia os dias na confecção da revista e as madrugadas na tradução de autores estrangeiros. Para a dedicação aos seus próprios livros restavam apenas as tardes de sábado. O escritor define a experiência:

[...] um tipo de trabalho fútil e não raro idiota, como o de ler e publicar sonetos miseráveis – porque o “poeta”, segundo o gerente da Livraria do Globo, era um bom freguês da Casa e não podia ser “desconsiderado” – ou então reproduzir fotografias de “galantes e inteligentes meninos”, filhos de assinantes da revista ou ainda instantâneos sob títulos como “Aspectos do Último Veraneio na Praia de Cidreira” ou “Ecos do Carnaval em Vacaria. (1995a, p. 254, OEV)

Erico Verissimo insere-se neste sentido no extenso grupo de escritores abrigados pela imprensa. Nessa estreita proximidade entre jornalismo e literatura, a imprensa torna-se uma segurança financeira para os intelectuais e garante a possibilidade de notoriedade com a divulgação de seus escritos. Ainda no início dos anos 60 do século XIX, Machado de Assis já passava pelas redações de revistas literárias e de outros gêneros, nas quais o jovem escritor publicava poemas, crônicas teatrais, traduções e um ou outro conto. Em 1861, Machado de Assis passou a integrar a equipe de redação do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, primeiro como redator do noticiário e repórter do Senado e alguns meses mais tarde como cronista de assuntos do cotidiano, quando começa a exercitar a sua habilidade de prosador.

Por esse caminho segue a maioria dos literatos da segunda metade do século XIX, até chegarmos ao século XX. Pelo menos nessa fase, a relação entre literato e imprensa periódica não era encarada como um desvio de percurso ou algo prejudicial à literatura. Broca (2004, p. 285, TIB) destaca que na virada do século a industrialização da imprensa não prejudica a literatura e que a maioria dos jornais das capitais de províncias continuavam a acolher e a

²⁴ Para tapar “os buracos” e garantir a circulação da revista dentro do prazo, Erico Verissimo escrevia às pressas poemas, haicais, artigos e até contos e os publicava com pseudônimos. Hohlfeldt (2005, p. 176, SEV) conta que em certa ocasião o romancista escreveu um conto intitulado “Lama nas trincheiras” e o atribuiu a um suposto escritor norte-americano, Gilbert Sorrow, apresentado inclusive com biografia. Uma revista argentina “chupou” o conto da *Revista do Globo* e o atribuiu ao mesmo escritor inexistente.

pagar pela colaboração literária. Assim, nomes como Olavo Bilac, Medeiros e Albuquerque, Coelho Neto, João do Rio e Euclides da Cunha, por fazerem da imprensa um meio de vida, podiam ser chamados de jornalistas ou escritores, sem que isso implicasse em questionamentos morais ou de valor estético. No entanto, certo despeito quanto a essa relação já era sentido entre os próprios intelectuais.

João do Rio realizou uma pesquisa em 1905, reunida mais tarde em livro (1994, p. 76), na qual busca saber a opinião dos escritores brasileiros a respeito das relações entre literatura e jornalismo. Uma das perguntas da entrevista era a seguinte: “O jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária?” Embora cada um tenha interpretado a questão a sua maneira, já que o entrevistador não define com precisão o sentido exato de jornalismo, as opiniões são divididas. Félix Pacheco, Silva Ramos, Frota Pessoa, Sousa Bandeira e Afrânio Peixoto fazem muitas restrições, mas ao final aprovam a literatura feita em jornal, a qual mesmo sendo produzida de maneira apressada lucra por outro lado com a difusão. Sílvio Romero, Olavo Bilac e Medeiros e Albuquerque são favoráveis sem nenhuma restrição. Já Luís Edmundo, Elísio de Carvalho, Pedro de Couto, Inglês de Sousa e Gustavo Santiago são inteiramente contrários por considerarem essa relação incompatível com a arte.

A opinião de Medeiros e Albuquerque reflete a situação vivida por Erico Verissimo:

É certo que a necessidade de ganhar a vida em misteres subalternos de imprensa (sobretudo o que se chama 'a cozinha' dos jornais; a fabricação rápida de notícias vulgares), misteres que tomam muito tempo, pode impedir que os homens de certo valor deixem obras de mérito. Mas isso lhes sucederia se adotassem qualquer outro emprego na administração, no comércio, na indústria... O mal não é do jornalismo: é do tempo que lhes toma um ofício qualquer, que não os deixa livres para a meditação e a produção. (RIO, 1994, p. 76, TIB)

Diferentemente de Machado e tantos outros escritores, o único proveito que Erico Verissimo tira do trabalho na redação é a garantia do salário no final do mês, já que suas obras são publicadas diretamente em livros e os escritos jornalísticos são camuflados. Segundo aponta Hohlfeldt (2005, p. 166, SEV), a produção de Erico Verissimo – incluindo o período de atividade jornalística – destinada a jornais e revistas em 45 anos de vida literária (ficção, crônicas e artigos) revela dois momentos distintos:

- Nos primeiros dez anos de sua existência como escritor, Erico Verissimo publica em jornais para ganhar algum dinheiro e, ao mesmo tempo, divulgar sua própria obra. É ele, pois, quem precisa e busca os periódicos.
- No restante de sua carreira, que cobre, portanto, pelo menos mais 35 anos, ele é procurado pela imprensa, devido a seu sucesso e a seu reconhecimento,

escrevendo artigos de colaboração variados que servem para aproximá-lo do leitor e ainda divulgar sua obra, mas sem terem maior significação para ele. Na verdade, a imprensa é que se vale dele, ao contrário da fase anterior, em que ele se valia da imprensa.

A experiência negativa que o escritor gaúcho enfrenta com as atribuições jornalísticas na *Revista do Globo* tem a ver, certamente, com os novos padrões editoriais adotados com o processo de modernização da imprensa. Ao contrário do que acontecia com os escritores das gerações anteriores, que participavam das edições com atividades basicamente literárias, Erico Verissimo participa do jornalismo num momento em que as crônicas, contos e romances cedem lugar ao noticiário, reportagens e colunas sociais.²⁵ Se por um lado alguns escritores conseguem adaptar-se a essa realidade, como o próprio João do Rio, que faz da reportagem um gênero literário específico, outros perdem o espaço de outrora. Broca (2004, p. 288, TIB) completa: “Já que o escritor brasileiro não podia dispensar um *second métier*, era melhor alinhar notícias, forjar reportagens, como fizeram tantos, a reproduzir aquilo que Silva Ramos chama com finura: o quadro lendário do poeta morrendo de fome”.

Mesmo descontente com o trabalho e sem se considerar um jornalista na concepção profissional da palavra, Erico Verissimo foi o primeiro intelectual a presidir a Associação Riograndense de Imprensa (ARI), fundada em 1935 com a missão de defender os interesses dos jornalistas, intelectuais e trabalhadores das empresas de comunicação. Editor-chefe da *Revista do Globo* nessa época, Erico Verissimo recebeu a maioria de votos na eleição que também tinha como candidatos os escritores Viana Moog e Manoelito de Ornellas e o político Raul Pilla.

Três anos antes, o escritor havia assumido a edição de uma “página feminina” de publicação semanal no *Correio do Povo*, mais como um artifício para aumentar a renda familiar do que por prazer. A página chamava-se *A mulher e o lar* e trazia “crônicas e versos mundanos, receitas culinárias, modas, tudo sempre com a prestimosa colaboração da tesoura e do pote de grude” (VERISSIMO, 1995a, p. 254, OEV). Outra declaração sobre a página:

Deve ter sido das coisas piores que até hoje fiz em toda minha vida. Para essa meia página, cujo nome era obviamente feminina, eu costumava escrever uma crônica fútil e curta, que assinava com um pseudônimo. O resto eram notícias sobre filmes, artistas de cinema e ilustrações – em geral modas e bordados – pirateadas de revistas italianas e francesas. (1975, p. 2,

²⁵ Não por acaso a Editora Globo, que publicava a *Revista do Globo*, lança em 1936 a revista *A Novela*, dedicada exclusivamente à publicação de literatura de ficção. A nova publicação era dirigida por Erico Verissimo e dura apenas 15 meses, ou 15 números.

OEV)

Reverbel (1990, p. 24, SEV), que trabalhou com Erico Verissimo na *Revista do Globo*, confirma o desinteresse do escritor pela atividade jornalística. Para materializar o sonho de ser um romancista, o criador de **O tempo e o vento** teve que “sujeitar-se a recorrer a outros meios de vida, por ele desempenhados a contragosto, mas sempre de modo a resguardar e preservar a dignidade pessoal e a lisura funcional”. Aponta ainda Reverbel (1990, p. 24, SEV): “tenho como certo que Erico Verissimo só gostava de escrever ficção. Tudo que produziu, em outras áreas, não passaria da abertura do caminho que lhe permitiria dedicar-se a seus romances, em tempo integral e sem precisar recorrer a outros meios de vida”.

Após assumir a presidência da ARI, Erico Verissimo não deveria se surpreender, como se surpreendeu, com um convite para assumir a direção de um jornal diário. Esse convite surgiu por ocasião da fundação da *Folha da Tarde*, um projeto editorial de Breno Caldas, proprietário do *Correio do Povo*. Embora já fosse um intelectual influente nas rodas artísticas, escritor conhecido e um dos responsáveis diretos pelo sucesso da Editora Globo, o que justificava a proposta de Breno Caldas, Erico Verissimo declinou do convite. “O convite me lisonjeou mas – se eu não estava enganado sobre mim mesmo – eu não era, nunca fui um jornalista. Não podia imaginar-me a escrever editoriais. O meu caminho era outro” (1975, p. 2, OEV).

As experiências do romancista com o universo jornalístico – na leitura lúdica de jornais, na observação dos processos de produção, na própria produção de conteúdo e na percepção da influência da imprensa escrita sobre a vida social – ajudam a explicar não apenas a sua tendência de transpor para a ficção um ambiente – urbano ou rural – inseparável da participação midiática, mas também a verossimilhança e o estilo narrativo de seus romances. É fato que o trato do texto para jornal pode influenciar o estilo do escritor, um fenômeno observado desde as primeiras experiências do romance realista inglês, como bem mostra Watt (2010, p. 111, TIB) em relação a Defoe. Este, por escrever para um público mais amplo no jornal *The Review*, “tinha de fazer concessões muito maiores à capacidade de entendimento dos leitores”.

As marcas do treinamento na “dura escola do jornalismo” também se refletem num texto leve, de fácil compreensão e sem experimentalismos linguísticos da obra de Erico Verissimo. Neste sentido, os métodos do ficcionista estão intrinsecamente ligados ao fazer jornalístico. Se por um lado este estilo beneficia o autor na aceitação do público e no aumento

das vendagens, por outro ele desperta a desconfiança da crítica mais simpática à vanguarda literária.

A imprensa escrita, de uma forma direta ou indireta, mostra-se um documento imprescindível de interação com os personagens na realidade representada nos romances de Erico Verissimo. Em pelo menos cinco deles constata-se a representação do tipo jornalista, leitores de jornais e da recepção de noticiários no ambiente social, introduzidos no formato de artigos, anúncios ou reportagens que têm a função de revelar um momento particular da história.

Mantendo uma ordem cronológica das publicações, **Caminhos cruzados** apresenta diversas situações dessa natureza, nas quais alguns personagens exibem suas vaidades ao procurar informações sobre si mesmas nas páginas sociais enquanto outros apenas buscam distração na leitura das notícias. Neste romance apenas um jornal é identificado pelo título, o fictício “Gazeta”, sendo outras referências tratadas apenas por “o jornal”.

Em **O resto é silêncio**, Erico Verissimo faz uma espécie de ensaio para o tratamento que mais tarde daria à imprensa em **O tempo e o vento**. Neste romance ocorre o encontro entre o repórter Roberto, romântico e sonhador, e o político Aristides Barreiro, herdeiro da velha política caudilha, numa entrevista que ocupa exatas 13 páginas da narrativa. Diz o narrador que a vida de Aristides Barreiro está registrada nos jornais da cidade através de notícias, artigos, notas sociais e entrevistas e quem “se desse ao trabalho de folhear números atrasados de ‘A Federação’ e do ‘Correio do Povo’, entre 1914 e 1942, encontraria neles a história da carreira de um homem” (1994, p. 131, OEV). Como veremos no desenvolvimento da pesquisa, esses são os jornais mais citados em **O tempo e o vento**, embora na trilogia eles sejam empregados com finalidades diferentes, às vezes como confirmação da história representada, noutras como meio de afirmação de uma postura social ou ideológica dos personagens.

Em **O senhor embaixador**, romance publicado em 1965 no qual o escritor deixa de lado a temática regional para estudar o sistema político e social das repúblicas da América Central e do Sul e suas relações com os Estados Unidos, o jornalista norte-americano William B. Godkin surge como um elemento-chave na composição e sustentação do drama do Sacramento, país fictício que enfrenta uma revolução armada. Correspondente da agência internacional de notícias Amalgamated Press, especialista em assuntos latino-americanos, Godkin tem o ofício de registrar os acontecimentos e narrar aos leitores a sua versão dos

fatos. A “verdade” imediata sobre os episódios ocorridos no ponto culminante da trama sai da máquina de escrever do repórter diretamente para as páginas dos jornais de todo o mundo. A legitimação ou não dos atos cometidos no Sacramento passa, desta maneira, pela peneira deste personagem.

Por fim, em seu último romance, **Incidente em Antares**, de 1971, Erico Verissimo não economiza na representação da imprensa e dos jornalistas. Para trabalhar na cobertura jornalística do “incidente”, qual seja, a revolta dos mortos após uma greve de coveiros, deslocam-se para Antares repórteres e fotógrafos do *Correio do Povo*, do *Diário de Notícias*, da *Folha da Tarde* e da *Última Hora*, além de um cinegrafista da *TV Gaúcha* (todos veículos de comunicação que existiam à época da narrativa). As equipes realizam o trabalho de investigação para apurar os fatos, mas não encontram evidências materiais do “incidente”, apenas relatos orais de testemunhas.

O personagem central entre os jornalistas é Lucas Faia, redator do jornal *A Verdade*, o único jornalista que presencia o “incidente”, mas ao final é impedido de publicar sua reportagem por ordem das autoridades locais. O desfecho funciona como uma alegoria à censura imposta pelo regime militar. Neste romance, o escritor repete a experiência de **O tempo e o vento**, reproduzindo na ficção extratos de notícias retirados de jornais, como os discursos sobre a construção de Brasília publicados no *Correio da Manhã*, a reação popular após o suicídio de Getúlio Vargas, incluindo um trecho da “carta-testamento” lida por um personagem a partir de um recorte de jornal, um editorial de *O Globo* abordando o atentado contra Carlos Lacerda e a carta escrita por Jânio Quadros esclarecendo os motivos de sua renúncia.²⁶

Evidentemente Erico Verissimo não foi o primeiro nem o único escritor a perceber a possibilidade de tratar de jornais e jornalistas na literatura brasileira. O desenvolvimento de novos meios de comunicação na primeira metade do século XX consiste num elemento decisivo para as mudanças nas relações sociais ocorridas no período e isso, por si só, já se constitui em material de interesse para a ficção. As múltiplas possibilidades de relação entre

²⁶ Além dos romances, vale lembrar também os quatro livros de viagem publicados pelo escritor. Em meio a muitos aspectos que podem ser analisados nestas obras, Hohlfeldt chama a atenção para uma “perspectiva essencialmente jornalística”, na qual os relatos escritos “no calor da hora” tratam de países que se encontravam no centro das atenções mundiais. A saber: os Estados Unidos por causa da Segunda Guerra, em **Gato preto em campo de neve** (1941) e **A volta do gato preto** (1946); o México por conta do contraste com os Estados Unidos e pelo crescente movimento de contestação dos países latino-americanos ao imperialismo norte-americano, em **México** (1957); Israel devido aos conflitos entre judeus e palestinos após a divisão da Palestina, em **Israel em abril** (1969).

leitores e jornais e a configuração dos intelectuais da imprensa enquanto reprodutores de uma estrutura social mais ampla levaram muitos autores a explorar esse universo, com mais ou menos profundidade.

O maior exemplo vem de Euclides da Cunha, que parte de suas próprias reportagens e cartas escritas como enviado especial a Canudos, a serviço do jornal *O Estado de S. Paulo*, para escrever **Os sertões**. Além de seus próprios apontamentos e observações feitos *in loco*, e de uma série de fontes documentais, o escritor também utiliza o noticiário de outros jornais, nos quais encontra informações essenciais sobre Antônio Conselheiro e a própria guerra.²⁷

Machado de Assis, em **Esaú e Jacó** (1904), reflete sobre os primeiros anos da República e introduz na trama diversos eventos fundamentais da história brasileira. Um deles, que trata da Constituição de 24 de fevereiro de 1892, chega ao conhecimento dos protagonistas Pedro e Paulo por meio das notícias de jornal. Em **A conquista** (1899), Coelho Neto narra em um romance *à clef* as agruras dos literatos da imprensa, que vivem a boêmia dos jornais e dos cafés e buscam reconhecimento criando uma revista própria.

Lima Barreto aprofunda-se ainda mais no universo jornalístico em **Recordações do escrivo Isaiás Caminha**, publicado em Portugal em 1909. O romance satiriza de forma áspera a imprensa da época, formada por homens mesquinhos e corruptos, facilmente identificados nas figuras de jornalistas e críticos do jornal *Correio da Manhã*. Jorge Amado, em **O país do carnaval**, de 1931, questiona a militância política de intelectuais infelizes e fracassados que cultuam a imagem de Pedro Ticiano, um jornalista decadente com uma visão de mundo peculiar. Juntos, eles fundam o “Estado da Bahia”, um jornal de “combate” dividido entre os interesses políticos e a isenção crítica. Em **Angústia**, de Graciliano Ramos, a empregada do protagonista Luís da Silva, Vitória, acompanha todos os dias pela imprensa os informes de chegadas e partidas dos navios.²⁸

Em sua análise dessa abordagem narrativa em **Angústia**, Barbosa (2007, p. 147, IM) tem um entendimento semelhante ao nosso em relação a Erico Verissimo e **O tempo e o vento**. Barbosa comenta que os textos ficcionais, ao se apropriarem dos discursos

²⁷ Sobre Euclides da Cunha, Canudos e as fontes, ver: GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora**: a guerra de Canudos nos jornais. 4ª edição. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977; ANTUNES, Cláudia Rejane Dornelles. **Euclides e Arinos: o trabalho com as fontes**. In: GOMES, Gínia Maria (Org.), **Euclides da Cunha, literatura e história**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005; CUNHA, Euclides da. Canudos (Diário de uma expedição). **Obra Completa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. v. 2. p. 517-601.

²⁸ A lista de romances que abordam o jornalismo como alegoria, sátira, reconstrução de eventos ou instrumento auxiliar na representação de um determinado período da história não se esgota nesses exemplos e rende um estudo à parte.

jornalísticos, entendidos como restos de um passado que chegam até o presente e mostram as múltiplas relações dos leitores com os meios de comunicação, indicam a forma com que o público incorpora as mensagens e os apelos midiáticos, a partir dos quais os aspectos mais cotidianos da vida passam a ser regulados pela centralidade da mídia: “não é mais apenas a questão do poder da mídia que está em foco. O que está em jogo é a produção de novas sociabilidades reguladas por estes aparatos tecnológicos que instauram relações dialógicas e produzem subjetividade”.

Ao longo deste estudo, que tem como objeto a trilogia **O tempo e o vento**, vamos observar que tanto no nível do indivíduo quanto no coletivo Erico Verissimo procura mimetizar a vida a partir de experiências sociais que estão relacionadas à presença dos meios de comunicação impressos. Diferentes situações, lugares ou personagens da história estão geralmente ligados ao universo jornalístico, mesmo quando a fonte primária de consulta do escritor não foi necessariamente um jornal ou uma revista.

Desta forma, poderemos constatar que o escritor torna-se um dos primeiros da literatura brasileira, se não o único, a explorar em sua totalidade as implicações do campo midiático na formação de um grupo social. Pois, diferentemente de outros escritores que ocasionalmente trataram a imprensa em suas relações periféricas, ou nela se apoiaram exclusivamente com finalidade de testemunho ou documentação, Erico Verissimo cria um universo diretamente atrelado às informações noticiosas sem, contudo, perder as rédeas dos aspectos fabulosos que um romance de ficção exige. O mundo representado em **O tempo e o vento** resgata a sociedade observada pelo autor através da imprensa e a projeta em direção ao presente do leitor.

1.3 A fonte jornalística na composição da narrativa

Erico Verissimo não manteve um diário atualizado durante o período de escrita de **O tempo e o vento**. Salvo as agendas em que fazia algumas anotações e desenhava seus personagens, principalmente durante a produção de **O arquipélago**, pouco ou quase nada podemos saber sobre suas impressões durante o processo de criação literária. No entanto, as diversas entrevistas que concedeu a jornalistas e as memórias publicadas em livro nos fornecem alguns dados para entender como o autor preparou-se para escrever um romance peculiar, que abrange 200 anos de história do Rio Grande do Sul, do Brasil e do mundo.

Evidentemente nos interessa menos o que o escritor confessou a terceiros, jornalistas ou leitores de seus livros, do que o conteúdo da própria narrativa. É na ficção que vamos procurar entender como as fontes consultadas orientaram o escritor em seu projeto de romance. Neste ponto estamos de acordo com Bakhtin (2011, p. 5, TIB), quando aponta:

[...] o autor reflete a posição volitivo-emocional da personagem e não sua própria posição em face da personagem; esta posição ele realiza, é objetivada, mas não se torna objeto de exame e de vivenciamento reflexivo; o autor cria, mas vê sua criação apenas no objeto que ele enforma, isto é, vê dessa criação apenas o produto em formação e não o processo interno psicologicamente determinado. [...] Por isso o artista nada tem a dizer sobre o processo de sua criação, todo situado no produto criado, restando a ele apenas nos indicar a sua obra: e de fato, só aí iremos procurá-lo.

E o que podemos assegurar, de imediato, é que não confere a afirmação de Erico Verissimo de que fez o mínimo de pesquisas para escrever **O tempo e o vento**.²⁹ O tempo histórico representado indica inúmeros eventos que, sem consultas prévias a outras fontes, não poderiam ser abordados de acordo com o projeto pretendido pelo escritor. Pautada por marcos referenciais imprescindíveis para a representação histórica, de acontecimentos extraordinários a secundários, a trilogia deixa rastros facilmente percebidos de documentos consultados. Estes são empregados de maneira a amparar a intuição e a memória, ampliando as ferramentas necessárias para a confecção narrativa.

Alguns exemplos de eventos históricos em **O tempo e o vento** são: a Revolução Farroupilha (1835-1845), o início da imigração alemã nos anos de 1830, a Guerra do Paraguai (1864-1870), os debates em torno da abolição dos escravos e o surgimento do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) em 1884, a Revolução Federalista (1893-1895), as eleições de 1910, para a Presidência, e de 1915, para o Senado, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o assassinato de Pinheiro Machado em 1915, a revolução gaúcha de 1923, a Coluna Prestes, a Revolução de 1930, o Estado Novo, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a queda de Getúlio Vargas e a campanha eleitoral de Eurico Gaspar Dutra, em 1945.

Além destas ocorrências, o romance também traz inúmeras informações aparentemente de menor significado, porém decisivas para a representação completa da vida individual e coletiva. Entre as principais: os folhetins, as óperas, as peças de teatro, o cinema, os progressos da aviação, o surgimento do automóvel e do telefone, o gramofone, a peste

²⁹ “Sou fraco em matéria de pesquisas de qualquer natureza. Preguiça e falta de método. Um romancista é antes de tudo um intuitivo. Para *O tempo e o vento* fiz o mínimo de pesquisas. Não me arrependo disso. É muito perigoso para o romance quando o autor sabe coisas demais sobre uma região ou uma época histórica. Sua tendência é usar tudo o que sabe, isto é, atravancar as páginas do romance com móveis e utensílios, etc.” (VERISSIMO, 1999, p. 185, OEV)

bubônica de 1923, a morte do escritor Tolstói e do ator norte-americano Rodolfo Valentino e a queda da Monarquia em Portugal.

Num esforço para identificar as fontes utilizadas por Erico Verissimo na construção dos acontecimentos históricos na narrativa de **O continente**, Moro (2001, SEV) encontra evidências destas consultas em diversos livros que tratam da história rio-grandense nos séculos XVIII e XIX. De acordo com o estudo de Moro, em alguns casos é possível associar a tese apresentada no livro de história com o discurso de um personagem ou a descrição de situações pelo narrador na ficção.³⁰

As agendas deixadas pelo escritor também revelam aspectos importantes de sua metodologia de pesquisa, principalmente em relação à última parte da trilogia. Bordini (1995, p. 84, SEV) anota que “Erico se preocupa em fundamentar suas fábulas em documentação fidedigna” e que (1995, p. 95, SEV) “nos esboços de **O arquipélago** aparecem citados inúmeros historiadores e memorialistas para apoiar a construção de certos episódios e cenas”.³¹

Nestas agendas, o escritor estabelece roteiros de consultas e de eventos históricos previstos para cada episódio. Por exemplo, para construir o cenário de **O retrato**, o autor relaciona documentação baseada em dados da revista francesa *L'Illustration*, nos números de 1909 e 1910. Conforme está registrado em uma destas agendas e transcrito por Bordini (1995, p. 137, SEV), Erico Verissimo destaca datas e fatos que deveriam ser incluídos no romance, tais como: 2 de julho (primeiro pacote aéreo), 24 de setembro (Sarah Bernhardt desembarca), 31 de dezembro (cinema falado), 8 de janeiro (canal do Panamá), 22 de janeiro (cometa Halley), 12 de janeiro (Rostand, **Chantecler**).³²

Embora nem todas as informações apontadas nos esboços tenham sido aproveitadas, a simples definição dos acontecimentos que deveriam ser citados na trama deixa claro que o quadro histórico planejado não poderia ser erguido sem esta base de dados de livros, revistas e jornais. Além de *L'Illustration*, o autor também aponta consultas a serem realizadas nas

³⁰ Segundo levantamento de Moro (2001, p. 10, SEV), Erico Verissimo emprestava livros da biblioteca de Moyses Velhinho. Entre os historiadores a que o escritor possivelmente teve acesso estão: Carlos Dante de Moraes; Walter Spalding; Clemenciano Barnasque; Antonio Carlos Machado; João Pinto Guimarães; Alcides Lima; João Pinto da Silva; Aquiles Porto Alegre; Múcio Teixeira; Alfredo Varela e Carlos Teschauer.

³¹ Bordini (1995, p. 95, SEV) cita a presença de Luderitz Ramos, sobre as crises da pecuária e a revolução de 1923, o General Góis Monteiro para o Governo Provisório, Roger Bastide sobre a povoação, Pedro Calmon sobre o governo de Bernardes e as cartas de Getúlio Vargas a Washington Luiz.

³² Vamos observar no decorrer de nosso estudo que o escritor busca nas publicações periódicas, geralmente, aquilo que Morin (1967, p. 38-9, TIB) chama de setor da informação e setor do romanesco, caracterizados pelos “fatos diversos” - “faixa de real onde o inesperado, o bizarro, o homicídio, o acidente, a aventura irrompem na vida quotidiana” - e as “vedetes” - “que parecem viver abaixo da realidade quotidiana”.

revistas *Problemas*, *Synthe'se* e *Paulista* e no jornal *Correio do Sul*. No entanto, tratando-se da imprensa, foi o *Correio do Povo* o jornal que mais forneceu material de consulta ao escritor, principalmente para a escrita de **O retrato**. Como ele mesmo confirma, para escrever a segunda parte da trilogia cercou-se de volumes antigos deste jornal, correspondentes aos anos de 1910 a 1915 (VERISSIMO, 1995a, p. 303, OEV).

Esta apropriação da fonte primária da imprensa para fins de datação do tempo decorrido e de inclusão de fatos históricos é uma das bases da criação literária de **O tempo e o vento**. Neste sentido Erico Verissimo procede inicialmente como um historiador, investigando em exemplares de jornais e revistas os registros noticiosos que possam ajudá-lo a recompor o ambiente histórico de um período determinado. Em seguida, trabalha como um editor de redação, escolhendo os trechos mais interessantes para a transposição à narrativa. Por fim, o escritor sente-se seguro para costurar a trama romanesca aos temas históricos, fazendo da imprensa e da história os instrumentos legitimadores da ficção.

O emprego de matéria-prima da imprensa consiste em um elemento fundamental para a compreensão da estética ficcional e da ética do escritor em **O tempo e o vento**, considerando-se que o ponto de partida de seu projeto era justamente esquivar-se da história oficial e desmitificar o passado. Pesavento (2005, p. 2, SEV) encara esse recurso jornalístico como uma “nota de rodapé ou citação do texto histórico”, com o qual o autor “desafia o leitor a refazer o seu caminho de pesquisa nos arquivos para certificar-se e concordar com ele. Nesta medida, o texto tem um sabor de real, e as situações e personagens foros de veracidade”.

É possível ampliar essa interpretação e seu significado no plano de criação romanesca. O “sabor de real” e a “veracidade” não nascem, ao que parece, de simples citações do texto histórico como notas de rodapé, mas da incorporação destas ao fluxo narrativo e à essência psicológica dos personagens. Tudo resulta em um universo imaginário uniforme, em que o projeto mimético depende de confirmação documental. O efeito dessa técnica é uma busca constante de equilíbrio entre a exigência de veracidade e a licença poética. Em outras palavras, o escritor precisa ao mesmo tempo ser fiel ao tempo cronológico e aos modelos culturais sem abdicar do direito de manipular os elementos ficcionais.

O jornal, a revista e até certo ponto o almanaque são tão importantes quanto outros objetos-símbolo presentes na trama, como a tesoura, a roca e o punhal. Elementos que sinalizam a continuidade da vida em meio ao dismantelamento progressivo do clã, esses

objetos sobrevivem a cada nova geração e funcionam como um elo de aproximação entre presente e passado da ficção. As folhas impressas, no entanto, superam em significado os demais objetos herdados pelos integrantes da família Terra Cambará porque, além de retratarem os hábitos de leitura e a formação ideológica de um determinado grupo social, registram um instante da história no presente real de sua publicação, sendo posteriormente usadas para reconstituir o presente da narrativa.

Diferentemente do que ocorre nos romances do final do século XIX e início do XX, em que a figura do jornalista passa a interessar aos ficcionistas, eles próprios geralmente bem ambientados nas redações, em **O tempo e o vento** a presença deste profissional não se resume a uma tipificação alegórica como acontece nos romances de Lima Barreto, particularmente em **Recordações do escrívão Isaías Caminha** e **Numa e a ninfa**. Existem, sim, instantes de abordagem alegórica e estereotipada da postura ética do jornalista e da participação do jornal enquanto aparelho ideológico. Não obstante, a finalidade primeira da aplicação desse recurso técnico reside na transposição de notícias que ora servem para criar um efeito de verdade aos eventos ora para direcionar as ações dos protagonistas.

Erico Verissimo recorre de duas maneiras distintas às publicações impressas para preencher o quadro histórico em **O tempo e o vento**. Uma delas refere-se à tipificação de jornalistas, sendo estes uma espécie de mediadores da ação narrativa. São exemplos Toríbio Rezende, Amintas Camacho e o próprio Rodrigo Cambará. A outra baseia-se na transcrição direta de notícias, editoriais e manchetes de jornais e revistas, uma prática restrita à disponibilidade do escritor a estas fontes. Como a trilogia começa a ser escrita no final dos anos de 1940, exemplares das primeiras quatro décadas do século são facilmente acessadas. Por isso, as referências à imprensa são abundantes a partir do episódio “Chantecler”, que transcorre em 1910, e continuam constantes em praticamente todos os episódios situados a partir desta data até o fechamento da narrativa.

Por uma via indireta, o escritor “usa” a imprensa para fortalecer a verossimilhança de acontecimentos pertinentes do século XIX. Sem dispor de jornais, revistas ou almanaques deste período para fins de consulta, o escritor recorre a outras fontes, como os livros de história, mas apresenta as informações como se a origem destas fosse os jornais. Nesses casos a imprensa periódica auxilia o narrador em seu relato sobre determinados acontecimentos do presente da ficção, fortalecendo o peso do discurso.

Assim, mesmo sem citar nomes de jornais, o escritor indica como os eventos

históricos teriam ocorrido segundo as publicações da imprensa, observando a evolução dos periódicos no Rio Grande do Sul e a sua participação nos acontecimentos. O primeiro registro desse tipo ocorre no episódio “Um certo Capitão Rodrigo”, durante a Revolução Farroupilha. Embora numa passagem rápida, o texto faz referência aos discursos publicados nos jornais durante o movimento armado dos gaúchos contra o Império. Mais adiante, são os jornais que trazem notícias sobre a estrada de ferro, a epidemia de cólera e outros acontecimentos mundanos. O almanaque do personagem Dr. Nepomuceno, por sua vez, fornece ao leitor diversas informações sobre a formação econômica e étnica de Santa Fé, bem como datas e personalidades importantes da cidade fictícia.

Outro exemplo da importância dada pelo escritor à representação da imprensa passa pelo personagem Dr. Winter, imigrante alemão que fixa residência em Santa Fé e acompanha as notícias da província e do resto do mundo com a leitura de jornais e cartas enviados pelo conterrâneo Carl von Koseritz, um dos intelectuais mais influentes da segunda metade do século XIX no Rio Grande do Sul. O diálogo entre um personagem da ficção e uma personalidade da história, recurso que se repete em outros momentos da narrativa de **O tempo e o vento**, ocorre por meio dos escritos na imprensa periódica, na correspondência e nos livros publicados por Koseritz, cujas ideias, em sua maioria, passaram pelas páginas dos jornais.

No auge da crise do sistema monárquico e das discussões em torno da abolição dos escravos, entram em cena os jornais fictícios *O Arauto* e *O Democrata*, livremente inspirados em *A Federação* e *O Liberal*, jornais oficiais dos partidos Republicano e Liberal. Com a farta documentação existente a respeito da criação do Partido Republicano e da participação de Júlio de Castilhos nesta agremiação, Erico Verissimo acrescenta ao panorama do debate político as principais diretrizes ideológicas do partido, incluindo discursos publicados em editoriais de *A Federação*. O mediador do discurso nesta fase é o advogado e jornalista Toríbio Rezende, responsável pela edição de *O Arauto* e pela apresentação das ideias republicanas e abolicionistas junto a Licurgo Cambará.

Mais adiante, na largada para a fase do jornalismo profissional, enquadrado nos modelos capitalistas, encontramos um contraponto entre os boletins do jornal *Correio do Povo*, considerado o pioneiro da imprensa gaúcha em gestão empresarial, e os fictícios *A Farpa* e *A Voz da Serra*, ainda atrelados aos modelos da imprensa política. O mesmo ocorre nos anos 20, época de intensas turbulências institucionais, quando Rodrigo Cambará funda o

jornal *O Libertador* para provocar os republicanos fieis a Borges de Medeiros. Somente após o fim do Estado Novo o conteúdo da imprensa parece surgir livre de cerceamentos, preservando autonomia na cobertura dos acontecimentos e liberando os ataques mais diretos nos anúncios pagos.

Pode-se acompanhar, portanto, neste cenário histórico apresentado em **O tempo e o vento**, não apenas o desenvolvimento da imprensa desde os seus primórdios até sua consolidação na sociedade, mas também o emprego do registro jornalístico de forma consciente e determinante para a composição narrativa. O resultado estético dessa opção do escritor conduz à configuração de uma determinada versão histórica que passa pelos meios de comunicação para se transformar na “verdade” da ficção no romance.

Considerando-se que durante o processo de criação literária o escritor seleciona determinado conteúdo jornalístico em detrimento de outros, em geral os mais significativos para efeitos de verossimilhança, pode-se concluir que Erico Verissimo também é envolvido pela “identificação” e “empatia” dos textos impressos, dois aspectos importantes da retórica do jornalismo, segundo aponta Lage (1997, p. 49, IM).³³ Nesse caso, os textos que mais impactam o escritor-leitor também refletem na estética do romance, num contexto em que os personagens não podem fugir dos elementos simbólicos intrínsecos aos eventos históricos representados.

³³ Lage diz que sobre estes dois aspectos se apoiam “notícias sobre personagens que correspondem a estereótipos sociais, como o malandro que engana a todos, o vingador destemido, o homem que se fez por si mesmo ou o herói revolucionário e romântico.”

2 IMPRENSA E REVOLUÇÃO

2.1 Revolução Farroupilha (1835-1845)

As tensões que levam à Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul estão diretamente relacionadas ao sistema político adotado no Brasil após a Independência. Embora já houvesse uma crise anterior, fruto das contradições do sistema colonial – em que os mecanismos de sustentação do colonialismo (escravismo e monopólio) tornam-se um entrave à constituição plena do capitalismo (Pesavento, 2003, p. 36, HI) –, a Constituição de 1824 desperta o descontentamento das províncias.

Pela Carta, os presidentes das províncias são nomeados pelo governo imperial e, em consequência, governam em favor dos interesses do poder central. É o Império também que determina a parcela das vendas comerciais que deveria reverter para as províncias e o montante que ficaria com o tesouro nacional. Como a época coincide com a ascensão da economia cafeeira, que garante ao Brasil um lugar de destaque no mercado internacional, torna-se natural que as riquezas nacionais sejam direcionadas ao financiamento dos latifundiários escravistas. “[...] as críticas contra o sistema que asfixiava as províncias cedo sobrevieram, uma vez que elas, províncias, não tinham possibilidades de decidir em seu próprio proveito e interesse” (PICCOLO, 1979, p. 97, HI).

As queixas partem de todas as partes do Brasil e o clamor por mudanças estruturais aumenta com a partida de D. Pedro I para Portugal e o início do período regencial. Aproveitando a fragilidade da Corte, os liberais deflagram guerras civis em diversas províncias no decênio de 30, entre elas Ceará, Pernambuco, Pará, Bahia e Maranhão. No Rio Grande do Sul, a situação era mais delicada por causa da localização fronteiriça da província e dos interesses nacionais no Prata.

Quando as rebeliões estouram no Nordeste, crescem no Sul as manifestações contra o sistema centralizador da monarquia e o controle político por parte dos “barões do café”. Por trás desse ressentimento havia dois motivos principais. Um deles tinha a ver com a política tributária, definida de modo a favorecer o setor agroexportador. Para forçar a queda do preço do charque rio-grandense, que era a base da economia sulina e abastecia o mercado interno, o governo estabelecia baixos impostos para a entrada do produto estrangeiro. Além do mais, aumentava a taxa sobre a importação de insumos como o sal, matéria-prima indispensável para a produção do charque. Com isso, os controladores da política conseguiam baratear os custos dos latifundiários do centro e norte do país com a alimentação dos escravos e lesavam

a incipiente economia gaúcha (PESAVENTO, 2003, p. 41, HI).

Outro ponto de atrito surge em decorrência da Campanha da Cisplatina (1825-1828). A guerra contra a Argentina pela posse da Banda Oriental termina com a vitória do Brasil, mas a declaração de independência do Uruguai significa mais prejuízos para o Rio Grande do Sul, uma vez que o gado uruguaio deixa de ser dirigido para as charqueadas rio-grandenses e passa a pertencer aos *saladeros* platinos. Em face disso, os gaúchos exigem ressarcimentos financeiros pelos prejuízos causados com a mobilização civil e a paralisação da produção durante a guerra. Para piorar, surgem conflitos entre os chefes locais e os militares do centro porque a província sustentava a guerra, mas o comando das tropas pertencia aos superiores designados pelo poder imperial.

Neste cenário, a recusa do governo de ressarcir a Província, além da tentativa do Partido Português de instalar uma Sociedade Militar em Porto Alegre, deixa a situação insustentável. Para as lideranças locais, a postura imperial significava um grave desprestígio ao Rio Grande do Sul, que contribuía mais do que as outras províncias, mas carecia de infraestrutura básica. O discurso das reações, fortemente influenciado pelas ideias filosóficas do liberalismo vigente no século XIX, era de que apenas uma revolução poderia estabelecer a independência em relação aos domínios do centro. “Delineava-se o quadro que levaria à Revolução Farroupilha que traduziu fundamentalmente um espírito federativo e a reação de uma província periférica, dependente, sem participação no poder decisório ao nível nacional” (PICCOLO, 1979, p. 97, HI).

A instituição de Assembleias Legislativas no lugar dos Conselhos Gerais das Províncias, aprovada pelo Ato Adicional de 1834, não foi suficiente para evitar a deflagração da Revolução Farroupilha. Na abertura dos trabalhos da Assembleia gaúcha, em abril deste ano, o presidente Antonio Rodrigues Fernandes Fraga acusa sem apresentar provas alguns deputados de conspirarem contra o Império. A acusação acaba funcionando como estopim para a crise e os insurretos começam a se armar para a revolta, deflagrada em 20 de setembro sob a liderança de Bento Gonçalves da Silva. Destituído do cargo, Fernandes Fraga foge para Rio Grande e de lá, após perseguição, embarca para o Rio de Janeiro.

A vitória dos farroupilhas em Seival, em 1836, leva à proclamação da República Rio-Grandense e ao recrudescimento da guerra civil. A revolução segue um ritmo intenso até 1839, com a conquista pelos revoltosos de cidades importantes como Pelotas e Rio Pardo e a invasão de Santa Catarina, onde Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi fundam a República

Juliana. Após um período de estabilização, com vitórias e derrotas para os dois lados, o movimento sedicioso entra em declínio por não conseguir sustentar o embate contra o poderio bélico e humano das forças imperiais, lideradas pelo barão de Caxias.

Caxias era conhecido por sua habilidade nas negociações de conflitos e, nomeado presidente da província, articulou o fim da guerra com Davi Canabarro, então chefe farroupilha. A assinatura de paz, em fevereiro de 1845, põe fim a 10 anos de batalhas e atende aos interesses de legalistas e farrapos. Ao Império interessava acertar as contas com os gaúchos porque havia o temor de uma nova guerra na região platina e Bento Gonçalves – que havia renunciado à presidência da República Rio-Grandense – mantinha relações com uma facção dos uruguaios.

Os gaúchos, por sua vez, conseguem uma “paz honrosa” e o atendimento de uma série de antigas reivindicações: autonomia para escolher o presidente de província; elevação de 25% do imposto sobre o charque importado; pagamento por parte do Império das dívidas contraídas pela província; inclusão dos farrapos no exército brasileiro com os mesmos postos com que lutaram no movimento rebelde; liberdade aos escravos que haviam lutado na revolução; liberdade aos prisioneiros e garantia de segurança individual e de propriedades a todos (PESAVENTO, 2009, p. 250, HI).

O contexto político que deflagra a Revolução Farroupilha também favorece o surgimento e a expansão da imprensa periódica no Rio Grande do Sul. A radicalização nas relações entre os liberais e o governo imperial na Corte reflete diretamente na imprensa, que passa a acompanhar e participar dos debates entre o governo absolutista e as oposições. Nas províncias, jornais panfletários surgem como porta-vozes da elite descontente com o modelo centralizador do Império. Para fazer frente a essa propaganda, o Imperador apela às publicações oficiais nos chamados jornais áulicos ou ao financiamento de folhas particulares.

Nesse cenário surge, no dia 1º de junho de 1827, a edição inaugural do *Diário de Porto Alegre*, o primeiro jornal a ser impresso na Província do Rio Grande do Sul, por iniciativa do presidente da província, Salvador José Maciel. Por trás desta medida havia a necessidade de controlar a circulação de informações que pudessem prejudicar o exercício do governo. Apesar de Porto Alegre ter à época menos de 15 mil habitantes, havia entre estes um público letrado que precisava ser levado em consideração, formado em sua maioria por militares, padres, negociantes, médicos e oficiais da Secretaria do Estado (RÜDIGER, 1993, p. 13, IM).

Conforme publicado na ata do Conselho Administrativo da Província em 10 de maio de 1827, o presidente propunha a criação de uma imprensa para combater as doutrinas que “procuravam torná-lo suspeito aos povos e tirar-lhe a reputação e a confiança, que são seu alicerce” (RÜDIGER, 1993, p. 14, IM). Esse projeto de implantação de um estabelecimento tipográfico já havia sido tentado seis anos antes por outro presidente da província, Saldanha de Oliveira e Daun, mas o prelo adquirido em subscrição com comerciantes não chegou a ser usado porque a Proclamação da Independência implicou no afastamento e prisão de Daun. Neste sentido, mesmo sendo apenas um boletim contendo atos da administração e publicidade governamental, o *Diário de Porto Alegre* abriu o caminho para o surgimento de outros jornais que não raro faziam oposição à folha oficial.

Nos primeiros oito anos desde o surgimento da imprensa na província foram criados em Porto Alegre mais de 30 jornais, um número dificilmente igualado em outras regiões brasileiras. Entre os mais expressivos estão: *O Astro Liberal* (1827-182-?), *O Constitucional Rio-Grandense* (1828-1831), *O Vigilante* (1830-183-?), *A Sentinela da Liberdade* (1830-1837), *Correio da Liberdade* (1831-183-?), *O Continentino* (1831-1832), *O Annunciante* (1831-1835), *O Recopilador Liberal* (1832-1836), *O Inflexível* (1832-1834), *O Republicano* (1834-183-?), *O Pobre* (1834-1834) e *O Federal* (1834-1834).

Em geral as folhas não tinham periodicidade regular, circulando de duas a três vezes por semana num formato de tamanho pequeno, em folha de papel almaço e tiragem não superior a 400 exemplares. É evidente que a expansão das atividades econômicas também criava as condições necessárias para a proliferação de jornais, já que havia grupos interessados em acompanhar informações sobre câmbio, legislação e mercados, bem como uma classe de artesãos ou comerciantes que viam nesta atividade uma boa oportunidade para ascender à condição de pequenos empresários urbanos. Isso pode explicar por que em Rio Grande, onde havia um intenso movimento portuário, os jornais seguiam uma linha informativa dos fatos locais e poucos enveredavam pelos assuntos políticos. No entanto, nas palavras de Rüdiger (1993, p. 14, IM), “a mola propulsora do desenvolvimento da imprensa foi o processo político em curso; o estágio da vida econômica forneceu-lhe apenas a precondição”.

Com o agravamento da situação política durante a Regência, as tipografias encontram um campo fértil para se multiplicar cada vez mais. Sem endereço fixo e de vida curta, as folhas caracterizam-se pelos ataques pessoais. Segundo Barreto (1986, p. 13, IM),

elas atuam “irresponsavelmente como verdadeiros pasquins, atassalhando a honra dos desafetos por questiúnculas mínimas”.

Um exemplo disso foi a fundação pelos conservadores do jornal *A Idade D'Ouro*, que apareceu pela primeira vez em outubro de 1833 e denominava-se “jornal político, agrícola e miscelâneo”, no qual foram redatores Manoel dos Passos Figueiroa e Maria Josefa da Fontoura Barreto, considerada a primeira mulher a exercer atividade intelectual na imprensa gaúcha (BARRETO, 1986, p. 50, IM). Os liberais responderam satiricamente fundando *A Idade de Pau*, cujo redator era Pedro José de Almeida, conhecido por Pedro Boticário e também por Vaca Brava, homem de grande popularidade e um dos mais enérgicos promotores da revolução. O jornal liberal foi publicado de maneira irregular, com pouco mais de uma dezena de edições entre novembro de 1833 e setembro de 1835 (BARRETO, 1986, p. 51, IM).

Guiados pela missão da doutrinação política, os periódicos repetem no Rio Grande do Sul o modelo da imprensa praticada no Rio de Janeiro, em que a linguagem desenfreada das polêmicas dirige-se aos desafetos e adversários com injúria e calúnia. A diferença entre as publicações do Sul e as do Rio de Janeiro está, de acordo com Rodrigues (1899, p. 6, IM), na feição “moderna, para a época” das folhas impressas em Porto Alegre. Traziam um artigo de fundo de interesse geral, geralmente relacionado à política, notícias de outras províncias e do exterior, além de uma “bem cuidada parte comercial e marítima e até anúncios”.

O fato é que a imprensa gaúcha desse período foi até certa medida mediadora intelectual da Revolução Farroupilha e cresceu rapidamente por causa desta. Se considerarmos que as tipografias funcionavam como pontos de reunião de facções políticas, como destaca Rüdiger (1993, p. 15, IM), podemos aceitar os jornais desta fase como verdadeiros partidos políticos, na medida em que na falta destes são aqueles que lançam os projetos de condução da sociedade. Rodrigues (1899, p. 6, IM) entende que o movimento revolucionário foi “preparado” por essa imprensa, a qual “pesou muito na opinião”. Como não há meios que comprovem até que ponto os periódicos realmente persuadiram a população a participar ou não da revolta armada, é mais adequado concluir que as folhas contribuíram ao menos para coordenar as estratégias dos rivais.

Sobre o papel persuasivo da imprensa oficial ou de iniciativa privada na revolução, Macedo (1994, p. 23-4, IM) comenta:

[...] A imprensa, mesmo que esta seja oficial, órgão vinculado à administração, fornece também informações de caráter não administrativo. E

entende-se que o periódico, mesmo quando propriedade de um indivíduo ou grupo oligárquico, está envolvido por oposições contrárias em relação a outros periódicos; além disso, pela riqueza de informações que é obrigado a fornecer, não pode fugir ao clima geral dominante na época. Porque, em verdade, o periódico vive realmente o clima, reproduz, mesmo que não queira, o calor dos acontecimentos em um 'sistema' de informações.

Durante o decorrer da guerra, que se estende por uma década, os jornais continuam surgindo ao mesmo ritmo dos anos anteriores. Dos 54 jornais que circularam em Porto Alegre entre 1827 e 1845, último ano da revolução, segundo o catálogo comentado de Barreto (1986, p. 289-90, IM), 21 deles declaravam-se comprometidos com uma das facções. Mesmo os que não confessavam abertamente a qual corrente estavam ligados, por questões pessoais de segurança ou outro motivo qualquer, não conseguiam esconder a simpatia pelos revoltosos ou pelo Império nas entrelinhas dos editoriais. Além dos periódicos oficiais impressos em Piratini, Caçapava e Alegrete, que são *O Povo* (1840-184-?), *O Americano* (1842-1843) e *Estrella do Sul* (1843-184-?), também circularam na capital da província folhas como *O Legalista* (1836-183-?), *O Justiceiro* (1836-183-?), *A Gazeta Mercantil* (1836-183-?), *O Colono Alemão* (1837-183-?), *O Campeão da Legalidade* (1837-183-?) e *O Artilheiro* (1837-183-?), entre outros.

Como característica marcante desse período, Schneider (1962, p. 94, IM) salienta a independência com que as folhas puderam se expressar. Apesar de as atitudes radicais e as ofensas terem acirrado ódios e muitas vezes resultado em atentados contra a vida, os farrapos perceberam o papel fundamental da circulação de informações e acrescentaram em seu projeto de constituição republicana um artigo que tratava da “plena liberdade da imprensa, a salvo da censura prévia”.

2.1.1 Notícias frescas do Padre Lara

Em “Um certo Capitão Rodrigo” cabe ao Padre Lara a tarefa de refletir sobre os acontecimentos históricos e a vida no interior da província. A escolha de um personagem sacerdote para exercer o papel de intelectual nesta etapa da narrativa não parece ser ao acaso, uma vez que “até 1827, ano de fundação do primeiro jornal sul-rio-grandense, os letrados, fora das confissões religiosas, escasseavam” (CESAR, 1979, p. 27, HI).

O religioso é descrito pelo narrador como um leitor de ensaios sobre a Revolução Francesa e que detesta Marat, Robespierre e Danton, os líderes do movimento. Quando pensa

sobre a desconfiança dos portugueses em relação à propaganda libertária dos farrapos, segundo suas observações em Viamão, onde fora capelão, o padre ressalta o apego à ordem e à estabilidade dos imigrantes açorianos, mas ao mesmo tempo reconhece os valores dos homens do interior e da fronteira, os quais amavam o entrevero e a liberdade do campo e “criavam gado, faziam tropas e eventualmente engrossavam os exércitos quando o inimigo invadia a Província” (VERISSIMO, 1956a, p. 346, OEV).¹

Padre Lara simpatiza com Rodrigo Cambará, mesmo sabendo que sua personalidade intempestiva pode causar problemas na pacata Santa Fé, e intercede a favor do amigo junto ao Coronel Ricardo Amaral para que ele possa permanecer no povoado, junto à família de Pedro Terra, para consumir o casamento com Bibiana. Rodrigo, na opinião do vigário, “representava à maravilha a mentalidade do homem do campo, da guerra e do cavalo, que não teme a Deus nem ao diabo” (1956a, p. 348, OEV). Um curioso em relação a tudo que se passa na província e no mundo, Padre Lara não perde oportunidade de buscar notícias com qualquer forasteiro ou mesmo com os negociantes nativos que eventualmente se deslocam a outras vilas. Assim, quando conhece o noivo da filha de Joca Rodrigues, que chegara a Santa Fé desde Porto Alegre, logo “pediu-lhe notícias da capital e do mundo e recebeu com satisfação os jornais da Corte que o recém-chegado trouxera consigo” (1956a, p. 345, OEV).

Para acompanhar os embates políticos que agitavam a capital da província, Padre Lara dirige-se ao casarão do coronel Ricardo e traz de lá “notícias frescas” (1956a, p. 432, OEV, grifo do autor) e as transmite aos amigos na venda do Nicolau ou na do capitão Rodrigo. As notícias relatam a discordância dos liberais e dos restauradores em torno da fundação da Sociedade Militar, projeto considerado retrógrado pelo Partido Liberal de Bento Gonçalves. As informações são de que liberais e restauradores discutem nas ruas e trocam tapas e socos. A situação tensa na capital deixa o padre inquieto “porque tudo indicava que ia rebentar uma guerra civil”, e Rodrigo animado porque “as espadas e as lanças já estão enferrujadas, e os homens estão ficando molengas” (1956a, p. 433, OEV).

No inverno de 1834, quando as noites frias e de mau tempo impedem o Padre Lara de sair em suas caminhadas noturnas, ele “ficava em casa lendo os jornais de Porto Alegre – alguns de data muito atrasada – que amigos lhe mandavam quando havia portadores. E à luz

1 Todas as citações referentes aos sete volumes de **O tempo e o vento** serão indicadas apenas pelo ano de publicação, página e a sigla OEV (Obras de Erico Verissimo), conforme disposto nas referências. A saber: 1956a e 1956b para **O continente I** e **O continente II**; 1956c e 1956d para **O retrato I** e **O retrato II**; e 1963a, 1963b e 1963c para **O arquipélago I**, **O arquipélago II** e **O arquipélago III**, respectivamente.

duma vela, os óculos na ponta do nariz, ele lia, relia e trelia” (1956a, p. 448, OEV). Numa dessas ocasiões, o sacerdote encontra uma notícia sobre o ataque ao presidente da Província, o Dr. Fernandes Braga. Diziam os jornais que quem realmente mandava no governo era o irmão do presidente, o juiz de direito de Porto Alegre, um homem que os liberais acusavam de ser retrógrado, vingativo e autoritário. E que todos haviam recebido o presidente com simpatia e esperança, mas ele começara a perseguir os liberais e a encher as cadeias de inimigos políticos. Visivelmente simpático aos protestos dos liberais, lamentando “a falta que nos faz um Imperador!”, Padre Lara reflete:

A situação era negra. Quando o povo perde o sentido de disciplina e de ordem, quando começa a desrespeitar a autoridade, então é porque o desastre está iminente... O pior de tudo era que, como sempre, a conspiração se fazia na maçonaria. Mas ele não justificava o regime de terror que o presidente instituíra. Era uma imprudência, uma temeridade, uma provocação... O vigário continuou a ler as notícias e os artigos. Estes pareciam escritos com ódio de sangue. Os jornais liberais acusavam o governo de despotismo, tirania e roupilhas de traidores, de aliados dos castelhanos, de perturbadores da ordem e conspiradores... (1956a, p. 449, OEV)

Nestes apontamentos, vemos que a ambiência de época representada no romance não apenas corresponde aos eventos conhecidos da história, como também inclui o clima de agitação reproduzido nas folhas impressas. A falta de identificação dos títulos dos jornais revela que o escritor buscou em livros de história as informações sobre os acontecimentos e a própria participação da imprensa nestes eventos. O papel dos jornais na concepção literária não se resume a um meio de divulgação dos fatos, mas, mais do que isso, se apresenta como um agente identificado a determinado posicionamento ético ou ideológico. Ao padre-leitor cabe a tarefa de reproduzir no romance os pontos mais relevantes do embate político da época representada, como se estes tivessem origem nos jornais.

Em muitas ocasiões, as reflexões do religioso refletem questionamentos do próprio autor, como ocorre na voz de outros personagens intelectuais presentes em episódios posteriores. Essa constância em transferir aos personagens suas próprias ideias evidencia, na avaliação de Hohlfeldt (1984, p. 24, SEV), “preocupação de ao mesmo tempo em que cria ficcionalmente, refletir sobre esta criação, testemunhando sobre seu tempo”. No caso da Revolução Farroupilha, falamos sobre uma época distante do momento da criação literária. O que, em tese, permite ao romancista andar sobre um terreno mais seguro por tratar-se de algo ocorrido no passado remoto, sobre o qual se torna mais fácil fazer julgamentos a partir da confrontação de documentos históricos.

Uma reflexão nesse sentido ocorre quando Padre Lara pensa em como é curioso “ver” a história no momento em que ela está sendo feita. Ele se pergunta como os historiadores iriam descrever aquela guerra civil dali a cem anos, sabendo que as pessoas dificilmente contavam as coisas direito, “mentiam por vício, por prazer ou então alteravam os fatos por causa de suas paixões” (1956a, p. 460, OEV). O padre exemplifica essa dificuldade com o que acontecia nas cenas da vida cotidiana, as quais tinham se passado sob o seu nariz e eram depois relatadas de uma maneira completamente diferente na venda do Nicolau. “Como era então que a gente podia ter confiança na História?” (1956a, p. 461, OEV), questiona-se o religioso.

Quando os farrapos deflagram a revolução, Rodrigo Cambará junta-se às tropas de Bento Gonçalves da Silva. A notícia chega a Santa Fé pelo estafeta do correio. Segundo as informações relatadas em Rio Pardo e transmitidas pelo estafeta,

tinha rebentado a revolução e Bento Gonçalves da Silva, chefe supremo das forças revolucionárias, havia atacado e tomado Porto Alegre! O presidente da Província fugira para o Rio Grande e o chefe farroupilha convocara o vice-presidente para assumir o governo. Dizia-se também que toda a Província aderira ao movimento, com exceção de Pelotas, Rio Grande e São José do Norte. (1956a, p. 458, OEV)

Na ausência de Rodrigo, Padre Lara passa a visitar Bibiana e o filho Bolívar com frequência, uma forma consciente de atenuar o “mal” que fizera à esposa ao incentivar o casamento que se revelara problemático. Durante estas visitas, em meio a longos silêncios, o sacerdote reflete sobre as coisas que lia nos jornais e trata de acalmar a aflição de Bibiana em relação ao destino do marido. “No primeiro (combate) os revolucionários foram mal – contou o vigário com alguma relutância, temendo afligir Bibiana. – As forças de Silva Tavares e de Manoel Marques de Souza derrotaram os farrapos” (1956a, p. 460, OEV). Mas quando a mulher comenta que os farrapos vão mal, ele sacode a cabeça e discorda: “Não vão, Bibiana, não vão. No combate do Arroio grande o General Neto venceu as forças do Silva Tavares. Mais ainda: Bento Gonçalves e um tal Onofre Pires ameaçaram o Rio Grande e o presidente Braga achou melhor mandar-se mudar para o Rio. São notícias frescas” (1956a, p. 461, OEV).

Além de descrever o panorama da guerra, o padre também reconstitui a situação em Santa Fé, onde o coronel Ricardo Amaral estava ao lado dos legalistas e proibia os homens de deixarem a cidade, temendo que estes fossem se reunir às forças farroupilhas. Muitos fugiam, enquanto outros eram recrutados à força pelas tropas governistas. Quem se recusava a ser voluntário podia ser preso ou até morto, como aconteceu a um lavrador que não quis deixar a

família e a lavoura e acabou sendo baleado. O sacerdote lembra que Hans Schultz, seu filho mais velho e Erwin Kunz, imigrantes alemães há pouco estabelecidos na vila, também tinham sido recrutados. No dia seguinte, antes de nascer o sol, toda a família foi como de costume trabalhar na roça, dessa vez comandada por Frau Schultz. Ao vê-los, o vigário observa:

O que aquela gente colhesse na próxima safra seria fatalmente requisitada pelo Cel. Amaral, para alimentar seus soldados; e os Schultz nunca veriam um vintém daquelas requisições. Todos os pequenos criadores e plantadores do município andavam alarmados, pois as requisições de cavalos e cereais já haviam começado. (1956a, p. 459, OEV)

Uma das coisas que mais preocupa o padre é saber que dezenas de sacerdotes católicos estão envolvidos na conspiração ou até mesmo aderiram à revolução. “Não compreendia como sacerdotes católicos pudessem dar seu apoio a uma revolução cujo chefe era um maçom, grau 33! Estava tudo errado, tudo perdido, tudo muito feio” (1956a, p. 459-60, OEV). Apesar de haver alguns comentários de recriminação como este, em seus diálogos e divagações o religioso mantém na maioria das vezes uma postura imparcial frente ao conflito. A tendência natural seria um posicionamento contrário à revolta, pois além dos líderes farrapos serem ligados à maçonaria, portanto, inimigos da Igreja, qualquer comportamento de indisciplina contra o Império não poderia ser encarado com simpatia por uma autoridade eclesiástica.

No entanto, sua relação de proximidade com a família Terra Cambará e a indignação com os desmandos do coronel local acabam levando o sacerdote a mostrar uma simpatia discreta pela causa farroupilha. Posicionamentos como esse levam Weinhardt (2004, p. 91, TIB) a interpretar Padre Lara como um “indivíduo comprometido com a sociedade e, ao mesmo tempo, acima das paixões políticas, além de conhecedor de um mundo que transcende os limites daquela comunidade”.

A presença de um personagem posicionado acima das paixões políticas indica a representação da revolução vista “de fora”, aos olhos de um padre que tem autoridade para tecer seus comentários sobre o que vê e lê nos jornais. Quem vive a guerra “de dentro” é o capitão Rodrigo, personagem central do episódio, mas sobre suas aventuras ao lado de Bento Gonçalves da Silva nada sabemos, a não ser através de alguns relatos do personagem Quirino dos Reis, mensageiro que traz a notícia da morte do capitão. Evitando a reconstituição da batalha, Erico Verissimo direciona a narrativa para os efeitos que a guerra causa sobre as pessoas comuns. Com esta opção de centralizar o drama na psicologia dos personagens e não na ação da história, Bibiana fica fortalecida por ser a mulher que a tudo suporta – as traições e

bebedeiras do marido, a solidão e a espera por notícias.

A revolução dos farroupilhas, sempre transmitida pelos jornais consultados pelo Padre Lara, chega a Santa Fé quando os revolucionários atacam o povoado e o confronto deixa várias vítimas de ambos os lados, entre elas Rodrigo, que se torna mártir ao morrer na tentativa de tomar o casarão da família Amaral. Se até então os eventos históricos serviam apenas de pano de fundo para a existência dos personagens, neste momento da narrativa os mesmos personagens participam diretamente da história da guerra. Representados “de dentro”, os fatos confirmam que o destino dos personagens é determinado pelos rumos dos eventos históricos.

O depoimento de outra testemunha que presenciou a guerra à distância, mas sentiu duramente os seus efeitos, aparece no depoimento oral de Dona Picucha Terra Fagundes, no interlúdio que precede o episódio. A voz narrativa em primeira pessoa apresenta-se como se fosse uma entrevista. Picucha relata a sua versão do que presenciou à época, coisas que a fizeram parar de falar nas proezas de Carlos Magno e seus doze cavaleiros, causos que se misturavam a fábulas de mistério e assombração. Observando o pessegueiro no quintal, que floresceu e rendeu compotas de pêssego em 1835, ela recorda da proclamação da República Rio-grandense e dos dias difíceis.

Dei tudo que tinha pros Farrapos. Meus sete filhos. Meus sete cavalos. Minhas sete vacas. Fiquei sozinha nesta casa com um gato e um pintassilgo. E Deus, naturalmente. Quando eu não estava fazendo pão ou doce, fazia renda de bilro, porque estas mãos que vassuncê está vendo não sabem ficar sossegados. Sina de mulher é essa: ficar em casa esperando, enquanto os homens se vão em suas andanças. (1956a, p. 483, OEV)

Em seguida, Dona Picucha faz um relato abreviado das aventuras de Bento Gonçalves da Silva, para o qual acendeu uma vela quando soube de sua prisão na Bahia. Pela fala da personagem, sabe-se como foi que Bento Gonçalves conseguiu fugir a nado do forte onde estava detido, após pedir licença aos carcereiros para tomar um banho de mar. “Depois, bem disfarçado, entrou num navio que descia cá pros mares do Sul, desembarcou em Santa Catarina, montou logo num cavalo e se tocou pro Continente” (1956a, p. 484, OEV).

Picucha fala também de figuras como Bento Manoel Ribeiro, que “um dia estava com os imperiais e no outro com os farroupilhas” (1956a, p. 485, OEV), e de José Garibaldi, que “inventou de carregar dois navios em cima de carretas puxadas por duzentas juntas de bois”. Conta ainda que os republicanos alforriaram os negros alistados nas suas forças e que os imperiais, ao capturarem estes negros, mandavam dar-lhes uma surra de duzentos a mil

açoites. Por isso, o governo farroupilha aprovava um decreto no qual ficava autorizada a morte de um prisioneiro legalista para cada negro farrapo castigado. Para Picucha, essa reação dos farroupilhas era uma vingança, mas justifica-se porque “davam morte de homem e não castigo de cachorro. Como o patricio está vendo, o respeito entrava na guerra” (1956a, p. 487, OEV).

A personagem relata que perdeu sete filhos na guerra e faz seu próprio julgamento da revolução, dizendo que “foi uma guerra braba, que judiou com o Continente. Mas dela saímos limpos, passamos todas as provas, honramos o nosso povo. Mas cá pra nós vou lhe dizer, do lado dos caramurus também havia muita gente boa, que todos eram do mesmo sangue” (1956a, p. 485, OEV). A sobrinha de Ana Terra não revela como tomou conhecimento de todos estes detalhes da revolução. O que sabe ouviu de outras pessoas que por sua vez ouviram de outras, ou leram nos jornais. Podemos deduzir que a personagem sabe ler, pois guarda um recorte de jornal que um de seus filhos enviou do campo de batalha. Trata-se de um manifesto do presidente da República Rio-Grandense, publicado em 1838, que transcrevemos mantendo a grafia original do romance.

Eramos o braço direito e tão bem a parte mais vulneravel do Imperio. Agressor ou agredido o Governo nos fazia sempre marchar à sua frente: disparavamos o primeiro tiro de canhão, e eramos os ultimos a recebe-lo. Longe do perigo, dormião em profunda paz as mais Provincias, em quanto nossas mulheres, nossos filhos e nossos bens, presa do inimigo, ou nos erão arrebatados, ou mortos, e muitas vezes trucidados cruelmente. (1956a, p. 486, OEV)

Como restam poucos exemplares de jornais da época para fins de consulta, é pouco provável que Erico Verissimo tenha realizado pesquisas em periódicos para representar a Revolução Farroupilha em **O continente**. De qualquer forma, não é o propósito deste trabalho tentar identificar de qual livro o autor retirou informações como o manifesto de Bento Gonçalves da Silva, assinado no dia 29 de agosto de 1838 e preservado pela personagem Picucha. Mais importante é salientar o emprego do fragmento jornalístico por parte do escritor para confirmar um evento ou discurso, bem como a aproximação entre história e comunicação impressa.

Em síntese, fica evidente na composição do episódio “Um certo Capitão Rodrigo” o cuidado do escritor em reconstituir fielmente as polêmicas que anteciparam a revolta. Sua técnica narrativa consiste em introduzir as informações históricas no contexto ficcional a partir dos informes noticiosos, construindo o ambiente da época através do que teria sido publicado nos jornais, mesmo que suas fontes tenham sido os livros de história. A utilização de documentação do passado não significa o sacrifício da ficção nem da realidade histórica,

uma vez que, como bem observa Holanda (1996, p. 230-1, SEV), “a verdade dos fatos é respeitada e transubstancia-se, sem violência, na verdade do romance”.

Neste sentido, mesmo que alguns episódios de **O continente** contenham elementos mitológicos em sua expressão literária, a estética realista torna-se preponderante em sua forma, neste e nos próximos episódios que vamos analisar. É nela que vamos buscar o entendimento da história tal qual o escritor pretende representar. Assim, concordamos com Bordini (1995, p. 267-8, SEV) quando afirma que na estética realista de Erico Verissimo “a História deixa de ser o que é, para tornar-se ficção, como em qualquer outro tipo de convenção artística, mas é nela que o poder de ilusão da arte atinge seu grau máximo, fazendo desaparecer o “feito” que a obra é e confundindo-a com o real que ela mimetiza”.

2.2 Revolução Federalista (1893-1895)

Considerada uma das mais sangrentas revoluções da história latino-americana, a Revolução Federalista nasce a partir de dissensões políticas no Rio Grande do Sul que têm, de um lado, os “maragatos” (federalistas), e de outro, os “pica-paus” (republicanos). Ao final de 32 meses de luta, a “guerra da degola”, como ficou conhecida, deixou um saldo de aproximadamente 11.000 mortos.

O ódio entre duas facções começa a despertar no círculo político gaúcho logo após a Proclamação da República. Despojados do poder que gozavam durante a monarquia, os liberais liderados por Gaspar Silveira Martins foram forçados a entregar a direção de todos os negócios públicos. Diferentemente de outros estados, onde grupos de liberais e conservadores não resistiram ao avanço republicano, percebendo que poderiam manter as mesmas regalias de outrora, no Rio Grande do Sul o Partido Liberal continuava forte. Como explica Franco (1962, p. 195-6, HI), os grandes latifundiários gaúchos da região da Campanha não afluíam para a nova agremiação, fato que desperta o primeiro indício de descontentamento.

Profissionais liberais, militares e outros elementos da classe média urbana, predominaram no Partido Republicano, mesmo depois de sua ascensão ao poder. Quando este empolgou as posições de mando, era ainda pobre de quadros oriundos das elites, e, por isso mesmo, o seu predomínio se apresentou, para as correntes adversárias, como uma insuportável subversão da hierarquia social.

Dessa forma, sem poder contar com o apoio dos caudilhos tradicionais, manipuladores dos votos nas eleições por meio da imposição, os republicanos governam com

intolerância. Para estes, os liberais eram considerados “inimigos da República” e por isso sofriam perseguições e muitas vezes eram forçados a abandonarem as antigas crenças políticas.

Em maio de 1891, os republicanos saem vitoriosos nas eleições para a Constituinte Estadual e dois meses mais tarde elegem Júlio de Castilhos para o cargo de primeiro governador constitucional do Estado. Lideranças da União Nacional, que reunia os liberais, os conservadores e dissidentes republicanos, questionam o resultado das eleições e discordam em todos os termos do conteúdo positivista da carta magna, elaborada pelo próprio Júlio de Castilhos. Seus ataques são proferidos pelas páginas do *A Reforma*, o jornal oficial do Partido Liberal e que tinha o jornalista alemão Carl von Koseritz como um dos principais agitadores. O descontentamento da oposição, somado ao estilo autoritário de governar de Júlio de Castilhos, aumenta o risco de uma revolução. Conforme aponta Escobar (1983, p. 25, HI), Júlio de Castilhos “era rancoroso por índole, ávido de mando e poder, incapaz de compreender as transigências para um governo de paz e concórdia, de tolerância e liberdade”. Como a oposição era implacável nos ataques à Constituição, o presidente não escondia o desejo de esmagar os inimigos políticos.

Acusado de apoiar o presidente Marechal Deodoro da Fonseca na dissolução do Congresso Nacional, Júlio de Castilhos enfrenta a revolta de várias guarnições militares e movimentos populares. Sem apoio civil nem militar, renuncia ao cargo em novembro de 1891. No lugar de Júlio de Castilhos assume uma junta governista formada pela União Liberal, sem, no entanto, que os políticos ligados ao presidente deposto sejam afastados, motivo pelo qual esse período de cinco dias foi pejorativamente chamado de “governicho”. Os meses seguintes, em que a liderança de governo trocou três vezes, ocupando o cargo o General Barreto Leite, Barros Cassal e Visconde de Pelotas, ficaram marcados pelas perseguições e pela insegurança social, com a anulação de mandatos dos deputados estaduais e da Constituição.

Os republicanos “históricos”, porém, não pretendiam entregar facilmente o poder. Júlio Castilhos lançava manifestos aos correligionários, geralmente pelas páginas do jornal *A Federação*, conclamando a mobilização de todos para o restabelecimento do governo republicano, uma espécie de cruzada pela “legalidade”. Em meio à anarquia, antigos opositores também se apressavam em reformular os rumos do novo regime. Ao contrário do projeto positivista dos republicanos, os federalistas queriam o controle do poder federal sobre o estadual, em um sistema centralizador sem autonomia dos Estados. Além disso, eles

defendiam o sistema parlamentar nos moldes da monarquia, planejavam proibir a reeleição dos governadores, instituir câmaras legislativas e garantir autonomia aos municípios (CARNEIRO, 1965, p. 78, HI).

De volta da Europa onde estava exilado desde a proclamação da República, Gaspar Silveira Martins, desafeto ideológico de Júlio de Castilhos, torna-se chefe do Partido Federalista, fundado em março de 1892. Preocupado com o perigo que Silveira Martins representava para a manutenção da República, por conta de seu projeto parlamentarista, o presidente Floriano Peixoto assume desde o início uma posição favorável aos republicanos.

É justamente a proposta de implantação do parlamentarismo defendida por Silveira Martins que serve de arma política para os republicanos, que acusam os liberais de trabalharem para a restauração da Monarquia. Diante da gravidade da situação, acrescida de uma tentativa frustrada de revolta dos republicanos, o governo federal intervém com forças militares no Rio Grande do Sul. Nesse cenário de instabilidade, os federalistas assumem definitivamente o poder em junho, tendo à frente do governo Visconde de Pelotas – logo deposto para dar lugar ao General João Nunes da Silva Tavares.

O governo federalista dura pouco, pois neste mesmo mês os militares – a maioria deles adeptos à política castilhista e que não haviam sido destituídos – rebelam-se contra o governo do Estado. A estes oficiais juntam-se outros que foram libertados de prisões ou que haviam sido demitidos. Sem poder contar com o apoio federal, os federalistas assistem as forças policiais e do exército passarem para o lado dos republicanos. No dia 17 deste mês, Júlio de Castilhos volta a assumir o governo do Estado, passando o cargo no dia seguinte a Vitorino Monteiro (atendendo a uma condição imposta por Floriano Peixoto).

Deposto pelo golpe, o general Silva Tavares trata de organizar a resistência, mesmo sem armas suficientes para enfrentar as forças republicanas. Inicialmente apoiado por poucos chefes federalistas, o general consegue com sua audácia mobilizar cerca de 10 mil homens, divididos em várias cidades. Sem telégrafos, essas forças praticamente atuavam sozinhas, desconhecendo a verdadeira situação do movimento. Os republicanos agem rapidamente e enviam diversos regimentos militares para Bagé, onde fazem prevalecer o seu poderio bélico. Sem condições de enfrentamento, Silva Tavares depõe as armas mediante garantias de segurança.

Após a rendição, essas garantias não são respeitadas e o general, amigos e lideranças próximas são presos. Apesar de não haver mais resistência, os republicanos continuam

perseguido os adversários. Os castilhistas assumem os cargos locais em todas as cidades e prendem centenas de federalistas, influentes ou não. Instigados pelo desejo de vingança pela deposição ocorrida em novembro, os republicanos também promovem saques a propriedades e violências de todo o tipo, como depredações, extorsões, assassinatos e estupros. Com medo dos ataques, os federalistas tratam de escapar, refugiando-se no Uruguai e na Argentina, onde se organizam para a revolta.

Enquanto Silveira Martins procura negociar um fim para o impasse, condenando a possibilidade de uma guerra civil, a política castilhista continua baseando-se na repressão e nas perseguições, com o argumento de defesa contra as conspirações federalistas. Nas palavras de Carone (1971, p. 87, HI), “a revolução é medida extrema, ditada pela persistente perseguição dos governos dominados por Júlio de Castilhos aos opositores e pela certeza de que já não podiam estes voltar ao poder por meios normais”. Franco (1962, p. 202, HI) tem a mesma opinião, ao afirmar que a rebelião não pode ser explicada pela incompatibilidade entre ideias presidencialistas e parlamentaristas, ou entre liberalismo de uns e autoritarismo de outros. “A sublevação nasceu do ressentimento do grupo gasparista apeado do poder em 1889, e de outras facções que a intransigência e o sectarismo castilhista foram alheando das posições de liderança”.

A primeira “invasão” de federalistas saídos do Uruguai acontece em fevereiro de 1893, quando 400 homens liderados por Gumercindo Saraiva encontram-se com as forças de Silva Tavares, totalizando uma coluna com cerca de três mil federalistas. Os combates entre maragatos e pica-paus ocorrem em municípios próximos a Santana do Livramento e Dom Pedrito. Nos meses seguintes surgem novos confrontos em diversas cidades e os maragatos conseguem algumas vitórias. Em geral, os federalistas combatem com lanças e raras armas de fogo, contra republicanos armados de fuzis Comblain, com alcance de 1.200 metros. Além do apoio federal, Júlio de Castilhos recebe também auxílio material de São Paulo, estado aliado a Floriano Peixoto.

Em agosto, dois meses após recuarem devido à derrota na batalha do Inhanduí, os federalistas promovem a segunda transposição pela fronteira. Apesar da superioridade de recursos do governo, os revolucionários conquistam importantes vitórias. Já no final do ano, colunas lideradas por Gumercindo Saraiva e pelo Coronel Salgado aproveitam a instabilidade política causada pela Revolta da Armada e a ocupação de Desterro (Florianópolis) e invadem o estado vizinho. Em seguida entram no Paraná, conquistando cidades importantes como

Curitiba e Lapa. Enquanto isso, outras colunas continuam promovendo combates no estado gaúcho. Como o movimento revolucionário no Rio Grande do Sul procura auxílio das oposições, visualiza na revolta da Marinha uma possibilidade de queda de Floriano Peixoto e a conquista de reforços materiais e humanos. Por isso, mesmo em uma relação instável, dois movimentos que nada tinham em comum juntam-se contra o poder central.

Quando os rebeldes da Marinha entregam-se e a contraofensiva legalista no Paraná intensifica-se, os revoltosos e as colunas revolucionárias são forçados a retornar para o Sul, muitas vezes sem uma tática planejada. Sempre perseguidos pelos republicanos, fugindo dos combates quando a inferioridade bélica não compensa a superioridade humana, os maragatos ficam cada vez mais enfraquecidos pelas deserções, pelo cansaço e pela falta de mantimentos. Em agosto, Gumerindo Saraiva morre baleado quando fazia o reconhecimento de um terreno em Carovi. A morte de Saraiva tem o efeito de uma derrota para o restante dos federalistas e representa o fim da guerra. Após a queda do líder federalista ainda houve algumas lutas, mas o destino da revolução estava decretado. No dia 9 de agosto de 1895 foi redigido e assinado o tratado de paz, sem qualquer alteração na constituição castilhistas. Seria preciso outra revolução, em 1923, para alterar a carta em pontos fundamentais.

Assim como aconteceu na Revolução Farroupilha, a imprensa também teve uma intervenção decisiva nos acontecimentos da Revolução Federalista, colaborando para a criação do ambiente revolucionário, dessa vez com melhores condições de circulação e distribuição das folhas periódicas. Primeiramente, os jornais são usados como porta-vozes dos partidos, onde são publicados os manifestos, questionamentos e contestações. Nestes casos, as folhas assumem o papel de documento oficial, levando aos leitores seus projetos e dogmas.

Com o abafamento da organização política liberal por parte dos republicanos, amplia-se a imprensa oposicionista e o volume de notícias que tratam de denúncias em torno de “atos criminosos” do governo. Mesmo com as medidas repressivas dos castilhistas, de perseguição e suspensão de inúmeras folhas, a atividade jornalística no Rio Grande do Sul vive uma época de efervescência em sua linha político-partidária. Por conta das perseguições, os jornais funcionam de forma clandestina, mudando constantemente de sede e não raro instalando-se em cidades do Uruguai e da Argentina. Jornais como *O Rio Grande*, de Porto Alegre, *O Canabarro*, de Livramento, e *Echo do Sul*, de Rio Grande, fazem a publicidade dos maragatos e conseguem levar notícias até o centro do país, via Montevidéu. Já os republicanos defendem-se pelo *A Federação*, folha oficial do partido fundada em 1884.

Marcados principalmente pela violência da linguagem e a disseminação de boatos e informações duvidosas, os jornais de ambas as facções travam uma guerra psicológica que tenta, por um lado – dos federalistas –, ampliar as derrotas das forças republicanas e a expansão da revolução e, por outro – dos governistas –, enfatizar as destruições e os prejuízos causados à economia do Estado (RÜDIGER, 1990, p. 28 e 31, IM). Veremos no próximo capítulo com mais profundidade a gênese do jornal *A Federação* e sua participação nos embates políticos. Neste momento, é importante lembrar que durante a Revolução Federalista a folha oficial republicana colabora para a elaboração de um imaginário cuja imagem de si e dos insurretos foi decisiva para a construção de um tipo de “verdade” identificada com o conteúdo ideológico atribuído a cada uma das partes (FÉLIX, 1995, p. 180, HI).

Reverbel (1957, p. 114, IM) ressalta que a originalidade e a autenticidade do jornalismo rio-grandense residem no seu espírito e na sua ação, “com raízes remotas e profundas que se confundem com as de nossa própria formação social, pois se é verdade que a imprensa influi sobre a sociedade, não é menos exato que a sociedade também influi sobre a imprensa, numa escala talvez mais determinante”. Talvez isso explique por que artigos violentos tendem a ficar cada vez mais escassos na imprensa gaúcha a partir da virada do século. Embora a característica doutrinária das linhas editoriais continue prevalecendo na maioria dos jornais pelo menos até 1930, uma nova fase do jornalismo rio-grandense começa a se desenvolver nesse período.

Na virada do século XIX para o século XX a imprensa brasileira desponta como indústria do noticiário, confirmando uma transição iniciada pelo menos duas décadas antes. Apesar de os jornais de caráter artesanal ainda persistirem nos municípios do interior, as empresas jornalísticas dotadas de equipamento gráfico e preocupadas com um plano de circulação, produção e estabilidade financeira conquistam a fidelidade dos leitores graças a mudanças radicais nas relações entre o jornal e o público. A imprensa diversifica-se e aos poucos conquista importância vital no cotidiano das famílias. Surgem os jornais e as revistas de grande circulação.

Por certo as mudanças que atingem a imprensa estão ligadas às transformações sociais e econômicas do país, ao avanço das relações capitalistas e à ascensão da burguesia. Novos estratos sociais já não recebem com a mesma simpatia a imprensa partidária e valorizam o noticiário menos opinático e mais informativo, de preferência com notas sobre os acontecimentos do mundo exterior. Como destaca Bahia (1972, p. 45, IM), os editores

percebem que o jornalismo de poucas pretensões “não atende às novas necessidades da sociedade brasileira, que vai conhecendo os avanços das comunicações e vai se capacitando na função do jornalismo como veículo de massas”. As empresas que surgem da economia urbana encontram um público receptivo às novidades modernas e usam os jornais para anunciar esses produtos, o que propicia as condições ideais para a expansão dos jornais e revistas enquanto negócio lucrativo.

O progresso da imprensa periódica também passa pela evolução das técnicas de composição, a ilustração, a transmissão de informações por telégrafo, aumento no número de páginas, diversidade editorial voltada a públicos específicos e redução do preço do produto. Essa época, chamada de “idade de ouro da imprensa”, vive a experiência de uma expansão constante porque a imprensa periódica era o único meio de informação coletivo e não precisava temer nenhuma concorrência (ALBERT; TERROU, 1990, p. 51, IM). As tendências desta nova imprensa, segundo Goldenstein (1987, p. 29, IM), são a “ênfase crescente (em graus diversos segundo cada jornal) sobre temas ligados ao lazer, aos *faits-divers*, aos *potins* do mundo das celebridades, à violência, à utilização farta de fotos e de uma linguagem mais acessível distanciada da literatura”.

No Rio Grande do Sul, embora num ritmo mais lento, o jornalismo também revela aos poucos o seu novo formato aos leitores, acostumados a uma imprensa virulenta e ocasional, quase sempre de iniciativa individual e de curta duração. Apesar da força contrária exercida pela política e dos altos índices de analfabetismo, a imprensa como profissão remunerada e adequada à racionalidade mercantil torna-se um caminho sem volta.

O principal representante deste novo modelo, melhor enquadrado no conceito de empresa jornalística, é o jornal *Correio do Povo*, fundado a dois meses do final da guerra pelo sergipano Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior. Apesar de toda a expectativa em torno da atuação política do novo jornal, que naturalmente deveria pender para os federalistas por conta da ligação do proprietário com Gaspar Silveira Martins, o *Correio do Povo* manteve-se distante dos ódios partidários. Esta postura, na opinião de Reverbel (1985, p. 94, HI), contribuiu para desarmar os espíritos nos anos seguintes, um processo de pacificação que passa pelo jornalismo objetivo e isento.

Caldas Júnior vivia no Rio Grande do Sul desde criança e foi introduzido no jornalismo por Gaspar Silveira Martins como revisor de *A Reforma*. Mais tarde tornou-se redator-chefe do *Jornal do Commercio* e, como era comum na época, conseguiu levantar um

pequeno capital entre o comércio porto-alegrense para montar seu próprio jornal, o qual se apresentou ao público como “órgão de nenhuma facção partidária, que não se escraviza a cogitações de ordem subalterna” (RÜDIGER, 1993, p. 58, IM).

No entanto, o *Correio do Povo* não foi o único periódico a surgir na época com a proposta de imparcialidade na cobertura jornalística. O *Jornal do Commercio*, por exemplo, já tirava cinco mil exemplares por dia e também era considerado imparcial. Varela (1915, p. 621, HI), depondo sobre a superioridade do *Jornal do Commercio* no que concerne à oferta de dados para a pesquisa histórica, atribui isso ao “severo programa da folha, em nossas contentas civis, fazendo a imparcial transcrição de todos os documentos que ocorrem, seja de um, seja de outro círculo”. A novidade apresentada pelo *Correio do Povo*, e que de fato determina o seu sucesso, é a eficiência empresarial e administrativa comandada pelo gerente do negócio.

Em geral, os jornais independentes constituíam empresas apenas no nome e o seu cunho era mais estatutário do que empresarial, sem qualquer propensão de reinvestimento dos lucros. Para os proprietários, bastava que o jornal não significasse prejuízo para continuar funcionando. Caldas Júnior pensou diferente e conseguiu capitalizar o empreendimento com redução de custos e aumento da produtividade. Para fazer isso, reformou as oficinas, adquiriu os mesmos maquinários utilizados pela imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo e aumentou o número de páginas e o formato da folha sem custo adicional ao leitor. Aos poucos, outros jornais passaram a imitar o modelo do *Correio do Povo*. O resultado disso foi a substituição lenta, porém definitiva, do jornalismo partidário pelo jornalismo informativo moderno. Como bem observa Reverbel (1957, p. 124, IM).

Estabelecia-se, afinal, no nosso meio, o primado da notícia, abrindo-se caminho para as grandes tiragens e, com elas, as possibilidades de aparelhamento técnico e desenvolvimento econômico da empresa jornalística, como é entendida e praticada hoje em dia, dentro do dinamismo da era industrial, em todos os centros civilizados do mundo ocidental.

Deste estágio inicial para o seguinte o *Correio do Povo* deixou para trás todos os seus concorrentes em termos de expansão empresarial. A redução de custos permitiu um rápido crescimento nos pequenos anúncios, o que gerou aumento de vendas e criou leitores para os principais anunciantes (RÜDIGER, 1993, p. 60, IM). Dos mil exemplares iniciais, o jornal saltou para 10 mil em 1910, mesmo ano em que Caldas Júnior adquiriu a primeira impressora rotativa no Estado. Nos anos seguintes o empresário completou esse ciclo de renovação tecnológica com a compra das quatro primeiras linotipos da imprensa no Rio

Grande do Sul e com a inauguração, em 1912, do “serviço fotográfico”. Na edição do dia 13 de janeiro daquele ano o jornal trazia na primeira página uma fotografia “movimentada”, clara, impressa com precisão de detalhes e com a legenda informativa da chegada do Dr. João Simplício, secretário da Escola de Engenharia, a bordo do Itapema. “A novidade irritou os concorrentes, mexeu com a cidade, alegrou os amigos do jornal, acabou com os adversários e levantou dúvidas dos incrédulos. – Aí tem coisa... – resmungavam os mais céticos” (GALVANI, 1995, p. 159, IM).

A penetração do *Correio do Povo* em todo o território gaúcho foi notável nas duas primeiras décadas do século XX e acompanha o acelerado processo de desenvolvimento econômico e comercial da época. Dentro deste contexto, apesar de se declarar um veículo comprometido com toda a massa, conforme diz o editorial do primeiro número, o *Correio* foi encarado por muitos como um instrumento identificado com a nova burguesia gaúcha, formada em geral por pequenos comerciantes e estancieiros ligados aos setores agrícola ou pecuário. Galvani (1995, p. 536, IM) nota que o *Correio do Povo* tinha indiscutíveis raízes no patriarcado rural, mais por vocação do que por origem do fundador, e que “aos poucos ele foi se tornando o órgão por excelência da pequena burguesia, embora mantivesse abertas suas colunas, por definição histórica, a todas as correntes de pensamento e suas fileiras a redatores de todas as procedências”.

Tão surpreendente foi o avanço do jornal que o mesmo passou a ser visto com certa “mística” pelos concorrentes e até pelos leitores. Para *A Época*² (1922 apud RÜDIGER, 1993, p. 60, IM) a supremacia inquestionável do *Correio do Povo* envolvia um “fenômeno psicológico que só os filósofos poderiam penetrar”. O redator diz que “trata-se de um jornal meramente informativo”; “nem sequer tem opinião própria nos graves casos em que se envolve a opinião pública”, na medida em que “se limita a narrar os acontecimentos em estilo de tamancaria”.

Na verdade, o *Correio* soube transferir para a sua linha editorial as principais correntes do jornalismo e transformá-las em informação de consumo para os leitores. Conquistou tamanha credibilidade que levou os leitores fiéis a sempre repetirem a frase “se não deu no *Correio do Povo*, não é verdade” (CALDAS, 1987, p. 19, IM). Nas suas páginas abrem-se espaços para as notícias dos principais acontecimentos e para os artigos de lazer, principalmente a publicação de romance-folhetim, que eram produtos do jornalismo literário e

2 *A Época*, Porto Alegre, 18 set. 1922.

tinham boa aceitação do público leitor.

Durante a fase inicial das relações capitalistas no Brasil, as forças que dominavam a imprensa de modo geral se dividiam entre o Estado e o capital comercial. Por se tratar de uma época de transições, era difícil um jornal posicionar-se de um único lado ou mesmo ser imparcial. Por isso parece natural, como destaca Sodré (1983, p. 278, IM), que um jornal enquanto empresa capitalista esteja inserido no conjunto em que predominavam o Estado e o capital comercial. Neste contexto econômico, mesmo para o *Correio do Povo*, que se declarava um jornal isento, não foi fácil manter essa postura, seja pelo ângulo de abordagem de um assunto ou pelo simples silêncio. De acordo com as conclusões de Galvani (1995, p. 537, IM), o *Correio* nunca deixou de tomar partido à sua maneira dos temas que agitaram a sociedade civil.

Sem abandonar nunca sua vocação histórica, o *Correio* indiscutivelmente foi fiel às suas origens, embora a tese da sua imparcialidade não resista a um exame mais aprofundado, em momento algum. Ele sempre tomou partido, mesmo que fosse em termos de grandes ideias, vistos aí aqueles coincidentes com os projetos da classe social dominante.

E para isso fez e participou de alianças políticas, apoiou e combateu movimentos revolucionários. Posicionou-se sempre em defesa do que classificava com letras maiúsculas em editoriais ideologicamente decisivos: liberdade, democracia, livre iniciativa ou, como dizia o editorial comemorativo ao aniversário de 1969, “a defesa dos interesses e aspirações populares – que não se confundem com demagogias, charlatanismos e agitações”.

2.2.1 “Jornal só é bom mesmo pra começar fogo”

Embora o tamanho dos dois últimos romances juntos – *O retrato* e *O arquipélago* – sejam bem maior do que o do primeiro – *O continente* – me parece claro que a obra inteira se articula em dois grandes blocos narrativos e que, do ponto de vista cronológico, o episódio que os medeia é “O Sobrado”, narração do cerco pelos maragatos em 95. Ali desaparece um “velho” Rio Grande e começa de fato outro, redesenhando-se alianças políticas. Por isso chamei “O Sobrado”, além de cerne, de “ponto nodal” da narrativa, ou seja, aquele ponto em que as linhas da fabulação convergem, se enredam e se redefinem. (AGUIAR, 2001, p. 209, SEV)

A interpretação de Flávio Aguiar para a posição do episódio “O Sobrado” na articulação de **O tempo e o vento** nos parece adequada, neste momento, para demonstrar como o desenvolvimento da imprensa em sua interação social acompanha os eventos históricos no quadro da narrativa.

Vimos anteriormente que a abordagem da Revolução Farroupilha passa

necessariamente pela referência aos jornais fundados à época como ferramenta de confrontação no campo das ideias. Sem edições antigas em mãos para reconstruir o ambiente divulgado pela imprensa, o escritor busca informações em livros de história e as transforma em ficção através de um padre leitor de jornais. Desta forma, Erico Verissimo procura assinalar a importância que as folhas tiveram como meio catalizador dos embates entre farrapos e legalistas, ao mesmo tempo em que fortalece o efeito de verdade dos eventos narrados.

O mesmo não ocorre no episódio “A Guerra”, situado no ano de 1869, coincidente com os últimos embates da Guerra do Paraguai (1864-1870). Apesar de haver neste trecho do romance uma preocupação por parte do narrador em mostrar como a batalha internacional afeta os moradores de Santa Fé, esse relato é superficial e serve mais como datação temporal para os conflitos familiares. Luzia Cambará, a senhora do Sobrado, e o imigrante alemão Dr. Winter são os dois letrados entre os personagens, mas desta vez o principal acontecimento histórico da época representada não surge da leitura dos intelectuais nos periódicos.

Revela-se acertada a opção de Erico Verissimo de não utilizar o recurso jornalístico na abordagem da Guerra do Paraguai. De fato, o confronto entre as forças militares do Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai de Solano López não repercutiu na imprensa gaúcha da mesma maneira que ocorre na Revolução Farroupilha. Antes e durante a insurgência dos farrapos contra o Império os jornais tiveram um papel decisivo como agentes da revolta, tanto que seu nascimento e duração dependeram exclusivamente das circunstâncias políticas, sendo prova disso a relativa estagnação da atividade periodística após a guerra civil de 1835 (RÜDIGER, 1993, p. 16, IM). Já a Guerra do Paraguai eclode num contexto que não envolve diretamente os ânimos político-partidários do Rio Grande do Sul. Não existem, neste caso, componentes ideológicos em oposição para justificar uma retomada acelerada da atividade jornalística partidária, o que vem a ocorrer a partir do decênio de 80.

Além disso, como não havia ainda um sistema eficiente de transmissão de dados, as folhas eram abastecidas apenas com a correspondência de intelectuais que estavam na frente de combate. O conflito internacional repercute mais na imprensa da Corte e de São Paulo, onde jornais como *Diário de São Paulo* e *Correio Paulistano*, os únicos diários na época, tratam em suas páginas sobre o recrutamento forçado, a convocação de pessoas doentes, as arbitrariedades e as estratégias dos comandantes, entre outros temas.

Por sinal, conforme observa Pascal (2007, p. 15), a análise do conteúdo destes jornais

demonstra a “impopularidade do conflito em nosso país, bem como sua maior vítima: a massa de negros e mulatos recrutados de forma insidiosa e violenta”. É natural, portanto, que a imprensa não seja utilizada na reconstrução da Guerra do Paraguai em **O continente**, pois o contrário poderia comprometer a verossimilhança pretendida. No entanto, por que os jornais não estão presentes na representação da Revolução Federalista como ocorre na revolta farroupilha? Temos algumas hipóteses para responder esta questão.

Uma delas reside na técnica narrativa utilizada para contar a participação da família Terra Cambará no conflito. Toda a ação dos sete episódios de “O Sobrado” transcorre em apenas dois dias, entre a noite de 24 de junho e a manhã de 27 de 1895, no interior do Sobrado. Um grupo de republicanos, formado pelo líder Licurgo Cambará e alguns fiéis companheiros, está sitiado pelos federalistas que assumiram o controle de Santa Fé. Sem comida e sem água – o poço nos fundos do Sobrado está sendo vigiado e quem se aproxima pode ser alvejado –, eles não têm nada a fazer a não ser esperar por reforços.

A leitura de jornais com notícias atuais neste cenário, portanto, não seria impossível enquanto fábula romanesca, mas seria completamente inverossímil e deporia contra os cuidados do escritor na representação da história. Outro ponto é que ao optar por se ocupar da Revolução de 1893 pelo prisma de uma família sitiada, já nos últimos lances da guerra, o escritor rejeita a possibilidade de recriar situações que exigiriam questionamentos, debates e diferentes pontos de vista para explicar os antecedentes que levaram à eclosão da barbárie. É justamente durante esses momentos de tensão em que o escritor mais se apoia na imprensa, como veremos nos próximos capítulos, para projetar nos personagens leituras alternativas da política e da sociedade.

Poderíamos, aqui, questionar o porquê de o escritor narrar a guerra de 1893 a partir dos dramas pessoais de uma família de raiz oligárquica, procurando direcionar o foco narrativo para a psicologia dos personagens e esquivando-se de fazer um julgamento contundente deste passado sangrento como acontece em **O arquipélago** em relação ao governo de Getúlio Vargas. Por sinal, é fato sabido que ao mesmo tempo em que a Guerra dos Farrapos foi usada pelos políticos e intelectuais, principalmente nas primeiras três décadas do século XX, para exaltar no gaúcho as características de um sujeito altivo e lutador, a Revolução de 1983 foi preterida pela historiografia e pela literatura.

Chamada de “guerra da degola”, a Revolução de 1893 deixou registrada a imagem do gaúcho desajustado e justiceiro, despido de cavalheirismo e sem apego à ordem. Calixto

(2001, p. 22, HI) comenta que entre os elementos fornecidos pela história para a literatura rio-grandense, o que menos rendeu produções foi a Revolução Federalista porque esta “deturpava os princípios revolucionários e, por isso, a historiografia tratou de deturpá-la, personalizando-a nas figuras de Castilhos e Silveira Martins”. Ainda nas palavras de Calixto (2001, p. 47, HI):

A literatura apresenta a Revolução Farroupilha como a revolução “modelo” do Rio Grande do Sul, como a revolução que se caracterizou pela união deste estado contra o poder do Governo Central; enquanto a Revolução Federalista é vista como uma revolução que trouxe a divisão para o Estado, que trouxe a desunião entre irmãos.

Porém, não seria justo e nem consiste no propósito deste estudo investigar a intensidade da crítica da literatura à história ou os motivos que levaram o escritor a explorar a guerra civil de 1893 sob este ângulo. Até mesmo por que esses questionamentos acerca dos valores da luta aparecem espontaneamente nas reflexões dos personagens, como no caso de Fandango.

Ao que nos interessa, encontramos, nos episódios de “O Sobrado”, duas referências à comunicação impressa durante o andamento da guerra que envolve a família Terra Cambará. Uma delas ocorre na manhã do dia 27, quando se aproxima o fim do cerco.

E o vento, que assobia mais forte, faz trepidar as janelas do Sobrado, entra pelos buracos dos vidros quebrados, pelas frestas dos postigos e vai enchendo a casa com seu bafo polar. Um jornal que veio não se sabe donde, esvoaça no ar, sobe e desce em movimentos agônicos de pássaro ferido, e há um momento em que fica aberto e como que colado à parede da igreja, mostrando o cabeçalho da primeira página em letras garrafais: – OS FEDERALISTAS DERROTADOS EM CAROVI!; depois torna a cair, rola na calçada e é levado pelo minuano num vôo rasteiro, rua dos Farrapos em fora. (1956b, p. 1006, OEV)

Parece-nos significativa a imagem de um jornal que flana ao vento e, ao se abrir, revela uma notícia crucial para os rumos da Revolução Federalista. A força simbólica desta passagem descrita nos instantes derradeiros de “O Sobrado” reforça o entendimento de que, nas revoluções de **O tempo e o vento**, os jornais são tão importantes quanto as armas usadas nas batalhas. Seu uso traduz nestas circunstâncias a intervenção que a imprensa tem na sociedade, como meio de reproduzir acontecimentos, mas também de trazer ao leitor fatos que marcaram de alguma forma o percurso da história.

Moreira (1996, p. 95, SEV) complementa esta interpretação do jornal esvoaçante, quando entende que “é ele que, na solidão do sobrado ou na desolação da guerra, aproxima uns e outros, o passado e o presente, e tece os laços entre eles” e que “impele para o futuro e se transforma no elemento congraçador das solidões individuais e dos laços sociais” (1996, p.

99, SEV). A manchete da folha refere-se à batalha de Carovi, ocorrida no dia 10 de agosto de 1894, na qual dois regimentos da Brigada Militar enfrentaram as forças de Gumerindo Saraiva, a principal liderança dos maragatos, que tombou no combate. Conforme apontamos anteriormente, a morte de Gumerindo Saraiva representou um duro golpe para os federalistas e selou o destino da guerra.

Curioso observar que a batalha de Carovi aconteceu em agosto de 1894 e o sítio em Santa Fé ocorre em junho do ano seguinte. Teria sido um descuido de Erico Verissimo quanto às datas? Caso contrário, o que ele pretendia sinalizar? Que a derrota dos federalistas no campo de batalha de nada servia para livrar Santa Fé de seus efeitos? Ou que mesmo após a guerra o ódio persiste entre vizinhos inimigos? Provavelmente essas perguntas ficarão sem resposta. De qualquer forma, podemos conjecturar que o referido cabeçalho poderia muito bem tratar-se de uma edição de *A Federação*, um dos jornais que noticia a morte de Gumerindo. No entanto, não localizamos nas edições da época uma manchete idêntica à da ficção, o que confirma que o autor provavelmente não teve acesso a esta folha.

Em **O continente** encontramos na sexta parte do episódio “O Sobrado” uma situação que nos remete à ideia de Aguiar, citada na abertura deste subcapítulo. Se em “O Sobrado” desaparece um “velho” Rio Grande e começa outro, constituindo-se o episódio no ponto em que as linhas da fabulação convergem e se redefinem, propomos ampliar esta interpretação em direção ao nosso foco argumentativo. Na linha cronológica do tempo, o fim da Revolução Federalista coincide com o início de um lento processo de desenvolvimento do jornalismo gaúcho em sua fase empresarial. O surgimento do *Correio do Povo* em 1895 serve como um marco referencial desta transição, que segue a onda de modernização do país e a demanda crescente da nova burguesia pelo produto da informação.

Esse rompimento com o passado do jornalismo político em “O Sobrado” acontece num gesto aparentemente banal, mas cheio de significações se levarmos em consideração que o escritor tem plena consciência de seu projeto romanesco. A poucas horas do final do cerco ao Sobrado, Florêncio e Fandango resolvem se aproximar do fogo para se aquecer. Fandango se afasta para buscar algo que sirva para atizar as brasas e aumentar o calor. Vai até a despensa e depois de alguns minutos volta trazendo um pacote e alguns pedaços de madeira.

- Veja só o que encontrei – cochicha.
- Ajoelha-se diante da boca do fogão e mostra a Florêncio o pacote à luz das brasas.
- Que é isso?
- Jornais velhos. Vou meter tudo no fogo.

- Não faça isso. Deve ser a coleção do Licurgo...
 - Qual nada! Pra mim jornal só é bom mesmo pra começar fogo.
- Florêncio permanece calado e imóvel, enquanto o outro começa a rasgar velhos números de “O Arauto” e de “O Democrata” e a atirar os pedaços dentro do fogão. (1956b, p. 851, OEV)

Veremos no capítulo “Imprensa e Política” a função exercida pelos jornais fictícios *O Arauto* e *O Democrata* na configuração dos debates em torno das ideias republicanas que agitam a vida social em Santa Fé. As folhas editadas pelos republicanos da família Cambará e pelos liberais da família Amaral têm na ficção um papel semelhante ao que *A Federação*, de Júlio de Castilhos, e *A Reforma*, de Gaspar Silveira Martins, tiveram na defesa de seus pressupostos ideológicos no decênio de 80 do século XIX. Os embates que antecedem a abolição dos escravos e a Proclamação da República, ao nível dos discursos, transformam-se em atitudes ostensivas e instabilidade política nos primeiros meses de governo republicano no Rio Grande do Sul. Estas desavenças levam à luta armada dos defensores da ditadura positivista, aliados ao presidencialismo, contra os ex-monarquistas simpatizantes do parlamentarismo. A gestação destas desavenças, ainda em fase embrionária, mas sempre alimentadas pela imprensa, aparece na narrativa durante o episódio “Ismália Caré”, que transcorre em 1884.

Em “O Sobrado”, portanto, não há motivo para resgatar estes confrontos do ponto de vista intelectual. A Revolução Federalista é uma realidade, dividindo o povo e sacrificando sua gente. A queima dos jornais, neste quadro, simboliza que naquele momento encerra-se um ciclo da história e começa outro. E se “jornal só é bom mesmo pra começar fogo”, na visão de Fandango, é porque tudo que foi publicado não contribuiu para a paz e o bem-estar social. O resultado do entusiasmo das oposições, que teve a imprensa como um de seus agentes motivadores, foi a exaltação do ódio e da vingança na luta pelo poder.

Encerrando-se o sítio, a paz volta a triunfar em Santa Fé e Licurgo Cambará assume a cadeira de intendente. Neste momento, coincide a arrancada para novos conceitos de fazer jornalístico – espelhado no *Correio do Povo* – e o início de um período de aparente arrefecimento nas oposições político-partidárias.

2.3 Revolução de 1923

Para compreender o período que antecedeu a Revolução de 1923, é preciso lembrar a crise econômica mundial do pós-guerra, que afetou diretamente o Rio Grande do Sul. Durante

a guerra, os pecuaristas do Rio Grande do Sul vivem um período de euforia nos negócios, beneficiados pela expansão do consumo no mercado europeu. O acesso ao crédito tornou-se mais fácil e muitos investiram em suas unidades de produção, aumentando a qualidade dos rebanhos e o preço dos produtos. A partir dos anos 20, a retração do mercado intensifica a concorrência interna entre os estados justamente no momento esperado para o lucro dos investimentos. Com a consequente queda drástica do consumo e dos preços, os pecuaristas não resistem e aproximadamente 820 pequenas fábricas rio-grandenses fecham as portas (ANTONACCI, 1979, p. 230 e 232, HI). A crise afeta também os preços dos materiais utilizados pela imprensa, principalmente os insumos como tinta e papel.

Descontentes com a forma com que o Estado conduz a crise, os principais representantes da oligarquia gaúcha encontram motivos suficientes para questionar a administração pública e iniciar uma luta pelo poder. À frente deste movimento estava Assis Brasil e outros grupos oposicionistas, que em artigos publicados no *Correio do Povo* invocavam o governo a socorrer os criadores. Logo a crise iniciada com uma motivação econômica transforma-se em movimento de questionamento partidário e os anseios por um novo projeto político começam a ecoar pelo Estado. Se por um lado a situação desfavorável da economia estabeleceu as condições concretas para a atuação das oposições, não é menos verdade que as causas remotas desse descontentamento vinculam-se à Revolução Federalista, persistindo junto a uma facção das elites a inconformidade com a inspiração positivista da carta de 14 de julho de 1891 e o ressentimento de ordem ideológica (FERREIRA FILHO, 1973, p. 22, HI).

Esse conjunto de fatores vem à tona quando se aproxima o fim do quarto mandato consecutivo de Borges de Medeiros, que se prepara para o lançamento de sua quinta candidatura ao governo. Para fazer frente ao PRR, surge a articulação de três grupos em torno da Aliança Libertadora: os federalistas, seguidores de Silveira Martins desde a Revolução Federalista; os democratas, liderados por Assis Brasil e Fernando Abbot; e os republicanos dissidentes. Dessa união surge por consenso a candidatura de Assis Brasil, que tem seu nome lançado oficialmente através de um manifesto publicado no *Correio do Povo*.

Em âmbito nacional o período também é marcado por muitas turbulências na política. A vitória de Artur Bernardes sobre Nilo Peçanha nas eleições presidenciais de outubro de 1921 abre um período de fortes contestações à legitimidade da eleição. Bernardes era acusado de ser o autor de cartas, escritas durante a campanha, que aviltavam o Exército e

os oficiais e teriam como destinatário o líder político mineiro Raul Soares. Com isso, no ano de 1922 acontecem vários tumultos generalizados, revoltas militares e prisões em massa pelo país. Sobre o Partido Republicano gaúcho, que apoiou Nilo Peçanha na campanha presidencial, recai a suspeita de participação nas insurgências militares.

Decorre desse cenário conturbado o famoso editorial “Pela ordem”, publicado em *A Federação* no dia 7 de julho, no qual o autor Lindolfo Collor atribui as revoltas à “formidável anarquia mental e moral deflagrada e incentivada pela candidatura Bernardes” e procura eximir o PRR de qualquer participação no levante tenentista ocorrido dias antes (COLLOR, 1922a, p. 1, JRA). Neste mesmo mês, o *A Federação* mantém em seus editoriais a mesma linha argumentativa, procurando defender os republicanos gaúchos da acusação de terem participado do movimento militar, ao mesmo tempo em que inicia uma série de artigos elogiosos a Borges de Medeiros – embora a candidatura seja lançada oficialmente apenas em setembro. Ataques mais contundentes ao candidato da oposição e à coligação da Aliança Libertadora surgem aos poucos. No dia 26 de setembro, o jornal publica um artigo intitulado “A morte de um partido”, no qual procura associar a candidatura de Assis Brasil aos federalistas derrotados no movimento de 1893: “Hoje, o que aí está é apenas a reminiscência do que já foi, triste reflexo de outras épocas, imagem desoladora de um partido que já não existe” (COLLOR, 1922b, p. 1, JRA).

Se na Revolução Federalista era comum os diretores de jornais maragatos transferirem as redações para cidades do Uruguai e da Argentina, onde poderiam produzir seus artigos sem maiores riscos, enviando-os clandestinamente ao Rio Grande do Sul e ao centro do país, durante a Revolução de 1923 esse cenário pouco muda. Rüdiger (1993, p. 37, IM) confirma que “durante a Revolução de 23, predominou a violência aberta e sistemática contra a imprensa. Os revoltosos promoveram o fechamento de diversas folhas governistas, chegando em alguns casos a espancar seus redatores e a destruir seus estabelecimentos”. Por outro lado, o governo também procurava silenciar a imprensa oposicionista, seja na prisão injustificada de militantes com o objetivo da intimidação – como ocorre com Roque Callage – , no empastelamento de jornais ou na censura policial às redações.

Durante o embate entre republicanos e opositores, os artigos de conteúdo doutrinário e ideológico não são as únicas armas empregadas pela imprensa. A literatura regionalista publicada em jornal também acaba alimentando os embates, uma vez que a exaltação da hombridade do gaúcho faz parte do discurso de ambas as correntes políticas. Neste contexto, a

literatura regionalista gaúcha exprime ora o enfoque da classe que perdeu o poder, ora o enfoque da classe que o conquistou, nos termos de Chiappini (1978, p. 161, TIB). Havia por um lado a visão otimista do gaúcho-herói e do outro a visão pessimista do gaúcho-degradado, mas ambas identificadas pela mesma essência mítica – a otimista prolongando o mito até o presente e a pessimista questionando o presente como um atrofiamento dessa mesma essência (CHIAPPINI, 1978, p. 162, TIB).

Neste cenário surge o poema satírico **Antônio Chimango**, no qual Ramiro Barcelos, sob o pseudônimo de Amaro Juvenal, satiriza a imagem de Borges de Medeiros. Composto por cinco cantos (rondas, para o autor) e um total de 1.278 versos dispostos em sextilhas, este poema narrativo trata, na parte inicial de cada ronda, da paisagem e do homem da Campanha. Na parte final, o personagem Lautério, um velho tropeiro, relata a trajetória de um sujeito que se chama Antônio Chimango, descrito como mesquinho, covarde, fofoqueiro, cruel e incompetente.

Dissidente como Assis Brasil, Ramiro Barcelos teve uma formação republicana e foi um dos colaboradores de *A Federação* na época de sua criação, publicando poemas e crônicas assinados com o pseudônimo de Amaro Juvenal. Na República, dirige a Fazenda Estadual e depois se elege para o Senado. Em 1898, Júlio de Castilhos indica Borges de Medeiros para substituí-lo na presidência do Estado e Ramiro Barcelos, então um líder político ativo e admirado por seus discursos e embates no Senado, sente-se desprestigiado porque também contava com essa indicação.

Ramiro Barcelos afasta-se da vida política e mais tarde desliga-se completamente do partido. Em 1915, na eleição para o Senado, ele discorda da indicação de Hermes da Fonseca para a cadeira de senador e escreve uma carta a Borges de Medeiros criticando a interferência de Pinheiro Machado, padrinho da candidatura. A resposta de Borges de Medeiros, sob a forma de um telegrama dirigido a Pinheiro Machado, refere-se a uma “propaganda improvisada por alguns díscolos e pretensiosos, tendo à frente Ramiro Barcelos, sempre insaciável e incorrigível” (MEYER, 2002, p. 131, TIB).

Indignado com a declaração de Borges de Medeiros, Ramiro Barcelos começa a escrever para o *Correio do Povo*, sob o título “Comentários Políticos”, uma série de artigos ofensivos à política republicana e seus comandantes. O contra-ataque parte de *A Federação*, que inicia uma campanha difamatória contra Barcelos. No quarto artigo da série no *Correio*, Ramiro Barcelos (apud Meyer, 2002, p. 135-6, TIB) avisa que o satirista Amaro Juvenal

prepara uma biografia do presidente do Estado.

[...] Pois terá o troco que merece, na altura de sua agressão. E vai lucrar muito com isso, porque terá a sua biografia política escrita por um contemporâneo desde o tempo da propaganda, e que lhe faltou bem conhecendo o valor, desde a passagem de certo telegrama a Júlio de Castilhos, logo após o golpe de estado do Sr. Lucena. Essa biografia, porém, será escrita por Amaro Juvenal, porque o assunto dá para tirar conclusões alegres de episódios tristes.

Neste momento surge a narrativa de **Antônio Chimango**, que passa a ser publicado clandestinamente no mesmo ano e tem várias reedições nos anos subsequentes até cair nas graças dos oposicionistas na deflagração da Revolução de 1923. Lembra Meyer (1943, p. 150-51, TIB) que muita gente só tomou conhecimento da sátira quando ela foi reproduzida em 1922 nas colunas do jornal oposicionista *Última Hora*, e que “Antônio Chimango andava em toda parte, e era impossível resistir ao apelo das rimas fáceis que, pelo sim ou pelo não, cantavam na memória como trovas populares, fixavam sentimentos partidários, impregnando-se de um sentido preciso”. Segundo Martins (1980, p. 31, TIB), coexistem, no poema,

a manifestação de uma tendência neo-romântica, cultuando o passado, a imagem heroica do gaúcho, bem como a tentativa de apontar realisticamente o presente. E o tom satírico dilui a atmosfera que até então envolvia a gauchesca rio-grandense, provocando talvez menosprezo dos cultores do ufanismo literário, além de justificada reação dos correligionários políticos de Antônio Augusto Borges de Medeiros. Este, sem dúvida, o principal motivo de a obra ter-se tornado até mais conhecida como manifestação política do que por suas características literárias.

Seja na sátira ou no ataque direto à honra dos opositores, valia de tudo para promover a campanha política na época.

Encerrada a eleição de 25 de novembro, o foco das atenções concentra-se na Assembleia de Representantes, onde se processam as apurações. Borges de Medeiros precisa de 3/4 do total de votos para se reeleger, conforme exige a Constituição Rio-Grandense. Temendo fraudes na apuração, a oposição questiona as interpretações da lei eleitoral e solicita a criação de um Tribunal de Honra para julgar o pleito, antes mesmo do pronunciamento da Comissão de Constituição e Poderes. Borges de Medeiros aceita o arbitramento da eleição, desde que este fique a cargo do presidente da República (ANTONACCI, 1979, p. 244, HI). A demora no desfecho do impasse alimenta ainda mais as polêmicas na imprensa, momento em que “Lindolfo Collor brilhou-se e se impôs como um dos mais vigorosos jornalistas políticos do Brasil” (FERREIRA FILHO, 1973, p. 25, HI).

Com a recusa de Artur Bernardes em arbitrar o pleito, a proposta do tribunal não

vinga e a Comissão declara Borges de Medeiros eleito com 106.360 votos contra 32.216 de Assis Brasil, pouco mais de dois mil além dos 3/4 necessários. O resultado confirmado em janeiro de 1923 aumenta o descontentamento da oposição e estabelece de vez as condições para uma revolta. Havia entre os oposicionistas uma convicção de fraude na apuração da contagem dos votos e a partir de então a esperança de Assis Brasil e seus seguidores está depositada numa intervenção federal.

No *Correio do Povo* de janeiro as manchetes não tratam da crise política no Rio Grande do Sul, mas, sim, da ocupação de tropas francesas e belgas no Vale do Ruhr, na Alemanha. Somente a partir do dia 21, quando Assis Brasil vai a São Paulo e profere um discurso procurando chamar a atenção para a crise gaúcha, o *Correio* começa a tratar do assunto com mais profundidade. No entanto, as informações noticiadas com uma conotação mais interpretativa dos fatos têm geralmente como fonte outros jornais do Rio de Janeiro e vêm sob o título “Comentários da imprensa carioca”. As notícias apresentadas com o título “Política Rio-grandense” e “A situação no interior do Estado” não passam de boletins ou transcrição de discursos da Assembleia.

Esta estratégia traduz, inicialmente, o desejo dos diretores do jornal de se manterem isentos em relação aos rumos do confronto político. Esta postura, no entanto, não resiste a uma análise mais atenta, pois a seleção dos noticiários recebidos de outros estados e a sua edição já consiste, por si só, em uma forma de parcialidade. Sobre este aspecto, Gutfreind (1979, p. 11, IM) nos diz que “é importante lembrar o valor não apenas das suas linhas, mas, principalmente, de suas entrelinhas, não daquilo que está escrito, mas daquilo que permite deduzir-se.”

Nove dias após a apresentação do parecer da Comissão, reconhecido pela Assembleia de Representantes, Borges de Medeiros assume o cargo e tem início o movimento armado no Rio Grande do Sul. O *Correio do Povo*, na edição do dia 26 de janeiro, traz informações dos primeiros movimentos das forças da oposição no interior do Rio Grande do Sul, mais precisamente na região do Planalto Serrano (NOTÍCIAS, 1923, p. 1, JRA). Já as edições de *A Federação* não apresentam nada sobre o assunto.

A tentativa de Assis Brasil de convencer Artur Bernardes e os governos de Minas Gerais e São Paulo a interferir na política gaúcha não tem resultado. Sem contar com o apoio do Exército, Bernardes prefere adotar uma atitude de expectativa e reserva. Assim, os levantes continuam a acontecer em algumas cidades do Estado, mas com poucos confrontos entre as

forças governistas e revolucionárias, o que em geral se repete ao longo de todo o período. Esta característica justifica a posição de historiadores que não consideram o evento uma revolução, mas, sim, uma tentativa de se ganhar tempo enquanto se aguardava uma possível intervenção federal no Estado.

Na imprensa, os republicanos tratavam de ampliar a sua versão dos acontecimentos para além dos limites do Rio Grande. Segundo Love (1975, p. 222, HI), “o PRR renovava seus subsídios aos jornais do Rio e de São Paulo para assegurar que as versões favoráveis ao regime de Borges encontrassem espaço na imprensa.” Já os periódicos da oposição buscavam dentro do possível driblar a fiscalização governista.

Nas folhas ditas “imparciais”, como o *Correio do Povo*, as notícias resumem-se a boletins telegráficos enviados das localidades do interior, onde ocorrem combates esporádicos. Não é uma prática deste jornal analisar ou comentar os fatos, mas apenas se reportar aos acontecimentos de maneira fragmentada e reproduzir discursos oficiais, artigos assinados sob a responsabilidade do autor ou resenhas de jornais do Rio de Janeiro e São Paulo. Vale destacar que a visão fragmentada dos processos sociais e a sonegação das informações “indesejáveis” podem ser consideradas como duas formas de “falseamento ou encobrimento das notícias como pensamento censurado”, nas palavras de Marcondes Filho (1986, p. 40, IM).

Na edição do dia 20 de junho, o jornal publica informações resumidas de um entrevero ocorrido em Alegrete no dia anterior. O primeiro boletim, das 15h, informa que “desde às 14 horas tiroteiam-se as forças do general Honório Lemes e as do dr. Flores da Cunha”; o segundo, das 16h20min, diz que “às 15h20 entrou na cidade o dr. Flores da Cunha com 500 homens, recrudescendo o combate”; e às 19h30 o último, trazendo informações sobre feridos (COMBATE, 1923, p. 1, JRA).

Em novembro de 1923, as negociações de paz são abertas e as hostilidades suspensas por intermédio do General Setembrino de Carvalho, emissário do presidente da República, que negocia com Assis Brasil e Borges de Medeiros. Os libertadores não conseguem a renúncia de Borges, mas conseguem limitar sua autoridade com uma mudança constitucional que proíbe o mandato consecutivo dos governadores. Assinado em dezembro, o Pacto de Pedras Altas encerra a guerra que durou onze meses, apesar de muitos libertadores continuarem insatisfeitos com a permanência do “Chimango” no poder.

Esse grupo de descontentes encontra um ambiente propício para uma nova revolta

em 1924, aproveitando a tensão provocada por insurreições militares em São Paulo e em outros estados, resultado do agravamento da crise que cresce com a impopularidade de Artur Bernardes. Liderados por Isidoro Dias Lopes, general reformado e veterano da Revolução Federalista, os rebeldes ocupam São Paulo durante três semanas, mas a superioridade numérica das tropas legais, entre elas 1.200 homens enviados por Borges de Medeiros, que temia a extensão da revolta até o Rio Grande do Sul, força os insurretos a abandonarem a Capital.

Em outubro de 1924 começam os primeiros levantes no Rio Grande do Sul, na região das Missões, os quais são vinculados ao movimento iniciado por Isidoro Lopes por meio de um manifesto assinado por Luís Carlos Prestes. Alguns tenentes que já se preparavam para se insurgir contra Bernardes unem-se a Honório Lemes e iniciam uma série de combates naquela região. Nas páginas do *Correio do Povo* estes eventos são amplamente tratados. O *Correio* publica sempre com o título de “Movimento sedicioso” informações sobre o levante militar durante todo o mês de novembro e dezembro. No dia 1 de novembro, por exemplo, o jornal noticia que um ataque teria sido rechaçado em Alegrete (RECHAÇADO, 1924, p. 6, JRA).

Outros exemplos do *Correio do Povo*:

O nosso colega “Correio do Pampa”, que se publica em S. Gabriel, em sua edição de 25 do corrente, publica longa notícia referente a acontecimentos desenrolados na véspera, nas proximidades da “Estância do Céu”. Da refrega que, segundo nosso colega, durou cerca de uma hora resultou a morte de dois revoltosos, de nome Leopoldino Andrade e Zeca Pereira. Do grupo, composto de 26 homens, foram feitos cinco prisioneiros [...]. (DISPERSÃO, 1924, p. 3, JRA)

O quartel general da 3ª Região Militar forneceu-nos a seguinte nota: Os rebeldes de Honório Lemes e Zeca Neto, em sua fuga para o Sul, após a derrota que lhes infligiu o tenente-coronel Bozano, no Passo das Carretas, na tarde de 8 do corrente, surgiram no dia 10, às 20 horas, mais ou menos, entre as estações de Santa Rosa e Candiota, onde detiveram um trem de carga. Os rebeldes estavam entregues a faina de incendiar os carros de mercadorias, quando foram atacados pelo coronel Vasco Costa e puseram-se novamente em fuga. (AS FORÇAS, 1924, p. 6, JRA)

Chegou, anteontem, à tardinha, a esta Capital, o dr. José Antônio Flores da Cunha, que, como comandante da vanguarda das forças do coronel Claudino Nunes Pereira, acaba de se bater no interior do Estado contra os hostes revolucionários. (A CHEGADA, 1924, p. 3, JRA)

No entanto, sendo em menor número e mal armados, os rebeldes são derrotados e forçados a se dispersar em grupos. Um deles, liderado por Prestes, dirige-se a Foz do Iguaçu e lá se encontra com as tropas de Isidoro, dando início à marcha de dois anos e meio da Coluna

Prestes pelo interior do Brasil.

2.3.1 Muitos jornais, diferentes versões

Nos episódios “O Deputado” e “Lenço encarnado”, de **O arquipélago**, a família Cambará faz oposição ao governo republicano de Borges de Medeiros. Rodrigo Cambará exerce o mandato de deputado estadual pelo partido da situação e decide renunciar ao cargo para apoiar o candidato da Aliança Libertadora, Assis Brasil.

A faísca que acende o desacordo dos Cambará com a política de Borges de Medeiros é a decisão do governador de apoiar a candidatura do Coronel Ciríaco Madruga, intendente municipal e inimigo pessoal de Licurgo. A questão em torno do nome de Madruga divide os republicanos de Santa Fé em dois grupos e o rompimento de Licurgo com Borges obriga Rodrigo a abandonar a legenda. Menos de trinta anos após a refrega entre maragatos e pica-paus, situação que deixou Licurgo sitiado por vários dias no Sobrado e vitimou muitos de seus leais companheiros, os Cambará abraçam a causa dos federalistas tradicionais.

A representação desta crise está centraliza nos aspectos políticos. Por sinal, são poucas as referências ao cenário econômico gaúcho, salvo em um ou outro diálogo, mas sempre de forma superficial se comparada aos debates em torno do campo político. Numa destas passagens, Rodrigo faz um pequeno comentário em relação ao problema da pecuária. Isso ocorre durante uma conversa com o irmão Toríblio, na qual Rodrigo comenta sobre o seu antigo desejo de viajar a Paris.

– E que é que te ataca agora rapaz? Vai a Paris e mata esse desejo.
 – É fácil dizer “vai a Paris”. Se o velho me repreendeu por eu ter demorado demais no Rio, como é que posso pensar numa viagem longa? E com a situação da pecuária, essa maldita crise que aí está... e mais o que teremos de gastar para fazer oposição ao Chimango, quem é que pode pensar em viagens? (1963a, p. 75, OEV)

Na noite deste mesmo dia, Rodrigo convida os amigos para um jantar no Sobrado, ocasião em que se discutiria o plano da campanha eleitoral. Participam do encontro o promotor público, Dr. Miguel Ruas, o Cel. Melquíades Barbalho, comandante da guarnição federal de Santa Fé, o comunista Arão Stein,³ o intelectual Roque Bandeira (Tio Bicho), o companheiro de Rodrigo para as farras Chiru Mena, o sogro Aderbal Quadros e o fazendeiro Juquinha Macedo, “dono de muitas léguas de bom campo bem povoados, além de casas na

3 Importante lembrar que 1922 é também o ano de fundação do Partido Comunista do Brasil.

cidade e apólices no Banco Pelotense” (1963a, p. 84, OEV). Durante a confraternização os personagens discutem sobre diferentes assuntos, como literatura, dança, comunismo e socialismo, política nacional e regional. Chiru defende a separação do Rio Grande do Sul do resto do Brasil, mas Rodrigo discorda categoricamente lembrando a importância da união, única maneira para o país ser “forte, grande e glorioso”. É uma brecha para se abordar aspectos econômicos.

Rodrigo, porém, discordava com veemência. Contou o que vira na Exposição do Centenário. Não compreendia o cretino do Chiru que o Brasil estava às portas da industrialização, e que uma vez industrializado precisaria antes de tudo de mercados internos, dum número cada vez maior de consumidores? Cortar as amarras que nos prendiam tão fraternal e historicamente ao Norte seria jogar fora futuros mercados, isso para mencionar uma razão utilitária, pois as ideológicas eram muito mais óbvias. Quanto pensava ele que o Brasil havia exportado no ano que se seguira ao do fim da Guerra? Cento e trinta milhões de esterlinos, cavalo!
 – E pensas que todos os produtos exportados saíam do Rio Grande do Sul? Sabes o que representa hoje São Paulo na vida econômica do país? E Minas Gerais? Ora, vai primeiro estudar os problemas para depois falares com alguma autoridade. (1963a, p. 90, OEV)

Não chega a ser surpreendente no discurso de Rodrigo sua falta de conhecimento dos problemas econômicos que afligem o Rio Grande. O personagem não reconhece a relação entre a crise econômica e a instabilidade política em que está envolvido e colabora para aumentar. Suas palavras enquadram-se perfeitamente no ambiente de otimismo em relação aos resultados do modelo capitalista nos primeiros decênios do século passado no Estado. Um sentimento de otimismo semelhante ao que ocorria em âmbito nacional na chamada ideologia do “país novo”, percepção social apontada por Mário Vieira de Mello como uma falta de consciência do atraso nacional e analisada por Candido (2011, p. 169-196, TIB) sob o ponto de vista da literatura.⁴ Sem saber, Rodrigo entra numa luta contra o governo que trabalha para defender o projeto de desenvolvimento no qual ele acredita e que fez sua família enriquecer.

Quando o planejamento republicano do livre-mercado, contrário ao regime de protecionismo estatal, naufraga por conta da crise do pós-guerra, a oligarquia latifundiária – representada no romance pelos Cambará e outras famílias estancieiras – mobiliza-se para tomar o poder. Afora isso, como veremos com mais detalhes no capítulo “Imprensa e Política”, o comportamento de Rodrigo Cambará geralmente não condiz com a ética de seu

4 Candido amplia a ideia de Mello sobre o problema das relações entre subdesenvolvimento e cultura, no qual até o decênio de 1930 predominava entre nós a noção de “país novo”, que ainda não pudera realizar-se, mas que atribuía a si mesmo grandes possibilidades de progresso futuro. O que predomina após a Segunda Guerra Mundial é a noção de “país subdesenvolvido”, sem ter havido modificação essencial na distância que nos separa dos países ricos.

discurso. No seu desejo de poder, que se confunde com ideias de promoção ao bem-estar social, o personagem repete as ações daqueles que condena e acaba sendo um dos coadjuvantes na Revolução de 1930 ao lado de Getúlio Vargas.

Para o protagonista, atos de coragem e heroísmo são características imprescindíveis. Em seu escritório, onde algumas lideranças estão reunidas para tratar da campanha eleitoral, Rodrigo tira da gaveta da escrivaninha uma fotografia e diz:

– Tenho aqui uma preciosidade. É um instantâneo que ficará na nossa História. Algumas revistas e jornais já o reproduziram, mas esta é uma cópia do original. Me custou um dinheirão. Vou mandar emoldurar e pendurar na parede. Merece. Vejam...
Fez a fotografia andar a roda. Era o famoso flagrante dos 18 heróis do Forte de Copacabana, na sua marcha para a morte. (1963a, p. 88-89, OEV)⁵

Nesta reunião, inspirado pela imagem do sacrifício, Rodrigo decide comunicar sua desfiliação durante um discurso na Assembleia, contrariando a opinião do pai, que preferia um comunicado por telegrama. Para não estragar o elemento de surpresa, ele realiza o discurso sem antecipar nada aos colegas parlamentares. Pensando em garantir uma boa repercussão, descobre uma maneira insuspeita de “fazer que estivessem presentes no grande momento alguns jornalistas seus amigos do *Correio do Povo* e da *Última Hora*, e que ele sabia capazes de tirar o máximo proveito publicitário do escândalo” (1963a, p. 101, OEV).

No longo discurso, Rodrigo Cambará começa fazendo um histórico do Partido Republicano para exaltar a personalidade de Júlio de Castilhos, enumera os serviços prestados pelo pai ao partido, com descrições dramáticas do cerco ao Sobrado pelos federalistas, e ataca a figura de Borges de Medeiros e o programa de governo. Refere-se ao republicano como “um homem que se apegava ao poder e quer fazer-se reeleger, custe o que custar, doa a quem doer” (1963a, p. 102, OEV) e repugna o positivismo, “essa filosofia vive a proclamar seus fins humanitários mas o que tem feito entre nós é acobertar o banditismo, encorajar a arbitrariedade e premiar a fraude! No Rio Grande do Sul espanca-se, mata-se e degola-se em nome de Augusto Comte” (1963a, p. 103, OEV).

Ao final do pronunciamento, que é seguido pela renúncia e a declaração de apoio a Assis Brasil, Rodrigo é cercado pelos jornalistas e concede uma entrevista coletiva à imprensa. Encerrada a entrevista, enquanto bebe o seu cafezinho, Roque Callage, “um

5 Rodrigo refere-se ao levante dos “Dezoito do Forte”, insurreição tenentista ocorrida no Forte de Copacabana e repelida pelo governo de Epitácio Pessoa. A fotografia reproduzida nos jornais de todo o país foi registrada por Zenóbio da Costa e publicada primeiramente em *O Malho*. O flagrante conhecido por “Marcha da Morte”, justamente porque revela o momento anterior à morte dos insurgentes, marcou o início de um período de tensões entre Exército e governo.

jornalista combativo da oposição e que vivia martelando o governo com seus artigos”, aproxima-se dele e murmura-lhe ao ouvido: “Sabe duma coisa engraçada? Durante todo o seu discurso o senhor não pronunciou uma vez sequer o nome do Dr. Borges de Medeiros”. Ao que Rodrigo, perplexo, responde: “Foi mesmo? E soltou uma risada” (1963a, p. 104, OEV).

A introdução de políticos e intelectuais expoentes da história como figuras de atuação periférica da trama é um recurso recorrente na trilogia de Erico Verissimo. Personalidades históricas entram no universo da ficção e interagem com os personagens fictícios. Quando os analisamos, porém, não esquecemos as palavras de Candido (1976, p. 70, TIB), quando alerta que:

A origem das personagens é interessante para o estudo da técnica de caracterização, e para o estudo da relação entre criação e realidade, isto é, para a própria natureza da ficção; mas é secundário para a solução do problema fundamental da crítica, ou seja, a interpretação e a análise valorativa de cada romance concreto.

Dentro de sua estética realista, a inclusão de “homens e coisas de jornal”⁶ na narrativa funciona como uma espécie de confirmação da vida representada, que passa necessariamente pelos bastidores jornalísticos. Isso não significa, evidentemente, que o autor deseja criar um romance igual à realidade. Até porque a criação de um personagem que fosse igual a um ser real implicaria na negação do romance, o que não é o caso. As intenções do romancista com esta técnica de concepção fictícia ao traçar o panorama de costumes depende “mais da sua visão dos meios que conhece e da observação de pessoas cujo comportamento lhe parece significativo” (CANDIDO, 1976, p. 74, TIB).

Além de ser um representante da oligarquia pecuarista gaúcha e autoridade da política local, Rodrigo Cambará também atua como homem de jornal em Santa Fé. No capítulo “Imprensa e Política” veremos o embate entre a folha *A Voz da Serra*, dirigida por Amintas Camacho, e *A Farpa*, fundada por Rodrigo em 1910 para defender a candidatura do civilista Rui Barbosa na campanha presidencial. Na ambientação política que antecede a Revolução de 1923, o personagem volta a fazer da imprensa um meio de divulgação de suas ideias em favor de uma causa partidária. Rodrigo utiliza os jornais primeiramente conquistando a simpatia e a admiração dos “repórteres”. Sabemos, pela voz do narrador, que Rodrigo abandona a deputação e ao mesmo tempo deixa sua marca na vida social de Porto Alegre.

Os jornalistas o adoravam. Ele era um *assunto*. Homem franco, detestava

6 Tomamos a expressão do título do livro de Alcides Gonzaga (Porto Alegre: Editora do Globo, 1930).

meias palavras. Vinha disso o caráter sensacional de quase todas as suas entrevistas. Tinha também amigos e admiradores entre turfistas. Não faltava às corridas da Protetora do Turf aos domingos e seu cavalo *Minuano*, cria do Angico, ganhara uma vez um páreo importante, chegando na frente de animais de raça, estrangeiros. O cronista social da *Máscara* escolhera-o como “o deputado mais bem vestido”. (1963a, p. 107, OEV, grifos do autor)⁷

Quando retorna a Santa Fé após a renúncia na Assembleia, Rodrigo é recebido pelo irmão Toríbio, que tem um exemplar d'*A Voz da Serra*. No alto da primeira página, a manchete: “Chega Hoje o Traidor Vira-casaca” (1963a, p. 125, OEV). Furioso, ele parte com o irmão e os amigos Neco e Chiru em direção à redação da folha de Amintas Camacho para um acerto de contas. No caminho, fica sabendo que a campanha no município já começara, bem como os atos de intimidação junto aos eleitores. Os capangas do intendente republicano distribuem boletins de propaganda e ameaças nas comunidades do interior. Os colonos, caso votassem em Assis Brasil, receberiam em troca aumento nos impostos estaduais e municipais. Ao chegarem à redação, Rodrigo e o irmão encontram apenas o revisor e o redator Amintas Camacho. Antes que tivesse tempo de fugir, Amintas recebe uma bofetada e cai de costas.

E Rodrigo, que saltara sobre Amintas, agora acavalado nele de novo o esbofeteava, à medida em que gritava: “Crápula! Sacripanta! Cafajeste! Pústula!”. Cada palavra valia uma tapona. E o jornalista, a cara lívida, respirava estertorosamente, gemendo “Meu Deus! Socorro!” – mas com uma voz engasgada, quase inaudível. Sem sair de cima de Amintas, Rodrigo rasgou em vários pedaços a folha de jornal que trazia o artigo insultuoso, e atochou-o na boca do escriba. – Engole a tua bosta, corno duma figa! (1963a, p. 126, OEV)

Atitudes violentas desse tipo refletem na ficção os métodos que pautaram a história dos jornais do Rio Grande do Sul, desde suas origens na Revolução Farroupilha. Em todas as vezes em que a imprensa foi agente de lutas político-partidárias, redações foram incendiadas, jornalistas ameaçados e em muitos casos espancados ou mortos. Após a agressão de Rodrigo contra Amintas Camacho, declara-se a guerra entre a Intendência Municipal e o Sobrado. Na concepção de Rodrigo, uma das maneiras de se fazer uma campanha eleitoral é pelo convencimento através da imprensa, como fica claro em toda sua trajetória intelectual. Por isso, Rodrigo resolve reativar a impressora e a caixa de tipos armazenados no porão desde as eleições de 1910.

7 A revista ilustrada *Mascara* existiu e foi impressa em Porto Alegre entre 1918 e 1928. Acreditamos que Erico Verissimo consultou edições dessa revista para representar a vida social da Capital na época. Nesse trecho da narrativa, Rodrigo faz sua despedida de Porto Alegre no cabaré Clube dos Caçadores, onde prostitutas trazidas da Europa estão entre as principais atrações. Não por acaso, a revista *Mascara*, voltada ao público masculino, costuma publicar anúncios do clube, incluindo fotos das “artistas” e legendas apelativas.

Convidado para fazer a vez de tipógrafo, o comunista Arão Stein hesita inicialmente em trabalhar para a propaganda da Aliança Libertadora, pois para ele tanto Borges de Medeiros quanto Assis Brasil são “representantes da plutocracia do Rio Grande” (1963a, p. 127, OEV). No entanto, Stein tinha em mente adquirir um equipamento para produzir material de conteúdo comunista e acaba aceitando a proposta de fazer o jornal e em troca ficar com a tipografia. Nasce, assim, *O Libertador*, que em seu primeiro número traz na primeira página “um artigo de fundo de Rodrigo, atacando o borgismo do ponto de vista ideológico. Na segunda, vinha uma biografia do Dr. Assis Brasil. O resto eram notícias políticas e avisos ao 'eleitorado livre do Rio Grande'” (1963a, p. 127, OEV).

Quanto a Stein, incomodado por trabalhar no jornal de Rodrigo, a serviço de uma burguesia, justifica-se junto ao amigo Roque Bandeira alegando que compõe e imprime os artigos “como se fosse literatura infantil” ou “contos da carochinha” porque “um comunista deve estar preparado para fazer todos os sacrifícios e, se necessário, recorrer mesmo a toda espécie de estratagema, usar métodos ilegítimos, esconder a verdade, a fim de penetrar nos sindicatos e permanecer neles, levando avante a obra revolucionária” (1963a, p. 143, OEV).

Ao contrário do que acontece com outras folhas fictícias de **O tempo e o vento**, como *O Arauto*, *O Democrata*, *A Farpa* e *A Voz da Serra*, que são exploradas de forma mais intensa na configuração ideológica da trama, *O Libertador* tem uma participação bem discreta enquanto instrumento de ação doutrinária. Além da referência acima, não há outras citações que permitam analisar o entrelaçamento entre o discurso do jornal e a recepção dos personagens. Lê-se apenas algumas observações, como a de que Rodrigo “passava horas no porão do Sobrado com Arão Stein, tratando de preparar novos números d'*O Libertador* ou imprimindo boletins que Toríbio, Neco, Chiru e outros correligionários saíram a distribuir pela cidade” (1963a, p. 139, OEV) e que “a propaganda iniciou-se, intensa, através d'*O Libertador* e de boletins” (1963a, p. 144, OEV).

À medida que esquentava a campanha em Santa Fé, aumentam as alusões ao tom dos artigos publicados em *A Federação* no plano histórico da narrativa. Numa delas, Rodrigo lembra com “amargo desapontamento” o conteúdo do artigo “Pela ordem!”, pois “a nação inteira esperava a palavra de Borges de Medeiros, capaz de lançar as forças democráticas do país numa revolução regeneradora, e o Papa Verde soltara através dum editorial d'*A Federação* o seu gélido 'Pela Ordem'” (1963a, p. 107, OEV).⁸ Em outra ocasião, Rodrigo

8 Neste artigo, já citado no subcapítulo anterior, o governo de Borges de Medeiros, que havia apoiado Nilo

mostra-se descontente por não encontrar na folha oficial do PRR nenhuma linha sobre o seu gesto de rebeldia na Assembleia. Ele esperava ser atacado pelo jornal, o que lhe daria a oportunidade de iniciar um debate público em âmbito estadual, mas “*A Federeca* limitara-se a transcrever parte de seu discurso, como era de praxe. [...] como se a defecção pública e ruidosa de um deputado governista em plena campanha eleitoral não tivesse a menor importância” (1963a, p. 135, OEV). O narrador prossegue apresentando as impressões de Rodrigo:

Collor martelava todos os dias o candidato da oposição, em editoriais cuja boa qualidade muito a contragosto Rodrigo tinha de reconhecer. Num deles chamara a Assis Brasil “candidato bifronte”, pois que tendo sido sempre presidencialista, agora o castelão de Pedras Altas se travestia vagamente de parlamentarista, para coonestar sua candidatura maragata à presidência do Estado. (1963a, p. 135, OEV)

Certo dia, olhando o retrato do presidente do Estado na capa de *A Federação*, Rodrigo recita aos amigos uma das sextilhas que compõem o “poema campestre” de Amaro Juvenal, **Antônio Chimango**. A reprodução de uma estrofe do poema insere-se na representação do contexto pré-revolucionário como mais um exemplo da força do discurso ideológico impresso.

Veio ao mundo tão flaquito
Tão esmirrado e choquinho
Que ao finado seu padrinho
Disse, espantada, a comadre:
“Virgem do céu! Santo Padre!
Isto é gente ou passarinho?” (1963a, p. 141, OEV)

É difícil estabelecer com certeza a fonte consultada pelo escritor para buscar os versos de **Antônio Chimango**. Erico Verissimo certamente conheceu o poema no auge de sua divulgação, nos jornais e no anedotário popular, justamente durante a campanha revolucionária de 1923. Depois disso, a narrativa satírica teve várias edições “clandestinas”. A que lançou as bases para o seu reconhecimento como obra literária data de 1946, na revista *Província de São Pedro*, com ensaio de Walter Spalding e prefácio de Augusto Meyer. A edição definitiva sai em 1952, na coleção *Província*, da Editora Globo, a que provavelmente foi consultada pelo escritor durante as pesquisas para a escrita de **O arquipélago**.

Na literatura, no noticiário ou nos boletins de propaganda partidária, os personagens de Santa Fé assumem suas posições políticas. A preferência de cada um revela a sua paixão

Peçanha na campanha eleitoral à Presidência, decide aceitar a vitória de Artur Bernardes nas urnas e assegurar a este o apoio político do Rio Grande do Sul. O artigo escrito por Lindolfo Collor, diretor de redação do jornal, frustra os anseios dos militares que incitavam uma revolução contra o governo federal.

pela causa e o grau de envolvimento com a ideologia que defende. O narrador, nestes instantes em que o drama social suplanta o drama psicológico, usa de disfarces que demonstram o artifício preferido pelo escritor, o qual consiste em trabalhar com arquivos e registros factuais ou, na ausência destes, fazer com que os personagens criem esses mesmos registros. Na acepção de Campos (1996, p. 42, SEV), em nome de uma transparência na intenção de comunicar “tece-se a naturalidade do comunicado, como se tudo tivesse acontecido assim, como se fosse possível colar acontecimentos e palavras, como se o vivido fosse recuperável pela linguagem”.

Neste sentido, Licurgo Cambará apresenta-se como um leitor que costumava ler assiduamente o jornal *A Federação*, assinante da folha desde o dia de seu aparecimento. Mas depois de romper com o partido “recusava-se até a tocar no jornal com a ponta dos dedos” e passa a admirar as transcrições que Rodrigo fazia em *O Libertador* dos manifestos, discursos e artigos doutrinários de Assis Brasil. “– Esse homem sabe o que diz – comentava – é um estadista de verdade. Não ataca ninguém, tem ideias, critica a Constituição de 14 de julho, quer o voto secreto. Não está contra as pessoas, mas contra os erros” (1963a, p. 141, OEV).

Mesmo empolgado com a candidatura de Assis Brasil, Licurgo não esconde seu constrangimento por estar ao lado dos maragatos na campanha. Habitado a vê-los como inimigos, agora é obrigado a comparecer às reuniões do comitê partidário, do qual era o presidente, e sentar-se à mesa com maragatos como Alvarino Amaral, que atacaram o Sobrado em 1895. O rancor e a mágoa dos veteranos da Revolução Federalista são expostos pelo comportamento frio e receoso de Licurgo: “– Tive de apertar a mão daquele indivíduo. Afinal de contas estamos hoje do mesmo lado... Foi um sacrifício que fiz pela causa. Mas uma coisa vou pedir aos senhores. Não me convidem esse homem para entrar no Sobrado, porque isso eu não admito” (1963a, p. 140, OEV).

Em Santa Fé, a eleição transcorre normalmente, sem a presença de mesários da oposição, restringindo-se estes ao trabalho de “fiscais”. Segundo os mais próximos do Sobrado, tudo indicava que a derrota de Assis Brasil na cidade tinha sido esmagadora porque “o eleitorado da oposição acovardara-se ante as ameaças da capangada do Madruga. Houvera fraude, como se esperava” e “o mesmo eleitor votava mais de uma vez, em mesas diferentes: havia caminhões da Intendência encarregados de transportá-los dum lugar para outro” (1963a, p. 157, OEV).

Após a realização do pleito, Rodrigo Cambará atira-se aos jornais para acompanhar o

debate em torno do Tribunal de Honra que os procuradores de Assis Brasil haviam proposto em carta a Borges de Medeiros.

Em um editorial d'A *Federação*, que comentava essa carta, Lindolfo Collor ironizava seus signatários, corrigindo-lhes o português.

– Esse Dr. Topsius de São Leopoldo! – exclamou Rodrigo, irritado. – Não perde oportunidade para mostrar que sabe gramática!

Os jornais transcreviam também os debates da Assembleia. Um deputado da oposição protestava contra o fato de a apuração das eleições estar sendo feita a portas fechadas, sem a presença dum fiscal sequer da facção assisista.

– Está claro que assim podem fazer o que querem. Cachorros! É a história de sempre.

Quando terminou de ler o último jornal, Rodrigo já não olhava com olhos cépticos ou irônicos para as lanças de Toríbio. Estava convencido de que a revolução era mesmo a única alternativa. A Comissão de Poderes (e lá estava o Getulinho!) fazia a portas fechadas a “alquimia” eleitoral. (1963a, p. 176, OEV)

Não encontramos registros na imprensa que expliquem o motivo para Rodrigo chamar Lindolfo Collor de Dr. Topsius. Pode tratar-se de uma referência a Juvenal Miller, intelectual gaúcho que escreveu para o *Correio do Povo* sob o pseudônimo de Dr. Topsius e publicou em 1898 uma novela intitulada **Professor**, de grande aceitação na época. Mais provável, no entanto, que o apelido seja inspirado no personagem de **A relíquia**, de Eça de Queirós. O Dr. Topsius deste romance caracteriza-se pelo espírito nacionalista e pela erudição, sempre dado a saber mais do que os especialistas. O editorial citado pelo narrador, em que Lindolfo Collor corrige o português dos opositores, foi publicado no jornal *A Federação* de 11 de dezembro de 1922.⁹

Impaciente com a situação de indefinição, Rodrigo Cambará viaja a Porto Alegre para acompanhar de perto a situação e retorna a Santa Fé no mesmo dia em que a Comissão proclama o resultado da apuração e a vitória de Borges de Medeiros. Chega ao Sobrado em meio aos foguetes que explodem na praça durante a comemoração do intendente Madruga. “– Antes de mais nada, um banho! Estou sujo por fora e por dentro. Que miséria! Que subserviência! Só a revolução pode salvar o Rio Grande duma completa degradingolada moral!” (1963a, p. 249, OEV).

9 “E para terminar essas notas à margem de assuntos já debatidos: quando os signatários de articulado de ontem (dois bacharéis em direito, um dos quais lente de uma escola superior) houverem de responder à 'Federação', conveniente será submeterem à prévia censura de alguém que saiba escrever as suas locubrações mentais. Só assim, poupar-se-ão ao desastre verdadeiramente alarmante dos solecismos que habitualmente se encontram nos seus escritos, e que culminam no de ontem com este trecho capaz de produzir um delíquio a qualquer pessoa de medianos conhecimentos de vernáculo: 'Se pudéssemos merecer um favor, de órgão oficial do Rio Grande, antes de uma discussão em que só vamos desaprender, *pediríamos-lhe*, etc.' Isto, francamente, não é admissível, isto é fantástico, isto brada aos céus: *pediríamos-lhe* é demais!” (COLLOR, 1922c, p. 1, JRA, grifos do autor)

Quando, em janeiro, o *Correio do Povo* traz as primeiras notícias sobre o movimento de forças da oposição, Rodrigo começa a se mobilizar em busca de armas e munição. Questionado pela tia Maria Valéria, também uma leitora de jornais, se “a coisa sai mesmo?”, ele afirma: “– Se sai? Já saiu! Não viu os jornais? O Chimango tomou posse hoje. Houve outro levante, em Carazinho. O Dr. Artur Caetano telegrafou ao Presidente da República comunicando-lhe a deflagração do movimento revolucionário” (1963a, p. 253, OEV). O protagonista refere-se ao *Correio* de 26 de janeiro, edição que traz informações sobre a posse de Borges de Medeiros (Presidência, 1923, p. 3, JRA) e o telegrama do deputado Arthur Caetano, o qual diz que “a situação de desespero criada pelo Borgismo compressor e sanguinário transformou hoje a nossa altiva Região Serrana em vasto acampamento militar” (UM telegrama, 1923, p. 1, JRA).

No dia seguinte, Rodrigo volta a consultar os jornais de Porto Alegre trazidos pelo trem do meio-dia.

O *Correio do Povo* trazia notícias do levante de Passo Fundo e Palmeira. Rodrigo abriu *A Federação* e foi direto ao editorial. Poucos minutos depois amassava o jornal, num acesso de cólera, precipitava-se para a cozinha e, sob o olhar neutro de Laurinda, atochava-o na boca do fogão aceso. Hipócritas! Farsantes! O Rio Grande estava convulsionado, dois mil revolucionários cercavam Passo Fundo, Leonel Rocha marchava sobre Palmeira, levantavam-se assistas em armas em vários setores do Estado e lá estava o Dr. Topsisius com seus pedantes editoriais, tentando tapar o sol com uma peneira, fingindo que nada daquilo estava acontecendo ou, se estava, não tinha a menor importância! Por que era então que o governo estadual organizava os seus Corpos Provisórios? Por que usava o maneador para recrutar seus “voluntários”? (1963a, p. 258, OEV)

O ímpeto de Rodrigo em entrar logo na revolução é contido pela prudência do pai, que prefere aguardar o melhor momento para agir. Assim, encerrada a campanha e as atividades de *O Libertador*, a família retira-se para o Angico, propriedade produtiva dos Cambará. Ali, enquanto organiza-se uma coluna revolucionária, Rodrigo acompanha as informações em torno dos levantes e a possibilidade de o governo federal intervir na política gaúcha.

Fevereiro arrastava-se. Os jornais que chegavam ao Angico traziam notícias de outros combates entre revolucionários e legalistas. Artur Caetano encontrava-se no Rio, onde dava à imprensa entrevistas em que declarava dispor de quatro mil homens armados para derrubar o Tirano. Estava claro – comentou Toríbio – o que o homem queria era dar ao Governo Federal um pretexto para intervir no Rio Grande do Sul.

– Impossível! – exclamou Rodrigo dando um tapa no jornal. – O Bernardes não pode intervir porque não sabe ainda se conta com o apoio do Exército. Toríbio opinou:

– O melhor é a gente não esperar nada desse mineiro e ir fazendo por aqui o que pode. (1963a, p. 264, OEV)

A prudência excessiva de Licurgo Cambará em determinar a entrada da coluna de Santa Fé nos combates deixa seus companheiros impacientes. Cansado de esperar, Alvarino Amaral parte com um pequeno grupo de seguidores. Quando o antigo inimigo da Revolução Federalista vai longe, Licurgo finalmente autoriza o início da operação da coluna liderada por ele. Com poucas armas, os revolucionários de Santa Fé se deslocam de um ponto a outro, sempre evitando os confrontos, repetindo no romance o que acontece na história real.¹⁰ Dos quatrocentos e oitenta homens da coluna de Licurgo, apenas uns duzentos, na contagem de Rodrigo, estavam armados com fuzis de longo alcance. O restante carregava apenas revólveres dos tipos mais diversos, facões, espadas, lanças, espingardas de caça e as velhas Comblains usadas na Revolução de 1893.

Quando a coluna de Santa Fé está distante de Santa Fé, o foco narrativo continua prevalecendo sobre a percepção dos moradores da vila. Para tal, o narrador descreve o andamento da revolução a partir das notícias dos jornais.

O *Correio do Povo* trazia notícias das operações das forças de Filipe Portinho na zona de Cima da Serra, das atividades dos guerrilheiros de Leonel Rocha, no município de Palmeira: do levante de Zeca Neto, que ocupara Canguçu, Camaquã e Encruzilhada. Divulgava também que Estácio Azambuja organizara a 3ª Divisão do Exército Libertador, com gente de Bagé, São Gabriel, Dom Pedrito e Caçapava. Quanto à Coluna Revolucionária de Santa Fé, nem uma palavra.

O velho Aderbal Quadros trouxe um dia ao Sobrado a notícia do levante, em Vacacaí, de Honório Lemes, o qual, após haver constituído a Divisão do Oeste, havia ocupado Rosário e Quarai.

– As autoridades municipais e estaduais de Alegrete – explicou o velho, picando fumo para um crioulo – fugiram para Uruguaiana. O Estado está todo conflagrado. Acho que o governo do Borjoca tem os seus dias contados. O ritmo lento e tranquilo de sua voz destoava das coisas urgentes que contava. Anunciou que havia sido instalada no Rio de Janeiro a Junta Suprema Revolucionária, que contava na sua diretoria com homens de prol. Em São Paulo estudantes gaúchos haviam fundado o “Centro Acadêmico Pró-Libertação do Rio Grande do Sul”. A revolução assisista empolgava o Brasil! (1963a, p. 274, OEV)

Neste trecho, fato histórico e criação ficcional aparecem entrelaçados e fica difícil determinar onde começa um e termina o outro. Eventos ocorridos em diferentes lugares e momentos são resumidos em tópicos, como se fossem manchetes, o que dificulta determinar

¹⁰ Love (1975, p. 220-1) afirma que “a estratégia dos rebeldes consistia, essencialmente, em conservar a guerra ativa, movimentando-se com rapidez e evitando combate, na esperança de que o governo federal iria eventualmente intervir”.

com precisão se realmente foram tirados do *Correio do Povo*, de livros de história ou de outras fontes dos arquivos pessoais do escritor.

A observação do narrador “quanto à Coluna Revolucionária de Santa Fé, nem uma palavra”, colocada em meio às informações que teriam sido publicadas no jornal, desperta um interessante efeito de credibilidade na representação histórica. A existência da coluna de Santa Fé torna-se “mais verdadeira” por fazer parte da onda de conflagrações registrada pela imprensa.

Algo parecido ocorre no seguinte fragmento:

Foi na manhã de 19 de junho que chegaram a Santa Fé pelo telégrafo as primeiras notícias do violento combate travado nos arredores de Alegrete entre as tropas de Honório Lemes e as de Flores da Cunha. Mas só dois dias mais tarde é que a cidade ficou ao corrente dos pormenores. Os revolucionários haviam tomado posição à margem direita do Ibirapuitã, junto a uma das pontes de pedra do matadouro Municipal. Da cidade de Alegrete saíram as forças legalistas comandadas por Flores da Cunha e pelo caudilho Nepomuceno Saraiva. Este último achava temerário levar um ataque frontal à ponte. Como, porém, conhecia bem o comandante da tropa, disse a um dos companheiros: “*El doctor al llegar mandará cargar. Es una barbaridad!*” Não se enganava. Arrancando a espada e esporeando o cavalo, Flores da Cunha gritou: “Os que tiverem vergonha, que me acompanhem!” E, sob a fuzilaria do inimigo, precipitou-se rumo da ponte, seguido de um punhado de companheiros. [...]

O combate durou mais de três horas. E como anunciava o Cel. Laco Madruga, sob o estrondo dos seus foguetes, “as bravas forças governistas tomaram a ponte do Ibirapuitã, numa das mais renhidas refregas desta campanha, e Honório Lemes e seus bandoleiros fugiram para o Caverá, deixando no campo treze mortos e vinte e sete feridos”.

Começaram então a circular notícias sombrias. Contavam os jornais da oposição que depois do combate “os mercenários de Nepomuceno Saraiva” se haviam entregue a “orgias de sangue”, degolando feridos e prisioneiros. *A Voz da Serra* revidou: degoladores eram os assististas. E citava fatos e nomes próprios, denunciando banditismos. (1963b, p. 351-52, OEV)

Neste, porém, a narrativa dos combates cresce em dramaticidade por conta da referência a variadas fontes, sejam estas documentos verídicos ou não. Os boletins via telégrafo ganham novas versões a partir de relatos orais, no sentido de valorizar os atos heroicos dos líderes, tanto de testemunhas das batalhas quanto de espectadores. Como resultado disso, começam a surgir “notícias sombrias” que são divulgadas – ou poderiam ter sido desta forma – sob ângulos diferentes pela imprensa de oposição e de situação. Esta última representada pelo jornal fictício *A Voz da Serra*. O registro oficial, independentemente de sua procedência, ganha novas significações no plano ficcional, nas quais se pode entender

que nenhum relato é confiável – muito menos o da ficção.¹¹

Na Intendência de Santa Fé, o coronel Madruga manda afixar num quadro-negro os boletins com notícias dos combates. O conteúdo dos informes sintetiza uma característica editorial comum dos jornais partidários do período, que é tentar desqualificar as ações dos opositores, se possível com o acréscimo de detalhes inverídicos. As notícias do Madruga só anunciavam as vitórias dos borgistas: “Honório Lemes e seus 'bandoleiros' viviam em fuga constante, perseguidos pela tropa de Flores da Cunha; a divisão de Zeca Neto fugia também aos combates; Filipe Portinho continuava imobilizado em Erechim, de onde Firmino de Paula esperava desalojá-lo em breve...” (1963b, p. 345, OEV).

Em meio a esses boletins que amarram registros da história real com elementos ficcionais, um deles é transcrito pelo jornal *A Voz da Serra*.

A famigerada Coluna Revolucionária de Santa Fé, comandada pelo conhecido mazorqueiro Licurgo Cambará, com seus bandidos armados de lanças de pau, armas descalibradas, espadas enferrujadas, anda correndo pelos campos do interior do nosso município, carneando gado alheio, roubando estâncias e casas de comércio, desrespeitando mulheres e espancando velhos indefesos. Os bandoleiros assististas recusam combate e fogem sempre à aproximação da vanguarda da coluna republicana do bravo Cel. Laco Madruga, baluarte do borgismo na Região Serrana. Quanto tempo durará ainda essa comédia?” (1963a, p. 275, OEV)

Diferentemente da forma com que o narrador aborda a Revolução Farroupilha, na qual não sabemos nada sobre as ações do Capitão Rodrigo no campo de batalha, na Revolução de 1923 acompanhamos por alguns momentos as andanças da coluna de Licurgo Cambará. Mesmo assim, são raras as descrições de combates e o que prevalece são as inquietações interiores dos personagens. A revolução, neste sentido, entra na narrativa de uma maneira ampla e seu quadro geral contempla informações pontuais, como as cidades onde ocorre troca de tiros, referências aos principais líderes governistas e oposicionistas e algumas interpretações pessoais dos personagens acerca dos motivos do conflito. Em geral, estes resgates dos registros históricos estão confinados ao Sobrado e à leitura de jornais por parte dos homens. Porém, quando eles partem para a guerra, são as mulheres que assumem a função

11 A edição de 20 de junho do *Correio do Povo* (Combate, 1923, p. 1, JRA) confirma algumas informações históricas do trecho: “[...] desde às 14 horas tiroteiam-se as forças do general Honório Lemes e as do dr. Flores da Cunha. Estes ocupam a várzea existente entre a cidade e a margem esquerda do rio Ibirapuitã, fazendo funcionar as metralhadoras, e aqueles estão à margem direita do mesmo rio, ficando, portanto, este de permeio entre as duas forças”. Por outro lado, as “notícias sombrias”, que não aparecem no noticiário da imprensa, parecem ter como origem as memórias do escritor. Não podemos esquecer que Erico Verissimo, como já apontamos, acompanhou com interesse a revolução, inclusive escrevendo jornalecos para a divulgação dos acontecimentos entre os familiares. A guerra que se produz a partir da fonte escrita e da fonte oral, na ficção, sugere uma relativização da verdade destas fontes.

da leitura periodística.

Os leitores dos jornais em **O tempo e o vento** têm interesses diferentes, como escreveu Bordini (1995, p. 226, SEV). Pelas páginas do jornal os homens se informam das notícias políticas e as mulheres, nos folhetins, aprendem o vocabulário da prosa romântica para aplicá-lo à conduta social, aspecto que veremos no capítulo “Imprensa e Literatura”. Desta forma, a leitura como hábito tem sempre uma finalidade e não está relacionada ao simples prazer de ler. Para Bordini, essa postura reflete a mentalidade pragmática do gaúcho guerreiro, “para quem as ideias só se justificam na prática, seja ela a do cotidiano ou a da política”.

Percebemos, no entanto, uma exceção a essa divisão de comportamentos quando os homens saem para participar das revoluções e as esposas e filhas permanecem no Sobrado, acompanhando o andamento dos conflitos pelos periódicos. Quando isso acontece, a política deixa de ser um assunto exclusivo dos homens, como podemos ver no trecho a seguir.

Os jornais em geral chegavam ao Sobrado às duas da tarde, trazidos por Dante Camerino, que ia buscá-los na estação. Processava-se então ali na sala de jantar todo um cerimonial. Maria Valéria sentava-se na sua cadeira, traçava o xale, acavalava os óculos no nariz, abria o *Correio do Sul*, lendo primeiro o editorial e depois as notícias. Flora, ao seu lado, tinha nas mãos o *Correio do Povo*. A velha interrompia-lhe a leitura de quando em quando, com observações.

– O Gen. Estácio voltou, reorganizou a coluna dele e anda fazendo o diabo pras bandas de São Gabriel...

– Ahã – fazia Flora, sem prestar muita atenção. Continuava a ler, mas lá vinha de novo a velha:

– O Zeca Neto tomou Lavras...O Honório Lemes entrou em Dom Pedrito. – Uma careta, um estalar de língua e depois: – Alegria de pobre não dura muito. Tiveram de abandonar a cidade porque a força do Flores da Cunha andava nas pegadas deles...(1963b, p. 369, OEV)

Percebemos nesta passagem que os jornais também despertam nas mulheres do Sobrado um interesse que não se limita à leitura folhetinesca. Preocupadas com a situação dos homens, Flora e Maria Valéria acompanham atentamente a marcha da revolução, mesmo sem entender muito bem os problemas da política estadual. Elas aprendem a identificar os protagonistas históricos por meio de associações, sendo que “Honório Lemes era um nome dourado. Nepomuceno Saraiva, um nome sombrio. Um era o herói, outro o bandido”, mas de qualquer forma era “sempre uma coisa boa para a alma da gente ver num jornal a cara honesta e simpática de Zeca Neto, com suas barbas de patriarca” (1963b, p. 570, OEV). Com sucessivos conflitos políticos, as duas senhoras são levadas a ter uma consciência política na situação construída no romance. Algo que não acontece com Ana Terra, que vive numa época

durante a qual o jornalismo era uma atividade ainda inexistente no Rio Grande, e com Bibiana, pois na Santa Fé da Revolução Farroupilha o Padre Lara é o único personagem que tem acesso aos jornais.

Na ausência dos homens, Flora e Maria Valéria são as soberanas do Sobrado e suas principais preocupações são manter a ordem e a disciplina do lar e esperar a volta daqueles, vivos ou mortos. Como são os rumos da política que determinam o destino da família, elas precisam manter-se apegadas à realidade e fazem isso servindo-se dos jornais. Maria Valéria costuma ler os jornais todos os dias, “com os óculos acavalados ao longo do nariz”.

Naquela tarde de maio a Dinda lia o *Correio do Povo*, sentada na sua cadeira de balanço, enquanto Flora bordava a seu lado. As crianças brincavam no vestibulo, numa grande algazarra. [...]

– Que bicho será este?

– Que bicho?

A velha tornou a baixar o olhar para o jornal e leu:

– *Habeas-corpus*. Todo mundo está pedindo esse negócio.

– Ah! Deve ser coisa de advogado. O Rodrigo uma vez me explicou. Parece que é para tirar uma pessoa da cadeia.

– Hum...

Muitos assististas tinham sido presos em Porto Alegre e outras localidades do Estado: jornalistas, políticos e gente do povo. A coisa ficava cada vez mais preta.

A Dinda ergueu-se, brusca, amassou com raiva o jornal e atirou-o em cima duma cadeira, como se aquelas folhas de papel fossem os principais responsáveis pela situação em que se encontrava o Rio Grande e o resto do mundo. (1963b, 305, OEV)

A persistência com que o narrador retira notas da imprensa escrita, introduzindo-as na narrativa através da voz dos leitores, inclui outros personagens, como o pai de Flora, Aderbal Quadros (Babalo), e até mesmo o menino Floriano. A variação na exposição da revolução a partir de pontos de vista divergentes permite uma reflexão dos eventos em diferentes perspectivas, dependendo da postura ideológica do personagem dentro de um determinado enquadramento social. Essa técnica de composição do escritor, herança do contraponto de Huxley, funciona como uma multiplicação de sentidos, em que diferentes versões da história são apresentadas em diálogos cruzados e “julgadas” pelos personagens a partir da leitura dos jornais.

No Sobrado, Tio Bicho e Arão Stein discutem a Revolução Russa e o bolchevismo e não chegam a um acordo sobre a diferença entre mito e herói. Tio Bicho compara Honório Lemes ao Bento Gonçalves de 1835, símbolos que para ele melhor encarnam o espírito revolucionário. Já Stein, que teve sua tipografia e biblioteca comunista queimadas pela polícia, não consegue ver a glória em generais que nunca aparecem na linha de fogo, enquanto

centenas de soldados anônimos morrem nos combates. Aderbal Quadros, em sua simplicidade campeira, não entende a conversa dos dois e não aceita que eles percam tempo com os problemas de um país tão distante, quando no Rio Grande irmãos tiroteavam uns com os outros.¹²

Aderbal Quadros representa o tipo de leitor de jornal cujo interesse nas notícias, mesmo que mínimo, resume-se aos acontecimentos da sua cidade ou do seu estado. Para ele, pouco importa o que acontece no resto do mundo. O personagem encaixa-se no perfil do novo leitor de jornal apontado por Benjamin (1994, p. 202, TIB), quando este utiliza as palavras do fundador do jornal *Figaro*, Hyppolite de Villemessant, para afirmar que “o saber que vem de longe encontra hoje menos ouvintes que a informação sobre acontecimentos próximos”.

Os heróis de Babalo não estão na distante Rússia, mas no Rio Grande, sendo Honório Lemes – o Tropeiro da Liberdade – a sua principal referência.

O velho acompanhava fascinado as proezas de Honório Lemes e seus guerrilheiros. Muitas vezes entrava no Sobrado erguendo no ar, como uma rósea bandeira de guerra, um número do *Correio do Sul*, e lia para a gente da casa e para os que lá se encontravam o editorial assinado por Fanfa Ribas, que na opinião de Babalo era o maior jornalista vivo do Brasil. – Que estilo! – Que coragem! Que côsa!

Os jornais do governo estadual procuravam ridicularizar o general da Divisão do Oeste, apresentado-o como um homem de poucas letras, um simplório, um “mero tropeiro”.

Uma tarde Aderbal irrompeu no Sobrado e, sem tirar o chapéu, de pé no meio da sala, leu em voz alta todo um editorial do *Correio do Sul*, que era um hino à profissão de tropeiro e ao caráter de Honório Lemes. Ao chegar às últimas linhas, fez uma pausa, lançou um olhar para as duas mulheres que o escutavam, apertou os olhos e, pondo um tremor teatral na voz seca e quadrada, leu o final: “De joelhos, escribas! É o Tropeiro da Liberdade que passa!”

Soltou um suspiro, murmurou: Que côsa!”, atirou o jornal em cima duma mesa e saiu rengueando da sala, como um final de ato. (1963b, p. 349-50, OEV)

O menino Floriano Cambará também passa a se interessar pela revolução através das notícias dos jornais. Para Floriano, certas palavras e frases relacionadas a pessoas, lugares e expressões militares têm um mágico poder sugestivo. Quando ouve falar que os soldados de Portinho haviam preparado uma emboscada para atacar o trem em que Firmino de Paula

12 A inclusão de um personagem comunista e as frequentes referências às ideias comunistas insere-se no contexto da época, visto que a Revolução de Outubro foi amplamente noticiada e repercutiu sobre a sociedade. Menezes (2006, p. 387, IM) atesta que: “[...] quanto mais o comunismo irradiou-se pelo mundo, mais a revolução tornou-se tema de destaque na agenda jornalística, próxima o suficiente para produzir sentimentos presenciais sobre um processo que produzia euforia e anseios por mudança ou medos inconscientes e coletivos”.

passava com suas tropas, associa o combate às histórias de faroeste que via no cinema. A notícia de que o aeroplano que os legalistas usavam na luta contra os revolucionários havia sido destruído por uma explosão excita sua imaginação, tão nutrida pela leitura dos romances de Júlio Verne. Na cabeça do menino, realidade e fantasia confundem-se:

Leu um dia: “Honório Lemes e suas forças atravessaram o Ibicuí da Armada”. A frase de certo modo lhe soou como irmã gêmea de outras que lera num livro de História Universal, “César atravessou o Rubicão” e “Napoleão cruzou os Alpes com seus exércitos”. Ibicuí da Armada era um *nome de ferro*, duro, frio e heróico. *Caverá*, o nome da Serra onde Honório costumava refugiar-se periodicamente, tinha para o menino algo de macabro pela sua semelhança com *caveira*. O que, porém, mais o impressionou naqueles primeiros dias de setembro foi a notícia do combate de Poncho Verde, em que os soldados de Honório Lemes haviam infligido uma derrota séria aos de Nepomuceno Saraiva. (1963b, p. 370, OEV, grifos do autor)

Esses embates chegam ao fim em novembro, quando se iniciam as negociações pela pacificação. Em Santa Fé, “as mulheres do Sobrado acompanharam pelos jornais os passos do pacificador” (1963b, p. 371, OEV). Com o fracasso da campanha pela eleição de Assis Brasil e da empreitada de 1923, que implica entre outras coisas na morte de Licurgo, Rodrigo Cambará abandona a ideia de uma revolução e perde a esperança numa mudança radical nos rumos da política. Indiferente ao fato de que oficiais do Exército desligados da tropa estavam conspirando contra Bernardes, Rodrigo justifica sua negativa em participar do movimento nos seguintes termos: “Bem ou mal, o Presidente Bernardes nos ajudou na nossa revolução. Se os milicos quiserem dar o golpe, que deem. Mas não à nossa custa. Dentro da minha viola eles não vão pro céu. E não tenham ilusões. Se eles ganharem a parada, vão botar na presidência um general, e então vai ser um deus-nos-acuda” (1963b, p. 439, OEV).

Quando o levante de fato se concretiza em São Paulo, o personagem limita-se a se inteirar de todos os detalhes pela imprensa, refletindo no seu posicionamento o comportamento da burguesia no período, que era de compactuar com a permanência da estrutura vigente (CARONE, 1975, p. 60, HI). No dia seguinte à insurreição dos militares, os jornais que chegam a Santa Fé pelo trem do meio-dia são disputados “a peso de ouro” e o vendedor “lançado ao chão”. Bento, peão dos Cambará, vai à estação com a ordem expressa de voltar com um exemplar do *Correio do Povo*. Ao perceber que não poderia comprar o jornal, “arrancou um exemplar das mãos do primeiro sujeito que passou por ele” e “levou a mão à adaga” (1963b, p. 446, OEV) para garantir o periódico.

Rodrigo abriu o jornal sofregamente. Como de costume, o *Correio do Povo* evitava o sensacionalismo dos cabeçalhos em tipo graúdo e negrito. Noticiava o levante com a sua habitual descrição.

– Luta-se nas ruas de São Paulo... – foi Rodrigo contando à medida em que lia. – Os quarteirões são disputados palmo a palmo, à custa de vidas. É um quadro dantesco... – Procurava dar com palavras suas uma interpretação dramática àquele noticiário frio e meio impessoal. As duas mulheres o escutavam. O velho Babalo, sentado a um canto da sala de jantar, picava fumo.

Depois de ler as notícias, Rodrigo atirou o jornal no soalho. Não acreditava na vitória do movimento. De resto, aquela era uma questão de “milicos”. Que se arranjassem! (1963b, p. 446-7, OEV)

Na edição do dia seguinte, Rodrigo informa-se sobre a reação do governo, a manifestação de solidariedade do Congresso e os combates travados na periferia de São Paulo. Aos poucos, começa a simpatizar com os rebeldes e a condenar as ações legalistas. Ele não acredita no sucesso do movimento armado, mas tampouco deseja a deposição de Bernardes.

– Uma monstruosidade! Vejam. Os lacais do Bernardes estão bombardeando São Paulo. É uma coisa nunca vista.

Segundo o diário, estouravam granadas na Mooca, no Belémzinho e até no centro da cidade. A população estava em pânico. Edifícios públicos e fábricas ardiam. Era uma verdadeira hecatombe.

– Ouçam esta – disse Rodrigo. A população apelou para o bispo. O bispo se prontificou a confabular com o general que comanda os atacantes, pedindo-lhes para cessar o monstruoso bombardeio. E que é que vocês pensam que o militar respondeu? Declarou que ia bombardear a cidade no dia seguinte com mais violência!

Amassou o jornal e jogou-o longe com um pontapé. (1963b, p. 447, OEV)

Assim que a revolução chega ao Rio Grande, Toríbio Cambará se incorpora às forças de Luís Carlos Prestes. Os que ficam em Santa Fé acompanham os relatos dos embates pela imprensa. Num diálogo com Rodrigo, Chiru decepçiona-se ao descobrir que Prestes tinha apenas vinte e sete anos e o classifica como “um ilustre desconhecido”, afirmando que a revolução precisa de “homens maduros e experimentados como o Gen. Honório Lemes”. Ao que Rodrigo reage:

[...] esfregou-lhe então na cara o jornal que acabara de chegar com a notícia duma tremenda derrota sofrida pelas tropas de Honório Lemes em Guaçuboi.

– Pois aqui está o teu general. Caiu na emboscada que o Flores da Cunha lhe armou. Caiu como um inocente. Pensou que ia surpreender o inimigo e no entanto o inimigo é que o surpreendeu. E foi um deus-nos-acuda. Era revolucionário disparando para todos os lados, um verdadeiro desastre...

– Isso é invenção de jornal – protestou Chiru.

– Antes fosse. E sabes onde está o teu Tropeiro da Liberdade? Asilado no Uruguai. E, para teu governo, o Gen. Zeca Neto também se bandeou para o outro lado... Podes mandar rezar uma missa por alma dessa revolução. (1963b, p. 457, OEV)

O comportamento de Chiru de questionar a veracidade do texto jornalístico

corresponde à variedade de tipos de recepção de notícias no romance. Fandango e Aderbal Quadros também se manifestam de maneira semelhante quando deparados com novidades que estão além de sua compreensão. Para os intelectuais os jornais servem como um meio de obter informações para interpretar o mundo, já para os menos letrados as folhas são objetos nocivos que precisam ser mantidos a certa distância. Mesmo dependendo dos noticiários impressos para tirar suas conclusões sobre os temas em discussão, os personagens muitas vezes encaram os jornais com desconfiança. Ou seja, quando a notícia agrada, o personagem concorda e reproduz para os outros. Quando a informação contraria suas crenças, ele duvida ou ignora.

Sabemos, no entanto, por conta das pesquisas nas edições do *Correio do Povo*, que os acontecimentos históricos dos anos 20 tratados na ficção correspondem aos noticiários da imprensa. Em fins de fevereiro de 1925, Rodrigo viaja com Floriano a Porto Alegre e na estação de Santa Fé compra um jornal. Procura notícias da coluna revolucionárias de Prestes para saber do paradeiro do irmão, mas encontra apenas uma nota informando que Epitácio Pessoa escrevera uma carta desmentindo ser partidário da anistia para os revoltosos, notas sobre o Carnaval e as próximas eleições para a renovação da Assembleia.¹³

Passados alguns meses, com a insistência de Rodrigo em encontrar notícias sobre a coluna, o narrador informa:

Não encontrava quase nada. *O Correio do Povo*, sob o título morno de “O Movimento Sedicioso”, dedicava-lhe quando muito quinze ou vinte linhas: movimento de tropas no Estado, dissolução de Corpos Auxiliares, e lá de quando em quando uma notícia direta da Coluna. A última informava que, depois de ter invadido o Paraguai em fins de agosto, os sediciosos haviam tornado a entrar no Brasil pelo Mato Grosso, encetando uma marcha na direção de Goiás, sempre perseguidos por tropas legalistas dez vezes mais numerosas. (1963b, p. 498, OEV)

Como vimos, Rodrigo Cambará torna-se nesses episódios o principal mediador entre fato jornalístico e discurso ficcional. A transposição de notícias das folhas para o romance passa na maioria das vezes pela voz do personagem, uma técnica de narrativa que preenche o painel histórico da ação romanesca e garante “um efeito de verdade para os seus leitores” (PESAVENTO, 2001a, p. 185, SEV). A partir de 1926 o personagem vive um período de euforia, entre outros motivos porque “seus artigos apareciam no *Correio do Povo*” (1963b, p. 513, OEV).

13 Na edição de 18 de fevereiro, o *Correio do Povo* (A renovação, 1925, p. 5, JRA) traz o seguinte título na seção de política: “A renovação da Assembleia dos representantes – A eleição do dia 15 de março – Como ficou constituída a chapa do Partido Republicano”. O jornal também traz informações sobre o Carnaval – bailes e blocos nos clubes e sociedades – em todas as edições entre os dias 8 e 27 de fevereiro.

Rodrigo prepara-se para ingressar na corrente nacionalista e revolucionária de 1930 como um dos homens de confiança de Getúlio Vargas.

2.4 Revolução de 1930

São inúmeras as causas que, combinadas, contribuem para a deflagração da Revolução de 1930. O movimento começa a se desenhar, em princípio, a partir de um complexo jogo político em torno das eleições daquele ano. A insistência de Washington Luís em apresentar um candidato paulista à sucessão presidencial, com o objetivo de garantir a manutenção de sua política financeira, provoca a ruptura da tradicional aliança do café-com-leite.

Com o veto de Minas Gerais, que defendia Antonio Carlos, ao nome de Júlio Prestes, a candidatura Getúlio Vargas surge como uma opção conjunta entre Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, sendo o governador João Pessoa o candidato a vice-presidente. Desde a época em que a candidatura de Pinheiro Machado à presidência foi barrada, em 1913, os gaúchos aspiravam ao cargo mais alto do poder central. E pela primeira vez na história da República os políticos gaúchos unem-se em torno de um único candidato, estabelecendo um consenso entre os velhos rivais federalistas e republicanos.¹⁴

A confirmação da candidatura de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal leva ao início de uma intensa luta política em todo o país. Em fevereiro, um mês antes das eleições, a campanha atinge o clímax quando desordens ocorridas em Minas Gerais levam o presidente Washington Luís a intervir em algumas regiões do Estado. Os discursos da Aliança são violentos e denunciam as negociatas praticadas pelo governo, a manipulação das votações eleitorais no passado recente e a difícil situação financeira do país.¹⁵ Os aliancistas ameaçam,

14 Evidente que essa é uma introdução superficial das causas da revolução. Sobre o contexto político que conduz ao movimento, ver: SOBRINHO, Barbosa Lima. **A verdade sobre a Revolução de Outubro**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. Nesta obra, Sobrinho afirma que o espaço para a candidatura Vargas abre-se por causa de um conflito pessoal entre Antônio Carlos e Washington Luís, e não pela defesa de um programa político. Por outro lado, a reforma financeira do presidente era incompatível com a valorização do café, fator que favorece a crise do setor e leva os cafeicultores a se posicionarem contra o governo, e não necessariamente a favor da Aliança Liberal. Além disso, o desequilíbrio entre os estados desperta sentimentos regionalistas e favorece a deflagração da revolução.

15 Por conta da crise mundial de 1929, a situação econômica foi um tema amplamente explorado pela Aliança Liberal. Logo após a quebra da bolsa de valores americana, o mercado internacional do café entra em colapso. O café representava 70% das exportações brasileiras e a contração da economia americana deixa milhões de sacas do produto retidas nos portos brasileiros. Apesar de a crise não ter produzido sozinha a revolução, ela ajudou a dar outra dimensão às contradições da economia cafeeira, acelerando o clamor por mudanças.

também, em última instância, pegar em armas contra o Catete. No quadro geral, dezessete dos vinte estados brasileiros apoiam a chapa oficial.

Além do entusiasmo dos partidos estaduais, a Aliança Liberal depende dos órgãos de imprensa para reproduzir o teor dos comícios que atacam o governo. O debate pelos jornais consiste em uma condição essencial para o crescimento da agitação política enquanto estratégia de convencimento popular, mesmo que a influência da imprensa esteja restrita às áreas urbanas. Como destaca Sodré (1983, p. 372, IM), “a luta era travada à base da imprensa – o rádio estava na infância – e com o emprego costumeiro da linguagem mais descomedida”.

No Rio Grande do Sul, o jornal *A Federação* abandona as diferenças históricas com a oposição e torna-se o porta-voz oficial da Aliança Liberal, atacando o governo federal pela “degeneração das instituições republicanas” (TRINDADE, 1980, p. 329, HI). Em São Paulo e no Rio de Janeiro a superioridade da imprensa oposicionista é evidente e o movimento conta com a simpatia dos principais jornais. Aproveitando-se do entusiasmo aliancista, o astuto Assis Chateaubriand aproveita a ocasião para em menos de um ano duplicar sua rede de jornais e tornar-se o dono de um império no ramo das comunicações, uma prova de que o jornalismo partidário não está totalmente superado.

Chateaubriand convence os líderes da coalizão de que a “causa” necessita de jornais declaradamente militantes. Com isso, recursos saem direto do caixa da Aliança Liberal para as mãos de Chateaubriand, que primeiro adquire o *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, e em seguida funda, no Rio de Janeiro, o *Diário da Noite*, nos mesmos moldes do homônimo paulista (MORAIS, 1994, p. 201, IM).¹⁶ Com o consentimento de Getúlio Vargas, o chamando “consórcio” de Chateaubriand aumenta com a compra do *Estado de Minas* e por pouco não inclui também o *Correio do Povo*. A aquisição do jornal gaúcho não se concretiza por interferência de Osvaldo Aranha,¹⁷ que teme o rápido crescimento do conglomerado de

16 Moraes (1994, p. 197, IM) apoia-se em depoimento de João Neves da Fontoura, expressivo líder da Aliança Liberal que fora deputado federal e vice-governador de Vargas no Rio Grande do Sul, para resgatar a importância da participação de Assis Chateaubriand nos rumos da Revolução de 1930, fato obscurecido na maioria dos livros sobre o movimento. Amigo de Antônio Carlos de Andrada, então governador de Minas, Chateaubriand teria convencido o mineiro durante um encontro em fins de janeiro de 1929 de que a vitória de Minas sobre o Catete dependia do apoio dos insurretos à candidatura gaúcha. Em consequência, a pedido de Chateaubriand, João teria escrito a Vargas em janeiro, relatando o teor da conversa entre Antônio Carlos e o jornalista. Informava que Antônio Carlos vetaria a candidatura Prestes, não apontaria um candidato mineiro e adotaria o nome de um líder gaúcho para opor uma candidatura paulista.

17 Moraes (1994, p. 203, IM) afirma que Osvaldo Aranha tenta impedir o negócio com um curto telegrama enviado a João Neves da Fontoura, matando no nascedouro o que considerava “uma excessiva ganância” do jornalista. “Deputado João Neves – Hotel Glória – Rio de Janeiro – Ontem avião Nyrba viajou Alexandre Alcaraz fim negociar com Chateaubriand entrada *Correio* para consórcio. Precisar intervir evitando esta transação, inconveniente neste momento. Afetuosamente, Osvaldo Aranha”.

Chateaubriand, cujo poderoso arsenal de propaganda e opinião já contava com uma revista de circulação nacional e seis jornais diários em quatro estados.

Os discursos inflamados e os artigos doutrinários da imprensa não são suficientes para garantir a vitória de Getúlio Vargas. No Rio Grande do Sul, Vargas recebe 300 mil votos e Prestes apenas 1 mil, um índice surpreendente mas que não evita a proclamação da vitória da chapa de Júlio Prestes pelos boletins oficiais. Os resultados são duvidosos e questionados pelos derrotados. Osvaldo Aranha, que governava o Rio Grande durante a eleição, acusa o Catete de fraudar o pleito em muitos dos estados onde Prestes vencera esmagadoramente.

No entanto, logo após a eleição os aliancistas silenciam e a expectativa em torno da revolução esmorece. Ao jornal *A Noite* (O rio, 1930, p. 1, JRA), Borges de Medeiros concede uma entrevista em que reconhece a vitória de Júlio Prestes e, segundo ele, felizmente por uma margem de votos grande o suficiente de modo a evitar “discussões e sofismas”. “O Rio Grande do Sul republicano [...] reconhecerá lealmente a derrota do seu candidato, que é também o seu presidente. [...] o povo do Rio Grande do Sul não dará um só passo para perturbar a ordem do País”.

Conforme lembra Love (1975, p. 251, HI), em 1930 não havia escândalo de “cartas falsas” a malquistar o Exército com o presidente eleito, mas a situação econômica tornava o clima pós-eleitoral muito mais inconstante que em 1922. A imprensa de oposição, principalmente a paulista, aproveita a onda de instabilidade na América Latina em proveito das articulações revolucionárias. Os jornais insistem em estabelecer conexões entre a situação brasileira e a queda de governos “que se divorciam da opinião pública”, como no caso de Hipólito Irigoyen, na Argentina, cujo exemplo do uso das Forças Armadas deveria ser seguido no Brasil com o objetivo de defender “os direitos essenciais à existência de coletividades dignas e que desejam ser respeitáveis” (FAUSTO, 1997, p. 133, HI).

Enquanto isso, nos bastidores da Aliança Liberal conspira-se para deflagrar a revolta, tendo à frente Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura e Virgílio de Melo Franco. Neste sentido, como afirma Fausto (1997, p. 133, HI), o corte de gerações tem algum significado na compreensão da revolução porque a articulação revolucionária nasce dos esforços dos quadros jovens, uma vez que os velhos oligarcas aceitam a tradicional recomposição. Esses jovens são originários tanto dos quadros civis quanto militares, neste último caso em particular os “tenentes”.¹⁸ São as “novas” lideranças políticas, em conjunto com os tenentes, que deflagram

18 Para Fausto (1997, p. 134, HI), “o êxito da revolução de 1930 dependeu em essência do papel desempenhado

o movimento revolucionário e conseguem, em um segundo momento, abarcar as figuras tradicionais.

A chama da revolução acende com força por ocasião do assassinato de João Pessoa, morto a tiros em um café de Recife no dia 26 de julho. O assassino, João Dantas, era inimigo pessoal do governador da Paraíba e tinha ligações com os políticos que apoiavam o Catete. A viagem de João Pessoa havia sido amplamente divulgada pelos jornais locais, tratando-se de uma visita particular a um amigo enfermo, o juiz Francisco Tavares da Cunha Melo, internado no Hospital Centenário.¹⁹ Como João Pessoa já havia aceitado participar do plano revolucionário, sua morte foi logo apresentada como um atentado político e coroada de martirização.

As manifestações de pesar eram verdadeiramente tocantes. Na Paraíba o cadáver do grande brasileiro foi recebido religiosamente por uma grande massa popular, que quase toda chorava.

O país inteiro se cobriu de luto.

A par dessa dor profunda, brotou no coração dos brasileiros um outro sentimento – o desejo de revanche.

E novamente se acreditou na Revolução. (BERNARDI, 1981, p. 37, HI)

Nos primeiros dias de agosto, o jornal *Correio do Povo* publica diariamente manchetes sobre o cortejo fúnebre, acompanhando a transladação do corpo desde Recife até o Rio de Janeiro. As notícias, no entanto, não são de autoria dos repórteres do *Correio*, mas, sim, editoriais e telegramas enviados pelos jornais cariocas. Na capa da edição do dia 1º de agosto, o *Correio do Povo* reproduz o editorial do *Correio da Manhã*²⁰ em que faz um cotejo do que foi o governo de João Pessoa e do presidente Washington Luís (UM confronto, 1930, p. 1, JRA). Na mesma edição, telegramas enviados de Recife informam “ter sido muito comentado o fato de não ter o governo pernambucano participado do luto nacional, pois não

pelos militares, mas o exército não atuou como uma força homogênea, cuja iniciativa é determinada, hierarquicamente, a partir da cúpula. O setor militar mais dinâmico na articulação do movimento, representado pelos ‘tenentes’, encontrava-se, a rigor, fora do aparelho militar do Estado, pois muitos de seus membros haviam sido afastados das fileiras do Exército”. No caso específico do Rio Grande do Sul, ainda na avaliação de Fausto (1997, p. 135, HI), “a brigada militar e os chamados ‘provisórios’ formaram um núcleo mais importante do que os próprios quadros do Exército”.

19 Dois meses após o assassinato, o Estado de São Paulo revela que na verdade João Pessoa teria viajado para se encontrar com uma cantora com quem vinha mantendo um caso secreto. Segundo os escritores paraibanos Horácio de Almeida e Amarylio de Albuquerque, citados por Joffily (1980, p. 49, HI), essa cantora seria a soprano Cristina Maristany.

20 Sob a direção do gaúcho Edmundo Bittencourt (1866-1943), o *Correio da Manhã* surge em junho de 1901, cuja redação ocupava o mesmo prédio em que antes funcionava *A Imprensa*, de Rui Barbosa, na Rua do Ouvidor. Segundo Sodré (1983, p. 287, IM), o *Correio da Manhã* foi um “veículo de sentimentos e motivos da pequena burguesia urbana, em papel dos mais relevantes. Quebrou a monótona uniformidade política das combinações de cúpula, dos conchaves de gabinete; levantou sempre o protesto das camadas populares, na fase histórica em que a participação da classe trabalhadora era mínima. Através desse caminho, vindo de baixo, portanto, é que se transformou, e depressa, em empresa jornalística”.

tomou nenhuma medida manifestando pesar pela morte do sr. João Pessoa”.

No dia 3, o jornal traz a seguinte manchete: “O corpo do heroico e ilustre presidente João Pessoa partiu do 'Rodrigues Alves', sendo alvo em Recife e Maceió de inúmeras manifestações de pesar” (O CORPO, 1930, p. 1, JRA). A cobertura do traslado continua ganhando manchete de capa nas edições dos dias 4, 6 e 7. No dia 8: “Chegou, ontem, ao Rio, entre consagradas homenagens do povo, o corpo do heroico presidente João Pessoa” (CHEGOU, 1930, p. 1, JRA). A postura do *Correio do Povo*, de enaltecer a “imponência” do funeral e dos discursos a partir da transcrição de conteúdo da imprensa oposicionista, principalmente o *Correio da Manhã*, repete a mesma estratégia adotada em outros momentos de tensão política, em que a folha busca preservar uma suposta posição de imparcialidade reproduzindo as notícias de outros jornais.

No final de agosto, o *Correio do Povo* anuncia que o senador Paim Filho deve ocupar a tribuna do Senado para um discurso que desperta grande expectativa. O resumo do discurso, fornecido pela Agência Americana, aparece nas edições dos dias 28 e 29. O texto da edição do dia 28 encerra-se com: “terminando, diz o orador que a revolução, ou, para melhor dizer, a guerra civil, não se fará com o Rio Grande do Sul, pois este não a quer” (RESUMO, 1930, p. 1, JRA). No dia seguinte, o jornal transforma o trecho mais contundente em manchete: “A revolução – declarou o Sr. Paim Filho – não se fará com o Rio Grande do Sul. Não a querem o Sr. Borges de Medeiros, nem o Sr. Getúlio Vargas, nem o Partido Republicano Rio-grandense”, seguido pela repercussão do discurso nos jornais de São Paulo e Rio de Janeiro (NÃO, 1930, p. 1, JRA).

A promessa de Paim Filho e de outras lideranças gaúchas não se confirma e, cinco semanas após o discurso do senador, deflagra-se a revolução. Na edição do dia 4 de outubro, o *Correio do Povo* traz na capa a seguinte manchete: “Estourou, ontem, às 17h12, o esperado movimento revolucionário nesta capital”, ilustrada por uma fotografia onde aparecem lado a lado Flores da Cunha, Osvaldo Aranha e o deputado Lindolfo Collor, além das “repercussões” na página 2 (ESTOUROU, 1930, p. 1, JRA). Na edição dominical, o jornal, publica o manifesto de Getúlio Vargas, intitulado “À Nação”, que termina com um trecho emblemático: “Não foi em vão que o nosso Estado realizou o milagre da união sagrada. É preciso que cada um de seus filhos seja um soldado da grande causa. Rio Grande, de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino heroico” (VARGAS, 1930, p. 5, JRA).

Nem o *Diário de Notícias*, em pleno funcionamento a serviço da Aliança Liberal,

conseguiu antecipar a notícia da deflagração do movimento revolucionário. De acordo com o depoimento de Ezequiel Oliveira, editor do jornal à época, Assis Chateaubriand queria ser o primeiro a noticiar o fato e aguardava um comunicado sobre o início da revolução. O sinal não chega porque Osvaldo Aranha considerava temerário avisá-lo antes da hora, pois o jornalista era “louco o suficiente para anunciar a revolução em manchete em seus jornais com dois dias de antecedência, só pelo prazer de 'furar' os concorrentes.” (GRANDI, 2005, p. 39-40, IM)

Surpreendido, o governo ainda tenta agir prendendo vários políticos, redatores e operários dos jornais. Algumas folhas oposicionistas deixaram de circular por ordem do chefe de Polícia. Apesar da resistência inicial do governo, o golpe estava consagrado e Chateaubriand recebe o privilégio da primeira entrevista concedida por Getúlio Vargas após a deflagração da revolução, publicada com exclusividade pelo *Diário da Noite* em outubro (ANTES, 1930, p. 1, JRA).²¹ Com a deposição de Washington Luís, a 24 de outubro, o povo sai às ruas para comemorar e a alegria pela vitória vem acompanhada de fúria contra a imprensa governista. Segundo Silva (1966, p. 382, HI), “grupos de populares começaram a depredar as redações dos jornais governistas. Líderes improvisados e conhecidos políticos aliancistas concitavam à destruição. Apareceram latas de gasolina que eram derramadas às portas dos edifícios, ateando-se os incêndios”. Mesmo os jornais que não sofreram depredação e apoiavam a situação anterior foram perseguidos pelo governo provisório, muitos empastelados ou desapropriados.

Menos de um ano após a vitória da revolução, Getúlio Vargas institui a censura à imprensa em todo o país. Insatisfeito com os rumos do Governo Provisório de Vargas, Chateaubriand muda de lado e põe seus jornais a serviço das forças paulistas na Revolução Constitucionalista de 1932. Além das empresas do consórcio de Chateaubriand, muitas outras seguiram o mesmo caminho e romperam com o movimento. Se ainda existiam periódicos de cunho político mais escancarado, como o *Jornal da Manhã* e o *Jornal da Noite*, ambos seguidores da orientação de Flores da Cunha e seu Partido Republicano Liberal, a implantação do Estado Novo deu fim à extensa maioria deles, inclusive ao *A Federação*, que anos antes havia sido transformado em *Diário Oficial*.

21 Segundo Grandi (2005, p. 41-2, IM), Getúlio só liberou o texto depois de lê-lo e, ao final, ditou para Chateaubriand um adendo cautelar sobre suas intenções futuras: “- Até ontem agíamos em função de um programa político. Mas a Aliança Liberal foi formada para se fazer a campanha da sucessão. Hoje, no entanto, estamos dentro de um segundo tempo, uma insurreição armada. É uma coisa diferente. E podes salientar que a revolução terá que ser radical tanto nos princípios quanto na execução deles”.

Embora esse momento coincida com a transformação definitiva do jornalismo enquanto prática de indústria cultural, o caráter político da imprensa periódica continua ativo. Agora disfarçado sob a cartola de “políticas noticiosas” sutis e eficazes.

2.4.1 Discurso oposicionista nas leituras de Rodrigo Cambará

No episódio “O cavalo e o obelisco” o protagonista Rodrigo Cambará encontra-se deprimido e amargurado em fins de julho de 1930, cinco meses após a derrota de Getúlio Vargas nas urnas: “A derrota eleitoral de Getúlio Vargas e João Pessoa, o malogro da conspiração revolucionária, o Rio Grande desmoralizado aos olhos do Brasil por não ter levado a cabo suas ameaças revolucionárias...” (1963c, p. 616, OEV). Durante um encontro que seria para comemorar o aniversário de Flora, os homens trancam-se no escritório do Sobrado para tratar do assunto do momento. Em uma das paredes, destaca-se um retrato de Júlio de Castilhos.

O recurso do diálogo entrecruzado entre diversos personagens com opiniões divergentes repete-se na narrativa com a finalidade de introduzir na ficção as informações anotadas nos livros de história e nos jornais. Nesta situação, temos o juízo do conformista (Dr. Terêncio Prates), do radical (Chiru Mena), do cético (Roque Bandeira), do comunista (Arão Stein) e do partidário gaúcho (Rodrigo Cambará), cada um deles apresentando suas ideias de acordo com o seu perfil ideológico.

Para o conformista, “se havia alguma articulação revolucionária, essa se foi águas a baixo depois do pronunciamento do chefe. [...] os jornais do Rio e de São Paulo não nos poupam, nos atacam, nos ridicularizam”; para o radical, “o remédio é separar o Rio Grande do resto do país, mandar estender uma cerca de arame farpado na fronteira com Santa Catarina; para o cético, “devemos ter a humildade suficiente para reconhecer que na federação brasileira São Paulo é mesmo uma locomotiva a puxar vinte vagões vazios”; para o comunista, “o tempo e as contradições do sistema capitalista estão trabalhando para a revolução”; para o partidário gaúcho, “a solução é marchar contra o Rio, tomar aquela joça a grito e amarrar nossos cavalos no obelisco da Avenida” (1963c, p. 620-23, OEV).

Antigo opositor do regime durante a República Velha, Rodrigo Cambará está disposto a colaborar com a revolta que pode levar o primeiro gaúcho à presidência da República. Para o personagem, o Governo Federal trabalhara nas últimas décadas apenas para

fomentar as lutas partidárias no Rio Grande do Sul com o objetivo de enfraquecer e dividir os gaúchos. Em seu discurso, Rodrigo lembra que em 1835 a Corte considerava os farrapos bandoleiros que colocavam em perigo o resto do país. Ele procura encontrar semelhanças entre as duas situações reproduzindo um discurso característico do regionalismo gaúcho, em que se procura justificar a revolta farroupilha. “O que o Governo Federal quer é que o Rio Grande continue sendo o que foi no princípio da sua História: um acampamento militar. Acham que para guardar a fronteira e conter os castelhanos somos bons. Para governar o país, não!” (1963c, p. 619, OEV). Indiferente às opiniões que desencorajam a revolução, Rodrigo tem uma sugestão “profética” para acabar com a indecisão de Getúlio Vargas: “pois empurraremos Getúlio para a revolução a trancos e bofetões!” (1963c, p. 621, OEV).

A notícia da morte de João Pessoa, recebida no Sobrado como se fora uma tragédia familiar, acelera os preparativos para a rebelião. O narrador informa que “o país inteiro foi sacudido pela brutalidade do crime” e que “a massa popular revoltada atacou e depredou as casas dos inimigos políticos de João Pessoa. Nas ruas de centenas de vilas e cidades, através de todo o território nacional, o povo chorava a morte do Presidente nordestino e ao mesmo tempo clamava por vingança, exigindo a revolução”. Também cita parte do famoso discurso de Lindolfo Collor na Câmara dos Deputados, e transcrito nos jornais, em que ele diz: “Caim, que fizeste de teu irmão? Presidente da República, que fizeste do Presidente da Paraíba?” (1963c, p. 635-6, OEV).

Rodrigo Cambará deixa-se empolgar pelo desejo de vingança e clama pela revolução.

– Os olhos do Brasil estão voltados para o Rio Grande, esperando a revolução! – exclamou Rodrigo Cambará num daqueles primeiros dias de agosto, depois de ler os jornais que Bento lhe fora buscar à estação. – E nós continuamos de braços cruzados. Nada fazemos a não ser discursos. Acompanhou comovido, pelo noticiário da imprensa, a transladação dos restos mortais de João Pessoa do Recife para a capital de seu Estado, e dessa cidade para o Rio de Janeiro, onde deviam ser sepultados. O povo, que atulhava as ruas da Paraíba por onde passou o cortejo fúnebre, agitava lenços brancos e chorava, despedindo-se de seu Presidente. O esquife foi posto a bordo do Rodrigues Alves, que fez escalas em Recife e Maceió, onde verdadeiras multidões desfilaram respeitadas pela frente do cadáver exposto numa das salas de bordo. (1963c, p. 636, OEV)

Passado o choque inicial da morte de João Pessoa, os chefes da oligarquia de Santa Fé reúnem-se a portas fechadas na Intendência para tratar dos preparativos para o movimento armado. Rodrigo Cambará, na condição de intendente, conta ter recebido de Osvaldo Aranha a autorização para começar a mobilizar civis e militares e a promessa de envio de armas e

munições. Os demais líderes republicanos e libertadores, no entanto, não estão empolgados com a ideia da revolução.²² Terêncio Prates alerta para a falta de um sinal verde do partido, mas Rodrigo não aceita contestações e mantém sua opinião. Prates cita um trecho do discurso publicado no *Correio do Povo*, substituindo as palavras “chefe” e “presidente” pelos nomes de Borges de Medeiros e Getúlio Vargas:

– É uma questão de disciplina partidária... Não viste os jornais? O Senador Paim acaba de declarar num discurso no senado que a revolução não se fará com o Rio Grande do Sul. “Não a querem o Sr. Borges de Medeiros nem o Sr. Getúlio Vargas nem o Partido Republicano Rio-Grandense”. São suas palavras textuais.

– Mas o povo a quer! – vociferou Rodrigo. – E a revolução vai para a rua, com o Chimango ou sem o Chimango, com o Partido Republicano ou sem ele. (1963c, p. 638, OEV)

A substituição das palavras “chefe” e “presidente” por Borges de Medeiros e Getúlio Vargas revela preocupação do escritor em não deixar o leitor em dúvida sobre o enunciado. A alteração no texto original do jornal torna-se necessária para melhor acabamento da narrativa, sem prejuízo da verossimilhança.

Assim como ocorre na Revolução de 1923, Rodrigo atira-se de corpo e alma na causa revolucionária de 1930. A diferença está no fato de que os inimigos de 23 agora estão de braços dados, “lenços brancos, verdes e vermelhos amarrados num nó de amizade” (1963c, p. 638, OEV) e aguardam o beneplácito de Borges de Medeiros, “o homem que em 1923 os maragatos tanto odiavam e combatiam” (1963c, p. 638, OEV), para começar a nova revolução. Sendo um republicano identificado com as oligarquias dissidentes, Rodrigo reconhece que o sucesso da aliança depende da união dos grupos que desde 1922 criaram uma tradição de luta. Esse passado recente transmite confiança ao protagonista no processo conspiratório.

No entanto, ele percebe na revolução apenas uma ocasião ideal para extravasar os sentimentos reprimidos de um idealista que perdeu todas as batalhas políticas de que participou.²³ Ser oposição faz parte da gênese do personagem, que não mede esforços para

22 A hesitação dos coronéis de Santa Fé enquadra-se na análise de Fausto (1997, p. 133-4, HI) sobre as articulações revolucionárias após a derrota eleitoral da Aliança. Destaca o historiador que o esforço maior neste aspecto parte dos quadros jovens, civis e militares, e que o corte de gerações tem um significado importante no entendimento do episódio porque os velhos oligarcas aceitam a tradicional recomposição sem muitos questionamentos. Fausto usa como exemplo a famosa entrevista de Borges de Medeiros ao jornal *A Noite*, logo após as eleições, na qual reconhece a vitória de Júlio Prestes confirmada por margem bastante grande, de modo a evitar “discussões e sofismas”.

23 Veremos no capítulo “Imprensa e política” o envolvimento do personagem na eleição presidencial de 1910 e na eleição para o Senado em 1915.

enaltecer os valores dos homens que lutam para “melhorar” o país, mas sem agir de acordo com uma coerência ideológica ou um projeto político. Suas motivações são de ordem pessoal e vão ao encontro da ideia de Holanda (1995, p. 182, TIB), quando verifica na primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva “o predomínio do elemento emotivo sobre o racional”.

Onde Roque Bandeira identifica a necessidade de o povo criar seus mitos e mártires, como acontece com o culto a João Pessoa, Rodrigo identifica demonstrações de civismo baseando-se apenas nas descrições da imprensa.

– E que me dizes desse belo movimento que agita o país? És um céptico, não acreditas em nada e em ninguém. Pois eu te repito que ainda tenho fé no Brasil. O gigante adormecido finalmente acordou. O assassinato de João Pessoa galvanizou-se. O sacrifício do grande Presidente não foi em vão. Mas qual! Tu não lês jornais.

Lembrou ao amigo a chegada do cadáver de João Pessoa ao Rio de Janeiro. Maurício de Lacerda, num discurso comovente feito no cais do porto, onde a multidão se comprimia aguardando o féretro que era desembarcado do *Rodrigues Alves*, pedira ao povo que se ajoelhasse, pois o corpo do grande morto ia entrar os muros da cidade.

– Foi a cena mais grandiosa, mais tocante da nossa História, Roque. Não rias. Nem tudo é farsa, há coisas sérias na vida. Imagina tu o povo quebrando o cordão de isolamento da polícia e precipitando-se para o féretro com lágrimas nos olhos, para carregá-lo nos ombros até o cemitério! Pisando as flores com que senhoras e senhoritas haviam atapetado o chão, o cortejo passou por entre alas de estudantes ajoelhados a cantarem em surdina o Hino Nacional. Que me dizes, céptico duma figa!

Tio Bicho encolheu os ombros e, mal movendo os lábios pardacentos, gretados pelo frio, balbuciou:

– Digo que tudo acaba virando religião. (1963c, p. 639, OEV)

Com ansiedade e impaciência, Rodrigo acompanha o clima pré-revolução através da imprensa. Preocupa-se com a notícia de que o presidente Hipólito Irigoyen da Argentina havia sido deposto pelo Exército, pois se o mesmo acontecesse no Brasil “teríamos então uma ditadura militar e a situação ficaria ainda pior”, e o ideal seria “uma revolução civil e popular”. Ao mesmo tempo, lendo nos jornais o manifesto lançado pelos militares argentinos, Rodrigo encontra um trecho que, segundo ele, se aplica à situação brasileira: “intimar os homens que atraçoaram no governo a confiança do povo e da República, ao abandono imediato dos cargos que não exerceram para o bem comum, mas em exclusivo proveito de seus apetites pessoais” (1963c, p. 648, OEV).

Neste ponto Rodrigo reflete na narrativa o sentimento da imprensa oposicionista paulista em 1930, a qual procura estabelecer um paralelismo entre a situação brasileira e a queda dos governos “que se divorciam da opinião pública” (FAUSTO, 1997, p. 133, HI). Com

o propósito de explorar a instabilidade na América Latina em proveito das articulações revolucionárias, os jornais paulistas utilizam especialmente a queda de Irigoyen como um exemplo a ser seguido no Brasil. Numa quarta-feira de setembro, durante o almoço, o protagonista tira do bolso uma folha de jornal e lê em voz alta um trecho do manifesto divulgado pelos estudantes da Faculdade de Direito de Recife. Rodrigo teme que os nordestinos considerem a demora por ação uma “deserção”.

É a vós, gaúchos e mineiros que começais a desertar da trincheira em fogo para a qual nos convidastes pela clarinada de vossos tribunos e pelo incitamento de vossos generais; é a vós, brasileiros de todos os quadrantes, que a mocidade acadêmica de Pernambucano dirige este apelo em nome do martírio de João Pessoa. (1963c, p. 652, OEV, grifos do autor)

Durante esse período de expectativa, Rodrigo viaja duas vezes a Porto Alegre, onde se encontra com Osvaldo Aranha. Por intermédio deste o personagem recebe informações confidenciais dos preparativos do movimento, inclusive que “para convencer o Presidente do Estado a aceitar a revolução, o Osvaldo Aranha e o Flores da Cunha tiveram que assumir toda, mas *toda* a responsabilidade do movimento” (1963c, p. 661, OEV, grifo do autor). A descrição do ambiente que antecede a revolução, quando introduzido a partir dos encontros entre Rodrigo Cambará e Osvaldo Aranha, por vezes inclusive com trechos de falas dos políticos, deixa evidente que Erico Verissimo não se baseou apenas em artigos de jornais durante o processo de composição deste episódio.

Como já apontamos anteriormente, certamente o autor consultou outras fontes históricas e possivelmente outros jornais além de *O Correio do Povo*, tendo em vista que em algumas ocasiões não há referência ao título do jornal. Sem contar, ainda, as notas da imprensa que são reproduzidas em livros de história, o que torna inviável a localização de certos trechos nas inúmeras folhas que circulavam na época. Apesar disso, podemos perceber no eixo histórico da ficção uma tendência do narrador em explorar as informações pelo viés da imprensa oposicionista. Essa constatação tem muito a ver com o que se encontra nas páginas do *Correio*, que reproduz os editoriais das folhas de oposição do Rio e São Paulo, mas raramente os artigos dos jornais governistas, definindo sua posição durante o processo de edição (BELLOMO, 1995, p. 82, IM).

Quando estoura a revolução em Porto Alegre e no resto do Estado, o Regimento de Artilharia de Santa Fé adere ao movimento. O Tenente Bernardo Quaresma, amigo de Rodrigo, nega-se a participar da revolução. Rodrigo tenta convencer o militar a se entregar, mas a recusa deste acaba resultando em tiroteio. Rodrigo acaba sendo ferido e Quaresma

morre no confronto. Com remorsos por ter sido o primeiro a atirar no tenente, Rodrigo tenta amenizar o mal cometido interferindo por um enterro digno. Durante o sepultamento, recorda-se da voz do tenente quando este dizia “o senhor é mais que meu amigo. O senhor é meu pai” (1963c, p. 687, OEV). Não consegue evitar as lágrimas e pensa na mãe de Quaresma, para a qual decide enviar uma pensão mensal, anonimamente, como uma forma de confortar sua própria dor. Na ânsia pela revolução, o protagonista não poupa nem os amigos e mostra que pode ir até as últimas consequências para executar seus projetos.

No dia seguinte, os jornais circulam em Santa Fé trazendo o manifesto de Getúlio Vargas. Na versão apresentada pelo narrador, o manifesto aparece “naquela manhã de segunda-feira” e termina com “Rio Grande, de pé pelo Brasil. Não poderás faltar ao teu destino glorioso!”. Na verdade, o manifesto “À Nação” foi publicado no dia 5 de outubro, domingo, ao menos no *Correio do Povo*. O texto original do manifesto traz a frase “não poderás falhar ao teu destino heroico” e não “não poderás faltar ao teu destino glorioso”, como aparece na narrativa.

Roque Bandeira lê o documento e, antes que possa fazer alguma observação sarcástica, Rodrigo ameaça:

– Cala a boca! Nesta hora não há lugar para cépticos nem para maldizentes profissionais. Maragatos e pica-paus enterraram suas diferenças para o bem do Brasil. Eu já esqueci as indecisões e fraquezas do Getúlio: ele é agora o chefe de todos nós. Quem não está com a Revolução está contra ela. Toma cuidado. Tu e o Arão. Quem avisa amigo é. (1963c, p. 688, OEV)

Em outros jornais, Rodrigo lê em voz alta o telegrama que Getúlio Vargas havia enviado aos revolucionários de Curitiba e outras observações:

Breve marchô com o Rio Grande. Vamos todos: Exército e Povo. João Neves declarava à imprensa: *Este movimento marca o fim da política personalista que tantos desmandos tem praticado.* Flores da Cunha esclarecia a repórteres que lhe haviam pedido um pronunciamento. Que ninguém se iludisse: o grande arquiteto da Revolução tinha sido Oswaldo Aranha. *Nós não fizemos outra coisa senão segui-lo.*

– É o mais belo movimento da História do Brasil! – exclamou Rodrigo. (1963c, p. 689, OEV, grifos do autor)

A glória para o personagem Rodrigo Cambará concretiza-se com o recebimento de um telegrama enviado por João Neves da Fontoura. Dizia assim (1963c, p. 691, OEV): “Presidente Getúlio Vargas te convida meu intermédio a seguires com ele e seu Estado-Maior rumo a frente de batalha no trem que passará por Santa Fé dentro de dois ou três dias. Abraços cordiais. João Neves da Fontoura”. O convite deixa Rodrigo exultante com a possibilidade de discursar ao lado de Vargas, conseguir um cargo ao lado do presidente e transferir-se com a

família para o Rio de Janeiro. Isso significava a glória para quem tanto se esforçou pela causa, inclusive sacrificando a vida de um amigo e indispondo-se com outros. Imagina até a sensação que causaria no povo o seu discurso: “Iria para a estação com o braço em tipoia e lá, a certa altura do discurso, jogaria o lenço fora e passaria a gesticular com ambos os braços. Seria um gesto de grande efeito teatral...” (1963c, p. 694, OEV).

Por outro lado, sentia-se frustrado por não conseguir readquirir o afeto da esposa, já cansada de suas aventuras amorosas. No momento mais importante de sua vida, Rodrigo não reflete sobre projetos ou planos para executar no novo governo, mas, sim, pensa apenas em impressionar os amigos com um discurso teatral e em começar uma nova vida na Capital Federal. A contradição entre o discurso na esfera pública e a conduta na vida privada caracteriza o comportamento do protagonista.

Na plataforma, ao lado de Getúlio Vargas, arranca aplausos ao libertar o braço do lenço que o sustentava e ao gesticular com as duas mãos. Para finalizar o discurso, pronuncia uma frase que, segundo o narrador, seus amigos e inimigos haveriam de explorar das maneiras mais diversas e contraditórias: “*Se eu cumprir minhas promessas, povo de Santa Fé, não vos pedirei recompensa. Mas se eu vos atraiçoar, matai-me!*” (1963c, p. 696, OEV, grifos do autor)

3 IMPRENSA E POLÍTICA

3.1 Ascensão republicana e abolição dos escravos

Os debates em torno da abolição dos escravos e do movimento republicano que leva à Proclamação da República estão no centro da configuração histórica do episódio “Ismália Caré”, em **O continente**. Esta fase da narrativa transcorre em 1884, ano em que se definem os rumos programáticos do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Neste ano também surge o jornal *A Federação*, inserido em um projeto de imprensa partidária elaborado no ano anterior durante a primeira convenção do partido. No romance, as ações intelectuais do quadro político estão concentradas nos personagens Toríbio Rezende e Licurgo Cambará. Juntos, eles fundam em Santa Fé o Clube Republicano e a folha semanal *O Democrata*, instrumento de combate aos ideais liberais que são defendidos pela família Amaral no jornal *O Arauto*. Antes de iniciarmos a análise do emprego do recurso jornalístico em “Ismália Caré”, entendemos ser pertinente apresentar uma breve síntese do contexto histórico da época para situarmos melhor os eventos da ficção.

Partimos das anotações de Bosi (1992, p. 222, TIB), que aponta a unanimidade da historiografia em assinalar o ano de 1868 como o divisor de águas entre a fase mais estável do Segundo Império e a longa crise que culmina na Abolição e na República. Revoltados com a atitude de Pedro II de demitir o gabinete de Zacarias de Góis, majoritário no Parlamento, os liberais radicais vislumbram no gesto do monarca um motivo para questionar a necessidade de reformas. A crise alimentada pela imprensa e pela reação dos políticos, intelectuais e centros acadêmicos ocorre durante a passagem de um sistema agro-mercantil, emperrado e escravista, para um reformismo identificado com as filosofias progressistas europeias, pautadas no valor do trabalho livre. Embora existam resistências conservadoras tanto no Partido Liberal quanto no Partido Conservador, o processo abolicionista torna-se irreversível e em 1871 é aprovada a Lei do Ventre Livre, que garante a liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir da promulgação da mesma. No entanto, na prática a lei tinha vários artifícios que permitiam aos senhores a manutenção do trabalho escravo, o que não implica em mudanças profundas na sociedade como queriam algumas correntes de opinião e grupos partidários.

Divido em dois blocos, os radicais e os conciliadores, o liberalismo reorganiza-se e de seu renascimento surge uma “ideologia de oposição” (Bosi, 1992, p. 228, TIB), com uma forma moderna de pensar os problemas do trabalho e da cidadania, que além da questão servil

inclui também a eleição direta. Logo, a consciência do atraso do país em comparação às nações mais adiantadas, como Inglaterra e Estados Unidos, leva os liberais progressistas a acentuarem o tom das críticas ao regime do Imperador. O grito de “reforma ou revolução”, que já havia sido lançado no manifesto do Centro Liberal em 1869, ecoa cada vez mais alto e divide a sociedade. Os fazendeiros do Centro-Sul, que dependiam da mão de obra escrava nas plantações de café, eram contra as propostas abolicionistas. No Rio Grande do Sul e nos estados do Nordeste, por outro lado, os processos de alforria andavam com menos restrições. Enquanto os defensores da abolição procuram acelerar o processo e emancipar os escravos o mais rápido possível, os cafeicultores querem retardar a perda dos benefícios garantidos pelo trabalho escravo.

O desejo de renovação no regime monárquico e o inconformismo com a falta de uma solução definitiva para a questão servil favorecem a adoção de doutrinas ideológicas europeias por parte dos grupos partidários. As principais, sem dúvida, são o positivismo e o evolucionismo. Segundo Bosi (1992, p. 237, TIB), havia entre as duas correntes uma diferença de modos de pensar a relação entre sociedade civil e Estado. O positivismo ortodoxo “sustentava o projeto de um Estado centralizante, racionalizador e, no limite, tutelar” e os positivistas queriam “um presidente forte, um cérebro ativo na chefia do Estado”, já o evolucionismo do tipo spenceriano “pendia para o liberalismo clássico e acreditava na sabedoria da seleção natural que, mediante processos de concorrência, premiaria os mais capazes” e os evolucionistas faziam “o elogio do parlamentarismo burguês com suas reformas espontâneas, lentas e graduais”. Ambos, porém, defendiam um regime político que substituísse o antigo império oligárquico e escravista por um governo mais representativo e progressista.

No Rio Grande do Sul da década de 1870 o cenário político era semelhante à conjuntura nacional. A província tinha uma Assembleia liberal e uma administração conservadora, motivo pelo qual as instituições monárquicas sofriam ataques dos liberais radicais. Desde 1869 os liberais contavam com o seu jornal oficial, *A Reforma*, fundada por Gaspar Silveira Martins com a finalidade de pregar a unanimidade dos correligionários e, também, como contra-ataque ao *O Conservador*, criado em 1868 por deliberação dos conservadores. Na falta de um partido próprio, os republicanos também atuavam dentro do partido liberal, compartilhando as mesmas insatisfações em relação à falta de autonomia provincial e à interferência do Imperador no sistema representativo.

Ao contrário dos conservadores, que se posicionaram contra a Lei do Ventre Livre e depois da aprovação aceitaram os termos consumados, os liberais gaúchos mantinham um discurso antiescravista, defendendo a emancipação do elemento servil. No entanto, eram cautelosos e queriam a emancipação gradual, concordando inclusive com a indenização aos senhores que se desfizessem de suas “propriedades”.

Em 1878, o Imperador nomeia um liberal para a presidência da província, Felisberto Pereira da Silva, com Gaspar Silveira Martins na pasta da Fazenda e Osório na pasta da Guerra, com o objetivo principal de fazer a reforma eleitoral e constitucional. As discussões em torno da reforma causam fortes divergências entre Silveira Martins e Osório, evidenciando a dificuldade que o sistema dominante tem para incorporar novos grupos sociais emergentes dentro do processo de desenvolvimento econômico em andamento (PICCOLO, 1979, p. 113, HI). Além da preocupação com o crescimento do movimento republicano, os liberais também precisam tratar as divergências dentro do próprio partido a fim de evitar o seu enfraquecimento.

Não bastassem as desavenças internas, que acabam fortalecendo Silveira Martins, os liberais passam a enfrentar as críticas dos conservadores por sua posição acomodada e por não realizarem no governo os projetos que defendiam quando estavam na oposição. Somam-se a esse coro os liberais descontentes com o imobilismo do partido e os republicanos, cada vez mais numerosos dentro da nova geração de políticos que entravam na Assembleia. Em 1882, após mais de uma década de dificuldades, é fundado o PRR, formado principalmente por jovens egressos da Academia de São Paulo, na época o principal centro de difusão do ideal republicano.

Aproveitando a posição acomodada do Partido Liberal, que havia abandonado os anseios coletivos por reformas, o PRR “teve consciência da nova realidade econômica e social da província e procurou capitalizar politicamente os novos grupos sociais”, e “com uma proposta política reformista e modernizante, informada ideologicamente pelo positivismo, objetivou vir ao encontro de todos os grupos sociais” (PICCOLO, 1979, p. 117, HI).

Durante essa fase de defesa da doutrina republicana, que se acentua principalmente a partir de janeiro de 1884 com a implantação do jornal *A Federação*, Júlio de Castilhos assume a liderança do partido e destaca-se pelo seu pioneirismo em fazer uma imprensa coerente com os preceitos positivistas de Augusto Comte na propaganda política jornalística.¹ Júlio de

1 Boeira (1980, p. 35, HI) lembra que num primeiro momento o positivismo “somente teve impacto sobre

Castilhos perdeu o pai aos dez anos e cresceu com a família materna, grande proprietária de terras em Bagé (RS), que financiou seus estudos em Santa Maria antes da mudança para Porto Alegre, onde circulou pelos ambientes intelectuais e teve os primeiros contatos com a filosofia comtista, já amplamente difundida pela literatura. Aos 17 anos ingressa na Academia de Direito de São Paulo, onde participa juntamente com outros estudantes gaúchos do Clube Vinte de Setembro, frequenta grupos de estudos e funda o jornal *A Evolução*, instrumento de expressão de seus ideais. Retorna ao Rio Grande do Sul quatro anos mais tarde, em 1881, formado advogado e disposto a lutar pela liberdade dos escravos e a instalação da república.

É curioso que Júlio de Castilhos fora eleito no 1º Congresso do partido, em 1883, para ser o redator da folha republicana. Recusa, porém, a incumbência de conduzir o jornal, tarefa para a qual foi aclamado o nome de Venâncio Aires. Com isso, Júlio de Castilhos passa a ser apenas um colaborador ativo do jornal desde as primeiras edições. Nas palavras de Franco (1967, p. 23, HI), o jovem militante “era dono de um estilo enérgico e direto e não se perdia em floreios literários nem em vã exibição de cultura. Era duro, vigoroso e ferino ao tratar os adversários, muito embora não resvalasse jamais para a xingação vulgar”.

A Federação não foi apenas mais um jornal político surgido no período. Sua importância reside no fato de ter sido a maior expressão da segunda fase da evolução do jornalismo gaúcho, quando a população não passava de 500 mil habitantes e o número de periódicos chegava perto de 60. Em 1887, ainda durante a campanha abolicionista, foi o primeiro jornal da província a contar com um serviço telegráfico nacional e internacional, contratado à agência francesa Havas. Este serviço tornou mais rápida a transmissão de informações do centro do país e do exterior, ampliando a penetração da folha junto aos leitores (MUSEU de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 2005, p. 33, IM). *A Federação*, na interpretação de Rüdiger (1984, p. 14, IM), era o meio que assegurava a sobrevivência e coesão ideológica dos republicanos. Como arma de combate à hegemonia da máquina liberal, atacava a falta de princípios dos partidos monárquicos e procurava refutar seus argumentos.

Pela pena de Júlio de Castilhos, a folha transformava eventos localizados nos quadros do regime imperial em questões de ordem política. De tal modo que “*A Federação* inseriu-se nas questões que influíram de maneira decisiva para a queda da Monarquia,

parcela restrita da elite rio-grandense” e que “se ele chegou a ter expressão política, cultural e religiosa foi porque essa elite concentrava grande poder político e seus membros constituíam a maioria absoluta entre os rio-grandenses dotados de cultura e educação formal”.

galvanizando setores da opinião pública então em formação” e, caracterizando a época, “*A Federação* destacou-se na capacidade de criar acontecimentos e não apenas refleti-los” (RÜDIGER 1984, p. 14, IM).²

O mesmo pode-se dizer do liberal *A Reforma*, que atua no sentido contrário, procurando desqualificar a doutrina positivista e questionando os verdadeiros objetivos e as relações dos republicanos com outros grupos sociais. Em um artigo publicado na *Reforma*³ (1887 apud Bakos, 1982, p. 137-8, HI), os liberais atacam o *A Federação* e afirmam que a facção republicana constitui-se em

uma seita de fanáticos, que sacrifica os santos princípios da justiça e da verdade às aparências do culto extremo. [...] Os redatores de *A Federação* que falam constantemente em orientação científica, governam-se por motivos interesseiros e contraditórios de todas as seitas; republicanos, pregam doutrinas de mais rijo conservantismo; federalistas, sustentam um centralismo que a própria Rússia desconhece.

Embora os discursos de *A Reforma* e *A Federação* em geral fossem bem elaborados do ponto de vista argumentativo, não raro os artigos descambavam para a agressão verbal pura e simples. Assim como ocorre em tempos de revolução, nas campanhas políticas em que estão em luta duas ou mais forças partidárias a mordacidade da linguagem e até mesmo agressões físicas fazem parte do combate. Dillenburg (19-- , p. 13, IM) destaca que *A Federação* traz no seu primeiro número a informação de que a “linguagem da folha será invariavelmente moderada e cortês, instruindo e persuadindo, tratando os adversários ou a quem quer que seja com delicadeza e cavalheirismo”. Esta promessa de programa seria quebrada porque, ainda conforme Dillenburg, o jornal frequentemente usa um tratamento agressivo para atacar seus adversários.

Um exemplo dessa conduta hostil da imprensa ocorre na repercussão do sumiço do dinheiro da quermesse organizada pelos republicanos para pagar a liberdade dos escravos, ocasião em que o jornal *O Conservador*⁴ (1884 apud BAKOS, 1982, p. 124-5, HI) denuncia os supostos envolvidos e os acusa de estarem planejando outros “roubos”, nestes termos:

2 Dillenburg (19-- , p. 11, IM) descreve da seguinte maneira o jornal do Partido Republicano: “*A Federação*” tinha um formato grande, composto em quatro páginas, em oficinas próprias, situada na Rua dos Andradas [...]. Apesar de graficamente bem impresso, o jornal era “pesado”, raramente publicava uma fotografia, como a maioria dos jornais daquela época. A linguagem ainda era muito laudatória, não havendo manchetes; a variedade de letras tipográficas era por demais limitada enquanto a diagramação era pouco atraente. Apesar disto, no entanto, este jornal foi o iniciador de uma nova e importante fase do jornalismo rio-grandense, dando maior ênfase à publicidade comercial, alguns ilustrados com gosto, melhor seleção das notícias de interesse público, abolição do arcaico estilo literário, tão usado nos jornais da época.

3 *A Reforma*, Porto Alegre, 17 jan. 1887.

4 *O Conservador*, Porto Alegre, 10 dez. 1884.

sacripantas deste jaez que, em qualquer outra parte onde o crime não fosse favoreado pelo presidente e chefe da polícia, teriam ido colonizar a saudável ilha de Fernando de Noronha, e já a mesma quadrilha se prepara para lançar mãos criminosas no patrimônio da Santa Casa de Misericórdia desta cidade. [...] E essa gente que rouba e assassina cidadãos distintos, forma a guarda de honra do desbriado José Júlio, o ladrão da seca do Ceará, e do famigerado Castro, o mais desgraçado dos homens e dos chefes de polícia. Aproveitem, salteadores, os poucos dias que ainda tendes, porque breve vai principiar o castigo.

A atuação de *A Federação* e de *A Reforma* reflete o que acontece nas principais províncias do país no que concerne ao desenvolvimento da imprensa enquanto espelho do quadro de agitação e reformas do período. Com tantas contradições da sociedade em debate, a imprensa ganha uma nova fisionomia e amplia sua influência, entrando na sua segunda fase – a primeira fora a da Regência – e superando a estagnação imperial (SODRÉ, 1983, p. 223, IM). Neste contexto de expansão da imprensa destaca-se também o periodismo satírico ilustrado, que tem como pioneiro a *Semana Ilustrada* (1860-1876), na qual colaboraram escritores ilustres como Machado de Assis e Joaquim Nabuco.⁵

Antes que as melhorias técnicas permitissem a reprodução de fotografias, os jornais ilustrados traziam imagens caricatas e “realistas” de pessoas e fatos, bem como paisagens e fatos (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 64, IM). As edições apresentavam gravuras de alta qualidade, assinadas por ilustradores reconhecidos e disputados pelas folhas em circulação. Em geral, essas folhas perceberam a oportunidade de influir no clima de inquietação e empenharam-se em oferecer ao público conteúdo interessante e de alto padrão intelectual de uma forma humorada e irônica. Costa (1966, p. 409, HI) destaca que “as caricaturas que ridicularizam os escravistas eram, talvez, mais atuantes do que os inflamados artigos abolicionistas”.

No entanto, a apresentação gráfica aprimorada e a limitação ao elemento culto e intelectualizado não eram suficientes para garantir o sucesso duradouro deste tipo de imprensa, pois a época pedia crítica e combate de uma forma mais abrangente. “O país vivia uma fase de mudança; uma dessas fases em que o conteúdo se adianta à forma, até que o conteúdo novo acabe por exigir a mudança na forma e o aprimoramento exterior se equilibre com a expressão nova que se impõe” (SODRÉ, 1893, p. 223, IM).

Outra corrente jornalística sintonizada com a época era a literária. As revistas

5 Outros periódicos ilustrados que se destacaram na época foram o *Diabo Coxo* (1864-1865), o primeiro diário ilustrado de São Paulo, a *Revista da Semana*, *O Mosquito*, e o mais popular de todos, a *Revista Ilustrada* (1876-1898), do Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul, destacaram-se *A Sentinella do Sul* (1867-1868) e *O Século* (1880-1893).

literárias constituíam o principal instrumento de divulgação da literatura brasileira e por elas passaram nossos principais escritores, na publicação de contos, poesias, colunas especializadas, crônicas e folhetins. Apesar de os periódicos estritamente literários atingirem um pequeno público intelectual, esse ainda era o caminho mais fácil para os escritores se tornarem conhecidos, além de receberem uma boa remuneração por suas contribuições. Conforme mudavam os públicos e os gostos, e o romance romântico dava lugar ao realista, aumentava também a participação dos intelectuais nos debates da vida social. No Rio Grande do Sul, o jornalismo literário independente ganhou grande dimensão por conta da atividade da Sociedade do Partenon Literário.

O Partenon foi criado em junho de 1868 pela influência literária e ideológica republicana de Apolinário Porto Alegre e desde o princípio refletiu os assuntos públicos da província. Poetas influenciados pelo condoreiro Castro Alves formavam uma sociedade que mantinha várias iniciativas inovadoras, como a oferta de aulas noturnas gratuitas para o ensino supletivo, festivais de propaganda e recolhimento de donativos para a libertação de crianças escravas, reuniões literárias para mulheres, incentivo à pesquisa bibliográfica relativa a homens de letras rio-grandenses e a realização do primeiro registro das tradições e lendas locais (CESAR, 1971, p. 178, TIB).

Além de contar com o apoio de outros jornais – como *A Reforma*, *Arcádia* e *Jornal do Commercio*⁶ – na divulgação de suas atividades e na publicação de textos de seus associados, a sociedade também mantinha sua própria folha, a *Revista Mensal do Partenon Literário*, que iniciou a publicação em março de 1869 e se confunde com a própria sociedade. Na primeira edição, Apolinário Porto Alegre assina o “Programa”, no qual justifica a criação da revista para cobrir uma lacuna deixada pelas empresas jornalísticas, as quais quando não se limitam “aos interesses do comércio e indústria, é quase certo morrerem no embrião, motivo por que quase todas são mercantis, excluindo mil outros motivos da vida intelectual” (CESAR, 1971, p. 182, TIB).

Em pouco tempo, a influência do Partenon faz surgir inúmeros periódicos literários, a maioria dirigidos por dissidentes da sociedade, entre os mais importantes *Murmúrios do*

6 A aceitação da literatura em jornais noticiosos ou políticos constituía-se exceção no Rio Grande do Sul, segundo Silva (1924, p. 109, TIB). “Atribuindo-se e exercendo, de fato, responsabilidades mais ou menos reais sobre as oscilações da opinião pública e sobre o mecanismo governamental, dominados, assim, integralmente por interesses partidários, os jornais, na sua maior parte, consideravam os assuntos de ordem literária como incompatíveis com a sua sisudez e só por exceção os admitiam em suas colunas, fora dos truculentos ou lacrimajantes folhetins”.

Guaíba (1870-187-?), *Aurora Literária* (1875-187-?), *A Idéia* (1876-187-?), *O Colibri* (1877-187-?), *O Telefone* (1879-188-?) e a *Revista Culto às Letras* (1880-188-?). Em relação ao resto do país esse florescimento literário chegou com atraso no Rio Grande do Sul, considerando-se que os intelectuais gaúchos se filiaram à escola do Romantismo, já em decadência nos outros centros culturais. É justamente este pensamento vinculado ao idealismo romântico, mais do que as causas econômicas e sociais, que decreta a extinção da Sociedade Partenon em 1885, um ano após o surgimento de *A Federação*. Apolinário Porto Alegre, fundador de vários núcleos republicanos, não aceitava os rumos que a ideologia tomava.

A nova geração aceitava o republicanismo, mas não idealizado e romântico e, sim, positivista, abrindo as portas à filosofia de Augusto Comte, renunciando novos tempos, novas correntes de pensamento social e literário, alijando este passado recente que gravitara em torno da Sociedade Partenon. Estava-se, pois, às vésperas da abolição da escravatura e do fim da monarquia, com a vitória da república positivista. A Sociedade Partenon, dentro deste contexto, envelheceu. (SILVEIRA; BAUMGARTEN, 1980, p. 13, TIB)

Na década de 70 do século XIX, embora poucos intelectuais atuassem diretamente na política – o que vem a acontecer de forma mais frequente somente nos anos 80 –, usavam sua arte para participar do processo político em andamento, manifestando o ideário liberal e o princípio republicano. Destacam-se neste momento, além de Apolinário Porto Alegre, prosadores, poetas e homens do teatro como Bernardo Taveira Jr., Múcio Teixeira, Aquiles Porto Alegre, Carl von Koseritz, José Bernardino dos Santos, João Damasceno Vieira e, principalmente, Caldre e Fião, presidente honorário que contribui diretamente para o sucesso do projeto por conta de sua autoridade e prestígio como romancista, autor de **A Divina Pastora** (1847) e **O Corsário** (1849). São estes autores que, nas palavras de Cesar (1971, p. 173, TIB), deixam-se envolver pelo passado gaúcho, revivendo o homem livre dos primeiros tempos da conquista, os rebeldes de 1835 num território pleno de ações heroicas, e abrem o “ciclo da literatura regionalista, dita gauchesca, como consequência de uma atitude mental necessariamente combativa”.

Analisando o discurso libertário destes prosadores, Zilberman (1980, p. 31, TIB) nota que na maioria das vezes eles descrevem a liberdade como uma concessão do branco liberal e não uma conquista do escravo. Nos versos destes românticos a temática abolicionista apresenta uma duplicidade, “servindo para denunciar a condição escrava e seu caráter degradante, vista também a desenhar o papel do branco dentro do processo de libertação, fazendo deste, sobretudo se liberal, seu principal herói e sujeito”. Importante ressaltar que a

ascensão do pensamento republicano junto aos poetas gaúchos segue os passos da ideologia que orienta a criação do PRR e a instalação da República. Jornais partidários e literários atuam em direção a um mesmo projeto e aderem mais tarde à doutrina positivista, acrescentando ao discurso republicano ingredientes que fortalecem a contestação ao regime monárquico.

Neste momento de expansão do cientificismo, os poetas republicanos e os liberais radicais afastam-se dos liberais monarquistas liderados por Silveira Martins e repetem nas letras o que ocorre no campo político. Desta forma, conclui Zilberman (1980, p. 39, TIB), a literatura pode politizar-se e continuar existindo porque os escritores estão engajados na transformação pela tomada de poder e, principalmente, porque neste momento coincidem os interesses de produção e recepção, ou seja, “o escritor não é o homem separado da máquina social, mas a representa, organizando mesmo suas aspirações por meio do recurso poético”. No entanto, “atua como um arauto do grupo social, mas preserva sua autonomia e identidade como artista, ao dar uma conformação particular a esses anseios” (p. 40).

Ainda fortemente ligados à literatura, nos anos de 1880 os jornais alimentam-se das lutas políticas para se renovar e o que se vê é uma proliferação de novas folhas, a maioria de oposição e combate. Somente na capital do Rio Grande do Sul surgem sete jornais em 1881, oito em 1883 e 1886 e doze em 1887. Entre as várias questões que estavam em debate, a que mais repercutia na imprensa era a causa libertadora. Nas páginas dos principais jornais brasileiros escritores e intelectuais como José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiúva, Luís Gama, Rui Barbosa, Joaquim Serra e Ferreira de Menezes publicam discursos notáveis e colaboram diretamente para aumentar o clamor em torno da abolição, uma vez que “consideravam os jornais os documentos mais importantes para denunciar as mazelas do cativo” (MACHADO, 2006, p. 142).

Nestes artigos usa-se de toda a argumentação para justificar a emancipação dos escravos. Joaquim Serra, no editorial de abertura do jornal *O Abolicionista* (1880 apud SODRÉ, 1983, p. 235, IM),⁷ órgão da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, escreveu: “Estudando-se a nossa produção, vê-se que o trabalho escravo é a causa única do atraso industrial e econômico do país. [...] Parte da escravatura está nas mãos de estrangeiros”. Artigos como este levam Sobrinho (1997, p. 97, IM) a acentuar que o movimento ganhou abrangência nacional devido a duas causas principais. Uma delas foram os comícios

7 *O Abolicionista*, Rio de Janeiro, 1. nov., 1880.

frequentes na Tribuna Popular, a outra a participação da imprensa na disseminação das ideias, sendo que muitas vezes a mesma pessoa usou os dois instrumentos de propaganda. Para Sobrinho, “a influência da imprensa, no abolicionismo, deve ser considerada preponderante, pela continuidade da ação que a fez terrível”.

No Rio Grande do Sul inicia-se nesta época um longo período de hegemonia do discurso político nos jornais, repetindo no Estado o que acontece na América Latina como um todo, conforme aponta Félix (1995, p. 183, HI):

A produção simbólica, decorrente do ‘efeito das palavras’, teve na palavra escrita impressa um papel de extrema importância na segunda metade do Século 19 e primeiras décadas do Século 20, na América Latina como um todo e especialmente no Rio Grande do Sul. A imprensa tornou-se um espaço privilegiado do exercício de militância política, tanto nos jornais da ‘grande imprensa’ quanto da ‘pequena imprensa’. Ao trabalharem com doutrinas e idéias, estabeleciam uma luta nos bastidores e nas páginas dos jornais e periódicos em geral, percebida pelo tom forte do vocabulário usado, pelas expressões agressivas ou laudatórias, criando-se ‘uma noção de factualidade’.

O regime jornalístico político-partidário gaúcho está ligado ao processo pelo qual a classe política transformou a imprensa em agente da vida partidária. Uma explicação para o fenômeno seria que após a Revolução Farroupilha muitos tipógrafos conquistaram cargos políticos, de forma que a propriedade de um jornal passou a se tornar um meio de ascensão política (RÜDIGER, 1993, p. 24, IM). Desta forma, os políticos foram aos poucos tomando o lugar dos tipógrafos na função social de jornalistas. Principalmente nas cidades do interior, tornou-se comum uma única pessoa ser responsável pela propriedade, direção e redação do jornal, que poderia servir a determinada corrente partidária conforme as circunstâncias. Foi nesta conjuntura que o jornalismo ganhou forma enquanto um conceito, cujos termos são ligados à formação doutrinária da opinião pública. O jornalismo partidário desenvolveu a concepção de que o papel dos jornais deve ser opinativo e veicular a doutrina e a opinião dos partidos na sociedade civil (RÜDIGER, 1993, p. 26, IM).

A *Federação*, obviamente, não foi o único jornal do Rio Grande engajado na luta pela abolição dos cativos. Participaram da campanha de uma forma ou outra *O Mercantil*, *A Gazeta de Porto Alegre*, *Jornal do Comércio*, *O Século* e *A Imprensa*. Através dessa imprensa entra em discussão, além dos argumentos a favor da liberdade dos escravos, questões em torno do pioneirismo na propaganda abolicionista e das reais intenções das folhas engajadas na celeuma. Bakos (1982, p. 111, HI) afirma que uma consulta aos jornais evidencia “a primazia do *Jornal do Comércio* na campanha de 1884, embora caiba ao *O Mercantil* a

iniciativa de fundar, nos seus escritórios, uma caixa libertadora, buscando arrecadar fundos para auxiliar na libertação dos escravos, o que demonstra esforço pioneiro”.

Quando o *Jornal do Comércio* é reconhecido como pioneiro da campanha na ata da Sessão Magna do Centro Abolicionista, no dia 7 de setembro de 1884, a afirmação é questionada pelo *A Federação*. Em um artigo de Ramiro Barcelos, a folha insinua que o *Jornal do Comércio* recebe pagamento por estas publicações, ao que o jornal⁸ (1884 apud Bakos, 1982, p. 112, HI) reage afirmando que “não recebeu, não recebe, nem receberá um centil por tudo quanto tem feito, faz e fará relativamente à redenção dos cativos”.

Rusgas à parte, as folhas partidárias em geral trabalham pela causa comum e participam da divulgação da campanha de convencimento aos proprietários de escravos para que estes promovam as libertações. São organizadas comissões de libertadores que percorrem a Capital e os municípios do interior de casa em casa, repetindo o que acontece no Rio de Janeiro por iniciativa dos membros da Confederação Abolicionista. A boa receptividade das comissões resulta na libertação de centenas de escravos e os jornais passam a publicar as listas dos nomes dos proprietários que atendem aos apelos. Na ocasião não faltam oportunistas tentando conseguir homenagens públicas na crônica social, o que leva *O Século*⁹ (1884 apud BAKOS, 1982, p. 117, HI) a alertar em um artigo a necessidade de uma seleção criteriosa dos nomes a serem enaltecidos, pois muitos emancipadores que aparecem nas listas “não tem nem um gato sequer para libertar, quanto mais um homem”.

Outra campanha que mobilizou a imprensa foi a quermesse do dia 7 de setembro de 1884, realizada com o objetivo de arrecadar fundos a serem empregados na indenização de proprietários dispostos a libertarem seus escravos. A demora na divulgação do balanço dos rendimentos e a posterior decisão do Centro Abolicionista de aplicar os recursos na construção de um monumento comemorativo à liberdade dos escravos incentivam novas reações na imprensa. Os organizadores, devido a esse episódio, são acusados de terem se apossado do dinheiro.

Essas rusgas, de uma forma geral, transformam a abolição em uma virtude dos brancos, que brigam pelo reconhecimento social ao mesmo tempo em que se mantêm indiferentes ao negro enquanto pessoa. Sobre isso, Cardoso (2011, p. 265, HI) diz que “a generosidade do povo gaúcho, o apego à Pátria, que existia em cada um, faria de todos 'bons abolicionistas', independentemente das opiniões sobre a escravidão como forma de espoliação

8 Nós e o abolicionismo. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, p. 1, 1 nov. 1884.

9 *O Século*, Porto Alegre, 17 ago. 1884.

social ou das opiniões sobre o negro enquanto homem”.

Em meio a essas campanhas, a abolição da escravidão não era uma unanimidade nem mesmo entre os republicanos. Franco (1967, p. 29, HI) observa que os paulistas adotavam uma posição comedida porque contavam recolher o apoio de setores da lavoura descontentes com as inclinações reformistas do Imperador e que, no Rio Grande, defendia-se a imediata emancipação dos escravos, sem qualquer indenização, porque “o sistema de produção imperante não se fundava, estritamente, no braço escravizado” (p. 32). Cardoso (2011, p. 277, HI) tem um entendimento semelhante quando aponta que a radicalização do discurso republicano gaúcho em *A Federação* ocorre porque:

não havendo no Sul o eleitorado poderoso dos grandes fazendeiros escravocratas para ser disputado, político-eleitoralmente os republicanos nada perderiam, sendo consequentes com suas posições, favoráveis, em geral, ao trabalho livre do imigrante. Por isso criticavam a abolição gradual, pondo-se ao lado da abolição imediata e pregando a ação direta na Província, independentemente das leis promulgadas no Parlamento.

O referido estudo de Cardoso aponta também a existência do que ele chama de “mito da democracia gaúcha” no campo. Segundo este “mito”, reiterado pela historiografia e pela literatura sulina, não existiria tensão social nas relações entre brancos e negros. De fato, a historiografia gaúcha foi praticamente unânime durante muitas décadas em defender a pouca importância da presença escrava no território do Rio Grande. Quando existe, restringe-se ao ambiente doméstico, onde o tratamento do senhor é sempre paternal e benigno.

Seguindo a linha do idealismo romântico, os historiadores apegam-se a aspectos exteriores – baseados muitas vezes nos relatos de viajantes – para ressaltar a igualdade e a fraternidade entre proprietários e peões, que se vestem com a mesma indumentária, tomam chimarrão na mesma cuia, compartilham o calor das fogueiras e vão juntos para a guerra. Conforme diz Goulart¹⁰ (1978 apud Pesavento, 1980, p. 73, HI), “dentro de sua altivez tradicional, da sua felicidade inata, o gaúcho nunca admitiu preeminência de classes ou de raças. A democracia e a liberdade são necessidades vitais...”

A ideia de que não havia hierarquia prevalece nos discursos históricos como uma forma ideológica de interpretação. Uma visão que, na avaliação de Pesavento (1980, p. 72, HI), “cumprir a função de uma falsa consciência, na medida em que a classe dominante realmente se vê desta forma, assim como o restante da sociedade é levada também a senti-la desta maneira”. Essa corrente de interpretação começa a ser contestada somente a partir dos

10 GOULART, Jorge Sallis. **A formação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

anos de 1930, quando estudos mais sistemáticos passam a revelar o contrário.¹¹ Segundo dados estatísticos, em 1884 o Rio Grande do Sul ainda contava com 60.136 cativos, o que fazia da província a sexta maior do país em população escrava (CONRAD, 1975, p. 346, HI).

3.1.1 O embate entre *O Arauto* e *O Democrata*

Embora não seja objetivo deste trabalho contestar interpretações históricas, entendemos ser impossível fugir a elas no momento em que analisamos a representação da situação da escravatura e da participação da imprensa, no episódio “Ismália Caré”. De imediato, podemos afirmar com segurança que Erico Verissimo não se exime em abordar o tema dos escravos em **O tempo e o vento**, como defendem alguns críticos e historiadores.¹² À sua maneira de mostrar a ambiguidade do tema a partir de diferentes vozes, entre elas a jornalística, o autor trata a questão servil na mesma medida de importância que ela teve à época.

No episódio da ficção, esse retrato recebe um tratamento alegórico e irônico que não deixa de transmitir as opiniões do autor sobre assunto tão complexo, mesmo sem a presença de um protagonista negro. Em relação à participação do escravo no romance de Erico Verissimo, Chiappini (2001a, p. 85, SEV) afirma que “apesar da sua discrição, a presença dos escravos é constante e seu silêncio, talvez, mais eloquente que a palavra, pois esta lhes era negada pela sociedade escravocrata”. Portanto, se o negro não ocupa uma função central na narrativa, que transcorre no planalto pastoril e não em zonas de charqueadas, entendemos que essa foi uma alternativa do autor para preservar a verossimilhança da história.

Em “Ismália Caré” a ação da narrativa gira em torno de dois acontecimentos que devem ocorrer no dia 24 de junho de 1884. Os liberais preparam um dia inteiro de festejos em comemoração à elevação de Santa Fé à categoria de cidade. No Sobrado, Licurgo Cambará

11 Um dos pioneiros neste sentido foi o advogado Dante de Laytano, que se apoiou em documentos e mapas estatísticos para investigar a participação no negro na formação gaúcha. Laytano (1937, p. 14, HI) afirma que embora o gaúcho tivesse desprezo pelas “manobras de acumular dinheiro com capital humano”, o negro esteve presente no trabalho como “uma necessidade social da época” e os escravos eram atingidos por “pesados castigos” (p. 17).

12 O historiador Mario Maestri (D.O. **Leitura**. São Paulo, n. 146, jul. 1994 apud Chiappini, 2001a, p. 53, SEV), por exemplo, diz que: “o embranquecimento do passado gaúcho foi uma operação de grande envergadura. A consolidação e vulgarização literárias desta visão foram fortemente apoiadas pela trilogia de Erico Verissimo, **O tempo e o vento**. Essa saga ficcional sobre a formação histórica gaúcha, de reconhecida qualidade e grande sucesso, desconhece protagonistas negros e escravos. No primeiro tomo de **O continente**, Verissimo refere-se aos “escravos” e aos “negros”, como faziam os primeiros ficcionistas nacionais, como se fizessem parte de uma paisagem seminatural, ao lado dos bens móveis e imóveis de uma fazenda”.

anuncia a entrega de cartas de alforria a todos os seus escravos e a outros dezenove cativos cuja liberdade fora comprada com dinheiro arrecadado pelos republicanos. As oposições entre as duas facções são narradas a partir das páginas dos jornais *O Arauto* e *O Democrata* e dos diálogos dos personagens.

O episódio inicia justamente pela descrição da redação de *O Arauto* e seu redator Manfredo Fraga, o que de imediato confirma a posição da imprensa como agente promotor de eventos históricos na percepção do escritor.

A redação e as oficinas de “O Arauto” ficavam numa mei’água quase em ruínas, apertada entre o Paço Municipal e o casarão dos Amarais. Toda a gente em Santa Fé sabia que o jornal dirigido por Manfredo Fraga se mantinha graças ao apoio financeiro que lhe dava o Cel. Bento, o qual da janela lateral de sua residência costumava berrar sugestões para os artigos de fundo: “Ataque esses republicanos duma fíga. Diga que são uma corja de traidores!” Ou então: “Responda ao artigo de Júlio de Castilhos e conte que “A Federação” é financiada pela Maçonaria”. Ou ainda: “Ameace que vamos contar donde saiu o dinheiro pra construir o sobrado dum certo republicano de Santa Fé. Dê a entender que vamos desenterrar cadáveres, e que muita roupa suja vai ser lavada em praça pública!”. (1956a, p. 853, OEV)

O redator do jornal liberal é apresentado como um homem livre que recebe o mesmo tratamento de um escravo por parte do coronel Bento, comportamento que revela aspectos da dominação patriarcal do século XIX. Após ouvir as instruções do chefe num “silêncio servil”, senta-se à mesa e trabalha no artigo de fundo, sem publicar nada que não seja antes aprovado pelo financiador da folha. O narrador acentua as características caricaturais do jornalista, que parecia uma tartaruga vestindo um largo poncho cor de chumbo, “do qual sobressaía seu pescoço descarnado e cheio de pregas, a sustentar precariamente a cabeça oval, de rosto rosado e glabro” (1956a, p. 854, OEV).

Instalado num local precário, onde havia goteiras no telhado, paredes rachadas e frestas nas janelas sem vidraças pelas quais entrava o vento gelado do inverno, Manfredo Fraga apela à cachaça para se aquecer. A cada pausa para admirar o texto, tomava um longo sorvo e “sentia no peito um calor confortável que aos poucos lhe ia subindo à cabeça e que acabaria por aquecer-lhe também os pés” (1956a, p. 856, OEV). Para o redator, o artigo do dia 23 de junho será o mais importante desde que tomara a direção do semanário.

Entre outras informações, o longo texto traz que no dia seguinte Santa Fé comemorará sua elevação à condição de cidade com um programa “à altura do magno acontecimento” (1956b, p. 855, OEV), organizado pela Câmara Municipal e o Comitê de Festejos. Segundo o programa, logo ao romper da alvorada a Banda de Música “Santa

Cecília”, organizada pelo médico e musicista Carl Winter, percorrerá as principais ruas da cidade tocando marchas festivas; às dez, haverá na Matriz um “Te Deum”, com sermão do Padre Atilio Romano; às quatro, na Praça da Matriz, as tradicionais cavalcadas, “nas quais tomarão parte como mouros e cristãos pessoas da nossa melhor sociedade” (1956b, p. 855, OEV); à noite, no Paço Municipal, prepara-se um baile de gala, “ao qual comparecerá o que Santa Fé tem de mais seleta e representativo” (1956b, p. 855, OEV).

O trecho “mais sensacional do artigo de fundo” vem ao afinal, expressando a preocupação dos liberais com o evento preparado pelos republicanos no Sobrado, o que pode dividir as atenções dos moradores.

“Achamos que é nosso dever prevenir o público em geral contra a manobra de certas pessoas de má fé que, por simples inveja e despeito, estão procurando desvirtuar as finalidades dos festejos de amanhã, lançando a semente da discórdia no seio da população local. Esses maus patriotas, movidos por mero interesse pessoal e mal disfarçada ambição de mando, estão tratando de confundir os espíritos. Por isso, avisamos nossos leitores de que nenhuma outra comemoração, além das acima mencionadas, tem a sanção da Comissão Central de Festejos. Dizemos isso porque sabemos que se organiza para a noite de amanhã uma festa de finalidade política e subversiva, com o visível propósito de perturbar o baile de gala do Paço Municipal, que deverá encerrar com chave de ouro o grande dia. Trata-se duma farsa montada e ensaiada por maçons, livres-pensadores, hereges e mazorqueiros, cujo objetivo precípua é solapar o Regime, destruir a Família, menoscabar a Religião, atacar nosso querido e ímpoluto Soberano; em suma, substituir a democrática Monarquia Brasileira pela mais nefanda e nefária das anarquias. Os verdadeiros patriotas hão de saber não só evitar a companhia desses traidores da Pátria como também dar-lhes desprezo e o castigo que merecem”. (1956b, p. 856, OEV)

O artigo de Manfredo Fraga causa sensação na vila. Todos esperam um discurso parecido em *O Democrata*, mas a folha sai às ruas com um editorial mais sereno.

“Entre as comemorações mais significativas do dia de amanhã, além do “Te Deum”, encontra-se a festa que nosso correligionário, o cidadão Licurgo Cambará, realizará na sua residência e durante a qual, num gesto que deve ser imitado por todos os bons brasileiros, dará carta de manumissão a todos os seus escravos. Na mesma ocasião dezenove outros cativos, cuja liberdade foi comprada a seus senhores a peso de ouro, com dinheiro da caixa do nosso Clube, coletado especialmente para esse fim, serão igualmente manumitidos. Haverá danças nas salas do Sobrado e fandango no seu quintal, onde se acenderão fogueiras em homenagem ao santo do dia. O Sr. Cambará não fez convites especiais para essa festa de fraternidade e humanidade, mas por nosso intermédio convida a tomar parte nela todos os santafezenses e forasteiros que simpatizam com a ideia abolicionista e que, mesmo não sendo republicanos, desejam ver implantado no Brasil um regime verdadeiramente igualitário”. (1956b, p. 857, OEV)

A descrição alegórica dos bastidores do jornal, da figura do jornalista e do conteúdo

jornalístico revela o estilo ferino do narrador no tratamento da imprensa enquanto agente de persuasão ideológica no contexto ficcional. O que não significa que a abordagem pelo viés alegórico afaste-se da verossimilhança pretendida pelo narrador. Nos gritos do coronel Bento, quando diz “conte que 'A Federação' é financiada pela Maçonaria”, na linguagem de Manfredo Fraga no seu artigo, em expressões como “magno acontecimento” e “nossa melhor sociedade”, ou no ataque pessoal do redator contra a reputação dos republicanos, chamados de “maçons, livres-pensadores, hereges e mazorqueiros”, percebe-se o cuidado em transferir para o romance o mesmo ambiente da época resgatado do discurso jornalístico.¹³

No episódio da ficção, a Igreja é representada pela figura do padre Atílio Romano, que embora não pertencesse ao clube republicano simpatizava com o movimento e era francamente partidário da abolição, mais para não deixar-se dominar pela família Amaral do que por convicção ideológica. Independente, bem humorado e livre-pensador, Atílio Romano não tem medo de discutir assuntos de política e possui em casa uma biblioteca com obras de Renan, Schopenhauer, Diderot, Voltaire e Boccaccio. Questionado pelo Dr. Winter sobre como um sacerdote pode simpatizar com a ideia republicana, sabendo que um dos pontos do programa é a separação da Igreja do Estado, Padre Romano tem a resposta pronta: “– Pensa o doutor que a Igreja para sobreviver precisa do amparo do Estado? – Solto uma risada gostosa. – Essa é magnífica! O Estado é que não poderá viver se não se amparar espiritualmente na Igreja!” (1956b, p. 958-9, OEV).

Apesar dos ataques dos liberais, Toríbio Rezende e Licurgo Cambará buscam ânimo e estímulo nas notícias do progresso do movimento no resto do país. Eles sabem – pelos jornais – que “o Ceará começara a libertar seus escravos, e que havia poderosos clubes republicanos em Porto Alegre e na capital de São Paulo, onde Borges de Medeiros, jovem estudante gaúcho, dirigia um jornal” (1956b, p. 870, OEV). Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, Toríbio Rezende se estabelece em Santa Fé em 1881 e divulga na vila as ideias republicanas e abolicionistas. Licurgo, atual senhor do Sobrado, deixa-se fanatizar por esses discursos. Juntos, fundam o Clube Republicano de Santa Fé, que nesse momento conta

13 De fato, os republicanos eram acusados de manterem ligações com a maçonaria e de praticarem uma filosofia que não seguia o mesmo compasso da Igreja. Isso porque as “bases” dos candidatos republicanos definidas no Congresso de 1884 tinham tópicos, no que tocava à reforma política, que tratavam da “secularização dos cemitérios”, “liberdade de associação e de cultos” e “liberdade de ensino” (FRANCO, 1967, p. 26, HI), justamente em um momento em que a Igreja Católica ainda monopolizava a educação, presidia os casamentos e controlava os cemitérios. A Igreja Católica manifestou-se pela primeira vez a favor da abolição apenas em 1887, a poucos meses da assinatura da Lei Áurea. Durante a mobilização social pelo fim da escravidão, a Igreja manteve o posicionamento de defender a liberdade do espírito e não do corpo.

com sessenta sócios.

Percebe-se uma clara semelhança entre Toríbio Rezende e Júlio de Castilhos. Ambos são advogados formados pela Academia de Direito de São Paulo, escrevem em jornal e polemizam em torno da causa republicana. A diferença está em que Júlio de Castilhos é gaúcho, oriundo da oligarquia estancieira, e Rezende é visto como um tipo estranho mesmo pelos mais próximos. Bibiana, embora gostasse do rapaz, “nunca conseguira vencer a impressão de que o baiano era um estrangeiro, de fala e costumes diferentes dos da gente da Província” (1956b, p. 894, OEV). Já Licurgo tem uma afeição profunda pelo advogado e admiração pelos seus discursos eloquentes. Numa ocasião, refletia sobre a oratória do baiano e, em sua mente, “a imagem do amigo desapareceu para dar lugar à de Júlio de Castilhos, cuja mão ele apertara comovidamente por ocasião do último congresso republicano de Porto Alegre” (1956b, p. 871, OEV). E ao recordar do encontro com o seu ídolo político medita: “Era incrível que aquele moço retraído e de poucas palavras estivesse abalando o trono com seus artigos políticos, escritos e publicados na Província!” (1956b, p. 871, OEV).

Um papel semelhante é desempenhado por Toríbio Rezende junto aos leitores de Santa Fé. Apesar de não termos na ficção outros registros editoriais de *O Democrata*, tampouco descrições do funcionamento da tipografia de Licurgo Cambará, o envolvimento do advogado com a atividade periodística é o impulso que faz a engrenagem republicana funcionar. Além de implantar as ideias positivistas no povoado, ele tem a habilidade de escrever artigos e com isso fortalecer a propaganda pelo convencimento doutrinário jornalístico. Sua postura excêntrica e seu comportamento excessivamente carinhoso para os costumes locais levam os outros a encará-lo com simpatia e ao mesmo tempo inquietação.

Na única referência sobre os preparativos para uma edição de *O Democrata*, o escritor mantém a tônica alegórica ao colocar o advogado numa situação que demonstra, no mínimo, falta de compromisso com a fidelidade jornalística e completo desconhecimento do que vem a ser o “jornalismo moderno”. Também fica evidente a intenção do autor de relativizar a importância da informação noticiosa no plano do convencimento ideológico.

- Preciso voltar à redação. Estou preparando um número especial do *Democrata* para amanhã. Os monarquistas vão ficar com a canela ardendo de inveja. Já comecei a escrever a notícia da nossa festa.
- A festa de hoje à noite? – estranhou Bibiana.
- E que tem isso? Não é difícil imaginar o que vai acontecer. Não se esqueça de que estamos em 1884. O jornalismo moderno difere do antigo principalmente na presteza com que dá as notícias.
- A velha sacudiu a cabeça lentamente, murmurando: “Ora já se viu?” (1956b,

p. 917, OEV)

Sabemos pelo narrador que em Santa Fé “os sócios do clube republicano esperavam com ansiedade a mala postal que trazia semanalmente os números da folha em que Castilhos publicava seus artigos candentes” (1956b, p. 871, OEV). Licurgo acompanha esses escritos com entusiasmo ao ponto de decorar certos trechos que melhor definem a ideia abolicionista. Em certa ocasião repete um desses artigos em voz alta para o amigo Fandango:

“Quando se trata de tornar livres todos os filhos do Rio Grande, quando urge acabar com a imoral instituição que nos macula, não deve haver partidos. Só há lugar para um partido: é o partido da moral, do direito e da liberdade, que protestam contra a escravidão. À margem, pois, das desavenças e dos ódios das lutas partidárias, emudeça a voz do partidarismo político quando é imperioso combater este inimigo comum: a escravidão”. (1956b, p. 872, OEV)

Em outro momento, os personagens estão à mesa no Sobrado e apresentam seus pontos de vista sobre as ideias que agitam o país. A fórmula de reunir personagens com múltiplos argumentos se repete na composição do quadro histórico. Licurgo e Rezende são os republicanos abolicionistas; Florêncio é um peão ignorante que acha o discurso republicano “muito bonito”, mas considera o Imperador “um homem de bem” e integra a corrente que defende a democracia racial no campo gaúcho;¹⁴ Dr. Winter tem conhecimento de política e de economia e contesta abertamente o projeto da oposição, interpretando os eventos como simples interesse comercial; Juvenal mostra-se cético e faz um ou outro comentário para apimentar a discussão, como, por exemplo, “dizem que ainda vendem negros por baixo do poncho” e “um dia destes conversei com um fazendeiro de São Paulo que não quer nem ouvir falar em abolição” (1956b, p. 906, OEV).

Durante o falatório, Licurgo abre um número de *A Federação* e anuncia que vai ler um artigo de Júlio de Castilhos.

“Abandonada aos impulsos naturalmente irregulares da paixão revolucionária que anima tanto o abolicionismo intransigente como a escravocracia emperrada, a questão do elemento servil assume uma gravidade excepcional”. Agora prestem bem atenção a este final. “Se a luta violenta sobreviver, desabe todo o peso da responsabilidade sobre o governo medíocre que compromete a paz pública”. (1956b, p. 908-9, OEV)

Os dois trechos de artigos lidos por Licurgo Cambará foram realmente escritos por Júlio de Castilhos no jornal *A Federação*. O primeiro foi publicado na edição do dia 29 de

14 — Não tenho nem nunca tive escravos. Mas acho que no Rio Grande os negros são felizes. Nas estâncias e nas charqueadas eles trabalham ombro a ombro com os brancos. A não ser um ou outro caso, em geral são bem tratados. Dizem que lá no Norte os senhores de engenho maltratam os escravos. Não sei. Há muita conversa fiada. O que sei é que aqui na Província os negros passam bem. (1956b, p. 907-8, OEV)

maio de 1884. Neste artigo Júlio de Castilhos (1884a, p. 1, JRA) critica a falta de uma política governamental que facilite a solução da questão servil e adverte sobre a responsabilidade do Império no caso de o problema escapar do terreno pacífico para a violência. Ele argumenta que uma “política inteligente aconselhava que com as medidas de natureza a eliminar gradualmente a condenada propriedade, fossem empregados os meios de garantir a substituição” e que a reforma deveria ser realizada pelas províncias de acordo com a situação econômica de cada uma. Após enumerar as medidas que deveriam ter sido tomadas pelo governo monárquico, o republicano conclui que a substituição do braço escravo “está dependente de uma forte corrente imigratória, e esta a seu tempo depende das condições com que possa contar no Brasil o imigrante para o desenvolvimento da sua atividade”.

No dia 6 de agosto, Castilhos (1884b, p. 1, JRA) lembra que se passou mais de um ano desde o início da campanha pela libertação dos escravos na Capital do Rio Grande e lamenta o arrefecimento dos esforços do movimento. O republicano comenta que os clubes não coordenaram os seus meios de ação e que a própria imprensa abolicionista deixou-se ficar a meio caminho da tarefa, interrompendo por vezes a propaganda. Refere-se também aos municípios do interior, onde “devido à generosidade dos senhores poderosamente estimulada pela atividade proselitica dos abolicionistas, devido aos esforços dos cidadãos congregados em clubes, tem diminuído notavelmente o número de escravos”. E conclui conclamando a todos para colaborarem na “grandiosa obra de dignificação da pátria”, principalmente em Porto Alegre, pois é preciso que a cidade “se faça sempre a digna capital da livre província”.

Os argumentos de Júlio de Castilhos apreendidos pelo escritor no processo de criação literária coadunam-se com a configuração política apresentada pelo narrador no episódio da ficção. Além dos trechos assinalados por Licurgo, os raciocínios expostos nos diálogos dos personagens republicanos também seguem a cartilha de Júlio de Castilhos. Assim que Licurgo acaba de ler o segundo artigo, Toríbio Rezende procura “traduzir” aos demais o significado das palavras do líder republicano.

- O que o Dr. Castilhos quer dizer – explicou ele – é que o governo não tem seguido uma política sensata nesse assunto da abolição.
- Mas que é que o doutor chama de política sensata? – perguntou Winter.
- Uma política que visasse acabar gradualmente, hein? hein?, a propriedade escravagista por meio, digamos, dum imposto que os senhores de escravos teriam de pagar e cujo produto podia ser empregado num fundo de emancipação. Uma política que promovesse o decreto de leis tendentes a dificultar o negócio de escravos e sua transmissão por herança. Por exemplo: devia ser proibido o comércio de negros entre as províncias. E a melhor maneira de substituir o braço escravo na lavoura seria estimular a imigração.

Tudo isso o governo podia fazer e não faz. (1956b, p. 909, OEV)

Notamos que nestes diálogos de “Ismália Caré” algumas interpretações históricas que complementam os artigos foram tiradas de livros de história, mas são colocados de uma forma que parecem vir de jornais. Sem poder fugir totalmente dos livros de história, o escritor induz o leitor a acreditar que a história narrada parte unicamente do universo jornalístico. Reforçam essa hipótese os argumentos do Dr. Winter, evidentemente anotados por Erico Verissimo durante suas leituras preparatórias ao projeto do romance.

Quando Toríbio afirma que o Ceará e o Amazonas estão libertando seus escravos e questiona Winter sobre o tipo de lucro material que poderia haver nestas ações, o imigrante alemão explica didaticamente: “– [...] Para a lavoura do norte o braço escravo já não é mais negócio. No fim de contas é muito melhor pagar ao negro um salário baixo e seco do que dar-lhe de comer e vestir” e “– Os fazendeiros de café precisam do trabalho barato do escravo. Por isso são contra a abolição. O governo por sua vez se encontra entre dois fogos: o interesse dos senhores feudais paulistas e a opinião pública, que é anti-escravagista” (1956b, p. 906-7, OEV).¹⁵

Essa maneira de o autor lidar com diferentes interpretações dos acontecimentos, às vezes traduzindo suas próprias opiniões, fortalece nossa ideia de que na impossibilidade de fuga à história ele recorre à imprensa fazendo desta um meio eficiente de desencadear e justificar os debates. Seja explorando o jornal em sua materialidade ou a figura alegórica do jornalista, o narrador tece aos poucos os fios das manifestações sociais do período, transformando-os na base de sustentação da representação histórica no romance.

Os trechos retirados de *A Federação* tampouco foram escolhidos ao acaso, mas revelam o objetivo específico de reproduzir as frases mais contundentes e de maior efeito dramático. Tanto é verdade que nos dois casos são transpostas para a ficção justamente as últimas linhas dos artigos de Júlio de Castilhos, sobre as quais em geral o republicano põe mais ênfase no discurso doutrinário – após, portanto, a introdução e o desenvolvimento de sua argumentação. O apelo de Júlio de Castilhos, para que “emudeça a voz do partidarismo político quando é imperioso combater este inimigo comum: a escravidão”, é atendido pelos republicanos de Santa Fé no número de *O Democrata* que anuncia a alforria dos escravos.

Se as duas folhas tinham por costume atacarem-se mutuamente, o gesto “humanitário” de libertação dos cativos leva os republicanos a amenizar o tom dos discursos,

¹⁵ Analisaremos com mais profundidade a presença do personagem Carl Winter no capítulo “Imprensa e imigração”.

restringindo-se a despertar o ciúme na outra facção com uma festa maior. O mesmo não se percebe na postura dos liberais, pois além da mordacidade da linguagem de *O Arauto*, o coronel Bento recebe o artigo da folha opositora com ameaças.

O Chefe brandiu no ar um exemplar de “O Democrata”:

– Vassuncê já leu esta bosta?

– Já.

– Eu devia mas era fazer o Rezende engolir este jornal.

– No próximo número de “O Arauto” eu desanco esse baiano.

– Palavra não dói na pele. O que ele merece é uma sova de rabo de tatu.

– [...]

– Regime igualitário! Eles vão ver com quantos paus se faz uma canoa. – De repente, como se quisesse que todo o mundo ouvisse, gritou: – Eles que dêem graças a Deus eu ser um homem de bem, senão mandava acabar a festa do Licurgo a porrete. (1956b, p. 858, OEV)

O que fica claro neste conjunto de referências jornalísticas atreladas ao contexto histórico e aos personagens é a intenção do autor de questionar os eventos em torno da questão servil e da república. Assim, enquanto os discursos de Júlio de Castilhos e dos republicanos da ficção repetem chavões nacionais que falam da abolição como uma causa moral, em benefício da Pátria, as falas de outros personagens e a presença das escravas domésticas revelam as contradições do problema. De uma forma sutil e irônica, o escritor procura evitar uma representação simplista dos acontecimentos, optando pela relativização das acepções ideológicas.¹⁶

O personagem Fandango posiciona-se como contraponto à empolgação abolicionista e republicana de Licurgo Cambará. Enquanto esperam o mate cevado pela escrava Lindóia, eles conversam:

– Eu só quero ver o que é que essa negrada vai fazer depois que receber papel de alforria.

– Ora! Vai ser livre.

– Sim, mas vassuncê acha que vão viver melhor?

– Claro que vão.

– Pois eu duvido.

– Velho cabeçudo!

A tampa da chaleira começou a dar pulinhos.

16 Na representação desse momento da história Erico Verissimo não teria nada a alterar se soubesse que o próprio Júlio de Castilhos tentava, nesta época, vender um escravo da família para amenizar suas dificuldades financeiras. Em uma carta escrita ao irmão Chiquinho (Francisco Prates de Castilhos), Júlio de Castilhos comenta sobre essa transação e pede sigilo: “Não faz ideia como tenho andado constrangido nesse negócio, apesar de ser ele diretamente tratado por um corretor, que é ao mesmo empregado do meu escritório. Tenho receio dos maldizentes e dos jornais, que estão todos muito abolicionistas”. Um conjunto de correspondências escritas pelo republicano gaúcho a familiares e correligionários, e localizadas há pouco no acervo do Museu Júlio de Castilhos, está reunido com o título de **Teu amigo certo – Júlio de Castilhos, correspondência inédita**, com organização de Keter Velho e apresentação de Sérgio da Costa Franco (Porto Alegre: Edições Museu Júlio de Castilhos, 2013)

- Que venha esse amargo, Lindóia!
A negra cevava o mate.
- Vassuncê vai ver – prosseguiu o capataz. – Recebem o dinheiro e gastam tudo em cachaça. Vão passar o dia na vadiagem, dormindo ou se divertindo. Nenhum desses negros alforriados vai querer trabalhar. No fim acabam morrendo de fome.
- Não seja tão agourento, Fandango.
- Qual! O que sou é um índio velho mui vivido. [...]
- Mas a abolição vai melhorar tudo. A escravidão é a vergonha do Brasil!
- Qual vergonha, qual nada! Deixe de história. Negro é negro. Hai gente que nasceu pra ser mandada. (1956b, p. 866-7, OEV)

Aos poucos a narrativa do episódio, concentrada em um único dia, vai revelando que nem mesmo Licurgo acredita em seu próprio discurso de democracia racial. No mesmo diálogo com Fandango, ele fala sobre o seu entusiasmo com os festejos preparados para aquele dia e a possibilidade de o Sobrado ofuscar o baile de gala do Paço Municipal. No entanto, além de suas próprias resistências em aceitar o negro como um igual, Licurgo percebe que a gente não está preparada para compreender o processo de mudança que aos poucos toma conta da sociedade. Assim pensa Licurgo:

Tinha a impressão – disse – de que o baile de gala do Paço Municipal, com suas formalidades e seus medalhões, ia ficar apagado diante da festa do Sobrado, onde reinaria a verdadeira democracia: negros e brancos, ricos e pobres, todos misturados e irmanados no ideal abolicionista e republicano. Mas no momento mesmo em que dizia essas coisas, Curgo percebeu que não estava sendo sincero, que não estava dizendo o que sentia. Era-lhe inconcebível a ideia de que aqueles negros sujos pudessem vir a dançar nas salas de sua casa, em íntimo contato com sua família. Sabia também que pouca, muito pouca gente em Santa Fé compreendia o sentido da palavra República... (1956b, p. 868, OEV).

O personagem Florêncio também mantém uma postura semelhante à de Fandango em relação às mudanças propostas pelos republicanos. O sogro de Licurgo considera-se um “homem antigo” e “muito velho pra acreditar em conversas” (1956b, p. 909, OEV), pois viu muitas mudanças de governo na vida e ouviu muitas promessas de políticos. “Acho que as coisas não vão mudar se vier a República” (1956b, p. 909, OEV). Como resposta a essa opinião, Toríbio Rezende esclarece os principais pontos do programa republicano, entre eles a transformação das províncias em estados autônomos e confederados, a instalação de um poder legislativo central e de um tribunal superior de justiça e a colaboração proporcional de todos os Estados para as despesas da nação. No entanto: “Winter sabia que Florêncio não estava entendendo nada. Como ele havia no país milhões de pessoas para as quais aquelas palavras

não tinham sentido” (1956b, p. 910, OEV).¹⁷

Apesar de manter um discurso coerente com os ideais abolicionistas defendidos em seu jornal, o gesto humanitário de Licurgo não resiste a uma análise mais profunda. Longe de querer endurecer a figura do estancieiro, o narrador deixa transparecer em breves e sutis comentários a intranquilidade do caráter do personagem, que luta para aceitar como verdadeiros os sentimentos de igualdade. Licurgo reconhece em suas meditações que nem sempre tinha paciência para tratar os escravos com doçura e “mais de uma vez fora obrigado a dar de relho em pretos que faltaram com o respeito”. Mas a democracia racial também vigora em suas terras, pois ele fizera isso “de homem para homem, mas nunca, nunca mesmo, mandara açoitar um escravo” (1956b, p. 914, OEV).

Quando chega o tão aguardado momento da entrega dos títulos de alforria, Licurgo revela confusão de sentimentos que começa pelo rancor, passa pelo desapontamento até alcançar a euforia. Durante a leitura dos nomes, tarefa executada por Toríbio Rezende, Licurgo precisa soprar ao ouvido do outro os apelidos dos escravos, pois muitos “já haviam esquecido seus nomes de batismo” (1956b, p. 959, OEV). A cena é carregada de constrangimento para os escravos e traduz a leitura irônica do escritor em relação ao acontecimento.

Os negros recebem o título de cabeça baixa, tímidos, sem olhar para os lados. Alguns se aproximam de Licurgo para beijar sua mão e de Bibiana para beijar a fímbria de sua saia, sinalizando respeito e submissão. Outros se retiram rapidamente, estonteados, em direção à porta, ou caem em prantos ao receberem a carta de alforria. Um deles, no entanto, não demonstra agradecimento e recebe o documento com olhar arrogante. Licurgo acompanha o

17 As observações de Winter e, até certo ponto, de Licurgo, lembram a ideia de que o sentido da República era limitado a poucos. Aristides Lobo, um republicano atuante na imprensa carioca, escreveu no *Diário Popular* de 18 de novembro de 1889 um artigo que ficou famoso pela sua definição do que teria sido a proclamação da República. Lobo aponta que a colaboração do elemento civil nos acontecimentos foi nula e que “o povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada [...]”. Mello (2007, p. 9, HI) observa que essa interpretação de raiz monarquista foi posteriormente difundida pelos intelectuais desiludidos com a República, que reuniram tais significações para concluir que “o que se divulgou através do bestializado é que não havia motivo para se desejar a queda da Monarquia, pois o imperador era popular”. Por outro lado, Capelato (1988, p. 44, IM) destaca que estudos mais recentes desmistificam a versão de apatia do povo perante os acontecimentos. Estes estudos “mostram que a mudança de governo foi permeada por inúmeros conflitos e procuram entender que povo era esse, qual seu imaginário e prática política”. Nos jornais da época, Capelato encontra registros que mostram uma imprensa preocupada em criar uma imagem harmoniosa e festiva da República, enfatizando o contentamento popular. Segundo Capelato (1988, p. 45, IM), o discurso produzido na imprensa “se caracteriza pela ênfase no novo, pela insistência na índole pacífica do brasileiro e pela presença do par *ordem e progresso*, simbolizado nas metáforas de *luz* e *trevas*. Todos esses elementos reforçam a ideia de que o antigo regime – a monarquia – fora vencido pelas forças representativas da modernidade”.

ex-escravo chamado João Batista com “um olhar furibundo”: “Merecia uns bons chicotações na cara. Sempre fora assim altivo e provocador. Era um bom peão, um bom domador, um trabalhador incansável, mas tinha um jeito tão atrevido, que por mais duma vez Licurgo estivera prestes a ‘ir-lhe ao lombo’” (1956b, p. 960, OEV).

Em outro momento, Toríbio Rezende chama insistentemente pelo negro Bento Assis, que não aparece porque não reconhece seu próprio nome. Impaciente com a demora, Licurgo grita: “Bento burro! Onde está esse animal?” (1956b, p. 960, OEV). Ao que um peão repete o apelido para os escravos que aguardavam no lado de fora e logo aparece Bento Burro.

Aos poucos, Licurgo fica impaciente com o caráter solene do evento, que “não oferecia metade da emoção que ele esperava” (1956b, p. 960, OEV). Por fim, reflete:

Não conseguia convencer-se a si mesmo de que aquela era uma grande hora – uma hora histórica. Não achava nada agradável ver aqueles negros molambentos e sujos, de olhos remelentos e carapinha encardida a exhibir toda sua fealdade e sua miséria naquela casa iluminada. E como eram estúpidos em sua maioria! Levavam a vida inteira para atravessar a sala e depois ficavam com o papel na mão, atarantados, sem saber que fazer nem para onde ir. Era preciso que ele gritasse: “Agora vá embora. Não! Por ali. Volte pro quintal!”

O pior era que o Sobrado já começava a cheirar a senzala.

Foi com um suspiro de alívio que entregou o derradeiro título.

E quando o último escravo desapareceu na cozinha, houve um momento de silêncio e imobilidade, como se os convidados esperassem de Licurgo algumas palavras. Mas quem falou primeiro foi a velha Bibiana:

– Agora abram as janelas pra sair o bodum! (1956b, p. 960-1, OEV)

A impaciência de Licurgo, a forma de tratamento usada por ele, a pressa para encerrar o ato e libertar a casa da presença dos negros, tudo revela o abismo que separa os estratos sociais e que não pode ser apagado com um simples documento. Assim que recebe os cumprimentos dos convidados, aos gritos de “Viva o Clube Republicano!” e “Viva o nosso correligionário Licurgo Cambará”, o personagem volta a sentir-se radiante com o feito, percebendo tardiamente que “aquele era um momento glorioso, era raro, era grande” (1956b, p. 961, OEV). E pensa que “lá fora estava acesa uma grande fogueira ao redor da qual os negros – agora homens livres, felizes e dignos – iam dançar, cantar, comer e beber!” (1956b, p. 961, OEV). Enquanto isso, “uma preta de turbante vermelho, os dentes arreganhados, andava por entre os convidados com uma bandeja cheia de copos de cerveja” (1956b, p. 961, OEV). Ou seja, a ação da libertação evidencia mais uma vez a separação entre brancos e negros. Um grupo permanece do lado de fora, ao redor da fogueira, e o outro no interior do Sobrado. A sobrevivência e o bem-estar deste ainda dependem do trabalho daquele.

Durante a celebração dos republicanos, com farta variedade de comidas e bebidas, alguém pede a Toríbio que recite alguma coisa. O baiano, que sempre abusa dos gestos para discursar, “agitava a cabeleira negra, longa e ondulada, que o tornava tão parecido com Castro Alves” (1956b, p. 892, OEV), de pronto entusiasma-se com a ideia e anuncia:

– Vou recitar um poema do grande vate condoreiro Castro Alves, glória da Bahia e do Brasil. – Fez uma pausa grave e depois, já em tom de discurso, acrescentou: É *O Navio Negreiro*, poema que tem feito pela causa da abolição da escravatura no Brasil o que *Cabana do Pai Thomás* fez pela mesma causa sublime nos Estados Unidos da América do Norte.

– Lá vem discursório outra vez.

Curgo voltou vivamente a cabeça para a avó e, de cunho cerrado, lançou-lhe um olhar sombrio de repreensão, que a velha rebateu com um sorriso pícaro. O Dr. Toríbio pôs-se na ponta dos pés e, traçando no ar com a mão direita uma circunferência, começou:

'Stamos em pleno mar... Doudo no espaço

Brinca o luar – dourada borboleta. (1956b, p. 971-2, OEV)¹⁸

O recital de Toríbio repete na narrativa um costume das sessões de discurso dos abolicionistas e republicanos, que não raro se apoiavam na literatura para reforçar seus argumentos. Guardadas as proporções, Toríbio representa neste momento o próprio Castro Alves, tanto na aparência física quanto nos gestos efusivos e dramáticos. O declamador da ficção não encontra, porém, entre os seus espectadores, o mesmo entusiasmo que Castro Alves despertava nos acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo, junto aos quais era recebido com ovação e louvor. Os mesmos que o ouviam, como aponta Peixoto (1947, p. 101, TIB), constituiriam as gerações que vinte anos mais tarde viriam a fazer a abolição.¹⁹

Na trama de “Ismália Caré”, ao contrário, o recital de Toríbio transcorre em meio a cenas ironicamente descritas. Enquanto o advogado emociona-se com seus gestos teatrais, se esforçando para dar àquela festa um significado maior do que apenas diversão, os ouvintes estão insensíveis aos apelos dos versos inflamados do “Poeta dos Escravos”.

18 Castro Alves também surgiu para o público com versos publicados na imprensa, em Recife. No jornal acadêmico *A Primavera*, de 17 de maio de 1863, número inaugural, publicou os seus primeiros versos abolicionistas, **A canção do africano**, aparecendo no mesmo ano **Pesadelo**, **Meu segredo** e **Cansaço**. Três anos mais tarde, na mesma cidade, funda uma sociedade abolicionista com Rui Barbosa, Augusto de Guimarães e outros colegas de curso, da qual deriva o jornal *A Luz*, origem de sua polêmica pela imprensa com Tobias Barreto. A obra secular **A cabana do pai Thomás**, de autoria de Herit Beecher Stowe, citada por Rezende, apresenta de forma romaneada os conflitos entre os escravos norte-americanos e os proprietários. A história foi publicada em folhetim em alguns jornais republicanos, entre eles o paulistano *A Redenção*.

19 Peixoto (1947, p. 90-1, TIB), a partir das memórias de Campos de Carvalho, aponta o dia 22 de julho de 1868 como o marco inicial da glória de Castro Alves em São Paulo e, consequentemente, como poeta abolicionista reconhecido nacionalmente. Neste dia o jornal acadêmico *Ateneu Paulistano* promoveu uma sessão de protesto e desagravo contra a demissão do gabinete de Zacarias de Góis, durante a qual Castro Alves fez uma de suas famosas declamações. “O entusiasmo tocou o auge. O poeta-vidente das nobres causas liberais, da Abolição e da República, achara na mocidade de São Paulo o seu público de eleição, que receberia esse novo evangelho, para o propagar aos quatro cantos do Brasil”.

Os versos são introduzidos aos poucos na narrativa e, entre eles, o narrador trata de esvaziar o sentido do poema revelando os pensamentos dos personagens presentes ao evento, bem distantes da comoção do orador. Se para Bibiana aquilo não passava de mais um discursório, o mesmo não significa para o padre Atílio Romano, que tem no rosto uma expressão de felicidade porque “tinha comido e bebido bem: agora escutava um belo poema. Alimentava assim o corpo e o espírito” (1956b, p. 972, OEV). O Dr. Winter deixa-se levar pelo efeito da bebida e imagina-se a bordo de um barco que o leva de volta à Pátria. O alemão tem consciência de que bebera demais, mas estava lúcido o suficiente para se questionar “que língua estava falando o Dr. Toríbio?”, cujas palavras não faziam sentido, pois “o poema era puro ritmo. Ra-ta-tá... ra-ta-tá... ra-ta-tá... Pensou em Johann Wolfgang Goethe” (1956b, p. 973, OEV).

Enquanto isso, Licurgo recebe a notícia de que a amásia Ismália Caré está do lado de fora do Sobrado e fica transtornado. Com um desejo urgente de ver a chinoca, para ele “agora tudo desaparecia: a festa, o declamador, o poema, a abolição, a noiva, a avó, a República – tudo” (1956b, p. 975, OEV). Então, deixa sorrateiramente a festa e a noiva Alice para encontrar-se com Ismália, quando fica sabendo que vai ter um filho com a mestiça. Ao refletir sobre a complicada situação em que se envolveu, pensa na repercussão negativa que pode ser aproveitada pela campanha dos liberais e decide que o filho não deve nascer. Mais importante que o filho bastardo e a situação dos negros é a imagem pública de Licurgo, que não pode correr o risco de ser atacado pela imprensa oposicionista por causa de sua fraqueza moral.

Já bastavam as outras preocupações de sua vida. O filho ia dar que falar. Pensou nas explorações que seus inimigos políticos podiam fazer. Ele e os outros membros de Clube Republicano estavam empenhados numa campanha de regeneração em que falavam em decência e bons costumes. O Manfredo Fraga era capaz de insinuar nos seus editoriais infetos que o presidente do Clube Republicano de Santa Fé havia desonrado a família dum humilde posteiro, deixando-lhe no ventre o fruto do pecado, etc., etc. Estava decidido. A criança não ia nascer...” (1956b, p. 983, OEV)

É através desses sinais aparentemente descolados do discurso histórico central que o escritor conduz a narrativa, contraponto versões a partir dos atos e das palavras dos personagens. As vacilações de Licurgo Cambará quanto aos seus próprios sentimentos, que no fundo revelam sua insegurança com os rumos da campanha abolicionista e republicana, traduzem as tensões próprias de toda a classe que de uma hora para outra se viu cercada por novas ideias e pelas quais precisa lutar. Um problema que fatalmente vai desembocar nos conflitos políticos que se estendem até 1930 e que na ficção tem a mediação de Rodrigo

Cambará, não por acaso herdeiro do senso oportunista e do caráter questionável do pai.

Na representação histórica do episódio “Ismália Caré” – que passa necessariamente pelos jornais e seus redatores – encontramos como em poucas vezes no romance uma espécie de crítica e revisão da história “oficial”. Os problemas mal resolvidos da abolição dos escravos e os debates políticos, colocados em um plano secundário em relação aos interesses pessoais, são apresentados de uma forma irônica em contraponto às versões convencionais. A verdade da ficção revela-se através de simulações próprias da narrativa do escritor, cujos sinais podem escapar a um olhar mais atento.

O “julgamento” da história aparece de uma maneira mais clara e direta somente no interlúdio entre “Ismália Caré” e “O Sobrado VII”. Neste trecho surge outra voz narrativa para introduzir a figura melancólica de Maneco Lírio, “major da Guarda Nacional / veterano do Paraguai / ledor de almanaques / charadista consumado / e monarquista dos quatro costados” (1956b, p. 997, OEV), revelando uma visão oposta do que convencionalmente se conhece da história da abolição e da República.

*Tudo foi obra desses moços da propaganda republicana.
Viviam com a cabeça cheia de ideias da estranja.
Queriam a abolição
Tiveram
E pioraram a sorte dos negros.
[...]
E o resultado dessa beleza é o que vemos
Só aqui no Rio Grande de 89 a 90
tivemos cinco governos
Botaram buçal na imprensa
houve tiroteio nas ruas
a canhoneira Marajó quis bombardear Porto Alegre.
É que o povo anda descontente
dês que mandaram o Velhinho embora.* (1956b, p. 1001-2, OEV)

Enumerando as qualidades intelectuais do Imperador, Maneco Lírio não entende como os republicanos puderam expulsar o Soberano. O monólogo de Maneco Lírio prenuncia, assim, um período de relações conturbadas entre liberais e republicanos, alimentadas pelo rancor e o ódio, que vai desaguar na Revolução Federalista.

3.2 Eleição presidencial de 1910

O biênio de 1909/1910 constitui um período crucial da Primeira República. A campanha presidencial disputada por Rui Barbosa e Hermes da Fonseca representa a primeira

grande fissura na política do café-com-leite, colocando Minas Gerais e São Paulo em lados opostos. Minas, Pernambuco e Rio Grande do Sul ficam com o candidato militar e São Paulo e Bahia com o civilista.²⁰

O embate entre Rui Barbosa e Hermes da Fonseca ocorre num período marcado pelo arranjo conhecido por “política dos governadores”, iniciado no governo do presidente Campos Sales (1898-1902). O compromisso firmado entre Campos Sales e os governadores dos maiores colégios eleitorais pressupunha que o presidente não interferisse em assuntos de política estadual e que os governadores providenciassem, em seus estados, resultados eleitorais que permitissem a composição de um legislativo federal adequado às políticas de governo do presidente (RESENDE, 2003, p. 117, HI).

Na prática, a política dos governadores consistia em uma troca de favores, do governo federal aos estados, geralmente na forma de apoio militar, e do governo destes ao poder central, mobilizando seus mecanismos de coerção nas campanhas eleitorais. Para viabilizar o acordo, os governadores devem se articular com os coronéis dos municípios para garantir a vitória das chapas eleitorais organizadas pelo partido republicano estadual. A articulação entre governadores e coronéis tornava-se, desta forma, indispensável, sendo estes últimos “a peça-chave na organização das eleições e na 'garantia' de resultados favoráveis à situação dominante no seu estado” (RESENDE, 2003, p. 117, HI).

Rui Barbosa manifesta-se contra todo esse sistema, questionando a Constituição e as oligarquias estaduais apoiadas pelo Governo Federal. Além da necessidade de revisão constitucional, Rui Barbosa defende, entre outros pontos, a transformação da Justiça, medidas em benefício da educação, reforma eleitoral, voto secreto, estabilidade cambial e incentivo à imigração. Defende ainda que a escolha do futuro governante seja feita por métodos democráticos e procura colar ao seu programa a imagem da liberdade e do direito, ao passo que o militarismo da situação seria uma forma de dissimular o arbítrio e as formas pragmáticas do sistema oligárquico.²¹ Por outro lado, o argumento dos hermistas procura enaltecer o caráter nacional do candidato, supondo-se que o Exército pairava acima dos interesses estaduais e regionais. (LOVE, 1975, p. 155, HI)

20 Love (1975, p. 121, HI) aponta que a superioridade econômica de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul caminhou paralela à vida política no período de 1910-1930. Em 1910, 47% do eleitorado brasileiro registrado residia nos três estados mais poderosos e, no ano da eleição presidencial, responderam por 51% dos votos totais.

21 É extensa a plataforma eleitoral de Rui Barbosa. Ver: BARBOSA, Rui. **Obras Completas**. Excursão Eleitoral, 1910. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1967. v. 37, t. I.

As eleições presidenciais de 1910 são apontadas como as primeiras em que houve uma “campanha eleitoral” com a participação de diversos segmentos da sociedade civil e com o envolvimento de boa parte da população no debate político. Nesse contexto, a imprensa também se dividiu: as principais folhas do país ficaram com Rui Barbosa, entre elas *Correio do Manhã*, *Diário de Notícias*, *O Século*, *A Notícia*, *Estado de São Paulo* e *Careta*; ao lado de Hermes da Fonseca tomaram posição o *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil*, *O país*, *A Tribuna* e as revistas *O Malho* e *Revista da Semana* (SODRÉ, 1983, p. 327, IM).

Apesar de haver certas normas diferenciais da campanha em relação aos anos anteriores, como aponta Carone (1971, p. 245, HI), as formas eleitorais tradicionais de pressão do sistema oligárquico continuam a vigorar, e “o que temos nas eleições de 1910 é uma mudança de métodos da campanha eleitoral, mas permanência das formas de eleição”. Neste cenário, o triunfo popular das classes dirigentes e da massa leva à ocorrência de violentos ataques e manifestações dos simpatizantes. Não raro pequenos comícios acabam em conflitos graves, sendo que a polícia e as forças do Exército em geral são favoráveis aos correligionários da situação.²²

No Rio Grande do Sul, após a morte de Júlio de Castilhos, em 1903, Borges de Medeiros assume a presidência do governo e a direção do PRR. Amparado pela autoridade legal garantida pela Constituição de 14 de Julho, Borges de Medeiros tem o poder de escolher os candidatos ao Legislativo Estadual, cancelar eleições municipais ou interferir na política local por meio de decretos, controlar os assuntos partidários locais por meio de coronéis leais e utilizar as forças da poderosa Brigada Militar para fins políticos (LOVE, 1975, p. 83, HI). Apesar de ter governado um longo período sem situações de crise partidária, as eleições estaduais de 1907 colocam Borges de Medeiros pela primeira vez frente a um candidato de oposição. Borges decide não concorrer à segunda reeleição e indica a candidatura de Carlos Barbosa Gonçalves para enfrentar Fernando Abbott, dissidente republicano. Ambos os candidatos são médicos e chefes políticos, o primeiro natural de Jaguarão e o oposicionista de São Gabriel. Mais uma vez a máquina republicana entra em ação com seus mecanismos de coerção e o candidato oficial vence facilmente, com pouco mais de 61.000 votos contra 16.000.

No entanto, a eleição de 1907 provocou alterações na composição política gaúcha.

²² O caso mais grave foi a interferência do Exército em São Paulo, em janeiro de 1910, a pretexto de manobras da tropa. A medida foi interpretada como uma ameaça velada contra o apoio do Estado à candidatura civilista de Rui Barbosa.

Um grupo de jovens ambiciosos, oriundos das novas faculdades de Porto Alegre, entre eles Getúlio Vargas, Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, juntou-se na campanha a favor de Barbosa Gonçalves, o favorito a vencer o pleito, de olho em oportunidades políticas. Esses jovens gaúchos, que chegariam mais tarde aos postos de Presidente e Ministro, percorrem o Estado em busca de apoio ao candidato republicano. Por outro lado, a campanha pelo governo provoca dissensões no PRR que levam à fundação do Partido Republicano Democrático (PRD), em 1908, liderado por Assis Brasil²³ com o apoio de Fernando Abbott. Para Fontoura (1958, p. 74, HI), o conflito interno de forças republicanas traduzia a luta entre a corrente mais ortodoxa, fiel às diretrizes positivistas, e a que desejava mudanças de caminho, mesmo que sob a mesma bandeira política. “Quando se articula a sucessão de 1907 como a de 1922, não é difícil concluir que ambos constituíram forças inicialmente propulsoras de um movimento que acabaria por transfigurar-se na Revolução de 30” (FONTOURA, 1958, p. 81, HI).

Mesmo com algumas vozes dissidentes, como observa Love (1975, p. 143-44, HI), os chefes republicanos rio-grandenses entraram com bases sólidas na política nacional por ocasião da disputa presidencial de 1910, principalmente por sua continuidade pessoal e disciplinar. Pinheiro Machado, encarregado de dirigir os assuntos gaúchos no âmbito federal, foi o principal responsável pelas manobras que resultaram na indicação do Marechal Hermes da Fonseca para a presidência. Como Hermes era gaúcho, os chefes do PRR exultaram com a ideia de ver um conterrâneo chegar à Presidência.²⁴

Um ano antes, Borges de Medeiros, o responsável pelo controle da política partidária republicana gaúcha, chega a ser convidado pelo presidente Nilo Peçanha para assumir o cargo de Ministro da Agricultura, convite que ele recusa por recear “perder o contato com as minúcias da política e da administração dos municípios” (LOVE, 1975, p. 163, HI). Afinal, no âmbito municipal o PRR detinha o monopólio dos cargos políticos, geralmente dirigidos por

23 Assis Brasil estava afastado da política desde 1892, início do “Governicho”, e encontra condições favoráveis para a criação do novo partido, pois os dissidentes republicanos estavam sem agremiação desde a extinção do Partido Republicano Liberal.

24 Em especial no Rio Grande do Sul, a ligação entre militares e partidos políticos foi sempre de proximidade. Essa afinidade, que resulta no casamento entre militares e gaúchos na política nacional, na avaliação de Fausto (2009, p. 269, HI) ocorre primeiramente porque o Rio Grande do Sul concentrava desde o Império os maiores efetivos do Exército, entre um terço e um quarto do total nacional. A importância do setor militar incentivou os gaúchos de certo nível social a seguir a carreira das armas. Por outro lado, a intermitente luta armada na região favoreceu o contato entre os oficiais e os partidos políticos. “Certos traços ideológicos e peculiaridades políticas concorreram também para a aproximação. O positivismo, cuja importância difusa se manteve no interior do Exército, foi o principal traço ideológico. Além disso, a política econômica e financeira defendida pelos republicanos gaúchos tendeu a coincidir com a visão do grupo militar.”

um estancieiro em um ambiente rural dominado pela grande propriedade.²⁵ Conforme destaca Félix (1987, p. 67, HI), os laços de lealdade entre coronéis e o governo tinham uma ênfase maior no Rio Grande do Sul, onde valia a palavra empenhada no “fio do bigode” e onde “uma vez feita a opção de adesão a um coronel ou ao governo e não à oposição, desenvolvia-se uma relação formal de obediência, sectarizando-se, não se questionando mais o valor ou desvalor”.

Esses coronéis, na maior parte transformados em intendentess, participavam do jogo do poder com sua força política local, com seu prestígio que se traduzia em votos – dado vazio de significado para a filosofia positivista ou castilhistas, mas indispensável para a “aparência legal”, necessária à continuidade do sistema. Em troca recebiam do governo estadual respaldo para suas ações no município, onde continuavam como donos, consolidando essa força nas lutas com os coronéis da oposição (quando essa existe, como em Palmeira), ou, então, o que era mais comum, nas “trincas” com as dissidências locais. (FÉLIX, 1987, p. 69, HI)

Preocupado com a opinião pública, o PRR também tenta influenciar a população da Capital Federal, onde a taxa de alfabetização era bem maior em relação a outros centros urbanos, fornecendo cobertura financeira a vários jornais cariocas, como *A Tribuna*, *Correio da Noite*, *A Imprensa*, *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Commercio*. Medidas como esta, que no caso do PRR partem quase sempre de Pinheiro Machado e de Borges de Medeiros, são muito comuns no período. Em seus discursos, Rui Barbosa critica duramente as subvenções dadas aos jornais,²⁶ uma espécie de suborno da imprensa que já existia no governo monárquico como forma de acomodar a imprensa ou encontrar meios para a defesa de determinadas posições, mas se acentua em particular no governo Campos Sales. (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 80, IM)

Embora o ritmo da modernização nos grandes centros urbanos começasse a causar uma ruptura entre a imprensa de caráter artesanal e a imprensa da fase industrial, no interior do país a realidade continua sendo de predomínio do jornalismo político partidário. Nos períodos de campanha, a sobrevivência das candidaturas depende da publicidade sustentada pelos jornais, sempre controlados pelas agremiações partidárias. Em particular no Rio Grande do Sul, o monopólio do poder por parte dos republicanos restringe o espaço de atuação da

25 “No Rio Grande do Sul, como nas outras áreas, os 'coronéis' eram geralmente proprietários rurais. Mas um requisito mais importante consistia em ser obediente às ordens de cima, no caso o governo do Estado. Daí o nome de 'coronéis burocratas', aplicado aos 'coronéis' gaúchos. O PRR controlava a eleição de prefeitos e forçava sua demissão quando eles não atendiam às exigências partidárias. A falta de autonomia municipal foi a causa de constantes desentendimentos políticos após a Revolução Federalista”. (FAUSTO, 2009, p. 265, HI)

26 Na expressão irônica de Rui Barbosa, “o hábito de lubrificar Marinonis (um tipo de impressora) com o azeite do Tesouro”. (BARBOSA, 2003, p. 51, IM)

imprensa de oposição e na radicalização dos discursos confundem-se as funções do político com as do jornalista. Não por acaso, o jornal *A Federação*, porta-voz oficial do governo, atinge na segunda década do século XX, no auge do regime, a marca de 10 mil exemplares (RÜDIGER, 1993, p. 32, IM). A prática do confronto via jornal, assim como acontece em épocas de revolução, não raro resulta em violência. As principais vítimas, em geral, são as folhas que tentam fazer oposição ao regime republicano.²⁷

Os dois meses que antecedem o pleito são ricos em matéria de críticas, ataques e deboches nos jornais, coincidindo com a divulgação dos detalhes das plataformas eleitorais. Enquanto Hermes da Fonseca procura garantir o apoio de suas bases junto aos governadores, Rui Barbosa ataca a situação pela imprensa. Entre as notas da situação e da oposição, o jornal *Correio do Povo* prefere a segunda, dando um espaço muito maior às palavras do candidato civilista, usando sempre a mesma tática de divulgar o que fora publicado nas folhas do Rio de Janeiro. Como vimos anteriormente, o *Correio do Povo* tem por norma reproduzir artigos, telegramas e notícias de outros jornais, principalmente do Rio de Janeiro, eximindo-se desta forma de acusações de engajamento político. Nas edições de janeiro de 1910, o jornal traz inúmeras informações sobre a plataforma dos candidatos, as quais foram inicialmente publicadas no *Correio da Manhã*, folha oposicionista à candidatura de Hermes da Fonseca e que tinha grande prestígio junto às camadas populares.²⁸

O clima de exaltação resulta em inúmeras denúncias de irregularidades, mas, apesar disso, as eleições transcorrem normalmente e Hermes da Fonseca vence com uma margem de dois para um – 404.000 contra 223.000 votos. Rui Barbosa não aceita a derrota eleitoral nesta que foi a primeira eleição presidencial da Primeira República cujos resultados foram seriamente contestados (as outras são as de 1922 e 1930). Como se sabe, o fato de o voto não ser secreto favorecia as pressões dos chefes políticos sobre os eleitores. Além disso, “havia a fraude eleitoral através da falsificação de atas, do voto dos mortos, dos estrangeiros, etc.” (FAUSTO, 2009, p. 262, HI)²⁹

27 “Os conflitos políticos verificados nesse período não se limitaram ao espaço de discussão fornecido pelas páginas dos jornais, prolongando-se em conflitos e lutas contra a própria liberdade de imprensa. Assim não surpreende que as forças em luta na cena política não descartem de suas táticas a violência contra o jornalismo”. (RÜDIGER, 1993, p. 34, IM)

28 Importante atentar para o fato de que, inicialmente, o *Correio da Manhã* apoiava a candidatura do Marechal, optando mais tarde pela de Rui Barbosa.

29 Pela Constituição, o voto não era obrigatório e apenas eleitores brasileiros e alfabetizados tinham direito de votar. Segundo Fausto (2009, p. 262, HI), “a porcentagem de votantes oscilou entre um mínimo de 1,4% da população total do país (eleição de Afonso Pena em 1906) e um máximo de 5,7% (eleição de Júlio Prestes em 1930)”.

Mais do que uma eleição presidencial, a campanha de 1909/1910 revela o início de um movimento de contestação da população em relação às oligarquias estaduais e ao sistema constitucional como um todo. À medida que crescem as expressões de descontentamento acentua-se, mesmo que de forma pouco perceptível, o declínio da dominação da classe senhorial e o questionamento do poder da máquina pública nos estados. Dantas (1949, p. 13, HI) percebe no movimento deflagrado por Rui Barbosa o início da “ascensão da classe média”, caracterizada por uma reforma que se inicia nos últimos decênios da Monarquia e encontra no advento do regime republicano o momento ideal de sua fixação – não necessariamente por uma eclosão revolucionária de novas formas de vida.

Se por um lado os movimentos contestatórios que eclodem nos grandes centros urbanos e no interior no decorrer das décadas de 1910 e 1920 prenunciam mudanças, por outro os grupos oligárquicos ainda exercem muita força sobre os rumos da sociedade civil, a exemplo do que acontece no Sul do Brasil.

3.2.1 A *Farpa* em oposição ao Partido Republicano

No episódio “Chantecler”, de **O retrato**, a representação de eventos políticos ocorre a partir do conteúdo da imprensa, seja nos recortes de notícias publicadas nos jornais ou na ficcionalização do universo jornalístico. Situado temporalmente em 1909/1910, o episódio traz a família Cambará em uma situação de oposição ao PRR, após o clã ter participado das campanhas abolicionista e de implantação da República e de ter lutado ao lado dos republicanos na Revolução Federalista. A única explicação fornecida no texto para essa guinada, fornecida pelo narrador, acentua que Licurgo se afastara do partido logo depois da morte de Júlio de Castilhos por “não concordar com a orientação do Dr. Borges de Medeiros no que dizia respeito à política dos municípios” (1956c, p. 119, OEV). Apesar de ser um tanto vaga a nota de um descontentamento com a “política dos municípios”, supomos que essa troca de bandeira política pode ajudar a se compreender as motivações políticas dos Cambará e o papel dos jornais nesta empreitada.

Licurgo conquista o posto de intendente de Santa Fé logo após a revolução, mas a narrativa salta de 1893 para 1909 e sobre as ações do personagem neste período de 16 anos nada sabemos. Podemos conjecturar que o chefe da família Cambará não aprova as atitudes do novo intendente, apoiado por Carlos Barbosa, ou tenha simplesmente uma resistência pessoal

em aceitar o novo líder estadual. Afinal, ele mantém um retrato de Júlio de Castilhos em seu escritório, o único quadro pendurado nas paredes do Sobrado, e em mais de uma ocasião chega a lamentar a morte do fundador do partido. Nesse momento, porém, Licurgo deixa de ser o protagonista de **O tempo e o vento**, papel assumido agora pelo filho Rodrigo Cambará.

Rodrigo retorna a Santa Fé formado em medicina e cheio de planos humanitários.³⁰ Influenciado pelos autores franceses com os quais teve contato em Porto Alegre, discursa sobre conceitos de igualdade e fraternidade e abre um consultório para atender gratuitamente os menos favorecidos. Também está entusiasmado com a ideia de poder contribuir para o progresso da cidade e imagina um lugar mais moderno e aberto a novos modelos culturais. Logo na chegada Rodrigo recebe a visita de Amintas Camacho, secretário do município e redator do semanário *A Voz da Serra*, financiado pelo intendente republicano Aristiliano Trindade. Camacho procura sondar sobre a inclinação política do jovem médico em relação aos candidatos à presidência da República.

A partir desse encontro os destinos de Rodrigo e Amintas Camacho se cruzam diversas vezes até 1930, sempre enroscados em desavenças políticas cujas armas de persuasão são os artigos de jornais. A relação de combate entre os dois personagens, na tentativa de fazer prevalecer determinado discurso ideológico, enfatiza a impossibilidade de se fazer política sem o emprego do jornal, e de se fazer jornal sem a interferência da política.

Durante a visita, o redator faz uma breve introdução, apontando as recentes benfeitorias realizadas pelo intendente de Santa Fé. Em seguida informa a Rodrigo que Hermes da Fonseca, o “futuro Presidente da República”, visitará Santa Fé durante a campanha eleitoral.

Rodrigo sabia a quem o outro se referia, mas fingiu não ter compreendido.

– Mas quem é o futuro Presidente da República?

– O Marechal Hermes, naturalmente.

– Ele já foi eleito?

O rábula sorriu.

– Claro que não, mas será. Todos sabem que o marechal vai ganhar a eleição. O Dr. Rui Barbosa é um grande brasileiro, uma formosa cultura, mas não tem eleitorado para vencer o candidato oficial. O meu prezado amigo naturalmente vai votar no nosso coestaduano Hermes da Fonseca, não?

Rodrigo ficou com o rosto em fogo. Sentia-se insultado, como se o outro estivesse tentando suborná-lo.

– Está visto que não!

30 O personagem enquadra-se no perfil característico de toda a oligarquia agrária brasileira: o bacharelismo. Ao invés de enviarem os filhos a escolas técnicas e agrícolas, os fazendeiros preferem fazer dos filhos doutores. A elite representativa do Brasil é, portanto, formada nas faculdades de Direito e de Medicina, reproduzindo na República o quadro existente no Império. (CARONE, 1975, p. 157, HI)

- Pois então me perdoe, eu não sabia... Julguei que o doutor fosse republicano, como seu pai.
- Meu pai também não vai votar no marechal. Nesta casa todos são civilistas.
- Está bem. Desculpe. Costumo respeitar a opinião alheia. Cada qual vota de acordo com a sua consciência, não é mesmo doutor?
- Nem todos – retrucou Rodrigo. – Há os que votam coagidos pela capangada da situação porque têm amor à pele, e os funcionários públicos, que votam com o governo para não perderem seus empregos. E há ainda os que votam sem saber e sem ter o direito de votar!
- Sem saber... sem ter o direito?
- Refiro-me aos mortos. Os defuntos sempre votam com o governo, moço! – Rodrigo sentiu que sua voz se tornava gutural, gorda, quase engasgada. – Em suma, no Rio Grande as eleições se fazem a bico de pena! (1956c, p. 134-5, OEV)

Neste diálogo Rodrigo Cambará demonstra conhecimento das práticas eleitorais da Primeira República e, a partir de então, procura convencer o pai da necessidade de se fundar um jornal para fazer a campanha de Rui Barbosa em Santa Fé. O próprio Licurgo conta que os federalistas pretendem abrir um jornal em Cruz Alta para fazer propaganda para o candidato civilista, mas não acredita que um jornal possa fazer os eleitores mudarem de opinião. “Não se iluda meu filho. Nenhum jornal tem essa força” (1956c, p. 302, OEV). Enquanto o projeto de *A Farpa* não avança, Rodrigo acompanha as notícias da campanha através da leitura do jornal *Correio do Povo*.

Com um maço de exemplares do *Correio do Povo*, que há pouco haviam chegado na estação, Rodrigo começa a leitura pelos números mais atrasados, concentrando-se nos assuntos da política. À mesa do jantar, após ter feito uma leitura prévia e assinalado as principais notícias, Rodrigo lê para os familiares alguns trechos da plataforma de Rui Barbosa estampada nos jornais.

- Escutem: *Sua profissão de fé foi um rebate de perigo à volta do terror militar que originou a Convenção de Agosto, a qual desprezou tudo, estabelecendo como seu objeto exclusivo um movimento de reação contra o militarismo renascente, sendo o programa da atualidade a consolidação da ordem civil.*
- Licurgo escutava, de testa franzida. Fandango aproximara-se mais de Rodrigo, a boca entreaberta, a mão posta em concha atrás da orelha.
- *Preconiza a necessidade da reforma da Constituição. Declara-se infenso ao intervencionismo do presidente da República nos Estados.*
 - Muito bem! – exclamou Licurgo.
 - *Propõe o melhoramento do ensino secundário, a remodelação do ensino jurídico, etc... e tal... esta parte não interessa muito... agora deixem ver onde está um trecho de escachar... ta-ta-ta – combate a publicidade de voto a descoberto, que representa a intimidação e o suborno... não é isso... ah! Aqui está.*
 - Aproximou mais a cadeira da mesa.
 - *Referindo-se ao exército e à armada, lembra os serviços que lhe prestou*

em 95 e 98...

– Eu me lembro muito bem – resmungou Licurgo.

– *Entretanto, a sua estima por elas não é um vil sentimento de ambiciosos e sicofantas da força. Acrescenta que essa estima é um sentimento veraz e livre de patriota e que está na mesma proporção do horror que lhe inspira o militarismo.*

[...]

– *Diz ver na candidatura militar banidas a organização, a disciplina, a legalidade.* – Neste ponto Rodrigo não estava mais a ler um comentário de jornal para membros de sua família, mas sim no alto duma tribuna, a falar às massas. *Diz-que sua plataforma é o grito duma consciência, a síntese duma carreira, o eco da vida e o perfil dum homem que apela para as forças populares e para os elementos nacionais da opinião, ao passo que o Dr. Nilo Peçanha traz a seu lado a reação oficial que apoia um sinistro cortejo de violências odiosas que compra consciências pela derrubada administrativa, pela insolência policial, que intimida a imprensa, que derrama sangue em Barbacena, que ameaça com mazorcas, com carrancas de estado de sítio, com bravatas de vitória da candidatura marechalícia, seja como for, aconteça o que acontecer, custe o que custar.*

[...]

– Dinda, este é o nosso homem, o nosso candidato. Se o Brasil não eleger Rui Barbosa a primeiro de março, então tudo estará perdido, o país cairá nas mãos dos militares e a república de Castilhos será transformada numa ditadura nefasta.

Licurgo sacudia a cabeça afirmativamente.

– Chô égua! – disse Fandango. – Quem proclamou a república não foi um milico? (1956c, p. 310-11, OEV)

No trecho acima, o autor procura apresentar os principais pontos da conhecida plataforma partidária de Rui Barbosa, como a reforma da Constituição, melhoria no sistema educacional e a adoção do voto secreto. Reproduz também os ataques mais fortes do candidato oposicionista contra a intervenção do presidente da República nos Estados e a intimidação da imprensa, os quais visam associar a candidatura militar ao “horror”.

Essas informações têm origem no jornal *Correio do Povo* de janeiro e fevereiro de 1910. Ao longo desses dois meses o jornal publica as plataformas dos dois candidatos à Presidência sob o título de “Candidaturas Presidenciais”. A primeira referência à plataforma de Rui Barbosa aparece no jornal no dia 20 de janeiro (BARBOSA, 1910c, p. 1, JRA). As propostas do candidato civilista são transcritas também nas edições dos dias 29 e 30 de janeiro e 1 e 2 de fevereiro.

Para provocar maior vivacidade dramática, e escritor expõe o conteúdo histórico de uma forma direta através da leitura de Rodrigo, adotando uma técnica narrativa que procura intensificar a dramaticidade da ação, conforme nos explicam Linn e Taylor³¹ (1935 apud

31 LINN, James Weber; TAYLOR, Houghton Wells. **A foreword to fiction**. Nova York: Appleton-Century-

BOOTH, 1980, p. 38, TIB). A seleção dos trechos mais importantes da plataforma, expostos na voz do protagonista, funciona como um recurso narrativo que se apropria de registros discursivos da realidade com o objetivo de reproduzir na ficção sentimentos e reações da mesma maneira que poderiam ter se manifestado na vida real.

Desta forma, as palavras proferidas por Rui Barbosa, mesmo chegando a Santa Fé com vários dias de atraso pelas páginas dos jornais, incentivam os Cambará a entrarem de vez na campanha. Os comentários de Licurgo a cada pausa na leitura aumentam a empolgação do locutor, que age como se fosse o próprio candidato. Ao mesmo tempo em que orienta as ações no campo ficcional, a reprodução desses extratos da imprensa escrita permite ao leitor acompanhar as ideias que circulam à época. Como observa Capelato (1988, p. 34, IM), “a análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social. Grupos se aproximam e se distanciam segundo as conveniências do momento; seus projetos se interpenetram, se mesclam e são matizados”.

A participação dos militares no contexto ficcional merece uma análise mais acurada. Embora incorpore o discurso civilista de rejeição aos militares, Licurgo mantém uma amizade estreita com o Coronel Jairo Bittencourt, frequentador do Sobrado e o principal responsável por evitar que o embate entre os Cambará e o intendente resulte em confrontos mais sérios, como veremos adiante. Em nome da amizade, o positivista Jairo Bittencourt convoca a banda marcial para receber Rodrigo na estação de trem por ocasião de sua chegada de Porto Alegre. “É um homem de bem – concordou Licurgo, acrescentando: – Pena ser militar” (1956c, p. 118, OEV). Outro militar, Tenente Rubim, também passa a frequentar os serões promovidos por Rodrigo no Sobrado. Ou seja, ao mesmo tempo em que a família condena a interferência militar na política e encara com desconfiança os homens de farda, recebe em casa os mais altos representantes do Exército destacados em Santa Fé.

E por que os militares se aproximariam dos Cambará, sabendo que estes faziam oposição ao intendente, por sua vez protegido de Carlos Barbosa e do próprio Exército? Certamente essa situação não ocorre por acaso ou por falta de conhecimento do escritor em relação à configuração histórica, mas, ao contrário, mostra justamente a preocupação de Erico Verissimo no trato das contradições do sistema político, centradas no comportamento da família Cambará. Essa relação evidencia que as posições partidárias e ideológicas nem sempre

são estáticas, variando conforme interesses nem sempre muito claros.³²

Mesmo aparentando estar distante das discussões, assumindo sua condição de peão semiletrado, Fandango pouco se manifesta, mas quando fala vai direto ao cerne da questão. Sua pergunta “Quem proclamou a república não foi um milico?”, aparentemente de pouca importância, fica sem resposta por parte dos outros interlocutores, mas ressalta a incredulidade e a incompreensão do homem comum frente aos rumos da política. Afinal, 25 anos antes, quando Fandango defendia o monarca e questionava a eficácia da campanha abolicionista,³³ todos pediam o fim da Monarquia e a implantação da República.³⁴ Agora se voltam contra os que promoveram a desejada mudança. No futuro, estarão novamente no lado oposto, variando suas posições conforme os interesses do momento.

Como resposta à provocação de Fandango, Rodrigo prossegue a leitura do jornal.

– Agora vejam esta beleza – continuou Rodrigo. – *Rio 16 – O “Correio da Manhã” publicou hoje um violento artigo editorial de ataque ao Marechal Hermes da Fonseca. Diz esse jornal que a candidatura do Marechal tem o aspecto criminoso e repulsivo de um conluio entre uma parte do exército e os politiquinhos mais torpes e ladrões do país, a começar pelo Senador Silvério Nery. Acrescenta o “Correio da Manhã” que na consciência entorpecida do Marechal Hermes não há sequer um movimento de revolta contra o ultraje que lhe atiram os monarquistas, os quais aderem à sua candidatura pela certeza em que estão de que ele trairá a República.*

– Apoiado! – exclamou Licurgo. – É o que eu vivo dizendo: os monarquistas vão aproveitar a ocasião pra puxar brasa pra sua sardinha. Ah! Se o Dr. Júlio de Castilhos estivesse vivo, a coisa mudava de figura.

– *Diz ainda a mesma folha que é tal a impopularidade do Marechal Hermes, que ele não é capaz de passar pela avenida Central e pela rua do Ouvidor, depois das 5 da tarde com medo de ser vaiado.* (1956c, p. 311-12, OEV)³⁵

A leitura de Rodrigo resume parte do discurso de combate dos civilistas, os quais procuram atacar a integridade pessoal de Hermes da Fonseca e associar a sua eventual eleição

32 No romance, a postura da família Cambará revela-se por completo somente por ocasião da eclosão da Revolução de 1930, quando Rodrigo conspira a favor dos revolucionários e assume um cargo importante no governo de Getúlio Vargas.

33 Embora tenhamos analisado a campanha abolicionista no subcapítulo anterior, é importante acrescentar o pensamento de Fandango nesse momento da trama: “E de que serviu a abolição? Os negros agarraram a carta de alforria, se deitaram a dormir e não quiseram fazer mais nada. Andam agora por aí, com uma mão adiante e outra atrás. Nos tempos da escravatura não havia crioulo que não tivesse seu patacão no bolso. Hoje, chô mico!, estão despilhados que nem rato de igreja. E apesar de tudo, negro continua sendo o que sempre foi: negro”. (1956c, p. 144, OEV)

34 Licurgo tem a sua interpretação para a situação política atual: “Mas não se esqueçam – replicou Licurgo – que a República ainda não fez vinte e um anos! E se até hoje não temos ordem e democracia no país é por culpa dos militares”. (1956c, p. 144, OEV)

35 O trecho lido por Rodrigo corresponde na íntegra aos primeiros quatro parágrafos de um texto publicado pelo *Correio do Povo* (Barbosa, 1910b, p. 1, JRA) no dia 18 de janeiro. Nele, Rui Barbosa rebate e questiona diversos pontos da plataforma política de Hermes da Fonseca. O texto do *Correio* sintetiza o que fora publicado no *Correio da Manhã* do dia 16 (Barbosa, 1910a, p. 1-3), ocupando as três primeiras páginas do jornal.

à possibilidade de retorno da Monarquia. A preocupação com a ameaça à manutenção do sistema de governo é mais um argumento adotado pelos Cambará para justificar a dissidência do PRR e o confronto com o mandatário local. Ao procurar as frases que mais lhes convêm nas entrelinhas dos artigos, Rodrigo busca legitimar, com a aprovação do pai, as medidas necessárias para confrontar o coronel nas eleições. Ele prega um discurso voltado ao interesse da coletividade, no qual a assistência aos mais carentes e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes seria o mais importante, mas ao mesmo tempo comporta-se como os líderes locais, usando das armas que dispõe para intimidar seus adversários.

Após ler a notícia da presença do Marechal Hermes da Fonseca em Porto Alegre, “sendo Hermes da Fonseca acolhido por uma salva de palmas, enquanto, das sacadas, senhoras e senhoritas atiravam sobre ele rosas e jasmims” (1956c, p. 329, OEV),³⁶ Rodrigo convoca o amigo e pintor Don Pepe García para comandar as oficinas do jornaleco *A Farpa*.³⁷ Don Pepe já havia trabalhado com uma tipografia em um periódico anarquista, publicado clandestinamente em Bilbao, na Espanha, conforme palavras do próprio personagem.³⁸ A

36 Na edição do dia 23 de fevereiro o *Correio do Povo* (Marechal, 1910, p. 2, JRA) publica a seguinte notícia: “Desde ontem, Porto Alegre hospeda o marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, candidato dos convencionais de maio à presidência da Republica. Às 6.35 da manhã saiu deste porto uma esquadra ao encontro do Itajubá, a cujo bordo vinha o marechal Hermes. Capitaneava a esquadra o vapor Montenegro. Na altura das Pedras Brancas, a flotilha encontrou o Itajubá, que, embandeirado, em arco, ali ancorara, esperando os manifestantes. Encostando o Montenegro ao Itajubá, transferiu-se para bordo. Nesta capital, pouco depois, o Montenegro aproximou-se, atracando no trapiche do Centro Comercial. Ali, o marechal Hermes foi recebido com vivas e palmas. [...] Ao passar em frente ao escritório da *Federação*, o préstito estacionou por instantes, sendo o Mal. Hermes saudado por uma salva de palmas e coberto de flores (rosas e jasmims), jogadas por senhoritas, das sacadas do edifício daquela folha.”

37 Rodrigo Cambará não justifica a escolha do nome de *A Farpa* para o seu jornal de combate. Presumimos que Erico Verissimo tenha pesquisado em livros ou catálogos sobre a imprensa gaúcha para escolher esse título. Ferreira (1962, p. 147-8, IM) catalogou *A Farpa* como uma publicação caricata, surgida em Porto Alegre no dia 8 de abril de 1897, sob a direção de Henrique Vieira e Teófilo Chateigner, e que durou “três anos e tanto”. Na definição de Ferreira: “*A Farpa*, a despeito do sugestivo título, não fugiria às regras da boa conveniência e, embora desejasse uma vez que outra, farpar fatos e tipos com maior vigor, tratava em geral de conservar-se cautelosamente na superfície de seus objetivos, passando por eles apenas de raspão. Esse comportamento, evidentemente, não seria de molde a favorecer-lhe a popularidade de que desfrutaram outras folhas do gênero. Nem por isso, entretanto, deixou de gozar de expressiva cotação, especialmente nas camadas mais cultas da cidade, a que proporcionava 'espírito fino e uma literatura escoimada dos vícios da licenciosidade'”. Também existiu um jornal de mesmo nome em São Paulo, fundado em 1910 com o objetivo de fazer crítica ao governo. Outra possibilidade é que o título tenha sido inspirado em *As Farpas*, publicações mensais de Ramalho Ortigão e Eça de Queirós na imprensa portuguesa no século XIX.

38 O tipógrafo de *A Farpa* scandaliza Santa Fé pintando **La Mulata Vestida** e **La Mulata Desnuda**, numa paródia de Francisco Goya, tendo como modelo Celanira, a bica em formato de mulher de onde vinha a água que a cidade bebia. Ele afirma ser um anarquista e que participou da “conspiração que em 1905 fez explodir uma bomba na Rambla de las Flores, em Barcelona” (1956c, p. 274, OEV). Realmente, nessa época havia vários grupos anarquistas responsáveis por atentados a bomba em Barcelona. Em 1905 houve pelo menos dois, em 31 de maio e 5 de setembro. Um destes grupos, “La huelga general revolucionária” editava o periódico *El Libertario* e uma série de folhetos anarquistas. Erico Verissimo deve ter lido sobre estes acontecimentos em jornais ou almanaques da época.

ideia é preparar o terreno para a visita do candidato a Santa Fé, após sua passagem por Porto Alegre. Aproveitando a ocasião, Rodrigo pensa também que esta será uma oportunidade para, além de desmascarar e humilhar os que detêm o poder político local, “arrasar com a *Compagnie Auxiliaire*” (1956c, p. 316, OEV), empresa de transportes responsável pelos danos causados em um de seus discos de Enrico Caruso durante o transporte de Porto Alegre a Santa Fé.

No primeiro artigo, intitulado “Perfil de um tirano”, Rodrigo Cambará deixa claro que o embate se dará através do ataque pessoal. Antes da publicação, o jovem médico submete o texto à aprovação do pai. Temendo que *A Voz da Serra* devolva os ataques e torne público o seu envolvimento com a amásia Ismália Caré, Licurgo posiciona-se contra a publicação do editorial. “Quem está com boa causa não precisa ofender ninguém. O seu jornal deve ser um jornal de princípios e não de ataques pessoais. Não provoque os outros sem necessidade. Critique as pessoas quando elas procederem mal. Mas deixe a vida particular do indivíduo de lado” (1956c, p. 333, OEV).

Apesar das recomendações do pai, Rodrigo não encontra sentido numa folha cordial. “Como era possível fazer um jornal vibrante sem ataques pessoais?” (1956c, p. 333, OEV). Ele chega a iniciar um texto mais comedido,³⁹ mas acaba sendo influenciado pelos pedidos de mais “pasi3n” do amigo Don Pepe. “Hay que agitar! Sin pasi3n no se puede hacer nada” (1956c, p. 335, OEV). Para preencher as páginas, Rodrigo inclui um editorial de apresentação e transcrições de trechos do livro **Canções sem metro**, de Raul Pompéia; um poema de Guerra Junqueiro sobre História; uma pequena fábula de Coelho Neto; versículos de **Assim falava Zaratustra**; um artigo doutrinário intitulado **O verdadeiro conceito de democracia** e uma página humorística em que, sob o pseudônimo de “Fra Diavolo”, ridiculariza o jornalista Amintas Camacho e o intendente de Santa Fé.⁴⁰

39 “*A Farpa*”, não foi fundada para ofender quem quer que seja. Nossos objetivos são os mais elevados. De resto, como poderíamos nós censurar os que nos atacam em nossa fé política, se nós mesmos não respeitamos as convicções alheias? Este semanário pretende manter-se no nível superior do bom jornalismo e jamais descenderá ao terreno mesquinho e lamacento das retaliações pessoais. Será, antes de mais nada, uma tribuna limpa e justa, sempre aberta aos que tiverem fome e sede de justiça (1956c, p. 334, OEV).

40 A folha de Rodrigo não foge ao modelo definido por Luís Edmundo (**O Rio de Janeiro do meu tempo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, v. III apud SODRÉ, 1983, p. 282, IM): “O jornal, na alvorada do século, ainda é a anêmica, clorótica e inexpressiva gazeta da velha monarquia, uma coisa precária; chã, vaga, morna e trivial. Poucas páginas de texto, quatro ou oito. Apenas começa, geralmente, pelo artigo de fundo, um artigo de sobrecasaca, cartola e ‘pince-nez’, ar imponente e austero, mas rigorosamente vazio de opinião; espécie de ‘puzzle’ de flores de retórica, que foliculários escrevem com o dicionário de sinônimos a um lado e um jogo de raspadeiras afiadas noutro, literatura cor-de-rosa e que os homens mais ou menos letrados do país sorvem, logo de manhã cedo [...]”.

O editorial traz o seguinte conteúdo:

Surge “A Farpa” à luz da publicidade num dos momentos mais dramáticos da história da nacionalidade brasileira. Diremos sem eufemismos ou meias palavras que este hebdomadário se propõe, antes de mais nada, ser a livre tribuna dos oprimidos contra os opressores, da justiça contra o arbítrio, do direito contra a força, da fraternidade contra o banditismo. Isto vale dizer que “A Farpa” é um jornal de oposição, uma bandarilha colorida e aguçada a espicaçar constantemente os flancos do touro cruel e brutal do situacionismo! [...]

Santa Fé, onde há tantos anos a liberdade tem sido amordaçada, o direito espezinhado e a justiça bruscamente substituída pelo mandonismo, terá neste semanário político e literário uma voz corajosa, clara e candente, a clamar pelos direitos dos espoliados e pelas reivindicações dos desprotegidos da sorte. Fiel aos princípios do mais puro republicanismo, “A Farpa” pugnará na presente campanha presidencial pela candidatura civilista, recomendando o grande, o imenso, o imortal Rui Barbosa, o gênio da raça, ao eleitorado livre de Santa Fé, do Rio Grande e do Brasil! [...]

E hoje aí está ele, o malacara cínico, empoleirado na cadeira de intendente, como um reizinho num trono, César de paródia, Napoleão de opereta. Pensará o sátrapa que se sumiram da face da terra os homens de coragem, inteligência e dignidade? (1956c, p. 330-32, OEV)

Com esse conteúdo recheado de violência verbal, o jornal de Rodrigo Cambará acentua a permanência de práticas antigas de intimidação na forma escrita, justamente num período marcado pela substituição de coronéis belicosos por caudilhos letrados. Partindo da tese de Bordini (2004a, p. 108, SEV), segundo a qual, em **O retrato**, Erico Verissimo procura representar o momento de transição entre uma sociedade rural, cujo direito aos campos é adquirido pela lei da força, e um regime burguês centrado nas atividades urbanas, no qual “o burguês típico não é um guerreiro, mas um homem doméstico”, percebemos que Rodrigo Cambará oscila entre esses dois mundos como um herdeiro do regime oligárquico. Suas atitudes evidenciam que a selvageria dos antigos ainda não foi superada, a despeito de alguns traços refinados.

Como Don Pepe não dá conta sozinho da tarefa de montar o jornal, Rodrigo encontra um segundo tipógrafo, um “mulato” que já havia sido ameaçado pelo coronel caso aceitasse trabalhar para *A Farpa*. O homem faz de tudo para escapar, mas Rodrigo saca um revólver e dispara a seguinte frase: “– Estamos num país livre, onde cada qual faz o que bem entende. E você vai trabalhar por bem ou por mal” (1956c, p. 337, OEV). Essa situação, em que a atitude violenta do personagem é fruto de uma interpretação bem particular do direito à liberdade individual, escancara a máxima de que os fins justificam os meios quando se trata de briga pelo poder. Após a distribuição do jornal, Rodrigo imagina novas justificativas para a desobediência ao pai e a provocação ao situacionismo: “... prezados leitores d’*A Farpa*, é

necessário que os bons sejam também fortes e tenham a coragem de ser violentos e até cruéis quando essa violência e essa crueldade forem necessárias para o bem-estar da comunidade!” (1956c, p. 343, OEV). Ao tipógrafo, o sujeito mais abaixo da escala social, não existe a possibilidade de escolha, pois ele vai sofrer as consequências da fúria de um ou de outro. Para o “mulato”, o exercício da liberdade ainda é uma realidade distante.

Esses episódios que envolvem o processo de feitura do jornal de Rodrigo Cambará, incluindo a distribuição, realizada por homens armados na calada da noite, evidenciam a inexistência de uma opinião pública amadurecida como se observa em regiões urbanas da mesma época. Rodrigo busca no jornal um meio para a difusão de novas ideias, mas a sua folha não contribui em nada para a formação de um espaço público de discussão. A pena jornalística do médico e redator ocasional funciona apenas como mais um instrumento de intimidação e provocação, pelo qual se procura colocar em dúvida o caráter dos representantes do governo de situação.

Debate sobre as plataformas eleitorais ou questionamento de projetos ou programas não são contemplados no conteúdo da folha. Pelo jornal, Rodrigo Cambará revela-se interessado em defender interesses próprios e marcar sua posição como um jovem ambicioso preocupado em impressionar os moradores, em especial Flora, a futura esposa. “Era bom viver, e a melhor maneira de provar a si mesmo e aos outros que estava vivo era amando e lutando. Imaginou o que Flora ia sentir quando lesse *A Farpa*” (1956c, p. 343, OEV).

Erico Verissimo afirma que Rodrigo Cambará tem muitas características de seu pai, Sebastião Verissimo, embora as semelhanças desapareçam conforme a narrativa avança. Chiappini (2001b, p. 108, SEV) observa que o protagonista criado por Erico Verissimo parece inspirar-se no médico Fernando Abbott,⁴¹ que, em 1908, funda o jornal *O Democrata* durante a campanha de enfrentamento ao candidato da situação Carlos Barbosa Gonçalves na eleição estadual. As semelhanças são evidentes, considerando que na sociedade gaúcha os políticos usaram e abusaram da pena jornalística para levar sua mensagem aos correligionários e aos oposicionistas. O protagonista, além do papel de médico, burguês e herdeiro caudilho, representa um “jornalista” capaz de expressar os sentimentos coletivos de alguns membros de uma pequena cidade, microcosmos do Rio Grande do Sul.

41 Destacado republicano, Fernando Abbott (1857-1924) assumiu por duas vezes interinamente o cargo de presidente do Rio Grande do Sul, em 1891 e 1892. Em atrito com Borges de Medeiros, deixa o PRR e em 1908 funda o Partido Republicano Democrático, pelo qual concorre como candidato de oposição na eleição que elegeu Carlos Barbosa Gonçalves.

Esse tipo de intelectual representado pela figura de Rodrigo Cambará – bem como na de Amintas Camacho – vai ao encontro da definição de Pesavento (1980, p. 62, HI), quando diz que “os intelectuais vinculados a um bloco histórico dado constituem um grupo social que teoriza, torna coerente e difunde as ideias e os valores da classe dominante junto à massa da população”. Ainda seguindo a trilha das semelhanças, Santa Fé tem muito mais de Palmeira (atual Palmeira das Missões) do que Cruz Alta, cidade natal do escritor. Ao contrário da vizinha Cruz Alta, onde a força do general Firmino Paula abafava qualquer resistência oposicionista, em Palmeira a instalação e legitimação política do PRR não ocorreu de forma tranquila, constituindo um dos poucos municípios onde a política coronelista apresentava uma polarização constante (FÉLIX, 1987, p. 102-3, HI).

Como articulador da “rebelião” contra o governo republicano, Rodrigo Cambará procura demarcar sua posição de líder de um grupo, assim como seu pai fora ao fundar o jornal *O Democrata* durante a campanha da abolição dos escravos e da implantação da República. Licurgo chegou ao posto de intendente pelo PRR e Rodrigo mantém a tradição da família, recebendo mais tarde uma recompensa do partido com a cadeira de deputado. Afora os caprichos pessoais e a falta de uma ideologia consistente,⁴² baseada em discursos que não estão de acordo com as ações, o jovem procura no embate político pelo jornal um prestígio que não encontraria na lida campeira.

Sua tentativa inicial de exercer influência sobre a comunidade sofre um abalo com a resposta do coronel Trindade, publicada nas páginas de *A Voz da Serra*. O conteúdo do texto, intitulado “Sepulcro Caiado”, segue o mesmo estilo ferino do artigo publicado em *A Farpa*.

A guerra está declarada.

De onde partem as pedradas traiçoeiras que pretendem atingir o honrado governo deste município? De alguma casa que não tem telhado de vidro? Não. Elas partem duma casa vulnerabilíssima, do Sobrado dos Cambarás, sepulcro caiado, mansão do vício, da iniquidade, da desídia e da podridão; duma casa que, para usarmos a imagem do grande Guerra Junqueiro, é sinistra e suja como o lençol das velhas prostitutas; duma casa cujo chefe, em vez de dar-se o respeito que se exige de todo o cidadão digno desse título, afronta nossa sociedade vivendo amancebado com uma mulher por ele teúda e manteúda, a quem instalou numa casa à Rua dos Farrapos, como é de todos sabido e notório. É lá que ele passa muitas de suas noites em orgias inconfessáveis. [...]

E agora que já demos ao pai o que ele merecia, vamos ao filho. Não

42 Adotamos o conceito de ideologia de Ricoeur (1977, p. 62, TIB), quando este diz que: “A ideologia é função da distância que separa a memória social de acontecimento que, no entanto, trata-se de repetir. Seu papel não é somente o de difundir a convicção para além do círculo dos pais fundadores, para convertê-la num credo de todo o grupo, mas também o de perpetuar a sua energia inicial para além do período de efervescência”.

gastaremos muita cera com tão ruim defunto. Que importância pode ter o Dr. Rodrigo Cambará (ai, doutor da mula ruça!) esse mocinho pelintra e seus dotes físicos? Ai, Rodriguinho! Onde foi que compraste tuas botinhas de cano de camurça? E as tuas águas-de-cheiro? Quem confeccionou essas roupinhas que te fazem o “dandy” mais completo de Santa Fé? Teria sido o Salomão Padilha, teu amiguinho particular? Dizem que trouxeste de Porto Alegre muitos caixões com bugigangas, e que entre estas veio um gramofone, com chapas de Caruso. Será que o grande tenor canta a famosa canção intitulada “Ismália Caré”? O estribilho é assim: Ai Licurgo Cambará / Ai Licurgo Cambaré / Onde está, onde estará / A tua Ismália Caré? Ouvimos também dizer que o “dandy” trouxe muitos vinhos e conservas estrangeiras. Decerto tudo isso é para as orgias do Sobrado, em que tomam parte ele, o pai, o irmão e outros cafajestes que infestam a nossa cidade. (1956c, p. 245, OEV)

Surpreso com o teor dos insultos, Rodrigo fica magoado principalmente por ter sido tratado como um menino e pelos ataques à honra do pai. Considerava-se inatacável e achava que poderia se manter sereno frente à réplica dos republicanos. No entanto, percebera que “a coisa chegara a um ponto em que tinha de passar do terreno da palavra escrita para o da reação física” (1956c, p. 372, OEV). Com autorização e incentivo de Licurgo, Rodrigo começa a trabalhar na resposta ao intendente. Sua preocupação inicial é não ser visto como um covarde. Ao som de Caruso, escolhe com cuidado as palavras do artigo intitulado “Carta aberta a um crápula”.

Antes de o jornal sair para a rua, porém, ele tem uma oportunidade de demonstrar sua valentia. Sua vontade de partir logo para o confronto corporal coincide com a chegada a Santa Fé do bandido Dente Seco, contratado pelo coronel Trindade justamente para provocar Rodrigo. No primeiro encontro entre os dois, Rodrigo responde a provocação aplicando uma surra no bandido, que fica inconsciente e é socorrido por terceiros.

Em meio a esse crescente ambiente de tensão, prestes a estourar em mais uma luta armada, Rodrigo Cambará recebe os conselhos do amigo Jairo Bittencourt. O militar tenta impedir que o médico continue publicando os artigos e argumenta que este tem o sentimento da justiça social, mas que lhe falta uma “base ideológica sólida” (1956c, p. 377, OEV). Bittencourt defende que a melhor orientação doutrinária está no positivismo e entrega a Rodrigo um volume do livro **Systeme de politique positive**, de Augusto Comte. “Se o senhor quer realmente servir sua terra e sua gente, não é essa a orientação que deve dar à campanha. As ofensas pessoais não conduzem a parte nenhuma a não ser à violência e à destruição. O que precisamos é construir e não destruir” (1956c, p. 380-1, OEV). Indiferente aos ideais positivistas, Rodrigo apanha o exemplar meio a contragosto e, para agradar ao outro, mente

que vai começar a leitura no mesmo dia. De qualquer forma, os apelos de Bittencourt não são suficientes para demover Rodrigo do desejo de continuar as provocações.

No dia seguinte, na saída da missa, os amigos de Rodrigo distribuem a segunda edição de *A Farpa*. Muitos, prevendo confusão, recusam-se a apanhar o exemplar e tratam de fugir do local. Os que aceitaram o jornal leram o seguinte:

Pústula: Quando Deus, num momento infeliz de mau humor, resolveu criar-te, viu logo que não eras digno dum ventre de mulher, e por isso te fez nascer numa cloaca, como produto do viscoso conúbio entre uma ameoba disenterica e um verme recém-cevado no cadáver dum chacal. [...] És um aborto langanhento, e o simples fato de existires constitui um formidável insulto ao gênero humano. Pretendeste atingir com tua baba ofídica minha casa, minha família, minha pessoa, mas o que fizeste, molusco, foi apenas cuspir para o céu: a podridão que jorrou de tua pena mercenária, caiu-te inteira e fedorenta nessa cara ridícula de funâmbulo. [...] Perguntas onde comprei as minhas botinas de camurça. Eu te direi, antes de mais nada, que as comprei com dinheiro limpo, honestamente ganho, e não com dinheiro sujo, roubado aos cofres públicos, como é o que te paga o Titi Trindade, teu patrão. E sabes para que as comprei? Foi para te aplicar um pontapé no traseiro na primeira oportunidade em que te encontrar, seja onde for, estejas com quem estiveres. Porque se a um macho se bate na cara, a um invertido se bate no rabo! (1956c, p. 372-3, OEV)

Com mais esse ataque, a família Cambará consegue atrair a raiva do coronel Trindade, que promete invadir o Sobrado na noite daquele mesmo dia para empastelar a redação do jornal de oposição. Dispostos a enfrentar a ofensiva dos republicanos, os Cambará preparam-se para o pior, com homens e armamentos. A situação revela, no entanto, que as feridas do passado ainda não estão curadas. Apesar de desafiar os republicanos, Licurgo Cambará não está amarrado aos federalistas, antigos inimigos. Ao receber a oferta de apoio do coronel Alvarino Amaral, que em 1893 participara do cerco ao Sobrado, Licurgo não aceita recebê-lo sob o mesmo teto. “— Somos inimigos e eu não posso me esquecer que ele já atirou contra esta casa. Não me falem mais nisso!” (1956c, p. 403, OEV).

Rodrigo ainda era uma criança à época da Revolução Federalista e não carrega o mesmo ódio em relação aos maragatos. Mais do que isso, vê uma oportunidade de conciliar interesses e reunir forças políticas em torno de sua causa. Afinal, os companheiros do passado agora ameaçam invadir o Sobrado, uma mostra de que na política a posição das bandeiras muda conforme os interesses do momento. Por intermédio de Rodrigo, alguns federalistas acabam reunindo-se ao grupo de voluntários no Sobrado, para o desgosto do pai.⁴³ Ao final, a

43 “- E o senhor pensa que eu estou satisfeito por ver toda essa gente de lenço vermelho dentro da minha casa? Em 95 eles estavam do lado de fora, atirando contra nós, contra mim, contra sua mãe, contra sua tia, contra

mobilização acaba sendo desnecessária, pois o coronel Jairo Bittencourt intercede em defesa da família Cambará usando os militares como escudo em frente ao Sobrado. O esperado combate não acontece e, em Santa Fé, os militares confirmam estar ao lado dos civilistas.

Para Rodrigo, a primeira batalha foi vencida pelos Cambará, uma vez que o situacionismo foi atacado e o Exército ficou ao lado da oposição, “ao lado do direito, da razão, da justiça” (1956c, p. 411, OEV). O médico está satisfeito com o resultado da ofensiva de *A Farpa* porque mostrou coragem e, principalmente, por ter provado que é possível ir contra a situação sem perigo de perder a vida. Decide, então, que nas próximas edições o jornal não será ofensivo, mas, sim, “puramente doutrinário”, a começar com uma saudação cordial ao candidato militarista durante sua visita a Santa Fé.

Bem-vindo, pois, seja o candidato oficial à cidade de Santa Fé, que saberá recebê-lo de braços abertos e com um sorriso amigo nos lábios, embora seu coração palpite de admiração e simpatia pelo candidato civilista, para o qual está reservado seus votos, no próximo e grandioso pleito de primeiro de março! (1956c, p. 413, OEV)

Além de não trazer nenhum conteúdo doutrinário, como queria Rodrigo, o recuo de *A Farpa* não chega a constituir uma resolução segura de seu redator. Sem outra forma de combate, Rodrigo logo se arrepende de ter sido tão receptivo em seus boletins. Pensa que deveria ter mandado imprimir uma nova edição com frases anti-hermistas para distribuir às barbas do candidato oficial. Assim que o Marechal Hermes chega a Santa Fé e iniciam-se as solenidades, Rodrigo Cambará passa a ser tomado por certa inquietude. Queria aproveitar a ocasião para fazer alguma coisa, chamar a atenção do povo, mas não sabia exatamente como proceder. “Não se conformava com a ideia de não participar – fosse como fosse – daquele momento cívico” (1956c, p. 416, OEV). Chega a se imaginar correndo e entrando na Intendência e, de uma das janelas, fazendo um discurso-relâmpago contra o Marechal. “Sentia-se roubado, diminuído, por não estar participando positiva ou negativamente do comício” (1956c, p. 420, OEV).

No fundo, os pensamentos de Rodrigo revelam suas verdadeiras ambições. O jovem gostaria de estar no comício, ser aplaudido e reconhecido como um homem influente, independentemente de o candidato ser militar ou civilista. Seus planos de grandeza, amadurecidos na época de residência e estudos em Porto Alegre, começam a ser colocados em prática por ocasião da eleição de 1910. A campanha eleitoral para o candidato civilista fora apenas uma coincidência, visto que seu pai resolvera não mais apoiar Borges de Medeiros.

seu irmão, contra o senhor, contra os meus amigos. Pensa que m'esqueci?” (1956c, p. 406, OEV)

Como o jovem não poderia ficar contra o pai, encontra na oportunidade de fazer oposição aos republicanos uma boa ocasião para impressionar os moradores, a família e a futura esposa. Melhor ainda que seja por meio de um jornal.

Não se percebe nas motivações de Rodrigo Cambará qualquer diferenciação na estrutura social, seja de ordem social ou econômica, que explique a existência das contradições políticas em Santa Fé e justifique a sua sede de confrontar o comando local. Como o próprio narrador descreve, em Santa Fé “havia homens ligados a qualquer dos dois grandes partidos estaduais por laços ideológicos; a maioria, porém, se deixava levar irracionalmente pelo fascínio mágico dum nome ou pela cor de um lenço: e por esses mitos era capaz de matar ou morrer” (1956c, p. 203, OEV).

Rodrigo é o resultado da união desses dois tipos, pois embora não tenha um mito para defender, deixa-se levar pelo fascínio de um nome (Rui Barbosa) – como fora Júlio de Castilhos para Licurgo. Quanto aos laços ideológicos, o personagem procura mostrar que os têm, mas não são estes que guiam suas ações. A família posiciona-se contra o candidato apoiado por Borges de Medeiros, mas continua sendo castilhista,⁴⁴ ao mesmo tempo em que Rodrigo contesta as teses positivistas de Jairo Bittencourt – as mesmas que guiaram Júlio de Castilhos.

No plano do romance, os líderes da elite local são oriundos de uma mesma raiz, qual seja, fazendeiros abastados que dividem sua influência com os comerciantes mais fortes da cidade. Outros grupos, formados por imigrantes, funcionários públicos, empregados do comércio ou estancieiros e comerciantes que possuem tradições de família, mas nenhuma fortuna, não chegam a constituir uma voz participativa no processo político de Santa Fé. Desta forma, o que sobra para justificar as ações de Rodrigo Cambará é a vontade de exibir vaidade e valentia, atitudes que justificam o título do episódio de “Chantecler”, combinado ao desejo de poder.⁴⁵

A poucos dias da eleição, a saga do personagem em busca de votos para o candidato civilista passa do papel aos comícios. Embora Licurgo considere a propaganda por Rui Barbosa um desperdício de tempo, energia e dinheiro, já que “estava convencido de que a

44 “No princípio da segunda quinzena daquele fevereiro, chegou a Santa Fé um grupo de cinco membros influentes do Partido Democrático de Cruz Alta, que foram procurar Licurgo e Rodrigo, com os quais confabularam longamente, tratando de conseguir que ambos se filiassem ao novo partido que Assis Brasil lançara de maneira tão espetacular na famosa convenção de Santa Maria, em 1908. Licurgo repeliu a sugestão, alegando que era castilhista e que castilhista pretendia continuar até o fim”. (1956c, p. 421, OEV)

45 Sobre a fábula dramática de Rostand trataremos no capítulo “Imprensa e literatura”.

eleição, como de costume, seria uma fraude e o candidato oficial sairia vitorioso por grande maioria de votos” (1956c, p. 422, OEV), Rodrigo acompanha os democratas em excursões pelo interior. Nas colônias italianas e alemãs a receptividade aos correligionários civilistas é fria: com medo de perseguições e aumento de impostos, ninguém vota contra o governo. Decepcionado, o jovem aguarda o dia das eleições acompanhando pelos jornais as notícias de distúrbios ocorridos nas ruas de Porto Alegre, “onde civilistas e hermistas trocavam sopapos e bengaladas” (1956c, p. 427, OEV).

No dia da eleição, com um revólver na cintura, Rodrigo trabalha como fiscal das mesas eleitorais. Testemunha a votação de um eleitor que se faz passar por um homem já morto, mas os seus protestos para os membros da mesa não são considerados. Em um dos distritos do interior, onde Rui Barbosa obteria a maioria dos votos devido à imposição do coronel local, a morte de um integrante da família Macedo deflagra o início de um tumulto. A troca de tiros ocorre quando capangas do intendente tentam roubar a urna. Dois deles também morrem no confronto. O jornal *A Voz da Serra* interpreta o conflito como “uma cilada armada pelos mazorqueiros Macedos, que, vendo seu candidato derrotado, procuraram perturbar a ordem, não trepidando em ir até o assassinato” (1956c, p. 436, OEV). O artigo do jornal enfurece os Macedo, que organizam um ataque ao jornal situacionista. Mais uma vez são as palavras escritas que acendem a faísca da discórdia na trama. Desta vez Rodrigo controla o seu impulso violento e intercede para evitar uma desgraça maior, pedindo auxílio ao coronel Jairo Bittencourt.

Após estes incidentes, Rodrigo Cambará prepara um número especial de *A Farpa*, o qual vem a ser a última edição da folha partidária.

Sentou-se à mesa e redigiu um manifesto ao povo de sua terra, dando a verdadeira versão da “tragédia do terceiro distrito” e concitando os conterrâneos a reagir por todos os meios – primeiro pelos legais e depois, se falhassem estes, pelos ilegais – contra aquela situação vergonhosa que os aviltava, pondo em constante perigo a vida dos homens livres do município. Num outro artigo atacou o governo, que fraudara as eleições; acusou o Intendente e o Delegado de polícia, e lançou sobre o Amintas – “capacho imundo, escriba crapuloso” – uma nova rajada de insultos. (1956c, p. 437, OEV)

As últimas notícias da eleição vêm dos resultados parciais publicados no *Correio do Povo*, cujos telegramas são desanimadores para os civilistas. Pelos informes do jornal sabe-se que o marechal estava vitorioso na maioria das urnas e que Rui Barbosa lançara um manifesto, “afirmando que as eleições haviam sido feitas sob pressão do governo, à sombra da

fraude: os hermistas subtraíam as atas ou as falsificavam” (1956c, p. 448, OEV).

O ímpeto de Rodrigo Cambará pela causa civilista, porém, arrefece logo após o fim das eleições. Ele acredita que apenas uma revolução pode resolver os problemas do país, mas está disposto a abandonar a política para cuidar da profissão de médico. Quando os amigos pedem notícias do jornal, Rodrigo responde: “não morreu. Está apenas hibernando. No momento crítico reaparecerá” (1956d, p. 25, OEV).

Ao perceber a certeza da derrota de Rui Barbosa nas urnas, confirmada pelo teor de um artigo publicado pelo candidato nos jornais do Rio de Janeiro, no qual falava nos “estados escravizados”,⁴⁶ Rodrigo chega à conclusão de que “meter-se em política, seria não só perder tempo como também fazer papel de tolo” (1956d, p. 26, OEV) e que “não trocaria seu prestígio de médico pela posição do Trindade ou de qualquer deputado estadual ou federal”, afinal chegara a Santa Fé e lançara o desafio, “dando à canalha governista e ao povo de sua terra uma prova de hombridade” (1956d, p. 26, OEV). Essa convicção dura pouco, pois uma visita inesperada muda o rumo dos acontecimentos para o personagem.

Em fins de julho, o senador Pinheiro Machado chega a Santa Fé para uma visita. Após uma homenagem na câmara municipal, o homem forte do PRR dirige-se ao Sobrado com o objetivo de acalmar os ânimos na localidade e recuperar o apoio da família Cambará. Rodrigo admite ser “fascinado” e “intrigado” por Pinheiro Machado, o qual, segundo ele, “parecia um singular ponto de encontro do campo com a cidade” (1956d, p. 93, OEV), cuja expressão sugeria tanto “crueldade” como “ascetismo” e poderia ser de um “bandoleiro” como de um “profeta”. O diálogo entre os dois, acompanhado por Licurgo, é curto e cheio de sentido para o futuro político de jovem médico.

– O senhor, Dr. Rodrigo, um moço inteligente e de futuro, que é que está fazendo fora do partido?

– Senador, devo dizer-lhe com toda a sinceridade que nas últimas eleições não só permaneci fora do partido como também...

Pinheiro Machado cortou-lhe a frase com um gesto.

– Eu sei, eu sei... Estou a par de todas as suas atividades. Vi o seu jornal, li os seus artigos.

Rodrigo sentiu-se diante de Malvina Travassos, professora pública, na hora negra da palmatória.

– O senhor pertence a uma antiga família republicana. Nesta hora, qualquer divisão do partido só poderá ajudar nossos inimigos. Aliás, todo o seu esforço ficou perdido... [...]

Em vão Rodrigo se esforçava por combater o sentimento de culpa que o desconsertava e inibia. Tomara as palavras do visitante como uma repreensão

46 Referência às circunscrições políticas chamadas de “estados escravizados do Norte”, denominação que virou moda durante a campanha eleitoral de 1910.

paternal. [...]

– Afinal de contas – animou-se Rodrigo a perguntar – que é que o senhor propõe?

– Que cessem duma vez por todos esses ataques mútuos, que não dispersem forças, que não percam tempo com essas tricas municipais. Já bastam os inimigos que o Rio Grande tem fora daqui!

– Mas voltar atrás seria uma desmoralização...

– Quanto tempo faz que seu jornal não aparece?

– Uns meses...

– Pois então? Ninguém obriga o senhor a continuar. Fique quieto por uns tempos. O Trindade me garantiu que *A Voz* já cessou por completo os ataques. É ou não é verdade? (1956d, p. 96-7, OEV)

Após comparar a atividade do político à do médico, nas quais é “muito difícil fazer sempre o bem ao povo sem nunca causar-lhe algum mal” (1956d, p. 97-8, OEV), o senador prossegue no seu intento de sedução. Convida o jovem para acompanhá-lo à casa de Joca Prates, um dos chefes republicanos locais. Com uma exaltada sensação de orgulho, Rodrigo sai a caminhar ao lado do senador pela Rua do Comércio, cena vista por todos com espanto e admiração. O diálogo é significativo para a representação dos meandros da política.

– Vou conversar com o Dr. Borges de Medeiros a teu respeito – prometeu o Senador. – Vejo em ti um bom corte de deputado. É só questão de tempo. Estás ainda muito moço. Mas... digamos, daqui a uns quatro ou cinco anos, quem sabe? Deixa que esses petiços de fôlego curto fiquem correndo carreira nestas canchas municipais. Tu és parreheiro que merece tomar parte em páreos mais importantes.

Está tentando me subornar – refletiu Rodrigo – está me acenando com uma deputação...

Não sabia se devia indignar-se ou envaidecer-se ante aquelas palavras. Amanhã poderia fazer o que bem lhe aprouvesse: ressuscitar *A Farpa*, romper fogo de novo contra a situação, atacar o próprio Pinheiro Machado... (esta ideia lhe dava uma reconfortante sensação de força, por mais improvável que parecesse). Agora, porém, ele, Rodrigo Cambará, simplesmente se entregava ao esquisito prazer de ser cortejado por uma figura do porte do “Condestável da República”. (1956d, p. 99, OEV)

O trecho reforça a força dos caciques da política sobre os coronéis locais. Com a promessa de recompensas, aqueles conseguem convencer estes a agirem conforme os interesses do governo. Nos meses seguintes Rodrigo segue os conselhos de Pinheiro Machado e deixa a política combativa de lado, passando a dedicar-se com afinco ao seu consultório, confundindo a função de médico com a de “pai dos pobres”.⁴⁷ Atende gratuitamente os doentes da Sibéria e do Purgatório, os bairros mais miseráveis da periferia da cidade, e distribui remédios sem cobrar nada. Aos poucos assume em Santa Fé a função de conselheiro,

47 A crítica já apontou semelhanças entre a história de Rodrigo e a de Getúlio Vargas, que era conhecido como “pai dos pobres”. Veremos um pouco mais sobre essa relação no subcapítulo “Diálogos em torno do Estado Novo e das eleições de 1945”.

fornecendo soluções para os problemas pessoais dos pacientes, exatamente da mesma maneira que os coronéis costumam agir nestas comunidades.

As ações sociais voluntárias do personagem levam Amintas Camacho a publicar editoriais que insinuam elogios ao médico no *A Voz da Serra*, ensaiando um início de reaproximação da ala republicana com a família Cambará. A folha trata discretamente sobre “a distribuição de gêneros alimentícios, roupas e cobertores à pobreza, por iniciativa dum jovem e prestigioso conterrâneo, cujo nome deixamos de mencionar para não lhe ferir a reconhecida modéstia” (1956d, p. 107-8, OEV, grifos do autor). Na mesma edição, o jornal traz um editorial que fala “*dessas rusgas de famílias que ocorrem periodicamente dentro dos partidos, mas que nada significam, por serem meras tempestades dentro dum copo d'água*”. Mesmo sem demonstrar rancor, procurando esquecer as ofensas do passado, o jovem mantém-se inflexível a uma reaproximação com os republicanos.

O aparente desinteresse de Rodrigo pela política, embora ele não admita, tem relação direta com o pedido pessoal de Pinheiro Machado. O médico procura dedicar-se à profissão sem muita convicção e, aos poucos, torna-se cada vez menos tolerante com os problemas alheios, atribuindo diversas funções a Gabriel, o atendente contratado para tomar conta da farmácia. As manhãs são reservadas para as poses da pintura do “retrato”, as tardes a longas sextas e as noites a longos serões com os amigos.

Somente em 15 de novembro, por ocasião da posse de Hermes da Fonseca e, posteriormente, da Revolta da Chibata, a 22 de novembro do mesmo ano, Rodrigo volta aos jornais para acompanhar os últimos acontecimentos. Os detalhes sobre a rebelião dos marinheiros, que pediam, entre outras coisas, o fim dos castigos físicos aplicados aos graduados da Marinha, são repassados pelo coronel Jairo. Empolgado com a possibilidade de o marechal renunciar, Rodrigo passa os dias seguintes angustiado com a falta de notícias. Espera ansioso pelo *Correio do Povo*, mas as edições dos dias 23 e 24 de novembro, diz o narrador, nada trazem sobre os eventos na Capital Federal.⁴⁸

No dia 26 Rodrigo foi pessoalmente à estação comprar o *Correio do Povo* que vinha no trem de Santa Maria. Abriu o jornal. Já estava uma página inteira de telegramas sobre a revolta da armada. Pôs-se a ler as notícias com a sofreguidão de quem devora uma novela de aventuras. Mas já dois dos subtítulos o deixaram gelado: *A Anistia – Terminação da Revolta*. Sim, vinham ao pé da página notícias decepcionantes. O Senado apressara-se a conceder a anistia aos revoltosos, e o presidente da República não se opusera

48 Realmente, por um problema na transmissão dos telegramas, o *Correio do Povo* ficou estes dois dias sem receber informações dos acontecimentos.

à vontade dos senadores. Os rebeldes se haviam rendido.

“Nesse momento os navios “Minas Gerais”, “São Paulo”, “Bahia” e “Deodoro” acabam de arriar o sinal de guerra, hasteando bandeiras brancas e salvando a terra com 21 tiros”. (1956d, p. 135, OEV, grifos do autor)⁴⁹

Este momento da história política brasileira, reconstruído em **O tempo e o vento** a partir de notícias de jornais, e apoiado em outras leituras não citadas na narrativa, difere de outras abordagens ficcionais que tratam do período, como é o caso de **Numa e a ninfa**, de Lima Barreto, publicado em folhetins diários em 1915 no jornal carioca *A Noite*.⁵⁰ Nesta obra, as principais personalidades do período, bem como os eventos mais conhecidos, são tratados de forma claramente satírica e irônica com o objetivo de questionar o funcionamento do sistema político e social. Lima Barreto faz um retrato alegórico da Primeira República sob o ponto de vista de um observador astuto e contestador, satirizando as figuras do bacharel – refletido no protagonista Numa de Castro –, de Hermes da Fonseca (General Bentes), Pinheiro Machado (Dr. Bastos) e outros políticos.

O escritor parte da suposta criação de um novo Estado da Federação, cujo projeto desperta a cobiça dos governantes por novos cargos, para expor as contravenções do sistema político. A visão de Lima Barreto em relação a temas como a corrupção, a ambição, a violência nas eleições, a interferência militar, a influência de Pinheiro Machado e a carência do povo está cruamente exposta nas engrenagens da República, escancarada de maneira a revelar o seus piores vícios. É a própria frustração do escritor transformada em um *roman à clef*, no qual as pessoas se ocultam atrás de pseudônimos e os cenários recebem outras denominações.⁵¹

Em **O retrato**, por sua vez, não basta ter uma “chave” para compreender a mensagem. Primeiramente porque nem as personalidades nem os eventos da história são

49 Na verdade, a notícia do fim da revolta é publicada no *Correio do Povo* (Sucessos, 1910, p. 2, JRA) na edição de 27 de novembro. Esse é o trecho: “Sucessos do Rio - O espírito público, continuou, ontem, preocupado com os graves sucessos, que há quatro dias vinham se desenrolando na baía do Rio de Janeiro, em consequência da revolta da marinhagem de alguns dos mais poderosos navios da nossa esquadra. Felizmente, à noite, cessou esse estado de inquietação geral com a divulgação do seguinte telegrama, recebido, da capital da República, pelo dr. Ildefonso Fontoura, chefe do 1º Distrito Telegraphico: “Neste momento (7 horas da noite), os navios Minas Gerais, S. Paulo, Bahia e Deodoro acabam de arriar o sinal de guerra, hasteando bandeiras brancas e salvando a terra com 21 tiros”.

50 Os folhetins apareceram entre 15 de março e 26 de julho de 1915, logo após a saída de Hermes da Fonseca da presidência. Em livro, **Numa e a ninfa** foi lançado em 1917 e dedicado a Irineu Marinho, diretor de *A Noite*.

51 As frustrações de Lima Barreto com os rumos da República ficam mais evidentes em suas crônicas publicadas nos jornais, quase sempre folhas de oposição e excluídas do grupo da “grande imprensa”, mais preocupadas com “a questão social e o agravamento da desigualdade nas cidades mais importantes do país, especialmente na Capital Federal”. (RESENDE; VALENÇA, 2004, p. 14, TIB)

mascarados. Os políticos da História são personagens da ficção e os personagens fictícios também fazem a História, interagindo no contexto político como receptores dos acontecimentos ocorridos na Capital Federal ou na Capital do Estado, refletindo-os na comunidade local. Estes eventos à distância chegam a Santa Fé pela imprensa escrita e acabam amarrando os destinos dos personagens ao fazer jornalístico, amenizando a rudeza do tradicionalista gaúcho com certa interação ao universo letrado, mostrando que quem controla a palavra escrita tem mais força política. Se em **Numa e a ninfa** os personagens existem para justificar a República, em **O retrato** a República explica os personagens e justifica sua existência.

Lima Barreto participa dos eventos como uma testemunha e escreve o romance no calor da hora, enquanto Erico Verissimo faz o seu julgamento da história algumas décadas mais tarde. Por isso, para melhor compreender o sentido das ações políticas da família Cambará é preciso acompanhar todos os seus movimentos e justificativas, desde o surgimento do movimento republicano e abolicionista até o fim do Estado Novo, com a morte de Rodrigo Cambará. De qualquer forma, ambos os escritores buscam representar uma sociedade cuja imagem ao mesmo tempo expõe o real e o transcende na atuação dos protagonistas da narrativa ficcional.

Trindade (1979, p. 121, HI) aponta que a literatura historiográfica, em geral, enfatiza dois tipos de explicação para se interpretar a dicotomização das forças políticas no Rio Grande do Sul e sua expressão através de diferentes estruturas partidárias. Uma delas procura justificar a divisão em termos de conflitos entre lideranças e de disputa pessoal pelo poder, enquanto outra acentua a existência de diferenciações na estrutura social que se manifestariam em contradições políticas, valorizando a articulação entre os conflitos políticos e seu embasamento social-econômico.

Transpondo esta leitura para a perspectiva da ficção configurada em **O retrato**, observa-se que a divisão de forças políticas no Rio Grande do Sul é resultado da disputa pessoal pelo poder. O jornal, como parte fundamental do sistema partidário, é uma das ferramentas para fazer prevalecer uma vontade sobre outra. O combustível que move a existência dos protagonistas vem do desejo de conquistar uma posição de prestígio no extrato social, mas não na atividade pecuária nem na medicina.

É a possibilidade de ascensão política e social que explica as ações da família Cambará, não havendo na narrativa uma abordagem em torno de diferenciações na estrutura

social-econômica para explicar as contradições políticas. Estas, se existem, ficam subentendidas e não fornecem elementos suficientes para uma tentativa de análise, salvo suposições não ancoradas no conteúdo narrativo. A ascensão e a queda da família (burguesa) Cambará estão associadas à ambição pelo poder, cujos passos nesse sentido são acompanhados pelo conteúdo jornalístico, ora nas notícias vindas de longe ora na produção noticiosa local.

3.3 O assassinato do senador Pinheiro Machado

José Gomes Pinheiro Machado foi sem dúvida uma das grandes figuras da política brasileira durante a Primeira República. Nascido em Cruz Alta em 1851, ingressa ainda jovem como voluntário na Guerra do Paraguai e mais tarde frequenta a Faculdade de Direito de São Paulo, onde adere aos ideais republicanos. No Rio Grande do Sul, já formado, atua como advogado e participa do 1º Congresso Republicano, em 1883, ocasião em que os republicanos decidem fundar o jornal *A Federação*.

Em 1891, após ter contribuído para a elaboração da 1ª Constituinte Republicana gaúcha, elege-se senador e muda-se para o Rio de Janeiro. Dois anos mais tarde retorna ao Rio Grande do Sul por conta da Revolução Federalista, da qual participa como comandante de tropa ao lado dos companheiros republicanos contra os federalistas. Neste momento Pinheiro Machado já desponta como um dos coordenadores do projeto político republicano gaúcho ao lado de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Foi em âmbito nacional, no entanto, que Pinheiro Machado destacou-se como um político astuto e carismático, conquistando a liderança do Senado Federal e formando um bloco majoritário sob seu total controle.

Até o seu assassinato, em 1915, Pinheiro Machado controlou dos bastidores os rumos da política nacional e foi o principal responsável pela eleição do presidente Hermes da Fonseca, em 1910, graças às articulações que aproximaram as lideranças políticas do Norte, Nordeste, Minas Gerais e Rio Grande do Sul contra Rui Barbosa, candidato dos paulistas. Antes disso, por conta de seu controle sob os pequenos Estados no Legislativo, Pinheiro Machado já havia atuado direta ou indiretamente nos programas políticos dos governos de Campos Sales e de Rodrigues Alves. Wenceslau Braz, logo após assumir o cargo na sucessão a Hermes da Fonseca, é forçado a retirar alguns nomes de sua lista de composição do

Ministério devido a modificações impostas pelo senador.⁵²

Essa força do senador decorria de um complexo sistema de arranjo político imposto de cima para baixo, pelo qual o chefe político agia sobre os presidentes dos Estados, os quais exerciam pressão sobre as lideranças regionais até que as determinações chegassem ao intendente municipal ou ao “coronel”, e, por consequência, ao eleitorado. A fonte do poder de Pinheiro Machado, como aponta Fausto (2009, p. 272, HI), encontrava-se no controle da Comissão de Verificação de Poderes do Senado e, até certo ponto, da Câmara de Deputados. “Através dessas comissões, manejava a representação do Nordeste, cujos Estados se tornaram satélites da política gaúcha”.⁵³ Porto (1951, p. 79-80, TIB) destaca que Pinheiro Machado tinha por característica não se preocupar em conduzir rebanhos de eleitores, preferindo agir “diretamente sobre os que controlavam os chefes locais e, se a sua voz não chegava até as patrulhas e batalhões, voava em altitudes mais amplas, exercendo liderança sobre os que comandavam exércitos e estados-maiores”.

Silva (1975, p. 131-32, HI) define da seguinte forma o caráter do senador:

Despertava entusiasmos e dedicações. Nunca simpatias. Ao primeiro contato impressionava com seu porte ereto, a elegância cuidada, contrastando e realçando o físico de um homem rude e primitivo. Sentia-se o gaúcho sob o fraque bem talhado, adornado com a gravata vistosa e a pérola de valor. Esse contraste lhe era favorável. Constituía-se um misto de força e distinção. Era áspero e refinado, simultaneamente. Daí a impressão primeira, distanciadora. Se, porém, Pinheiro Machado queria agradar, logo se mostrava cativante, sem exageros. Antes com um toque de nobreza antiga, que fazia com que o interlocutor se sentisse agradado e festejado. A maneira peculiar de Pinheiro criava, desde logo, uma situação de quem dava, generosamente. Era sempre um potentado agraciando a quem merecesse a sua graça.

Existem diversas biografias de Pinheiro Machado,⁵⁴ sendo que a maioria prefere a perspectiva de exaltação elogiosa do personagem a uma abordagem de análise centrada na configuração da política nacional a partir dos atos do senador, na época popularmente chamado de “Senador de Ferro” e “O Chefe”.⁵⁵ Borges (2004, p. 34, HI) percebe nesta forma

52 Sobre o predomínio de Pinheiro Machado nos governos de Campos Sales, Rodrigues Alves, Afonso Pena e Hermes da Fonseca, além de sua participação nos primeiros meses do governo de Wenceslau Braz, ver: CARONE, Edgard. **A República Velha II** (Evolução Política). Op. cit.

53 Ainda segundo Fausto, os estados do Nordeste tinham uma importante representação na Câmara, sendo a Bahia com 22 deputados, mesmo número de São Paulo, e Pernambuco com 17. Como não havia uma coalizão de forças políticas regionais, entre outras razões devido aos escassos recursos obtidos pelo imposto de importação, os Estados competiam uns contra os outros pelos favores do Governo Federal. Essa situação favorecia a influência de Pinheiro Machado sobre os representantes políticos do Nordeste.

54 As mais significativas são: ALVIM, Newton. **Pinheiro Machado**. Porto Alegre: IEL, 1996; FONSECA FILHO, Hermes. **Pinheiro Machado: uma individualidade e uma época**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 19--; SILVA, Ciro. **Pinheiro Machado**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

55 Freyre (1959, p. 625, HI) vê nas denominações de “O chefe”, “Papa verde” (Borges de Medeiros) e

de enaltecimento do objeto de reflexão por parte dos biógrafos um caráter conservador ainda vinculado a uma concepção romântica da história, “aquela que atribui aos grandes varões a construção da história, isto é, a de uma ideia predominante do herói”.

Exemplos desta relação de afetividade entre o escritor da história e seu personagem também aparecem em obras que não são necessariamente biografias. Goycochêa (1935, p.176, HI) apresenta Pinheiro Machado como “o condottiere sem par, o homem que se sobrepunha à autoridade dos supremos chefes da nação” e que “era o espírito gaúcho da fronteira, disciplinado pela doutrina castilhistas”. E acrescenta que Pinheiro Machado foi “o grande sucessor de Silveira Martins e o precursor de Getúlio Vargas, em atuação política no Brasil como representante da Pátria Gaúcha” (GOYCOCHÊA, 1935, p. 178, HI). Amado⁵⁶ (apud Porto, 1951, p. 79, TIB) define Pinheiro Machado como “homem de briga e de poesia, soldado fiel e amigo leal, homem de olhar no olhar da gente e dizer o que diz o coração ou emudecer para não mentir, homem de bem e homem de glória. A longa linhagem dos campeadores do pampa chegou subindo até ele, nele se condensou.”

Independentemente dessas exaltações, o fato é que o crescimento da influência de Pinheiro Machado no cenário político era acompanhado por forte oposição de parte da imprensa. A cada ataque pessoal sofrido pelos jornais, em especial o *Correio da Manhã*, o senador respondia da tribuna do Senado. Denúncias contra a honra de Pinheiro Machado foram muitas e levaram o senador a desafiar Edmundo Bittencourt, diretor do *Correio da Manhã*, para um duelo de pistola. O confronto foi realizado na presença de testemunhas na manhã do dia 23 de maio de 1906, do qual o senador saiu ileso e o jornalista ferido sem gravidade. Os ataques iam desde denúncias de cunho político, como a que acusava o senador de pedir ao presidente Hermes da Fonseca para intervir na política do Rio de Janeiro e de tentar manipular o câmbio, até criminais, como um suposto envolvimento do político com o contrabando de charque no Rio Grande do Sul (DUARTE, 2007, p. 66, IM).

O auge da influência de Pinheiro Machado nos rumos da política nacional ocorre no governo de Hermes da Fonseca, que se estende de 1910 a 1914, e por consequência cresce também o embate do senador com a imprensa. Embora Hermes da Fonseca fosse o presidente, parte da oposição e da opinião pública em geral acusava Pinheiro Machado de reger as ações

“Marechal de Ferro” (Floriano Peixoto) exemplos de uma representação do caciquismo elegantemente moderado, “no que se deve reconhecer a continuação, na República, de estilos monárquico-patriarcais nas relações entre dirigentes e dirigidos”.

56 AMADO, Gilberto. **Dança sobre o abismo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

governamentais que causavam indignação e revolta. Em 1913, quando o senador surge como provável candidato à sucessão presidencial, os jornais *Correio da Manhã* e *O Imparcial* voltam a atacá-lo, sendo que o segundo publica uma entrevista-manifesto na qual Rui Barbosa reage a essa possibilidade.

Ao analisar a característica da imprensa nesse período, Sodré (1983, p. 331, IM) afirma que:

A linguagem da imprensa política era violentíssima. Dentro de sua orientação tipicamente pequeno burguesa, os jornais refletiam a consciência dessa camada para a qual, no fim de contas, o regime era bom, os homens do poder é que eram maus; com outros homens, o regime funcionaria às mil maravilhas, todos os problemas seriam resolvidos. Assim, todas as questões assumiam aspectos pessoais e era preciso atingir as pessoas para chegar aos fins moralizantes.

A medida mais contestada e que mais trouxe problemas ao governo neste período foi a chamada política salvacionista, na qual o governo baseava-se em intervenções militares nos Estados, principalmente no Nordeste, para destituir os governadores ligados às oligarquias locais e substituí-los por outros nomeados pelo próprio presidente da República. Por trás de um discurso de luta contra o sistema oligárquico, conforme aponta parte dos historiadores, estaria o desejo de Hermes da Fonseca de justamente enfraquecer a influência do senador Pinheiro Machado, que controlava os coronéis em várias regiões.⁵⁷

Como consequência das intervenções militares, o governo passa a enfrentar forte crítica tanto de setores da política quanto da imprensa. No Nordeste, onde Hermes da Fonseca tentara substituir o governador do Ceará e em seu lugar nomear o coronel Franco Rabelo, o padre Cícero incentiva o povo a pegar em armas na Revolta de Juazeiro. A violência desta revolta, ocorrida no sertão nordestino em 1914, leva Hermes da Fonseca a recuar e retirar o seu interventor do Ceará. O presidente também enfrenta no seu mandato a insurreição dos militares, na Revolta da Chibata (1910), e uma luta sangrenta pela posse de terras na divisa entre Santa Catarina e Paraná, a Guerra do Contestado, iniciada em 1914 e debelada somente em 1916. Além disso, também repercute negativamente em seu governo o famoso “Caso do Satélite”, episódio fartamente explorado por Rui Barbosa em que muitos militares que haviam

57 Silva (1983, p. 34, HI) aponta também como causa das “salvações” o ressentimento que restara após a campanha sucessória, sentimento que leva os apoiadores da candidatura militarista a trabalharem para desalojar os chefes dos Executivos estaduais que ficaram do lado civilista. “A derrubada teria, dessa vez, a motivação de um ressaneamento, a fim de que a ação administrativa do governo central não fosse prejudicada pela efervescência de política adversa”. Carone (1971, p. 264, HI), por sua vez, lembra que a luta contra os Nery, Acioli e Rosa e Silva significa “somente a queda das lideranças de cada Estado ou a problemática revisão constitucional” e que “não se fala nos problemas das estruturas oligárquicas – a base coronelística – nem no sistema eleitoral”.

participado das revoltas citadas são “deportados” para o Amazonas e mortos durante o trajeto.

Excessivamente expostos à opinião popular, Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado transformam-se nos alvos principais da imprensa no período. Apelidado de “Dudu”, o presidente era o personagem predileto dos caricaturistas nos jornais cariocas, cujas sátiras eram reproduzidas nos periódicos de todo o país.⁵⁸ Taxado de incompetente e azarado, Hermes da Fonseca era exposto diariamente como um marechal-trapalhão no jornal *A Noite* e na revista *Careta*, além dos já citados *O Imparcial* e *Correio da Manhã*. O descontentamento da população expressava-se, nos jornais, sob uma forma satírica e debochada que trazia como personagem o “Zé Povo”. A caricatura política trazia muitas vezes Pinheiro Machado alto e arrogante, ao lado de um presidente de porte mais baixo e atitude humilde. Como descreve Lustosa (2003, p. 305, IM).

Na imprensa da época, o registro que permaneceu não foi o das insurreições e dos bombardeios nos estados. Estes foram superados de longe pela imagem caricata do marechal-presidente. Na revista *Careta*, a mais popular naquele período, toda semana se publicava a “última do marechal”. Magistralmente ilustrada por J. Carlos, a “última do marechal” dizia respeito à burrice e à ignorância que lhe atribuíam os adversários.

Se por um lado a impopularidade de Hermes torna-se jocosa, por outro a animosidade contra Pinheiro Machado transforma-se em ódio coletivo. O senador gaúcho passa a ser responsabilizado por todos os males da República (SILVA, 1975, p. 132, HI). Nem o fim do governo de Hermes da Fonseca garante sossego ao seu sucessor, Wenceslau Braz, e a Pinheiro Machado. Quando a opinião pública, frustrada, percebe que o novo governo não conseguira desvencilhar-se da influência do senador, as críticas tornam-se cada vez mais fortes. Enquanto populares insultam o senador gaúcho em frente à redação do jornal *O País*, considerado órgão vinculado ao Partido Republicano Conservador (PRC), fundado por Pinheiro Machado em 1910, parlamentares falam sobre a eliminação pura e simples do político. Ao ponto de o deputado Gonçalves Maia sugerir da tribuna da Câmara a apresentação de um projeto que consistiria em apenas dois artigos: “Art. 1º - Elimine-se o Sr. Pinheiro Machado; Art. 2º - Revoguem-se as disposições em contrário” (DUARTE, 2007, p. 70, IM).

A insistência de Pinheiro Machado na candidatura de Hermes da Fonseca para a vaga

58 Sodré (1983, p. 330-31, IM) lembra que o governo Hermes da Fonseca assinalou o apogeu da crítica política em caricatura no Brasil. Como consequência, não faltaram medidas de censura e muitos jornalistas foram presos a partir de medidas de sítio adotadas pelo governo. “O sítio era uma arma usual para amordaçar a imprensa – muito mais do que destinada a permitir ao Executivo a liberdade de ação que a Constituição permitia, em fases assim de exceção.”

de senador pelo Rio Grande do Sul, cuja eleição acaba sendo confirmada em 1915, desperta nova revolta da oposição e protestos no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Rumores sobre a possibilidade de uma nova revolução no Sul ecoam em todo o país. Pinheiro Machado, prevendo a gravidade da situação, havia redigido um ano antes o seu “Testamento político”, para ser aberto pela esposa no caso de sua morte, no qual enaltece o seu patriotismo e o seu empenho na defesa dos interesses da República.⁵⁹ Em entrevista a João do Rio no Senado Federal, Pinheiro Machado faz uma declaração em que prevê como deve ser o seu assassinato. “Morro na luta, menino. Eles mataram-me. Mas pelas costas; são uns ‘pernas-finas’. Pena é que não seja no Senado, como César. Há de ser na rua. Morro em defesa da República” (SILVA, 1982, p. 114, TIB). E assim aconteceu, no dia 8 de setembro de 1915, no saguão do Hotel dos Estrangeiros, quando Francisco Manso de Paiva Coimbra apunhalou o senador pelas costas, no mesmo dia em que o marechal Hermes da Fonseca seria reconhecido e proclamado senador pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Sobre a repercussão da morte do senador, Silva (1975, p. 133, HI) assim descreve:

O impacto ocasionado na cidade e em todo o país foi indescritível. Em pouco tempo todos sabiam do ocorrido. Nos meios políticos houve pânico e desaforo. Grande emoção popular. A imprensa teve assunto para se faltar. Seus correligionários ficaram aturdidos.

De fato, o assassinato de Pinheiro Machado foi amplamente noticiado pela imprensa nacional e provocou uma interrupção na vida social da capital da República. Como noticiou a *Gazeta de Notícias* (A situação, 1915, p. 1, JRA), teatros cancelaram a programação e inúmeras festas e recepções foram suspensas. Devido ao feriado decretado no dia seguinte ao assassinato, comércio, bancos e indústrias fecharam as portas, seguindo o exemplo do serviço público. A partir dos depoimentos dos deputados paulistas Bueno de Andrada e Cardoso de Almeida, que acompanhavam o senador no hotel, os jornais descreviam os minutos anteriores e posteriores ao ataque.

Na edição do dia 9, o *Correio da Manhã* (O General, 1915, p. 1, JRA) traz a seguinte manchete: “O General Pinheiro Machado foi, ontem, à tarde assassinado no saguão do Hotel dos Estrangeiros – O criminoso, natural do Rio Grande do Sul, foi preso, declarando ter agido por conta própria – O que dizem as testemunhas de vista da trágica cena – As forças de terra e mar estão de prontidão”. A cobertura do jornal carioca ocupa as três primeiras páginas da

⁵⁹ Sobre a relação de Pinheiro Machado com a República, Freyre (1959, p. 609, HI) considera o político um “velho romântico a sonhar com o futuro do Brasil como se fosse o futuro do seu próprio sangue de grande romântico. O futuro de uma filha amada, querida e até idolatrada”.

edição. Curiosamente, o jornal *Correio do Povo* não apresenta aos leitores nenhuma informação sobre a morte do senador gaúcho no dia seguinte ao crime. Somente no dia 10 o jornal traz na capa uma notícia discreta, em duas colunas, complementada na página 2, com o título “O assassinato do Senador Pinheiro Machado – A repercussão nessa Capital – As homenagens prestadas à vítima”. A cobertura do principal jornal do Rio Grande do Sul à época segue tímida nos dias seguintes, limitando-se a publicar notas curtas do serviço telegráfico.

Por outro lado, *A Federação* dedica todas as edições de 9 a 22 de setembro à cobertura do assassinato do senador. A primeira manchete, no dia 9 (Senador, 1915a, p. 1, JRA), vem acompanhada do subtítulo “Crime contra a pátria – os responsáveis”. No editorial do dia 11 (Penafiel, 1915, p. 1, JRA), diz o jornal que “a responsabilidade legal do hediondo ato delituoso poderá tocar só ao famigerado delinquente. Mas a responsabilidade moral recai toda sobre aqueles elementos perturbadores da ordem social e do progresso humano”. O jornal oficial dos republicanos publica diariamente telegramas de condolências e resumos de pronunciamentos enviados de várias cidades gaúchas, incentivando o ambiente de comoção, e acompanha com grande interesse o processo de traslado do corpo para o Rio Grande do Sul e os cortejos fúnebres.

Em seguida à cobertura jornalística inicial, a principal questão debatida gira em torno da possibilidade de o assassinato ter sido planejado pelos inimigos políticos do senador gaúcho. Por isso, os depoimentos do assassino, um padeiro de 33 anos desconhecido de todos, tornam-se de grande interesse público, sendo transcritos nos mínimos detalhes pelos periódicos cariocas e reproduzidos no restante do país. Manso de Paiva mantém a versão de que agira sozinho, incentivado pelas palavras incendiárias de deputados e senadores e por artigos de jornais. Ele relata aos policiais que nas semanas anteriores ao crime tinha como única distração a leitura de jornais, especialmente os que faziam oposição ao governo, citando *Diário de Notícias*, *Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*, e que se sentia cada vez mais convencido de que o senador deveria morrer. “Naquela época acreditava na boa-fé dos partidos e dos jornalistas, convencia-se inteiramente de que aquele material inflamado traduzia a verdade” (BORGES, 2004, p. 79, HI).

No entanto, a hipótese de um crime político no qual Manso de Paiva seria apenas o executor nunca foi comprovada, apesar de os advogados de acusação terem tentado convencer

os jurados sobre essa possibilidade no julgamento realizado em julho de 1917.⁶⁰ Ao analisar as notícias publicadas no *Correio da Manhã*, Borges (2004, p. 80, HI) conclui que o jornal “não descartava a possibilidade de crime político, mas, no entanto, não apurava tal notícia com a devida profundidade. Tratar o fato como ato isolado e repentino de um desequilibrado é curioso”. Destaca ainda Borges (2004, p. 95, HI) que, ao assimilar o discurso do crime accidental, produto da ação exclusiva de um homem desequilibrado, a imprensa “não permitiu que se chegasse às entranhas do caso, isto é, deixou de exercer o seu papel investigativo”.

As declarações de Manso de Paiva, nas quais ele afirma ter sido influenciado pelos jornais em sua resolução de assassinar Pinheiro Machado, levam os biógrafos do político a considerar a imprensa como principal culpada pelo crime. Fonseca Filho (1936, p. 20, HI) assim escreve:

É ampla e fartamente conhecida essa relação de dependência do fraco mental ao demagogismo desorganizador do momento. Eles nascem com o verbo incendiado dos descontentes e ambiciosos que, vandálica e cegamente, violentam os espíritos, acutilam a razão, devorando e destruindo com suas mais perigosas armas: a calúnia e o ridículo. Ora, Manso de Paiva, “o homem que se alimentava de palavras” segundo um jornal da época, foi o produto daquele momento de exaltação. [...] O assassino de Pinheiro fora instigado pela imprensa, não há negar. O crime fora pregado dia a dia, hora a hora, a altos brados no seio do jornalismo, nas redações.

Silva (1982, p. 114, TIB), por sua vez, baseia-se em artigo do jornal *A Federação*, do dia 9 de setembro, para defender o mesmo ponto de vista.

Ultimamente a imprensa ruim exorbitava, as gazetas anônimas do Rio, sem tradição e sem rumo, provocavam e improvisavam meetings, tumultuosos ajuntamentos, constituídos a exceção dum ou doutro demagogo, fermento que só rebenta e viceja em tais caldos de cultura, de uma contumaz patulêia de desordeiros, de uma insignificante e infame minoria do povilêu carioca, que nunca encontrou apoio nos sentimentos patrióticos e republicanos da própria população da Capital Federal, a mais trabalhada por aquela campanha nefasta. [...] A imagem impávida do egrégio repúblico, nessa embriaguez bebida na lia dos mais vis e mais desordenados elementos, era contemplada por entre as visões desse plebiscito de ódio qual a vítima necessária a ser sacrificada em holocausto da Pátria.

Neste sentido, a relação entre o criminoso e os jornais revela um aspecto interessante no contexto histórico da época. Como já anotamos anteriormente, os jornais não podem ser ignorados como agentes fomentadores de determinados rumos dos acontecimentos. Além de

60 No julgamento do criminoso as notícias de jornais foram apresentadas como argumentos pela acusação para tentar convencer os jurados sobre a existência de um crime planejado. Flores da Cunha, em sua arguição, cita trechos da cobertura jornalística da *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Comércio* como prova da negligência do inquérito. (EDELWEISS, 1917, p. 154, HI)

servir como divulgadores de fatos e eventos, as folhas também tinham – e ainda têm – o poder de influenciar a opinião pública e de provocar reações que poderiam não acontecer, ou acontecer de outra maneira, sem a sua interferência. Utilizando-se da liberdade de expressão, as folhas tornam-se protagonistas da história e pautam o debate político, entre outros temas. Por este e outros motivos também se tornam alvos de revolta coletiva. O caso de Manso de Paiva mostra isso, se considerarmos como verdadeiras as declarações do criminoso sobre a influência das notícias em sua determinação de assassinar Pinheiro Machado. Obcecado pela ideia de matar o senador, encontra nos jornais o impulso necessário para levar seu projeto adiante.

3.3.1 Reconstrução ficcional de um crime

Difícilmente saberemos como Erico Verissimo percebeu a repercussão da morte de Pinheiro Machado ou o prestígio deste perante os gaúchos no início do século passado, tendo em vista não haver referências ao político em seus livros de memórias. Porém, nosso objeto de estudo nos revela a preocupação do autor em reconstruir na ficção o período do governo Hermes da Fonseca e a imagem de Pinheiro Machado, bem como a comoção causada pelo seu assassinato.

Como vimos no subcapítulo anterior, Pinheiro Machado torna-se personagem da ficção no contexto imaginário de Santa Fé, exercendo fascínio e admiração em Rodrigo Cambará por ocasião da disputa eleitoral entre Rui Barbosa e Hermes da Fonseca. As palavras paternas do “Chefe”, que incluem a possibilidade de uma cadeira de deputado na Assembleia, levam Rodrigo a arrefecer o entusiasmo de sua campanha contra o candidato republicano.

Em certo dia do mês de janeiro de 1915, Rodrigo põe-se a meditar sobre os últimos anos da política nacional e não encontra outra pessoa, a não ser Pinheiro Machado, como a única culpada pelo governo desastrado do marechal e pela turbulência política atual. Para o personagem, “o marechal – todo o mundo sabia – não passava dum fantoche nas hábeis e poderosas mãos de Pinheiro Machado” (1956d, p. 206, OEV) e por mais que o admirasse “não podia deixar de acreditar que ele era autoritário, prepotente e egocêntrico” (1956d, p. 206, OEV).

Curiosamente, o que desperta em Rodrigo os pensamentos sobre a dupla Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado é a voz da escrava Laurinda, que na cozinha do Sobrado canta

uma das famosas sátiras em torno da figura do ex-presidente. “Ai, Filomena! / Se eu fosse como tu / Tirava a urucubaca / da careca do Dudu!”.⁶¹ Instigado pelo significado da canção, que está na boca do povo, dos mais nobres burgueses até os escravos, Rodrigo reflete sobre os acontecimentos marcantes do governo do marechal.

Ah! Os tempos do Dudu... Aqueles quatro anos de governo do Marechal haviam sido um prolongado pesadelo, uma enfiada de desastres políticos e administrativos. A revolta dos marinheiros. O estado de sítio. Os fuzilamentos do *Satélite*. O escândalo da *prata*. A intervenção em Pernambuco. O bombardeiro da Bahia. O caso do Amazonas. Nunca em toda a história do Brasil houvera governo mais catastrófico e acidentado. Jamais se vira tanto mandonismo, tanto nepotismo, tanta arbitrariedade, tanta política do corrilho. (1956d, p. 206, OEV)

A seguir, pensa sobre a figura cômica em que se transformara o presidente. Para o personagem, o povo sem condições de derrubar o governo pelas armas usara da caricatura e do humorismo para lançar o presidente ao ridículo. O que em síntese consistia numa espécie de golpe através da sátira publicada em jornais e revistas, cujas caricaturas tinham como personagem o “Zé Povo”.

E por todo o Brasil se espalhara a lenda da estupidez do Presidente. O Dudu transformara-se em personagem de anedota. Atribuíam-se-lhe os ditos mais obtusos, as intenções mais lorpas, as ignorâncias mais crassas, as atitudes mais rastaquêras, as gafes mais clamorosas. Era um verdadeiro golpe de Estado de sátira. E através de quadrinhas, chistes, piadas, trocadilhos, a figura do Marechal fora projetada no país inteiro como uma espécie de bobo da própria corte. Sabem a última do Dudu? E lá vinha a anedota... Apareciam em jornais e revistas, eram repetidas pelo homem da rua. Por fim inventara-se que o Dudu tinha urucubaca, azar, caiporismo. E a palavra urucubaca da noite para o dia ganhara foros nacionais. Aonde quer que fosse – afirmava-se – o Dudu levava a sua aura negativa. O que quer que fizesse saía torto; o que quer que dissesse era sempre errado ou cômico. (1956d, p. 207, OEV)

Rodrigo acredita que o “Zé Povo” das caricaturas atacava o presidente por considerá-lo vulnerável, quando na verdade queriam atacar o senador Pinheiro Machado. O senador, no entanto, seria imune à sátira e “o ridículo não atingia aquela figura olímpica” (1956d, p. 207, OEV). Enquanto pensa sobre todas estas coisas, Rodrigo imagina-se novamente na presença de Pinheiro Machado, como ocorrera em 1910, e ensaia um pequeno discurso.

Olhe, Senador, vou lhe dizer uma coisa com toda a franqueza que me caracteriza. O senhor cometeu um erro quando procurou candidatar-se à sucessão presidencial. Foi muito bom terem eleito o Wenceslau Braz. Outro

61 A sátira “Ai, Filomena”, de autoria de J. Carvalho Bulhões, faz referência a um sarau ocorrido no Catete, em 1914, em que a primeira-dama Nair de Tefé causou grande escândalo ao tocar no violão o maxixe “Corta-Jaca”, de Chiquinha Gonzaga. O episódio levou Rui Barbosa a ocupar a tribuna do Senado para classificar esse gênero musical como “a mais vulgar e grosseira de nossas manifestações musicais”. (CARVALHO, 2008, HI)

erro seu é esse de querer agora fazer do Dudu um senador da República. Deixe o homem em paz. Não provoque a sanha popular. Não chame mais ódios sobre a sua pessoa e sobre o Rio Grande! (1956d, p. 207, OEV)

Enquanto o convencimento de Rodrigo Cambará em relação à participação direta de Pinheiro Machado nos problemas que sacodem a República começa a se fortalecer no decorrer dos acontecimentos daquele ano, a imagem do senador também aparece manchada entre pessoas humildes como Aderbal Quadros. O sogro de Rodrigo colocara nomes de políticos importantes em algumas árvores de sua chácara, de tal forma que o cedro recebe o nome de Júlio de Castilhos, a cabriúva Gaspar Silveira Martins, a corticeira é chamada de Dr. Assis Brasil e Borges de Medeiros está identificado com um cinamomo. Essa brincadeira serve para brincar com a relação entre Pinheiro Machado e o presidente Hermes da Fonseca.

– Aquela arvorezinha enfezada ali perto da horta (está vendo?) é o Marechal Hermes. Sabe por que é que não cresce? Por causa da grande, do jacarandá que, a bem dizer, está por cima dela. O jacarandá se chama Senador Pinheiro Machado.

Rodrigo sorriu, olhando para o sogro com uma admiração tocada de inveja. (1956d, p. 190, OEV)

Um novo fato político, porém, acaba determinando o rompimento definitivo da família Cambará com o PRR, em julho de 1915. Por ocasião de uma manifestação organizada pelo Comitê Central Acadêmico contra a candidatura de Hermes da Fonseca para o Senado, em Porto Alegre, várias pessoas são baleadas pelos policiais e ao menos cinco morrem no local, entre elas um acadêmico de medicina. Rodrigo inteira-se dos acontecimentos no dia seguinte através do jornal *Diário do Interior*,⁶² de Santa Maria, o qual resume os principais eventos ocorridos na Praça Senador Florêncio.

Indignado com o conteúdo dos telegramas resumidos pelo jornal, Rodrigo conclui que o ataque dos policiais fora premeditado e culpa o senador Pinheiro Machado pelo ocorrido.⁶³ “O Gal. Salvador Pinheiro Machado é um preposto do Dr. Borges. São vinho da mesma pipa” (1956d, p. 363, OEV).

Na mesma manhã, escreve uma carta ao senador comunicando o seu desligamento do partido e condenando a candidatura de Hermes da Fonseca. Segundo o protagonista, seu

62 O *Diário do Interior* foi fundado em 1911 por Alfredo Rodrigues da Costa, que já havia fundado dois anos antes o jornal *A Tribuna*. Por muitos anos foi considerado o melhor jornal do interior gaúcho e funcionava como uma espécie de órgão de imprensa oficial do partido republicano em Santa Maria. Encerrou as atividades em 1939. Não tivemos acesso ao *Diário do Interior*, mas acreditamos que Erico Verissimo tenha na verdade tirado as informações do *Correio do Povo* ou de outra fonte, visto que o jornal de Santa Maria não circulava em Porto Alegre e tampouco existe uma transcrição literal no romance que confirme a consulta.

63 Nessa época, Pinheiro Machado era também vice-presidente do Rio Grande do Sul e, com o afastamento de Borges de Medeiros por motivos de saúde, o senador assume o cargo de presidente interino.

telegrama “será publicado em seção livre pelos principais jornais do Rio Grande, dentro de dois dias” (1956d, p. 364, OEV).

Senador Pinheiro Machado. Palácio Monroe. Rio de Janeiro. Revoltado e envergonhado ante os bárbaros acontecimentos da noite de catorze de julho último, em que o governo de vosso irmão não hesitou em mandar espingardear o povo indefeso, inclusive mulheres e crianças, nas ruas de Porto Alegre, comunico-vos que acabo de me desligar do Partido Republicano, pois não posso continuar pertencendo a um grêmio político cujos chefes com tanta frequência recorrem à brutalidade e ao assassinio, na estúpida e criminosa ilusão de que as patas dos cavalos de sua Brigada Militar e as armas de seus beleguins e capangas possam abafar os gritos e anseios de liberdade do nobre e bravo povo gaúcho. Aproveito a oportunidade para manifestar o meu repúdio à nefasta candidatura do Marechal Hermes, que em tão má hora resolvestes eleger senador, para escárnio do Rio Grande e do Brasil. (1956d, p. 364, OEV)

Neste momento da narrativa, Rodrigo Cambará divide-se entre a perigosa relação com a jovem Toni Weber e lampejos de consciência política. Desta forma o desencadeamento da ação evidencia duas abordagens distintas: uma sentimental, voltada para os desvios de caráter do personagem, e outra menos romântica e mais realista, pela qual Rodrigo procura manter uma postura de interesse em relação ao mundo exterior a Santa Fé. O sentimento do protagonista do romance em relação ao senador, ora de amor ora de ódio, repete-se na sua relação com Toni Weber, a qual o faz ao mesmo tempo contente e desventurado. Rodrigo admira a figura carismática de Pinheiro Machado, mas precisa confrontá-lo para demonstrar independência e para deixar claro que não concorda com os rumos da política republicana. Ao mesmo tempo adora a jovem austríaca, mas também a odeia porque não pode assumir a relação e sente ciúmes de seus passeios na companhia de Erwin Spielvogel, pretendente à mão da moça.

Em meio a essa confusão de sentimentos e de atitudes precipitadas, Rodrigo acompanha pelos jornais o clima de tensão na política nacional. Ao perceber a pressão da oposição sobre o senador, arrepende-se de ter enviado o tal telegrama a Pinheiro Machado, não por ter jogado fora a oportunidade de construir uma carreira política sob a proteção do senador, mas, sim, por “ter perdido a amizade daquela figura que admirava, apesar de todos os seus defeitos, e pela qual sentia uma afeição quase filial” (1956d, p. 371, OEV). Chega a rascunhar um telegrama expressando solidariedade ao senador, mas, insatisfeito com a redação, decide deixar a tarefa para outro dia. “Mas esse dia não chegou. Rodrigo esqueceu o Senador, pois Toni Weber absorvia-lhe os pensamentos, fazendo-o alternadamente feliz e desgraçado” (1956d, p. 371, OEV).

A reconstrução do clima de turbulência que tomou conta do país em meados de 1915 ocorre mais uma vez por meio das notícias de jornais. Assim, a inserção do fato histórico da forma como ele “teria ocorrido” garante contornos de veracidade ao drama de Rodrigo Cambará e à ação romanesca como um todo. Em meados de agosto, Rodrigo lê no *Correio do Povo* um dos últimos discursos de Pinheiro Machado.

É possível que durante a convulsão que sacode a República em seus fundamentos, possamos submergir. É possível. É possível mesmo que o braço assassino, impelido pela eloquência das ruas, nos possa atingir. Afirmamos, porém, aos nossos correligionários que, se esse momento chegar, saberemos ser dignos de vossa confiança. Tombaremos na arena, fitando a grandeza da nossa Pátria, serenamente, sem maldição nem desprezo, sentindo tão-somente compaixão para com aquele que assim avulta a nobreza inata do brasileiro. (1956d, p. 369, OEV)

Pinheiro Machado fez este discurso no dia 17 de julho, em sua residência, por ocasião de uma manifestação de apoio realizada pelo Centro Acadêmico. Não localizamos referência a ele nas páginas do *Correio do Povo*. O jornal *A Federação* (Senador, 1915b, p. 1, JRA) publica trechos do discurso do senador e de outras autoridades na edição de 30 de julho.

Após a reprodução deste discurso na narrativa, seguem-se explicações sobre o contexto histórico da época, no qual o autor procura resumir no romance os motivos da tensão política e as declarações que colocavam Pinheiro Machado no centro dos acontecimentos. O trecho é extenso, mas a sua transcrição torna-se necessária para que se possa compará-lo com os eventos narrados pela literatura historiográfica.

Como consequência das últimas eleições, nas quais ficara iniludivelmente assegurada a vitória do Marechal Hermes – eleições em que mais uma vez a oposição se declarara esbulhada, fraudada e coagida – a atmosfera do país estava carregada de ressentimentos e ódios, e muitos políticos, publicistas e demagogos tratavam de instigar o povo contra a pessoa de Pinheiro Machado, cujo assassinio era abertamente pregado em comícios no Rio de Janeiro. Um deputado federal chegara a dizer da tribuna da Câmara que, se apresentasse um projeto, seu artigo primeiro seria: “Elimine o Sr. Pinheiro Machado.”

Já em princípios daquele ano o Senador reunira em sua residência do Morro da Graça os representantes do Rio Grande, exortando-os a manterem-se unidos para o bem da República, caso ele viesse a tombar assassinado. Em palestra com o jornalista João do Rio, confiara-lhe: “Morro na luta menino. Eles me matam. Mas pelas costas. São uns “pernas-finas”. Pena é que não seja no Senado, como César. Há de ser na rua. Morro em defesa da República.”

Contavam-se histórias que ilustravam bem a atitude serena e impávida do Senador em meio dessas malquerenças e ameaças. Duma feita, ao passar de automóvel por meio duma multidão exaltada que, havia pouco, gritava insultos a seu nome, disse em voz alta ao chofer, para que todos ouvissem:

– Só tire o revólver quando eu tirar o meu. Só dispare o seu primeiro tiro

depois que eu tiver disparado o meu.
 E o automóvel passou pelo meio da multidão, onde se fizera de súbito um silêncio respeitoso.
 Noutra ocasião, ao deixar o Senado, a cuja porta se aglomeravam populares dispostos a vaiá-lo, instruiu o chofer:
 – Siga. Não tão depressa que possam pensar que tenho medo, nem tão devagar que possa parecer acinte. (1956d, p. 369-70, OEV)

O trecho revela, em primeiro lugar, o cuidado do escritor em manter-se fiel às palavras ditas por Pinheiro Machado.⁶⁴ Em segundo, a intenção de fortalecer a imagem de hombridade e coragem do senador, características semelhantes ao perfil comportamental de Rodrigo Cambará. Este aspecto do episódio lembra o discurso da literatura regionalista, que procura dotar o gaúcho de superioridade moral e rigidez de caráter para enfrentar situações adversas. Em terceiro lugar, mas não menos importante, a opção do escritor em inserir na trama a versão de que jornalistas e políticos trabalhavam juntos para incendiar o povo contra o senador.

Todos esses aspectos combinados amolecem a rebeldia de Rodrigo Cambará em relação ao “Chefe” e o fazem pensar em apoiar o senador, “sem olhar conveniências pessoais e nem mesmo ideias políticas” (1956d, p. 371, OEV), no justo momento em que “os inimigos do Senador açulavam o povo contra ele, apontado-o como a causa de todos os males que desgraçavam o país, agora que escribas e oradores de praça pública recomendavam claramente seu assassinio” (1956d, p. 371, OEV).

Apesar de em alguns momentos não sabermos com exatidão quais informações são dos jornais e quais são dos livros de história consultados pelo escritor, o mais importante é constatar que todo o panorama representado na ficção escora-se nas notícias vindas de longe, ora por telegramas ora pelas folhas noticiosas. São estes boletins que movem as ações dos personagens, cada um reagindo conforme sua perspectiva de valores éticos e ideológicos. Apropriamo-nos de uma questão levantada por Weinhardt (2000, p. 101, SEV) sobre as reações dos personagens à morte do senador no universo de Santa Fé. Apesar de nascer da imaginação do autor, “seria invenção em grau muito mais elevado, no sentido de distanciamento da realidade, do que aquilo que aconteceu no Rio de Janeiro e foi objeto do olhar e da pena do jornalista?”, questiona Weinhardt.

64 Estas demonstrações de coragem e altivez são fartamente exploradas pelos biógrafos de Pinheiro Machado. Silva (1982, p. 111 e 114, TIB) apresenta detalhes dessas histórias, cuja veracidade reside na palavra de testemunhas próximas ao senador. A que trata da orientação dada ao chofer, para que usasse a arma somente após o senador usar a sua, teria ocorrido em abril de 1915, quando o povo protestava em frente ao jornal *O País* contra o diretor do órgão de imprensa e insultava o político rio-grandense.

Embora difícil de ser respondida, a pergunta instiga a reflexão sobre a posição do romancista e do jornalista diante de um mesmo acontecimento. Ambos descrevem um evento já ocorrido e do qual não tomaram parte – salvo terem sido testemunha do fato –, mas apenas um (o escritor) pode usar a imaginação para reconstruir a cena, utilizando-se da memória individual ou coletiva e, neste caso específico, aproveitar-se inclusive das observações do repórter. Nos jornais prevalecem as versões “oficiais” das testemunhas e das autoridades, tidas como “verdade” e levadas a público conforme o engajamento político e ideológico dos diretores do jornal.⁶⁵ Sempre em busca da notícia inédita, de uma concepção da realidade baseada no sensacional, o jornalista passa a ser testemunha, ator, mediador e observador do próprio acontecimento, “tornando-se candidato à operação histórica”, nas palavras de Barbosa (2007, p. 131, IM).

Na ficção, por sua vez, a representação de um fato histórico pode ser realizada de diferentes perspectivas, nas quais é menos importante a “verdade histórica” do que o entrelaçamento harmônico entre o real e a ficção. Conforme observa Leenhardt (1998, p. 47, TIB), na narrativa ficcional prevalece uma relação de reconhecimento, conhecimento e imaginação do leitor com o “mundo da obra”. Por outro lado, ainda segundo Leenhardt, o caráter verossímil da narrativa envolve o leitor num processo de identificação, “o qual é mediatizado tanto pelo verossímil do ‘mundo da obra’ quanto pelo fato de que o romance é constituído por uma narração que coloca em jogo comportamentos que, eles também, mantêm com o leitor laços de reconhecimento, de conhecimento e de imaginação”.

Essa diferenciação entre o “verossímil” da ficção e a “verdade” do jornal nos ajuda a observar a seguir dois momentos da narrativa. O primeiro trata da reação das personagens à notícia do assassinato de Pinheiro Machado e, o segundo, da cobertura jornalística levada para o universo ficcional.

A notícia chega por primeiro ao telegrafista:

A primeira pessoa a receber a notícia em Santa Fé foi o telegrafista que estava de plantão na noite de oito de dezembro. Principiou a transformar os sinais de Morse em letras, com uma indiferença profissional temperada apenas pela tênue curiosidade que lhe vinha de o telegrama trazer rubrica de urgente e ser endereçado ao Cel. Joca Prates. À medida, porém, que as letras iam formando as palavras e estas as sentenças, os olhos do funcionário se agrandavam, sua caligrafia tornava-se menos firme e por fim, depois de

65 Lage (2001, p. 153, IM) nos diz que: “No jornal está a verdade da censura e do liberalismo, da dominação e da independência. Há corrupção, medo e esperança nos jornais, mas eles não são feitos com tais substâncias; fazem-se com relatos imperfeitos de acontecimentos. Fazem-se também com opiniões, e os melhores articulistas não são, certamente, os ‘imparciais’”.

escrever a última letra do nome do signatário do despacho – um deputado estadual – os lábios do telegrafista tremeram e ele ficou olhando para o papel com uma expressão de mudo horror, como se tivesse acabado de ler nele sua própria sentença de morte. (1956d, p. 374, OEV)

Depois ao coronel Joca Prates:

Joca Prates jogava pôquer com três correligionários quando Saturnino veio entregar-lhe o despacho. Abriu-o de cenho cerrado, leu e ficou lívido. Depois passou o papel para um dos amigos e, como se tivesse perdido a fala e o movimento, ficou a olhar com uma fixidez estúpida para as cartas sobre pano verde.

– Que barbaridade! – exclamou um dos jogadores. Os outros dois, que haviam lido a dramática mensagem por cima do ombro do primeiro, saíram a andar pelas dependências do clube numa pressa ofegante e atônita.

Joca Prates pôs-se de pé lentamente e, como um sonâmbulo, encaminhou-se para o telefone do bufete, comunicou-se com a própria casa e, ao ouvir a voz da esposa, balbuciou:

– Dedé, aconteceu uma coisa horrorosa...

Não pode continuar, pois o pranto lhe cortou subitamente a voz. Atrás do balcão do bufete Saturnino confiava sombriamente o bigode, murmurando: “Que barbaridade! É o fim do mundo. Que calamidade!” (1956d, p. 374-5, OEV)

No cinema:

A notícia chegou aos ouvidos do gerente do cinema Santa Cecília quando a função estava já quase a findar. O homem esperou, aflito, que terminasse a última parte do drama e, quando a luz se acendeu, subiu ao palco e deu a notícia ao público com voz sumida e ar trágico, como se estivesse anunciando o juízo final. Quando terminou de falar, fez-se um silêncio duma fração de segundo e depois um clamor se ergueu da plateia, dos camarotes e da galeria, onde um homem se pôs de pé e berrou: “Bem-feito! Era o que esse canalha merecia!”

De vários pontos do teatro surgiram protestos indignados. Ouviu-se um grito: “Lincha!” Foi então o pânico. Os espectadores precipitaram-se atropeladamente na direção da porta, como se alguém houvesse gritado – incêndio! Algumas mulheres soltavam lamentos histéricos, muitas desatavam no choro, outras gritavam os nomes dos maridos e filhos. Alguns cidadãos trepavam nas cadeiras e pediam calma. Vários deles empenhavam-se em discussões que degeneravam em briga. De quanto em quanto no meio da balbúrdia ouviam-se frases como: “Abaixo a tirania!” “Viva a liberdade!” (1956d, p. 375, OEV)

No centro telefônico:

No centro telefônico, não podendo dar conta de todos os chamados, a operadora rompeu a chorar, numa crise de nervos, e teve de ser substituída. (1956d, p. 375, OEV)

E, por fim, no Sobrado:

Rodrigo estava em casa em companhia do vigário e do Cel. Jairo quando Joca Prates entrou intempestivo e deu-lhe a notícia. Teve a impressão de que recebia uma bordoadada na cabeça. Sentou-se, aturdido. Por alguns instantes

nenhum dos quatro homens falou. Refeito do choque inicial, Rodrigo pediu pormenores. Quem fora o assassino? Onde se dera o fato? Conte alguma coisa, homem de Deus!

[...]

– A coisa não vai ficar assim – murmurou o intendente. – O Rio Grande não pode ficar acovardado depois duma barbaridade dessas. Mataram o nosso Pinheiro!

E, num assomo de ódio, exclamou:

– Vai haver uma revolução!

[...]

Ao saberem da notícia, Flora e Maria Valéria vieram para a sala e ficaram junto da porta, mudas, num silêncio apreensivo.

Rodrigo leu nos olhos de ambas numa expressão que com frequência vinha do semblante das mulheres do Rio Grande: o medo ancestral da guerra!

– Precisamos fazer alguma coisa! – exclamou, olhando para o intendente. – Vou redigir um telegrama à nossa bancada no Rio. Algo de vibrante que leve o nosso protesto, a nossa indignação ante esse crime bárbaro, esse...

Calou-se, engasgado. (1956d, p. 376-7, OEV)

Nos trechos acima, o autor procura recriar na narrativa a forma como a notícia da morte de Pinheiro Machado teria se espalhado pelos recantos do Rio Grande do Sul. Do telegrafista ao intendente, deste aos chefes políticos locais, passando pela telefonista até chegar ao cinema e ao clube. O ambiente de comoção e incredulidade reforça na ficção a importância do senador como uma referência de autoridade para os gaúchos e como o seu assassinato interferiu no cotidiano regional, abalando tanto lideranças locais quanto pessoas comuns.

Rodrigo Cambará, de uma hora para outra, esquece que há pouco havia insultado o senador e abandonado o partido republicano. Profundamente chocado com a notícia, esquece discursos anteriores e já se mostra disposto a participar de algum ato de vingança. As reações dos personagens, neste sentido, são verossímeis do ponto de vista da realização literária e capazes de despertar no leitor uma “imagem” dos contornos da realidade histórica pretendida no projeto de romance. Discurso histórico e ação romanesca andam juntos, fazendo com que a partir de um pequeno número de personagens seja possível ter uma ideia do todo. Uma descrição semelhante Erico Verissimo repete no romance **Incidente em Antares** quando trata das reações dos populares ao suicídio de Getúlio Vargas.

Interessante observar também que a representação do evento não se restringe às reações de apenas uma das facções da política. Se por um lado alguns personagens como Rodrigo e o intendente Joca Prates falam em revolução e em vingança, por outro surgem vozes que aprovam o crime. Todas as expressões e opiniões são contempladas. Após a manifestação de um forasteiro no clube Comercial, que comenta “Bem feito! Foi uma

limpeza! Era um caudilho, um déspota, a asa negra do Brasil” (1956d, p. 377, OEV), Rodrigo reage com violência e agride o homem. Já o vigário comporta-se com certa malícia e ironia ao ouvir de Joca Prates a possibilidade de haver uma revolução “contra os inimigos do Rio Grande”. “– Mas não foi um gaúcho que assassinou o Senador?”, questiona o padre Astolfo (1956d, p. 376, OEV).

Em seguida ao impacto inicial da notícia da morte de Pinheiro Machado, conhecemos os fatos por completo e em descrições minuciosas, conforme amplamente divulgadas nos órgãos de imprensa e aproveitadas pelo escritor para completar o panorama histórico. Como o narrador não esclarece em qual jornal Rodrigo Cambará busca informações sobre o crime, limitando-se a apontar que “nos dias que se seguiram leu nos jornais os pormenores da tragédia do Hotel dos Estrangeiros” (1956d, p. 378, OEV), supomos que o autor tenha se baseado em material publicado pelo *Correio do Povo*, a partir dos telegramas recebidos das folhas do Rio de Janeiro, principalmente o *Correio da Manhã*.⁶⁶

Assim, encontram-se na narrativa todos os detalhes do momento do crime, da fuga e da prisão do criminoso conforme foram descritos pela imprensa a partir dos depoimentos dos deputados que acompanhavam Pinheiro Machado. Lê-se também um resumo do interrogatório de Manso de Paiva, no qual confessa o ódio por Pinheiro Machado e afirma ter planejado o crime ao constatar nos jornais que o país estava dividido por causa da candidatura de Hermes da Fonseca. Paiva revela ter comprado a arma do crime de um homem negro no largo de São Salvador por seiscentos réis. Ao ler esses detalhes, Rodrigo logo se recusa a acreditar na história de Manso de Paiva e encampa a hipótese do crime político.

Com o jornal na mão Rodrigo caminha dum lado para outro no escritório, na frente do Padre Astolfo, para quem estivera a ler em voz alta o relato da tragédia.

– Essa história está mal contada! – exclamou. – Alguém pagou o sicário para assassinar o Senador, isso ninguém me tira da cabeça. Foi dinheiro grosso, e o homem é capaz de cumprir a pena sem confessar o nome dos mandantes. Ah! Mas a história não pode ficar assim. Havemos de desmascarar essa camarilha de assassinos e levá-los à barra dos tribunais, nem que para isso tenhamos de provocar uma guerra civil. (1956d, p. 379, OEV)

Quando o Padre Astolfo chama a atenção para o conteúdo da carta encontrada no

66 O próprio autor confirma ter se aproveitado do conteúdo desse jornal no período de 1910 a 1915, como já apontamos no capítulo inicial desse trabalho. O *Correio do Povo*, embora tenha sido de certa forma comedido na cobertura do assassinato, também traz longas descrições do crime. Como há apenas duas transcrições de trechos no romance - o telegrama que Rui Barbosa enviou à viúva e o bilhete encontrado no bolso do assassino -, não descartamos que neste caso o escritor possa ter complementado sua pesquisa em outras fontes.

bolso do assassino,⁶⁷ Rodrigo fica mais convencido de que o crime fazia parte de um plano elaborado pelos inimigos do senador. “– Aí está a prova de que o crime teve como mandante algum gráudo, padre! Leia bem essa carta e me diga se isso é estilo de padeiro!” (1956d, p. 381, OEV). Indignado ao ler pormenores do laudo dos médicos-legistas, em que se constatava como “*causa mortis* uma hemorragia interna provocada por ferimento no pulmão direito e na respectiva artéria, produzido por um instrumento pérfuro-cortante” (1956d, p. 379, OEV), Rodrigo revela simpatia pela ideia de o Brasil ser governado por um “ditador”, prenúncio de sua relação com Getúlio Vargas.

– Que estupidez! – exclamou Rodrigo. Uma faca comprada a um negro por seiscentos réis cortou a vida do maior político do Brasil. E não me admirarei se o bandido for absolvido. Este país não cria vergonha, o que ele merece mesmo é um ditador da fibra do senador pra botar a canga no pescoço da canalha! (1956d, p. 379, OEV)

A comoção de Rodrigo cresce à medida que ele lê a descrição dos momentos posteriores ao assassinato. O narrador apropria-se de diálogos reconstruídos pelos jornais e cria, dessa forma, o clima de emoção e de desejo de vingança dos amigos do senador. O drama desenha-se de tal forma que o assassinato transforma-se numa afronta contra o Rio Grande do Sul, e não contra uma personalidade do governo.

Ao ver o cadáver do Senador Pinheiro Machado, Rivadávia Corrêa rompera em pranto, abraçando-se com Flores da Cunha, que também chorava sentidamente. E quando o delegado de polícia mandou pôr o corpo sobre uma padiola, muitas das pessoas presentes começaram a disputar o privilégio de conduzi-la. Alguém, entretanto, exclamou:

– É a bancada do Rio Grande que vai conduzi-lo.

À porta o hotel, Pompílio Dias bradou:

– Esperem pela revanche. Havemos de vingar essa morte!

Da multidão que se aglomerava na rua partiram gritos: “Apoiado! Apoiado!”

Voltando-se para o chefe de polícia e apontando-o com dedo acusador, Pompílio Dias disse em voz alta:

– O senhor é responsável por este crime, pois permitia *meetings* em que se aconselhava o assassinato do Senador Pinheiro! (1956d, p. 380, OEV)

O drama segue em trechos como: “Um fazendeiro, amigo íntimo de Pinheiro Machado, beijava-lhe freneticamente as faces” e “Que horror! Mataram-no pelas costas” (1956d, p. 381, OEV). Ainda, conforme “contava o repórter”, sabe-se que no dia do crime o senador trajava fraque aberto, com um cravo vermelho na botoadeira, calças escuras e colete a

67 O conteúdo do bilhete escrito pelo assassino está transcrito no romance (1956d, p. 381, OEV) nas mesmas palavras publicadas no *Correio da Manhã* (O assassinato, 1915, p. 1, JRA), salvo alteração na pontuação. “Caso eu seja morto pelos capangas deste homem que me leva a praticar este ato, não culpem ninguém. Como rio-grandense vingo meus conterrâneos mortos nas ruas de Porto Alegre; como brasileiro, a afronta atirada sobre um povo roubado e esfomeado”.

fantasia na qual se via um punhal de cabo de ouro e marfim. Completa-se, com estes detalhes, a imagem do líder gaúcho que perde a vida para tornar-se um mártir da política, que morre de uma forma covarde em defesa da República.

Rodrigo lia e relia, sensibilizado, o inventário das coisas que o comissário de polícia arrecadara dos bolsos do morto: uma cigarreira e uma lapiseira, ambas de ouro, um relógio de platina, uma corrente com pérolas, um alfinete com um chaveiro de brilhantes, uma carta, dois telegramas, um pince-nez, um revólver *Smith and Wesson*, um lenço de seda e três mil e duzentos réis em dinheiro...

– Veja padre, se isso não tem uma significação enorme! O homem de maior prestígio do Brasil morre com três mil e duzentos réis no bolso! (1956d, p. 382, OEV)⁶⁸

A representação deste capítulo da História tem como principais marcas o clima de comoção social, refletido sobre os personagens de Santa Fé, e a glorificação da figura de Pinheiro Machado. As mensagens dos trechos de reportagens escolhidos pelo escritor nos jornais convergem para estes dois aspectos. Outro exemplo vem do telegrama escrito por Rui Barbosa e enviado à viúva de Pinheiro Machado, lido por Rodrigo ao vigário.

Para mim que sempre considerei inviolável a vida humana, a dele era duplamente, ainda por mais dois títulos, sagrada: o da antiga amizade e o do antagonismo atual. Faço votos para que todos vejamos neste crime deplorável uma lição viva contra os excessos da violência e do sangue, com os quais nunca transigi e de que sempre preguei o horror. Queira V. Excia aceitar as homenagens de meu pesar e o respeito que ponho, comovido, a seus pés. (1956d, p. 380, OEV)⁶⁹

A revolta pessoal de Rodrigo Cambará não vai muito longe, pois seus pensamentos dividem-se entre a política e o amor por Toni. Por isso, enquanto conversa com o padre sobre o crime, deseja ao mesmo tempo rever a jovem. O personagem não demonstra qualquer sentimento de remorso por pensar na amante, estando em frente ao padre e a poucos passos da esposa e filhos, nem lhe ocorre qualquer ideia no sentido de iniciar uma reação prática para vingar a morte do senador.

Imagina-se simplesmente a explicar para a jovem a importância histórica daquele assassinato e, em seus pensamentos, encontra semelhanças entre o seu relacionamento proibido com a austríaca e o atentado contra o senador Pinheiro Machado.

La explicar-lhe o sentido daquela morte, o valor simbólico daquele homem e

68 A descrição dos objetivos corresponde ao que foi informado pela polícia e publicado nos jornais, como consta no *Correio da Manhã* (O assassinato, 1915, p. 1, JRA) do dia 10 de setembro, mas o escritor suprime alguns itens.

69 O texto confere com o conteúdo da carta de condolências de Rui Barbosa publicada no *Correio da Manhã* (A TRAGÉDIA, 1915, p. 3, JRA). No processo de edição, o escritor suprime o primeiro trecho da carta e substitui algumas palavras, como “que sempre profliguei” por “que sempre preguei o horror”, e pontuações.

as consequências tremendas que o crime podia ter para o Rio Grande e para o Brasil. [...] Depois eles esqueceriam o assassinato, o assassino, a polícia, tudo, para se entregarem ao ato do amor, que era também uma espécie de homicídio, em que havia um apunhalador e um apunhalado e uma agonia convulsiva, seguida duma deliciosa morte. (1956d, p. 382, OEV)

Para Rodrigo Cambará, a tragédia do assassinato do senador não é maior que a sua própria.

3.4 A Primeira Guerra Mundial

Além do momento de forte turbulência na política nacional, no Brasil também repercutia a guerra mundial deflagrada na Europa em julho de 1914. Os motivos que determinaram o início do confronto bélico são muitos e ao nos aprofundarmos neles estaríamos fugindo aos propósitos desse trabalho.⁷⁰ Mais importante para os nossos objetivos é observarmos as reações da imprensa nacional para podermos compará-las com a representação na ficção, uma vez que Rodrigo Cambará vai buscar nos jornais as notícias da guerra.

Inicialmente, é fato que a guerra não desperta muita atenção da imprensa brasileira nos primeiros meses de confrontos. Mais preocupados com os problemas domésticos, jornais e revistas preferiam dar destaque aos acontecimentos locais da política do que aos movimentos militares na Europa. Outro motivo deste afastamento era que no início não se cogitava a entrada do Brasil no conflito e a neutralidade torna-se uma questão de honra para os intelectuais. Para tal, evocava-se a ideia de uma tradição pacifista nacional para justificar uma posição neutra do Brasil.⁷¹

70 Entre as causas principais, os historiadores apontam o desejo expansionista da Alemanha; a forte concorrência econômica entre as potências europeias; a corrida armamentista; a disputa de Rússia e Áustria pelo controle dos Bálcãs e o fortalecimento de aspirações nacionalistas dos poloneses, tchecos e romenos. O fato que desencadeia o conflito é o assassinato do príncipe do império Austro-Húngaro, arquiduque Francisco Ferdinando, cometido por bósnios no dia 28 de junho de 1914. O crime leva o Império Austro-Húngaro a declarar guerra à Sérvia. A Rússia se posiciona a favor da Sérvia e a guerra se espalha pela Europa e outras nações mundiais em dois blocos: Tríplice Entente (França, Rússia e Grã-Bretanha) e Tríplice Aliança (Itália, Alemanha e Império Austro-Húngaro). Sobre a Primeira Guerra, ver: HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; RODRIGUES, Luiz Cesar Barreto. **Primeira Guerra Mundial**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Atual, 1985; ISNENGHI, Mario. **História da Primeira Guerra Mundial: século XX**. São Paulo: Ática, 1995.

71 “A América nada tinha com as questões de política internacional que haviam determinado o irrompimento do conflito na Europa. Assim, nos primeiros momentos da guerra, os países do hemisfério ocidental se dispuseram a proclamar suas disposições de manter irrestrita neutralidade. E, de certo modo, àquela época, ainda era bem fácil poder manter tal atitude. A distância que nos afastava do teatro das operações era uma garantia para preservação da paz nos países americanos. A União Pan-Americana nomeou uma Comissão

Além disso, como lembra Garambone (2003, p. 49, IM), autor de um dos raros estudos sobre o posicionamento da imprensa brasileira durante a Primeira Guerra, “os diários não tinham uma tradição de luta contra ou a favor das políticas praticadas por outros países, notadamente europeus, em relação ao Brasil”. Como exemplo, constata Garambone que em agosto de 1915 ainda era possível uma revista prestigiada como a *Fon-Fon* dedicar uma página inteira a uma festa realizada no Club Germania em favor das viúvas e dos órfãos de guerra alemães, tendo em vista que a Alemanha era apenas um país em guerra e não uma inimiga nacional. Não havia, portanto, pelo menos nestes momentos iniciais da guerra, hostilidades declaradas contra os alemães e seus descendentes, salvo casos isolados.

Apesar da imparcialidade da imprensa e da neutralidade diplomática, um grupo de intelectuais assume desde o início uma posição. A maioria, como aponta Sodré (1983, p. 341, IM), era simpática aos Aliados. José Veríssimo (apud Sodré, 1983, p. 341, IM) escreve no jornal *Imparcial*, de 24 de agosto: “O universal movimento de simpatia pela França é menos amor desta que reprovação da Alemanha, do regime político-militar que ela se deu e da arrogância que lhe insuflou uma quem sabe se não exagerada confiança na sua força”. No mês seguinte, Veríssimo prega a intervenção contra a Alemanha no artigo “O dever da América”, além de assumir a presidência da Liga dos Aliados, organização de caráter informal que tinha como principal objetivo angariar fundos para a Cruz Vermelha belga.

A favor de uma intervenção imediata contra a Alemanha estavam alguns dos escritores mais renomados da época, como Olavo Bilac, Coelho Neto, Graça Aranha e Medeiros e Albuquerque.⁷² “Acreditavam, sinceramente, que aquela guerra era destinada a salvar a civilização, que os alemães assassinavam crianças belgas” (SODRÉ, 1983, p. 341, IM). O mais enfático no discurso contra a neutralidade do Brasil foi sem dúvida Rui Barbosa, que chegou a surpreender o Itamarati ao proferir um discurso em Buenos Aires durante o centenário da Convenção de Tucumã, ocasião em que afirma que “neutralidade não quer dizer impassibilidade: quer dizer imparcialidade; e não há imparcialidade entre o direito e a justiça” (SILVA, 1975, p. 145-6, HI). Por outro lado, havia também os que combatiam a ideia de

Especial de Neutralidade”. (SILVA, 1975, p. 144, HI)

72 Em artigo publicado no *Correio do Povo* (Maya, 1915, p. 1, JRA), Alcides Maya comenta um artigo anterior de autoria de Medeiros e Albuquerque nos seguintes termos: “A causa da simpatia que, neste pleito, nos merece a França é de ordem espiritual, e não de conveniências práticas e de fim social, não de cálculos meramente econômicos. [...] Amo a França porque amo o desenvolvimento livre do homem, porque amo a sociedade nova que das ruínas desta nascerá, porque amo a justiça e porque amo o amor, tal a linguagem que os fatos nos impõem. [...] Combinai o “El-Dorado” e Paris e tereis a história da América: a batalha com a natureza e, sobre a natureza domada, a cidade ideal da Nova República...”

civilização atrelada à luta militar e tinham uma postura pacifista, entre eles Mário de Andrade e Lima Barreto.

Muito embora no princípio houvesse pouco destaque à guerra na imprensa em geral, o jornal oposicionista *Correio da Manhã* e o conservador *Jornal do Comércio*, dois dos mais importantes do país, deram extrema importância ao conflito. O *Correio da Manhã* mantinha uma rubrica diária intitulada “O momento europeu”, geralmente baseada mais na reprodução de telegramas e artigos do que em análise de conteúdo. O *Jornal do Commercio* fazia o mesmo com a rubrica “A Guerra”. A preocupação inicial dos jornais, conforme atesta Garambone (2003, p. 73-74, IM), é determinar as verdadeiras causas da guerra e quem foi o responsável pela sua eclosão – Alemanha ou Rússia. Ambos assumem, neste momento, uma postura de imparcialidade frente aos acontecimentos. No resto do país, a imprensa em geral tende a simpatizar com a causa dos aliados. Já o noticiário da imprensa teuto-brasileira, baseado nas informações recebidas de agências alemãs, contrastava com o conteúdo da imprensa brasileira. Seyferth (1999, p. 305, HI) observa que havia “empenho dos jornalistas teuto-brasileiros para evitar o rompimento de relações com a Alemanha, enquanto aumentavam as publicações que denunciavam o ‘perigo alemão’”.

No *Correio do Povo*, o boletim da guerra merece maior atenção do corpo editorial a partir de janeiro de 1915. A rubrica “A Guerra – Notas e Episódios” traz notícias dos combates enviadas por correspondentes estrangeiros e de telegramas recebidos da imprensa do Rio de Janeiro e de jornais internacionais. No dia 1º de janeiro de 1915, o *Correio* publica uma extensa reportagem assinada por Cabasino Renda, correspondente de guerra que conseguiu ser admitido no exército alemão, intitulada “O Estado-Maior Alemão – sua organização e funcionamento” (RENDA, 1915, p. 12, JRA). Dois dias mais tarde, o jornal (Ego, 1915, p. 2, JRA) publica uma das primeiras análises da guerra, intitulada “As consequências econômicas da guerra”, texto anteriormente publicado no *Jornal do Commercio*. Com atrasos que variam de 20 dias a um mês em relação à data dos eventos, o jornal segue publicando o resultado dos combates conforme chegam as notícias.

Um ano após o início dos confrontos, ainda não havia simpatias declaradas por nenhum dos lados da guerra na grande imprensa nacional, salvo as posições individuais dos intelectuais e das pequenas folhas do interior e da imprensa proletária das áreas urbanas.⁷³ Os

⁷³ No meio operário a luta contra a guerra começa desde o princípio do conflito, com manifestos publicados na imprensa especializada (SODRÉ, 1983, p. 315, IM). Apesar de sua importância junto a um público fiel, estes jornais tinham pequena penetração nos círculos sociais e poucos leitores, portanto sem condições de

jornais cariocas publicavam numa mesma página, lado a lado, notícias e artigos de países rivais enviados por correspondentes eventuais.

Apesar de próxima politicamente, a guerra estava distante geograficamente e ainda não passava pela cabeça dos formadores de opinião pública e dos tomadores de decisões uma atitude mais enérgica da diplomacia brasileira. A neutralidade era quase natural, tanto a do governo quanto a do povo. [...] A neutralidade editorial permeava as letras consideradas conservadoras do *Jornal do Commercio*, que resistiram enquanto puderam à tentação natural de alinhamento automático ao bloco aliado. (GARAMBONE, 2003, p. 78, IM)

Se por um lado os simpatizantes dos aliados organizavam atividades para angariar recursos, o mesmo também acontecia com os que estavam do lado dos alemães. No Rio Grande do Sul, os jornais publicados em alemão costumavam divulgar as ações sociais realizadas com o objetivo de levantar fundos para a causa alemã. Faziam valer o seu direito de cidadãos de um país neutro no conflito. No entanto, como aponta Luebke (1987, p. 103, HI, tradução nossa), muitas vezes os teuto-brasileiros exageravam em suas manifestações, celebrando ostensivamente as notícias de vitórias alemães ou estendendo bandeiras da Alemanha e da Áustria.

A tensão começa a aumentar em 1917, após a entrada dos Estados Unidos no conflito e os ataques a navios brasileiros por submarinos alemães. Pressionado pelos jornais e pela opinião pública, o governo primeiro revoga a postura neutra e poucos meses depois declara guerra contra as potências centrais.⁷⁴ Com a entrada definitiva do Brasil na guerra, a Alemanha transforma-se em inimiga e os estabelecimentos alemães nas principais cidades como São Paulo e Rio de Janeiro passam a ser guardados pela polícia. Os alemães residentes no país são encarados com desconfiança e os órgãos de propaganda germânica no Brasil, bem como os jornais alemães com versão em português, são perseguidos e muitos deixam de circular. Segundo Seyferth (1999, p. 305, HI),

a partir da declaração de guerra à Alemanha, em 1917, ocorreram manifestações de hostilidade contra a população de origem alemã, especialmente em Porto Alegre e outras capitais. Sociedades recreativas, hotéis, lojas, redações de jornais, estabelecimentos fabris pertencentes a teuto-brasileiros sofreram depredações. A categoria ‘alemão’ assumiu uma conotação negativa, de traição, aguçando o ressentimento de uma população que se considerava leal ao Brasil.

convencimento junto à opinião pública. Entendemos que ao explorarmos a participação da imprensa proletária no contexto brasileiro da guerra saíramos do nosso foco.

⁷⁴ Em relação ao *Correio da Manhã* e *Jornal do Commercio*, Garambone (2003, p. 106-7, IM) conclui que “ambos perceberam também a hora em que o Brasil devia rever a decantada neutralidade. Os jornais brasileiros, na realidade, anteciparam o engajamento nacional no conflito”.

No dia 16 de abril de 1917, o *Deutsche Zeitung* foi assaltado e destruído pela massa enfurecida em Porto Alegre. Apesar do perigo que representava qualquer manifestação feita em alemão ou por alemães, algumas folhas alemãs decidiram editar sucedâneos em língua portuguesa, caso do *Deutsches Volksblatt*, do *Neue Deutsche Zeitung* e do *Vaterland*, que adotaram os nomes *Gazeta Popular*, *Gazeta Colonial* e *Jornal da Tarde*, respectivamente. A partir destes jornais, “oferecia-se a um grande número de luso-brasileiros a oportunidade de informar-se, por outro viés daquele apresentado pela imprensa dos aliados, sobre a situação mundial” (CEM anos de Germanidade no Rio Grande do Sul, 1999, p. 300).

Por sinal, a guerra interrompe o auge da imprensa em língua alemã no Rio Grande do Sul, cujo número de assinantes em 1915 atingia a casa dos 20 mil, contra seis mil estimados em 1890 (RÜDIGER, 1996, p. 135, IM). Nos primeiros anos do conflito as tiragens aumentaram justamente por conta do noticiário alternativo divulgado por estas folhas a partir das informações fornecidas pela agência alemã Transocean. Nos jornais escritos em português, o monopólio das informações pertencia às agências Havas (França) e Reuters (Inglaterra).

Como legado da guerra para o jornalismo, Bahia (1972, p. 51, IM) observa que foi neste período que a imprensa brasileira assimilou os “efeitos de modificações produzidas na vida social dos povos e nas relações com o sistema de comunicação de massas”. Ao término do conflito, o jornalismo nacional apresentava-se mais objetivo e, do ponto de vista do conteúdo, buscava atender melhor a curiosidade do leitor, “interessado cada vez mais em conhecer os diferentes ângulos do assunto, onde quer que ocorresse” (BAHIA, 1972, p. 51, IM).

3.4.1 Ecos da batalha em Santa Fé

Embora em menor profundidade em relação aos eventos da política brasileira, a Primeira Guerra Mundial também está representada em **O tempo e o vento**. Como ocorre em outros momentos do eixo histórico da ficção, os personagens expressam pontos de vista divergentes sobre o mesmo evento, cabendo a Rodrigo Cambará a posição central na representação do conflito internacional. Em poucas páginas, o autor procura condensar o impacto da guerra na vida cotidiana dos habitantes da pequena localidade, reproduzindo na ficção informações conhecidas da História e transformando o real em assunto da ficção.

As notícias do conflito entre as nações europeias chegam pelos jornais na forma de *flashback*. No dia 3 de janeiro de 1915, Rodrigo toma um exemplar do *Correio do Povo* no qual o editorial enumera as catástrofes do ano anterior.

Ano Novo! Ano Bom!

A alma popular teima, a cada novo ano que surge, em querer ver no seu despontar os raios duma nova aurora, o início dum nono período de ventura e de bondade. O Ano Novo é sempre o Ano Bom. Assim nos iludíamos todos a 1. de janeiro desse malsinado 1914. Todos esperávamos que ele nos viesse compensar dos desgostos de 1913, que nos viesse ressarcir dos males que este nos causara. E, no entanto, nunca houve ano de tão dolorosas provações para todo o mundo, de tantas misérias, de tantas dores, de tantos horrores.

Aqui no Brasil tivemos, logo aos primeiros meses desse ano terrível, a tragédia do Ceará e o seu longo cortejo de desgraças; vieram depois o estado de sítio, a perseguição à imprensa, os crimes do Contestado; a debacle financeira, o abalo do nosso crédito no estrangeiro, arrastando-nos ao beco sem saída do “funding loan”.

Não foram mais felizes os outros países do continente. (1956d, p. 192, OEV)

Em seguida, conforme informa o narrador, o editorialista do *Correio* enumera outras “desgraças continentais”:

[...] revoluções no México e o conflito desse país com os Estados Unidos; o assassinio do Presidente da República da Colômbia; crimes no Prata e luto na Argentina pela morte de Saenz Peña. A Europa não fora mais feliz: a “semana vermelha” na Itália, como os desatinos revolucionários de Ancona; agitação política na França, onde a tragédia do “Figaro” – o escandaloso “*affaire Calmette*” – agitara a nação e o mundo; greves na Rússia; novos rumores de guerra entre a Turquia e a Grécia; a farsa das sufragistas na Inglaterra e boatos de guerra civil na Irlanda. Por fim – continuava o editorial – a maior catástrofe de todas: o assassinio do arquiduque herdeiro do trono dos Habsburgos, que desencadeara na Europa a mais terrível guerra da história da raça humana. E era a sombra dessa pavorosa hecatombe que surgia o ano de 1915. (1956d, p. 192-3, OEV)

Este editorial foi realmente publicado nesta data no jornal (ANO, 1915, p. 2, JRA). Os dois primeiros parágrafos respeitam fielmente o texto original do *Correio*. Depois, o narrador trata de resumir as outras “desgraças” que são apontadas no editorial. A partir desta leitura, que se estende por outras seções cujas páginas “estavam cheias de telegramas de guerra, que continuava na sua estagnação de inverno” (1956d, p. 192, OEV), os principais eventos históricos da época vão surgindo aos poucos, tornando tudo familiar para o leitor. Neste momento, as reflexões de Rodrigo recuperam informações sobre a eclosão da guerra. O personagem recorda o impacto que sentira ao receber a notícia do amigo Cuca Lopes, em julho de 1914. A primeira reação do protagonista fora de decepção por ter que adiar o seu sonho de viajar à França. “– Adeus, viagem a Paris! – exclamou Rodrigo, sentando-se,

prostrado, numa cadeira” (1956d, p. 193, OEV).

A partir daí, sem procurar entender o significado e o sentido da guerra, Rodrigo passa a acompanhá-la avidamente através da imprensa, assumindo em Santa Fé o papel de liderança local de apoio aos países aliados. Do outro lado posicionam-se as famílias de origem alemã.

Generalizando o conflito, Rodrigo ficou a segui-lo avidamente através dos jornais. Desde logo ficara evidente que a maioria da população santa-fezense era simpática à causa aliada. Quanto a Rodrigo, não tivera a menor hesitação. Onde estivesse a França, lá estaria também seu espírito e seu coração. Em meados de agosto organizou uma marcha *aux flambeaux* em que os partidários aliados, puxados pelas bandas de música militar, desfilaram pelas ruas de Santa Fé com bandeiras da França, da Inglaterra e do Brasil, a soltar vivas a Poincaré, ao Czar da Rússia, ao Rei Jorge da Inglaterra e ao Rei Alberto da Bélgica.

A Farmácia Popular ficou sendo conhecida como o mais importante centro de concentração aliadófila da cidade, ao passo que a Confeitaria Schnitzler era o ponto de reunião dos membros da colônia alemã e dos teuto-brasileiros, cujas simpatias naturalmente estavam voltadas ao *Vaterland*. (1956d, p. 194, OEV)

Em revistas e jornais espanhóis e platinos, assinados exclusivamente porque traziam reportagens e comentários ilustrados sobre a guerra, Rodrigo informa-se superficialmente sobre os últimos acontecimentos. As reações do personagem após a leitura das publicações, no entanto, revelam sua falta de reflexão em torno do assunto, preferindo tirar conclusões precipitadas a partir da fisionomia dos envolvidos.

Compare-se a fisionomia de Raymond Poincaré com a de Guilherme II. Dum lado temos esse homem culto e civilizado, com ar de professor universitário, uma expressão de bondade paternal no rosto. Do outro, todo enfarpelado no seu vistoso uniforme, o maldito Hohenzollern, de bigodes de guias torcidas para cima, o olhar duro e cruel como o aço de seu antipático capacete. Senhores, entre um e outro não podemos ter a menor hesitação. (1956d, p. 195, OEV)

Rodrigo acredita em tudo que os jornais publicam e sua indignação cresce conforme chegam relatos sobre as atrocidades cometidas pelas tropas alemãs na Bélgica, onde “aldeias inteiras eram destruídas, velhos, mulheres, inválidos e crianças fuzilados juntamente com homens válidos” (1956d, p. 196, OEV). Se por um lado revolta-se com abusos causados pelos alemães, por outro se enche de entusiasmo com o sacrifício dos soldados aliados. O protagonista representa o leitor que se deixa envolver pelo discurso jornalístico e não tem capacidade de filtrar o noticiário com uma postura crítica e analítica.

Quando recebe notícias da vitória francesa sobre os alemães na primeira batalha do Marne, ocorrida em setembro de 1914, ordena ao “negro Sérgio” que solte duas dúzias de

foguetes em frente à Farmácia Popular. Ali mesmo, diante dos curiosos, que formam um pequeno comício, Rodrigo transmite a notícia aos gritos e faz um discurso veemente exaltando “a coragem e o gênio dos gauleses” e atacando “os hunos que com o tacão de suas botas de bárbaros estão ameaçando a civilização, a cultura e a democracia!” (1956d, p. 195, OEV). Em outra ocasião chora, emocionado, ao ler uma narrativa da proeza do aviador Roland Garros, “esse Garros que, para destruir um dirigível alemão, não hesita em atirar contra ele o aeroplano que pilotava com maravilhosa destreza, tendo a tranquila certeza de que essa morte seria simplesmente sublime. Poucas vezes subiu tão alto o aliás tradicional heroísmo francês” (1956d, p. 198, OEV).⁷⁵

O comportamento exaltado e até certo ponto ingênuo de Rodrigo Cambará não passa despercebido pelo narrador, para o qual Rodrigo “via a guerra através dum prisma apaixonadamente romanesco (a revanche de Sedan, o estudante alsaciano, o *esprit* contra o *Kultur*)” (1956d, p. 197, OEV).⁷⁶ Tal envolvimento emocional com a longínqua guerra leva Rodrigo a desentendimentos com os coronéis locais, preocupados apenas com as alterações de preços nos gêneros de primeira necessidade e com a paralisação do mercado da banha. O personagem interpreta a preocupação dos estancieiros com a possibilidade de haver prejuízos à pecuária⁷⁷ como uma atitude egoísta de gente “que só pensava na barriga”. Esquece ele que todo o sustento da família Cambará também depende dos rumos da economia regional.

A posição de Licurgo Cambará não difere dos outros estancieiros. Para ele a Europa não passa de “pura invenção dos jornais e dos compêndios de geografia” (1956d, p. 197, OEV).⁷⁸ Licurgo mostra-se mais preocupado com a luta do Contestado e com a possibilidade de “fanáticos” invadirem o Estado do que com as notícias de um conflito tão distante da realidade local. Rodrigo, porém, não vê uma ameaça real para a vida da República na ação de “caboclos mal-armados”, mas pondera que “o Kaiser, esse sim é um pesadelo para toda a civilização” (1956d, p. 199, OEV). Crente que sua campanha pode salvar a Europa, Rodrigo

75 O aviador e piloto de guerra Roland Garros morreu em combate aéreo em outubro de 1918, e não em 1914, época em que transcorre a ação do romance.

76 A revanche de Sedan refere-se à batalha que decidiu a Guerra Franco-Prussiana, no Século XIX. A vitória prussiana forçou a França a pagar pesadas indenizações e a entregar os territórios da Alsácia e da Lorena. O estudante alsaciano refere-se ao poema homônimo do português Acácio Antunes (1853-1927), em que um menino enfrenta o rigoroso professor alemão para declarar o seu amor pela França.

77 “O couro, que havia pouco estava a 1\$640, agora não tinha cotação. Os proprietários das barracas do interior do estado ordenavam aos seus representantes que suspendessem todas as compras” (1956d, p. 197, OEV).

78 Não raro os personagens menos esclarecidos de **O tempo e o vento** costumam atribuir certas notícias a mentiras dos jornais. Também por conta da guerra, Aderbal Quadros faz o seguinte comentário: “Às vezes até chego a pensar que toda essa história de guerra não passa duma invenção do *Correio do Povo* e dos outros jornais, só para terem assunto”. (1956d, p. 188, OEV)

organiza em Santa Fé uma festa com leilão em benefício da Cruz Vermelha belga.

A empolgação de Rodrigo pela causa aliada é freada pelas declarações do capitão Rubim Veloso, germanófilo assumido. Ao ouvir Rodrigo enumerar as barbaridades cometidas pelos soldados alemães, Rubim pondera que na guerra não existem soldados inocentes. Na opinião do capitão os grandes vilões são os russos.

– Não acredite nessas notícias – dizia Rubim. Isso é pura propaganda aliada. E, depois, guerra é guerra e não podemos esperar que os soldados se portem como anjos. Os alemães não são melhores nem piores que os ingleses e os franceses. Mas uma coisa lhe digo, meu caro. São mil vezes mais humanos que os russos. Esses escravos, sim, é que são bárbaros. (1956d, p. 196, OEV)

Para Rubim, Rodrigo Cambará raciocina de maneira infantil ao deixar-se dominar pela “velha piedade cristã pelos fracos”, conforme a qual “o fraco é necessariamente o bom, ao passo que o forte é o mau”. Como resposta, sem possuir outro argumento, Rodrigo apanha um exemplar do *Correio do Povo* onde aparece transcrito um discurso que Rui Barbosa pronunciara no Senado Federal. Ele lê um longo trecho do discurso para o militar.⁷⁹ É na imprensa, novamente, que o personagem busca proteção e legitimidade para as suas ideias. O que está publicado no jornal traduz-se, na visão de Rodrigo, como a verdade inquestionável.

O capitão escuta a leitura do pronunciamento com um sorriso céptico, intercalando a fala do outro com comentários maliciosos como “dêem-lhe um baralho e um parceiro e ele ficará feliz” e “até o nosso grande Rui caiu na esparrela da propaganda aliada” (1956d, p. 200, OEV). Por fim, após ouvir o discurso por completo, Rubim tece uma explicação didática e mostra-se ser o único personagem da trama a ter uma interpretação própria dos problemas históricos que levam os países europeus à guerra. Uma leitura mais lúcida dos acontecimentos históricos não vem do simpatizante das forças aliadas, protagonista da ação ficcional, mas de um militar preconceituoso.

O que se passava – acrescentou – era tão claro e de natureza tão prática que

79 Não localizamos o referido discurso nas edições consultadas do jornal *Correio do Povo*. É provável que o escritor tenha tido acesso ao texto em um livro. O discurso é longo e seria desnecessária sua transcrição completa. Um pequeno trecho, porém, nos parece relevante porque vai ao encontro do que Rodrigo Cambará procura defender. “Agora, quando a Bélgica atravessa o seu martírio sobre-humano, com um heroísmo cuja sublimidade obumbra às vezes as mais divinas páginas da antiga história grega, a luta da civilização helênica contra as hordas do Oriente, os que ali volvêsemos já não descobriríamos senão os restos das fogueiras bárbaras, vastas necrópoles, campos desertos, cidade, monumentos e construções consumidas, ruínas sombrias, braseiros extintos e vozes de pranto, de maldição e de saudade no espaço. [...] uma guerra que arrasa cidades abertas, queima aldeias pacíficas, tala campos sorridentes, cativa populações desarmadas, trucidando fugitivos inocentes; uma guerra que fuzila velhos inválidos, corta seios às mulheres e decepa as mãos às crianças; uma guerra que sistematiza a crueldade, a destruição e o terror [...]”. In: BARBOSA, Rui. **Obras Completas**. Discursos parlamentares, 1914. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973. v. 41. t. 2. p. 244.

dispensava a eloquência e a retórica. A Alemanha e a Áustria tinham, havia muito, os olhos voltados para o Oriente e para a Ásia menor; falava-se até em estender a Grande Germânia de Berlim a Bagdá. Por outro lado a Rússia queria impor o domínio eslavo a Constantinopla, uma expansão rumo do Adriático, passando pela Sérvia... Não havia no mundo inteiro área mais confusa e inflamável que os Bálcãs. Jamais houvera na história das nações zona mais confusa e cheia de intrigas políticas e complicações religiosas e raciais. Aqueles países, verdadeiras comédias de erros, colchas de retalhos de nacionalidades que se repeliam, não tinham estatura para se tornarem nações independentes. Eram apenas presas em estado potencial cobiçadas por dois colossos: o alemão e o russo. Ora, a França, que vivia iludida com o poderio militar da Rússia, tinha com esta uma aliança. O povo francês esperava de certo modo tirar a revanche de 70. Quanto à Inglaterra, a velha raposa ficaria de bom grado fora do conflito, deixando que as outras potências se destruíssem, a fim de que ela, intervindo no fim, pudesse ficar com a parte do leão. O diabo era que, vencedora a Alemanha, a sorte do Reino Unido estaria selada. Não devíamos esquecer também que entre a Inglaterra e a Alemanha existia uma tremenda rivalidade comercial. Os produtos alemães, em geral melhores e mais baratos que os ingleses, estavam começando a dominar os mercados mundiais. A destruição da Alemanha, portanto, era coisa indispensável não só para a saúde econômica do Império Britânico, como também para a tranquilidade da França.

– O resto, meu amigo – rematou o capitão – é rui-barbosismo, pura retórica dum país de mulatos pacholas e pernósticos. (1956d, p. 201, OEV)

A guerra também provoca convulsão na pequena Santa Fé por conta da presença dos descendentes alemães. Aos poucos, Rodrigo vai perdendo a paciência ao saber que os imigrantes promovem comícios e festas pró-Alemanha. Primeiro enfurece-se ao ler nos jornais que as sociedades germânicas de Porto Alegre, São Leopoldo e Santa Cruz faziam subscrições em benefício dos soldados alemães e austríacos. Em Nova Pomerânia, colônia alemã de Santa Fé, organizavam-se festas e comícios em que se cantavam hinos patrióticos.

Para ele, aqueles alemães e seus descendentes “deviam meter a viola no saco e ficar quietos no seu canto, pois se continuassem naquelas manifestações insolentes acabariam mas era levando bordoadas!” (1956d, p. 195, OEV). Conforme chegam mais notícias relatando as práticas de guerra dos alemães na frente de batalha, aumenta o rancor do personagem em relação aos alemães. Para completar sua indignação, os vizinhos colonos enviam seus filhos para se alistarem nas forças do Kaiser.

Desaforo! – vociferava Rodrigo. – O governo deve proibir isso. Afinal de contas esses lambotes vivem na nossa terra, comem o nosso pão, bebem a nossa água, respiram o nosso ar, dependem, enfim, da nossa generosidade e da nossa tolerância. [...]

Cortou o cumprimento a Júlio Schnitzler e começou a boicotar-lhe a confeitaria. Olhava com rancor e má vontade para os Spielvogel, os Kunz, os Schultz, enfim, para todos os que ali em Santa Fé tinham nomes germânicos. “Se algum desses boches me olhar atravessado, parto-lhe a cara!” (1956d, p.

196, OEV)

Sempre inflamado pelo conteúdo dos relatos da imprensa, não demora muito para a mágoa de Rodrigo contra os alemães transformar-se em agressão. Em abril de 1915, ele acompanha com “apaixonado interesse, através dos jornais” (1956d, p. 275, OEV), o desenvolvimento da batalha de Ypres. Ao saber que os alemães haviam empregado nuvens de gases asfixiantes contra os inimigos, Rodrigo teve ímpetos de “sair para a rua e quebrar a cara do primeiro alemão que encontrasse” (1956d, p. 275, OEV). A gota d’água são as notícias da campanha submarina em que os alemães afundavam navios mercantes e de passageiros, tanto de nações inimigas quanto de países neutros. No princípio de maio, os jornais trazem o comunicado de que um submarino alemão torpedeara nas águas da Irlanda o transatlântico inglês Lusitânia, causando a morte de 1.153 passageiros.

Ao saber do ocorrido, Rodrigo enche-se de fúria e decide vingar-se:

Deixou o Sobrado de bengala em punho, disse um mundo de desaforos a Otto Spielvogel, que encontrou a soltar gargalhadas à frente da Casa Schultz, e ameaçou:

– Bandidos! Vocês todos deviam ser capados para acabar com essa raça maldita! Enquanto existir um alemão na face da terra a humanidade não poderá viver em paz!

Espantado, Spielvogel não reagiu: recuou na direção da parede da casa, limitando-se a murmurar: “Mas doutor... mas doutor...”

A cena atraía curiosos, o que deixou Rodrigo ainda mais exaltado. Vendo na vitrina da loja do Schultz uma tricomia do Kaiser, não se conteve: ergueu a bengala e fê-la descer com toda a força contra o vidro, partindo-o. E para o dono da casa, que apareceu à porta no momento em que ele arrebatava o retrato da vitrina e rasgava-o em muitos pedaços, vociferou:

– Não me exponha mais a cara desse bandido, ó Schultz, senão eu mando prender fogo nesta pocilga, estás ouvindo, lambote?

Dito isto, fez meia volta, deu alguns passos, e, sem olhar para trás, gritou: “Me mande a conta dos prejuízos, que eu pago”. [...] Ao chegar à praça tinha-se-lhe arrefecido um pouco a fúria e ele começava quase a envergonhar-se do papelão que fizera diante de tanta gente. Mas, que diabo, o que me corre nas veias é sangue e não limonada. Alguém tem que jogar bruto com esses boches, senão amanhã eles querem tomar conta do Brasil. (1956d, p. 276-7, OEV)

O comportamento compulsivo de Rodrigo Cambará na questão da Primeira Guerra corresponde ao seu caráter, moldado ao longo da narrativa. Fica evidente, mais uma vez, que o personagem tem por hábito envolver-se nos eventos críticos da história de forma apaixonada e ingênua, facilmente influenciado pelo conteúdo dos jornais. Não seria de estranhar se mudasse de lado em plena guerra, caso houvesse uma campanha neste sentido na imprensa. Se realmente odiava a Alemanha, “quebrasse então todas as chapas que continham

composições de Beethoven e Schubert; queimasse todos os livros de Goethe, Schiller, Heine...”, desafia o amigo Carlo Carbone (1956d, p. 282, OEV).

No entanto, Rodrigo não faz nada disso. Sua reação resume-se a atacar verbalmente os vizinhos, revelando com duras palavras o seu preconceito contra os imigrantes. Aproveita-se do momento para improvisar palanques e praticar sua retórica de rancor, revelando dificuldade para aceitar opiniões contrárias. No mundo imaginário de Santa Fé, a guerra expõe a fissura social que separa os gaúchos dos alemães num momento de afirmação de nacionalidade. O mesmo conflito volta a se repetir durante a Segunda Guerra, evento representado no episódio “Do diário de Sílvia”.

Sem demonstrar conhecimento algum das causas e consequências da guerra, nem interesse em formar uma opinião coerente, Rodrigo Cambará satisfaz-se com a leitura dos jornais e a reprodução do conteúdo destes. Assume a versão jornalística como verdade e reage a ela de maneira precipitada. Não raro foge ao debate ou finge uma erudição que não possui. Mas seu envolvimento com a causa dos aliados e a revolta contra a cultura alemã não resiste por muito tempo.

Se durante a campanha civilista o senador Pinheiro Machado faz o personagem amolecer com o aceno de uma cadeira de deputado na Assembleia, na Primeira Guerra a sua revolta pessoal contra os alemães termina nos primeiros acordes do concerto da Philharmonische Familie. Encantado pela beleza da jovem Toni Weber, Rodrigo esquece totalmente a guerra “da civilização contra a barbárie” e faz dos austríacos convidados de honra do Sobrado com o objetivo de aproximar-se de sua presa. O ódio aos alemães logo se transforma em paixão pela austríaca, assim como a oposição aos republicanos não impede que Rodrigo Cambará participe do governo de Getúlio Vargas.

Para reproduzir no romance um momento singular da História, qual seja, os reflexos da Primeira Guerra Mundial numa pequena cidade do interior do Rio Grande do Sul, o escritor utiliza-se da liberdade de criação que a prática ficcional lhe confere. Como a ação romanesca transcorre em 1915, ele antecipa a convulsão social registrada dois anos mais tarde por conta da declaração de guerra do Brasil à Alemanha. Dessa forma, mesclando fatos históricos de 1914 e 1915 com reações populares ocorridas somente a partir de 1917, o autor apresenta detalhes significativos que dispensam longas descrições. E amarrando esses detalhes da guerra, resgatados das publicações da imprensa, ao fluxo da narrativa, o autor constrói a ética de seus personagens a partir de suas ações e reações. Os fatos ali inseridos

estão ligados entre si e ajudam a formar o amplo quadro histórico pretendido pelo autor. Se não representam a condição primeira de justificativa da narrativa, e não nos parece que este seja o objetivo do autor, tampouco podem ser relegados a simples adereços na narrativa da saga familiar.

É na verdade dos detalhes, sem abrir mão da liberdade de criação literária, que o escritor preenche de sentido a existência ficcional e o destino de seus personagens. Trilhando esses caminhos é possível compreender com mais lucidez a significação da derrocada dos Cambará, marcada pela desintegração da família, pelo retorno de Rodrigo a Santa Fé na abertura do Período Democrático e pela doença que o consome numa cama até o dia de sua morte, como veremos no fechamento deste capítulo.

3.5 Fim da era Vargas e início do Período Democrático

A deposição de Getúlio Vargas, no final de outubro de 1945, marca o início do chamado Período Democrático, que se estende até o golpe militar de 1964. Após oito anos de regime autoritário do Estado Novo, em que o governo tinha total controle sobre a sociedade, confirma-se para 2 de dezembro a realização das eleições para presidente, deputados e senadores. Cerca de 6,2 milhões de eleitores compareceram às urnas e a maioria elegeu para presidente o general Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD), contrariando o favoritismo de Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional (UDN).

As primeiras eleições diretas à Presidência desde março de 1930 foram antecipadas por um complexo jogo político e agitação das camadas populares. Pressionado pelos setores que exigiam abertura democrática, Getúlio Vargas tenta sustentar a ditadura justificando sua necessidade em decorrência da Segunda Guerra, com promessas vagas de realizar eleições ao final do conflito. E é justamente a guerra que consiste em um elemento chave para o entendimento do processo de declínio sofrido pelo regime de Vargas. Isso porque a entrada do Brasil na guerra estabelece uma contradição entre o discurso oficial de apoio às democracias mundiais e a situação interna do país, que vivia um regime autoritário. Essa situação municiou as oposições e abriu caminho para as divergências no interior do governo.

Analisados pelo filtro da imprensa esses acontecimentos assinalam o início de novas aspirações sociais. Desde a instauração do Estado Novo os jornais sofriam os rigores da censura, muitos foram expropriados e seus proprietários e auxiliares diretos seguiram para o

exílio. Grande parte, porém, acabou sendo cooptada pela ditadura (CAPELATO, 1988, p. 49, IM). No Rio Grande do Sul, jornais que haviam pertencido a pessoas ligadas a Flores da Cunha, como *Jornal da Noite*, *O Estado do Rio Grande*, *O Libertador* e o *Echo do Sul* também haviam sido fechados. Outros, como o *Diário de Notícias*, suspensos por tempo indeterminado.⁸⁰ Conforme observa Sodré (1983, p. 383, IM), o Estado Novo começa a deteriorar-se no decorrer da evolução da guerra porque nessa época “a imprensa teve condições para desafogar progressivamente as suas manifestações” e “a propósito do que ocorria no exterior, as críticas visavam o que acontecia no próprio Brasil”. Aos poucos, a imprensa liberta-se da censura e passa a publicar conteúdo que anos antes seria praticamente impossível.⁸¹

Um dos primeiros sinais de fraqueza do cerceamento à imprensa ocorre quando o jornal *Diário de São Paulo* publica uma entrevista de Monteiro Lobato na qual ele ousa “louvar o regime socialista e a criticar a ordem capitalista”, além de elogiar a figura do comunista Luís Carlos Prestes e o papel da Rússia no cenário internacional. Uma semana mais tarde o jornal precisou reimprimir a edição em que saiu a entrevista devido ao interesse dos leitores (SODRÉ, 1983, p. 387, IM). Em fevereiro de 1945, José Américo de Almeida concede ao *Correio da Manhã* (A situação, 1945, p. 14, JRA) uma entrevista considerada decisiva para a abertura do problema eleitoral, em que ele exige eleições livres e exalta a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, que desde o final de 1944 era tido como o candidato da oposição à presidência.

De qualquer forma, como aponta Sodré (1983, p. 386, IM), o afrouxamento da censura foi “todo um processo de alargamento de brechas, não podendo ser situada nas limitações de um gesto isolado”. Embora jornalistas continuassem sendo presos nessa época, já era possível o surgimento de novos jornais e a publicação de críticas mais veementes contra o regime. Nas palavras de Ferreira (2005, p. 23, HI): “Ditador, tirano, fascista, demagogo, hipócrita, traidor, mistificador e opressor dos operários, entre tantos outros impropérios, assim

80 Gertz (2005, p. 142, HI) aponta haver dificuldades para se esclarecer os atos de censura à imprensa gaúcha no período do Estado Novo. Nos anos posteriores à implantação do Estado Novo ocorreram vários incêndios em Porto Alegre, um deles justamente no Palácio da Polícia, onde a documentação referente a esse assunto foi consumida pelo fogo. “Dependemos, por isso, das informações esparsas encontráveis em outros tipos de documentação”.

81 Durante o Estado Novo o governo determinou o fechamento de vários jornais. De acordo com Rüdiger (1993, p. 41, IM), os que resistiram precisaram se adaptar à nova situação, “adotando uma linha noticiosa, como foi o caso dos dissidentes do novo regime, ou simplesmente adotando uma postura oficialista, como se verificou na maior parte dos casos. O regime estabelecido se encarregou de cuidar para que os primeiros se mantivessem estritamente na nova linha editorial, já os dissidentes sofreram duras represálias”.

Vargas passou a ser qualificado pela oposição e na imprensa a partir de fins de fevereiro”.

O clamor cada vez maior por mudanças na política resulta no decreto do novo Código Eleitoral, em fins de maio de 1945, em que se confirma a data para a eleição presidencial e de uma Assembleia Constituinte. Getúlio Vargas declara não ser candidato e o ministro da Guerra, general Dutra, surge como candidatura consensual no interior do governo. Nos bastidores, Góis Monteiro, que fora um dos mentores da revolução de 30, trabalha junto aos militares para concretizar a derrubada do presidente. Sem a sustentação do governo junto às patentes militares, Vargas busca apoio nas massas populares urbanas, entre elas os sindicatos e os comunistas, em uma tentativa de surpreender os opositores e manter-se no poder. O inesperado apoio dos comunistas, que no passado haviam sido perseguidos pelo regime e usados como bode expiatório para o golpe do Estado Novo, explica-se sobretudo pela orientação vinda de Moscou, de que “os partidos comunistas de todo o mundo deveriam apoiar os governos de seus países, integrantes da frente antifascista, fossem eles ditaduras ou democracias” (FAUSTO, 2009, p. 386, HI). Em contrapartida, Vargas atende as reivindicações dos comunistas, de estabelecer relações diplomáticas com a União Soviética, o que ocorre pela primeira vez na história do Brasil em abril de 1945, e de garantir anistia aos “crimes políticos” desde julho de 1934.

Com a aproximação das eleições, comunistas e organizações trabalhistas ligadas ao presidente iniciam a chamada campanha “queremista”, que pede a manutenção de Getúlio Vargas no poder e a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Esse clamor que invade as ruas em comícios e manifestos tem raízes na campanha ideológica promovida durante o Estado Novo através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em dezembro de 1939, e nos benefícios sociais reconhecidos pelas classes trabalhadoras. No primeiro caso, a ação do Estado inclui toda forma de propaganda usada para tornar mítica a personalidade de Vargas, como as comemorações em torno de seu aniversário e a publicação de livros, folhetos e revistas que tratam de sua vida e obra, destacando valores pessoais como coragem, singeleza e magnanimidade. Entre os principais epítetos que marcam a personalidade mítica do presidente estão “estadista”, “homem de ação”, “clarividente” e “pai dos pobres” (CARONE, 1977, p. 167-8, HI).

Segundo Velloso (1982, p. 95, HI), para a qual “o discurso veiculado pelo conjunto dos meios de comunicação tem a sua matriz na imprensa escrita”, a figura de Vargas tem proporções carismáticas e qualidades excepcionais que sintetizam “as propriedades do verbo e

da ação, da intuição e da nacionalidade”. Ainda de acordo com Velloso, esse discurso forma a imagem de Vargas como “o 'guia', cujos dons excepcionais o tornam capaz de perceber e prever as forças históricas, conduzindo os acontecimentos de acordo com o seu desenvolvimento”.

No segundo caso, a legislação trabalhista criada por Vargas – férias, horas extras, pensões e aposentadorias, repouso semanal remunerado, limitação da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e infantil – é reconhecida pelos trabalhadores e sindicalistas, que temem que a saída de Vargas da presidência possa significar um retrocesso nos benefícios da legislação social. Por esse motivo, na acepção de Ferreira (2005, p. 29-31, HI), o impacto da legislação social não pode ser desprezado ao se buscar uma explicação para o “queremismo”, mesmo com a avassaladora divulgação da imagem de Getúlio Vargas patrocinada pelo DIP. Para os trabalhadores, Vargas tornara-se um “mito” e era descrito como um modelo exemplar de governante por ter compreendido os anseios dos assalariados e impedido a exploração desmesurada do capital sobre o trabalho. “O “mito” Vargas – e o movimento que decorre dele, o queremismo – expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentais tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores”.

Esses defensores de Getúlio pediam o adiamento das eleições diretas e a participação do atual presidente como candidato à Presidência. Getúlio recusa-se a concorrer a um novo mandato, mas tampouco declara apoio à candidatura de Dutra. Enquanto isso, boa parte da imprensa tratava de lançar suspeitas ou mesmo desqualificar a importância da campanha queremista. Uma das acusações era de que o movimento popular recebia apoio de instituições estatais e suporte financeiro de empresários favoráveis ao presidente, o que era verdade.⁸² Para o *Correio da Manhã* (Queremismo, 1945, p. 4, JRA), o queremismo era uma espécie de religião, com “culto próprio, apóstolos, iniciados, noviços e prosélitos”. O *Diário da Noite*⁸³ (1945 apud Ferreira, 2008, p. 23, HI), de São Paulo, afirma que o prestígio de Vargas explicase “pela propaganda demagógica do Estado Novo. Hitler e Mussolini também, por força

82 Além do DIP, a campanha queremista recebia apoio do Departamento Nacional do Trabalho. No entanto, esse vínculo não era explicitado porque poderia servir de argumento de ataque da oposição. No caso da classe empresarial, ficou conhecida a campanha promovida pelo empresário Hugo Borghi, que enriqueceu na era Vargas com o comércio de algodão. Borghi comprou três estações de rádio e alugou outras para engrossar as vozes em defesa da continuidade de Getúlio Vargas no poder. Sobre esses dois exemplos, ver: NEVES, Lucília de Almeida. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989; e BORGHI, Hugo (depoimento). Rio de Janeiro. FGV; CPDOC - História Oral, 1982.

83 Citado em *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 ago. 1945. 2ª seção.

mística que souberam difundir, desfrutaram de popularidade de milhões de homens fanatizados, bestializados, excitando sua imaginação”. Por declarações como estas, os jornais *Diário Carioca*, *Diário de Notícias* e *Diário da Noite*, do Rio, foram alvo de protesto dos queremistas na noite de 20 de agosto, logo após o primeiro comício a favor de Vargas realizado no Largo da Carioca. A redação do jornal *Diário de Notícias* chegou a ser invadido pelos manifestantes, que fizeram ameaças aos jornalistas.

A oposição, por sua vez, tratava de enaltecer a figura de Eduardo Gomes, que recebia apoio entusiasmado das elites políticas e empresariais dos principais centros urbanos, de boa parte da imprensa nacional e de intelectuais. Seus comícios ganhavam destaque de capa nos principais jornais e o discurso prevalecente era de otimismo e certeza em relação à vitória. A campanha chamada de lenços brancos, referência ao símbolo agitado pelos participantes nos comícios, ganha as manchetes da imprensa, que muitas vezes aumenta em muitos milhares a participação do público nos eventos. O discurso da UDN defendia a democracia e o liberalismo econômico, ao mesmo tempo em que procurava atacar de todas as formas a ditadura de Vargas e atrelar a imagem de Dutra ao “continuismo”. Já a candidatura de Dutra era subestimada nas páginas dos jornais, geralmente noticiada de forma discreta em meio a outras notícias. Para o leitor, ficava a impressão de uma candidatura sem importância e distante da aceitação de Eduardo Gomes. A falta de entusiasmo das bases leva as lideranças a pensar em substituição da candidatura por outra que tivesse maior apelo eleitoral (FAUSTO, 2009, p. 398, HI).⁸⁴

De fato, a candidatura de Eurico Gaspar Dutra foi imposta por militares e grupos empresariais que viam o general como uma “mudança moderada”, mas que necessitava do apoio de Vargas para engrenar. Como persistia o silêncio do presidente, a campanha não deslanchava. O *Correio do Manhã* (Um fracasso, 1945, p. 10, JRA) de 6 de junho noticia na contracapa o fracasso da convenção do PSD em São Paulo. Segundo o jornal, o encontro político “transcorreu na maior tristeza. Notava-se, por exemplo, a falta de muita gente que lá deveria ter comparecido em pessoa e, no entanto, se fez representar. E também o general Dutra lá não apareceu”. Para piorar a situação, o PSD perde o apoio oficial do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que adere à proposta de continuidade de Vargas, embora a

84 Essa não parece ser uma unanimidade em todo o país. Pelo menos no Rio Grande do Sul, segundo Sosa (2005, p. 179, HI), “do ponto de vista da imprensa, houve muito alarde em torno da reconstitucionalização do país e os jornais deram ampla divulgação à candidatura Dutra como aquele que melhor responderia ao período de transição que se vivia no país, ou seja, caminhava-se para a democracia, mas sem abrir espaços à chamada desordem que pudesse advir desse novo contexto”.

aliança fosse reatada mais tarde.

Em meio a esses eventos que agitavam os rumos da campanha, a oposição não via com simpatia o processo de transição para a democracia ser conduzido por um governo autoritário que se apoiava na voz popular. Por mais contraditório que fosse, conforme ruía o regime autoritário do Estado Novo, crescia o prestígio de Getúlio Vargas junto à população, o que sinaliza a possibilidade de um novo golpe de Getúlio Vargas. Esse temor crescia conforme repercutiam no Brasil os acontecimentos ocorridos na Argentina, onde os planos do coronel Juan Domingo Perón se aproximavam das ideias de Getúlio Vargas – promoção de um capitalismo nacional sustentado pela ação do Estado e redução das rivalidades entre as classes a partir de uma colaboração conjunta promovida pelo Estado (FAUSTO, 2009, p. 387-8, HI). Para evitar o risco de que se repetisse no Brasil o que ocorria no país vizinho e garantir as eleições diretas em dezembro, a oposição apressou a saída de Getúlio Vargas – que foi forçado a deixar o cargo e fez uma declaração pública dizendo ter concordado com sua saída.

Após a deposição de Getúlio na noite de 29 de outubro, a transição de governo ficou nas mãos da iniciativa militar e da oposição liberal.⁸⁵ Com a concordância dos candidatos, o poder foi entregue provisoriamente ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Enquanto isso, os partidos aceleraram as campanhas para a eleição de dezembro. Fracassada a aliança entre os comunistas e Getúlio Vargas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) apresenta um candidato próprio, o engenheiro Yedo Fiúza, que contava com o apoio popular de Luís Carlos Prestes.

Destacam-se nesse período os ataques mútuos nos comícios e nas páginas dos jornais, em que muitas vezes os candidatos são acusados de manter algum tipo de relação com os nazistas. Aproveitando uma frase de Eduardo Gomes, “Lembra-vos de 1937”, a UDN organizou um concurso popular para premiar o cartaz que melhor representasse o alerta. Como exemplo, os organizadores publicaram o desenho de um rosto com a boca e os olhos vendados. Com o objetivo de conseguir recursos financeiros, o partido também publicou nos jornais um texto que dizia: “O Brasil está dividido em dois campos de luta: os que querem

85 Segundo Gomes (2007, p. 288, HI), a deposição de Vargas foi um golpe político e não uma revolução social ou econômica. As oposições que forçaram a saída do presidente representavam elites econômicas e oligarquias regionais que haviam sido afastadas do poder em 1930, ou que tinham feito parte do governo durante o Estado Novo. Por isso, esses grupos não tinham interesse em realizar grandes transformações sociais a fim de permitir a participação das massas populares no processo das decisões políticas. Porém, foram obrigados a “manter as aparências” devido à onda democrática que varreu o mundo com vitória contra o nazifascismo. “As eleições deviam ser realizadas num clima de liberdade democrática que comportasse a presença até mesmo dos detestados comunistas”.

salvá-lo e os que querem salvar-se. Adquira “cédulas democráticas” pró-Eduardo Gomes e você estará contribuindo para salvar o Brasil dos que estão querendo se salvar”. Para popularizar a candidatura, senhoras de classe média elaboraram a receita de um doce e passaram a vendê-lo com o nome de “brigadeiro”. Nas ruas, cabos eleitorais gritavam: “vote no brigadeiro, é bonito e é solteiro” (FERREIRA, 2005, p. 70, HI).

Gaspar Dutra, por sua vez, aguardava uma declaração de apoio de Getúlio Vargas para decolar, mas o ex-presidente considerava-o um traidor por ter sido conivente com a sua deposição e resistia em apoiá-lo. Nessa época, Vargas havia pedido aos trabalhadores que se alistassem e votassem nos candidatos do PTB, o que leva os diretórios queremistas a se transformarem em diretórios do partido. No entanto, os trabalhadores estavam divididos e, na ausência de Vargas e na falta de uma declaração de apoio ao general, limitavam-se a atacar as candidaturas do brigadeiro e do general e a pedir votos para os candidatos do PTB.

Um anúncio publicado no *Correio do Povo* (A pedido, 1945b, p. 3, JRA) na edição de 27 de novembro, assinado por “um queremista”, sintetiza a campanha dos simpatizantes de Vargas. Diz o anúncio:

Para não traírmos as nossas ideias e o nosso chefe Getúlio Vargas. Não devemos votar em:

Gaspar Dutra – Porque aliou-se, agora, aos criminosos espiões integralistas que avisavam os submarinos do eixo, da saída de nossos navios, mandando à morte milhares de brasileiros.

Eduardo Gomes – Porque é aliado dos agentes do capitalismo estrangeiro, com o Sr. Assis Chateaubriand que queria entregar as nossas bases aéreas aos EE.UU.

Devemos votar em: Yeddo Fiuzza porque é o candidato do povo, amigo leal do nosso chefe que o ajudou a construir as imensas estrelas que cortam o Brasil afora [...].

Fiúza não despertava preocupação dos concorrentes, mas nem por isso escapou de ataques na imprensa. A Liga Eleitoral Católica (LEC) publica no mesmo jornal (A pedido, 1945d, p. 1, JRA) uma orientação oficial aos eleitores para votarem em Gaspar Dutra ou em Eduardo Gomes, mas de forma alguma nos comunistas:

Advertimos, categórica e definitivamente, que trairá os imperativos de sua consciência todo católico que der seu voto ao candidato do Partido Comunista à suprema magistratura Dr. Yeddo Fiúza, ou a qualquer dos candidatos do mesmo partido à senatoria ou à deputação federal.

No dia 29, o *Correio* (A sombria, 1945, p. 3, JRA) publica outro “a pedido” que procura lançar dúvidas sobre a transparência biográfica do candidato comunista. A falta de coerência entre as lideranças mostra-se em um anúncio (A pedido, 1945b, p. 3, JRA) assinado

pelo Partido Libertador, que alerta aos católicos para não votarem em Dutra porque isso “significa votar em favor dos integralistas e contra a Igreja Católica”.

Neste cenário, o fato que fortalece a união dos simpatizantes de Vargas e começa a ameaçar o favoritismo da UDN nasce de uma declaração do brigadeiro, quando diz em um discurso a seguinte frase: “Não necessito dos votos desta malta de desocupados que apoia o ditador para me eleger presidente da República”.

Atento a qualquer deslize de Eduardo Gomes, Hugo Borghi descobre que a palavra “malta” é sinônimo de “marmiteiros”, operários “que percorrem as linhas ferroviárias levando suas marmitas”. Imediatamente ele aciona sua cadeia de rádios⁸⁶ e inicia uma campanha com o objetivo de criar uma imagem negativa do candidato que diz não precisar dos votos dos marmiteiros, dos homens que trabalham e lutam (FERREIRA, 2005, p. 81, HI). A expressão teve forte impacto e foi rapidamente assimilada na imaginação social dos assalariados. Na acepção dos trabalhadores, a marmita representava a dignidade, a decência e o respeito à classe, enquanto o brigadeiro era o “candidato dos grã-finos”.

Com esse “fato novo”, a marmita e outros utensílios passaram a fazer parte dos comícios e dos textos dos panfletos. As charges dos jornais – que há muito tempo estavam sufocadas pela censura – também passam a refletir essa divisão social representada por um objeto doméstico, ajudando a tornar a marmita um símbolo do imaginário popular. Em uma delas, publicada em *O Radical*⁸⁷ (1945 apud Ferreira, 2005, p. 8, HI), um homem está trabalhando em casa, enquanto seu filho recebe na porta um sujeito de terno e gravata: “– Papai, está aí um grã-fino que diz que quer falar com o marmiteiro da casa”; “– Diga a ele que só dou audiência após 3 de dezembro”. Em outra, um desenho mostra um operário sentado no chão, comendo macarrão em sua marmita e olhando para um homem elegantemente vestido: “Virgilinho: – Você vota conosco?”; “Operário: – Seu doutor, ‘marmiteiro’ não se mistura com grã-fino.” Em meio a esses ataques e contra-ataques do governo e oposição os discursos assumem muitas vezes o caráter de agressões físicas e arbitrariedades, como os casos de um diretor do *Diário Carioca*, agredido por um guarda pessoal do presidente, do *Correio Paulistano* e da *Rádio Farroupilha*, no Rio Grande do Sul, confiscados pelas autoridades (CARONE, 1977, p. 327-8, HI).

86 A penetração do rádio nos lares brasileiros cresce rapidamente a partir dos anos 30, consolidando-se na década seguinte. Embora reconhecendo a importância do rádio no contexto político da época, não vamos nos aprofundar no tema por não vermos relação com o objeto de estudo.

87 *O Radical*, Rio de Janeiro, p. 1, 22 e 23 nov. 1945.

Apesar de a candidatura de Eduardo Gomes ser antipática aos eleitores de baixa renda, isso não significava que Dutra pudesse sair vitorioso. Para isso, o general precisava de uma palavra de apoio de Getúlio Vargas. Até que, a menos de uma semana para o pleito, Getúlio declara publicamente seu apoio ao candidato do PSD de Dutra. Na já citada edição de 27 de novembro, o *Correio do Povo* (A pedido, 1945a, p. 10, JRA) publica outro anúncio no qual se lê: “Os que iam se deixando mistificar, os que iam sendo embaídos na sua boa fé e todos os que desejam a continuidade das realizações da revolução de 30, ouçam hoje, às 22:30 horas, a serena e patriótica mensagem de Getúlio Vargas aos brasileiros”.

No dia 2 de dezembro, as eleições transcorrem dentro da normalidade e Eurico Gaspar Dutra vence com 55,39% dos votos (3.252.507), seguido por Eduardo Gomes com 34,74% (2.039.342) e Fiúza, que soma 9,70% (569.818). Beneficiados pelos mecanismos eleitorais criados à época em que Getúlio Vargas estava no poder, o PSD de Dutra ainda consegue a maioria no Senado e na Câmara Federal. Vargas concorreu ao mesmo tempo ao Senado em cinco estados e a deputado federal em nove. Elegeu-se deputado em sete estados e senador no Rio Grande do Sul e em São Paulo, fator que ajuda a engrossar a legenda do PSD e do PTB. O ex-presidente opta pela cadeira de senador pelo PSD gaúcho. Na composição partidária da Assembleia Constituinte (Senado + Câmara), o PSD ficou em 54% das cadeiras, a UDN com 26%, o PTB com 7,5% e o PCB com 4,7%.

O resultado evidencia o prestígio de Vargas entre os trabalhadores e o repúdio das classes populares ao antigetulismo, associado ao interesse das classes média e alta, e a força da máquina eleitoral montada pelo PSD – capaz não apenas de conquistar apoio para a ditadura, mas também captar votos no regime democrático. Fausto (2009, p. 399, HI) interpreta esse fato como um “indicativo de que para uma considerável parcela do eleitorado importavam mais as relações pessoais clientelistas do que a opção entre partidários do Estado Novo e liberais” e que a opção “não tinha significado na vida cotidiana dos eleitores e era abstrata demais para ser apreendida por um eleitorado de educação rudimentar”.

Pelo papel decisivo na vitória de Dutra e os resultados de sua própria eleição, Getúlio Vargas torna-se um dos principais vencedores do pleito de 1945. Diante disso, Gomes (2007, p. 291, HI) afirma:

O que se pode afirmar com segurança, diante desses dados, é que a sombra de Getúlio Vargas continuava a se estender sobre o país. Derrubara-se o homem, mas os mecanismos políticos, o aparato burocrático, o sistema de poder elitista e autoritário iriam permanecer, modificados em alguns aspectos e de sua forma, mas idênticos quanto ao conteúdo.

3.5.1 Diálogos em torno do Estado Novo e das eleições de 1945

Conforme já apontamos, **O arquipélago**, terceira e última parte de **O tempo e o vento**, divide-se em três volumes que foram publicados em 1961 (tomos I e II) e em 1962 (tomo III). Além de ser a mais extensa das partes que compõem a trilogia, também foi a que mais tempo levou para ser escrita – exatos 10 anos após a publicação de **O retrato**.

O longo período em que o autor reflete sobre o fechamento de sua trilogia resulta em um volume carregado de considerações sobre a sociedade brasileira e, até certo ponto, a mundial. Ao tratar do desmantelamento moral da família Cambará, em oposição aos ideais heroicos do passado, o autor amarra a crise familiar a um tempo histórico de crise política e, por que não, humana, resultado da ideologia falida do Estado Novo, da queda de Getúlio Vargas e da Segunda Guerra Mundial. Não por acaso, os episódios narrados em **O arquipélago**, contemporâneos ao autor, assumem uma característica de crônica, em que a ação cede lugar à reflexão.

Curiosamente, os anos do governo Vargas não são representados de forma detalhada como ocorre com outros eventos das décadas anteriores, mais precisamente até 1927. Com a mudança dos personagens centrais para o Rio de Janeiro, a partir de 1930, ocorre na narrativa um “abandono do detalhe histórico” (GERTZ, 1999, p. 9, SEV). No período que vai de 1931 a 1944 (logo após a revolução e imediatamente antes da deposição de Vargas), encontram-se no romance algumas referências ao período apenas nos episódios “Noite de Ano Bom”, situado em 1937,⁸⁸ e “Do diário de Sílvia”, datado entre 1941 e 1943.

Por isso, focamos nossa análise sobre a representação da imprensa e da política de Vargas nos seis episódios denominados “Reunião de Família” e no “Encruzilhada”, que transcorrem durante cerca de três semanas entre novembro e dezembro de 1945. Este é o momento em que a família Cambará retorna a Santa Fé após 15 anos de residência no Rio de Janeiro. Rodrigo Cambará, que fora um assessor direto de Getúlio Vargas, recupera-se de um ataque cardíaco em seu leito no Sobrado. Além do frágil estado de saúde, Rodrigo também precisa recuperar-se do golpe que sofrera com a deposição do presidente e enfrentar as acusações dos contrerrôneos.

Os diálogos em torno da era Vargas ocorrem ao redor do leito de Rodrigo, onde os

88 Apesar de haver referências históricas no episódio “Noite de Ano Bom”, não existem citações de jornais como ocorre na representação de outros eventos. Essa ausência do recurso jornalístico na representação situada em 1937 seria um sinal da censura imposta pelo Estado Novo?

personagens apresentam suas opiniões sobre os assuntos em discussão. Neste caso, a galeria de tipos tem o comunista (Eduardo Cambará), o religioso (Irmão Zeca), o estancieiro-sociólogo (Terêncio Prates), o intelectual (Roque Bandeira, o Tio Bicho), o literato (Floriano Cambará) e o governista (Rodrigo Cambará). As vozes cruzadas destes personagens explicam as ideias em pauta na época e apresentam diferentes versões para os eventos políticos. Como bem define Bordini (2004b, p. 132, SEV), “o eixo da discussão ideológica propõe um exame franco dos pressupostos teóricos e históricos das ações políticas que são a matéria do eixo histórico”.

O clima de agitação política é reproduzido entre os habitantes de Santa Fé, onde correligionários realizam comícios a favor de seus candidatos. Para desgosto de Flora e Rodrigo, Eduardo participa de comícios a favor do candidato comunista nas comunidades do interior, ocasiões em que ataca o governo de Vargas e, por consequência, o próprio pai. Nas palavras dele, “a colônia vota sempre com o governo. Dos três candidatos, o que mais cheira (ou fede) a oficial é o Dutra. Os colonos vão votar no General” (1963a, p. 29, OEV).

Os “queremistas” também se organizam em defesa do ex-presidente. Na *Rádio Anunciadora*,⁸⁹ o locutor conclama os simpatizantes de Vargas para o comício a ser realizado na noite de 26 de novembro: “Brasileiros! Patriotas de Santa Fé! *Ele* voltará! Venham todos ao comício queremista desta noite na Praça Ipiranga. Falarão vários oradores.” (1963a, p. 38, OEV, grifo do autor)

Segundo a observação do narrador, os cartazes de propaganda dos candidatos desfiguram a cidade.

Além dos coloridos sinapismos dos cartazes aplicados sobre as pedras da praça, os nomes dos candidatos e seus gritos de guerra e promessas aparecem escritos a piche ou cal em paredes, calçadas e até troncos de árvores. O muro da Padaria Estrela d'Alva está coberto de inscrições: – *Votem no Brigadeiro da Vitória... Getúlio voltará... Viva Prestes!... Dutra é a salvação nacional.* Pouco abaixo desta última frase, alguém gravou no reboco, possivelmente com a ponta dum prego e com raiva, cinco letras irregulares: *Merda*. – Merda! – grita Bandeira. – Eis o comentário do povo a todos esses candidatos e promessas. É o *slogan* dos *slogans*! (1963b, p. 375, OEV)

Um dia antes das eleições, Zeca, Eduardo, Floriano e Tio Bicho encontram-se em um

89 Esta é a primeira referência à presença de uma estação de rádio em Santa Fé em **O tempo e o vento**. Na percepção do narrador, o rádio descaracteriza o ambiente interiorano da cidade. É o que se conclui de um comentário em que se descreve a quietude do lugar no final de uma tarde de sol. “Tudo seria duma doçura quase bucólica não fossem os alto-falantes da Rádio Anunciadora, que despejam por suas gorjas de metal músicas estrídulas, entremeadas de propaganda comercial e política. Quando a música cessa, a voz do locutor, cheia de erres vibrantes, proclama alternadamente a qualidade e os preços dos artigos da Casa Sol, os milagres dum sabonete desodorante e a necessidade da volta de Getúlio Vargas”. (1963a, p. 36-7, OEV)

café. Eduardo traz um exemplar do jornal *Correio do Povo*, que logo é apanhado por Tio Bicho. Ele folheia o jornal e lê em voz alta algumas notas sobre a campanha eleitoral.

– Ouçam esta... – diz Tio Bicho, com o jornal aberto diante dos olhos. – A Liga Eleitoral Católica recomenda a seu eleitorado os nomes do Gen. Dutra e do Brig. Eduardo Gomes para Presidente da República, e declara que nenhum católico deve voltar no candidato dos comunistas. [...]

Floriano chama o garçom e pede as bebidas. Tio Bicho continua a folhear o jornal.

– Esta é boa. Escutem. O Comitê Pró-Fiúza analisa os candidatos à Presidência da República. *Dutra: candidato dos integralistas, espiões e criminosos que avisaram os submarinos do Eixo da saída de nossos pacíficos navios mercantes, mandando à morte milhares de patrícios.* Agora o Eduardo Gomes. *Candidato dos velhos politiqueros, da alta aristocracia e dos agentes do capitalismo estrangeiro colonizador.*

Sempre de olhos baixos, a manipular seu crucifixo, Irmão Zeca sacode a cabeça, murmurando:

– Nada disso tem sentido.

[...] Tio Bicho continua a ler:

– Disse em discurso não precisar do voto dos marmiteiros (Marmiteiros são os trabalhadores pobres que conduzem suas marmitas para fazer suas refeições nos locais de trabalho.)

O marista alça vivamente a cabeça:

– Vocês acreditam que o Brigadeiro tenha mesmo dito isso? Que achas, Bandeira?

– Pode ser uma intriga, como a das famosas cartas do Bernardes em 1922. E o fato da intriga ser agora contra o Zé Povinho e não contra o Exército é um sinal dos tempos... E um bom sinal.

– Se o Brigadeiro não disse isso – opina Eduardo – pelo menos pensou, porque essa é a atitude mental de sua classe. Seja como for, ele é o candidato dos americanos. Ninguém ignora que o golpe de 45 foi encorajado por um discurso do embaixador dos Estados Unidos.

[...]

Roque Bandeira solta uma gargalhada. E como os outros queriam saber onde está a graça, Tio Bicho lhes mostra numa das páginas do jornal um clichê no qual o Gen. Eurico Gaspar Dutra aparece em uniforme de gala a receber algo das mãos dum cavalheiro solenemente vestido de fraque e calças listadas. Ao lado da fotografia, a seguinte legenda, que Bandeira lê com gosto: *Esta condecoração não foi recebida do Papa. Dutra recebeu-a de Hitler, por intermédio do Embaixador Kurt Prueffer “por serviços de excepcional relevância”, a 25 de abril de 1940, já em plena guerra. É a Cruz de Ferro, Heil, Hitler! E ainda não foi devolvida... Quem voltará nesta democrata?*

– Não deviam usar esses métodos... – diz o marista. – Eu vinha dizendo ao Edu, sou contra o “vale tudo”. (1963b, p. 585-6, OEV)

O trecho acima revela aspectos interessantes da técnica do emprego da fonte de jornal nesse momento histórico abrangido pelo romance. Um deles é a preferência do autor pelo conteúdo dos “a pedido”, publicidade paga pelos partidos políticos. Conforme apontamos no subcapítulo anterior, a Liga Eleitoral Católica publicou no *Correio do Povo* de 25 de novembro um “a pedido” em que conclama os católicos para não votarem nos

candidatos comunistas. Logo a seguir, o trecho lido por Tio Bicho também corresponde ao “a pedido” dos queremistas, este publicado no dia 27 de novembro. A diferença está na substituição do trecho “nossos navios, mandando à morte milhares de brasileiros”, para “nossos pacíficos navios mercantes, mandando à morte milhares de patrícios”. E mais adiante, substituindo o trecho “é aliado dos agentes do capitalismo estrangeiro, como o sr. Assis Chateaubriand que queria entregar as nossas bases aéreas aos EE. UU” por “Candidato dos velhos politiqueiros, da alta aristocracia e dos agentes do capitalismo estrangeiro colonizador”.

Neste caso, o autor utiliza a liberdade de criação para modificar o conteúdo da nota publicada em jornal. Sem alterar o sentido da mensagem, o escritor substitui algumas palavras e suprime outras, com a finalidade de aumentar o impacto do enunciado. Seguramente há muito mais dramaticidade em “nossos pacíficos navios” do que em “nossos navios”, bem como maior identificação dos personagens no substantivo “patrícios” do que “brasileiros”. No segundo trecho a alteração do texto do jornal é maior e, além da supressão da referência a Chateaubriand, Eduardo Gomes passa do simples “aliado dos agentes do capitalismo estrangeiro” para “candidato dos velhos politiqueiros, da alta aristocracia e dos agentes do capitalismo estrangeiro colonizador”.

Esta situação mostra uma deturpação do registro histórico com a finalidade de “complementar” o perfil do candidato da UDN. Se Eduardo Gomes era atacado pelos opositores por sua proximidade com os “velhos politiqueiros” e a “alta aristocracia”, esta informação não aparece especificamente neste “a pedido”. No entanto, o escritor faz do *Correio do Povo* o legitimador de uma versão que precisa ser introduzida na trama ficcional para melhor caracterizar o que se dizia de cada um dos protagonistas da corrida eleitoral. Ou, ainda, o que o próprio escritor pensa sobre o candidato.

O trecho traz ainda uma referência ao discurso em que o brigadeiro afirma não precisar dos votos dos marmiteiros, incluindo uma definição do termo entre parênteses e a opinião de Eduardo Cambará sobre a veracidade ou não da fala do candidato. Neste exemplar do *Correio* não se encontra referência ao discurso em que Eduardo Gomes teria se referido aos “marmiteiros”, o que sinaliza outro caso de emprego do jornal para a apresentação de um tema que tem origem em outra fonte.

Em seguida, Tio Bicho lê no jornal um ataque a Dutra, em que o general aparece recebendo a condecoração militar Cruz de Ferro. Este clichê foi publicado na edição do

Correio do Povo (A pedido, 1945c, p. 5, JRA) no dia 2 de dezembro, dia das eleições. O anúncio de “a pedido” não tem autoria, mas certamente foi pago pela UDN com o objetivo de associar o candidato – neste momento apoiado por Getúlio Vargas – ao regime nazista. O texto está reproduzido na ficção exatamente como aparece no jornal.

A campanha travada nas ruas e nos jornais aumenta a sensação de impotência de Rodrigo Cambará, impossibilitado de agir por conta da prescrição médica – mesmo assim ele consegue “fugir” uma noite para visitar a amante. À margem da vida política, considera-se esquecido e abandonado pelos amigos. Se pudesse, organizaria outra revolução para devolver Vargas ao poder.⁹⁰ Acostumado a ser prestigiado e bajulado, lembra já com saudade de sua vida no Rio de Janeiro, onde jogava com maestria o jogo de xadrez político. Circulando livremente pelos corredores do Catete, contava com a simpatia e o apoio dos oficiais de gabinete e podia dirigir-se sem cerimônia aos senadores e ministros. Para se movimentar com desenvoltura no tabuleiro, também precisava lidar com a imprensa. Segundo suas reflexões,

entre os repórteres do Rio e de São Paulo era conhecido pela sua franqueza, pelas suas tiradas. Dizia tudo quanto lhe dava na veneta. Quando os rapazes dos jornais queriam algo de sensacional, vinham logo procurá-lo. “Estamos mal de assunto, doutor. O senhor tem que nos ajudar.” E ele ajudava. (1963a, p. 201, OEV)

Os jornais chegados de Porto Alegre deixam Rodrigo Cambará ainda mais excitado. Para ele, tudo cheira a pólvora e a combate. No entanto, pela primeira vez um Cambará assiste a uma batalha deitado sobre a cama. Estes jornais “estão cheios de proclamações, polêmicas, verrinas, sátiras, descomposturas – tudo em torno das próximas eleições. Carlos Lacerda malha com um vigor apaixonado o candidato de Prestes e o do P.S.D. Os comunistas arrasam o candidato da U.D.N. e o do P.S.D” (1963a, p. 201, OEV). Quando procurado por uma comissão de queremistas, o protagonista mostra-se esnobe com os representantes do movimento em Santa Fé. “Decerto vêm me pedir conselhos – reflete Rodrigo – sabem que sou íntimo do Getúlio. Devem ser uns meninos bem intencionados mas sem nenhuma experiência política. E, possivelmente, semi-analfabetos. Mas... seja o que Deus quiser!” (1963a, p. 207, OEV).

90 Floriano relata a Tio Bicho dois motivos para o pai precipitar-se em direção a Santa Fé logo após a deposição de Vargas, apesar de não haver prisões ou represálias contra os getulistas. O primeiro seria a ligação afetiva de Rodrigo com o Rio Grande do Sul e Santa Fé, pois “para ele a querência é por assim dizer uma espécie de regaço materno, um lugar de refúgio, de reconforto, de proteção” (1963a, p. 14, OEV). Neste caso, não seria natural que “num momento de decepção, de perigo real ou imaginado, de aflição, de dúvida ou de insegurança ele corra de volta para os braços da mãe?”. O outro motivo teria sido uma orientação de seus amigos mais próximos, uma vez que Rodrigo não se conformava com a situação e queria armar as forças do queremismo e reagir.

No dia seguinte é a vez dos correligionários do brigadeiro promoverem o seu comício na praça em Santa Fé, justamente em frente ao Sobrado. Em meio a trovoadas de fogos de artifício e revoadas de lenços brancos, Rodrigo e seus amigos acompanham da janela os discursos de ataque ao Estado Novo e a Getúlio Vargas. Ouvem quando Amintas Camacho, redator de *A Voz da Serra* e agora candidato a deputado pela UDN,⁹¹ acusa em altos brados o ex-presidente de “satrapismo, de nepotismo, de favoritismo [...]” (1963a, p. 213, OEV). E continua: “Sim, mas agora se abre uma nova era de justiça e democracia para o nosso infeliz povo, que saberá eleger Presidente a figura impoluta do Brigadeiro Eduardo Gomes” (1963a, p. 213, OEV).

A reunião dos opositores perturba Rodrigo Cambará, que se sente impotente no Sobrado. Se pudesse, desceria até a praça para atacar verbalmente os udenistas. Floriano provoca o pai, pedindo um exemplo do que ele diria aos inimigos. Ao que ele prontamente responde:

– Ora, diria a esse povo o que representou a participação da Força Expedicionária Brasileira na Guerra, do ponto de vista moral. E aproveitaria a ocasião para mostrar o que o Brasil deve ao governo de Getúlio. Isso como prelúdio... Depois entrava na história dos Carés, começando na Guerra do Paraguai, em que um antepassado do Laurito salvou meu tio Florêncio, que estava ferido, carregando-o nas costas... Passaria pelas revoluções de 93, 23 e 30, para finalmente chegar a 1945. (1963b, p. 568, OEV)

Sem argumentos convincentes para convencer seus amigos e familiares sobre os benefícios do regime Vargas, Rodrigo reproduz o discurso que enaltece a hombridade e a coragem do gaúcho, recorrendo à memória das revoluções. No entanto, ninguém sai em sua defesa nos diálogos realizados no Sobrado. Para eles, Rodrigo traiu os ideais da revolução de 1930 porque de idealista e liberal tornou-se um adepto e defensor da ditadura. Neste sentido, a reunião de família serve não apenas para evidenciar a derrocada dos modelos sociais do “velho Rio Grande”, simbolizada pela agonia do protagonista e o esfacelamento do clã, mas também para promover o julgamento da história. Rodrigo atua como um réu que precisa explicar-se pelos crimes cometidos, encarado como um político de conveniência, ao mesmo

91 Outros dois candidatos aparecem nesse contexto de campanha eleitoral em Santa Fé, e por coincidência (ou não) são dois descendentes de imigrantes. Um deles é José Kern, candidato a deputado pelo Partido de Representação Popular (PRP). Floriano lembra ter visto Kern durante um comício integralista, “erguendo no ar o dedão profético e ameaçando todos aqueles que se recusavam a colaborar com os camisas-verdes”, e que agora “proclama-se democrata nos milhares de cartazes em tricomia espalhados por todo o município, pedindo o voto de todos os cristãos 'que queiram livrar a nossa Pátria da influência de nefastas doutrinas exóticas'” (1963b, p. 586, OEV). O outro é Lino Lunardi, candidato pelo Partido Trabalhista. Segundo Tio Bicho, Lunardi vai ser eleito porque “tem todas as qualidades para vencer. É analfabeto e filho de pai rico” (1963b, p. 596, OEV).

tempo em que assume o papel de advogado de defesa do antigo regime.

Enquanto Terêncio Prates torna-se o principal “promotor de acusação” do governo Vargas, Floriano faz o mesmo papel em relação à desintegração moral de Rodrigo Cambará e a consequente desagregação da família.⁹² Em suas confissões ao amigo Tio Bicho, Floriano denuncia o comportamento nada ético de Rodrigo no Rio de Janeiro, o que indiretamente refere-se também ao perfil corrompido do Estado Novo. A postura crítica de Floriano não impede que ele também se sinta culpado pelos crimes do regime, “por comissão ou omissão” (1963c, p. 744, OEV), já que lia Aldous Huxley na areia de Copacabana enquanto policiais torturavam suas vítimas. Importante neste momento lembrar que Floriano Cambará é o narrador do romance e considerado pela crítica o alter ego de Erico Verissimo.⁹³ Ou seja, muitas ideias expostas por Floriano podem ser analisadas como sendo do próprio escritor, uma hipótese que extrapola os objetivos deste trabalho.⁹⁴

O resultado é que a falência de caráter de Rodrigo torna-se fortemente atrelada à imagem de Getúlio Vargas. Assim como as promessas de Vargas feitas à época da revolução, as de Rodrigo também estavam registradas nos jornais e servem de prova das promessas não cumpridas. Em uma dessas conversas, Floriano diz a Tio Bicho:

– Certo. Ainda há pouco estive relendo, num jornal, o discurso que papai fez na estação aqui de Santa Fé em outubro de 1930, antes de embarcar para o Norte, no trem que passou com Getúlio Vargas e seu Estado-Maior. Ele jurava pelo sangue dos mortos daquela revolução que tudo faria para ajudar a “regenerar o Brasil”.

– Podes acreditar – diz Roque Bandeira – que naquele instante teu pai estava sendo sincero. (1963b, p. 388, OEV)

Na verdade, o processo de desconstrução da moral do protagonista remete ao passado, por ocasião do movimento revolucionário. Ao lembrar-se da campanha da Aliança

92 Em certa passagem da narrativa, Floriano sintetiza as situações que evidenciam essa desagregação: “[...] É impossível que ele não veja que esses anos de Rio de Janeiro desagregaram nossa família. Mamãe sempre criticava a vida que Bibi levava, e isso acabou indispondo uma com a outra, a ponto de passarem dias sem se falarem. Até hoje há entre ambas uma animosidade surda. Os três filhos homens têm conflitos de temperamento, de interesses, de opiniões. É possível que o Velho tenha engolido o 'genro' novo que Bibi lhe arranjou; engoliu mas estou certo de que não digeriu. Põe em cima de tudo isso a presença da outra mulher em Santa Fé e terás um quadro quase completo desta 'reunião de família'”. (1963a, p. 19, OEV)

93 Zilberman (2004b, p. 163, SEV) diz que “Floriano é o autor de *O tempo e o vento*, personagem doravante responsável por tudo que pode ser atribuído ao narrador – julgamentos, descrições, acertos e erros. Delegam-se a autoria e a propriedade, permitindo que o autor histórico esconda-se no anonimato”. Chaves (1975, p. 11, SEV) aponta o mesmo, quando afirma que pela palavra de Floriano “fica explícito o valor atribuído ao julgamento da sociedade numa forma peculiar de romance onde a invenção e a fantasia estão intimamente vinculadas à inquisição sobre o destino da sua terra e da sua gente”.

94 Gertz (1999, p. 9, SEV) comenta que, talvez, a decepção do escritor com a prática da violência e a continuidade da velha política regional tenha influenciado sua decisão de não investir na pesquisa histórica sobre Vargas.

Liberal, Rodrigo diz que tudo aconteceu na hora certa, pois se sentia em Santa Fé como “um parceiro que precisa de cancha maior”. Mentalmente, Floriano ouve a voz do irmão Eduardo, que desmente as motivações assumidas pelo pai e encara tudo como um oportunismo para fugir da crise econômica: “O que o velho não conta é que em 1929 os negócios do Angico iam mal e ele encontrou na campanha política e mais tarde na revolução uma saída para as suas dificuldades financeiras. Esse foi o caso não apenas dele como também o de centenas de outros estancieiros e homens de negócios” (1963b, p. 576, OEV).

Em seguida, agora verbalmente, Floriano recorda a ocasião em que seu pai pediu para ele falsificar as atas de votação com o objetivo de aumentar os votos para Getúlio Vargas e João Pessoa. Na condição de intendente, Rodrigo tinha acesso às mesas eleitorais. Contrariado por ser obrigado a participar de uma farsa, Floriano passa a inventar nomes como Dorian Gray de Almeida, Hendrik Ibsen de Oliveira e Jérôme Coignard da Silva.

Era como se eu estivesse mandando uma mensagem cifrada à Posteridade nestes termos: “Forçado a me acumpliciar nesta fraude, submeto-me à comédia *cum grano salis*.” E enquanto eu escrevia, uma voz dentro de mim repetia um estribilho: “Isto então é democracia? Isto então é democracia?”

Rodrigo olha para o filho e diz:

– Exatamente. Aquilo era democracia. Foi por essa e por outras que o Getúlio compreendeu que nosso povo não estava e não está amadurecido para o regime democrático. Naturalmente não concordas. (1963b, p. 578, OEV)

Como fica claro em trechos como esse, as próprias declarações de Rodrigo acabam comprometendo sua reputação. Logo ele, que sempre combatera as fraudes eleitorais, como nas eleições de 1910 e 1915, agora justifica a prática por entender que isso corrigiria a falta de amadurecimento do povo, confundindo democracia com oportunismo e defendendo a máxima de que os fins justificam os meios.

Outro propósito dos diálogos de “Reunião de Família” é desvendar a figura de Getúlio Vargas e explicar o fascínio exercido por este sobre o povo. Tio Bicho procura explicar o fenômeno a partir das teorias da psicanálise, segundo as quais as massas precisam submeter-se a um homem forte por conta de uma saudade paterna, que vem da infância.

– No Brasil tivemos no século passado Pedro II, a imagem viva do pai, com suas barbas patriarcais, sua proverbial bondade ou “bananice”, como querem outros. Na Rússia o czar era também chamado de paizinho. Hoje o Papai dos soviéticos e dos comunistas do resto do mundo é Stalin. Uns pais são mais severos e autoritários que outros. Nós temos o nosso Getulinho, Pai dos Pobres... (1963a, p. 215, OEV)

Instigado pelo pai para formular sua opinião, Floriano comenta:

– Bom – começa o filho – eu acho que para a maioria das pessoas a liberdade, com a responsabilidade que envolve, é um fardo excessivamente pesado. Daí a necessidade que tem o homem comum de refugiar-se no seio dum grupo humano ou colocar-se sob a tutela dum chefe autoritário que, se lhe tira certas liberdades civis, lhe dá em troca a sensação de segurança e proteção de que ele tanto precisa. (1963a, p. 216, OEV)

Em seus discursos, Floriano procura apresentar Getúlio Vargas como uma sequência, ou consequência, da política caudilha gaúcha que começa com Júlio de Castilhos e tem continuidade em Borges de Medeiros e Pinheiro Machado. Mais do que isso, o personagem atribui a uma relação mística o pacto realizado entre o povo e o governante, cujo resultado seria a condição de submissão de um e a opressão do outro. Rodrigo Cambará, naturalmente, condena o posicionamento do filho, sempre questionado por sua condição de escritor sem paixões nem posicionamento ideológico. Floriano continua:

– Mas me deixem terminar – pede Floriano. – Há outra maneira do homem identificar-se com o mundo que o cerca. É por meio do domínio, da submissão dos outros à sua vontade. Ele os torna partes de si mesmo. É uma atitude sádica. Foi o que até certo ponto fez Pinheiro Machado que era famoso pela maneira como *usava* seus amigos e correligionários. Parece-me que o Dr. Borges de Medeiros encontrou uma compensação para a sua solitude física e psicológica através dum casamento místico com o povo do Rio Grande, no qual ele era o elemento masculino dominador e autoritário. E seu amigo Getúlio, papai, (outro solitário) identificou-se com o Brasil.

– Não digas asneiras! – vocifera Rodrigo. – Conheço o Getúlio melhor que todos vocês. Tuas teorias são a negação da vida e a negação da História. Sempre haverá comandantes e comandados. Que seria de nós se não fosse homens da têmpera dum Pinto Bandeira, dum Cêrro Largo, dum Bento Gonçalves, dum Osório? Estaríamos todos agora falando castelhano e o Brasil seria menor. É melhor calares a boca e não ficares aí tentando negar o que nossa gente tem de mais nobre e valoroso.

Floriano faz um gesto de desamparo.

– Aí está. É difícil dialogar com os chamados “homens de convicções firmes”. Eles têm a coragem de matar ou morrer por suas ideias. O que não têm é coragem de reexaminar, revisar essas ideias.

– [...] O mal deste país tem sido a falta de heróis, de condutores em quem o povo acredite. Pela primeira vez na nossa história encontramos um líder na figura de Getúlio Vargas e o resultado aí está, o “queremismo”, esse movimento de massa que galvaniza de norte a sul esta nação de cépticos. Como é possível eliminar a autoridade, como pareces desejar? (1963a, p. 222-225, OEV)

A narrativa deixa transparecer algumas semelhanças entre Rodrigo Cambará e Getúlio Vargas. Se por um lado possa parecer um pouco forçado buscar identificações na biografia dos personagens da História e da ficção, como faz Young (1997, p. 89, SEV)⁹⁵, por

95 As coincidências biográficas seriam que ambos são filhos de fazendeiros gaúchos, surgem na política como intendentes municipais e mais tarde seguem para a esfera estadual e, com a revolução, para a federal. Além

outro essas semelhanças mostram-se mais claras nas atitudes paternalistas de Rodrigo. Este comportamento começa a se desenhar ainda na fase de juventude do personagem, quando realiza obras sociais em Santa Fé, atendendo os enfermos sem cobrar nada e atuando como um juiz de paz na solução de pequenos conflitos. Depois, passa a ajudar alguns moradores de perfil empreendedor a abrirem seus negócios e paga os estudos dos mais próximos.

Quando assume a intendência de Santa Fé, em 1928, elabora um plano para acabar com a pobreza do município. O projeto é angariar fundos junto aos comerciantes, fazendeiros e “capitalistas” de Santa Fé para substituir os ranchos miseráveis por casas de madeira, sem custo para os moradores, em um bairro chamado de Vila Esperança. Rodrigo realizava essas visitas pessoalmente, mas não pedia, “dava ordens, impunha quantias, não aceitava negativas” (1963b, p. 573, OEV). Sua determinação era tamanha que, quando Juca Cristo recusa-se a deixar a velha casa, ordena um funcionário para incendiar o rancho. Quando se lembra da reação de desespero da família, Rodrigo comenta: “Aí tens outra prova de que o povo não sabe bem o que lhe convém” (1963b, p. 574, OEV).

O “pai dos pobres” de Santa Fé lembra Getúlio Vargas e quanto a isso não há dúvida. A relação entre os dois mostra-se ainda mais forte quando encaramos a falência de caráter do personagem da ficção – que perde a estima da esposa e dos filhos – como se fora a do próprio Vargas. Isso porque todas as acusações são direcionadas a Rodrigo, que precisa explicar e defender as ações do líder político. Essa apologia estabelece uma conexão muito próxima entre a história de ascensão e queda de Rodrigo Cambará e a de Getúlio Vargas.

Assim como Vargas, Rodrigo não se rende e continua acreditando que o regime do Estado Novo era democrático e que o povo sabe reconhecer isso. Após as eleições, já no dia 14 de dezembro, os amigos encontram-se ao redor da cama de Rodrigo Cambará, que segura um exemplar do *Correio do Povo*. “– Eu não disse? De acordo com os últimos resultados, já se pode afirmar que o Gen. Dutra está eleito, e por uma margem larga. E o Getúlio também, por mais de um Estado!” (1963c, p. 709, OEV).⁹⁶ Nesta ocasião, eles travam uma extensa

disso, pode-se considerar Rodrigo a representação do caudilho modelado segundo as características de um grupo de jovens politicamente ambiciosos, chamados por Love (1975, p. 90, HI) de Geração de 1907, que incluía entre eles Getúlio Vargas. Esse grupo pertenceu ao auto-cognominado Bloco Acadêmico Castilhistas e foi criado em abril de 1907 para lutar pelo então candidato do PRR. Na ficção, nesta mesma época Rodrigo Cambará vive em Porto Alegre.

⁹⁶ As edições de 13 a 15 de dezembro do *Correio do Povo* não trazem informações sobre o resultado da votação, mas, sim, notícias relacionadas ao futuro ministério e aos compromissos assumidos entre Dutra e os outros partidos para a distribuição de posições-chave no governo. A edição citada por Rodrigo pode ser a do dia 11 (Totais, 1945, p. 14, JRA), que traz os resultados ainda parciais da votação e aponta a vitória de Gaspar Dutra e a eleição de Getúlio Vargas em São Paulo.

discussão sobre o sentido da revolução, as práticas do extinto regime e a personalidade de Vargas, pontuando o diálogo com teses históricas e políticas.

Neste cenário, o comunismo stalinista de Eduardo é combatido pelo cristianismo do Irmão Zeca e o capitalismo liberal de Rodrigo. Este último é atacado pelo feudalismo positivista de Terêncio Prates. Por sua vez, o existencialismo humanista de Floriano e Tio Bicho surge como uma solução mediadora para todos os conflitos. O diálogo estende-se por aproximadamente dez páginas da narrativa, o que torna inviável e desnecessária a reprodução desta conversa na íntegra. Alguns trechos, porém, são importantes para percebermos como os personagens da ficção compreendem o quadro histórico.

O estancieiro-sociólogo Terêncio Prates, que estudou na Sorbonne, em Paris, é a figura mais exaltada do grupo. Com tom acusador, ele tem prazer em atacar Getúlio Vargas e consegue irritar Rodrigo Cambará. Segundo ele, Vargas é o único responsável pela situação do país.

– A verdade – insiste Terêncio – é que fizemos a revolução para apelar do poder um Presidente autoritário que queria influir na escolha de seu sucessor. Levamos para o governo um homem que se transformou num ditador e que nem sequer admitiu a possibilidade de ter sucessores. É ou não é um contrassenso?

E continua:

– Como *Dom Quixote*, o Dr. Getúlio beneficia-se das interpretações da crítica. Mas ao contrário da grande obra de Cervantes, ele não passa dum vácuo sorridente, que seus intérpretes enchem dos atributos mais variados e contraditórios, ao sabor de sua fantasia.

E mais:

– Tudo nele é mediano, medíocre. Jamais teve o pitoresco dum Flores da Cunha, o brilho dum Oswaldo Aranha, a eloquência dum João Neves. Não se lhe conhece nenhum gesto desprendido, nenhum impulso apaixonado. É um homem frio, reservado, cauteloso, impessoal. Seu estilo literário é vago e incaracterístico. Seu físico não impressiona. (1963c, p. 711, OEV)

Terêncio prossegue sua fala descrevendo o início da trajetória política de Getúlio Vargas, no governo do Rio Grande do Sul e na pasta de ministro da Fazenda de Washington Luís. Rodrigo interfere:

– Depois de assumir o poder, transforma por completo a vida política e social do Rio Grande. É preciso que vocês não esqueçam isso. Pela primeira vez na história de nosso Estado, as vitórias eleitorais da oposição eram reconhecidas. Getúlio governou com imparcialidade, à revelia de seu Partido. Chegou ao extremo de nomear para postos importantes adversários políticos, libertadores e gasparistas. Era um vento novo e sadio a soprar sobre as coxilhas. A coisa era tão “subversiva” e inesperada que chegou a causar uma

espécie de pânico entre a velha guarda republicana. Se isso não é ter personalidade, então não sei mais nada... (1963c, p. 712, OEV)

Enquanto os dois digladiam-se, Floriano medita sobre o que eles dizem. A reflexão do literato levanta a dúvida sobre a possibilidade de se decifrar o caráter de uma personalidade complexa como a de Vargas, principalmente quando conclusões são tiradas a partir das notícias dos jornais.

Alguém poderá algum dia dizer a última palavra sobre Getúlio Vargas? Ou sobre quem quer que seja? Pode uma personalidade ser descrita em termos verbais? Impossível. E toda a confusão vem disso. Julgado através de seus atos e ditos, no mundo bidimensional e preto-e-branco das notícias de jornal, o homem pode parecer alternadamente um santo e um demônio, um herói e um bandido, um estadista sério e um pândego. O antigetulismo, como o getulismo, converteu-se hoje numa espécie de neurose coletiva. Mas até que ponto meu pai estará convencido da verdade das coisas que diz em defesa de Getúlio? Mas que é a verdade? Talvez o Velho tenha assumido a posição incondicional de amigo e mandado a verdade às favas. O que não deixa de ser uma atitude simpática. E um jeito de defender-se a si mesmo. (1963c, p. 716-7, OEV)

Na percepção de Floriano, para melhor “julgar” Vargas e compreender os primeiros anos da era getuliana faz-se necessário situar o ex-presidente dentro do quadro social brasileiro sacudido pelo movimento de 30, quando havia duas correntes antagônicas: uma burguesia que dependia do comércio exterior e estava acomodada à situação semicolonial do país, tendo como aliada a aristocracia rural que continua exercendo influência política e econômica desde o Império, e uma pequena burguesia identificada com o proletariado que estava ansiosa para influir na política, mas pouco podia fazer apenas com a arma do voto. Segundo a tese de Floriano, no meio destas duas correntes “o destino colocou Getúlio Vargas como uma espécie de quebra-mar de algodão” (1963c, p. 720, OEV).

Com os pensamentos divididos entre a amante Sônia e a defesa do regime de Vargas, Rodrigo resume seus argumentos alegando que ninguém conhece o ex-presidente tão bem quanto ele, “só Deus”. Rodrigo afirma que Getúlio Vargas merece um livro e enumera alguns dados que deveriam estar na biografia:

– [...] Antes de mais nada o biógrafo de Getúlio Vargas terá de levar em conta certos traços de seu caráter que o tornaram uma figura singular neste país, dando-lhe vantagens muito grandes sobre os outros políticos. É um homem calmo numa terra de esquentados. Um disciplinado numa terra de indisciplinados. Um prudente numa terra de imprudentes. Um sóbrio numa terra de esbanjadores. Um silencioso numa terra de papagaios. Domina seus impulsos, o que não acontece com o Flores da Cunha. Controla sua fantasia, coisa que o Oswaldo Aranha não sabe fazer. Se o João Neves usa da sua palavra privilegiada para dizer coisas (e coisas que às vezes o

- comprometem), Getúlio é o mestre da arte de escrever e falar sem dizer nada.
- E tu consideras isso uma virtude? – pergunta Terêncio.
 - Num país imaturo como o nosso, considero. Muitas vezes não dizer nada para um político é um gesto de defesa comparável ao de certos animais que por mimetismo conseguem tornar-se da cor do terreno, para ficarem invisíveis e para salvarem a pele.
 - Não esqueças que o Getúlio se tem revelado o maior corruptor da nossa História... – interrompe-o Terêncio.
 - Só se corrompe aquilo e aqueles que são corruptíveis. Como dizia Machado de Assis, a ocasião faz o furto e não o ladrão, porque este já estava feito. Não queiras culpar o meu amigo da vulnerabilidade dos outros políticos brasileiros. Vítimas de suas paixões: mulheres, jogo, cavalos de corrida, luxo e outras fraquezas e vaidades, ficam às vezes à mercê de quem tem a chave do Banco do Brasil e dos grandes empregos.
 - Mas o que estás dizendo é algo monstruosamente cínico!
 - Perdão. Eu não inventei este mundinho em que vivemos. Ele existiria mesmo que eu não existisse. (1963c, p. 731-2, OEV)

A descrição que Rodrigo faz da personalidade de Vargas reproduz em parte a imagem que ajudou a sedimentar o ex-presidente como um “mito”. Um homem que está acima de todos os outros, que não comete erros e não pode ser responsabilizado pelos crimes sobre os quais não tinha conhecimento. A omissão é encarada como a “arte de escrever e falar sem dizer nada” e a corrupção é um problema exclusivo dos corruptos, que passam de criminosos a vítimas porque não sabem controlar suas paixões. Ou seja, enquanto defende Vargas e as autoridades do regime, Rodrigo Cambará defende a si mesmo, pois “mulheres, jogo, cavalos de corrida, luxo e outras fraquezas e vaidades” eram justamente os vícios do personagem no círculo de poder no Rio de Janeiro.

Por fim, Rodrigo não se conforma com a imagem que ficou de Getúlio Vargas depois de 29 de outubro, em que o ex-presidente aparece como o vilão que queria a todo o custo perpetuar-se no poder, enquanto Góis Monteiro e Gaspar Dutra “querem inculcar-se como heróis que libertaram o país da tirania” (1963c, p. 736, OEV). Ele salienta que Vargas já estava trazendo o país gradualmente, sem traumas, “de volta ao regime que se convencionou chamar de democrático” (1963c, p. 737, OEV), usando como principal argumento a emenda constitucional publicada em fevereiro, que determinava as eleições para o final do ano. Ao que Roque Bandeira, rapidamente, acrescenta:

- Já então o José Américo – recorda Tio Bicho – tinha dado seu famoso “grito”, a entrevista em que pedia claramente eleições. As barreiras do DIP estavam por terra, a imprensa mais séria fazia coro com os que pediam o pleito. Nasceram esses partidos políticos que hoje aí estão em atividade. (1963c, p. 737, OEV)

Mas Rodrigo não se rende, encarando a entrevista de José Américo como um sinal de

que havia liberdade de imprensa, invertendo o sentido das evidências:

– E então? – exclama Rodrigo. – Era ou não era o regime de liberdade em pleno vigor? As eleições estavam marcadas para 2 de dezembro. No entanto, em abril de 1945, voltando de Montevidéu, aonde o levava uma comissão diplomática, nosso inefável Góis Monteiro deu uma entrevista à imprensa durante a qual pronunciou uma frase que imaginou fosse abalar *urbi et orbi*: “Vim para acabar com o Estado Novo”. (1963c, p. 737, OEV)

Ao final da noite, para encerrar a discussão, Rodrigo Cambará sacode o jornal para mostrar que o resultado das eleições comprova que ele tem razão.

– Seja como for – diz Rodrigo, erguendo os olhos para o estancieiro e empunhando um exemplar do *Correio do Povo* – o eleitorado deu a última palavra. O Getúlio está eleito deputado e senador. Não há remédio... Vocês o terão de volta à vida pública, queiram ou não queiram... E, num gesto de terceiro ato, atira o jornal aos pés de Terêncio Prates. (1963c, p. 745, OEV)

Nesse caso, a imprensa tem a última palavra para encerrar qualquer argumento que possa contradizer o protagonista. O exemplar do jornal é a testemunha incontestável de que ele tem a razão sobre tudo o que foi largamente discutido. Ou seja, a deposição, os ataques, as críticas e o “julgamento” foram em vão, uma vez que Vargas se elegeu para os cargos que disputou. A imprensa registrou a manifestação do povo nas urnas e, para Rodrigo Cambará, é isso que vai entrar para a História.

Em síntese, nos episódios “Reunião de família” o jornal entra na narrativa com duas funções principais. A primeira, mais evidente, tem o papel de fonte direta para ampliar os ângulos de abordagem do contexto histórico. Em meio a citações de teses e teorias tiradas de livros de história, a imprensa surge novamente como um instrumento capaz de autenticar o evento narrado. Desta vez, porém, o escritor evita reproduzir o conteúdo textual de notícias ou reportagens, preferindo os anúncios de “a pedido”, bem mais eficientes no sentido de reproduzir o clima agitado da campanha eleitoral.

A segunda função consiste em reforçar a imagem da imprensa livre após a censura imposta pelo Estado Novo. Mesmo que as citações de jornais não sejam muito frequentes na representação histórica desse período, os registros são suficientes para denotar o espaço que a imprensa volta a ocupar no debate político. No entanto, a linguagem dos anúncios pagos pelos partidos sinaliza que esta liberdade tem um preço alto, que é o retorno da ofensa e do ataque à honra das personalidades envolvidas na campanha eleitoral – prática comum da imprensa política do século XIX e que continua em vigor na abertura do chamado Período Democrático.

4 IMPRENSA E LITERATURA

4.1 As revistas ilustradas: do teatro ao cometa

Dentro do contexto de transformações que atingem a imprensa durante a Primeira República, os primeiros anos do século XX são marcados pela proliferação das revistas ilustradas. Fruto de alterações relacionadas às novas relações de capital, as revistas oferecem um conteúdo ao gosto de leitores mais exigentes e elitizados, voltado a temas variados, entrevistas e colunas críticas. Seções que durante décadas garantiram a tiragem dos jornais, como o artigo político e o folhetim, começam a dar sinais de desgaste. Técnicas limitadas de ilustração como a litografia e a xilogravura perdem espaço para a fotografia, que deixa de ser novidade para ocupar um lugar definitivo nas publicações.

Introduzidas lentamente, mas de forma constante, essas mudanças refletem o que já ocorria na Europa no século anterior. Martins (2008, p. 40, IM) lembra que a revista não apenas tornou-se moda como também ditou a moda ao longo do século XIX. Beneficiadas por uma conjuntura propícia, que combinava avanço técnico das gráficas e aumento da população leitora, as revistas tiveram como mérito o fato de “condensar, numa só publicação, uma gama diferenciada de informações, sinalizadoras de tantas inovações propostas pelos novos tempos”. Além disso, ainda segundo Martins,

intermediando o jornal e o livro, as revistas prestaram-se a ampliar o público leitor, aproximando o consumidor do noticiário ligeiro e seriado, diversificando-lhe a informação. E mais – seu custo baixo, configuração leve, de poucas folhas, leitura entremeada de imagens, distinguia-a do livro, objeto sacralizado, de aquisição dispendiosa e ao alcance de poucos.

No Brasil, as revistas passam por um processo de especialização voltando-se para diferentes temas, como política, esportes, moda, crítica literária, teatro, música e “vida mundana”. Os textos vêm acompanhados de fotos, gravuras, caricaturas e reproduções de pinturas, além de recursos de entretenimento como charadas, piadas e concursos para os leitores. Outra característica eram as sessões de “literatura de aconselhamento”, uma fórmula tirada dos almanaques e que incluía dicas e sugestões de cuidados médicos, higiene, receitas culinárias e economia doméstica (VELLOSO, 2006, p. 329, IM).

Entre tantas linhas editoriais, as mais apreciadas eram as revistas ilustradas semanais, voltadas a um público mais abrangente e que buscavam familiarizar os leitores com temas da atualidade. Elas seguem o modelo implantado pela *Semana Ilustrada*, lançada na Corte em 1860 por Henrique Fleiuss e considerada a pioneira do gênero no país, abrindo o caminho para o surgimento de vários outros títulos, entre eles *Vida Fluminense* (1868-1876) e *Bazar Volante* (1863-1867) (SODRÉ, 1983, p. 205, IM).

Além das ilustradas, havia também as revistas literárias, de perfil especializado e que procuram discutir questões de arte e estética em meio à publicação de obras de prosa e verso nacionais e estrangeiras. São estas revistas que absorvem os literatos dos jornais tradicionais, os quais estavam em busca do espaço cada vez mais restrito para a literatura de ficção. Apesar de esse fenômeno revelar a continuidade do entrelaçamento da imprensa com a literatura, ele mostra ao mesmo tempo o início de um processo de separação das duas atividades, em que o caráter opinativo e criativo cede espaço ao informativo e ao instrutivo.

As maiores tiragens estavam, na maioria dos casos, com as ilustradas. Entre as principais publicações do gênero na alvorada do século estão a *Revista da Semana*, fundada em 1901 por Álvaro de Tefé com a colaboração de Medeiros e Albuquerque e Raul Pederneiras. No ano seguinte aparece *O Malho*, fundada por Luís Bartolomeu inicialmente com uma proposta humorística e, a partir de 1904, também política. Esta revista, que atinge a tiragem de 35 mil exemplares, contava com os principais caricaturistas da época e a colaboração de Olavo Bilac, Pedro Rabelo, Emílio de Menezes e Bastos Tigre.

Em 1904 começa a circular a *Kosmos*, dirigida por Mário Behring e que contava com a colaboração de Euclides da Cunha, Coelho Neto, Vieira Fazenda e Capistrano de Abreu. Havia também colunistas fixos como Artur Azevedo, encarregado de escrever sobre o teatro, José Veríssimo, crítica literária, e Olavo Bilac, que escrevia a crônica de abertura. Outras revistas importantes foram a *Fon-Fon*, que surge em 1907, e a *Careta*, fundada no ano seguinte. A mais popular das revistas da época, facilmente encontrada em consultórios e barbearias, a *Careta* publicava essencialmente textos dos autores parnasianos, tornando-se uma espécie de órgão oficial destes, enquanto a *Fon-Fon* abrigava os simbolistas (SODRÉ, 1983, p. 302, IM).

Evidentemente a evolução destas revistas não escapava à influência das publicações estrangeiras, principalmente as francesas. Mais do que isso, são as revistas estrangeiras que despertam nos leitores brasileiros o interesse pelo conteúdo das equivalentes nacionais. Esse reflexo não se restringe a aspectos de forma e conteúdo, mas às vezes até mesmo no nome, como no caso da revista *Ilustração Brasileira*, fundada em 1901, em Paris, nos moldes da *L'Illustration Française*, revista fundada em 1843 e que no início do século torna-se o principal jornal ilustrado do mundo.¹ Assim como a francesa, a revista brasileira – que fecha

¹ A revista *L'Illustration* circulava uma vez por semana e teve uma tiragem inicial de 13,4 mil exemplares, passando a 24,1 mil em 1855. É considerado o primeiro jornal francês a adotar a técnica dos ingleses, que era de “cavar” a notícia ao invés de esperar por ela. A *L'Illustration* supera os ingleses em tiragem e prestígio durante a guerra do Japão contra a Rússia, em 1904-1905, quando misturava desenhos com fotos inéditas. Circula até 1944. (MIRA, 2001, p. 16, IM)

em 1902 e reabre em 1909 no Rio de Janeiro – também traz romances de aventura, crônicas e crítica literária e teatral assinadas por colaboradores renomados como Olavo Bilac, Júlia Lopes de Almeida e Medeiros e Albuquerque. Conforme aponta Martins (2008, p. 89, IM), a *Ilustração Brasileira* “mais do que reproduzir a original *L'Illustration Française*, vinha confirmar a voga do periodismo francês das revistas ilustradas, fórmula efetivamente apreciada no Brasil, indiciando um espectro de leitor de elite, com potencial econômico para o seu consumo”.

Se por um lado as revistas brasileiras inspiravam-se nas francesas, não é menos verdade que o público leitor também se sentia atraído pelos costumes estrangeiros da época, formando um ciclo que começava pelos literatos e passava pelas publicações para finalmente chegar aos leitores. Ler a *L'Illustration* ou a *Revue des Deux Mondes*² e viajar de vez em quando a Paris significava possuir uma posição importante na sociedade de elite, um privilégio para poucos, mais ainda se levarmos em consideração que em 1890 cerca de 84% da população era analfabeta, segundo estatística oficial – número que certamente não mudou muito até a virada do século. Não por acaso, o período chamado por alguns autores de “*belle époque* brasileira” assinala uma aproximação entre Brasil e França ainda mais forte do que aquela verificada durante o Romantismo, com a influência ideológica humanista de Vitor Hugo, e na concepção da República, com os ideais positivistas de Augusto Comte.

Em uma época marcada pela modernização do Rio de Janeiro, baseada no modelo arquitetônico e urbanístico de Paris, torna-se natural o apreço pela aparência e pelo bom gosto. Como acentua Sevcenko (2003, p. 51, TIB), o Rio de Janeiro torna-se cosmopolita com o advento da República e o mais importante era estar em dia com os menores detalhes da vida social do Velho Mundo.

Completa Sevcenko:

E os navios europeus, principalmente franceses, não traziam apenas os figurinos, o mobiliário e as roupas, mas também as notícias sobre as peças e livros mais em voga, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o lazer, as estéticas e até doenças, tudo enfim que fosse consumível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de prestígio.

No período que grosso modo vai de 1900 até o início do movimento modernista, a língua, a literatura e a cultura francesa são presenças hegemônicas no sistema cultural e social brasileiro. Como aponta Carelli (1994, p. 185, TIB), “no afrontamento entre a 'barbárie' e a

2 Martins (2008, p. 75, IM) diz que a *Revue des Deux Mondes* era “afamada, assinada, adquirida, porém, pouco lida. Ou melhor, consumida efetivamente por homens de letras. Sua configuração sólida, quase um livro, recheada de compenetrados artigos de gama diversificada de autores europeus, transformou-a em ícone do saber superior e elitizado, conferindo a seu possuidor e/ou assinante a aura do leitor informado, atualizado”.

'civilização' que conhecia a jovem nação brasileira, Paris foi o modelo incontestado, assim como a referência mítica dos artistas”. Nos jornais e revistas, os escritores franceses eram os mais traduzidos. Os autores ingleses e alemães, quando lidos, chegavam ao público a partir de traduções francesas, geralmente de romances do tipo popular. Needell (1993, p. 215, HI) afirma que “os leitores adulados pelos autores brasileiros haviam adquirido gostos que, devido às viagens e à educação, tinham Paris como a principal referência. Neste caso, os modelos ditados pela moda eram os autores franceses [...]”.

Há que se destacar que essa hegemonia francesa não era um fenômeno exclusivo do Brasil. Em outros países, até mesmo europeus como a Itália, ocorria o mesmo. Gramsci (1978, p. 106, TIB) aborda esse tema para discutir a penetração da literatura popular francesa na sociedade italiana. Para Gramsci, parte da culpa deste fenômeno cabe aos próprios intelectuais do país, uma vez que os leitores sentem-se mais ligados aos intelectuais estrangeiros do que aos “patrícios”, estes ignorantes das necessidades e aspirações do povo.

No contexto brasileiro, a participação dos literatos ocorria justamente, e principalmente, nas páginas das revistas ilustradas. Era nestas publicações que eles expressavam as ideias em voga na Europa e reproduziam os ensinamentos que vinham de fora, transpondo para o ambiente do Brasil os mesmos temas presentes nas obras de escritores como Anatole France, Paul Bourget, Jean Lorraine e Pierre Loti – quase sempre intrigas amorosas, ironia, decadência e exotismo (NEEDELL, 1993, p. 216, HI). Algumas destas revistas também publicavam os romances-folhetins franceses de maior sucesso, muitos já conhecidos do público em publicações anteriores nos jornais, o que revela uma proposta de ampliar o público leitor para mais de uma classe. Na *Fon-Fon*, por exemplo, os romances apareciam em fascículos numerados e publicados às quartas-feiras, com o título de “Romance de Fon-Fon”, enquanto a revista saía aos sábados (MEYER, 1996, p. 374, TIB).

A inspiração que vinha da França não se limitava a questões de ordem estética ou formal da ficção, mas também de estilo nas crônicas e reportagens, como no caso de João do Rio em relação aos cronistas parisienses cosmopolitas Gomez Carrillo, Michel-Georges e Jean Lorrain (BROCA, 2004, p. 323, TIB).³ A própria linguagem das revistas estava carregada de neologismos, como aponta Zanon (2005, p. 31, IM) em seu estudo lexical sobre a revista *Fon-Fon*. Nos 73 primeiros números do periódico, encontram-se 663 palavras de

3 A influência dos modelos franceses muitas vezes passava despercebida pelos próprios influenciados. João do Rio, apesar de seguir a fórmula dos cronistas parisienses, era um dos poucos a se insurgir “contra o esnobismo que consistia em estar ao corrente da última moda de Paris e a ignorar tudo do Brasil” (CARELLI, 1994, p. 199, TIB). Evidentemente houve outros escritores engajados em combater a servilidade nacional às regras estrangeiras, caso de Lima Barreto e, mais tarde, Monteiro Lobato.

origem francesa, em geral conotações estilísticas para designar objetos já existentes na língua vernácula. Esses neologismos, segundo Zanon, revelam as “incorporações lexicais de natureza social, literária, artística e cultural e refletem a inegável influência que a sociedade francesa exercia sobre a elite brasileira, como atestam as unidades *charbon, tailleur, gris perle, demi-monde, grand-monde, terrase e truffé*”.

Para fortalecer ainda mais esse ambiente francês, já massivamente propagandeado pela imprensa, a moda e a educação, também entram em cena diversos aparelhos como o fonógrafo, o cinematógrafo e o gramofone, que indicam uma “significativa alteração nos comportamentos e na percepção dos que passaram a conviver cotidianamente com tais artefatos” (SÜSSEKIND, 1987, p. 26, TIB). Outro fator importante é a colaboração dos editores, tipógrafos e livreiros cariocas, que eram em sua maioria franceses. “Naturalmente, promoviam em suas lojas obras e periódicos franceses, da mesma forma que promoviam o estilo francês nos periódicos cariocas, no que se refere a formato, ilustrações e conteúdo” (NEEDELL, 1993, p. 231, HI).

A combinação destes fatores, que levam a uma “homogeneização das consciências pelo padrão burguês universal da *belle époque*” (Sevcenko, 2003, p. 123, TIB), atua diretamente sobre os rumos da literatura brasileira, um período em que os escritores não manifestam anseios de rupturas estéticas e formais. Mais do que isso, o que ocorre nas primeiras décadas do século XX é uma hipertrofia do “gosto de descrever por descrever, em prejuízo da seriedade que norteava o primeiro tempo do Realismo”, no entendimento de Bosi (2004, p. 173, TIB). Salvo nomes como Euclides da Cunha e Lima Barreto, os literatos brasileiros que viviam em torno da boêmia carioca, das redações dos jornais e da Academia recém-criada (também nos moldes franceses) buscam explorar os temas do cotidiano e os hábitos da gente, fazendo da ficção uma crônica do meio em que viviam, limitando-se a um repertório de clichês.

Na acepção de Candido (2008, p. 120, TIB), a literatura que vai de 1900 a 1922 caracteriza-se por ser “satisfeita, sem angústia formal, sem rebelião nem abismos”, e tem como único ressentimento o fato de não parecer de todo europeia, trabalhando com afinco para “conseguir pela cópia o equilíbrio e a harmonia”. Ainda de acordo com Candido (2008, p. 120-21, TIB), o produto que melhor traduz o momento é

o romance ameno, picante, feito com alma de cronista social para distrair e embalar o leitor. Forma-se pela confluência do que há de mais superficial em Machado de Assis, da ironia amena de Anatole France e dos romances franceses do pós-naturalismo, sentenciosos, repassados de sexualismo frívolo: Paul Bourget, Abel Hermant.

Afrânio Peixoto e Coelho Neto são, sem dúvida, os dois principais representantes desta tendência. Na obra de Peixoto o tema central gira em torno da mulher em um mundo governado pelo amor. Miguel-Pereira (1957, p. 273-4, TIB) diz que o gosto pela análise e pela ironia aproxima Afrânio Peixoto de José de Alencar, apesar de sua técnica também lembrar em alguns momentos Machado de Assis. **A esfinge**, seu livro mais festejado à época, publicado em 1911, trata do conflito psicológico de uma mulher – Lúcia – que precisa decidir entre a ambição pelo poder e o amor. É o quadro social, no entanto, que domina a protagonista e os outros personagens. Neste romance podemos encontrar uma síntese dos costumes sociais do Rio de Janeiro, com toda a pompa tão cara à elite, e de seus principais atores – o jornalista, o político, o artista, etc... Miguel-Pereira (1957, p. 274-5, TIB) observa que em **A esfinge** “o meio domina o indivíduo” e que: “No fundo, o drama está menos nas relações das criaturas entre si do que na sua luta contra as contingências exteriores: drama mundano, que não teria sentido sem as regras e convenções da sociedade burguesa”.

Coelho Neto, por sua vez, produziu muito mais do que Afrânio Peixoto, e menor não foi a crítica depreciativa de sua obra, começando por Lima Barreto até chegar ao ápice com os modernistas. Atacado por conta de seu estilo de floreio verbal a partir de fórmulas descritivas apoiadas em adjetivos e advérbios, Coelho Neto apresenta um vasto campo temático sem, contudo, “qualquer transformação ideológica radical” (BOSI, 2004, p. 201, TIB). Suas obras mais relevantes, entre elas **O morto** (1898), **A conquista** (1899) e **O turbilhão** (1906), são romances documentais que procuram falar da época a partir de suas próprias experiências. As situações expostas nestas obras revelam as pretensões literárias e políticas do intelectual, ou pretendente a tal, que vive a percorrer cafés, redações, teatros e salões em busca de reconhecimento social. Segundo Bosi (2004, p. 199-200, TIB), as qualidades mestras de Coelho Neto – curiosidade, memória e sensualidade verbal – ajustavam-se ao gosto do leitor culto da Primeira República e ajudam a explicar o sucesso de escritor. “Um leitor que julga amar a realidade, quando em verdade não procura senão as suas aparências menos triviais ou menos trivialmente apresentadas; um leitor que se compraz na superfície e no virtuosismo: um leitor, em suma, fundamentalmente hedonista”.

A influência francesa na vida literária brasileira do início do século XX não se limita à literatura. Ela inclui também a ópera, o cinema – ainda incipiente e que mais tarde perde espaço para as produções norte-americanas – e principalmente o teatro. A geração que “sonhava com turnês teatrais francesas, em particular com a de Sarah Bernhardt” (Carelli, 1994, p. 190, TIB) encontrava consolo nas revistas ilustradas, onde era possível acompanhar a crítica das peças em cartaz e, não raro, trechos das obras mais famosas. No Brasil, o teatro

vivia uma fase difícil por conta da falta de renovação das companhias brasileiras e do repertório ultrapassado para os novos tempos. O resultado era que o público costumava lotar as sessões apenas nas apresentações de companhias estrangeiras.

Faria (2003, p. 217, TIB) aponta a grande repercussão da “*invasion étrangère*” sobre a vida teatral do Rio de Janeiro na virada do século XIX, geralmente de maio a setembro, meses de verão em que a burguesia esvaziava os teatros europeus e as companhias se aventuravam pela América do Sul. Para o público brasileiro, era um privilégio poder conhecer uma parcela do melhor teatro da época, o mesmo que era encenado nos palcos europeus – não apenas da França, mas também da Itália, Portugal e Espanha. “Era um pedaço da Europa que se mudava a cada ano, poderíamos dizer” (FARIA, 2003, p. 216, TIB, tradução nossa). O mesmo não se pode afirmar das companhias de teatro brasileiras, que sucumbiam à concorrência e nesta época tinham que se apresentar em cidades do Norte, Nordeste e Sul do Brasil.

Em um artigo sobre o teatro no Rio de Janeiro, Veríssimo (2001, p. 230, TIB) classifica a arte dramática na virada do século como uma das coisas “mais decadentes, mais em atraso, menos digna de uma cidade culta”. Para Veríssimo (2001, p. 234, TIB), a culpa recai sobre a estrutura arquitetônica precária dos teatros, “nenhuma quase que não seja uma infecta barraca”, e sobre os próprios atores, os quais representam “uma babel de fonéticas, senão de línguas diversas” e são quase todos “simplesmente detestáveis”. Isso justifica, segundo Veríssimo, o fato de que “todo o público inteligente e culto abandonasse o chamado teatro nacional, e lhe prefira o francês, o italiano, e até o português, quando acertam de passar por aqui”.⁴

Se a situação era tal na capital da República, certamente era pior nas outras províncias. Um caso que exemplifica a situação foi a polêmica envolvendo a peça *Talita*, de Pinto da Rocha, um gaúcho que exerceu dois mandatos como deputado pelo Rio Grande do Sul e viveu a infância e a adolescência em Portugal, onde buscou o assunto de seu drama. A peça estreou em agosto de 1906 no Rio de Janeiro e foi bem recebida pela crítica. Em julho do ano seguinte, *Talita* foi encenada em Porto Alegre e atacada por abordar um tema português e ser escrita em versos. Apesar de a discussão voltar-se para questões formais e

4 A crítica de Veríssimo sinaliza também o período de questionamento que enfrentava o teatro brasileiro. Faria (2003, p. 222, TIB, tradução nossa) chama a atenção para o fato de que as companhias francesas apresentavam uma dramaturgia “séria”, de qualidade literária, enquanto os grupos brasileiros apostavam no gênero cômico-musical, o preferido do público segundo atores e escritores, entre eles Artur Azevedo, defensor do teatro popular. “Assim que elas partiam, o repertório mudava e via-se aparecer em cena os gêneros populares muito apreciados pelo público: espetáculos de fim de ano, as operetas, os imbatíveis melodramas e os espetáculos maravilhosos, com seus espantosos truques cênicos”.

para o papel da obra literária no caráter da nacionalidade, no fundo a agressividade das críticas procurava atacar, “através do teatrólogo, o político” (BROCA, 2004, p. 278, TIB).⁵

Neste cenário, em que as companhias estrangeiras são as mais prestigiadas e o sucesso de uma peça brasileira está vinculada a um assunto português, naturalmente as revistas também refletem esse momento. E os leitores acompanham com interesse a repercussão das peças estrangeiras, principalmente as francesas, como as escritas por Edmond Rostand, um dos escritores mais populares da época.

Nascido em 1868 em Marselha, Rostand escreve a primeira peça, **A luva vermelha**, em 1888, obtendo relativo sucesso. Em seguida, escreve o livro de poemas **Divagações** (1890) e as peças **Os dois pierrôs** (1893), **Os românticos** (1894), **A princesa longínqua** (1895) e **A samaritana** (1897). Foi em 1897, porém, que Rostand conquista fama e prestígio com **Cyrano de Bergerac**, obra baseada na história de um soldado que se destaca pela língua ferina e pelo nariz extraordinariamente grande. Incapaz de conquistar o amor de Roxana, Cyrano utiliza-se de palavras apaixonadas em nome de seu jovem amigo Cristiano.

Escrita em versos, seguindo a tradição romântica já ultrapassada, a peça é recebida com ceticismo e desconfiança pelo público, pouco empolgado com a história amorosa de um galante mosqueteiro. Contrariando as expectativas, a estreia em Paris, em 27 de dezembro de 1897, foi um sucesso, com destaque para o ator Constant Coquelin, que interpreta Bergerac. Dez dias após a estreia, o presidente da República, Félix Faure, comparece ao teatro e entrega a Coquelin, no intervalo da peça, a comenda Legião de Honra, criada por Napoleão Bonaparte em 1802. Em 1901, graças a **Cyrano de Bergerac**, Rostand é eleito membro da Academia Francesa.⁶

Cyrano de Bergerac foi a primeira e única grande obra escrita por Edmond Rostand, segundo aponta parte da crítica. Em meio a declarações exageradas como a de Herriot (1950, p. 213, TIB, tradução nossa), quando diz que “Cyrano foi um momento de consciência nacional” e que “ele foi, como seu personagem, a própria honra e coragem”,

5 Broca (2004, p. 277-280, TIB) resgata essa polêmica em detalhes, comparando o caso de Pinto da Rocha ao de José de Alencar e outros brasileiros, prejudicados na política pela sua categoria de escritor. A peça em questão desenrola-se em um recanto de Trás-os-Montes, onde uma menina recolhida pelo cura da aldeia torna-se cega na adolescência, vítima de catarata. Ela faz um voto à Virgem do Carmo, prometendo tomar o hábito das carmelitas caso fosse curada. Um jovem médico aparece na aldeia, enamora-se de Talita e opera-a da catarata. A jovem corresponde o afeto, mas declara a impossibilidade de casar-se devido à promessa. O cura, então, intervém relatando um sonho em que a Virgem lhe aparecera e disse dispensar a jovem do cumprimento do voto. No final, os jovens ficam juntos e a mãe de Talita é localizada para também conceder a bênção à união.

6 O sucesso de **Cyrano** é usado pelo autor da peça **Talita** em seu protesto contra a crítica de que o teatro moderno já não comportava o drama em verso. Ainda segundo as palavras de Broca (2004, p. 280, TIB), Pinto da Rocha “se justifica com vários exemplos, entre os quais o maior de todos, Rostand, cujo êxito estrondoso com **Cyrano de Bergerac** era relativamente recente”.

existem outras bem menos elogiosas. Para Coindreau (1942, p. 124, TIB, tradução nossa), o sucesso da peça explica-se porque à época o público parisiense encontrava-se em uma situação parecida com a do viajante que morre de sede no deserto, em constante desejo de fugir da realidade. Segundo ele, os truques de luz enganaram o público, que não percebeu a mistificação da peça. E acrescenta (p. 123): “Não existe um crítico sincero que não reconheça hoje o vazio dessa peça, que revela a verdade do ditado: nem tudo que brilha é ouro”.

Após **Cyrano**, Rostand ainda escreve **O filhote de águia** (1900), outra peça pautada pelo ideal romântico, desta vez no sentido de glorificar os valores da pátria na figura do duque de Reichstadt, que tenta ressuscitar o império de seu pai, Napoleão, mas não se sente capaz de executar a empreitada. Aplaudida pelo público, que fica encantado com a interpretação de Sarah Bernhardt, a peça não tem a mesma recepção dos críticos, justamente por seguir os modelos românticos. Doente e enfraquecido, Rostand retira-se por um período de 10 anos e somente em 1910 volta aos palcos com a peça **Chantecler**, uma história do mundo animal inspirada nas fábulas de La Fontaine.

A estreia de **Chantecler** foi cercada de muita propaganda e suspense, com entrevistas, reportagens sobre os ensaios e anúncios que ajudavam a despertar o interesse do público. A peça em quatro atos apresenta a história de um galo que acredita que o seu canto faz nascer o sol. A ação se desenrola entre animais de uma fazenda, simbolizando as paixões humanas. A revista *L'Illustration* compra junto a Rostand os direitos exclusivos de reproduzir o texto na íntegra. No entanto, no início de janeiro de 1910, o jornal italiano *Il Secolo*, de Milão, e os parisienses *Paris Journal* e *L'Éclair* publicam trechos da obra sem a devida licença. Em resposta, a *L'Illustration* processa os jornais, o que no fim acaba aumentando o falatório em torno da peça.

Localizamos na revista *L'Illustration* (L'indiscrétion, 1910, p. 18, JRA), quatro semanas antes da estreia da peça, uma nota sobre a “indiscrção” do jornal italiano e mais duas grandes reportagens de apresentação de **Chantecler**. Na edição de 29 de janeiro (Sur, 1910, p. 81-83, JRA), a revista publica um desenho de página inteira em que aparecem o autor da obra, os dois intérpretes principais e os diretores do teatro Porte Saint-Martin momentos antes de um ensaio. Outras duas páginas descrevem o processo criativo de **Chantecler**, do surgimento da ideia até a concepção do texto e a execução da montagem, incluindo a foto de uma fazenda onde aparecem um galo e várias galinhas, cenário que teria inspirado Rostand. Na edição seguinte, a revista (Faure, 1910, JRA) apresenta aos leitores um encarte especial sobre a casa de Edmond Rostand, em Arnaga. A reportagem tem oito páginas inteiras e 19 fotografias, apresentando detalhes da arquitetura das construções, dos jardins e do estilo de

vida do escritor em meio à natureza.

O jornal *Correio do Povo*, em sua edição de 18 de fevereiro (Chantecler, 1910b, p. 1, JRA), traz a notícia dos direitos autorais com o título de “Chantecler – Roubo Literário”, em que relata o caso e a atuação da polícia, que trabalhou no sentido de recolher das ruas os exemplares dos jornais que publicaram o texto sem autorização. Além de informar sobre a briga nos altos escalões da imprensa parisiense, a reportagem enviada pelo correspondente em Paris do jornal *Gazeta de Notícias* também descreve em detalhes a peça de Rostand, que havia estreado no dia 7 no teatro Porte Saint-Martin.

Raras estreias receberam o mesmo tratamento dispensado a **Chantecler** na conceituada *L'Illustration*, que em geral priorizava o relato de expedições a lugares remotos, aspectos culturais exóticos e progressos científicos – nessa época, os feitos da aviação recebem ampla cobertura. Nos dias 12, 19 e 26 de fevereiro, e 5 de março, a revista publica na íntegra o texto dos quatro atos da peça. As edições, que normalmente tinham 16 páginas, presenteiam o leitor com 50 páginas no dia 12 e 32 páginas nos outros dias. Se não bastasse o destaque de capa, o tratamento gráfico especial e o texto completo da obra, na edição do dia 19 a revista (Chantecler, 1910a, p. 183-185, JRA) acrescenta ainda três páginas com as opiniões – sempre favoráveis – de nove críticos teatrais, selecionadas dos principais jornais parisienses. No dia 26, a revista (Basset, 1910, JJRA) traz um caderno extra de 12 páginas onde se encontra um estudo completo de **Chantecler**, incluindo imagens coloridas dos costumes dos personagens e reportagens que abordam o processo de preparação e montagem da peça.

Ao contrário do que se esperava, **Chantecler** nem de longe consegue repetir o sucesso de **Cyrano**, mas nem por isso a obra de Edmond Rostand deixa de ser discutida pelos literatos brasileiros.⁷ Na avaliação de Coindreau (1942, p. 127, TIB), todas as peças do escritor se repetem e **Chantecler** confirma as falhas camufladas de **Cyrano**. Ele aponta na peça situações sem graça e de mau gosto, concluindo que “o falso e o artificial serão sempre os dois vícios a censurar em Rostand” (p. 128). Suberville (1919, p. 71, TIB), por sua vez, sai em defesa do escritor francês e culpa os espectadores e os atores pelo fracasso da peça. Aqueles porque não estavam advertidos e ficaram desconcertados com a forma simbólica de “l'affabulation dramatique” de Rostand, estes porque não souberam interpretar a nuance

7 Broca (2004, p. 61, TIB), ao tratar dos salões literários, diz que os assuntos preferidos nesses ambientes eram “antes de tudo, as novidades parisienses, depois o último romance de Anatole France, o fracasso do **Chantecler**, de Rostand, a peça mais recente de Bataille, etc.”.

satírica que se justapunha à lírica.⁸

Além da literatura e do teatro, as revistas ilustradas da época também dedicavam espaço a acontecimentos que nos jornais não eram apresentados ou apareciam de maneira superficial. Como as revistas eram publicadas com um tempo maior entre uma edição e outra, variando de uma semana a um mês, tinham mais tempo para aprofundar os temas, incluindo mapas, gráficos, ilustrações e opiniões de especialistas. Em 1910, um ano que particularmente nos interessa para posterior comparação com o romance, um fenômeno astronômico recebe atenção especial da imprensa e do público. Trata-se da passagem do cometa Halley, previsto para ser visualizado a partir do dia 19 de maio.

Os astrônomos garantiam que não havia perigo, mas a imprensa alimentava os boatos de que a Terra poderia ser envolvida pelos gases letais contidos na cauda do cometa, o que envenenaria a atmosfera e mataria todos os seres vivos. Camille Flammarion (1842-1925), astrônomo francês muito popular na época, explicava o fenômeno em longos artigos escritos para as revistas francesas. Apesar de a astronomia do início do século passado já possuir condições de interpretar eventos dessa natureza, a imprensa em geral mantinha o suspense em torno dos supostos perigos do cometa – um comportamento que marca a evolução inicial do jornalismo sensacionalista.

O próprio Flammarion, ao mesmo tempo em que afasta a possibilidade do fim do mundo, reconhece que, caso a cauda do cometa tivesse mais de 23 milhões de quilômetros de extensão, o encontro entre a terra e o astro seria inevitável. No dia 22 de janeiro, ele publica na *L'Illustration* (Flammarion, 1910a, p. 60, JRA) um desenho da órbita do cometa em que a terra aparece na rota da longa cauda. Em outros quatro artigos publicados entre abril e maio, e intitulados “O jornal do cometa”, o astrônomo afirma que, diferente de outras profecias que previram o fim do mundo, desta vez a ameaça baseia-se em fatos reais. Apesar de não se tratar de um corpo sólido, mas formado de gases, restaria ainda o risco de contaminação da atmosfera e o consequente envenenamento do ar. Em meio a explicações que não chegam a tranquilizar por completo os leitores, Flammarion mistura informações técnicas com comentários de ordem moral, procurando mostrar que as ambições humanas de nada servem frente à grandiosidade da natureza.

As revistas e os jornais brasileiros reproduziam aqui, traduzidos, os textos publicados

8 Em seu estudo crítico, Suberville (1919, p. 5, TIB, tradução nossa) mostra-se extremamente parcial em suas interpretações, visto que não reconhece os pontos fracos do escritor, apontando apenas as virtudes. De suas anotações, destacamos frases como: “Nós somos um pouco filhos espirituais de Rostand”; “[...] ele não foi um comediante superficial da multidão efêmera, mas um prestigioso evocador do ideal nacional” e “[...] seu gênio estabeleceu um pensamento e uma emoção francesa de seu tempo.”

na imprensa francesa. A partir de fevereiro, o jornal *Correio do Povo* começa a publicar informações que se tornam mais frequentes conforme aproxima-se a data de aparição do astro. No dia 22 deste mês, com o título de “O cometa Halley – a sua influência sobre a terra”, o jornal (André, 1910, p. 1, JRA) traz uma declaração de um astrônomo identificado apenas pelo primeiro nome, do observatório de Lyon. Diz o cientista: “O cometa passará em face do sol e, provavelmente, durante muitas horas, a terra permanecerá mergulhada na sua cauda”. Para a seguinte conclusão do jornal: “Parece, portanto, que, durante algumas horas, a Terra poderá permanecer mergulhada na cauda do cometa”.

Como a maior parte da população não tinha acesso a jornais e revistas, e muita gente ajudava a aumentar o boato em torno do fim do mundo, o pânico alastrou-se nas cidades. Nos dias que antecederam a chegada do cometa, jornais da época noticiavam a corrida de fiéis aos confessionários das igrejas, todos querendo garantir o perdão pelos seus pecados antes do encontro com o divino. De corações abertos, endinheirados fizeram muitas doações e os mendigos comeram e beberam fartamente por algumas semanas. Amigos e parentes despediam-se uns dos outros e alguns pediam aos médicos receitas de antídotos contra os gases letais do cometa. Em Paris, existem registros (muitos não comprovados) de pessoas que gastaram toda sua fortuna, esbanjando em festas e viagens, enquanto outras foram levadas ao suicídio. Na Holanda, conforme registra o *Correio da Manhã* (O cometa, 1910, p. 4), um homem se enforcou.

O jornal *O Estado de S. Paulo* (Cometa, 2010, p. 16, JRA), em sua coluna “Há 100 anos”, destaca:

A imprensa, por sua vez, pouco ajudava. O jornal americano *Free Press* especulou na primeira página a respeito das consequências de uma colisão da Terra com o cometa. Quando ele atingisse o planeta, dizia o jornal, o incêndio resultante seria tão brilhante que todas as pessoas na Terra ficariam imediatamente cegas, ao mesmo tempo que o calor vaporizaria tudo.

Relatos desse tipo também estão nos artigos de Camille Flammarion. Na edição do dia 14 de maio da *L'Illustration* (Flammarion, 1910b, p. 440-442, JRA), ele comenta que a passagem do cometa provoca suicídios, a venda de propriedades e a preparação de testamentos. O astrônomo cita como exemplos o caso de um húngaro que teria cometido suicídio por não suportar a angústia e de uma mãe alemã que, num ato de desespero, lançou o filho de seis meses de idade em um poço. Segundo ele, um membro da sociedade de astronomia francesa informa que na Rússia, onde “três quartos das pessoas estão alienadas”, uma mulher famosa e rica decidiu entregar-se ao álcool e esperar a morte embriagada, “para não sentir o dia fatal”. Flammarion também conta ter recebido inúmeras cartas de

farmacêuticos oferecendo aparelhos de oxigênio que poderiam ajudar as pessoas a respirar.

O *Correio do Povo* mantém boletins diários sobre o cometa no mês de maio, sem esconder a frustração pela demora na aparição do astro. Essa é a tônica das matérias publicadas nos dias 17, 18 e 19 de maio. Finalmente, no dia 20 (Cometa, 1910, p. 1, JRA), o jornal publica na capa o artigo que os leitores mais queriam ler, o qual começa assim: “Dia 19 de maio... E aqui estamos, vivos e sãos, como antes, a fazer observações, cálculos e conjecturas, porém sem adiantar coisa alguma...”.

E termina dessa forma:

E com essa resenha, suspendemos, temporariamente, nossas observações, esperando a palavra autorizada dos notáveis astrônomos europeus, aproveitando esse lapso de tempo para nos refazer das muitas horas de sono que perdemos em observações para... para ficarmos sabendo tanto ou menos que d’antes, e... continuar em nossas “místicas divagações” (e não “místicas investigações”, como entendeu compor o tipógrafo em nosso escrito anterior).

O suspense em torno do cometa também inspirou charges, canções, narrativas e poemas de quem presenciou o acontecimento. Erico Verissimo foi uma dessas testemunhas e resgata o acontecimento em **O tempo e o vento**, como veremos a seguir. Carlos Drummond de Andrade tinha apenas sete anos em 1910, mas a lembrança do cometa o fez escrever sobre o fenômeno em uma de suas crônicas.

O que aconteceu à noite foi maravilhoso. O cometa de Halley apareceu mais nítido, mais denso de luz e airoso deslizou sobre nossas cabeças sem dar confiança de exterminar-nos. No ar frio, o véu dourado baixou ao vale, tornando irreal o contorno dos sobrados, da igreja, das montanhas. Saímos para a rua banhados de ouro, magníficos e esquecidos da morte, que não houve. Nunca mais houve cometa igual, assim terrível, desdenhoso e belo. O rabo dele media... Como posso referir em escala métrica as proporções de uma escultura de luz, esguia e estelar, que fosforeja sobre a infância inteira? No dia seguinte, todos se cumprimentavam satisfeitos, a passagem do cometa fizera a vida mais bonita. [...] Nem todas as concepções de fim material do mundo terão a magnificência desta que liga a desintegração da terra ao choque com a cabeleira luminosa de um astro. Concepção antiquada, concordo. Admitia a liquidação do nosso planeta, como uma tragédia cósmica que o homem não tinha poder de evitar. Hoje, o excitante é imaginar a possibilidade dessa destruição por obra e graça do homem. A terra e os cometas devem ter medo de nós. (ANDRADE, 1974, p. 82-3, PP)

Monteiro Lobato também não ficou insensível ao evento astronômico. O escritor reconstrói na voz da personagem Dona Benta o fenômeno que presenciou quando tinha 18 anos de idade. Como vemos neste trecho.

Em 1910 pudemos apreciar um belíssimo: o cometa de Halley, que se torna visível para nós de 76 em 76 anos. Eu estava ali na varanda quando ele apareceu, lá dos lados do Elias Turco. O tempo conservou-se ótimo, de maneira que pude regalar-me de ver cometa. Faz 27 anos...

E Dona Benta ficou pensativa, recordando. Depois disse: Halley encheu de pavor a gente inculta. Houve pânico em muitas cidades: “Fim do mundo! Fim do mundo!” Apesar de ser um velho conhecido nosso, que nos procura de 76 em 76 anos, a humanidade é tão estúpida que se espanta cada vez que ele aparece. (LOBATO, 1960, p. 181-2, PP)

4.1.1 Chantecler: um galo canta na coxilha

A sociedade gaúcha representada em **O continente**, caracterizada pela valorização da bravura e dos feitos heroicos, começa a sofrer profundas mudanças em **O retrato**. A partir do episódio “Chantecler”, que transcorre em 1909 e 1910, novos elementos culturais são introduzidos no plano narrativo. O espírito desse tempo é apresentado por Rodrigo Cambará, jovem idealista e sonhador, contagiado pelas experiências urbanas vividas em Porto Alegre onde se formou em medicina. Fluente em francês, frequentador de óperas, cinemas e cabarés, leitor de romancistas e filósofos renomados, Rodrigo introduz o refinamento social num ambiente ainda hostil às novidades. Diferentemente do gaúcho tradicional, Rodrigo representa o caudilho burguês em meio às transformações sociais da *belle époque* no início do século XX.⁹

Se nas ruas de Santa Fé as roupas brancas e engomadas do personagem contrastam com a simplicidade das bombachas, no interior do Sobrado o choque cultural não é menor. Sem ligar para os comentários de censura do pai e os sinais de desaprovação da tia, Rodrigo surpreende a todos com produtos caros importados da Europa, novidades que nada tem a ver com os hábitos da casa. Os longos serões oferecidos aos amigos mais próximos são embalados com os melhores vinhos e as mais sofisticadas iguarias.

Entusiasmado com a possibilidade de ajudar no progresso da pequena cidade, pronto para enfrentar o intendente – representante do atraso –, Rodrigo busca uma posição de destaque justamente por ser o representante do novo, do moderno. Nessa fase o personagem assume o papel de líder, que acredita ter o poder de transformar a natureza de seus pares, como o galo entre os animais da fazenda na fábula de Rostand. Ele quer trocar os móveis rudimentares do Sobrado por modelos de “bom gosto” e sonha em dotar a cidade de luz elétrica para que a população possa ter um cinematógrafo. “Estava decidido a conquistar

9 Bordini (2004a, p. 106-108, SEV) busca na arte do retrato, associada à ascensão da classe burguesa, a principal analogia que evidencia no segundo volume de **O tempo e o vento** o momento de transição entre a sociedade rural, “voltada para a exploração da pecuária, em vastas extensões de terra, possuídas por poucos indivíduos, que adquirem o direito aos campos pela lei da força”, e a sociedade burguesa, centrada em “atividades urbanas, em que o comércio se destaca, cabendo aos serviços um papel agregador da diversidade no todo, fundada no direito”. Nesse novo universo, completa Bordini, “o burguês típico não é um guerreiro, mas um homem doméstico”.

Santa Fé, a submetê-la à sua vontade, a moldá-la de acordo com seus melhores sonhos. Não se deixaria dominar por ela. Jamais se entregaria ao desânimo e à rotina” (1956c, p. 200, OEV). Assim como o personagem de **Chantecler**, Rodrigo também está enganado em relação a seus poderes, pois sua ambição política e apreço à boa vida vão levá-lo à ruína moral.

A formação cultural de Rodrigo Cambará, neste contexto da *belle époque*, não poderia ser outra que não a francesa. Nos escritores franceses o personagem busca explicações para compreender a sua terra e sua gente, num processo crítico sem critérios bem definidos, usando Paris como parâmetro de comparação. Edmond Rostand, sem dúvida, é o escritor mais citado pelo personagem. Ainda no trem a caminho de Porto Alegre para Santa Fé, quando reflete sobre os milhares de homens que morreram naqueles campos em duelos, revoluções e guerras, e que “o fato de o progresso ter entrado no Rio Grande não significava que o cavalheirismo e a coragem do gaúcho tivessem de morrer” (1956c, p. 93, OEV), Rodrigo recorda dos versos finais de **Cyrano de Bergerac**, quando o grotesco herói esgrime sua espada contra inimigos imaginários.¹⁰

Em seus diálogos com os amigos ou mesmo em suas meditações, Rodrigo usa sempre as leituras de autores franceses como base para fortalecer suas opiniões. Se a questão trata do preconceito e das desigualdades sociais no espaço de Santa Fé, onde os imigrantes ainda são vistos com desconfiança, ele fala de igualdade e fraternidade conforme aprendera nos escritos de Chateaubriand e Rousseau. Quando o assunto é sobre a fé em Deus, ele cita Voltaire, Renan e Taine para convencer os outros de seu ateísmo – apenas para ser diferente, como ele mesmo admite, já que essa coragem de contestar o divino sempre desaparece quando ele entra numa igreja.

Ao refletir sobre o apego do homem à sua terra, ele lembra versos de Lamartine que dizem justamente o contrário, que “L’homme n’a point de port”,¹¹ para em seguida concluir que o poeta está enganado. “Cada homem tem, sim, seu porto. O dele, Rodrigo Terra Cambará, era Santa Fé, onde lançara profundamente sua âncora” (1956c, p. 200, OEV). Quanto a isso Rodrigo também está enganado, pois a um sinal de Getúlio Vargas trocará Santa

10 *Oui, vous m'arrachez tout, le laurier et la rose! / Arrachez! Il y a malgré vous quelque chose / Que j'emporte, et ce soir, quand j'entrerai chez Dieu, / Mon salut balaiera largement le seuil bleu, / Quelque chose que sans un pli, sans une tache, / J'emporte malgré vous, et c'est*

Roxana se inclina sobre Cyrano e beija-lhe a fronte, perguntando:

C'est?...

E o herói, abrindo os olhos e reconhecendo a bem-amada, termina:

Mon panache. (1956c, p. 93, OEV)

11 O verso é tirado do poema **Le lac**, do poeta Alphonse de Lamartine (1790-1869). A estrofe completa diz: “Aimons donc, aimons donc! de l’heure fugitive, / Hâtons-nous, jouissons! / L’homme n’a point de port, le temps n’a point de rive; / Il coule, et nous passons!”

Fé pelo Catete.

A forte ligação do personagem com a França não se restringe à citação de filósofos ou escritores de ficção. Rodrigo procura deveras acompanhar o que se passa na capital francesa, relatando aos amigos as notícias que no seu ponto de vista parecem mais interessantes. Sua principal fonte de consulta é a revista *L'Illustration*,¹² instrumento que o faz sentir-se parte daquele universo e também desperta a consciência de sua solidão em Santa Fé, terra de “botocudos” e de “baguais”, como diz o irmão Toríbio, onde não acontece nada e pequenas picuinhas do cotidiano ganham contornos de problemas mundiais.

Durante uma conversa com Toríbio, em que procura convencê-lo da importância de se apreciar as coisas boas da vida, abrindo-se para as “maravilhas do engenho humano” (1956c, p. 268, OEV), Rodrigo comenta:

– Um dia hei de visitar Paris – prosseguiu, depois de breve silêncio. – Mas enquanto esse dia não chegar, hei de fazer o possível para trazer um pouco de Paris pra Santa Fé. Tenho uns quinhentos livros franceses. Tomei uma assinatura por dois anos de *L'Illustration*. A França é a minha segunda pátria. Que seria do mundo sem a França? Voltaire, Diderot, Descartes, Montaigne, Chateaubriand, Victor Hugo, Lamartine, Anatole France... – À medida que enumerava esses nomes, ia fazendo os gestos de quem despetala um malmequer. – A flor da raça humana! Ah! Paris... Lá é que está a verdadeira civilização. (1956c, p. 269-270, OEV)

Em visita à noiva Flora Quadros, Rodrigo leva alguns números da revista francesa, um bom pretexto para exibir seus conhecimentos de francês e para se aproximar um pouco mais da namorada no momento de folhear as páginas. Ele explica as imagens, traduz as legendas e descreve as belezas das cidades europeias, “como se as tivesse realmente visitado” (1956d, p. 66, OEV). Em um dos exemplares, chama a atenção para as fotografias que mostram a grande enchente de janeiro e aproveita para “apresentar” à moça a Torre Eiffel, o Palácio Bourbon, a ponte Place de l'Alma e o cais da Conférence. Segundo o narrador, Rodrigo fala sobre os lugares com uma intimidade de velho conhecido. Flora incentiva o cortejador com perguntas tímidas.

– E aquilo ali?
 – É uma cena de l'Opéra-Comique. A inundação interrompeu o serviço de luz elétrica e a Ópera teve de dar função a luz de lâmpadas de acetilene... Está vendo? Ali está o maestro, parte da orquestra e a primeira fila de espectadores...
 Não resistiu ao desejo de dar à namorada uma demonstração de sua pronúncia francesa. Leu:
 – ... ce qui n'empêcha pas l'Opéra-Comique de présenter un soir un

12 A referência constante a textos da *L'Illustration* neste episódio do romance está prevista no projeto de criação literária de Erico Verissimo, conforme ele aponta em uma de suas agendas, segundo levantamento de Bordini (2004a, p. 117, SEV). A relação do autor com esta revista vem desde a infância, pois seu pai era assinante da publicação, conforme ele relata em suas memórias (VERISSIMO, 1995a, p. 69, OEV).

pittoresque spectacle de son orchestre, éclairé par des lanternes du modèle le plus primitif.

[...]

– Ah! Paris! – suspirou ele. – Um dia nós dois havemos de ir lá...

[...] Rodrigo continuou a folhear a revista. Apontou para uma gravura que mostrava o recinto dum salão de Berlim, onde se realizava uma exposição de arte francesa do século XVIII: quatrocentas obras de pintores e escultores como Watteau, Fragonard, Pajou, Pesne, Boucher... [...] Traduziu:

– “Entre as personalidades presentes achavam-se S. M. Guilherme II, da Alemanha, a imperatriz, a *Kronprinzessin*, o Sr. Embaixador da França e o Barão Henri de Rothschild.” Veja quanta gente importante! Se isso fosse em 1911 eles talvez tivessem de acrescentar: “Entre os convidados viam-se o Dr. Rodrigo Cambará e exma. Esposa...” (1956d, p. 66-68, OEV)

Erico Verissimo retirou todas essas informações da *L'Illustration* do dia 5 de fevereiro. Nesta edição, a revista (Lavedan, 1910, p. 89-105, JRA) apresenta cobertura completa da enchente em Paris, contendo reportagens, artigos e 11 páginas inteiras de fotografias. A inundação já havia sido destaque na publicação do dia 29 de janeiro. A matéria sobre a Opéra-Comique (Les théâtres, 1910, p. 101, JRA) traz na ilustração a legenda “L’Opéra-Comique: l’orchestre aux lanternes”. O trecho em francês citado por Rodrigo confere *ipsis litteris* com o texto da revista. Já a notícia da exposição em Berlin (L’exposition, 1910, p. 106-7, JRA) está resumida a um pequeno texto de 1/6 de página e duas grandes ilustrações do enviado especial J. Simont. Neste caso, o autor mantém-se fiel às informações da revista, mas o trecho traduzido pelo personagem é fruto da imaginação, ou melhor, das legendas das ilustrações, pois não existe tal frase na notícia publicada.

O emprego da *L'Illustration* na representação dessa época não se resume à inserção aleatória de eventos históricos. Além de uma finalidade de demarcação histórico-temporal existe também um constante diálogo entre o enunciado e os personagens. Todos os acontecimentos citados são recebidos por estes e adquirem significados a partir de interpretações pessoais de acordo com sua ideologia ou seu enquadramento social.

No trecho reproduzido acima, Rodrigo traduz as informações sobre as personalidades presentes na exposição porque percebe o interesse de Flora pelos vestidos das personalidades femininas, “com seus monumentais chapéus emplumados, de abas largas, as cinturas finas e as saias rodadas e compridas” (1956d, p. 67, OEV). Enquanto Rodrigo direciona sua curiosidade para a ópera e o salão de arte, Flora sente-se atraída pela exuberância da moda europeia. Em comum a ambos, a consciência do abismo existente entre a vida pacata de Santa Fé e a vida pulsante da Europa.¹³

13 Além de *L'Illustration*, Rodrigo também compartilha com Flora a leitura das revistas *O Malho* e *Kosmos*, mas destas não temos referências de conteúdo. De qualquer forma, a citação destas revistas traz um dos poucos esclarecimentos sobre a instrução de Flora, nada diferente do perfil da leitora da época. “Levava-lhe

Outro exemplo é a referência ao canal do Panamá, uma das maiores obras da engenharia do século passado. Inicialmente, a reportagem publicada na *L'Illustration* (Les américains, 1910, p. 21-26, JRA) serve de argumento para o tenente Rubim apresentar a teoria do super-homem e das relações entre as elites e as massas. Para o militar, o idealista do canal, Ferdinand de Lesseps, é o super-homem. Outros representantes da inteligência e da cultura superior dirigem a obra, enquanto uma multidão de negros, índios e mestiços trabalham na construção como animais. Rubim afirma que estes morrem como moscas porque isso faz parte de seu destino. Rodrigo, liberal e defensor dos conceitos de igualdade e fraternidade, discorda do amigo.

- Mas sem essa ralé – replicou Rodrigo – sem essa escória que tanto desprezas, não será possível a construção do canal.
- Claro! Que seria dos teus gaúchos se não fossem os cavalos que montam e os bois que puxam as carretas? Não será isso que me levará a colocar o cavalo ou o boi no mesmo nível do cavaleiro e do carreteiro. (1956d, p. 82, OEV)

Em seguida, Rubim traduz um trecho do artigo da revista, que trata do desapontamento da França por não poder executar a obra.

- A França não poderia esquecer que foi ela a iniciadora dessa grande empresa, que foi ela que começou os trabalhos com mais sucesso do que se quer reconhecer. Não foi sem um profundo desapontamento que viu escapar-lhe a glória de levar a cabo uma tarefa tão memorável, e, desde então, sempre seguiu com uma atenção benevolente os esforços dos americanos aplicados na continuação dessa obra. (1956d, p. 82, OEV)

A fala de Rubim confere com o original da *L'Illustration*, cuja reportagem traz o título “Les américains et le canal de Panama”. A tradução inserida na ficção é fiel ao original.¹⁴ Rubim continua.

- Os franceses não podem esconder o seu despeito diante do fato de serem os americanos e não eles quem está construindo o canal do Panamá.
- E é pena – observou Rodrigo – porque tenho mais confiança na engenharia francesa do que na norte-americana.
- Intimamente não ignorava que isso era um mero “palpite”, nascido de sua simpatia pela França, pois para falar a verdade não sabia quase nada da engenharia francesa e muito menos da norte-americana.
- Esse canal interessa principalmente a América do Norte – disse Rubim. É uma obra de alcance não só comercial como também estratégico. (1956d, p.

todas as noites um presentinho, por mais insignificante que fosse: barras de chocolate, bombons, números de *O Malho* e *Kosmos*, ou então livros. Descobrira com alegria que Flora gostava de ler e tinha até sua instruçãozinha. Claro, estava ainda na fase dos romances de água com açúcar de Macedo e Alencar, mas – que diabo! – era já um princípio. Com o tempo, pouco a pouco, havia de trazê-la para um tipo mais sério de leitura.” (1956d, p. 63, OEV)

14 “La France, en effet, ne saurait oublier qu’elle fut l’initiatrice de cette grande entreprise; qu’elle on commença, avec plus de succès d’ailleurs qu’on n’a voulu le dire, les travaux. Elle ne vit pas sans un profond désappointement lui échapper la gloire de mener à bien une tâche aussi mémorable, et, depuis lors, elle a toujours suivi avec une attention bienveillante les efforts des Américains appliqués à continuer son oeuvre.”

83, OEV)

O canal do Panamá, além de servir a Rubim como exemplo para apresentação das ideias de Nietzsche, abre caminho para uma discussão em torno da oposição entre França e Estados Unidos. Em um momento de predominância francesa sobre a cultura brasileira e mundial, os norte-americanos começam a representar uma “ameaça” com seu rápido crescimento econômico. Rodrigo, naturalmente, não esconde a má vontade em relação aos Estados Unidos, um país que, segundo ele, era “grosseiramente materialista, uma nação de novos ricos e comerciantes empedernidos” (1956d, p. 83, OEV) e não havia revelado ao mundo nenhum grande romancista, filósofo, pintor ou compositor. Embalado pelo champanhe, o jovem médico critica também a política de expansão territorial norte-americana, que resultara na conquista de Porto Rico, Texas e Califórnia.

– Dêem-me a França! *Toujours la France, l'esprit, la finesse, la juste mesure!*

Não estava bem certo de amar a justa medida, mas – que diabo! – quando se está um pouco tonto, ama-se tudo, tudo menos Teddy Roosevelt!

– A França morreu em 70 – replicou o tenente de artilharia. – De lá para cá tem procurado no amor, na depravação, nos bizantinismos literários, no refinamento do gosto, uma compensação para seu fracasso como nação guerreira. Os descendentes de Napoleão Bonaparte hoje em dia bebem champanha nos sapatinhos das *vedettes*, dançam canção nos cafés-concertos e lêem novelas pornográficas. Uma nação em pleno processo de decadência!

[...]

– *Toujours la France!* – gritou Rodrigo. E em seguida, levando o indicador aos lábios, murmurou: – Silêncio, a Dinda está dormindo.

– Pois me dêem a Alemanha – retrucou Rubim – a terra dos grandes filósofos, dos grandes músicos, dos grandes poetas e dos grandes guerreiros.

– *Vive la France!*

– Viva o Brasil, bolas! – vociferou Chiru, vermelho de patriotismo. (1956d, p. 83-84, OEV)

A revista *L'Illustration* circula de mão em mão entre os intelectuais reunidos no Sobrado, exceção feita aos “xucros” Chiru, Neco e Saturnino, que não sabem ler em francês e permanecem mudos, ouvindo os outros e cantando quando solicitados. Essa situação revela, desde logo, a separação entre os sujeitos intelectualizados, que podem ler uma revista estrangeira e debater sobre temas do momento, e os menos favorecidos, limitados a animar a festa.

Da mesma forma que ocorre com o jornal *Correio do Povo* em alguns episódios, a publicação francesa também assume a função de um personagem no romance – sem ter uma voz própria no sentido *lato sensu*, participa da ação com seus enunciados, provocando reações que delineiam a personalidade dos interlocutores. Rodrigo identifica nas páginas ilustradas exemplos da fineza e do espírito francês, Rubim encontra nas notícias o super-homem de

Nietzsche e Jairo Bittencourt, o militar positivista, localiza a comprovação do progresso material nas reportagens sobre a aviação.

A aviação é um dos temas mais recorrentes nos números de 1909 e 1910 na *L'Illustration*, certamente um assunto que despertava o interesse dos leitores. O período é marcado por proezas importantes, como o primeiro voo realizado entre a França e a Inglaterra, cruzando o Canal da Mancha. Folheando um número da revista, Jairo observa o retrato da aviadora Mme. Laroche, ferida em um acidente durante um encontro de aviadores em Champagne. Se até as mulheres já andam de aeroplano, a conclusão do coronel é de que “estamos sem dúvida no limiar duma nova era de prodígios” (1956d, p. 158, OEV). Ele lê que no futuro o avião será usado como arma de guerra, tanto para voos de reconhecimento quanto para lançar bombas sobre os inimigos.

– Ah! – fez o coronel. – Aqui está um clichê interessante. Um automóvel equipado com uma metralhadora: *pour la poursuite des aéroplanes*. É fantástico!

Rodrigo repoltreou-se na cadeira, com uma taça de champanha na mão.

– Estamos vivendo uma grande hora!

Jairo apanhou um outro exemplar de *L'Illustration* e pôs-se a folheá-lo com grande interesse.

– Ouçam esta! – exclamou, ao cabo de alguns minutos. – O título é: *A mais gloriosa façanha da aviação em 1910*.

Traduziu em voz alta: (1956d, p. 159, OEV)¹⁵

Jairo traduz a notícia da primeira travessia dos Alpes por um aeroplano, realizada no dia 23 de setembro pelo piloto Jorge Chavez. No momento da aterrissagem, ao completar a façanha, o aviador não consegue controlar o avião e acaba caindo. O piloto quebra as pernas e morre mais tarde em decorrência dos múltiplos ferimentos. Rubim não perde tempo para concluir que “a aviação é um esporte para super-homens”. Já Rodrigo, sem considerar que o piloto era peruano, encontra na proeza mais uma prova da superioridade francesa sobre as outras nacionalidades.

– É a França, meu caro tenente – exclamou Rodrigo – a eterna França, que está à frente de todas as nações do mundo como pioneira da aviação!

– Mas foi um brasileiro – interveio Jairo – quem inventou o aeroplano.

– Ponto a discutir – replicou o tenente. – Os americanos afirmam que foram os irmãos Wright.

– Absurdo! – protestou Rodrigo. – Está provado que Santos Dumont voou muito antes desses *yankees*... (1956d, p. 160, OEV)¹⁶

15 Infelizmente não tivemos acesso à edição de *L'Illustration* que traz essas informações introduzidas na narrativa pela voz do personagem Jairo Bittencourt.

16 O avião, invenção moderna por excelência, aparece em “Chantecler” como um símbolo que reflete a imagem do gaúcho como um sujeito que resiste a aceitar o novo e a abrir mão das tradições. Durante um diálogo entre Rodrigo e o Irmão Jacques, este comenta que “o povo está ficando louco. Meu filho, que é professor público, leu no jornal que lá nas Europas já andam voando numa máquina”. Na opinião do marista, “Deus fez o homem pra andar com os pés na terra ou então montado no lombo dum cavalo. Voar é pra passarinho”.

Todos esses exemplos de conteúdo de *L'Illustration* encontrados na ficção de **O retrato** revelam que a representação da época, segundo a concepção criativa do autor, não pode ser plenamente satisfeita sem a interferência da imprensa escrita. O papel da revista neste episódio ultrapassa uma simples questão de levantamento de dados para traçar o cenário realístico do romance, mas, sobretudo, assume a função de mediação entre Santa Fé e o resto do mundo. A revista transporta a Europa até o Sobrado através de imagens e textos, cujo conteúdo pode ser interpretado de maneiras variadas, atuando na caracterização ética dos personagens. Mais significativo que isso é que sai desta publicação o *leitmotiv* para um ponto central do enredo, em que a história de Rostand inspira o título do episódio “Chantecler” e permite as conexões de alegoria entre os protagonistas da peça teatral e do romance.

No plano cronológico de **O retrato**, a recepção de **Chantecler** é contada primeiramente pelas páginas do *Correio do Povo*. Em certa noite do início de março, Rodrigo relata aos amigos Rubim, Pepe Garcia e José Lírio (Liroca) o sucesso da peça e a repercussão da estreia, segundo informações tiradas de um exemplar que ele havia guardado com essa finalidade. Diz Rodrigo que Rostand trabalhou durante doze anos na peça e que não se fala em outra coisa em Paris. E continua:

As confeitarias fazem bolos, tortas e pastelões com a efígie de Rostand, e a imagem de seu herói, o Chantecler, anda por todos os cantos, nas vitrinas, nas revistas, nos jornais, no coração do povo parisiense. O que já se escreveu sobre essa peça dá para encher toda uma biblioteca! (1956c, p. 454, OEV)

A seguir, Rodrigo resume o caso da compra dos direitos de reprodução da obra pela *L'Illustration* e o processo judicial contra os jornais *L'Éclair*, *Paris Journal* e *Il Secolo*. Para o espanhol anarquista, tudo não passa de “escândalos de la podrida sociedad burguesa!”. Rodrigo não se intimida:

– No dia 6 de fevereiro, por ocasião do ensaio geral de “Chantecler”, o boulevard Saint-Martin estava agitadíssimo. Uma enorme multidão se apinhava à porta do teatro.
– Mas afinal de contas – interrompeu-o Rubim – em que consiste a peça?
– Originalíssima! Imaginem vocês que as personagens são quase todas animais domésticos: galos, galinhas, cães, faisões... E os atores aparecem realmente vestidos nesses animais.
– Ridículo! – bradou Pepe Garcia.
– Não – protestou Rodrigo – quando temos no papel de Chantecler um Lucien Guitry, no de Cão um Jean Coquelin e no de Faisoa uma Mme. Simone.
– Assim mesmo é um pouco... esquisito. (1956c, p. 454, OEV, grifos do autor)

Todas essas informações foram retiradas do *Correio do Povo* de 24 de fevereiro (O

Maneco Vieira, que escutava a conversa, dispara: “- Se um dia eu enxergar esse tal de auroplano voando por perto de mim palavra de honra que arranco o revólver e meto bala no bicho”. (1956c, p. 89, OEV)

CHANTECLER, 1910, p. 1, JRA). As curiosidades em torno do espetáculo são noticiadas com o título de “O 'Chantecler', Edmond Rostand / Notas diversas sobre o ensaio geral”, o que revela que, ao menos na percepção dos editores, havia leitores interessados nesse tipo de informação. O trecho destacado na leitura de Rodrigo não corresponde precisamente ao texto do jornal, o que revela o funcionamento do processo de edição por parte do autor.¹⁷ Na voz de Rodrigo, a notícia é condensada e alterada em seu registro original, de forma a garantir o fluxo natural da narrativa sem perda de significado da mensagem.

Empolgado com a curiosidade do tenente, Rodrigo prossegue contando a história da peça, do primeiro ao quarto ato. O resumo do drama ocupa pouco mais de uma página do romance. Ao final, Rodrigo quer saber a opinião de Liroca, que certamente não entende nada do que os outros falam.

- Que tal, Liroca? – perguntou Rodrigo, curioso por saber o que José Lírio, natural do quarto distrito de Santa Fé, pensava da peça de Edmond Rostand.
- Que bicho é essa tal de faisoa?
- É a fêmea do faisão, um galináceo de carne muito gostosa, uma verdadeira iguaria.
- Liroca ficou um momento calado, com ar reflexivo. Depois murmurou, sério:
- Galo velho de bom-gosto...
- Rubim, que tal?
- Rodrigo deu uma palmada na perna do tenente.
- Parece-me uma grande borracheira – disse este.
- Borracheira? Então escuta este *Hino ao Sol* e me diz se uma peça que tem uma jóia poética deste quilate pode ser considerada uma borracheira. (1956c, p. 456, OEV)

Descontente com a recepção negativa de seu “público”, Rodrigo trata de ler em voz alta alguns trechos da obra. Afinal, literatura no original em francês pode causar maior impacto do que um resumo na língua vernácula. Após a leitura, com a voz um tanto arrastada por causa do vinho francês, observa o narrador que “vieram-lhe lágrimas aos olhos, como acontecia sempre que lia um trecho literário com emoção”. Ainda assim, os ouvintes não compartilham da mesma sensação, pois o sonolento Liroca “mirava fixamente o tapete e de quando em quando cabeceava”, Pepe García, mais preocupado com o estômago, “mastigava com dignidade uma salsicha”, enquanto Rubim, com as mãos trançadas sobre o peito, escutava “como se estivesse orando”. Ao terminar a encenação, Rodrigo atira o jornal no chão

17 Para fins de comparação, anotamos alguns trechos da matéria do jornal: “Em a noite de 6 do corrente, realizou-se o ensaio geral do Chantecler, no Teatro da Porte Saint Martin. O ensaio geral do Chantecler constituiu um acontecimento artístico jamais presenciado. Todo o boulevard Saint Martin estavam apinhado de gente, sendo forçoso interromper a circulação de carruagens, ônibus e automóveis para evitar desastres possíveis. [...] Desde 1900 que até as exposições de culinária tinham pastelões e coisas de confeitaria com um galo e a cara de Rostand. [...] À porta do teatro, juntou-se verdadeira multidão, para ver entrar as pessoas que privilegiadamente lá tinham acesso”.

e sentencia: “– Se isto não é uma peça de antologia, então não me chamo mais Rodrigo Terra Cambará! Bolas!” (1956c, p. 457, OEV)

Um aspecto interessante é que, como o *Correio do Povo* não publicou estrofes de **Chantecler**, estamos diante de um caso em que o autor mistura o conteúdo de duas fontes, do jornal e da revista, para sustentar a ficção romanesca. A cena da apresentação de **Chantecler** está carregada de ironia porque coloca Rodrigo Cambará na posição de um romântico sensível, tentando convencer um anarquista, um gaúcho tradicionalista ignorante de assuntos artísticos e um militar leitor de Nietzsche a apreciarem uma peça de teatro baseada em um conto de fadas. Esse é o primeiro sinal da tarefa solitária do protagonista em seu projeto de promover mudanças no ambiente de Santa Fé.

Mas Rodrigo não se entrega tão facilmente. Para convencer o tenente sobre o significado da peça francesa, ele procura aproximar Chantecler do ideal de super-homem, em que o galo é “o rei absoluto do terreiro!” e os mochos e os melros são “a massa que tanto detestas, a massa que conspira inutilmente”. Rubim, no entanto, não se deixa vencer.

– Meu caro Rodrigo, para o super-homem a felicidade não consiste na posse dum objeto determinado, mas sim numa continuada superação de si mesmo. O que importa para ele é a vontade de poder, que consiste em desejar e escolher o sofrimento e a dor, se tanto for necessário para essa separação. No exemplo de Chantecler vimos como a mulher pode desviar o super-homem de seus objetivos mais altos. E não esqueças que no meu mundo ideal, se queres usar os símbolos desse teu Rostand, o sol de fato não se erguerá sem que Chantecler, o super-homem, cante!

– Isso sim é um conto de fadas!

– E o meu Chantecler não admitirá no seu terreiro leis que glorifiquem a franqueza como acontece nesta nossa sociedade regida pela moral cristã, que é uma moral de escravos. Para principiar, o super-homem terá de ser duro e cruel consigo mesmo e viverá numa constante busca de novas aventuras. Ele sofrerá e fará os outros sofrerem. (1956c, p. 457-8, OEV)

As palavras de Rubim, sem que ele queira, são direcionadas ao próprio Rodrigo. O protagonista de **O retrato** tem nessa fase do romance o papel do galo que quer transformar o seu entorno com programas políticos e sociais, mas vai falir em suas pretensões justamente porque não escolhe o sofrimento e a dor, deixa-se desviar pelas mulheres, não é duro e cruel consigo mesmo e tampouco vive uma constante busca de novas aventuras – como seu avô, o Capitão Rodrigo. A “vontade de poder” de Rodrigo Cambará não vale todos esses sacrifícios e ele contenta-se com um cargo de confiança no governo de Getúlio Vargas por um longo período de 15 anos. De fato, as transformações ocorrerão com ou sem a interferência do galo de Santa Fé.

Quando todos se retiram do Sobrado, Rodrigo fica ainda algum tempo à janela, “olhando a praça deserta, as estrelas, e pensando em Paris”. Ao subir para o quarto, ainda tem

inspiração para repetir alguns versos para a tia Maria Valéria.

– Isso são horas de deitar? – perguntou ela. – Os galos já estão cantando.
 – *Ébloui de me voir moi-même tout vermeil* – murmurou Rodrigo. E, alteando a voz, recitou como se estivesse num palco: – *Et d'avoir, moi, le Coq, fait lever le soleil!* (1956c, p. 459, OEV)

Dessa forma, encantado pela história de **Chantecler** – a qual ainda não havia lido na íntegra – e cada vez mais convencido da grandeza de sua “missão” em Santa Fé, o jovem médico sente-se como um ser dotado de poderes especiais. Uma experiência neste sentido ocorre quando ele salva a vida do primeiro paciente em Santa Fé. Chamado no meio da madrugada, o médico corre à casa do Dr. Eurípedes, juiz da cidade, que sofre de uma crise respiratória – edema pulmonar ou simples asma, ele não sabe ao certo. Após uma sangria e uma injeção de morfina, o paciente volta a respirar e está a salvo.

Rodrigo deixa a casa do juiz em estado de graça, cantarolando. No caminho encontra o padeiro e conta a ele como salvara a vida do Dr. Eurípedes. O narrador descreve a sequência da cena:

[...] Pediu-lhe um pão cabrito, que o padeiro lhe deu com um sorriso amoroso, e continuou a andar. Galos cantavam nos quintais. *Je chante! Vainement la nuit, pour transiger, m'offre le crépuscule.* Mas o que quero mesmo é o sol, o sol... O Salvini nos Espectros de Ibsen, engatinhando como uma criança no palco, pedindo o sol, mãe, o sol... *Moi, le Coq, je veux le soleil!* [...]

Parou a uma esquina e olhou para o nascente, onde a barra do dia era dum ouro que se degradava em púrpura. *Ébloui de me voir tout vermeil.* Havia um doce e leve mistério nas ruas adormecidas, uma frescura doce e leve mistério nas ruas adormecidas, uma frescura transparente de vidro no ar. Acendeu um cigarro, tragou a fumaça e depois expeliu-a com força. Como sabe mal o fumo quando a gente está em jejum! *Moi le Coq, je veux un Chimarrão.* (1956d, p. 15-16, OEV)

A empolgação inicial de Rodrigo Cambará, no entanto, esmorece à medida que ele toma consciência da distância existente entre Santa Fé e Paris. Não uma distância medida em quilômetros, que poderia ser facilmente vencida em um navio, mas algo impossível de ser superado, marcado pela rotina implacável, a pobreza material e o atraso da gente mal instruída. Para fugir desse sentimento, Rodrigo entrega-se ao pôquer no clube local, onde encontra os amigos todas as noites. Quando não vai ao clube, atrai os mesmos ao Sobrado com vinhos e latas de conservas importados. Como alternativa de distração, tenta ler obras de ficção e filosofia, mas abandona os livros nas primeiras páginas.

Em meados de abril de 1910, o médico recebe os primeiros exemplares da *L'Illustration*, incluindo números atrasados de sua assinatura. Em um primeiro momento, a leitura da revista devolve a Rodrigo a excitação.

Folheou-os avidamente com um prazer não só visual mas também tátil e

olfativo, pois era com volúpia que passava a mão espalmada sobre o papel gessado da revista e aspirava-lhe o cheiro de tinta. No fim de contas, aquilo era um pedaço de sua querida Paris que lhe chegava pelo correio!

Um daqueles números trazia no frontispício um desenho que representava *Chantecler* (M. Guilty) apoiando com a asa *La Faisane* (Mme. Simon), a qual perseguida pelo Cão *Briffaut*, refugiara-se num canto no terreiro e agora estava desfalecida nos “braços” do Galo.

Rodrigo leu com avidez o artigo em que se descreviam as peripécias que precederam a *mise-en-scène* de *Chantecler*, os *potins* sociais e literários de Paris a propósito da peça, as discussões de Coquelin com Edel, o desenhista de figurinos, em torno das dificuldades surgidas com relação aos costumes. Que fazer da cabeça dos artistas? Conservar-lhes os rostos? E os braços... deixá-los livres ou dissimulá-los sob as asas? Mas seria possível para um comediante recitar seu papel sem gesticular? Coquelin afirmava que não. Um dia estava ele a tomar seu banho quando Edel chegou. Começaram a falar no *Chantecler* e o ator, tomado de entusiasmo, pôs-se a recitar o *Hino ao Sol*. Ao terminar, perguntou: “Hem? Não é bonito? Que dizes, Edel?” O desenhista respondeu: “Digo que acabas de me fornecer a prova que eu procurava há tanto tempo. Recitaste magnificamente o Hino ao Sol sem tirar os braços de dentro d'água! Está provado que se pode declamar sem gestos!” (1956d, p. 39-40, OEV)

Aqui, são usadas duas edições da revista para a construção da cena. A que traz na capa interna (são duas capas) o desenho de *Chantecler* e da faisoa é do dia 12 de fevereiro (ROSTAND, 1910, p. 125-158, JRA). Já a edição que relata as “peripécias” da montagem é a do dia 26 de fevereiro (BASSET, 1910, JRA). Este número, como já apontamos anteriormente, traz um caderno de 12 páginas coloridas com “*Les études de Chantecler*”, contendo um estudo detalhado do figurino dos principais personagens da peça, além da edição normal com a íntegra do terceiro ato. De todas as edições de *L'Illustration* a que tivemos acesso, sem dúvida essa é a mais luxuosa de todas. A capa estampa o costume de *Chantecler* desenhado por Constant Coquelin, ator que interpretara **Cyrano de Bergerac**. Para reproduzir no romance um pouco do clima que antecedeu a estreia, Erico Verissimo sintetiza alguns pontos apresentados neste caderno especial, inserindo-os a partir da leitura de Rodrigo.

Ao ler aquelas minúcias sobre a montagem da peça de Rostand, o protagonista sente-se realmente fazendo parte daquele universo.

Rodrigo estava encantado com a oportunidade de participar das conversas de bastidores, penetrar na caixa do teatro *Porte Saint-Martin*, espiar para dentro dos camarins e ver atores e atrizes a se meterem naqueles grotescos costumes que os transformavam em enormes galos, galinhas, faisões, melros, cães e mochos – que ali estavam maravilhosamente reproduzidos em cores nas páginas de *L'Illustration*.

Mergulhou fundo na leitura do primeiro ato da peça, que vinha transcrito integralmente no número de 12 de fevereiro. Leu das sete e meia da noite até às onze. (1956d, p. 40, OEV)

O número em que Rodrigo acompanha a transcrição do drama corresponde, de fato, a 12 de fevereiro. Nessa edição praticamente exclusiva a Rostand, a revista publica o prólogo e

o primeiro ato da peça, além de desenhos de três ilustradores e inúmeras fotografias, uma delas do próprio autor, ocupando uma página inteira.

Mas logo o conteúdo de *L'Illustration* leva o personagem de um estado de euforia ao desespero, sentimento que somente uma viagem a Paris poderia abrandar.

Ao fechar a revista, sentiu de súbito, pesada e angustiante como nunca, a solidão do Sobrado. Caminhou até a janela, como que sufocado, numa busca de ar. Era uma noite de lua nova, pobre de estrelas, e só a luz tibia dos lampiões alumia as ruas. Um ventinho em que já se sentia um precoce calafrio de inverno remexia as folhas secas no chão da praça. Não se via viva alma naquelas redondezas.

[...] Teve ímpetos de gritar. A vida que levava era a mais estúpida que se podia imaginar. Para onde quer que se voltasse, só via homens: na farmácia, no Sobrado, no clube. Só machos, machos, machos! Precisava casar, ter mulher em casa, carinho, filhos, calor humano, aconchego... Detestava aquela solidão. *L'Illustration* lhe havia trazido imagens de Paris, ecos da vida da Cidade Luz. Damas em vestidos de noite, envoltas em peles, faiscantes de jóias, perfumadas e belas, dentro de automóveis à saída de teatros; homens de casaca, chapéu alto, sobretudos de astracã... Cancãs no *Moulin Rouge*. Museus, livrarias, cafés. A boemia intelectual da *Rive Gauche*. Canções alegres, ditos espirituosos, gente civilizada e interessante. Vida, enfim! Que tinha ele ali em Santa Fé? A civilização da vaca, do sebo, do charque. A boçalidade, a banalidade, a rotina, a pobreza de espírito, o atraso dum século! Ou vou para Paris o ano que vem ou me caso. Ou faço as duas coisas. Ou meto uma bala nos miolos. (1956d, p. 40-41, OEV)

Como o trecho bem ilustra, a consciência de Rodrigo quanto a sua solidão vem justamente da leitura da revista. Toda a percepção de seu entorno colabora para isso, da lua ao céu sem estrelas, da luz fraca dos lampiões ao vento frio que levanta as folhas das árvores. O cenário bucólico, em contraste com as imagens que vem de Paris, provoca sentimentos de desespero. Neste momento, o médico confunde o desejo de conhecer Paris com a necessidade de desposar alguém. Ele acredita que uma presença feminina possa amenizar a carência de “espírito” de Santa Fé.¹⁸ Na mesma noite, Rodrigo sonha que andava de gôndola pelas ruas inundadas de Paris, reconhece a Torre Eiffel e acha estranho ver o Sobrado em plena Place de l'Étoile.

Um momento de descontração em Santa Fé ocorre em setembro, quando o teatro Santa Cecília recebe a trupe espanhola Los farsantes de Sevilla, um pequeno grupo formado por quatro integrantes (um barítono, uma soprano ligeiro, uma dançarina e um pianista)

18 É curioso que a paixão de Rodrigo pela austríaca Toni Weber, cinco anos mais tarde, também se caracteriza por um desejo inconsciente de se sentir mais próximo da Europa. A jovem surpreende Rodrigo com um comentário em que compara Rostand, na literatura, a Tchaikovsky ou Lizst, na música, dizendo que o francês “parece um poeta menor, apenas hábil, brilhante e agradável. [...] O mundo poderia passar perfeitamente sem Rostand e Lizst, mas duvido que fosse o mesmo se nunca houvesse um Goethe ou um Bach” (1956d, p. 307, OEV). Rodrigo lembra-se desse diálogo e conclui: “Toni era a Europa. Não tinha apenas vinte anos, mas dois mil, ao passo que ali no Rio Grande, em matéria de arte e cultura, estava-se ainda numa espécie de idade da pedra lascada” (1956d, p. 307-8, OEV).

contratado para realizar quatro espetáculos. Não conseguimos descobrir se a companhia realmente existiu e se passou pelo Rio Grande do Sul nessa mesma época. De qualquer forma, a alusão a um grupo estrangeiro representa na ficção o que apontamos anteriormente sobre a presença desse tipo de grupo no Brasil, coincidindo inclusive a época do ano, a despeito de as habilidades artísticas de Los farstantes de Sevilla serem mais musicais do que dramáticas.

Por intermédio de Don Pepe, que travara relações com os compatriotas, Rodrigo conhece os atores e acaba convidando-os para ouvir música no Sobrado, não sem um pouco de arrependimento por conta dos comentários que poderiam surgir. Afinal, levar atores e atrizes a uma casa de família não era algo comum. “Para aquela cidade provinciana, *atriz* era sinônimo de *prostituta*” (1956d, p. 118, OEV, grifos do autor). Mas, como o interesse de Rodrigo estava menos na arte do que na dançarina, as árias de Caruso e Amato servem apenas para “atordoar” os outros enquanto o casal refugia-se na biblioteca.

A passagem da companhia espanhola foi apenas um instante de distração na vida do personagem. Aproveitando como desculpa o casamento que se aproxima, e a necessidade de comprar a mobília para o quarto, Rodrigo viaja a Porto Alegre em busca de consolo. No Cinema Ideal, assiste uma comédia francesa de Max Linder e um filme dramático da norte-americana Vitagraph, ocasião perfeita para confirmar sua opinião sobre a superioridade das produções francesas e italianas em relação às americanas – “Rodrigo achou-o divertido mas ingênuo” (1956d, p. 123, OEV).

Volta a Santa Fé decidido a instalar um cinematógrafo na cidade. Para isso, precisariam de luz elétrica. Rodrigo reúne as pessoas mais importantes de Santa Fé, a maioria estancieiros, e propõe a criação de uma sociedade anônima para explorar o serviço de luz elétrica. Como resposta, os homens esquivam-se e dão a entender que nada os interessa fora da pecuária. Desapontado, conclui que “cada povo tem o governo que merece. Para uma cidade de mentalidade pecuária como aquela, só um intendente bovino como o Titi Trindade” (1956d, p. 125, OEV). A situação, além de representar a resistência da cultura agropecuária gaúcha em aceitar ideias de conforto e lazer, acentua as dificuldades do protagonista em realizar os seus projetos progressistas.

A viagem a Porto Alegre, porém, não é totalmente infrutífera, pois o jovem aproveita a oportunidade para tirar fotografias, a grande novidade do momento. Nas palavras dele, “não foi por faceirice, vocês sabem que não sou vaidoso. Mas quis ter uma lembrança deste momento feliz da minha vida...” (1956d, p. 125, OEV). Esse é o gancho para Pepe Garcia sugerir a pintura do retrato de Rodrigo Cambará. Para o espanhol anarquista, “una camara fotográfica es una máquina e una máquina no tiene alma...” (1956d, p. 125, OEV), ou seja, não

pode revelar o que o retratado pensa e sente. No retrato imaginado por Pepe, quem mirá-lo pode descobrir a alma do homem na tela, como se ele fosse transparente, porque no retrato “estará no solamente tu cuerpo, pero también tus pensamientos, tus deseos, tus pasiones, tu pasado, tu presente y tu futuro...” (1956d, p. 126, OEV). Em êxtase com esta ideia, o pintor afirma: “– Chantecler! Si, tu eres el Gallo. Tu canto ha echo el sol alzarse en el horizonte, y ahora el sol te acaricia el rostro. Es la mañana de tu vida...” (1956d, p. 127, OEV).

E assim nasce o retrato de Rodrigo Cambará, obra-prima de Don Pepe García. A beleza do trabalho transforma o retrato em ponto turístico de Santa Fé e potencializa o lado narcisista do personagem. Segundo análise de Bordini (2004a, p. 112, SEV), o tema do retrato em **O tempo e o vento** provém do intertexto de **O retrato de Dorian Gray** (1889), de Oscar Wilde, mas num sentido contrário. Ou seja, no romance inglês o retrato corrompe-se à medida que o herói conserva sua bela aparência, apesar de sua vida de crimes e vícios. Excluindo o lado fantástico dessa apropriação, Erico Verissimo mantém a alusão da corrupção moral do personagem.¹⁹

Pepe García sabe que Rodrigo não poderá conservar as qualidades presentes no retrato. Poucos dias após ter concluído o quadro, o pintor espanhol diz que “aquele, si, es mi amigo. Mi único amigo. Pero tu, tu eres un impostor” (1956d, p. 162, OEV). Encantado com sua própria imagem, Rodrigo não leva Pepe García a sério. Enquanto bebe champanha, recita: “*Je recule, / Ébloui de me voir moi-même tout vermeil / Et d'avoir, moi, Le Coq, fait lever le soleil*” (1956d, p. 163, OEV). O protagonista acredita, de fato, que tem poderes especiais como o galo do drama de Rostand.

A história de vida de Rodrigo Cambará mostra, porém, que o retratista tinha razão. O protagonista decepçiona seus amigos e familiares, tanto na esfera familiar quanto na pública. Ao final da trilogia, quando Rodrigo retorna a Santa Fé com a família após a queda de Getúlio Vargas, a impenitência do retrato confirma a corrupção moral do retratado. Questionado pelos filhos e amigos pela traição aos ideais liberais e ignorado pela esposa pelas constantes traições conjugais, o protagonista revela-se o oposto do que fora – ou pretendia ser – no passado. O retrato não mudou, mas ele sim.

Pepe García, que aparece quase que diariamente no Sobrado para contemplar o retrato, evita reencontrar Rodrigo porque quer conservar em sua memória a imagem original

19 Vale lembrar a interpretação de Fonseca (2000, p. 144, SEV), segundo a qual Erico Verissimo inspirou-se no culto ao personalismo de Getúlio Vargas, na época em que era comum encontrar um retrato do presidente nos estabelecimentos comerciais, residências e gabinetes oficiais. Nesse sentido, o retrato seria uma alegoria, “configurando em Rodrigo Cambará os traços de caráter e ações políticas contraditórias que pretendia enfocar no próprio Getúlio dos anos 30.”

de outrora. Em uma rápida conversa com Floriano, o pintor sentencia: “– Don Pepe sabe o que diz. *Esse* Rodrigo do Retrato não existe mais!” (1963a, p. 36, OEV, grifo do autor).

Antes dos desdobramentos do drama que revelam essa falência moral, o cenário que se apresenta é de espelhamento do protagonista como um sujeito dotado de grandes aspirações e poderes ilimitados. Além dos projetos sociais, enfrenta os mandatários com o jornal *A Farpa* e marca a data de seu noivado justamente para a noite em que está prevista a passagem do cometa Halley. Rodrigo tenta ofuscar a aparição do astro com uma festa no Sobrado, demonstrando que seu enlace com Flora tem mais importância e que o astro não pode estragar seu futuro glorioso.

4.1.2 As interpretações astronômicas na *L'Illustration*

Todas as informações relacionados à passagem do Halley em **O retrato** têm origem na revista *L'Illustration*. Sendo Rodrigo o mais formado e informado de Santa Fé, ele precisa ter uma opinião esclarecedora sobre o assunto. No entanto, na primeira vez em que é questionado sobre o tema por Chiru e Saturnino o protagonista fica numa situação embaraçosa porque pouco sabe sobre o cometa. Decide, então, esquivar-se de uma resposta e enrolar os amigos. Segundo o narrador, “a verdade era que não sabia muito a respeito de cometas. Tinha lido algo, havia tempos, num número de *L'Illustration*. Era-lhe, porém, desagradável confessar sua ignorância” (1956c, p. 173, OEV).

Frente à insistência dos dois, que querem saber se a cauda do cometa pode ou não atingir nosso planeta, Rodrigo procura “fugir pela tangente”.

– Olha, Chiru, o que te posso dizer é que os antigos alimentavam muitas superstições quanto aos cometas, achando que o aparecimento deles no céu anunciava algum acontecimento trágico. Conta-se que um cometa anunciou a morte de César...

– Que César? – perguntou Chiru com desconfiada arrogância.

– Ora! – fez Saturnino. – O grande César da História, Chiru. Mas cala a boca e deixa o homem continuar.

Rodrigo agora se sentia em terreno mais firme. (1956c, p. 173, OEV)

Rodrigo prossegue contando outra história, a de que em meados do século XV o cometa Halley foi avistado e o Papa da época pediu aos católicos que rezassem em público, rogando a Deus para poupar a humanidade de uma catástrofe. Surpreso com o relato, mas ainda insatisfeito com a explicação, Chiru continua:

– Mas como é o negócio? O cometa pode ou não pode espatifar esta droga?

– Os cientistas da antiguidade temiam que isso fosse possível. Um choque do cometa com nosso planeta podia produzir o deslocamento do eixo de

rotação da terra, o que causaria um desequilíbrio perigosíssimo, e ninguém poderia prever as consequências de tal colisão. Mas os astrônomos modernos acham que a massa dos cometas é tão sem importância, que um choque entre ela e a terra não teria nenhuma consequência grave. (1956c, p. 174, OEV)

Em sua posição de médico e intelectual, Rodrigo Cambará sente-se desconfortável em reconhecer que não tem conhecimento sobre qualquer assunto que seja. Independentemente do tema, o protagonista sempre defende sua opinião, mesmo desacreditando nas próprias palavras. Neste caso do cometa, Rodrigo precisa assumir uma posição, pois os amigos discutem sobre o tema da hora e a sua palavra serve como uma sentença definitiva. O personagem não foge ao seu papel, atuando como o único sujeito esclarecido capaz de lançar uma luz racional sobre as trevas da superstição.

Semanas mais tarde, já por dentro do assunto depois de ler os artigos do astrônomo Camille Flammarion na *L'Illustration*, Rodrigo sente-se seguro para dissertar sobre o fenômeno. À porta da Farmácia Popular, encontra Cuca preocupado com as notícias que acabara de ler: “– Então não leste o *Correio do Povo* de hoje? Falta pouco tempo pro bicho aparecer. Estão dizendo que ou a terra se espatifa ou nós morremos envenenados pelo rabo do bruto” (1956d, p. 55, OEV).

No interior de seu laboratório, Rodrigo encontra o farmacêutico Gabriel na mesma ansiedade. Ele quer saber a opinião do médico e patrão.

Rodrigo tirou o chapéu, sentou-se e pôs-se a falar sobre o cometa Halley, baseado num artigo de Camille Flammarion que lera em *L'Illustration*.

– Tudo quanto se tem publicado até agora é considerado prematuro pelos cientistas, principalmente essas histórias que falam do envenenamento da humanidade e do fim do mundo. Em maio que vem, haverá um encontro do cometa de Halley com a terra. Vico, vá esquentar a água pro mate! Nesse dia a cauda do cometa estará dirigida para cá. Se ela nos atingir, ficaremos submersos nesse apêndice gasoso, compreendem?

– De que é feito o rabo do cometa? – indagou o Cuca, que de certo modo parecia encarar aqueles acontecimentos siderais como uma espécie de mexerico social do cosmos.

– É duma matéria radiante muito rarefeita – explicou Rodrigo, felicitando-se intimamente por ter boa memória. – E o nosso planeta atravessará a cauda do cometa como uma bala de canhão atravessaria uma cerração de inverno, com uma velocidade de 160.000 quilômetros por hora.

– Pomba!

– Mas esse encontro – esclareceu Rodrigo – só se dará se a cauda do cometa tiver uma extensão de mais de 23 milhões de quilômetros... (1956d, p. 55-56, OEV)

Para construir esse diálogo “didático”, Erico Verissimo baseia-se em vários números de *L'Illustration*. Apesar de Flammarion repetir muitas informações em seus artigos, constatamos que os dois primeiros trechos da fala do protagonista têm origem em uma tradução da edição de 22 de janeiro (FLAMMARION, 1910a, p. 60, JRA). Neste número, o

astrônomo comenta justamente que os cálculos não estão finalizados e que é prematuro afirmar qualquer coisa em relação ao fim do mundo, acrescentando a comparação entre a bala de canhão e o nevoeiro.

Vejamos o trecho no original:

On voit que, le 18 mai, la queue cométaire, qui est toujours opposée au soleil, est précisément dirigée vers la terre. Si elle la dépasse, nous serons immergés dans cet appendice gazeux, dans cette sorte de matière radiante d'une raréfaction extreme, et nous la traverserons comme un boulet de canon traverserait un brouillard, avec une vitesse de 106.000 kilomètres à l'heure, la comete volant, de son côté, à la vitesse de 170.000 kilomètres.

Salvo a diferença na velocidade de deslocamento da terra – de 106.000 quilômetros por hora na revista para 160.000 no romance –, não fica dúvida de que o autor traduziu esse trecho para inseri-lo na narrativa na voz de Rodrigo. A mesma datação não se pode assegurar para a informação de que o choque entre o planeta e o cometa ocorreria apenas se a extensão da cauda fosse superior a 23 milhões de quilômetros, uma vez que Flammarion repete este dado em vários de seus artigos.

De qualquer forma, é interessante observar que a leitura que Rodrigo Cambará faz dos riscos de um acidente cósmico segue a mesma linha de raciocínio do astrônomo francês. Ou seja, o personagem da ficção e a autoridade da revista não afastam por completo a possibilidade de uma colisão, mesmo que seja “apenas” com a cauda do Halley. Nesta hipótese, segundo a interpretação de ambos, ficaríamos expostos aos gases letais do astro. Rodrigo sente prazer em alimentar a insegurança dos outros e reproduz a sensação transmitida pela revista.

Outra constatação é de que a reprodução e representação desses acontecimentos na narrativa ocorrem, de maneira geral, pela voz e consciência do protagonista. Rodrigo observa um desacordo entre o comportamento do tempo e o do povo, em que dias tranquilos e de beleza ímpar contrastam com a inquietude e o nervosismo das pessoas frente à possibilidade de uma catástrofe. Havia, como ele, os descrentes no fim do mundo, que lembravam a passagem de outros cometas e continuavam a viver em paz. Por outro lado, havia também desespero. O narrador descreve as reflexões de Rodrigo:

A maioria, porém, se fazia perguntas e não eram poucos os que tratavam de reunir seus familiares, a fim de que a hecatombe não os apanhasse separados. Os Teixeiras reuniram-se todos na fazenda na esperança, talvez, de que o cataclisma pudesse ser menos violentamente sentido no campo que na cidade. Homens que estavam projetando viagens por aqueles dias, adiavam-nas. Os que se achavam fora de Santa Fé, apressavam-se a voltar para casa. Nas lojas, escritórios e repartições públicas já não se trabalhava direito, e o cometa de Halley (a que Liroca insistia em chamar “cometa do Alves”) era o assunto permanente de todas as rodas. Alguém braveitou:

“Que venha esse cometa. Mas é preciso que ele tenha muito caracu pra acabar com o Rio Grande!” O Padre Kolb nos seus sermões dizia não acreditar em que Deus estivesse mesmo com intenções de “liquidar sua opra maknifka”, mas aconselhava os crentes a que, pelas dúvidas, se fossem preparando para o pior. Assim, naqueles dias teve um número desusado de fiéis no confessionário. Mulheres piedosas acendiam velas para os santos de sua devoção, fazendo as mais extravagantes promessas. Outras começavam as visitas de despedida, corriam às casas de amigos e parentes. [...] Alguns homens procuravam-se para liquidar dívidas ou desfazer negócios; houve até mesmo uns dois ou três casos de inimigos que se reconciliaram. E don Pepe, que parecia querer arrogar para o anarquismo o direito de destruir pessoas e coisas, comentou: “Quién sabe, Díós aderió al anarquismo y quiere destruir el mundo con una bombita?” (1956d, p. 56-57, OEV)

Difícil concluir de qual fonte o autor tirou essas reações populares da época, transpondo-as para o universo de Santa Fé. Podem ser fruto de pesquisa em livros, almanaques, de sua memória – embora tivesse apenas cinco anos em 1910 –, de relatos orais ou até mesmo dos artigos de *L'Illustration*, como o de Camille Flammarion citado anteriormente, em que o astrônomo traz algumas histórias ocorridas em diferentes países e que exemplificam o medo da população mundial. Pelo já exposto, no que diz respeito à consulta de edições de *L'Illustration* desse período, parece muito provável que a revista francesa fornece ao autor o conteúdo necessário – e fundamental – para a representação desse evento na narrativa de **O retrato**.

Por isso, vemos que as informações transpostas dos artigos da revista têm a função de auxiliar o autor na representação do ambiente da época narrada, aumentando no leitor a sensação de “confiança” no evento narrado. Enquanto os jornais – fictícios ou não – são usados para recriar os embates ideológico-partidários do plano político, no mesmo período histórico a revista entra como uma fonte para acentuar dois aspectos distintos: 1) a abordagem de **Chantecler** serve para estabelecer um paralelo alegórico entre o galo do drama de Rostand e o protagonista do romance; 2) os eventos factuais como as proezas da aviação, o canal do Panamá, a enchente em Paris e o cometa Halley situam Santa Fé no tempo (1910) e o no espaço (Rio Grande do Sul/Brasil), fortalecendo assim a qualidade realística da narrativa.

4.2 Presença e influência do romance-folhetim

A expansão da imprensa diária e a necessidade de se conquistar a fidelidade do público são fatores que estão diretamente ligados ao surgimento do romance-folhetim na primeira metade do século XIX. O primeiro a perceber que a publicação de romances seriados poderia ser um chamariz para fugar o interesse dos leitores foi Émile de Girardin, na década

de 1830. Girardin defendia a democratização do acesso aos jornais franceses, cujo sucesso passava pela redução do preço dos exemplares.

Os periódicos franceses da época já possuíam uma coluna denominada *feuilleton*, um espaço limitado no rodapé da página, geralmente reservado a assuntos mais leves sobre teatro, artes plásticas, literatura, viagens, eventos sociais, receitas de cozinha e dicas de moda que tinham o papel de contrabalançar o tom seco dos reclames oficiais. Em 1836, o jornal *La Presse* publica o primeiro romance com esse tipo de tratamento – a obra anônima *O Lazarillo de Tormes* (Meyer, 1996, p. 31, TIB).²⁰ Aos poucos, a maioria dos jornais passa a adotar a ideia do *feuilleton-roman* de Girardin. Alimentando a curiosidade para o próximo capítulo, o folhetim amplia a procura pelo jornal, que, conseqüentemente, circula a preços mais baixos e conquista novos leitores junto à burguesia, deixando de ser um produto restrito aos mais ricos.

Ao se analisar a influência dos folhetins na vida literária, seja sobre os escritores ou os leitores, é preciso ter em conta que, do ponto de vista do diretor do jornal, o leitor era apenas um cliente que precisava ser agradado para continuar consumindo o produto de uma forma permanente. Como bem lembra Gramsci (1978, p. 104, TIB), o romance-folhetim era um meio eficiente de difusão do jornal entre as classes populares, o que garantia sucesso político e financeiro ao empreendimento. O romance representante das “belas-letas” também poderia figurar em suas páginas, desde que contribuísse para o aumento de receita.

Com o movimento romântico em plena atividade, os escritores, além de dinheiro, também conquistavam prestígio e reconhecimento. Para tal, os romancistas precisavam satisfazer a voracidade parcelada do folhetim com histórias longas e cheias de incidentes. Quando as expectativas eram atingidas, lucravam o autor, com a remuneração, o editor, com a venda, e o leitor, com o prolongamento da emoção. Em 1842, o estrondoso sucesso de **Os mistérios de Paris**, de Eugène Sue, estabelece definitivamente a era dos romances seriados na França e no resto do mundo.²¹

Na acepção de Meyer (1996, p. 64-65, TIB), o tempo histórico do romance-folhetim

20 Segundo Meyer (1996, p. 49, TIB), Girardin dirigia o *Journal des Connaissances Utiles* quando expôs pela primeira vez suas ideias de democratização da *grande presse*, pouco antes de fundar, em julho de 1836, o *La Presse*. No final deste mesmo ano, ele encomenda a Balzac uma novela para sair em série, *La vieille fille*.

21 Por causa de sua influência, Broca (1979, p. 178, TIB) chama **Os mistérios de Paris** de “protótipo do *roman-feuilleton*”. Várias outras obras da mesma natureza trataram de explorar o êxito do título, como: **Os mistérios de Marselha** (1867), de Zola; **Os mistérios de Lisboa** (1853), de Camilo Castelo Branco; **Os mistérios de Londres** (1844), de Paul Féval, e **Verdadeiros mistérios do Rio de Janeiro** (1880), de Paulo Marques de Oliveira. Ainda em relação à obra de Sue, Eco (1970, p. 204-5, TIB) concorda com Jean-Louis Bory (**Eugène Sue: le roi du roman populaire**. Paris: Hachette, 1962) no que trata da influência de **Os mistérios de Paris** sobre os movimentos populares de fevereiro de 1848, tendo em vista as conotações reformistas do romance, “a situação dramática das classes trabalhadoras, a malignidade de alguns poderosos, a necessidade de uma mudança, qualquer ela que fosse, etc.”

está intrinsecamente ligado à organização operária e aos movimentos armados que eclodiram na Europa dentro de um contexto reacionário da classe laboriosa. Por isso, as etapas de desenvolvimento do romance-folhetim podem ser divididas entre 1836-1850, 1851-1871 e 1871-1914. Na primeira fase, a temática preponderante gira em torno do mistério e da vingança, dividida entre duas vertentes principais, o folhetim histórico e o “realista”, este inspirado em eventos da vida cotidiana e ampliado pela imaginação do escritor; a segunda fase pertence ao rocambole, em que o herói do tipo “capa-e-espada” é o protagonista de diversas aventuras fantasiosas e dá origem ao termo “rocambolesco”; já na terceira, a que mais nos interessa nesse trabalho, o tema são os “dramas da vida”, ou seja, a loucura, o abandono, o adultério, o crime, o amor, etc.

Neste longo período, segundo Morin (1967, p. 63-64, TIB), o romance popular de folhetim desperta interesses diferentes entre dois grupos sociais principais, tornando-se um centro de osmose entre a corrente popular, identificada com personagens da vida cotidiana empenhadas em aventuras “rocambolescas” e por vezes fantásticas, e a corrente burguesa, cujo imaginário funde-se no realismo. Esta diferenciação também se verifica na fidelidade da corrente popular aos temas melodramáticos (padrastos e madrastas, disfarces, identidades falsas, perseguição da inocência e substituição de crianças), enquanto a tendência burguesa é de preferência pelo conflito de sentimentos (dramas ou comédias triangulares do marido, do amante e da adúltera). De regra, essas duas correntes se misturam tanto na produção ficcional quanto na leitura do jornal pelos leitores populares, “onde dominam os leitores pequeno-burgueses ainda mal libertados das raízes populares, mas já semi-encaixados na cultura burguesa”.

O folhetim cria um gênero romanesco híbrido, no qual se acham lado a lado gente do povo, lojistas, burgueses ricos, aristocratas e príncipes, onde a órfã é a filha ignorada do príncipe, onde o mistério do nascimento opera estranhas permutas sociológicas, onde a opulência se disfarça em miséria e onde a miséria chega a opulência; a vida cotidiana é transformada pelo mistério, as correntes subterrâneas do sonho irrigam as grandes cidades prosaicas, o reboio do desconhecido submerge as noites das capitais, aventureiros desenfreados reinam sobre as sombras da cidade, mendicantes e vagabundos. Desse estranho casamento do realismo e do onirismo nascem admiráveis epopeias populistas [...]. (MORIN, 1967, p. 64, TIB)

Apesar de os folhetins serem inicialmente direcionados a uma população sem formação clássica, escritores de maior calibre também aderem a esse modelo de publicação, a exemplo de Flaubert, Balzac e Zola. Segundo Broca (1979, p. 175, TIB), essa estratégia consistia em “um meio de atrair os leitores, fazendo-os aceitar uma literatura superior, administrada da mesma forma pela qual eles estavam habituados a devorar, diariamente, os

ingredientes das histórias melodramáticas”.

No entanto, o plano logo se mostrou inviável, uma vez que o sucesso das novelas seriadas residia na interrupção da leitura, um formato que permitia a adaptação do desenvolvimento da intriga aos limites e exigências do folhetim e despertava o anseio pelo próximo capítulo. Já as obras de outras qualidades possuíam uma unidade íntima e uma sequência de ação que não permitia cortes, transformando a excitação do interesse em desapontamento para o leitor (BROCA, 1979, p. 175, TIB). O resultado é que apenas a corrente popular acabou sendo integrada ao folhetim barato e ao cinema nas três primeiras décadas do século XX.

Assumindo logo uma função lúdica, como defende Serra (1997, p. 23-25, TIB), o romance-folhetim atende mais a uma necessidade de divertimento do que de reflexão, consistindo em um gênero popular por excelência. Do ponto de vista do leitor, ou da leitora, havia um envolvimento grande em relação à história narrada. Ou seja, conhecer o romance que estava sendo publicado era uma espécie de “dever mundano” e cada capítulo gerava discussões em que se procurava expor uma intuição lógica ou psicológica dos eventos da ficção. Na avaliação de Gramsci (1978, p. 105, TIB), transpondo a observação para o ambiente da Itália, “pode-se afirmar que os leitores do romance de folhetim se interessam e se apaixonam pelos seus autores com uma sinceridade muito maior e com um interesse humano muito mais vivo do que, nos chamados salões cultos, as pessoas se interessam pelos romances de D’Annunzio ou pelas obras de Pirandello”.²²

Ribeiro (1996, p. 44-45, TIB) analisa a recepção crítica do romance-folhetim francês de dez autores e, a partir destes, faz uma lista das técnicas de composição da narrativa folhetinesca. Destacamos algumas que consideramos os mais importantes:

- Títulos atraentes para seduzir o leitor.
- Inícios sem muitos preâmbulos, contendo referências diretas a dia, mês e hora da história.
- Abundância de diálogos.
- Dependência da intriga para o desenvolvimento da história.
- Cortes sistemáticos no desenvolvimento da história do romance.

²² Gramsci (1978, p. 112-13, TIB) identifica oito tipos diferentes de romance-folhetim, cuja simultaneidade de êxito prova a existência de diversos estratos culturais, “massas de sentimento” e diversos “modelos de herói”. São eles: 1) tipo Victor Hugo, Eugène Sue, de caráter ideológico-político, de tendência democrática ligada às ideologias de 1848; 2) tipo sentimental; 3) tipo que se apresenta como de puro enredo, mas tem um conteúdo ideológico conservador reacionário; 4) romance histórico de A. Dumas e de Ponson du Terrail que, além do caráter histórico, tem um caráter ideológico-político, menos nítido; 5) romance policial; 6) o romance tenebroso; 7) o romance científico de aventuras, geográfico, que pode ser tendencioso ou simplesmente de enredo; 8) a biografia romanceada.

- Lances teatrais abundantes com bruscas mudanças inesperadas nos episódios: propósito de despertar o interesse do leitor sem despertar o seu espírito crítico.
- Utilização do acaso como ponto de convergência entre alguns acontecimentos da narração.
- Ausência de análises psicológicas sobre os personagens.
- Herói e heroína dos romances com traços exagerados e simplificados; traços de pureza, honestidade e desinteresse.
- Nos temas, exploração dos aspectos da vida criminosa e miserável: assassinatos, envenenamentos, raptos, reconhecimento das origens de nascimento e outros aspectos da vida urbana selvagem; contraposição entre o bem e o mal: o herói e a sociedade, a felicidade e a desgraça, amor puro ou selvagem, ódio unilateral, a virtude, os vícios e outros; o poder dado ao mais forte, mais hábil e mais audaz.
- Descrições simples.
- Didatismo narrativo: retomada de relatos interrompidos com resumos do que havia acontecido até então, chamadas, anúncios do que vai acontecer, coincidências sublinhadas.

No Brasil, surgem mais ou menos simultaneamente diferentes tipos de produção textual para os folhetins. Como as condições literárias ainda não permitiam a exploração do gênero por parte de muitos escritores, a tradução de obras estrangeiras foi a primeira alternativa na fase inicial. Meyer (1996, p. 32, TIB) afirma que o primeiro romance-folhetim traduzido do francês foi **O Capitão Paulo**, de Alexandre Dumas, publicado no *Jornal do Comércio* em 1838, traduzido por J. C. Muzzi. No ano seguinte, no mesmo jornal, começam a surgir as primeiras manifestações da ficção folhetinesca brasileira, publicadas de forma alternada com a francesa.

O *Jornal do Comércio*, por sinal, torna-se um dos mais fiéis na publicação de romance-folhetim, praticamente cotidianos entre 1839 e 1842. No dia 1º de setembro de 1844, o jornal traz o primeiro capítulo de **Os mistérios de Paris**, com tradução de R. (Justiniano José da Rocha), que se estende até 20 de janeiro de 1845. Segundo Hallewell (1985, p. 139, TIB), Justiniano trabalhava tão rapidamente que o *Jornal do Commercio* podia publicar quase simultaneamente com o jornal de Paris. “ditando, alternadamente, a dois amanuenses – que se sentavam nos extremos opostos da sala enquanto ele andava, a passos largos, entre um e outro – ele terminou **Mystères de Paris** em um mês e **Monte Cristo** em dois meses e meio!”. Nesse ritmo, a publicação de romances-folhetins torna-se em pouco tempo um meio de sobrevivência para os jornais brasileiros. “O folhetim era, via de regra, o melhor atrativo do jornal, o prato mais suculento que podia oferecer, e por isso o mais procurado” (SODRÉ,

1983, p. 243, IM).²³

Os escritores românticos nacionais também percebem no folhetim uma oportunidade ideal para estrear na literatura. Tanto que a publicação concomitante de romances franceses e brasileiros contribui para a formação de um público leitor fiel, ainda que pequeno, o suficiente para influir favoravelmente nas vendas dos jornais e dos livros. A leitura de folhetins é um hábito familiar e, por conta da leitura em voz alta, atinge inclusive os analfabetos. Meyer (1996, p. 293, TIB) lembra que o oferecimento sistemático de obras de ficção ao leitor desde 1830 favorece a formação de um “público”. “O público haverá de esperar ansiosamente sua fatia cotidiana de **O Guarani** em 1856-1857, como registrou Visconde de Taunay, com o mesmo entusiasmo com que devia aguardar Rocambole e aguardara Rodolfo ou Monte Cristo”.

Enquanto o sucesso da “fórmula” romance-folhetim torna-se uma solução para a manutenção de qualquer empresa jornalística e ao mesmo tempo favorece a formação de um público leitor, também lança as bases para a ficção na literatura brasileira – seja como imitação pura e simples, seja como inspiração para um determinado estilo de romance. Em geral, num primeiro momento a produção folhetinesca nacional procura imitar, sem sucesso, o modelo francês. Os romances apresentam algumas características que são comuns a todos, como o suspense e o ritmo, mas a falta de habilidade no emprego de outros macetes compromete a qualidade literária dessas obras. Ao comentar sobre a reprodução no Brasil dos recursos da “subliteratura” francesa, Bosi (2004, p. 102, TIB) explica que “o romance romântico dirige-se a um público mais vasto, que abrange os jovens, as mulheres e muitos semiletrados: essa ampliação na faixa dos leitores não poderia condizer com uma linguagem finamente elaborada nem com veleidades de pensamento crítico”.

Entre tantas experiências ruins, no Romantismo, do ponto de vista do acabamento estético, aos poucos começam a surgir romances que ultrapassam a simples imitação de um gênero. Isso ocorre quando os escritores passam a inserir o esquema narrativo europeu, da surpresa e da peripécia, em um ambiente tipicamente brasileiro. Aspecto este que se fortifica com a crescente busca por uma expressão da nacionalidade através da produção ficcional, o que leva os escritores a valorizar os elementos da realidade local, conferindo certa autenticidade ao romance brasileiro.

Se as condições culturais permitem a alguns autores a fuga aos dramalhões e aos romances de capa-e-espada, não evitam por completo a absorção de um modelo formal que

23 Uma lista dessa extensa produção pode ser encontrada em Serra (1997, TIB) e Tinhorão (1994, TIB).

acaba por caracterizar o romance brasileiro no século XIX. Tinhorão (1994, p. 28-30, TIB) defende que a influência das histórias publicadas em folhetins de jornal e revista atinge todos os romancistas da época, bem como aconteceu – talvez em escala menor – no resto do mundo.²⁴

De uma forma geral, essa influência não chegava a ser confessada, evidentemente, devido ao tom popularesco e fácil da maioria das histórias em capítulos – o que lhes tirava a respeitabilidade literária de trabalho “sério” – mas nem por isso os estilos e técnicas sensacionalistas e sentimentais dos escritores de folhetins deixaram de exibir suas marcas, mesmo nas obras de grandes escritores.

De qualquer forma, é inegável a influência formal do romance-folhetim na novelística brasileira, mesmo quando essa herança limita-se à técnica do corte nos capítulos. Isso porque, no caso de o romance ter sido escrito de “capítulo a capítulo”, o processo de criação literária provoca impasses narrativos por conta da necessidade de se manter viva a atenção dos leitores – independentemente de ser um inconveniente ou uma vantagem –, influenciando a estrutura da obra. Existem casos, como em Machado de Assis, em que as edições em livro trazem muitas diferenças em relação à versão do folhetim.

Gledson (2003, p. 81, TIB) mostra a complexidade narrativa de **Quincas Borba** e os motivos pelos quais o romance não funcionou quando publicado em folhetim na revista *A Estação*. Segundo ele, o romance “é estruturado de maneira muito mais complexa, e seus significados funcionam no curso de trechos muito mais longos”. Além disso, a publicação na revista sofre uma interrupção entre julho e novembro de 1889, período em que Machado decide promover mudanças interligadas, “tanto na forma quanto no conteúdo do romance” (p. 90). Esses impasses de Machado de Assis levam a uma versão em livro em muitos pontos diferente daquela publicada em folhetim.²⁵

Outro registro da presença marcante do gênero pode ser encontrado no enredo das próprias narrativas, como em algumas histórias de Machado de Assis. Magalhães Jr. (1958, p. 143-152, TIB), no capítulo “O que liam os personagens de Machado de Assis”, diz que o romance de aventuras **Saint-Clair das Ilhas ou os desterrados da ilha de Barra**, de autoria

24 Tinhorão (1994, p. 30, TIB) cita Antônio Gramsci para mostrar que até mesmo obras de grandes escritores são culturalmente derivadas dos romances de folhetim, casos de Balzac, Victor Hugo, que escreveu **Os miseráveis** inspirado pelo **Os mistérios de Paris**, e Nietzsche, cuja ideia do “super-homem” teria como origem e modelo doutrinário o romance **O conde de Monte Cristo**.

25 Ribeiro (2006a, p. 101-115, TIB) estuda esse processo no romance **Memórias póstumas de Brás Cubas**, publicado inicialmente entre março e dezembro de 1880 na *Revista Brasileira*. De acordo com Ribeiro, da edição em revista para a primeira edição em livro, no ano seguinte, são feitas várias alterações nas técnicas de composição do romance, entre elas a prática de cortes. Essas modificações “alteram o perfil do leitor ideal da revista para o livro” e também revelam “a interferência da atmosfera do veículo, a revista, no processo de criação da obra” (p. 102).

de Mme. de Mantolieu e publicado em três volumes pela Garnier em 1850 com tradução de A.V. de C. e Sousa, é um dos mais citados na obra machadiana. Em geral, aponta Magalhães Jr., Machado refere-se às obras folhetinescas com ironia, emitindo através dos personagens opiniões que são suas. Em **Helena**, no capítulo III, D. Úrsula está sentada em sua poltrona a ler um conto do **Saint-Clair das Ilhas**, “enterneceida pela centésima vez com as tristezas dos desterrados da ilha de Barra”. Ao que o narrador acrescenta: “boa gente e moralíssimo livro, ainda que enfadonho e maçudo, como outros de seu tempo” (ASSIS, 1997, p. 282, PP). Além destes, ainda conforme pesquisa de Magalhães Jr., também é possível encontrar na ficção machadiana referências a Visconde d’Arlincourt, Feydeau, Ernest Aimé, Octave Feuillet, Madame Craven, Alexandre Dumas e Le Sage.

A penetração do folhetim também tem como destaque a inclusão da mulher no campo da leitura literária, antes uma prática exclusiva dos homens por conta da linha editorial sisuda dos jornais ou pela simples censura a romances ditos imorais. Com a popularização dos romances populares, elas passam a ter um assunto em comum para discutir nos eventos sociais, uma vez que a falta de liberdade para outras atividades que não fosse a doméstica limitava as experiências do universo feminino. É a leitora, a “sinhazinha”, portanto, o destinatário “natural” do romance-folhetim (Meyer, 1996, p. 379, TIB), geralmente provinda das classes altas e que via no folhetim uma forma de “entretenimento”. E, conforme destaca Velloso (2008, p. 223, IM), quanto mais violento e cheio de trágicas peripécias o enredo, maior era o impacto e a repercussão da história na vida cotidiana de poucos acontecimentos. “Ao conversar com as amigas e vizinhas sobre as vicissitudes amorosas da heroína ou a perfídia do galã, as mulheres envolviam a vida cotidiana na trama desses acontecimentos romanescos”.

Embora os folhetins continuem ocupando as páginas dos jornais no século XX e até no século XXI,²⁶ cada vez com menos força, eles já dão sinais de declínio a partir de 1885. Hallewell (1985, p. 140, TIB) observa que essa queda ocorre quando os jornais percebem que o sensacionalismo na cobertura de casos reais poderia ser mais eficaz do que a ficção dos folhetins. Valendo-se da experiência de sucesso do “continua amanhã”, a imprensa passa a explorar a investigação de assassinatos e julgamentos, que são narrados de forma seriada e romanceada. Nestes casos, a população acompanha diariamente, com expectativa, o

26 Alguns exemplos da permanência do romance-folhetim na imprensa são a publicação de **O galo de ouro**, de Raquel de Queiroz, publicado na revista *O Cruzeiro*, em 1950, e **A muralha**, de Dinah Silveira de Queiroz, em 1954, na mesma revista. O jornal *Diário Catarinense*, de Florianópolis, publicou entre 14 de janeiro 2012 e 19 de janeiro de 2013, sempre aos sábados, o romance **Você sabe de onde eu venho**, de Tabajara Ruas. A narrativa foi inspirada na participação do Brasil na II Guerra Mundial e a ação transcorre durante a campanha da Itália, na qual o Brasil participou com a Força Expedicionária Brasileira (FAB).

desenrolar dos acontecimentos como se se tratasse de ficção.²⁷

No Rio Grande do Sul, a falta de arquivos dificulta a realização de um levantamento sobre os primeiros registros de publicações em folhetins na imprensa gaúcha. Em Porto Alegre, segundo levantamento de Hohlfeldt (2003, p. 50, TIB), os primeiros exemplares disponíveis são do jornal *Correio do Sul* e datam de 1857. Deste ano até 1900, as narrativas longas publicadas nos jornais, somadas às da *Revista da Sociedade Partenon Literário*, chegam ao número de 227 títulos, sendo a imensa maioria deles – 220 – publicados no período que compreende a terceira fase do romance-folhetim. Enquanto a *Revista Partenon* privilegia autores gaúchos, como Apolinário Porto Alegre, José Bernardino dos Santos e Aquiles Porto Alegre, nos jornais predominam textos traduzidos de autores franceses.

Ainda de acordo com a análise de Hohlfeldt (2003, p. 51, TIB), o forte conteúdo político-partidário dos periódicos gaúchos não significa a existência de uma relação direta entre a ideologia do jornal e o folhetim publicado, “de sorte que muitos dos folhetins divulgados num jornal liberal podem vir a ter espaço num jornal republicano”.²⁸ Isso favorece a repetição de determinadas obras no contexto da província e a popularização de certos autores dentro de um longo período. Em outras palavras, autores lidos nos anos 70 e 80 do século XIX continuam a ser apreciados pelo menos até a terceira década do século XX, caso de Xavier de Montépin, Paul Féval, Ponson du Terrail, Perez Escrich, Octave Feuillet, Louis Berger, Decourcelle, Jules Mary, Charles Mérouvel (Charles Chartier), Pierre Sales, Georges Ohnet, Georges Maldague (Josephine Maldague) e Émile de Richebourg, entre outros.

Por sua presença em **O tempo e o vento** nas leituras da personagem D. Vanja, Émile de Richebourg (1833-1898) merece uma apresentação mais detalhada. Considerado por muitos como o autor que melhor representa o romance-folhetim, Richebourg escreveu várias obras do gênero, cuja publicação no *Le Petit Journal* “fazia aumentar de um dia para outro a tiragem para 100 mil exemplares” (MEYER, 1996, p. 212-13, TIB). Em revistas e jornais brasileiros foram publicadas traduções de obras como **As duas rivais** (*Petite Mionne*), **A**

27 Pesavento (2008, p. 368, TIB) afirma que o jornal opera como uma antena de sensibilidade social e faz da banalidade do cotidiano um objeto de interesse. “A história vivida passa a ser esmiuçada, retrabalhada, torna-se presença diária nas colunas dos diferentes jornais, mobilizando a população para acompanhar, cotidianamente, o desenrolar dos acontecimentos, como se a vida fosse transposta para as páginas dos jornais como um folhetim, a ser lido com gosto e expectativa. O jornal é, pois, capaz de transformar o vivido, o acontecido, aquilo que foi em uma peça literária, criando ambiência, emoção, razões e sensibilidades, em representações em que o critério da credibilidade suplanta o da veracidade”.

28 O papel desempenhado pelos periódicos gaúchos, quase sempre de ataque e defesa de partidos e facções, leva Silva (1924, p. 109, TIB) a minimizar, sob o ponto de vista literário, a função estimuladora destes como acontece em outras partes do país. O folhetim, no entanto, estava a salvo. Segundo Silva, em sua maior parte os jornais do Rio Grande do Sul “consideravam os assuntos de ordem literária como incompatíveis com a sua sisudez e só por exceção os admitiam em suas colunas, fora dos truculentos e lacrimajantes folhetins.”

filha maldita, O filho dos operários ou a loucura da mãe, A louca, A viúva milionária e A toutinegra do moinho.

Gramsci (1978, p. 112, TIB), para o qual **A toutinegra do moinho** é “obra-prima do gênero que deve ainda resistir”, situa as obras de Richebourg na categoria do tipo sentimental, “não político *stricto sensu*, mas no qual se exprime aquilo que se poderia definir como uma ‘democracia sentimental’”. Essa “democracia sentimental” significa que a obra do escritor consegue envolver todo tipo de leitor(a), da lavadeira à burguesa da alta sociedade, exercendo uma grande influência moral sobre a sociedade ao abordar num mesmo romance questões sociais importantes e distintas quanto as relações entre capital e trabalho, condição feminina, nacionalismo e revolução.

O romance de Richebourg, publicado no *Correio do Povo* entre 1914 e 1915, inicia com a história de amor entre o tenente de artilharia Luciano de Lunière e a condessa de Morenne (Branca). Luciano vai lutar na guerra entre França e México e, após um ano de ausência sem qualquer notícia, Branca conhece o oficial de marinha Roberto de Serval e com ele se casa. Seis meses mais tarde Luciano regressa da guerra e reencontra a noiva, os dois continuam apaixonados e Branca acaba ficando grávida do tenente. A traição é descoberta por Roberto, que trata de arranjar um casamento para Luciano e obriga sua esposa a entregar a criança, um menino, para uma ama de criação.

O segundo drama vive o abastado João de Palizeul, primo de Branca e comandante de batalhão na Comuna de Paris. Com o fracasso do movimento, Palizeul é perseguido e foge com a filha Joana (a toutinegra) para a fronteira com a Bélgica. Hospedado em uma estalagem, acaba sendo roubado e gravemente ferido por Tomé Coplain, que acredita ter matado a vítima. De posse dos documentos pessoais de Palizeul, Coplain assume a identidade do outro. Com o sumiço do pai, a menina é adotada pela mesma ama que ficou com Jorge, filho de Branca e Luciano. As crianças crescem juntas e, com a morte da ama, são adotadas por um velho e bondoso lenhador. Joana e Jorge prometem nunca se separar, mas Jorge acaba voltando a Paris.

Para garantir o seu sustento e do lenhador, que não pode mais trabalhar, Joana começa a cantar nas praças e mansões. Sua beleza e talento para o canto encanta a todos, que passam a chamá-la de toutinegra do moinho, referência ao local onde mora com o lenhador. Numa dessas apresentações, na mansão de Coplain, este descobre que Joana é a filha de Palizeul (supostamente morto) e mantém a farsa, dizendo ser o pai da menina. No final, após muitas reviravoltas, Palizeul reaparece na história, localiza a filha e desmascara Coplain. Joana e Jorge reencontram-se, casam-se e vivem felizes para sempre.

Como se percebe, **A toutinegra do moinho** reúne os ingredientes que bem caracterizam o romance-folhetim, como a busca da protagonista por sua identidade, o abandono, a luta da bondade contra a maldade, o amor que supera todos os obstáculos, a manutenção do sistema de classes e as reviravoltas da narrativa. Por sinal, essas reviravoltas não chegam a causar surpresa, pois é possível prever o que vai acontecer em seguida. É como se o romance fornecesse exatamente aquilo que o leitor do drama espera ler. Outro aspecto da obra de Richebourg, e não exclusivo deste, é a mistura da ficção com dados da história, em que se encontram informações sobre a guerra franco-prussiana, a intervenção francesa no México, a Comuna de Paris, as campanhas de colonização da Argélia e as galés da Nova Caledônia, tudo apresentado como pano de fundo para o drama central.

Vejamos agora como o romance-folhetim está inserido no contexto de **O tempo e o vento**.

4.2.1 A biblioteca de Rodrigo Cambará

A lista de obras literárias citadas em **O tempo e o vento** é extensa e renderia um estudo à parte. De regra, os títulos de prosa, poesia, sociologia e filosofia estão sempre relacionados ao perfil social e cultural dos personagens, colaborando para a formação de sua tipologia e o ambiente da época representada. Os padres que surgem ao longo da narrativa, por exemplo, sempre leem os filósofos; os militares citam os sociólogos e filósofos; os comunistas leem os teóricos marxistas; Floriano Cambará, em **O arquipélago**, é o propagandista do romance inglês e norte-americano, o que sinaliza o fim da hegemonia do romance francês no círculo de leitores brasileiros;²⁹ as mulheres, pelo menos as personagens periféricas da narrativa, leem os romances de folhetim.

Como a nossa finalidade é estabelecer relações entre a imprensa e a ficção na trilogia de Erico Verissimo, vamos limitar a análise ao romance-folhetim.

Inicialmente, é interessante observar que Rodrigo e Toríbio manifestam na infância o mesmo estímulo para a leitura de ficção. O gosto pela literatura, que mais adiante toma outros rumos, nasce nos irmãos a partir de clássicos populares originalmente publicados em folhetim

29 O primeiro contato de Floriano com a cultura norte-americana ocorre ainda na infância do personagem, por intermédio do reverendo Dobson, que lhe alcança números velhos do *Saturday Evening Post* e do *Ladies' Home Journal*. Os exemplares também são folheados por Rodrigo Cambará e comparados com a revista *L'Illustration*. Segundo avaliação do protagonista, “faltava às revistas do país do Rev. Dobson um certo *cachet*, um certo peso, uma certa graça que não dependiam da qualidade do papel nem da riqueza das cores das gravuras, mas de algo mais profundo, algo que vem do tempo, da experiência, da tradição, em suma: da cultura”. (1963b, p. 449-50, OEV)

de jornal. Sabemos disso por conta de algumas passagens contidas em alguns episódios de **O retrato**. Aparentemente de pouca importância, essas indicações falam muito da personalidade dos personagens e de sua posição em relação ao mundo oferecido.

Em uma delas, Rodrigo recorda uma situação ocorrida em uma noite de dezembro de 1899. Os irmãos estão acordados, lendo à luz de um lampião de querosene. Toríbio “tinha nas mãos uma velha brochura – **O mistério da estalagem** – seus olhos estavam fixos na página amarelada, a boca entreaberta, a testa franzida no esforço da atenção concentrada” (1956c, p. 95, OEV), enquanto Rodrigo naquele instante “chegara à última página de **As minas de prata**”.³⁰ Flagrados pela tia Maria Valéria, são obrigados a apagar o lampião. A tia recolhe também três tocos de vela escondidos sob o colchão de Toríbio. A censura de Maria Valéria incentiva os dois a irem ao cemitério buscar velas para que Toríbio consiga acabar de ler o romance. Os livros, neste caso, despertam certa inquietação nos meninos, que encontram uma boa oportunidade para demonstrar coragem em uma aventura noturna.

Outra situação ocorre durante uma apresentação da Philharmonische Familie, quando Rodrigo põe-se a pensar sobre o encanto que sentia quando atores e atrizes de companhias teatrais e circos passavam por Santa Fé. Para ele, os atores “eram criaturas dum mundo que pouco ou nada tinha a ver com Santa Fé – um mundo que só encontrava par nas novelas de Dumas, Ponson du Terrail, Richebourg e Júlio Verne” (1956d, p. 287, OEV).

Outra passagem que revela a importância do romance folhetinesco no imaginário dos irmãos acontece na volta de Rodrigo de Porto Alegre, após os estudos de medicina. Ele e Toríbio vão juntos à água-furtada do Sobrado, chamada por eles de “castelo”, onde costumavam ler e brincar na infância. Entrar ali significava, para eles,

viajar, visitar Bombaim, Londres ou Amsterdã, ir para bordo dum brigue ou dum balão, entrar numa barraca armada em plena selva africana ou cair na masmorra dum castelo feudal onde acabariam morrendo de fome e sede, não fossem eles dois valentes e astuciosos aventureiros, que sempre conseguiam safar-se, munidos apenas duma espada e fazendo frente a guardas armados de lanças e flechas. Era na água-furtada que tinham seus brinquedos e os livros de aventuras na pele de cujos heróis se metiam. (1956c, p. 148-9, OEV)

Ao se aproximar da prateleira, Rodrigo começa a folhear alguns volumes:

Aqueles livros estavam ligados a vários períodos de sua infância e adolescência. Ali estavam *O último dos moicanos*, *A morgadinha dos canaviais*, *Carlos Magno e os doze pares de França*, a coleção quase completa de Júlio Verne, e muitos dos romances de Alencar, Escrich,

30 **As minas de prata**, evidentemente, trata-se do romance de José de Alencar. Quanto a **O mistério da estalagem**, não conseguimos precisar sua autoria. Pode tratar-se de **A estalagem**, de Paul Mahalin (pseudônimo de Emile Blondet, 1838-1899), publicada em folhetim no jornal *Diário de Rio Grande* em 1886.

Gaboriau, Sue, Ohnet e Richebourg. Rodrigo apanhou com particular carinho uma brochura desmantelada: o *Rocambole*. Releu alguns trechos e por um instante lhe pareceu possível, através da releitura das proezas daquele simpático patife, recapturar as emoções dos quinze anos. Folheou também a *Moreninha* e depois, acorrendo-se diante da estante, ficou a olhar, sorridente, para a lombada dum volume. *Naná...* Só agora compreendia a enormidade do pulo que dera, passando de Macedo para Zola. Esse pulo coincidira com sua puberdade, e fora estimulado por Zola e conduzido por Bio que em fins do verão de 1900 conhecera a primeira mulher.

[...]

Suas leituras haviam seguido uma trajetória doida, com vertiginosos altos e baixos. Depois de Zola desembestara a ler livros puramente lúbricos como *Memórias duma cantora*. Tomara-se de amores por Paul de Kock, cujas brochuras comprava secretamente com os níqueis que sua madrinha lhe dava. Costumava ir ler às escondidas na água-furtada e um dia chegara a passar mais de duas horas encarapitado no alto do marmeleiro-da-índia, no quintal, a devorar *A mulher, o marido e o amante*. (1956c, p. 150-151, OEV)

Pelo exposto nos trechos, não resta dúvida quanto à influência do romance-folhetim na formação dos irmãos Cambará. Entre estes poucos livros e autores citados pelo narrador, encontram-se importantes representantes do folhetim de capa-e-espada, exemplo de **As minas de prata** e **Rocambole**, do folhetim histórico, como **O último dos moicanos**, de James Fenimore Cooper, e **Carlos Magno e os doze pares de França**, de Jerónimo Moreira de Carvalho, além de Enrique Pérez Escrich, um dos mestres do folhetim lacrimoso.

Como o narrador faz questão de acentuar, a descoberta do Naturalismo de Zola não impede que as leituras do protagonista sigam uma trajetória de altos e baixos, ou seja, passando de obras de valor estético a outras de menor grandeza. Ao que parece, a atração por livros como **Memórias duma cantora** (acreditamos tratar-se de **Memórias de uma cantora alemã**, autobiografia de aventuras amorosas de autoria anônima, atribuída à cantora lírica Wilhelmine Schroeder-Devrient) e **A mulher, o marido e o amante**, de Paul de Kock, está relacionada ao despertar da puberdade do personagem.

A leitura de obras literárias ditas populares fazia parte do universo dos jovens no início do século XX e nada mais natural que Erico Verissimo tenha procurado representar esse momento citando os livros e autores mais lidos à época. As preferências comuns aos irmãos, no entanto, deixam de ser as mesmas quando Rodrigo e Toríbio assumem estilos de vida completamente opostos. Aquele vai estudar em Porto Alegre e deixa-se influenciar pela moda urbana mais refinada, a música erudita e a literatura francesa realista. Este se prende aos valores da terra, preferindo a vida sem conforto do campo, divertindo-se com caçadas, pescarias, carreiras dominicais e rinhas de galo. Rodrigo mergulha nos cânones da ficção e da

filosofia francesas, mas Toríbio continua fiel aos romances de aventura.³¹

O seguinte trecho ilustra bem isso:

Nada, porém, divertia mais Rodrigo do que o espetáculo que lhe proporcionava o quarto do irmão. Era uma peça acanhada, de chão de terra batida, com uma cama de vento, uma cadeira de palhinha e um caixão vazio de sabão que fazia as vezes de mesa de cabeceira e sobre a qual se via uma garrafa com um toco de vela metido no gargalo. Espalhados pelo chão, por cima da cama e sobre o peitoril da janela, jaziam muitos livros – brochuras esbeçadas de capas encardidas e manchadas de espermacete. Rodrigo lia-lhes os títulos com delícia: *Os mistérios de Paris*, *Rocambole*, *O último dos Moicanos*. Havia também folhetins ilustrados: aventuras de Buffalo-Bill, Nick Carter, Arsène Lupin e Raffles. (1965c, p. 211-12, OEV)

Rodrigo gaba-se aos amigos de possuir uma biblioteca com 500 livros franceses. Na volta de Porto Alegre, a bagagem inclui quatro caixas cheias de obras adquiridas na Capital. O período de estudos na cidade provoca uma mudança no gosto literário do protagonista, que agora encara os romances de aventura e os melodramas apenas como uma lembrança da inocência de tempos passados.

Vale a pena reproduzir a cena em que Rodrigo e Chiru desencaixotam os livros no escritório do Sobrado. O primeiro, emocionado, transborda erudição, já o outro, indiferente, empresta sua força bruta ao trabalho de abrir as caixas.

Pôs-se a tirar os livros do caixão. Pegava-os com um cuidado carinhoso, como se fossem joias delicadas e raras ou crianças recém-nascidas. Ali estavam as obras completas de Balzac, em edições de 1860. Rodrigo folheava-as, passava os dedos pelo papel amarelento e roído de traça, cheirava as páginas, acariciava os dorsos dos volumes e a seguir depunha-os no chão, pensando: “É melhor primeiro tirar todos os livros dos caixões pra depois arrumá-los no armário.” Apanhou uma edição da *Divina Comédia* com ilustrações de Doré.

– Vem cá ver que maravilha, Chiru. – O outro aproximou-se com a machadinha na mão. – Olha só estas gravuras. Não achas um colosso? São do grande Doré.

O outro lançou para o livro um olhar rápido e indiferente, por cima do ombro do amigo, e voltou para o trabalho, com a camisa já empapada de suor.

Rodrigo pôs Dante no soalho ao lado de Balzac e continuou a esvaziar o caixão, de onde tirou as obras completas de Victor Hugo, três romances de d'Annunzio em italiano, uma tradução espanhola da obra de Carlyle sobre a Revolução Francesa...

– Ah! O meu inefável narigudo! – exclamou, ao manusear um exemplar da edição princeps de *Cyrano de Bergerac*. Leu um trecho ao acaso, esmerando-se na pronúncia.

31 Outra diferença entre os dois é que Rodrigo considera importante que sua companheira seja uma leitora, de preferência de livros mais “sérios”. Toríbio, ao contrário, além de não pensar em casamento, não vê a necessidade de refinamentos na mulher. A atitude machista do personagem aparece em trechos como esse: “– Pro inferno! Sabes que não penso em casamento e que se um dia ficar de miolo mole e resolver me amarrar a alguém, não há de ser a nenhuma dessas piguanchas de cidade, que vivem na janela ou matraqueando num piano. Mulher pra mim tem que ser quituteira e ter mão boa pra fazer queijo. E se não souber ler, tanto melhor!” (1956c, p. 184, OEV)

– Que tal, Chiru?

– Não entendo!

– Ah, o francês! Isto que é língua, menino. Tem tudo: graça, precisão, riqueza, música, dignidade...

Tirou do caixão a *Histoire des Girondins*, de Lamartine, *A velhice do Padre Eterno*, de Guerra Junqueiro, alguns volumes de Nietzsche e Taine, *Le rouge et le noir*, de Stendhal, o *Paraíso perdido*, de Milton – ai, que grande cacete!

– três romances de Eça de Queirós, a coleção completa de *As farpas*...

Meu querido Eça, meu bom Ramalho, fizeram boa viagem? Esperem um pouco, tenham paciência. Deixem-me pôr em ordem essa livraria, montar o consultório, começar o jornal. Teremos depois muitos vagares para conversar. Ah! Schopenhauer! Não tens razão, *mon vieux*, a mulher é a obra-prima da Criação. Boa tarde, Herr Goethe! Talvez seja esta a primeira vez que teu Fausto, tua Margarida e o teu sutil satanás respiram o ar de Santa Fé. E tu, Heine? Não, tu já andaste por aqui. Encontrei na água-furtada um velho volume que pertenceu ao Dr. Winter...

– Abri mais um – gritou Chiru, tirando a camisa.

Mesmo sem ter terminado de esvaziar o primeiro caixão, Rodrigo correu para o segundo, pois avistara nele as alegres capas dos livros a que chamava “minha brigada ligeira”. Eram romances galantes de *boulevard*, histórias fesceninas do Quartier Latin... Lá estavam as novelas de Willy: *La Môme Picrate*, *Maîtresse d'Esthètes*, *Un petit vieux bien propre*; a *Éducation de prince*, de Maurice Donnay e *Leur beau physique*, de Henri Lavedan. (1956c, p. 314-15, OEV)³²

Pelo que sugerem as obras citadas, Rodrigo Cambará superou a fase do romance-folhetim, embora autores como Victor Hugo e Balzac também tenham publicado muitos de seus livros de forma seriada em jornais parisienses. É preciso reconhecer que a qualidade literária destes dois escritores é inquestionavelmente superior a outros como Georges Ohnet, Paul de Kock e Enrique Pérez Escrich. Outro detalhe interessante é a presença, nesta coleção, de Alphonse de Lamartine, um dos escritores que mais influenciou o Romantismo na França. A obra **Histoire des girondins** (História dos girondinos) foi publicada em 1847. Além disso, o protagonista amplia seu horizonte de leituras e admite, além dos franceses, autores alemães, ingleses e portugueses.³³

Explica-se a admiração de Rodrigo pelo pintor e ilustrador Paul Gustave Doré (1832-1883), considerado um dos melhores ilustradores franceses de todos os tempos. Doré

32 Sabe-se que Erico Verissimo inspirou-se no pai, Sebastião Verissimo, para criar o perfil de Rodrigo Cambará. Não por acaso, a biblioteca do personagem contém os mesmos escritores preferidos do pai do escritor, como podemos verificar em um trecho de suas memórias (1995a, p. 18-19, OEV). “Homem de leituras variadas, embora não profundas, Sebastião Verissimo, à boa maneira brasileira, era capaz de discutir com brilho assuntos que não conhecia, e livros de que apenas ouvira falar. Sabia de cor versos de poetas brasileiros, portugueses e franceses. Lia com delícia Guerra Junqueiro (Quantas vezes eu o ouvi recitar *O Melro!*) Devorava as *Farpas*, de Ramalho Ortigão e Eça de Queirós. Conhecia toda a obra do autor de *Os Maias*. [...] Lembro-me de nomes que eu via em letras douradas na lombada de volumes ricamente encadernados em couro: Chateaubriand, Lamartine, Taine, Renan, Victor Hugo, Nietzsche, Goethe, Tolstói, Zola, Stendhal, Flaubert, Balzac... Numa outra estante menos pesada alinhavam-se brochuras, impressas em papel gessado – novelas galantes de *boulevard* – com ilustrações em que se notavam ainda influências de Toulouse-Lautrec.”

33 Trechos de Nietzsche e Guerra Junqueiro estão na primeira edição do jornal *A Farpa*, criado por Rodrigo para enfrentar os políticos locais, citados no subcapítulo “*A Farpa* em oposição ao Partido Republicano”.

começou a trabalhar nas ilustrações de **A divina comédia** quando tinha 25 anos. Como não sabia italiano, supõe-se que ele tenha se baseado em uma tradução em prosa de Pier Angelo Fiorentino. Doré ilustrou mais de 120 obras, entre romances, contos de fadas, livros de interesse público e até a **Bíblia**. Muitas dessas obras chegaram ao Brasil e tornaram o ilustrador conhecido por aqui.

Curioso também na biblioteca de Rodrigo Cambará, mas perfeitamente adequado ao caráter “fescenino” do personagem, são os livros de Willy (pseudônimo de Henry Gauthier Villars) e Maurice Donnay, autores considerados obscenos pela forma com que tratavam temas da sexualidade e que fizeram relativo sucesso no início do século XX, e do romancista e dramaturgo satírico Henri Lavedan. Estas obras, hoje pouco conhecidas e de interesse exclusivo de colecionadores, não pertencem ao cânone literário francês. A inclusão delas neste acervo faz parte da estratégia do narrador de, de certa forma, ironizar as fontes de conhecimento do protagonista.³⁴

Apesar de Rodrigo citar vários romancistas e filósofos em seus diálogos, a imagem transmitida ao leitor é de que o personagem não assimilou o que leu, ou, pior do que isso, não leu o que afirma ter lido. Custa muito para ele admitir que desconhece determinado assunto tratado por certo autor. Nestes casos, o narrador costuma deixar Rodrigo numa situação embaraçosa, desmascarando sua propaganda de erudição. Um exemplo disso ocorre durante um diálogo com o coronel Jairo Bittencourt, que procura convencer Rodrigo sobre as maravilhas da filosofia positivista de Augusto Comte.

– A propósito, qual é o filósofo de sua predileção?

– Spencer – mentiu Rodrigo com tão grande convicção, que por um momento ele próprio chegou a acreditar no que dizia. Havia lido por alto os “Primeiros Princípios”, achando a obra insuportavelmente indigesta. Alcides Maya, que pontificava no mundo das letras de Porto Alegre, lançara entre seus discípulos e admiradores o nome de Spencer, que era agora o “filósofo da moda”, lido, comentado e discutido nos jornais e nas tertúlias literárias.

[...]

– O doutor naturalmente já ouviu falar na lei dos três estados...

– Como não! – respondeu Rodrigo. E felicitou-se por ter boa memória. – O estado teológico, o metafísico e o positivo.

Encarou o coronel e pensou: se ele me pede que eu defina esses três estados, estou frito. (1956c, p. 243, OEV)

Essa é uma situação carregada de ironia, em que o protagonista do romance fica numa posição de inferioridade, procurando enganar o interlocutor com a exposição de um

34 É possível identificar outras obras que, no decorrer de **O retrato**, atuam no sentido de representar um determinado perfil de leitor na figura de Rodrigo Cambará. Por exemplo: **Vida de Jesus**, de Ernest Renan; **Ressurreição**, de Tolstoi; **Le disciple**, de Paul Bourget; **O inimigo do povo** e **O pato selvagem**, de Henrik Ibsen; e **Les maladies de la volonté**, de Théodule Ribot.

conhecimento que não possui. Consiste em uma intenção clara do narrador, nos parece, revelar uma absorção fragmentada de conhecimento, que tem origem em escolas literárias antagônicas, e relativizar o verdadeiro aprendizado que Rodrigo Cambará tira dos livros de sua biblioteca. Em certas ocasiões, o personagem foge dos debates mais aprofundados sobre questões filosóficas ou de estética literária, preferindo comentários superficiais que apenas circulam em torno do tema. A estratégia é alimentar a discussão com posicionamentos firmes e por vezes polêmicos, mas sempre evitando a necessidade de explicações conceituais.³⁵

Para não ser desmascarado, Rodrigo prefere demonstrar seu conhecimento – de uma obra específica ou da língua francesa – aos menos letrados, caso de Chiru, Toríbio e Pepe García, pois com estes ele corre menos riscos de ser questionado. Outra situação que exemplifica isso acontece no baile de réveillon. Considerando-se o mais desejado pelas moças solteiras de Santa Fé, o mais culto e bem vestido do baile, Rodrigo dança com algumas delas, filhas dos principais estancieiros, embora o seu foco fosse Flora Quadros. Na vez de Mariquinhas Matos, a Gioconda, ele tem uma oportunidade de esnobar seu repertório.

Dançaram num silêncio solene. E durante o intervalo entre as duas danças, conversaram animadamente. A Gioconda procurou mostrar-se muito culta e manter a palestra num nível elevado. Achava fúteis as moças de Santa Fé: só pensavam em vestidos, festas e bobagens. Ah! Ela tinha verdadeira paixão pela literatura. Lera as obras completas de Perez Escrich, adorava Eugène Sue, principalmente *Os mistérios de Paris* e achava Richebourg assim, assim. Ultimamente ficara muito impressionada com *Os miseráveis* de Victor Hugo. A propósito, como era hipócrita a sociedade que tolerava a até adulava os grandes ladrões, ao passo que levava para masmorras os miseráveis que roubavam uma côdea de pão para mitigar a fome!

Rodrigo escutava-a com polida atenção, fazendo sinais de aprovação com a cabeça, mas achando a Gioconda supinamente ridícula naquela sua exibição de “cultura”. Quando ela lhe deu uma oportunidade, desandou a falar nos seus autores de cabeceira. E atirou sobre a moça um punhado de nomes esmagadores: Taine, Renan, Anatole France, Verlaine, Rostand... A Gioconda sacudia a cabeça, com uma expressão de perplexidade nos olhos aveludados. Não conhecia nenhum daqueles escritores. Que romances tinham escrito? Ah... Espere. Esse Rostand não foi o que escreveu *Os mistérios do Palais Royal*?

– Não – respondeu Rodrigo. – Que eu saiba, Rostand não escreveu nenhum romance. (1956c, p. 247-8, OEV)

35 Esse comportamento de fachada de Rodrigo Cambará confirma-se no episódio “Um certo Major Toríbio”, no seguinte trecho: “Lia muitos livros, em geral de maneira incompleta, mas apesar disso discutia-os com os amigos, como se tivesse penetrado neles profundamente. Apanhava no ar as coisas que outros diziam e depois, com imaginação e audácia, dava-lhes novas roupagens e usava-as como suas na primeira oportunidade. Roque Bandeira, que observava o amigo com olho terno mas lúcido, costumava dizer em segredo a Stein que Rodrigo possuía a melhor 'cultura de oitiva' de que ele tinha notícia. De resto, não seria esse um hábito bem brasileiro? O que havia entre nossos escritores, artistas e políticos – afirmava – não era propriamente cultura, mas um tênue verniz de ilustração. O brasileiro jamais tinha coragem de dizer 'não sei'. Em caso de dúvida, respondia com um 'depende', que não só o livraria da necessidade de confessar a própria ignorância como também lhe dava tempo para achar uma saída.” (1963b, p. 513, OEV)

Por trás da postura arrogante de Rodrigo, a cena coloca em lados opostos dois tipos de cultura, a popular e a erudita, representados pela leitora do romance-folhetim e pelo leitor de obras de outras qualidades. Gioconda representa o grupo das mulheres para as quais a literatura restringe-se à ficção que trata dos dramas da vida. Para ela, que prefere os livros a coisas fúteis, a erudição significa ler e comentar as grandes obras melodramáticas do romance-folhetim.

Já o protagonista pertence a outro estrato social e precisa portar-se conforme tal. Apesar de sua formação ter sido baseada na leitura de obras do mesmo gênero, ele procura demonstrar superioridade intelectual – o que passa pela superação dos romances preferidos das mocinhas. No interior de seu escritório, no entanto, as leituras de Rodrigo não são sempre “sérias” nem sistemáticas. Como podemos observar no trecho a seguir, é grande a distância entre o discurso e a prática na vida de Rodrigo Cambará.

Quando não aparecia ninguém – o que era raro – fechava-se no escritório para ler. Tinha a atenção vaga e dificilmente conseguia vencer mais de cinco páginas duma sentada. Lia muitos livros ao mesmo tempo. Alternava os romances de *boulevard* com obras mais sérias. Muitas vezes largava *La chemise de Mme. Crapouillot* para pegar *La vie de Jésus*. Às vezes tomava-se de brios profissionais e abria um tratado de medicina, principalmente quando tinha em mãos algum caso difícil que lhe exigia conhecimentos especializados. Mas acabava bocejando e fechando o livro. Aquilo era supinamente cacete. A medicina que fosse para o diabo! (1956d, p. 39, OEV)³⁶

Embora o personagem não faça nenhuma referência à literatura brasileira nesse momento da narrativa, sabemos que ele admira Coelho Neto e Olavo Bilac. Essa constatação aparece no episódio “O Deputado”, situado temporalmente em 1922. Em certa ocasião, o comunista Arão Stein, Roque Bandeira e Rodrigo discutem sobre a Semana de Arte Moderna. Para Stein, defensor de Mário de Andrade e do projeto modernista, o movimento desencadeado em São Paulo é político, “protesto brasileiro contra o sistema capitalista, é mais um ataque contra a burguesia, desta vez pelo flanco da arte e da literatura” (1963a, p. 93, OEV).

Rodrigo, como não poderia deixar de ser, acha tudo “uma grandessíssima bobagem” e que os modernistas querem “chamar a atenção sobre si mesmos, atirando pedras nas figuras mais respeitáveis da nossa literatura”. Comenta ainda que os escritores do movimento “dizem-se nacionalistas mas estão encharcados de influências estrangeiras” e que “nenhum desses meninos insubordinados vale o dedo minguinho de homens como Coelho Neto, que

36 **La chemise de Mme. Crapouillot** pertence ao escritor e jornalista francês Rodolphe Bringer (1871-1943), conhecido na imprensa parisiense nas primeiras décadas do século XX por dirigir jornais humorísticos. Publica mais de 40 obras, de romances juvenis a policiais.

eles pretendem destruir” (1963a, p. 93, OEV).

Arão Stein não se rende e insiste em convencer Rodrigo de que o modernismo é uma questão de luta de classes, apesar de o amigo ser “um esteio da aristocracia rural latifundiária com fortes características feudais”.

– [...] Quem é Coelho Neto? Um escritor da burguesia. Seus valores intelectuais, morais e econômicos são os da classe dominante. Escreve sobre burgueses e para burgueses, jamais fez uma história sobre proletários, fez? Pois é. Não fez. Sua mentalidade é burguesa, seu estilo cheio de flores de retórica, de joias, de ouro, é cara...*ca-ra-que-te-rís-ti-ca-men-te* burguês.

– Para mim – sentenciou Rodrigo – tudo isso é brincadeira. E se fosse coisa séria, eu a classificaria de paranóia.

Arão Stein pôs-se a recitar um poema de Mário de Andrade:

*Eu insulto o burguês! O burguês-níquel
O burguês-burguês!
A digestão bem-feita de São Paulo!
O homem-curva! o homem-nádegas!
O homem que sendo francês, brasileiro, italiano
é sempre um cauteloso pouco a pouco.*

Rodrigo interrompeu-o:

– Vocês querem que um leitor de Victor Hugo e Olavo Bilac como eu leve a sério essas maluquices?

Sem dar-lhe ouvidos, Stein continuou:

*Ai, filha, que te darei pelos teus anos?
– Um colar... – Conto e quinhentos!!!
Mas nós morremos de fome.* (1963a, p. 93-4, OEV).

Pelo que vimos até agora, não se pode afirmar categoricamente se Rodrigo realmente leu Coelho Neto e Bilac. Ainda mais quando, durante uma conversa com Terêncio Prates e Roque Bandeira, o personagem refere-se a outro escritor contemporâneo nos seguintes termos: “Admiro o Euclides da Cunha e li *Os Sertões* dez vezes – inventou, acreditando na própria mentira. – Mas não posso aceitar o paralelo que ele faz entre o sertanejo e o gaúcho, apresentando-nos como homens da primeira arrancada, que se acovardam quando encontram resistência” (1963b, p. 520, OEV).

De qualquer forma, a referência ao modernismo é bem pontual e não permite uma análise mais aprofundada sobre o tratamento do tema na trilogia.³⁷ Vale destacar, no entanto, que dentro desse conjunto de significações da estética modernista na narrativa as breves declarações do protagonista confirmam seu atrelamento aos modelos anteriores ao

37 Tampouco nos parece que o autor tenha procurado levar para o romance uma “discussão” acerca da penetração do Modernismo no Rio Grande do Sul. Sobre esse tema, Chiappini (1978, p. 21-22, TIB) aponta que no Estado ocorreu um paradoxo em que o Modernismo criou um clima propício à incrementação do Regionalismo e por uma releitura da tradição. Embora tenha existido no Rio Grande do Sul um grupo de escritores que debateu as vanguardas e se envolveu em polêmicas, criou uma revista e uma página literária no jornal *Diário de Notícias*, as obras produzidas no período não revelam renovação da prosa gaúcha.

modernismo, mesmo que seus argumentos sejam apenas “cultura de oitava”. É mais fácil generalizar o movimento como “brincadeira” ou “paranoia” (apropriando-se do termo usado por Monteiro Lobato) do que formular uma tese que solidifique seu posicionamento crítico.

Além disso, Rodrigo não parece incomodar-se com o ataque provocativo de Stein. O trecho declamado pelo comunista trata-se de “Ode ao burguês”, um dos poemas de **Paulicéia desvairada**, em que o poeta ataca as elites retrógradas. O poema foi lido ao público – burguês – durante a Semana de Arte Moderna.

Ao que parece, Rodrigo não entende o sentido do poema, muito menos o movimento modernista. A sequência do diálogo não revela se o personagem realmente tem conhecimento do assunto ou se está, mais uma vez, fingindo uma sabedoria que não possui. Independentemente disso, fica evidente a intenção do autor de abordar o tema, neste caso, a partir de duas visões ideológicas diferentes: o jovem comunista identifica no Modernismo uma possibilidade de revolução social, com benefícios para os proletários; o aristocrata rural posiciona-se contrário aos questionamentos estéticos, que podem levar a mudanças no sistema estabelecido.

Nesse sentido, Arão Stein visualiza a possibilidade de um rumo histórico alternativo, sem necessariamente ter uma interpretação triunfalista do atraso nacional, como aponta Schwarz (1987, p. 37, TIB) em relação ao programa antropofágico de Oswald de Andrade. Rodrigo, por sua vez, procura acusar os modernistas de reproduzirem os mesmos “problemas” que condenam – no caso, as influências estrangeiras.

A questão do Modernismo reaparece na narrativa no episódio “Um certo Major Toríbio”, mas desta vez a novidade é defendida por um forasteiro, o fiscal de imposto de consumo, natural de Belém. O fiscal dança com Mariquinhas Matos no baile de carnaval. A cena repete a dança entre Rodrigo e Mariquinhas no baile de réveillon.

Gioconda procurou exhibir cultura. Assinava o *Para Todos*, deliciava-se com os “almofadinhas” e as “melindrosas” desenhadas por J. Carlos e adorava as crônicas de Álvaro Moreyra. Seu poeta predileto era Olegário Mariano – declarou ela ao fiscal. Já leu *As últimas cigarras*? O moço não tinha lido.

– Prefiro poesia moderna, senhorita.

– Ora, nem diga!

O fiscal era exímio no passo de camelo. A propósito dum pierrô cor-de-rosa, que fazia piruetas no meio do salão, a Gioconda recitou ao ouvido do par:

*Sob a pele de alvaiade
Pierrô tem alma também
Não compreende o que é saudade
Mas tem saudade de alguém.*

Enlaçando com a mão direita a cintura de Mariquinhas e com a esquerda

segurando o lança-perfume e irrigando com heliotrópio o longo pescoço da moça, o paraense atacou Olegário Mariano e os outros poetas passadistas. Eram os homens dum mundo que morria – disse. – Convencionais, acadêmicos, artificiais. A Srta. Maria devia voltar-se para as vozes novas e originais que se erguiam no Brasil e no resto do mundo, na era dinâmica e vertiginosa do rádio, do automóvel e do avião!

A Gioconda sorria, encolhia-se, de olhos cerrados. Quando a música parou por um instante, o fiscal arrastou sua castelã para a área aberta do clube, sentou-se com ela a uma mesa, pediu cerveja e depois, com bolhas de espuma no bigode de galã, recitou-lhe em meio do pandemônio um poema de Oswald de Andrade.

– Mas isso é loucura! – exclamou Mariquinhas Matos. – Não tem metro, não tem rima, não tem nexo!

– Qual! É muito boa poesia! – sorriu o moço. – É questão da gente se habituar e nos desintoxicarmos do nosso olavobilaquismo. (1963b, 496-7, OEV)

Mariquinhas Matos demonstra estar atualizada em assuntos de cinema, haja vista a assinatura da revista *Para todos*,³⁸ mas continua presa aos gêneros literários considerados ultrapassados. Se anteriormente seus escritores preferidos da prosa eram os mestres do romance-folhetim, o que aos olhos de Rodrigo já era coisa superada, agora ela deleita-se com a poesia parnasiana de Olegário Mariano.³⁹ No entanto, o prazer literário de Gioconda é novamente atropelado por uma novidade que vem para substituir o que um dia fora a moda.

O fiscal de imposto representa na narrativa o forasteiro da cidade que leva ao interior provinciano a última novidade estética. Ele não fala do modernismo enquanto expressão rebelde dos menos favorecidos, mas procura associar os escritores parnasianos ao atraso social. No jornal *A Voz da Serra*, o fiscal publica um artigo em que tenta explicar o sentido do movimento modernista. A iniciativa desencadeia uma discussão literária em Santa Fé, intermediada pelo jornaleco local.

O promotor público, um velhote natural de São Paulo, e que dizia ter frequentado “a roda do Bilac”, tomou as dores do “passadismo” e respondeu ao artigo, num tom entre irônico e agressivo. O paraense treplicou no mesmo tom. Alguns jovens da cidade que tinham o hábito da leitura, solidarizaram-se com o fiscal, ao passo que a maioria ficava do lado do promotor.

O melhor comentário sobre a polêmica veio do Liroca. Quando lhe explicaram do que se tratava, exclamou: “Chô égua!” (1963b, p. 497, OEV)

38 A revista *Para Todos* foi criada em 1918 e nos primeiros oito anos dedicou-se exclusivamente ao cinema. Após 1926, amplia a variedade de expressões artísticas, voltando-se para o público feminino jovem. Na capa, trazia sempre fotos e desenhos de atores e atrizes. J. Carlos, lembrado por Gioconda, foi um dos principais ilustradores da época, tendo se destacado inicialmente na revista *Careta*. Nas palavras de Sodré (1983, p. 302, IM), J. Carlos “realizou verdadeira análise e tipificação da sociedade carioca, além da crítica política e de costumes [...]”.

39 Bosi (2004, p. 235, TIB) inclui Olegário Mariano (1889-1958) entre os escritores que, analisados de forma isolada em meio a uma apreciação geral negativa da geração parnasiana, tiveram “momentos de feliz expressão artística” e resistiram ao impacto do Modernismo. Especificamente sobre Olegário Mariano, Bosi afirma que este foi “o mais independente de todos” e que “perpetuando o verso tradicional até à morte, deu exemplo de um lirismo aberto e simples”. O livro *As últimas cigarras* foi publicado em 1920.

Nas entrelinhas do trecho, a mensagem é de que apenas os mais jovens simpatizam com as ideias modernistas. A maioria dos moradores, porém, fica ao lado do “velho” promotor. Já os caudilhos ignorantes de assuntos artísticos são representados por Liroca, que reage com uma expressão que poderia ser traduzida como espanto e ao mesmo tempo negativa de querer entender o assunto.

Estas abordagens demonstram que o escritor preocupou-se em representar a tensão existente entre os movimentos literários do período. Mesmo que não haja uma discussão estética aprofundada, como ocorre no último volume da trilogia nos diálogos sobre literatura entre Floriano e Roque Bandeira, os elementos que surgem a partir da representação de uma pequena cidade colocam ao centro da discussão personagens presos ao modelo romântico e outros abertos aos novos conceitos estéticos. A julgar pelas observações do narrador, o gosto pelo romance-folhetim pertence a leitores que ainda estão presos a uma literatura de qualidade inferior e têm uma visão ingênua e sonhadora da vida.

Outro exemplo disso, já no episódio “O cavalo e o obelisco”, que transcorre em 1930, envolve o sargento Aurélio Taborda. Ele é um dos militares que se reúne com Rodrigo para conspirar a favor da revolução. A descrição física do sargento é depreciativa, agravada pelo seu gosto literário.

O Sarg. Aurélio Taborda era um quarentão retaco e cambota, de ar descansado, com algo de oriental na larga cara amarela. Lembrava a Rodrigo a figura dum general nipônico que ele vira nos números de *L'Illustration* dedicados à guerra russo-japonesa. Entrava em geral pelo portão dos fundos, embuçado numa capa preta, e batia na porta da cozinha. Laurinda fazia-o entrar. Rodrigo em geral o recebia com estas palavras:

– Ah! O nosso Gen. Oyama!

Taborda gostava da brincadeira. Era literato, leitor de Pérez Escrich, Alexandre Dumas e Émile Richebourg. Escrevia peças de teatro, uma das quais já fizera Rodrigo ler. Tratava-se dum melodrama histórico, cuja personagem principal era um capitão brasileiro, herói da Guerra do Paraguai. A dificuldade para encenar o drama – dizia o autor – era o seu alto custo. Havia uma batalha campal em cena aberta, com canhões, uma carga de baioneta etcétera e tal... Precisariam de, pelo menos, quinhentos atores. “O senhor vê, doutor, não temos palco nem gente que chegue.” Rodrigo concordava, sério, para agradar o dramaturgo. (1963c, p. 648-9, OEV)

Em um momento de profundas transformações na política e na estética artística em geral, não há mais espaço para os melodramas históricos que fizeram sucesso durante o Romantismo. Tanto os escritores preferidos do militar quanto o tema de sua peça de teatro estão deslocados no tempo. O gesto ridículo de entrar pelos fundos do Sobrado vestindo uma capa preta, como um personagem dos romances de capa e espada, contribui para a comicidade da cena. A condescendência de Rodrigo com a ingenuidade do outro completa o quadro.

Essas manifestações literárias presentes em **O tempo e o vento** representam, entre outros fenômenos que não cabe aqui analisar, o caráter imitativo da vida cultural brasileira, nos termos usados por Schwarz (1987, p. 30, TIB). A começar pelos gêneros literários importados, da Europa ou dos Estados Unidos, passando pelos pensadores que estão na “moda”, o gosto pela novidade no romance reflete a experiência do “inautêntico” e do “postição” na vida cultural brasileira, filtrada a partir de uma pequena cidade do interior – microcosmo do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Schwarz afirma que a imitação de modelos importados, renovada pelo prestígio europeu ou americano da doutrina seguinte, é um “problema” que foi interpretado e combatido de diversas maneiras pelas escolas literárias e correntes ideológicas. Esse “problema”, também chamado de *macaqueação*, *arremedo* ou *pastiche*, já foi alvo de anseios nacionalistas em diferentes épocas, desde a segunda metade do século XIX até o período do regime militar. Para estes combatentes, era preciso eliminar os elementos externos para se chegar à substância autêntica do país. Somente a partir dos anos 80 a denúncia do transplante cultural deixa de fazer sentido e os nacionalistas passam a ser vistos como atrasados, justamente no momento em que se ampliam as dimensões globalizantes da cultura de massa.

No romance de Erico Verissimo, o tema da imitação cultural não surge sob uma perspectiva de denúncia ou contestação. No que se refere a Rodrigo Cambará e sua biblioteca, bem como na representação do modernismo, o tratamento ficcional incute a ideia de que o transplante cultural está estritamente ligado à estrutura social do país, decorrente da história contemporânea, espelhada na pequena Santa Fé e em seus habitantes. Se o “problema” é de classe, como conclui Schwarz (1987, p. 41, TIB), na sociedade romanesca ele também se configura dessa maneira, pois a cópia é uma prática exclusiva das famílias abastadas.

Conhecedor das inquietações ideológicas e estéticas de seu tempo, Erico Verissimo procura tratá-las em **O tempo e o vento** à maneira de Machado de Assis e Mário de Andrade, escritores que ele conhecia bem. Estes não renegaram a tradição do passado, mas, sim, “souberam retomar criticamente e em larga escala o trabalho dos predecessores, entendido não como peso morto, mas como elemento dinâmico e irresolvido, subjacente às contradições contemporâneas” (SCHWARZ, 1987, p. 31, TIB).

Como testemunha da História, que presencia o culto em torno de correntes críticas e escolas literárias como naturalismo, cientificismo positivista, pré-modernismo, modernismo, regionalismo, marxismo e estruturalismo, apenas para ficar nestes poucos, Erico Verissimo evita posturas de combate às imposições externas no plano narrativo da trilogia. Tampouco se encontra alusões a um projeto de eliminação do que não é nativo e autêntico na cultura

nacional – como em **Triste fim de Policarpo Quaresma**. Pelo contrário, e sem fugir ao tema, o escritor usa da ironia para apresentar o “problema” da transposição cultural.

A imitação, na acepção de Rodrigo Cambará, justifica sua postura de liderança e superioridade em relação aos demais indivíduos do grupo. Afinal, quem copia primeiro fica na vanguarda e não pode ser acusado de atrasado. A questão que se impõe é mais de poder, ou seja, a imitação não pode nem deve ser evitada porque deixa o imitado numa condição de vantagem em relação àquele que fica preso a conceitos ultrapassados. Tudo isso tem desdobramentos que contribuem para o descrédito moral do protagonista ao final do romance.

4.2.2 Dona Vanja, leitora de dramas folhetinescos

A influência do romance-folhetim na vida social do início do século XX está representada, em Santa Fé, principalmente na figura da personagem Dona Evangelina Mena, tia de Chiru. Hábil doceira e bordadeira, Dona Vanja trabalha para sustentar o sobrinho, pouco interessado em trabalhar. Viúva e sem filhos, ela é uma leitora voraz de romance-folhetim e de poesia romântica.

Uma de suas características é falar como os personagens das histórias da ficção. Rodrigo recorda que na infância era chamado por Vanja de “bolinha de ébano”. Chiru era o “velocino de ouro”, por causa do cabelo crespo e louro. Somente na adolescência Rodrigo percebe de onde vem o estranho jeito de falar de Evangelina, tratada por ele como “tia”.

Rodrigo sempre achara que a tia Vanja era diferente de todas as outras pessoas que ele conhecia. Só mais tarde, ao voltar numas férias para casa, com o curso de preparatórios terminado, é que percebera, encantado, que a velhota falava como as personagens dos folhetins que lia com tanta paixão. Tia Vanja era uma literata!

Rodrigo nunca esquecera o diálogo que, já moço, entreouvira no Sobrado entre Evangelina Mena e Maria Valéria Terra.

– A senhora já viu o despautério? – disse a primeira. – Uma matilha de cães andarengos anda infestando as ruas de nossa urbs. Urge aos poderes competentes tomar uma providência enérgica, a fim de coibir o abuso.

A outra fez uma observação seca:

– É uma cachorrada braba, mesmo.

– Dar-lhes veneno seria crueldade, pois, como diz o anexam popular, maltratar os animais é indício de mau caráter. Aliás os pobres irracionais não tem culpa de serem como o são. Se o Todo-Poderoso assim os fez decerto é porque assim os quer, a senhora não acha?

– É.

– Mas também temos que levar em conta a conveniência dos transeuntes, pois esses animais não tem o menor senso de decência, de decoro e de higiene. (1956d, p. 59-60, OEV)⁴⁰

40 Essas recordações de Rodrigo incluem também as noites em que Dona Vanja lia para os meninos versos do

Não poderia haver representação mais sintomática do que a de uma personagem que reproduz em sua fala corriqueira a linguagem dos folhetins. Este comportamento faz de Dona Vanja uma das figuras mais carismáticas de **O retrato**, mesmo que sua aparição na narrativa seja muito limitada. Não obstante, o emprego de palavras e expressões como “despautério”, “urbs”, “anexim” e “transeuntes” não é uma exclusividade de Dona Vanja. No mesmo episódio, a fidelidade à leitura de romance-folhetim também tem reflexos sobre o vocabulário de outra personagem, Dona Emerenciana Amaral, que “por influência de suas leituras dos folhetins do *Correio do Povo*, [...] usava termos como *doidivanas*, *tresloucados*, *adrede*...” (1956c, p. 212-13, OEV).

As duas são leitoras de folhetins, mas apresentam diferenças significativas nos traços de personalidade. Dona Vanja é do tipo que chora a cada vez que recita um poema trágico como **O noivado do sepulcro**, descrita pelo narrador como “uma velhinha muito asseada, com cara de querubim, cabelos completamente brancos, pele rosada e olhos claros” (1956d, p. 58, OEV). Por outro lado, Dona Emerenciana é do tipo matriarca da família e da sociedade, responsável pela boa educação dos filhos e netos e vigia do comportamento das mocinhas. Nos bailes, fiscaliza as danças e olha com desconfiança para os caixeiros-viajantes, aspirantes e tenentes, rapazes da cidade grande interessados em desfrutar as meninas indefesas do interior. Para Emerenciana, as moças dividem-se em “sérias” e “desfrutáveis”, uma lição que certamente aprendera nos romances de amor e adultério acompanhados pelo jornal. Ao contrário de Vanja, a esposa do estancieiro Alvarino Amaral não tem nada de meigo e delicado, sendo descrita como “baixa, muito gorda e cinquentona, com um buço grosso que era quase um bigode, o nariz achatado e cheio de protuberâncias, a lembrar na cor e na forma uma batata com casca [...]” (1956c, p. 211-12, OEV).

No episódio “A sombra do anjo”, que transcorre em 1915, Chiru está casado e tem dois filhos. Casou-se com uma órfã herdeira de uma estância e muitas cabeças de gado. Em pouco tempo, porém, perde todo o patrimônio por falta de cuidado e esmero administrativo. Agora Dona Vanja trabalha para sustentar não apenas o sobrinho, mas também uma mulher e duas crianças. O que não significa necessariamente um sacrifício para a velhinha romântica, às voltas com seus folhetins, como descreve o narrador: “Tia Vanja, porém – sabia-o ele – vivia no sétimo céu. Conservara o “velocino de ouro” em casa, ganhara uma 'nora' e 'netos'. E, para cúmulo da felicidade, o *Correio do Povo* estava agora publicando o mais formoso, o

poema **O noivado do sepulcro**. Junto a essas memórias do personagem Erico Verissimo inclui três estrofes do poema, o primeiro e os dois últimos. **O noivado do sepulcro** foi escrito pelo poeta romântico português Soares de Passos (1826-1860).

mais edificante dos romances: *A Toutinegra do Moinho*” (1956d, p. 234-5, OEV).

De fato, o *Correio do Povo* publica esse romance de Émile Richebourg entre 1914 e 1915. Nessa época, o jornal circulava seis dias por semana, menos às segundas-feiras. O folhetim aparece geralmente no miolo do jornal, ocupando o rodapé em páginas variadas, dividindo espaço com as notícias da Primeira Guerra Mundial. Do mesmo autor, no mesmo jornal, localizamos outros dois romances publicados em folhetim no período que vai de 1910 a 1930. Um deles em 1923, intitulado **Os filhos da milionária**, e outro em 1930, **A irmãzinha dos pobres**.⁴¹

Em **O retrato**, Erico Verissimo busca inserir a “questão” folhetim a partir de duas perspectivas. Na de Rodrigo Cambará, os romances de folhetim aparecem como indicativos de uma determinada formação intelectual, em que obras representativas do folhetim surgem ao lado de obras de outros gêneros. O objetivo, neste caso, é não somente revelar a evolução do gosto literário do personagem, que salta dos romances de aventura para o romance naturalista e, posteriormente, para os filósofos franceses. Mas, também, trabalhar de forma alegórica a postura soberba da burguesia, que procura referências na última moda estrangeira e menospreza o gosto popular, sempre associado às classes inferiores.

Na perspectiva das personagens femininas, a intenção do escritor é de reproduzir no ambiente de uma pequena cidade a importância do romance-folhetim enquanto prática de leitura. Como vimos anteriormente, a publicação dos romances seriados representa uma das poucas opções de leitura de ficção em uma sociedade em que a circulação de livros era restrita. Portanto, nada mais natural a leitora viver um período de intensa felicidade por estar acompanhando uma história escrita por Richebourg, um dos grandes mestres do gênero.

Em Santa Fé, o romance-folhetim publicado em jornal alcança um público formado por faixas etárias, condição civil e estratos sociais diferentes, com a moça solteira de bom dote (Mariquinhas Matos), a mulher do estancieiro (Emerenciana Amaral) e a velha costureira (Dona Vanja). Na narrativa, a morte de Emerenciana Amaral significa para Richebourg a perda de uma de suas assíduas leitoras, um fato desencadeador de outras significações.

Durante o velório, em meio a choros e lamentações, Evangelina Mena aproxima-se de Rodrigo e faz o seguinte comentário:

– Que calamidade, meu filho... – murmurou ela, olhando para o caixão. E

41 O levantamento de Hohlfeldt (2003, p. 309, TIB) em jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900 mostra que nesse período Émile Richebourg foi o terceiro autor mais publicado nos folhetins da capital gaúcha, com um total de sete obras, atrás apenas de Xavier de Montépin, com oito, e Henrique Perez Eschrich, com nove. Mesmo sem termos feito uma pesquisa completa sobre a publicação de romances-folhetim, o que estaria fora dos propósitos desse estudo, constatamos que Richebourg continua sendo um dos escritores mais frequentes no *Correio do Povo* nas primeiras décadas do século XX.

com doçura, quase a sorrir, acrescentou: – Coitadinha da Emerenciana, não vai poder ler o fim da *Toutinegra do Moinho*...

Rodrigo sorriu mas não pôde evitar que as lágrimas lhe viessem aos olhos. Bateu de leve na mão da amiga numa carícia silenciosa. (1956d, p. 266, OEV)

O diálogo, embora curto, não pode ser desprezado no fluxo do drama romanesco. Isso porque a morte de Emerenciana, o comentário inocente de Dona Vanja e outros acontecimentos do velório sensibilizam Rodrigo. Ele e o padre Astolfo saem para caminhar e conversam sobre a finalidade da vida.

– Vou lhe contar uma coisa, padre, que lhe dará uma ideia de como sou preso aos prazeres deste mundo, por menores que sejam. Tia Vanja me disse lá no velório que foi uma pena dona Emerenciana morrer sem ter visto o final do folhetim do *Correio do Povo*. Acho que a velhinha não disse nenhuma tolice. Viver é bom por causa duma série de coisas grandes e pequenas entre as quais está também o de ler a *Toutinegra do Moinho*. A ideia da morte me é tão desagradável que nem a certeza de ganhar o Céu me faria encará-la com menos horror.

– E o senhor já pensou alguma vez na morte... quero dizer, a sério, como uma coisa que lhe pode acontecer a qualquer momento, amanhã, depois... agora?

– Não. Para falar a verdade, tenho a impressão de que morrer é coisa que não pode acontecer a mim, Rodrigo Cambará. (1956d, p. 270, OEV)

Entende-se desse diálogo que, para o protagonista, a leitura de **A toutinegra do moinho** é uma “coisa pequena” da vida cotidiana, mas aceitável num contexto em que a felicidade não se restringe necessariamente a “coisas grandes”. Para Rodrigo, a ideia da morte e o horror frente à possibilidade de a vida acabar a qualquer momento são verdades fortes demais para alguém cheio de planos a realizar, apegado aos prazeres da boa vida. A observação de Evangelina é codificada por Rodrigo Cambará como uma justificativa de redenção para os seus abusos, explícitos no adultério, no jogo e em outras luxúrias.⁴²

Evangelina Mena aparece novamente no episódio “Lenço encarnado”. Em plena agitação política agravada por uma revolução, ela continua alheia aos eventos da realidade. Seu vocabulário folhetinesco, porém, inclui novas palavras:

[...] Grande ledora de novelas folhetinescas, falava difícil, empregava vocábulos e frases que a gente em geral só encontra em livros ou notícias de jornal. Era talvez a única pessoa em Santa Fé que usava palavras como *alhures*, *algures* e *nenhures*. Nunca pedia silêncio; sussurrava: *Caluda!* Quando queria estimular alguém, exclamava: *Eia! Sus! – Caspitê!* era uma de suas interjeições prediletas. Para ela o povo era sempre *turbamulta*; mãe, *genitora*; vaga-lume, *pirilampo*; cobra, *ofídio*. Tinha seus adjetivos, advérbios, substantivos e verbos arrumadinhos aos pares. *Aspiração* nunca se separava de *lídima*. *Massa* sempre andava junto com *ignara*. E podia

42 A tempo: o caso de amor entre Rodrigo e Toni Weber não deixa de ser um drama folhetinesco, do tipo que já tipificamos. Os episódios desta relação, que terminam com o suicídio da jovem austríaca, estão entre os raros momentos de tensão de **O retrato**, marcado pela ausência de ação no enredo.

haver uma coisa *preparada* que não fosse *adrede*? (1963b, p. 306, OEV, grifos do autor)

Sendo esta a segunda vez que o narrador descreve a origem do vocabulário da personagem, torna-se evidente a intenção de acentuar o papel da literatura de folhetim para a leitora representada no romance. O caso de Dona Vanja com o romance-folhetim vai além de uma simples relação de lazer ou de gosto por esse ou aquele gênero literário. O autor trata a personagem de um ângulo burlesco, cujos trejeitos são apresentados de uma maneira simpática e inocente, sem ironia ou censura. Tal comportamento encontra resistência apenas de Maria Valéria, que embirra com Evangelina por causa de sua roupa colorida e a falta de senso do real. Nada a estranhar, uma vez que Maria Valéria tem por característica a praticidade, a seriedade e a disciplina.

Na caracterização de Dona Vanja, a vestimenta e o vocabulário são aspectos menos cômicos do que sua visão sonhadora da vida. Para ela, todos os acontecimentos sociais passam a ter um sentido romântico, mas nunca trágico, em que os dramas sempre acabam bem. Por isso, ela não se preocupa com o destino do sobrinho Chiru, que faz parte de uma coluna revolucionária.

[...] Para ela, aquele movimento armado era apenas uma espécie de parada. Romântica, só via o lado glorioso das guerras. Recitava com frequência *O Estudante Alsaciano*, sabia frases célebres de grandes generais da História. Sonhava com ver Chiru voltar da revolução feito herói, “feliz, coberto de glória, mostrando em cada ferida o hino duma vitória”, – como dizia o poema. Não lhe passava pela cabeça a ideia de que seu querido sobrinho pudesse ser morto. (1963b, p. 306, OEV)

Neste caso, Dona Vanja parece ser influenciada também pelas leituras de romances históricos, obras em que a ação está recheada de feitos heroicos. Especificamente sobre **O estudante alsaciano**, a referência a esse poema reforça a desconexão temporal da personagem. O poema do português Acácio Antunes (1853-1927) é uma espécie de declaração de amor à França e remete à ocupação da Alemanha na região da Alsácia. Ou seja, uma manifestação patriótica que nada tem a ver com a revolução gaúcha em curso. O comportamento de Dona Vanja pode ser um reflexo prolongado, quem sabe, da campanha pró-França que chega a Santa Fé durante a Primeira Guerra.

Mas o encontro entre as senhoras ainda reserva um momento emotivo por parte de Dona Vanja.

– Mas estou muito triste hoje... – murmurou.
 – Que foi que aconteceu?
 – Não leram então o *Correio do Povo*?
 Flora teve um sobressalto.
 – Alguma notícia ruim?

- Muito ruim. Morreu a Jacqueline Fleuriot.
- Quem?
- Então não sabem? A personagem principal d'A *Ré Misteriosa*, que o *Correio* estava publicando em folhetim. Apareceu hoje o último episódio. O jovem causídico finalmente descobriu que a ré que ele defendia tão ardorosamente, por pura piedade, outra não era que sua própria genitora. Muito tarde, tarde demais! Com a saúde minada por tantas emoções, a pobre Jacqueline, depois de abraçar o filho, entregou a alma ao Criador. Maria Valéria e Flora entreolharam-se. Uma revolução convulsionava todo o Estado, irmãos se matavam uns aos outros nos campos e nas cidades, e ali estava D. Evangelina Mena com os olhos cheios de lágrimas por causa d'A *Ré Misteriosa*. Era demais! Maria Valéria sentiu a necessidade de fazê-la voltar à realidade. (1963b, p. 307, OEV)

A insistência do narrador em apontar a desconexão de Dona Vanja com a realidade poderia sinalizar um estado de demência da personagem. Não parece, no entanto, ser a intenção do narrador insinuar um caso de loucura no comportamento da personagem, muito embora sua insensatez possa levar a esse entendimento numa análise crítica mais profunda. Na narrativa, a dificuldade de Dona Vanja para separar a ficção da realidade colabora no sentido de caracterizar um determinado tipo de leitor(a), que, influenciado pela poesia e pela prosa folhetinesca, passa a considerar o cenário romanesco um mundo “possível”. Para esta personagem, não há limites definidos entre o que acontece no universo de Santa Fé e nas histórias de Émile Richebourg e Alexandre Bisson, autor de **A ré misteriosa**.⁴³ A diferença é que a vida criada pelos romancistas é muito mais interessante e cheia de emoções do que a vida monótona da pequena cidade.

Por ser uma personagem secundária, com poucas aparições na narrativa, torna-se difícil descrever um o perfil psicológico completo de Dona Evangelina. O que se pode concluir com maior autoridade é que ela representa em **O tempo e o vento** a leitora-tipo do romance-folhetim publicado em jornal no terceiro decênio do século passado. Ou seja, em um momento em que outros meios de comunicação já representam uma importante alternativa para o público interessado em entretenimento, como o cinema e as diversas revistas ilustradas, a senhora de mais idade, dona de casa, menos suscetível às transformações midiáticas e de menor poder econômico, mantém-se fiel ao folhetim.

O modelo seriado de publicação de romances praticamente desaparece dos jornais a partir dos anos 30, o que sinaliza, no romance, que Dona Vanja seria uma das últimas

43 Alexandre Bisson (1848-1912) escreveu diversos romances e peças teatrais de grande aceitação do público. Seu maior sucesso foi com o drama **Madame X** (1908), encenado com Sarah Bernhardt no papel principal e levado ao cinema em pelo menos dez produções. No Brasil, **Madame X** foi publicado em folhetins com o título de **A ré misteriosa**, aparecendo no *Correio do Povo* entre 1922 e 1923. O romance foi adaptado para a televisão e levado ao ar na TV Tupi em 1966, com o título de **A ré misteriosa**, mesmo ano em que o cinema norte-americano apresenta uma nova produção, como **Madame X**, com a participação de Lana Turner, John Forsythe e Ricardo Montalban.

seguidoras do gênero. Somado a isso, o fato de que o folhetim, observado no conjunto da investigação do recurso jornalístico na trilogia, revela-se uma manifestação lúdica e, por que não dizer, cultural do jornal no universo de Santa Fé. Enquanto os arautos da filosofia e da literatura realista amparam-se nos livros e revistas importados, os representantes da corrente popular continuam absorvendo o que podem do jornal noticioso.

No mundo imaginário do romance, os jornais representados pelo *Correio do Povo* e o fictício *A Voz da Serra* não servem apenas aos homens por conta de seu forte conteúdo político e ideológico. A paixão das leitoras pelo romance-folhetim mostra que existe um público interessado em outros temas. E, se os periódicos são capazes de influenciar a opinião dos leitores sobre os assuntos da política, também podem exercer uma influência parecida junto às leitoras em questões de âmbito sentimental.

4.3 O almanaque: cinco séculos de história

Segundo Le Goff (2003, p. 518, HI), o primeiro almanaque foi impresso na Alemanha, em 1455. Em 1464, surgem os *Almanaques das Corporações dos Bombeiros*, inaugurando a publicação dos almanaques das corporações, e, em 1471, aparece o primeiro almanaque anual. Na França, o *Grand compost de Bergiers* é considerado o mais antigo, criado em 1493. A partir do século XVII, esse gênero de publicação difunde-se por vários países da Europa, acolhido pela literatura popular de divulgação.⁴⁴ Nesse sentido, a história de evolução dos almanaques acompanha a própria história dos impressos no Ocidente a partir da segunda metade do século XV, ampliando horizontes juntamente com a aceleração do processo de urbanização e a melhoria nos índices de alfabetização.

A organização do almanaque em geral está relacionada ao tempo, priorizando informações sobre as fases da lua, os dias e meses do ano. Pelo menos no início, ele foi uma extensão dos calendários, já limitados para tantas informações que se pretendia transmitir. Por esse motivo, tanto o almanaque quanto o calendário conseguem nessa época ser um ponto de convergência entre a cultura erudita e a cultura popular, em que o campo meteorológico, médico e narrativo do saber popular penetra nos ambientes populares, enquanto a ciência erudita atinge os cidadãos e os letrados (LE GOFF, 2003, p. 519, HI).

Em um período da história em que calendários, livros sagrados e almanaques

44 A denominação de literatura popular ao gênero almanaque deve-se, segundo Park (1999, p. 54, TIB), ao sistema de distribuição que, na Europa, “se deu através de vendedores ambulantes, junto dos *pliegos* de cordel espanhóis e catalães e dos *chapbooks* ingleses”.

formavam a base cultural do povo, a leitura destes significava “estabelecer sentido entre o que foi ‘lido’, vivido e o que se vive, mas recuperando também as memórias de leitura vivenciadas. Lê-se o conhecido, através de saberes anteriores” (PARK, 1999, p. 51, TIB). Por isso, não estranha o fato de que as preocupações essenciais do gênero são comer, prever, cultivar a terra, discernir, informar-se, governar-se e distrair-se (BOLLÈME,⁴⁵ 1969 apud PARK, 1999, p. 52, TIB).

A diversificação de modelos de almanaques é extensa, fruto da necessidade de seus editores de atender diferentes tipos de público. De acordo com Dutra (2005, p. 17, TIB), entre os séculos XVII e XIX os almanaques firmam-se como “um modo de instrução e propaganda de um saber profundo e secular, estimulando a curiosidade, o desejo de saber e o gosto pela verdade”. Aos poucos, passam a incorporar novas temáticas e formas específicas. Assim, surgem almanaques agrícolas, de saúde, históricos, enciclopédicos, de família, de recreação, literários, de cordel, de cidades, informativos e administrativos.

Le Goff (2003, p. 518, HI) assim define os principais tipos de almanaques:

Ilustrado com signos, figuras, imagens, o almanaque dirige-se aos analfabetos e a quem lê pouco. Reúne e oferece um saber para todos: astronômico, com os eclipses e as fases da Lua; religioso e social, com as festas e especialmente as festas dos santos, que dão lugar aos aniversários no seio das famílias; científico e técnico, com conselhos sobre os trabalhos agrícolas, a medicina, a higiene; histórico, com as cronologias, os grandes personagens, os acontecimentos históricos ou anedóticos; utilitário, com a indicação das feiras, das chegadas e partidas dos correios; literário, com anedotas, fábulas, contos; e, finalmente, astrológico.

Em meio a muitas transformações no formato e conteúdo, a astrologia continua sendo sempre uma preocupação central dessas publicações. Este aspecto não raro encontra oposição no seio familiar, onde a ideia de previsão astrológica opunha-se aos preceitos religiosos. Por isso, também torna-se comum o surgimento de almanaques catequizantes em oposição a outros identificados com o cientificismo. Neste cenário, os almanaques astrológicos eram logo associados ao povo inculto e ignorante, enquanto os de conteúdo mais abrangente identificavam-se com os militares, o clero, os pequenos comerciantes e os nobres (PARK, 1999, p. 65, TIB).

Se por um lado a astrologia lida com eventos futuros, por outro, na abordagem dos demais assuntos, existe uma preocupação com os acontecimentos do ano que já terminou. Quase sempre de periodicidade anual, os almanaques pautam-se principalmente por eventos do passado, uma espécie de “retrospectiva”, palavra adotada atualmente pela imprensa em

45 BOLLÈME, G. **Les almanachs populaires aux XVIIe et XVIIIe siècles: essai d'histoire sociale**. Paris: La Haye Mouton, 1969.

geral para apresentar os fatos mais importantes do ano que se encerra.⁴⁶ Dutra (2005, p. 20, TIB) comenta que a preocupação dos almanaques com o passado contribui para o seu enfraquecimento enquanto agente ativo nas agitações sociais. Afirma Dutra:

Daí sua ligação mais frouxa com o presente, sempre diluído e fluído, o fato de não poder reter os jogos de força na instantaneidade do presente histórico, sua impossibilidade de causar abalos ou agitações próprios do instante privilegiado para a ação política. Isto, por um lado, impõe limites ao seu papel e à dimensão política contidos nas suas páginas. De outro lado, inscreve a sua pedagogia numa lenta, longa e desdobrada duração, a qual assegura padrões de convocação da história e da memória nas páginas dos almanaques.

No Brasil, os almanaques começam a surgir no início do século XIX, embora no século anterior alguns exemplares trazidos de Portugal já circulassem de forma restrita. Segundo Sodré (1983, p. 241, IM), a despeito da qualidade inferior, os almanaques representam no Brasil a primeira manifestação “do esforço para ampliar a cultura impressa.”

Diferentemente do que ocorria com o mercado de livros e de jornais, sempre se reinventando para atrair os escassos leitores, os almanaques conseguem penetrar nos lares com mais facilidade por conta, entre outros motivos, de sua fácil adaptação às técnicas de impressão precárias e da distribuição quase sempre gratuita, como brindes, por farmacêuticos e comerciantes.

O resultado disso é que publicações como o *Annuário Fluminense – Almanach histórico da cidade do Rio de Janeiro* tem uma tiragem inicial, no seu primeiro número em 1900, de 45.000 exemplares. No mesmo ano, o *Almanach Ilustrado Brasil-Portugal*, editado pela *Gazeta de Notícias*, imprime 50.000 exemplares, superando em muito o limite máximo de 2 mil exemplares alcançado pelos livros (DUTRA, 2005, p. 22-23, TIB).

Na acepção de Ferreira (2001, p. 20, TIB), pode-se falar do “aspecto civilizador” dos almanaques no Brasil, considerando-se o seu poder de penetração nos mais distantes rincões, nos povoados afastados e nas cidades, “transitando entre classes sociais, exercendo a aproximação efetiva de repertórios”. Assim como ocorre com os almanaques europeus, no Brasil essas publicações também têm como característica a recuperação de práticas e saberes dos mais antigos até os mais contemporâneos. Ainda seguindo a reflexão de Ferreira (2001, p. 20, TIB), “por um lado a fragmentação, por outro a memória reativada”. Ou seja, apesar de seu assentamento em tradições arcaicas, os almanaques sempre trazem a ideia “de uma grande

46 No mercado editorial mais recente, “almanaque” virou sinônimo de “enciclopédia”. São muitas as publicações desse tipo que levam o nome de almanaque, como **Almanaque anos 80**; **Almanaque anos 90**; **Almanaque da TV**; **Almanaque do rock**; **Almanaque da jovem guarda**; **Almanaque do cinema** e **Almanaque dos seriados**, entre outros.

modernidade”.

Os tipos mais comuns eram os almanaques para as cidades e províncias, os religiosos e, num segundo momento, já na segunda metade do século XIX, os literários – entre os quais se destaca o *Almanaque Brasileiro Garnier*. Criado em 1901 pela Livraria Garnier, que detinha o melhor comércio de livros da Capital e congregava em seu espaço os principais escritores da época, o *Almanaque Garnier* sintetiza um pouco do que caracteriza os almanaques literários em geral. Além de divulgar seus autores e promover a venda de livros, esses almanaques também eram usados pelos intelectuais para instruir a opinião pública. Conforme aponta Dutra (2005, p. 26, TIB) em seu estudo sobre esse almanaque, o *Garnier* “foi um instrumento pedagógico que visava menos a ação política e mais a formação de uma comunidade especial, porquanto nacional, de leitores.”⁴⁷

Os almanaques farmacêuticos, geralmente patrocinados por drogarias e usados como suportes publicitários, são responsáveis pelas maiores tiragens do gênero no século XX, acompanhando o crescimento dos laboratórios farmacêuticos. O *Pharol da Medicina*, que surgiu no Rio de Janeiro em 1887 e circulou até a década de 1940, é considerado o modelo principal para sucessores como *Bromil*, *Iza*, *A Saúde da Mulher*, *Renascim Sadol*, *Biotônico Fontoura*, *Bristol* e *Capivarol*.⁴⁸ Este último, criado em 1919, atingiu a tiragem de 2,5 milhões de exemplares na edição do ano de 1941 (BELTRÃO,⁴⁹ 1982 apud AMORIM; NOGUEIRA, 2011, p. 126, TIB).

Distribuídos gratuitamente, esses almanaques trazem informações variadas – de normas de conduta a cuidados com a higiene, eventos históricos a previsões, orientações científicas a superstições, conselhos a lembretes, anedotas a jogos lúdicos –, assumindo a tarefa de educação sanitária e moral e, ao mesmo tempo, de meio de entretenimento. Essa aliança entre publicidade comercial, normas familiares e projeto de higienização leva Chartier (1999, p. 10, TIB) a considerá-los, a sua maneira, uma extensão dos almanaques “esclarecidos” e pedagógicos do tempo das Luzes. No contexto moderno, ressalva Chartier, “eles são igualmente os portadores de um projeto de reforma e de civilização identificado ao

47 Dutra (2005, p. 35, TIB) destaca também que: “a ideia de utilidade ganha um sentido novo na *Garnier*; o almanaque pode até substituir o livro quando este não for acessível, dada a sua ampla condição de informar, atualizar o leitor, o estudante, o professor. Num país carente de livros, de leitores, de livrarias, onde a elite intelectual lutava por se estabelecer e parte dela acreditava que a nação ainda estava por se fazer – daí ser necessário ampliar a instrução – e onde a escola formal ainda era para poucos, essa estratégia editorial do *Almanaque Brasileiro Garnier* não pode ser menosprezada”.

48 Reproduções de alguns almanaques farmacêuticos podem ser consultadas em Meyer (2001, p. 141-204, TIB).

49 BELTRÃO, Luiz. Almanaque de cordel: veículo de informação e educação do povo. **Revista Comunicarte**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 81-96, 1982.

destino da nação e, para alguns, da raça”.⁵⁰

Em relação às fontes consultadas para a confecção, conforme observa Park (1999, p. 97, TIB) para o caso do *Almanaque Iza*, as matérias são tiradas de jornais e revistas de grande circulação na época. Sendo assim, afirma Park, “os fios perpassam dos jornais para os almanaques, revistas e livros, interligando-os”. Neste processo de garimpagem de informações, os almanaques aproveitam apenas o que pode ter um efeito prático na vida dos leitores, justificando o que se convencionou chamar de “cultura de almanaque” para o conhecimento superficial, fragmentado, incompleto e de fácil apreensão.

Apesar de os almanaques de farmácia serem os mais populares no século XX, os almanaques para as cidades são predominantes no século anterior e continuam “na moda” mais de um século depois. Estes nos interessam particularmente por conta do “Almanaque de Santa Fé”, escrito pelo personagem Dr. Nepomuceno e inspirado neste modelo. Entre centenas, alguns exemplos desta corrente dos almanaques são *Almanaque para a Cidade da Bahia*, ano 1812; *Almanak da Vila de Porto Alegre*, de 1808; o *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro*, popularmente conhecido por *Almanaque Laemmert* (1844-1914); *Annuário da Província do Rio Grande do Sul* (1885-1904); *Almanaque do Estado de Alagoas* (1891-1894); *Almanak Popular do Rio de Janeiro*, de 1878, e *Almanak da Província de São Paulo*, criado em 1873.

Sodré (1983, p. 241, IM) afirma que o *Almanak da Vila de Porto Alegre*, redigido por Manuel Antônio Magalhães, tinha características de um relatório com informações sobre o estado da província e apenas “preludiava o gênero”. O primeiro almanaque impresso em Porto Alegre seria a *Folhinha do Ano Bissexto de 1840*, seguido por outros até se chegar ao mais importante de todos, o *Annuário da Província do Rio Grande do Sul*. Publicado sob a direção de Graciano A. de Azambuja, a primeira edição do *Annuário* traz 313 páginas contendo calendário, datas cívicas e religiosas, biografias, contos, poesias, charadas e informações agrícolas, em suma, os temas comuns ao gênero.

Na carta de apresentação do almanaque (Azambuja, 1885, p. 3, JRA),⁵¹ os editores registram que a publicação procura

suprir uma falta que nos parece demasiadamente sensível em nossa vida provinciana – a de um livro anual, especialmente dedicado a esta província,

50 Em relação ao caráter “pedagógico” dos almanaques no Iluminismo, Sales (2011, p. 143-171, TIB) discute as causas da cisão entre o almanaque e a ciência, apresentando pontos de vista de Eça de Queirós e François Rabelais, dois escritores que criticaram o distanciamento dessas publicações dos preceitos científicos.

51 O *Annuário* foi rebatizado, em 1892, como *Almanaque do Estado*, e circulou até 1914 (SODRÉ, 1983, p. 242, IM). Todas as edições do *Annuário* estão digitalizadas e podem ser consultadas na internet na página da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <hemerotecadigital.bn.br>.

aqui impresso e aqui inspirado, reunindo em si, quanto puder, o útil e o agradável e por meio do qual, ao lado das informações do calendário, das efemérides astronômicas, das tabelas, indicações e leituras amenas usuais em livrinhos desta ordem, se procure dar aos seus favorecedores alguns estudos sobre assuntos de interesse local e pequenos ensaios de vulgarização científica destinados à instrução popular.

A circulação de almanaques de cidades cresce consideravelmente no século XX, mas com uma nova proposta. O modelo deixa de lado a astrologia e a função pedagógica, funcionando mais como um guia histórico em forma de livro, contendo informações sobre as atividades econômicas, práticas culturais, arquitetura, serviços, infraestrutura e principais expoentes intelectuais. Neste gênero de almanaque podemos citar o **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife** (1934), de Gilberto Freyre;⁵² **Guia de Ouro Preto** (1938), de Manuel Bandeira; **Guia da Paraíba** (1943), de Ademar Vidal, e **Breviário da Bahia** (1945), de Afrânio Peixoto.

É neste modelo de almanaque que se inspira Dante de Laytano para escrever **Almanaque de Rio Pardo**, publicado em 1946 em comemoração ao primeiro centenário da elevação de Rio Pardo à condição de cidade. O próprio autor reconhece na introdução da obra (Laytano, 1946, p. 2, JRA) a influência exercida por Gilberto Freyre sobre as publicações que seguiram este formato. A ideia de escrever um “guia” histórico da cidade teria sido uma sugestão do próprio Gilberto Freyre, feita durante uma viagem pelo interior do Rio Grande do Sul, em 1939, da qual participaram, além destes, José Lins do Rego e Viana Moog. Laytano reconhece que, ao adotar o título de almanaque, consequentemente poderia incorrer “no desagrado de nossos patrícios que ridicularizaram e ridicularizam a chamada ‘cultura de Almanaque’”.

O **Almanaque de Rio Pardo** divide-se em cinco capítulos (Informações históricas, Informações geográficas, Informações econômicas, Informações administrativas e Informações gerais) e anexos (Rio Pardo através da história da divisão administrativa do R. G. do Sul; Pequeno dicionário de biografias resumidas de pessoas ilustres nascidas no Rio Pardo; Receitas; Escolas militares de Rio Pardo; História cronológica de Rio Pardo e Documentação fotográfica). Em geral, essa é a estrutura básica da maioria dos almanaques de cidades publicados no século XX, com alguns tópicos a mais ou menos.

Deve-se a essa variedade de informações a observação de Oliveira (2001, p. 23, HI)

52 Freyre (1961, p. 165, HI) acrescenta inclusive uma sessão chamada “O Recife de hoje em anúncios de jornal”, reafirmando o seu interesse pelo material dos jornais para a interpretação de uma época. Os anúncios recortados permitem, segundo o autor, “como que sentir a temperatura social do Recife como cidade, numas coisas muito provincianas, noutras já com seu tom de metrópole.” Essa seleção traz anúncios de venda de abelhas, serviços de cobrança, bordados para noivas, aluguel de quarto, oferta de emprego para empregadas e serventes, loja de penhores, perfumaria e cartomante.

sobre a importância dos almanaques como fontes de pesquisa, especificamente em relação aos municípios de São Paulo no apogeu da cultura mercantil do café. Apesar de geralmente produzidas por indivíduos comprometidos com a vida local, sem escapar de um tom ufanista, essas publicações permitem que se possa conhecer o que acontecia de novo no município, quem eram os expoentes do cenário social e econômico e como se caracterizava a diversidade das atividades urbanas. Segundo Oliveira (2001, p. 24, HI), através dos almanaques

somos inteirados do que se compra e se vende no comércio local e o tipo e a quantidade de serviços e equipamentos de natureza coletiva disponíveis nas cidades à época, atendendo às necessidades de educação, saúde, cultura etc. [...] Além disso, com o cruzamento das informações nominais é possível formar um quadro acerca das ramificações da elite local nos diferentes setores de atividade e estabelecer suas relações com as elites provinciais da época.

Para finalizar essa introdução sobre os almanaques, vale destacar também que nem os principais jornais e revistas ficaram alheios a eles. Experiências neste sentido foram realizadas por jornais como *O Estado de S. Paulo*, que lançou um almanaque pela primeira vez em 1896, o *Jornal do Brasil*, no ano seguinte, e o *Correio do Povo*, em 1895, apenas um ano após o seu surgimento. O *Correio* manteve a publicação de almanaques até a década de 1980, tamanha a popularidade entre os leitores. Revistas de periodicidade mensal, como a *Tico-Tico*, a primeira revista infantil do Brasil, e a *Eu sei tudo*, também publicavam uma edição especial de final de ano no formato de almanaque.

4.3.1 “Almanaque de Santa Fé” para o ano de 1853

As referências aos almanaques em **O tempo e o vento** não são tão frequentes quanto os jornais e as revistas. Mesmo assim, é possível localizar na narrativa algumas indicações de representação deste gênero de publicação.

A primeira alusão dessa ordem é o fictício “Almanaque de Santa Fé”, publicado em janeiro de 1853 sob a direção do Dr. Nepomuceno Garcia de Mascarenhas e cujo conteúdo analisaremos a seguir. Lê-se também que em 1869, durante a Guerra do Paraguai, a personagem Luzia andou lendo “num almanaque” a respeito da história do imperador do México, Maximiliano de Habsburgo (1832-1867). Luzia considera “maravilhosa” (1956b, p. 800, OEV) a história do imperador austríaco, convencido pelo imperador francês Napoleão III a assumir o posto na recém restaurada monarquia mexicana, numa tentativa da França de rivalizar com os Estados Unidos. O reinado de Maximiliano durou apenas três anos, de 1864 a 1867, e no final ele acabou sendo fuzilado pelas forças que reimplantaram a república.

Apesar de a circulação de almanaques ser algo muito raro fora dos limites da Capital nessa época, as informações históricas introduzidas na narrativa são apresentadas como se sua origem fosse justamente esta. A partir de suas leituras, Luzia sente-se capaz de discutir temas da política internacional com os intelectuais que frequentam o Sobrado, o Dr. Nepomuceno, Dr. Winter, Padre Otero e o Major Graça. Para o leitor que não conhece a história do imperador Maximiliano, Luzia resume o que lera no almanaque:

[...] – Um arquiduque austríaco que viajou por todo o mundo, um belo homem de pele clara e olhos azuis, um homem educado, um homem bom, e de repente se vê imperador dum país de índios de cara de bronze, um país tão diferente da Áustria como a noite do dia. E vosmecê já pensou no papel da Imperatriz Carlota quando foi falar com Napoleão III para lhe pedir que não abandonasse Maximiliano?
 – Perdeu o seu latim – interrompeu-a Winter.
 – Mas que importa?
 – E acabou transtornada do juízo – acrescentou o doutor, tomando o último gole de café.
 – E tudo isso não é belo? (1956b, p. 800-1, OEV)

Existe ainda outra menção à leitura de almanaques no episódio “Chantecler”. Rodrigo Cambará entra em sua farmácia e encontra o aprendiz Ludovico, “recostado no balcão, lendo o *Almanaque de Ayer*” (1956c, p. 357, OEV). Acreditamos tratar-se do *Almanak Cabeça do Leão do Dr. Ayer*, editado pela The Ayer Company of Brasil, do Rio de Janeiro, que começa a circular em 1852, inicialmente com o título de *Manual de Saúde*. Neste caso específico, a observação do narrador quanto à prática de leitura do personagem Ludovico está de acordo com o contexto descritivo do funcionamento de uma farmácia. Rodrigo está empolgado com o negócio e quer criar uma seção de perfumaria. Ele avisa o farmacêutico Gabriel que mandara buscar uma caixa registradora em Porto Alegre. “Nossa farmácia vai ser a primeira casa comercial de Santa Fé a ter uma registradora. Estamos no século XX, Gabriel. O século do progresso!” (1956c, p. 359, OEV). Como um bom aprendiz, Ludovico informa-se no *Almanaque de Ayer* sobre as novidades do segmento farmacêutico.⁵³

Bem antes disso, porém, o almanaque serve como instrumento de caracterização de uma pequena cidade do interior da província. Essa representação, tanto da cidade quanto do papel histórico do almanaque, transcorre exatamente na metade do século XIX. No ano de 1850, Santa Fé é elevada à condição de cidade e recebe seu primeiro juiz de direito, natural do Maranhão, que se estabelece com a esposa em uma casa de alvenaria construída pelo coronel

53 No episódio “O Deputado”, que transcorre em 1922, a farmácia de Rodrigo transformou-se em Casa de Saúde, onde se realizam pequenos procedimentos cirúrgicos. Durante uma visita ao local, Toríbio Cambará folheia um número do *Almanaque de Ayer*, “que encontrara em cima do balcão” (1963a, p. 73, OEV). Erico Verissimo (1995a, p. 65, OEV) confirma em suas memórias que costumava acompanhar a chegada dos almanaques na farmácia paterna. Ele escreve que “meus favoritos eram o de Ayer e o de Bristol, por causa de suas caricaturas, charadas, enigmas pitorescos e informações astrológicas”.

Bento Amaral. Como acontece com a maioria dos forasteiros em Santa Fé, o juiz afeiçoa-se ao lugar e decide permanecer.

Segundo descrições do narrador, Dr. Nepomuceno era um “bom latinista, razoável matemático e exímio jogador de xadrez. Era maçom, adorava Chateaubriand e nas horas vagas fazia sonetos” (1956b, p. 507, OEV). O romântico magistrado também é descrito como “homem austero” que se impôs ao “respeito e à admiração dos habitantes da vila”. A organização e publicação do almanaque numa tipografia de Porto Alegre, em 1853, era uma espécie de “prova de estima e gratidão à vila e seus habitantes” (1956b, p. 507, OEV).

Ainda de acordo com o narrador, o almanaque do juiz traz informações sobre “a topografia, a geologia, a fauna e a flora do município, além dum calendário completo com conselhos aos agricultores e horticultores, bem como páginas amenas e instrutivas de literatura e humorismo, charadas, logogrifos, enigmas pitorescos, etc...” (1956b, p. 508, OEV). Pelo visto, o “Almanaque de Santa Fé” reúne os principais assuntos que caracterizam os almanaques de cidade, a exemplo do **Almanaque de Rio Pardo**, acrescentando conteúdos comuns a todos os outros – como as charadas, o calendário e a literatura. O que sugere, a princípio, a representação do modelo temático e estilístico dos almanaques mais remotos e, ao mesmo tempo, a reprodução do modelo estrutural de almanaques recentes, que funcionam como verdadeiros guias de cidades (precursores dos atuais guias turísticos de cidades?).

Importante ressaltar o fato de que, por volta de 1850, a circulação de almanaques ainda era rara no Brasil e praticamente inexistente fora dos centros urbanos. Esse descompasso temporal na representação de uma vila do interior, especificamente no que toca ao seu almanaque, não nos parece ser um descuido do escritor. Pelo contrário, tem mais a ver com um aspecto que procuramos mostrar em capítulos anteriores, qual seja, o emprego de um selo de autenticidade para a inserção de detalhes históricos no plano narrativo. Mesmo se estes detalhes são fruto da imaginação ou provêm de outras fontes documentais, eles ganham contornos de veracidade quando atribuídos a uma publicação periódica. Somada a isso, a reprodução de conteúdo da imprensa, neste caso, do almanaque, desvia o foco narrativo para a escrita de um documento, como ocorre também no diário de Sílvia e nas cartas trocadas entre Dr. Winter e Carl von Koseritz, assinalando um estilo próprio da trilogia.

Vamos ao “Almanaque de Santa Fé”, trecho 1.⁵⁴

54 Para evitar a reprodução de trechos demasiado longos e facilitar a análise, optamos por dividir o segmento narrativo que trata do almanaque em seis partes. Sobre o “Almanaque de Santa Fé”, importante destacar o “Almanaque Municipal da Cidade de Santa Fé para o ano de 1899”, elaborado por Schlee (2000, p. 261-284, SEV). O autor faz uma “atualização do texto original de Nepomuceno Garcia Mascarenhas”, ampliando o conteúdo narrativo com outros dados ficcionais para criar o que seria Santa Fé no último ano do século XIX.

Abria o almanaque uma descrição literária da cidade, feita pelo próprio dr. Nepomuceno. Começava assim: *“A vila de Santa Fé, cabeça da comarca de São Borja, e da qual temos a desvanecedora honra de ser o primeiro juiz de direito, é uma das flores mais formosas do vergel serrano. Situada sobre três colinas e cercada de campinas onduladas, lembra ela ao viandante, singelo mas gracioso presepe. Prodigamente dotada pela natureza, seus bons ares e suas cristalinas águas são propícios à longevidade, razão pela qual muitos de seus habitantes, em geral de costumes morigerados, passam dos noventa anos, como foi o caso extraordinário do preto escravo conhecido pela antonomásia de Sinhô d'Angola, o qual durou mais duma centúria, e do cacique Fongue, que viu pela primeira vez a luz do dia na redução de Santo Ângelo, por volta de 1750, e o qual ainda hoje por aqui vive em pleno gozo de suas faculdades mentais.”* (1956b, p. 508, OEV)

As hipérboles são a marca principal desta “descrição literária” da vila de Santa Fé, em que prevalece o tom ufanista do poeta romântico. As observações do redator do almanaque enaltecem a paisagem e atribuem à exuberância da natureza a longevidade dos moradores. Por sinal, os “bons ares” de Santa Fé também fazem bem à saúde da esposa do juiz, um dos motivos para a permanência do casal na localidade. Apesar de o texto revelar certa ingenuidade do magistrado, ele reflete o estilo de discurso dos almanaques do século XIX, acentuadamente influenciados pela retórica romântica. A exaltação dos elementos da natureza transborda da literatura de ficção para os almanaques, cuja função informativa não resiste aos apelos do autoelogio.

Outro aspecto curioso são os exemplos de qualidade de vida em Santa Fé. Para o Dr. Nepomuceno, são dignos de nota os casos de longevidade de um negro e de um índio, ambos apresentados com mais de cem anos de idade. A citação do magistrado reproduz no almanaque a ideia da democracia racial no Rio Grande do Sul. Afinal, se índios e negros escravos conseguem alcançar um século de vida é porque também desfrutam da riqueza natural abundante. Logo, são bem tratados pelos brancos e vivem em regime de igualdade.

Trecho 2:

O Almanaque oferecia também a seus leitores um “esforço histórico” da vila, no qual o autor prestava uma homenagem à família Amaral, cujo fundador foi *“esse venerando cidadão, o Cel. Ricardo Amaral, o primeiro povoador destes campos, um bandeirante na verdadeira extensão do vocábulo, e que morreu como um bravo, no lendário combate do Passo das Perdizes.”* Vinha a seguir uma referência de dez linhas ao filho de Ricardo, Francisco Amaral, *“o fundador de Santa Fé”*, e depois uma página inteira dedicada a seu neto, Cel. Ricardo Amaral Neto, *“que tanto contribuiu para o engrandecimento deste município, de cuja Câmara foi o primeiro presidente.”* Após a enumeração das qualidades morais de Ricardo Amaral Neto e de seus feitos na paz e na guerra, a biografia terminava assim: *“... e em 1836 baqueou como um bravo de armas na mão, dentro de sua própria casa, defendendo a legalidade.”* Havia por fim três páginas dedicadas à personalidade do Cel. Bento Amaral – *“atual chefe político deste município, deputado à Assembleia Provincial, verdadeiro varão de Plutarco que perpetua no tempo*

e na admiração de seus coevos um nome honrado e uma tradição de virtudes cívicas e privadas.” (1956b, p. 508-9, OEV)

O “esforço histórico” a que se refere o narrador não passa de bajulação do redator em torno da família mais poderosa de Santa Fé. Os Amaral têm lugar de destaque no almanaque porque um deles foi o fundador da cidade, outro foi o primeiro presidente da Câmara e o atual é o chefe político local, deputado da Assembleia. Embora a ação romanesca transcorra no Sobrado, a propriedade ainda pertence a Aginaldo Silva, um pecuarista de origem nordestina encarado como forasteiro pelos tradicionalistas. Como a família Terra Cambará ainda não exerce uma influência social predominante na pequena comunidade, os Amaral são os únicos mandatários, governando em sintonia com o governo provincial. Eles são os representantes natos da oligarquia gaúcha.

Ao associar a história da vila aos feitos heroicos da família Amaral, o Dr. Nepomuceno confirma em seu almanaque o discurso de exaltação das qualidades guerreiras do “gaúcho-herói”, que na literatura culta começa a se manifestar no Romantismo. A diferença está no fato de que o personagem elogiado pelo juiz lutou na Revolução Farroupilha em defesa da legalidade, e não contra as forças imperiais. Isso não significa um descompasso do anuário da ficção com os eventos da história “oficial”, considerando-se que a valorização dos feitos dos farroupilhas começa a se manifestar um pouco mais tarde. Parece, mais do que isso, um cuidado do redator para não desagradar o coronel.

Trecho 3:

O Almanaque circulou em Santa Fé e arredores, onde foi lido, comentado e apreciado. E através de seus dados estatísticos e de suas informações – escrupulosamente colhidos pelo próprio Dr. Nepomuceno – ficaram os santafezenses sabendo que a vila possuía agora sessenta e oito casas, entre as de tábuas e alvenaria, e trinta ranchos cobertos de capim; e que sua população já subia a seiscentas e trinta almas. Informava ainda o Dr. Nepomuceno, que Santa Fé contava com quatro bem sortidas casas de negócios, uma agência do correio – *“cuja mala, lamentamos dizê-lo, chega apenas uma vez por semana”* – uma padaria, uma selaria e uma marcenaria. *“A ciência de Hipócrates está representada entre nós pelo ilustrado Dr. Carl Winter, natural da Alemanha e formado em medicina pela Universidade de Heidelberg e que fixou residência nesta vila em 1851, data em que apresentou suas credenciais à nossa municipalidade. Não podemos deixar de mencionar o nosso Cleotário Nunes, médico homeopata bem conceituado, e o curandeiro conhecido popularmente por Zé das Pílulas, muito procurado por causa de suas ervas medicinais cujos segredos diz ele ter aprendido dos índios coroados, dos quais parece ser descendente.”* (1956b, p. 509, OEV)

Aqui se pode destacar dois aspectos diferentes. No primeiro, de acordo com a palavra do narrador, a publicação cumpre o seu papel de “almanaque de cidade”, apresentando dados estatísticos e descrições que ajudam a caracterizar a vila de Santa Fé, com o número de

habitantes, de habitações e do ainda incipiente setor de serviços.

O segundo aspecto é a alusão ao Dr. Winter, uma das principais personalidades de Santa Fé por conta de sua origem alemã e sua formação acadêmica. A ironia, dessa vez, é a preocupação do redator em apresentar o médico ao lado do homeopata e do curandeiro. Afinal, é natural que a população pouco instruída da época prefira a cura por métodos alternativos às ferramentas cirúrgicas do médico profissional. O próprio Dr. Winter confirma em suas reflexões que precisa disputar os pacientes com esses dois concorrentes. Até mesmo o Padre Otero recomenda aos seus fiéis que procurem atendimento com o homeopata ou o curandeiro.⁵⁵

Trecho 4:

Causou também muito boa impressão a parte do Almanaque em que o Dr. Nepomuceno rememorava as guerras em que os filhos de Santa Fé tomaram parte. “Nossa vila (e aqui peço vênica para usar o possessivo nossa, uma vez que me considero um santafezense de coração se não de nascimento) tem pago pesado tributo de sangue e heroísmo no altar da pátria. Muitos foram os oficiais e soldados que deu para as lutas de que esta Província tem sido teatro, e pode-se dizer sem exagero que não houve geração que não tivesse visto pelo menos uma guerra. Durante a luta civil que por espaço de dez anos ensanguentou o solo generoso do Continente, muitos foram os santafezenses que participaram dela, quer nas hostes farroupilhas, quer nas forças legalistas. Não me cabe aqui, como magistrado e como homem infenso às paixões políticas, manifestar simpatias ou lançar diatribes. O que passou passou e mais vale esquecido do que lembrado, pois uma luta fratricida é mil vezes mais horrenda do que as guerras entre as nações. Graças ao Supremo Arquiteto do Universo o sol da paz raiou benfazejo no horizonte da província, e os inimigos de ontem se deram as mãos e recomeçaram a trabalhar juntos em prol da grandeza da Pátria comum. Mas, ai! ainda nem bem se haviam cicatrizado as feridas abertas pela guerra civil e já de novo eram nossos irmãos arrancados ao aconchego do seus lares e ao seu trabalho pacífico, convocados mais uma vez pelo pressago clarim da guerra. Rosas, o tirano argentino, ameaçava a integridade de nosso Brasil, e era necessário fazer frente a essa ameaça. E assim mais uma vez os santafezenses formaram os seus batalhões de voluntários e nessa luta que nem por ser relativamente curta foi menos cruenta, muitos foram os filhos desta vila que tiveram atuação destacada. Entre eles é de justiça salientar o jovem Bolívar Terra Cambará, filho dum intrépido soldado, o capitão Rodrigo Severo Cambará, morto heroicamente num combate que se feriu nesta mesma vila em princípios de 1836. Bolívar, esse denodado jovem, cujo nome parece trazer em si uma destinação gloriosa, guiou os seus cavaleiros numa carga de lança, destruindo um quadrado inimigo e arrancando, ele próprio, das mãos dum adversário, a bandeira argentina! Esse ato de bravura valeu-lhe a promoção ao posto de primeiro-tenente, e uma citação especial em ordem do dia.” (1956b, p. 509-11, OEV)

55 O motivo da atitude do sacerdote não é superstição ou ignorância dos assuntos científicos, mas, sim, uma retaliação ao fato de Winter ser ateu e não participar das atividades religiosas. Veremos mais sobre a figura do médico alemão no próximo capítulo.

Neste fragmento, que trata da participação de Santa Fé na Revolução Farroupilha e na Guerra do Prata (1851-1852), o magistrado exalta mais uma vez a hombridade dos lutadores. Se antes ele havia elogiado os integrantes da família Amaral, agora ele cita a atuação dos Cambará nos dois conflitos. Para fazer isso sem se comprometer, deixa claro que não assume nenhuma posição política em relação à luta entre farrapos e caramurus. Afinal, a simples menção ao nome do Capitão Rodrigo, que lutou contra as forças legalistas, poderia causar indisposições com as lideranças locais.

Quando escreve sobre a guerra travada pelo Império brasileiro contra Oribe e Rosas, o redator não poupa expressões de louvor ao ato de bravura de Bolívar Cambará. O relato insere-se numa tradição oral de reprodução de histórias de valentia envolvendo os integrantes da família Cambará, a começar pelo Capitão Rodrigo até chegar aos irmãos Rodrigo e Toríbio. A proeza narrada nas páginas do almanaque transforma o dito em registro histórico, reforçando o discurso ficcional que procura elevar os aspectos varonis dos gaúchos – se não em toda a trilogia, certamente em **O continente**.

Neste contexto representado pelo ponto de vista do almanaque, Santa Fé aparece também como um microcosmo do Rio Grande do Sul. Através da vila, podemos ver a própria história do Estado presente no discurso historiográfico e literário predominante até as primeiras décadas do século XX. Essa forma de encarar o passado baseia-se no caráter fronteiriço e militarizado do Rio Grande do Sul para elevar os atos do gaúcho à categoria de epopeia e apresentar o Estado como o único portador do papel de ser o vanguardeiro da dignidade nacional (PESAVENTO, 1980, p. 67-69, HI).⁵⁶

Trecho 5:

As anedotas do Almanaque foram muito apreciadas, bem como as poesias, algumas da lavra do próprio Dr. Nepomuceno, e outras de poetas famosos como Camões, Tomaz Antônio Gonzaga e Gregório de Matos. No “fecho de ouro” dum de seus sonetos, o juiz de direito concluía com rimas ricas que sob o veludo da rosa às vezes um acúleo se esconde. (1956b, p. 511, OEV)

Como se percebe, as escolhas literárias do Dr. Nepomuceno para a composição do almanaque têm origem em escolas variadas. Elas contemplam desde o Renascimento, passando pelo Barroco e o Arcadismo. Sobre o Romantismo, estética literária predominante na época, não há referências a obras e autores, salvo a própria produção do organizador do

⁵⁶ Pesavento (1980, p. 69, HI) nota também que, apesar da visão generalizada da ideia de altivez e heroísmo do homem rio-grandense não distinguir senhores de terra de seus peões, os exemplos dessa glória apresentados em prosa e verso pertencem “sem dúvida, aos elementos ligados à oligarquia rural”. Analisando o “Almanaque de Santa Fé” a partir das observações de Pesavento, encontra-se uma afinidade na contextualização da histórica ficcional, visto que apenas os representantes de famílias oligarcas são lembrados pelo Dr. Nepomuceno.

almanaque.

Podemos conjecturar que as opções do juiz denotam uma preocupação com o resgate da tradição literária em língua portuguesa em detrimento de uma afirmação da corrente romântica, ainda acentuadamente colada aos moldes do romance-folhetim francês. Seguindo esse raciocínio, importa mais ao organizador do anuário a divulgação de poetas “famosos”, garantindo assim a aceitação coletiva de seus leitores, do que autores novos que ainda procuram reconhecimento.

Uma segunda hipótese seria uma questão estratégica do poeta romântico para assegurar a leitura de seus sonetos. Ao reproduzir versos árcades e barrocos, acrescentando ao lado destes a sua própria produção, ele torna-se o único representante da poesia romântica no almanaque de 1853. Sem parâmetros de comparação, aumenta a chance de aceitação de sua obra pelos leitores. O objetivo parece ter sido atingido, considerando-se os comentários feitos pelo narrador.

Trecho 6:

[...] Mas trazia ela um espinho escondido e inesperado: o artigo intitulado “Residências de Santa Fé”, que ele próprio escrevera sob o pseudônimo de Atala. Essa página, traçada com sinceridade e sem a menor intenção de ofender ou criticar quem quer que fosse, desgostara e irritara o Cel. Bento Amaral. Ocupava-se o infeliz ensaio do sobrado que um tal de Aguinaldo Silva mandara construir em Santa Fé. Depois de mencionar a simplicidade rústica da maioria das casas do lugar e de elogiar a solidez e a sobriedade do casarão de pedra dos Amarais, “*tão cheio de invocações históricas*”, Atala escreveu: “*O forasteiro que chega à nossa vila há de por certo quedar-se surpreso e boquiaberto diante duma maravilha arquitetônica que vimos no Rio Pardo, em Porto Alegre e até na Corte. Referimo-nos à casa assobradada que o Sr. Aguinaldo Silva, adiantado criador deste município, mandou recentemente erguer na praça da Igreja, num terreno de esquina com as dimensões de trinta e cinco braças de frente por uma quadra completa de fundo. Essa magnífica residência deve constituir motivo de lídimo orgulho para os santafezenses. Dotada de dois andares e duma pequena água-furtada, destacam-se em sua fachada branca os caixilhos azuis de suas janelas de guilhotina, dispostas numa fileira de sete, no andar superior; sendo que a do centro, mais larga e mais alta que as outras, está guarnecida duma sacada de ferro com lindo arabesco; por baixo desta sacada, no andar térreo, fica a alta porta de madeira de lei, tendo de cada lado três janelas idênticas às de cima. Ao lado esquerdo do sobrado, no alinhamento da fachada, vemos imponente portão de ferro forjado ladeado por duas colunas revestidas de vistoso azulejo português nas cores branca, azul e amarela, e encimadas as ditas colunas por dois vasos de pedra de caprichoso lavor. O terreno, a que esse portão dá acesso, está todo fechado por um muro alto e espesso que por assim dizer (perdoe-se-nos a ousadia da imagem) aperta a casa como uma tenaz. O efeito é assaz formoso, pois o “Sobrado” (assim é a residência conhecida na vila) dá a impressão desses solares avoengos, relíquias de nossos antepassados lusitanos. Não devemos esquecer outro encanto, qual seja o seu vasto quintal todo cheio de árvores de sombra e frutíferas, como laranjeiras, pessegueiros, guabirobeiras,*

lindos pés de primaveras, cinamomos, magnólias e um esplêndido e altaneiro marmeleiro-da-Índia.

Convidados gentilmente pelo Sr. Aguinaldo Silva para visitar-lhe a residência, pudemos verificar que esta se acha dividida em 18 amplas peças, mui bem arejadas e iluminadas, com pé direito bastante alto; e que as portas que separam essas peças umas das outras terminam em arco, em bandeirolas com vidros nas cores amarela, verde e vermelha. Os móveis são de autêntico jacarandá, muito pesados e severos, tendo pertencido, como nos informou o dito Sr. Silva, a uma Casa Senhorial de Recife, e sendo de lá trazidos para Porto Alegre, num patacho e desta última localidade para cá em carretas.”

O artigo terminava com um parágrafo que por assim dizer constituía a ponta do traiçoeiro espinho: *“Assim, pois, seria o sobrado do Sr. Aguinaldo Silva um solar digno de hospedar até Sua Majestade Dom Pedro II, caso o nosso querido Imperador nos desse a altíssima honra de visitar Santa Fé.”* (1956b, p. 511-13, OEV)

O artigo “Residências de Santa Fé” representa na ficção o que encontramos nos almanaques de cidades, mais precisamente os capítulos que trazem descrições históricas a partir da arquitetura das localidades. Nestes almanaques, são apresentadas as principais construções, geralmente as mais antigas e imponentes, contendo informações sobre o ano de construção, detalhes arquitetônicos e uma breve biografia dos proprietários. Isso demonstra que almanaques com estas características certamente passaram pelas mãos do romancista e serviram de modelo para a criação literária.

No “Almanaque de Santa Fé”, a única descrição detalhista de uma habitação refere-se ao Sobrado construído pelo pecuarista Aguinaldo Silva. Nesta inspiração lusitana, o escritor busca referências nos sobrados encontrados nas principais cidades gaúchas do século XIX, bem como em outros estados do Brasil.⁵⁷ O fato curioso é que o proprietário do Sobrado, de origem nordestina, tenha preferido trazer os móveis de Recife, o que sinaliza o poder financeiro do pecuarista ou, ainda, certo desdém pela coisa gaúcha. Não por acaso, a observação do Dr. Nepomuceno sobre a suntuosidade do Sobrado, que poderia até mesmo abrigar o Imperador, provoca ciúmes no coronel Bento Amaral, inimigo declarado do “forasteiro”.

Em todo o romance, essa é a descrição mais completa da casa da família Cambará, a que melhor permite uma reconstituição de seu estilo arquitetônico. Nesse sentido, o anuário fictício tem um papel semelhante ao que já apontamos em relação aos jornais e revistas, que é o de atuar como uma voz narrativa que se soma a outras vozes na configuração do quadro histórico e social representado. Temos, por um lado, a representação do almanaque, incluindo

⁵⁷ Pesavento (2006, p. 1-14, SEV) afirma que o Sobrado imaginado por Erico Verissimo acompanha as descrições de Gilberto Freyre, segundo as quais a casa de origem portuguesa, representada pelo sobrado, era um elo a unir o Brasil de Sul a Norte. A correspondência entre as descrições do romancista e do sociólogo seria “não só das formas arquitetônicas, mas dos significados e de sua função”.

aí as características caras ao gênero, como o vocabulário e os assuntos abordados. Por outro, a alusão a traços culturais que se manifestam a partir de um almanaque ficcional, espelhado em modelos concretos.

Com isso, o autor consegue alcançar dois resultados no romance. Na aproximação entre imprensa e discurso ficcional, o almanaque ganha um lugar de destaque por causa de sua importância no contexto social do século XIX, quando a penetração do jornal e do livro ainda era restrita entre a população. Apesar de o gênero estar em fase inicial de circulação por volta de 1850, justifica-se sua representação no plano narrativo como um instrumento essencial de reprodução de registros históricos. E, além disso, o recurso jornalístico amparado no almanaque manifesta-se aqui para revestir de realidade os aspectos da cidade imaginada.

Afora estas contribuições para a representação da história em **O continente**, o almanaque também pode ter relações com a própria estrutura do romance. O método não cronológico da primeira parte da trilogia,⁵⁸ mantido depois em **O retrato** e **O arquipélago**, sugere semelhanças com a estrutura fragmentada deste gênero informativo.⁵⁹

No almanaque de cidade, temas variados divididos em capítulos individuais permitem uma leitura não linear, em que o leitor pode saltar diretamente para um assunto de seu interesse, voltando mais tarde a outros que foram inicialmente ignorados. Neste caso, o leitor sente-se à vontade para escolher e reler seus temas preferidos – até mesmo porque o almanaque de cidade tem a estrutura de um livro “técnico”, com segmentos independentes. Capítulos “fechados” destas publicações são analisados em separado para fins de pesquisas específicas e podem até mesmo ser publicados de forma separada, privilegiando uma parte em detrimento do todo.

Algo similar ocorre no romance **O tempo e o vento**. Em **O continente**, seis episódios são narrados de forma não cronológica, sempre precedidos pela narrativa do episódio-eixo, “O Sobrado”, que abre e fecha o volume e temporalmente consiste no presente da ação (1895). Cada capítulo de “O Sobrado” é seguido por um destes episódios, que podem ser chamados de “periféricos” e vão se aproximando do tempo presente.⁶⁰

58 Tomamos o primeiro volume da trilogia como referência porque este foi planejado pelo autor para ser o único. Com a modificação do projeto e a transformação do romance em uma trilogia, a estrutura não cronológica repete-se em **O retrato** e **O arquipélago**.

59 Agradecemos a contribuição da professora Eoná Moro, que apontou essa hipótese durante sua arguição do relatório de qualificação da tese.

60 Existem ainda os textos transcritos em itálico, que antecedem os episódios de “O Sobrado” e têm uma função de refletir eventos históricos abordados ou não na narrativa. Esta reflexão parte de uma personagem que se posiciona criticamente sobre os acontecimentos, denunciando os sacrifícios do povo na guerra e na defesa da posse da terra, a saga dos imigrantes alemães e a trajetória dos marginalizados representados pela família Caré.

Estes episódios “periféricos” transcorrem, respectivamente, em 1745, 1777-1778, 1832-1835, 1853-1856, 1869 e 1884. Eles têm começo e fim definidos, ou seja, gozam de autonomia no conjunto da obra sem a necessidade de continuação. Essa estrutura permite inclusive a edição e a venda de volumes independentes, caso de “Ana Terra” e “Um certo Capitão Rodrigo”, sem dúvida os episódios mais conhecidos de toda a trilogia justamente por causa de sua comercialização avulsa.

Não parece haver dúvida quanto às aproximações estruturais entre **O tempo e o vento** e os almanaques de cidade. Isso não significa um projeto pensado pelo escritor, nem que seu romance tenha sido espelhado num anuário qualquer. A hipótese mais provável é que essa semelhança nasce da intimidade de Erico Verissimo com os métodos jornalísticos. Seja como um “jornalista”, que conheceu bem a “cozinha” de uma redação justamente no início da produção dos bens culturais,⁶¹ ou como um leitor voraz de jornais, revistas e almanaques na infância e adolescência, o romancista reproduz suas próprias experiências na técnica de composição narrativa. O resultado disso mostra-se na frequente representação do universo jornalístico e na apropriação de sua matéria-prima como reforço do discurso histórico ficcional. Por que, então, o romance não estaria também ligado à própria estrutura e técnica da imprensa em questão?

Além dos aspectos estruturais, existem outros elementos que aproximam o romance de Erico Verissimo do almanaque. Um deles é o tratamento dispensado ao tempo, que nos dois casos funciona como um elo, interligando passado e presente através da preservação da memória. No anuário há uma constante e reiterada alusão aos feitos do passado remoto e do passado recente, os quais atuam como um guia para as ações do futuro. Neste modelo, a vida repete um ciclo que vem desde a antiguidade – pela tradição oral e documental – e deve se repetir no ano que se inicia. Conhecendo o passado, o leitor sente-se mais seguro para enfrentar os desafios dos dias futuros.

Outro elemento, já apontado por Bordini (1995, p. 33, SEV), é que para Erico Verissimo a literatura pode ter certa similaridade funcional com o almanaque. Enquanto este oferece um mosaico de receitas para a vida prática e moral, com informações fragmentadas do tipo enciclopédico ou ocultista, aquela se forma a partir de “fragmentos de sabedoria popular, saber científico facilitado, ludismo e sarcasmo, invenção e superstição, para orientar e distrair, mas visando resguardar os valores do senso comum [...]”, que precisam ser ordenados pelo

61 Lajolo (2005, p. 133, SEV) aponta que a proximidade de Erico com a redação da *Revista do Globo* pode explicar “não só seus conceitos dessacralizados de literatura, como também a extrema legibilidade de seus livros.”

escritor e o leitor.

Pode-se acrescentar ainda entre estes fragmentos os textos de não ficção retirados da imprensa periódica para compor o eixo histórico da narrativa. Talvez seja a variedade destes registros o que contribui numa medida maior para a aproximação entre o romance e o almanaque. Julio Cortázar chamava de “meus almanaques” os livros **La vuelta al día en 80 mundos** (1967) e **Ultimo round** (1969). Nestas obras, Cortázar explora a montagem de fragmentos ao limite máximo, permitindo ao leitor a escolha por uma leitura linear ou salteada.

Tavares (2011, p. 15, TIB) compara os processos característicos da produção gráfica de almanaques e a técnica narrativa de Cortázar e conclui que o caráter de “almanaque” dos livros citados reside justamente nos registros não fictícios, mais precisamente na “reprodução de pequenas notícias de jornal (reais ou inventadas!), citações de livros alheios e relatos de acontecimentos extraordinários”.

Muito embora os objetivos de Erico Verissimo com a fonte jornalística fossem outros, mais para esclarecer do que para confundir o leitor, parece claro que a inserção destes recortes de jornais no fluxo narrativo fortalece a similaridade entre almanaque e romance. Visto que, como bem lembra Tavares (2011, p. 13, TIB), “almanaques são, tipicamente, livros montados a partir de fragmentos de autores variados que o editor (pode ser um indivíduo ou uma equipe) seleciona”.

Na ficção de **O tempo e o vento**, a memória manifesta-se de três maneiras principais: a tradição oral, a escrita (jornais, revistas e almanaques) e o culto a objetos que materializam a perpetuação da vida, caso do retrato de Rodrigo Cambará, o punhal do Padre Alonzo (pai adotivo de Pedro Missioneiro) e a tesoura que pertencera a D. Henriqueta (mãe de Ana Terra).⁶² Preservados no seio familiar ao longo das gerações, esses objetos são associados à continuidade da vida e à lembrança da morte, sinalizando que o presente repete o passado, bem como o futuro deverá repetir o presente. Nesta concepção, o tempo aparece como um fenômeno cíclico, não linear, em que as novas gerações repetem os atos das anteriores. Para que isso tudo não seja esquecido ou ignorado, a memória precisa ser ativada com o culto a estes símbolos.

O papel dos documentos escritos no plano do romance não difere do papel dos objetos pessoais preservados pelas gerações. O jornal, a revista e o almanaque também estão

62 Zilberman (2004a, p. 43, SEV) associa a transmissão de objetos às gerações subsequentes, em **O continente**, como uma forma de recuperar o tempo das origens através da repetição ritualística da ação dos ancestrais, uma manifestação própria do mito e suas relações com a história e a literatura.

ligados à preservação da memória e à valorização do passado. A participação dos escritos no plano ficcional ultrapassa uma função meramente mimética para sinalizar a perpetuação dos registros históricos, os quais não podem ser ignorados na compreensão do presente e ajudam a prever os eventos do futuro. Estes elementos reunidos sinalizam uma estreita aproximação entre o tratamento histórico em **O tempo e o vento** e os almanaques.

5 IMPRENSA E IMIGRAÇÃO

5.1 Os alemães no Rio Grande do Sul: uma breve introdução

Na primeira metade do século XIX, os Estados alemães enfrentam grandes mudanças socioeconômicas, passando de uma condição de sociedade agrária para uma sociedade industrial. Neste período, com a implantação de reformas agrárias, as terras passam a ser um bem negociável e os camponeses são libertados do regime de servidão. No entanto, eles precisam substituir a prestação gratuita de seus serviços pela doação de até metade de suas terras aos antigos senhores ou pagar uma determinada quantia em dinheiro para obterem o direito de posse da terra. As novas leis favorecem a concentração do solo nas mãos de poucas pessoas nobres e os camponeses são os mais prejudicados, tendo muitas vezes que procurar solos mais baratos, porém menos férteis (ALVES, 2003, p. 169, HI).

Em 1849, devido ao endividamento ou a perda parcial ou total da terra, a Prússia contava com mais de dois milhões de trabalhadores rurais sem terra, sem haver uma possibilidade de absorção destes camponeses livres. Nas regiões industrializadas a pobreza era ainda maior, pois milhares de camponeses deslocavam-se para as cidades em busca de novas possibilidades de trabalho. Em pouco tempo, as pequenas manufaturas e empresas artesanais foram suplantadas por indústrias maiores, capazes de empregar milhares de trabalhadores, mas somente a partir de 1860 esta industrialização começa de fato a oferecer emprego ao excedente populacional. Assim, temendo a fome e a miséria que atingia tanto o campo quanto a cidade, trabalhadores rurais sem terra e artesãos começam a encarar a emigração como uma saída para a pobreza e a proletarianização, inicialmente para pequenos grupos que seguiam as empresas alemãs estabelecidas no exterior, mais tarde para famílias inteiras que eram atraídas pela esperança de prosperidade.¹

A situação da política interna alemã também contribuiu para a emigração, tendo em vista que inúmeras lideranças influentes saíram em sua defesa. O cônsul da província de Baden no Rio de Janeiro, Dr. Ackermann, por exemplo, afirma em seus escritos que “apenas a emigração pode modificar a situação atípica que acomete os estados” e que “a emigração é uma ferramenta necessária para a manutenção da estabilidade de determinada situação do Estado” (SUDHAUS, 1940, p. 23, HI). A emigração, porém, estava longe de ser a solução

1 Sobre as mudanças socioeconômicas nos Estados alemães e sua relação com a emigração no século XIX, ver: HOERDER, Dirk. **Geschichte der deutschen Migration**. München: Verlag C. H. Beck, 2010; NIPPERDEY, Thomas. **Deutsche Geschichte: 1800-1866 - Bürgerwelt und starker Staat**. München: Verlag C. H. Beck, 1985; RÜRUP, Reinhard. **Deutschland im 19. Jahrhundert: 1815-1871**. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1984; DIPPER, Christof. **Die Bauernbefreiung in Deutschland: 1790-1850**. Stuttgart: Verlag Kohlhammer, 1980.

para todos os problemas econômicos e políticos da Alemanha não unificada. O descontentamento da população resulta, entre outras ações, na revolução liberal de 1848, orquestrada basicamente por intelectuais e artesãos com o objetivo de exigir o fim da censura e a convocação de um parlamento, cujo propósito seria o de estabelecer um Estado nacional Alemão no centro da Europa. Fracassada a revolução, muitos alemães perseguidos emigraram em busca de uma nova vida, situação que favorece o estabelecimento de um grande grupo de imigrantes letrados no Sul do Brasil.

Muito já se escreveu sobre o tema da imigração alemã no Rio Grande do Sul. As pesquisas, de regra, abordam dois enfoques básicos, conforme atesta Gertz (1991, p. 7-8, HI). Um deles é o aspecto sócio-econômico-demográfico, em que “a atenção centra-se basicamente na contribuição que alemães e descendentes deram para a constituição do Estado gaúcho”. O outro enfoque é o étnico-político-cultural-religioso, que “trata de participação política, de assimilação, de integração e de coisas semelhantes”.

Estes estudos revelam que, no Brasil, foi o imperador D. Pedro I quem primeiro se interessou em atrair imigrantes brancos não portugueses com o objetivo de povoar regiões pouco habitadas do Brasil. Oferecendo aos europeus algumas vantagens e compensações para a sua instalação em terras devolutas, o governo imperial implanta com a iniciativa um modelo que contraria a estrutura social e a concepção econômica herdada do período colonial. Motivado por intuição da própria importância da colonização ou por questões de política interna ou externa, o projeto do imperador, nas palavras de Roche (1969, p. 93, HI), “tinha um caráter revolucionário”.² Embora um pequeno grupo de suíços tenha se instalado no Sul da Bahia em 1818 e outro em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, em 1819, o ano de 1824 é considerado o marco inicial da colonização alemã no Brasil, quando são instalados os primeiros imigrantes na colônia de São Leopoldo, próximo a Porto Alegre.

Os primeiros recrutamentos de colonos foram realizados por um agente do governo brasileiro, Major Schaeffer, incumbido de convencer os alemães com promessas de naturalização imediata, liberdade de culto, isenção de impostos, uma propriedade de 77 hectares por família, animais, ferramentas e ajuda em moeda corrente para os dois primeiros anos. De imediato, conhecendo as condições políticas e financeiras do Brasil, os jornais

2 Autores divergem sobre as reais intenções da Coroa com a imigração. A ideia, que teria sido sugerida a D. Pedro I pela Imperatriz D. Leopoldina, seria um desejo de desenvolver a produção agrícola ou, ainda, uma primeira tentativa de enfrentar o problema do fim da escravidão. Oberacker Jr. (1985, p. 257, HI) afirma que a colonização tinha para o Império uma “finalidade cultural”, pela qual os colonos alemães, além de formarem uma nova classe social em regiões estrategicamente ameaçadas, poderiam servir “de exemplo para os nativos, sugerindo-lhes algo de novo”.

alemães abriram campanha contra esse aliciamento,³ sob a alegação de que o Império não poderia cumprir as condições referentes à naturalização plena, à liberdade de culto, à concessão de terras e campos e aos subsídios (PELLANDA, 1925, p. 4, HI).

De fato, em 1827 são retiradas dos contratos as cláusulas que tratavam da concessão automática da nacionalidade e da liberdade de credo, uma vez que a Constituição proclamava a religião católica a do Estado. Além disso, muitas dessas promessas demoravam ou mesmo nunca chegavam a ser cumpridas pelas autoridades, o que não raro resultava em protesto dos imigrantes. Mesmo assim, os imigrantes deixavam-se ficar e muito raramente alguma família retornava à pátria. Conforme destaca Expilly (1865, p. 77, HI, tradução nossa), “eles partiram sem a intenção de retornar. [...] seus corações guardaram uma doce lembrança da Germânia branca, mas amarraram definitivamente seus destinos e os de seus descendentes ao destino da terra que os adotou”.

Segundo levantamento de Pellanda (1925, p. 21-25, HI), entre 1824 e 1830 cerca de 5.350 imigrantes alemães instalaram-se no Rio Grande do Sul, mantendo-se a exclusividade da origem germânica no processo de colonização do Estado pelo menos até 1856. Entre os imigrantes havia os de origem rural, que partiam de regiões diversas com costumes e dialetos diferentes, e os alemães citadinos, artesãos e burgueses que tinham experiência nas mais diversas profissões. A partir dessa pluralidade de ofícios, a colônia desenvolveu-se ao mesmo tempo na produção agrícola (batata, feijão, cereais, etc.) e na atividade comercial (sapateiros, tecelões, moleiros, alfaiates, etc.). Em cinco anos, os primeiros colonos já contavam com uma fábrica de azeite, uma de sabão e oito pequenos curtumes (ROCHE, 1969, p. 97, HI).

Aproveitando a navegabilidade do Rio dos Sinos, os alemães de São Leopoldo vendiam os excedentes de sua produção para o mercado de Porto Alegre e progrediam rapidamente. Outras colônias fundadas na mesma época, mas sem as mesmas condições favoráveis, não tiveram o mesmo destino. O mesmo ocorre em Santa Catarina, onde as tentativas de colonização iniciam-se em 1829, em São Pedro de Alcântara, próximo a Desterro (Florianópolis), mas resultados satisfatórios são alcançados somente a partir de 1850, com a criação de colônias no Vale do Itajaí (Blumenau e Dona Francisca).

Em comparação a outros destinos do fluxo migratório europeu, como Estados Unidos

3 O *Allgemeine Preußische Staatszeitung*, jornal oficial do governo da Prússia, publica ao menos de três a quatro boletins semanais sobre a América Latina entre 1824 e 1830. Schmieder (2004, p. 83, HI, tradução nossa) afirma que: “Diferentes boletins sobre a emigração para o Brasil revelam uma evidente tentativa de transmitir ao leitor uma imagem negativa do país e das condições de emigração, que de fato eram muito desfavoráveis”.

e Austrália, o Brasil foi um dos países que menos recebeu imigrantes alemães. Um dos motivos para isso foi a supressão de todos os créditos para a colonização, aprovada pela Lei do Orçamento de 1830. A lei retroativa, além de retirar de futuros imigrantes o pagamento de custos de viagem e incentivo em dinheiro na chegada ao Brasil, também negava o pagamento das indenizações vencidas, o que fez aumentar o descrédito do país e a desconfiança dos alemães. Quatro anos mais tarde, um Ato Institucional transfere para as províncias a competência legal em matéria de colonização, mas o Rio Grande do Sul não consegue tirar proveito da lei por conta da Revolução Farroupilha, que compromete o progresso de muitas atividades durante uma década. Em 1844 e 1845, por exemplo, entraram no Estado apenas 153 imigrantes alemães.

Outra medida que traz prejuízo à colonização é a preferência do Governo Provincial pela imigração espontânea, ou seja, sem contrato com recrutadores nem subvenções para atrair os colonos. Com o discurso de que esse modelo “assegura a moralidade e a ordem nas colônias, entrada de capitais e economia para o Governo, que se limita a distribuir terras” (Roche, 1969, p. 105, HI), tanto o governo quanto a Assembleia Provincial alimentavam a esperança de que a imigração para o Rio Grande do Sul passaria a ser um desejo livre e espontâneo dos alemães, um desejo que nunca viria a se realizar.

Esta tendência tende a mudar no Brasil à medida que cresce a iminência da extinção do tráfico de escravos, mais por pressão da Inglaterra do que por iniciativa da política interna.⁴ Portanto, se a corrente migratória europeia está intimamente ligada à escravidão, como defende Prado Júnior (1994, p. 185, HI), é natural que ela ocupe o primeiro planos das cogitações brasileiras justamente quando os grandes fazendeiros precisam de “braços” nas lavouras para substituir a força escrava, cada vez mais cara e escassa. É neste contexto que surge em São Paulo o sistema de trabalho em parceria entre imigrantes e fazendeiros, seguindo um modelo bem diferente do adotado nas colônias.

O idealizador deste sistema foi o senador Nicolau de Campos Vergueiro, um grande lavrador de café e político influente no país, cuja fortuna provinha em grande parte do comércio de importação de escravos (FAUSTO, 2009, p. 205-6, HI). Entre 1847 e 1857 ele introduziu na sua fazenda de Ibicaba mais de 170 famílias de alemães, suíços, belgas e portugueses, cujo exemplo foi seguido por outros lavradores de café de São Paulo (PRADO

4 Importante estudo sobre a interferência da Inglaterra no processo de abolição da escravatura no Brasil encontra-se em: BETHEL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos – 1807-1869**. Tradução Vera Neves Pedroso. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

JÚNIOR, 1994, p. 187, HI). O que no princípio parecia ser uma boa solução para os problemas de falta de mão de obra na lavoura, bem como um bom negócio para os imigrantes, aos poucos revelou seus inconvenientes.

Os contratos de trabalho assinados na Europa eram direcionados para o benefício exclusivo do empregador, que não tratava os colonos como trabalhadores livres. Pelo acordo, o imigrante ficava vinculado ao fazendeiro durante o prazo que durasse o resgate das dívidas decorrentes do adiantamento das despesas de viagem e outras antecipações, como mercearia, farmácia e médico, incluindo juros. Em caso de morte do trabalhador, a dívida recaía sobre seus familiares. Oberacker Jr. (1985, p. 257, HI) aponta que os fazendeiros de má-fé deixavam os trabalhadores “em permanente escravidão pelas dívidas, tanto mais que as meias que de direito lhes eram devidas sobre o resultado da safra, em geral deveriam ser vendidas ao próprio fazendeiro, a preços nem sempre justos”. Além disso, colonos e escravos trabalhavam lado a lado e os senhores em geral não diferenciavam uns dos outros.

Por outro lado, o recrutamento dos colonos na Europa era feito sem critérios, já que os agentes recebiam pela quantidade de trabalhadores embarcados. Dessa forma, uma boa parcela dos que chegavam ao Brasil nunca havia desempenhado atividades rurais.⁵ Segundo Prado Júnior (1994, p. 187-8, HI),

nessas condições, não é de admirar que de parte a parte comessem a surgir descontentamentos. Os proprietários vão perdendo interesse por um sistema tão cheio de percalços e dificuldades. Doutro lado, alarma-se a opinião pública na Europa, em particular na Alemanha e em Portugal, donde provinha então a maior parte da imigração no Brasil, com a sorte aqui reservada para os seus compatriotas emigrados. Sucedem-se aos inquéritos oficiais, e em grande parte eles são desfavoráveis e desaconselham a emigração.

De qualquer forma, mesmo com a introdução de imigrantes nas lavouras de café, o Brasil continuou sendo um dos destinos menos procurados dos europeus. Entre 1850 e 1859, o Brasil recebeu apenas um décimo da média anual de 500 mil europeus que emigraram.⁶

5 Em prefácio à obra de Davatz (1972, p. 28, HI), Sergio Buarque de Holanda acrescenta: “Acresce que o pauperismo reinante em certas localidades europeias levava muitas autoridades da Alemanha e da Suíça a estimular a emigração de elementos que se tornavam onerosos às administrações municipais. Várias municipalidades prontificaram-se mesmo a colaborar com os agentes de emigração adiantando ao emigrante as somas necessárias à passagem e sustento. [...] Entre os colonos enviados a São Paulo por intermédio da Casa Vergueiro figuravam, segundo o testemunho insuspeito do Dr. Heusser, não só antigos soldados, egressos das penitenciárias, vagabundos, de toda a espécie, como ainda octogenários, aleijados, cegos e idiotas. Essa gente encontrava, de parte de muitas administrações, todas as facilidades para emigrar”.

6 Blaschka-Eick (2010, p. 11, HI, tradução nossa) comenta que “embora houvesse terra suficiente no Brasil e na Argentina, ela não tinha para os alemães a mesma magia e a atratividade da ‘terra prometida’, os Estados Unidos”.

Nestes dez anos, deixaram a Alemanha 1,1 milhão de pessoas (EXPILLY, 1865, p. 62-70, HI), sendo que apenas 7.352 delas se estabeleceram no Rio Grande do Sul (PELLANDA, 1925, p. 21 e 24, HI). Na província gaúcha, onde não havia a necessidade de substituição de mão de obra escrava por trabalhadores livres, a imigração seguia nos moldes coloniais, mas em um ritmo lento apesar da manutenção dos sistemas de contratos.

Entre 1850 e 1870 o Governo Provincial assinou contratos com diversas companhias de imigração, que se comprometiam a enviar ao Estado um determinado número de colonos a cada ano. No entanto, mesmo recebendo recompensas para cada indivíduo, cujo valor variava conforme a idade, as companhias não conseguiam cumprir o tratado. Sempre alimentando a esperança de que a introdução de imigrantes deixaria de ser por cabeça e passaria a ocorrer de forma espontânea, “os governantes rio-grandenses fizeram a colonização depender do estado da opinião pública alemã” (ROCHE, 1969, p. 107, HI). Essa opinião, porém, era totalmente hostil à emigração para o Brasil, como veremos mais adiante.

5.1.1 Observações do médico Carl Winter

A representação do elemento alemão em **O tempo e o vento** está centralizada na figura do imigrante Dr. Carl Winter, um dos personagens mais constantes na narrativa dos episódios “A Teiniaguá”, “A Guerra” e “Ismália Caré”, todos de **O continente**. Apesar de a colonização alemã ter sido conduzida no Rio Grande do Sul em sua maioria por agricultores, artesãos e pequenos burgueses que viajavam em busca de melhores condições de vida, e geralmente pouco instruídos, Erico Verissimo optou por abordar o tema da imigração a partir de um sujeito culto que foge da Alemanha por motivos políticos.

Erico Verissimo (1995a, p. 299, OEV) conta em suas memórias que a certa altura sentiu a necessidade de criar um personagem que pudesse fazer o papel de “coro” da sociedade provinciana de Santa Fé. Ele deveria ser alfabetizado e capaz de comparar a “incipiente civilização sul-americana com a europeia”. Ao ler sobre Cruz Alta em uma monografia, o escritor descobriu que em 1852 um médico natural da Alemanha “apresentou suas credenciais à Câmara Municipal”. Nasce neste momento o personagem Carl Winter.

Para completar a biografia do médico alemão, particularmente quanto ao lugar de nascimento, o escritor pede ajuda a um amigo, o tradutor Herbert Caro. De uma lista de pequenas cidades alemãs apresentadas por Caro, Erico Verissimo escolheu Eberbach, que fica próxima a Heidelberg. Quanto ao perfil arquetípico do personagem, o escritor afirma que “não

se parece psicologicamente com ninguém que eu haja conhecido” (1995a, p. 300, OEV).

Carismático e tolerante, tomado por todos como um confidente, Carl Winter torna-se um observador capaz de ler e decifrar a essência moral e social do gaúcho, circulando livremente em todos os ambientes de Santa Fé. Formado em medicina pela Universidade de Heidelberg, Winter chega a Santa Fé em 1851, após fugir do calor e da febre amarela no Rio de Janeiro. Também tenta adaptar-se, sem sucesso, a Rio Grande e Porto Alegre.

Quando questionado sobre os motivos que o levaram a abandonar sua pátria, Winter confirma a participação na revolução liberal alemã, mas prefere contar uma história mais dramática:

Estou aqui principalmente porque Gertrude Weil, a Fräulein que eu amava, preferiu casar-se com o filho do Burgomestre. Isso me deixou de tal maneira desorientado, que me meti numa conspiração, que redundou numa revolução, a qual por sua vez me atirou numa barricada. Ora, essa revolução fracassou e eu me vi forçado a emigrar com alguns companheiros. (1956b, p. 550, OEV)

O plano inicial de Winter era fazer clínica, juntar algum dinheiro e retornar à Alemanha assim que esquecesse Gertrude Weil e quando o governo garantisse indulto aos revolucionários. O que acontece, porém, é bem diferente do planejado e Winter deixa-se ficar em Santa Fé, apesar de sempre se perguntar por que não partia para qualquer outro lugar do mundo, onde houvesse teatro, música, museus e “agradável convívio humano”. Sempre adiando para a próxima semana o plano de seguir viagem, Winter vê-se cada vez mais atraído pela simplicidade de Santa Fé, onde precisa competir por clientes com os curandeiros locais e acostumar-se a novos hábitos, preenchendo seus vazios com a leitura dos poemas de Heinrich Heine, cujo volume trouxera consigo da Alemanha.

Por ter o hábito de falar sozinho em alemão, caminhando pelas ruas da vila, é observado como um ser exótico. Alto, magro, de óculos e barba ruiva, não se parece com ninguém daquelas bandas, apesar de não ser o primeiro alemão em Santa Fé – as famílias Schutz e Kunz se estabeleceram na vila antes da Revolução Farroupilha. Para muitos, era um louco vestido de roupas de veludo em cores extravagantes, muito justas ao corpo, e coletes de fantasia. “O médico alemão era inconfundível. Ninguém mais em Santa Fé se vestia daquele jeito engraçado. Ninguém ali usava chapéu alto como chaminé nem aquelas roupas estapafúrdias” (1956b, p. 541, OEV).⁷

⁷ A extravagância nas vestes de Carl Winter não está descolada da realidade da época. Segundo Breitenbach (1913, p. 215, HI), os alemães tinham por hábito usar em certas épocas roupas típicas inspiradas em lendas da terra. Essas roupas foram trazidas na bagagem pelos imigrantes que, sem dispor de modelos adequados à nova cultura, passaram a usá-las no cotidiano das colônias.

Ele, por sua parte, sabia que suas roupas davam razão ao falatório, mas preferia vestir-se como se estivesse em Berlim ou Munique. Acreditava que no dia em que abandonasse as modas europeias e começasse a se vestir como os nativos, “mais da metade do encanto de viver naquela terra estaria perdida” (1956b, p. 547, OEV). Além disso, Winter sempre amara sua independência e considerava-se um “individualista”, e uma maneira de se afirmar como indivíduo e de defender a sua independência era vestir-se daquele modo inconfundível.

Pelo menos nos primeiros anos de estadia em Santa Fé, Winter recusa o chimarrão, o cigarro de palha e o contato físico com as mulatas. Em suas reflexões, observa que naquela província “a paisagem era civilizada, mas os homens não” (1956b, p. 561, OEV) e não consegue evitar comparações entre os costumes da sociedade local e da alemã. Escuta as histórias de duelos entre gaúchos e castelhanos e as compara aos duelos acadêmicos de Heidelberg; ouve as cantigas gauchescas, nas quais identifica “o ritmo do trote do cavalo, um lamento prolongado, pobre de melodia” (1956b, p. 564, OEV), e as compara ao som do quarteto de cordas do qual fazia parte tocando ao violino Mozart, Beethoven e Schubert.

Em síntese, além de lamentar o fato de que ninguém sabia fazer bom pão e vinho, “suprema medida duma civilização” (1956b, p. 563, OEV), Winter descreve a cultura da província da seguinte maneira:

Tratava-se positivamente duma sociedade tosca e carnívora, que cheirava a sebo frio, suor de cavalo e cigarro de palha. As casas eram pobres, primitivas, sem gosto nem conforto, quase vazias de móveis; em suas paredes caiadas não se via um quadro, uma nota de cor que lhes desse um pouco de graça. [...] Havia em tudo uma rusticidade e uma aspereza que estavam longe de ter o encanto antigo e a madureza das coisas e gentes camponesas da Baviera, da Pomerânea ou do Tirol – onde existia uma tradição no que dizia respeito a móveis, roupas, comidas, danças, lendas e canções. (1956b, p. 563-4, OEV)

Antes de dirigir-se à zona rural do Rio Grande, Winter chega a circular pelas colônias alemãs, com a esperança de gostar de uma delas e por ali se estabelecer. Porém, o médico não gosta do que vê. Seus compatriotas o irritam tanto ou mais que os nativos e “muitos deles eram estúpidos e cheios de preconceito” (1956b, p. 554, OEV), havendo entre eles os que se envergonhavam do título de colonos e declaravam serem exilados políticos, rejeitando a imagem do imigrante que foge da fome e dos impostos.

Apesar de a maioria prosperar, Winter não deixa de notar que muitos haviam assimilado “todos os maus hábitos dos naturais da terra”, vivendo amasiados com mulatas e negras, andando descalços, habitando ranchos miseráveis e contaminados pela sífilis. Eram

desprezados pelos estancieiros e, por sua vez, desprezavam os luso-brasileiros. “Era triste ver como em seus baús e sacos, junto com roupas e tarecos, haviam trazido para o Brasil todos os prejuízos, rivalidades e mesquinhezas de suas aldeias natais. Não compreendiam – os insensatos! – que lhes seria possível passar a vida a limpo naquela pátria nova” (1956b, p. 554, OEV).

Esta opinião não impede sua crença na capacidade dos alemães de contribuírem para o desenvolvimento do país. Winter reflete que os colonos fazem o que podem e, apesar de todas as dificuldades, já colhem os frutos do seu trabalho.

Estava certo de que eles poderiam ajudar com o seu trabalho e seus conhecimentos o progresso do Brasil. Os que ali haviam chegado até então lutavam com toda a sorte de dificuldades: as distâncias, a falta de meios de comunicação, a ignorância dos nativos e a indiferença dos governos. Faziam, entretanto, o que podiam. Aos poucos iam realizando coisas, fundando colônias novas, cultivando a terra, exercendo, enfim, um apreciável artesanato. (1956b, p. 639, OEV)

Em 1855, com a autorização da Assembleia Provincial, Santa Fé recebe as primeiras famílias de imigrantes alemães, que fundam a colônia Nova Pomerânia. Chegam conduzindo carroças carregadas de instrumentos agrícolas e objetos pessoais. Winter os recebe com má vontade e desinteresse, um sentimento de rejeição que não sabe explicar. Mesmo assim, visita os colonos de tempos em tempos para atender alguma emergência médica ou para ver o progresso da colônia, onde cada família recebera um lote de 100 braças de frente por 1500 de fundo. Fica impressionado com a rapidez com que os alemães transformam a região, construindo pontes, moinhos, cercas e preparando o solo para as lavouras.

Ao observar tudo isso, não deixa de estranhar a situação de ouvir aquelas conhecidas vozes alemãs tão distantes da terra natal. Muito embora tenha consciência de ser um estranho naquelas paisagens, Winter sente-se diferente de seus compatriotas, apesar de ter a mesma origem, e consegue visualizar esse estranhamento pelos olhos dos nativos. “De quando em quando passava a cavalo um caboclo moreno, de olhos e cabelos negros, parava, olhava para os colonos por muito tempo, sem dizer nada, depois esporeava a cavalgadura e seguia caminho. Carl não conseguia ler nem aprovação nem censura naquelas caras inescrutáveis” (1956b, p. 657, OEV). Em certa ocasião Winter observa uma visita do coronel Bento Amaral, que de cima de seu cavalo faz perguntas e dirige conselhos aos alemães. Após a partida do coronel, os colonos voltam ao trabalho de forma discreta e silenciosa, sem fazer qualquer tipo de comentário. Por situações como esta, “Winter achava-os ignorantes e pouco simpáticos” (1956b, p. 658, OEV).

Mesmo encontrando defeito em tudo e em todos, tanto nos nativos quanto nos imigrantes, Winter aos poucos também se deixa envolver pelos costumes locais. Uma de suas primeiras providências em Santa Fé foi comprar uma escrava, chamada Gregória, que de pronto recebe alforria e se encarrega de preparar as refeições e manter a casa em ordem. No episódio “A Guerra”, situado em 1869, já encontramos Winter numa situação de total imersão na cultural local, tomando chimarrão, fumando os cigarros de palha e, quando o corpo clama, deitando-se com índias e chinocas.

Neste momento, devido à morte de Gregória, o médico alemão possui o seu segundo escravo, dessa vez um jovem que recebe o nome de Heinrich Heine em homenagem ao seu poeta preferido. As ordens ao escravo são dadas em alemão, uma situação que revela a intenção do personagem de se manter de alguma forma ligado às suas raízes, mesmo que seu interlocutor pouco entenda da língua germânica. Em meio a conversas com os patrícios da vila, não raro solta versos de Heine em alemão, para assombro de alguns e graça de outros.

As esquisitices de Winter não impedem que se torne médico da família Cambará e uma das presenças frequentes do Sobrado. Confidente dos principais integrantes da família, Winter transforma-se num mediador de conflitos e conselheiro sentimental. Observa tudo com um olhar analítico e encara os problemas de relacionamento dos habitantes de Santa Fé ora como tragédia ora como comédia, estabelecendo comparações entre a literatura de ficção e os acontecimentos “reais” que presencia em Santa Fé. Na comédia humana da vila, encarada por ele como uma paródia do que vira na Europa, “os atores seriam menos consumados, o cenário mais pobre. Mas os eternos elementos do drama lá estavam: o amor, o ódio, a cobiça, a inveja, o desejo de poder e de riqueza, a sensualidade, a vingança... e o mistério” (1956b, p. 610, OEV).

No episódio “A Teiniaguá”,⁸ que transcorre entre 1853 e 1855, Winter vive às voltas com os problemas de relacionamento entre Bibiana, Bolívar e Luzia, neta do estancieiro Aguinaldo Silva. Com o casamento entre Bolívar e Luzia, incentivado por Bibiana, os Cambará voltam a ocupar a terra que um dia perderam para o próprio Aguinaldo em uma hipoteca. A união, no entanto, custa caro ao filho do Capitão Rodrigo, sempre tratado com

8 Segundo a lenda, a teiniaguá é uma princesa moura transformada em lagartixa pelo diabo, que tem no lugar da cabeça uma pedra preciosa de cor rubi. Aprisionada por um sacristão, transforma-se em princesa e pede a ele um pouco de vinho. Apaixonado, o sacristão furta o vinho sagrado reservado à Santa Missa e, descoberto, acaba sendo condenado à morte. A teiniaguá, que havia se transformado em lagartixa e fugido, volta para resgatar o seu amor. Os dois fogem e vão morar numa caverna no Cerro do Jarau. A caverna encantada passa a ser chamada de Salamanca (gruta mágica), onde a pessoa que lá entrasse, cumprisse as sete provas e saísse, passaria a ter sorte no amor e no dinheiro para o resto da vida. Na Salamanca do Jarau a teiniaguá e o sacristão tornam-se os pais dos primeiros gaúchos do Rio Grande do Sul.

maldade pela esposa. Participando destes acontecimentos como ator e como espectador, Winter percebe algo de raro em Luzia, o que o leva a compará-la com a musa da tragédia, Melpômene, e com a teiniaguá.

A referência ao mito está relacionada aos acontecimentos trágicos no âmbito familiar e à postura de Luzia, que tem o poder de encantar a todos com a sua beleza, inclusive o próprio Winter. Criada na Corte, bem instruída e hábil na cítara, Luzia também se revela uma mulher sádica e que cultiva uma curiosidade mórbida pelo sofrimento alheio. Ele pergunta-se: “Como era que naquele fim de mundo, naquele lugarejo perdido nos confins do continente americano, entre gente rude e primária, existia uma mulher assim? Podia estar numa tragédia de Sófocles ou de Schiller, num conto de Hoffmann ou num... *Mein Gott!*” (1956b, p. 589, OEV). De qualquer forma, fosse qual fosse o destino daquele casamento e da sorte dos Cambará, Winter sentia prazer em ver o desenvolvimento daquela “rústica comédia provinciana”, pois que não havia outro teatro em Santa Fé.

Diferente do que ocorre com as outras mulheres de Santa Fé, sempre distantes das conversas dos homens, Luzia toma parte nas discussões, para escândalo de Bibiana e surpresa dos visitantes. Seu conhecimento vem, além dos livros, da leitura de jornais recebidos de Porto Alegre, nos quais ela se informa sobre os eventos externos ao universo da vila. Durante uma reunião no Sobrado, transcorre o seguinte diálogo entre ela e Winter: “– Recebi ontem jornais de Porto Alegre – disse Luzia. – O senhor depois quer ler? – Claro! Quero ver o que está acontecendo por esse mundo velho.”

Luzia odeia a vida pacata da vila e não esconde seu aborrecimento com a falta de distrações como bailes, teatros e concertos. Para ela, a leitura dos jornais a faz sentir-se mais próxima da Corte e das opções de divertimento inexistentes em Santa Fé.⁹ Winter, por sua vez, precisa ler os periódicos para não perder definitivamente o contato com o resto do mundo, uma forma de manter o vínculo com a cidade e lembrar que a qualquer hora pode partir em busca de um lugar mais “civilizado”.

As referências a artigos e notícias de jornal nesta fase da narrativa são, no entanto, poucas e pontuais, revelando que o emprego do recurso jornalístico diminui conforme cresce o distanciamento temporal entre o momento da escrita e a época em que a narrativa se situa.

9 David-Peyre (1977, p. 97-121, SEV, tradução nossa) encontra semelhanças entre Luzia Cambará e Emma Bovary, personagem central do romance **Madame Bovary**, de Gustave Flaubert, publicado em folhetim em 1856 e em livro no ano seguinte. Além da coincidência de época retratada, David-Peyre aponta semelhanças temáticas no tratamento das duas personagens, como a doença, o adultério, a instrução feminina e o tédio da vida numa pequena cidade. “Podemos dizer de Luzia o que Flaubert escreve de Emma: no fundo de sua alma, entretanto, ela espera um acontecimento” (p. 112).

Por exemplo, quando os personagens discutem sobre as vantagens e desvantagens das estradas de ferro, lemos:

- E vosmecê acha que um dia essas coisas vêm aqui pra Província?
 - Winter ia responder quando Luzia o interrompeu:
 - Estive lendo nos jornais que vão inaugurar este ano a primeira estrada de ferro do Brasil.
 - Mas vai custar a chegar até aqui – observou Bolívar. – Tudo custa. Leva anos e anos.
 - Quanto mais custar – sentenciou Bibiana – melhor pra nós.
- A estrada de ferro a que Luzia se referia pertencia a uma companhia inglesa. Quando passara pelo Rio de Janeiro, Winter ficara surpreso ante o número de firmas e agências comerciais britânicas que lá existiam. (1956b, p. 638, OEV)

É natural, neste caso, que os jornais tenham publicado notícias sobre as obras de construção da primeira estrada de ferro do Brasil, que tinha 15 quilômetros e foi inaugurada em abril de 1854, no Rio de Janeiro. Apesar de não constar na narrativa o nome do jornal nem a data da notícia, é interessante notar que mesmo no longínquo ano de 1855 as novidades da Corte chegam ao universo rural de Santa Fé pelas páginas dos jornais. Seguramente o escritor não teve acesso a jornais desta época, mas as informações históricas tiradas de outras fontes entram no contexto narrativo através da leitura de jornais.

Outro exemplo está na descrição da epidemia de cólera que fez milhares de vítimas entre 1855 e 1856, inclusive em Porto Alegre, onde Bolívar e Luzia viajam a passeio. Na volta do casal a Santa Fé, o medo do contágio leva o intendente a decretar quarentena no Sobrado, ordem que provoca a ira e consequente morte de Bolívar durante um confronto com um capanga que fazia a vigilância da casa. As informações sobre a origem e a propagação da peste são narradas como se se tratasse de um resumo de notícia de jornal, embora o narrador não deixe evidente sua fonte.

Conheciam-se agora *notícias mais detalhadas* da epidemia de cólera-morbo. Tinha sido trazida do Rio por passageiros do vapor Imperatriz, que ancorara em fins de 1855 no porto do Rio Grande. A peste começara nas charqueadas de Pelotas, alastrara-se pelas localidades vizinhas e atingira Porto Alegre onde se dizia que o número de casos fatais ia além de mil. As carroças da municipalidade andavam pelas ruas a recolher cadáveres, que na maioria dos casos estavam de tal modo desfigurados, que se tornava impossível identificá-los. [...] Recolhiam-se os mortos às carroçadas. Abriam-se no cemitério valas comuns onde os corpos eram despejados e em seguida cobertos de terra. O êxodo da cidade era enorme. Quem podia fugir, fugia. Havia pavor em todas as caras e em algumas pessoas a palidez e a algidez do medo eram confundidas com os sintomas da peste asiática. O Barão de Muritiba, chefe do governo provincial, estava tomando providências para evitar que o mal se alastrasse pelo resto da Província. Contratava médicos e enviava-os para vários municípios. (1956b, p. 671-2, OEV, grifo nosso)

Os dois exemplos acima, da estrada de ferro e da epidemia de cólera, têm um efeito diferente sobre as personagens da narrativa, mas o propósito do escritor parece ser o mesmo. Consiste essa estratégia em refletir no universo de Santa Fé alguns acontecimentos importantes do período, os quais dificilmente chegariam ao conhecimento dos habitantes sem a participação das folhas impressas.

Assim, a notícia da construção da ferrovia serve para revelar ao mesmo tempo diferentes pontos de vista sobre a ideia de progresso e a consciência do atraso em que vivem os moradores de uma pequena vila no interior do Rio Grande do Sul. Já os detalhes sobre a propagação do cólera não servem para despertar o diálogo em torno do tema, mas para mostrar como uma doença vinda de tão longe pode afetar a tranquilidade de uma pequena vila distante do centro dos acontecimentos. Para reforçar a descrição realística do terror, o narrador acrescenta uma informação que trata da medida adotada pelo presidente da Província à época, o Barão de Muritiba (Manuel José Vieira Tosta, 1807-1896).

Ainda no episódio “A Teiniaguá”, o conteúdo jornalístico auxilia Winter nas longas e polêmicas conversas sobre política, economia e religião com o Padre Otero, o juiz de direito Dr. Nepomuceno e Aguinaldo Silva. Amparado por um conjunto de ideias liberais e pelas cartas e jornais recebidos de seu amigo Carl von Koseritz,¹⁰ o médico não foge à oportunidade de questionar as crenças e o modelo de trabalho e de desenvolvimento dos nativos. Nestes diálogos, o médico faz observações lúcidas sobre os principais problemas da província, apontando os erros da gente e o perigo que representa a falta de esforços pela promoção do progresso.

Quando os homens conversam sobre as dificuldades do negócio do charque, ele comenta:

- Mas esta Província não pode depender eternamente do charque e do couro!
- exclamou Winter. – Foi um erro terem abandonado o trigo. É uma insensatez não cuidar dos rebanhos... um crime não cultivar melhor a terra. Havia outros problemas sérios: o da instrução pública, por exemplo. Existiriam quando muito umas oitenta escolas em toda a Província, e todas eram de primeiras letras. Havia uma assustadora escassez de professores.
- [...]
- Esta terra é boa demais para ficar abandonada, despovoada de gentes, de gado e de lavouras... É incrível que a Província tenha de importar os cereais que consome: não só os cereais, mas até a farinha de mandioca. (1956b, p. 604-5, OEV)

Ao perceber que suas declarações deixam os outros zangados, feridos em seu

10 Faremos ao final desse capítulo uma análise da correspondência entre Winter e Koseritz.

patriotismo, Winter entusiasma-se, reproduzindo o discurso da capacidade superior dos alemães em promover o desenvolvimento:

- Mas não basta melhorar os rebanhos – disse Winter em voz alta. Aproximou-se do consolo e ficou a dedilhar distraidamente as cordas da cítara. – É preciso também cuidar dos homens...
- Cuidar dos homens? – estranhou o padre.
- [...]
- Quero dizer que seria melhor casar vossos homens e mulheres com os imigrantes alemães do que com negros e índios.
- O meu caro doutor acha então que somos uma nação inferior?
- Eu não afirmei propriamente isso. Mas se vosmecê conhecesse a Alemanha teria uma ideia do que é capaz o povo alemão.
- O que o doutor quer insinuar – observou o padre – é que os alemães merecem mais que nós esse país... (1956b, p. 606-7, OEV)

No episódio “A Guerra”, o tema das discussões realizadas no Sobrado – com o Major Graça substituindo Aguinaldo Silva, já falecido – versa principalmente sobre questões políticas, como os rumos da Guerra do Paraguai, as intrigas na Corte e o crescimento dos ideais republicanos. Para o militar, a ideia de república é coisa de “meia dúzia de mocinhos que andam com as cabeças cheias de leituras exóticas e ideias extravagantes”; para o padre, “o perigo está em certas ideias radicais que importamos da Europa”; para o Dr. Nepomuceno, “é o progresso”. Luzia, que também participa das conversas, observa que se vive uma época interessante em que muita coisa está acontecendo, “basta ler um jornal!” (1956b, p. 799, OEV).

- A guerra civil nos Estados Unidos... – enumerava Luzia. – A libertação dos escravos, a morte de Abraão Lincoln... Ah! E a maravilhosa história de Maximiliano, imperador do México... Ainda ontem estive lendo a respeito dele num almanaque. (1956b, p. 799-800, OEV)

Nestas discussões Winter sai em defesa dos princípios liberais, exaltando os propósitos da Revolução Francesa e alertando a todos que um dia os principais ideais deste movimento “virão para ficar” e que “o que é extravagante hoje pode ser muito natural e sensato amanhã” (1956b, p. 798-9, OEV). Por intermédio dos jornais da Alemanha, Winter acompanha “com o interesse de quem lê uma novela fascinante” (1956b, p. 802, OEV) as ideias políticas em marcha na Europa. O fato de estar em Santa Fé, “por assim dizer, um outro planeta”, leva o médico a encarar o curso da História de uma perspectiva diferente, com mais lucidez justamente por estar vendo tudo à distância. Para ele, “há uma ideia em marcha”, nascida da Revolução Francesa, cuja semente foi lançada e já floresce.

Com a ressalva de que “o ponto de vista não é propriamente meu. Mas eu o aceito. Li-o em algum livro ou artigo de jornal” (1956b, p. 803, OEV), o médico argumenta que

apesar das violências, vinganças e ódios pessoais a revolução deixou uma herança que nem as guerras de conquista de Napoleão conseguiram apagar. As opiniões deste são contestadas pelos interlocutores.

– Os Direitos do Homem, as liberdades inalienáveis do indivíduo, o direito que cada cidadão tem à liberdade, à propriedade e à segurança. A liberdade de imprensa, de culto e palavra para todos, sem nenhuma distinção.

– Patacoadas! – exclamou o vigário. – A liberdade? Para que é que o povo quer liberdade? Para ser ateu, herege, licencioso? Liberdade para tomar a mulher do próximo? Liberdade para caluniar, mentir, ofender? Liberdade para quebrar os mandamentos divinos? Libertinagem, isso era o que queriam esses senhores da Revolução Francesa.

[...]

O major perguntou:

– E vosmecê acha, doutor, que essas ideias foram alguma vez postas em prática?

– Eu já disse que Napoleão atrasou o relógio da História. Ainda há países que não saíram de todo das sombras da Idade Média. Mas em certos círculos do mundo floresce o pensamento liberal. A semente foi lançada. Não resta a menor dúvida.

[...]

– Essa igualdade com que os senhores liberais sonham – insistiu o militar – pode muito bem significar desordem, desrespeito e anarquia.

– Eu compreendo muito bem que vosmecês prefiram a ideia da monarquia, da manutenção dos privilégios da igreja e da nobreza, e da submissão do povo. (1956b, p. 805-6, OEV)

Ainda seguindo os pensamentos de Winter, o encontramos no episódio “Ismália Caré” discutindo sobre o movimento que prega a proclamação da República. Para frear o entusiasmo de Licurgo Cambará e Toríbio Rezende, republicanos empolgados com a causa da abolição e a campanha contra o Imperador, o médico mostra-se cético com a possibilidade de o povo derrubar a monarquia, pois acredita que “neste país nunca se fará nada sem a interferência direta ou indireta da espada. Só virá a República se o exército quiser” (1956b, p. 901, OEV). Contra a sugestão de uma revolução de ideias, apoiada no discurso de que a época da barbárie já passou, como a defende Toríbio, Winter argumenta que todas as medidas adotadas pelas nações sob a justificativa do progresso e do desenvolvimento – citando a ocupação da Inglaterra no Egito – não passam de interesse comercial. E salienta:

– Sou um homem sem paixões – disse Winter. – Não tenho partido. Nem sequer nasci neste país. Um dia posso ir-me embora para a Alemanha e não voltar mais. Limito-me a ler, ouvir, observar e tirar minhas conclusões. Os senhores botam todas essas questões num pé puramente ideológico. Eu prefiro levar a coisa para o lado do interesse material. (1956b, p. 905, OEV)

Assim como mudam seus hábitos culturais, abalam-se também as certezas do médico em relação a sua postura neutra e sem paixões. Talvez cansado de ser o único indivíduo em

Santa Fé capaz de analisar os eventos políticos e sociais sem envolvimento pessoal, Winter pergunta-se se às vezes não seria melhor “participar de todas as paixões, enlamear-se nelas, não ficar à margem da vida, preocupado em analisar todos os lados das pessoas e das questões, querendo dizer sempre a palavra mais justa e serena, que no fim era quase sempre a mais cínica e a menos humana” (1956b, p. 907, OEV).

A angústia de Carl Winter nasce justamente de sua consciência de que o tempo passou e ele continua sendo aos 63 anos um homem solitário, solteiro, escravo da rotina e sem esperanças de um dia retornar a sua pátria. Sente-se preso àquela terra como uma árvore de raízes profundas, “mas uma árvore que não ama o solo em que está plantada e que não tira dele o alimento de que necessita para vicejar com toda a plenitude” (1956b, p. 907, OEV). Pensa na distância que o separa da Alemanha e considera maior a distância medida em tempo do que em quilômetros, pois “sentia-se solto no tempo e no espaço, sem ligação com ninguém e com coisa alguma”.

Reflete que no fim conseguiu tudo o que queria, ou seja, ser um viajante sem bagagem e sem compromissos, nem família, propriedades ou contratos. Manteve-se plenamente livre, mas questiona-se sobre o uso que fizera da liberdade conquistada: “Guardara-a apenas como uma daquelas famílias de Santa Fé entesouravam joias antigas dentro dum escrínio, no fundo duma gaveta, não as usando nunca, nunca se desfazendo delas nem mesmo nos momentos de maior necessidade. Um luxo inútil, enfim!” (1956b, p. 970, OEV). A psicologia do médico, marcada por seu caráter conflituoso, revela uma sensibilidade romântica típica da época representada, acentuada pela leitura dos poetas românticos alemães.¹¹

Com seus dramas pessoais e sua postura crítica, o médico Carl Winter é o único personagem de **O continente**, de uma extensa galeria de tipos, capaz de refletir com lucidez sobre o passado, o presente e o futuro da sociedade gaúcha e brasileira. Com o olhar clínico de um sujeito que conhece bem os pontos fortes e fracos dos homens, inclusive os seus próprios, Winter não faz apenas um julgamento dos aspectos morais e éticos que se apresentam a sua volta, como também antecipa os rumos da História. Ele é a própria voz do autor em sua tarefa de construir sob os mais diversos aspectos a essência cultural do gaúcho.

Observando o comportamento dos habitantes de Santa Fé, sobre os quais exerce uma

11 A sensibilidade romântica, segundo Nunes (2008, p. 52, TIB), “contém o elemento reflexivo de ilimitação, de inquietude e de insatisfação permanentes de toda experiência conflitiva aguda, que tende a reproduzir-se indefinidamente à custa dos antagonismos insolúveis que a produziram.”

ascendência quase paterna, Winter usa suas faculdades intelectuais para interpretar o comportamento do povo, acentuando em geral suas qualidades menos louváveis em constantes comparações com os costumes “civilizados” dos europeus. Por não pertencer ao grupo local, sentindo-se sempre um forasteiro que mais cedo ou mais tarde deve partir, o imigrante aproveita a condição de ser o “outro” para estudar os seus vizinhos. Apesar de aderir a alguns dos costumes da terra, mantém-se a uma distância segura da postura moral e ideológica dos nativos, associando questões como honra e hombridade a um modo primitivo de encarar os problemas.

A presença de Carl Winter na fictícia Santa Fé corresponde ao contexto histórico realista perseguido pelo romancista, uma vez que a partir da década de 1850 imigrantes alemães letrados, muitos deles politizados por conta da participação nas revoluções liberais na Europa, se espalharam por várias cidades do Rio Grande do Sul. Com essa característica diferenciada de formação e caráter, Carl Winter complementa a variedade de raízes étnicas presentes na formação do povo gaúcho, mesmo levando-se em conta que a imensa maioria dos imigrantes alemães era pouco instruída, constituindo-se de agricultores e artesãos.

A condição de médico e intelectual permite ao personagem o papel de um observador distanciado dos acontecimentos. A partir de suas reflexões sabemos detalhes dos hábitos alimentares, do vestuário, da maneira de pensar e agir dos nativos da província. Sua capacidade de estudar a cultura local, assistindo a tudo como o espectador de uma comédia ou de uma tragédia, dependendo dos atores, da cena e do ponto de vista, tem a função de revelar aspectos pouco louváveis das faculdades morais dos gaúchos até então não explorados pela literatura, tarefa que outro personagem dificilmente poderia desempenhar sem prejuízo da coerência de enredo.

Partindo desta constatação, acentuamos que o projeto inicial do escritor de **O tempo e o vento** de evitar o estereótipo e a exaltação do “ser” gaúcho, tarefa que se completa somente ao final da trilogia com a corrupção de Rodrigo e o desmembramento da família Cambará, começa a ganhar forma justamente na construção do personagem Carl Winter. É ele o responsável por vasculhar o íntimo da personalidade dos gaúchos, expondo suas características mais débeis, talvez sendo o primeiro a exercer essa crítica na galeria de personagens da literatura que gira em torno da formação cultural do povo do Sul. O médico alemão, amparado por jornais e clássicos da literatura, revela-se um observador habilidoso, exercendo o papel de sociólogo, antropólogo, juiz e professor (de Licurgo Cambará quando menino). Suas opiniões, no entanto, apenas ofendem e não convencem seus interlocutores.

5.2 Os jornais alemães e a atuação de Carl von Koseritz

O primeiro jornal destinado aos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul surgiu em fevereiro de 1836, durante a Revolução Farroupilha. *O Colono Alemão* era editado por Hans Ferdinand Hermann von Salisch, um militar nascido na Pomerânia e que se fixou na colônia de São Leopoldo juntamente com as primeiras famílias de imigrantes, em 1824. Em Porto Alegre, aderiu à causa dos farroupilhas e foi enviado a São Leopoldo como líder do movimento revolucionário na colônia. Logo percebeu que um jornal poderia ajudá-lo a convencer os colonos sobre a importância da revolução e a enfrentar o diretor da colônia, João Daniel Hillebrand, que era legalista e fiel ao Império. A ideia inicial de von Salisch era publicar um jornal bilíngue, mas, por não dispor de uma tipografia com tipos e sinais góticos, acabou publicando o periódico apenas em português, editando-o em Porto Alegre. Apesar de ser o precursor da imprensa dirigida aos imigrantes no Rio Grande do Sul, *O Colono Alemão* teve apenas 38 números e pouca influência sobre os colonos, uma vez que muitos eram analfabetos e quase a totalidade desconhecia a língua portuguesa (CAPARELLI, 1980, p. 89, IM).¹²

Após a revolução, passaram-se 16 anos até aparecer o *Der Kolonist – Wochenblatt für Handel, Gewerbe und Landbau* (O Colono – Semanário para Comércio, Indústria e Agricultura),¹³ lançado em 1852 pelo brasileiro José Cândido Gomes com o objetivo de influenciar os alemães de São Leopoldo – alguns deles naturalizados desde 1846 – nas próximas eleições. Gomes era redator-chefe do jornal *Mercantil*, em Porto Alegre, e utilizou o mesmo maquinário para publicar o *Der Kolonist*. Impresso em página dupla, português-alemão, e somente em alemão a partir do décimo número, o jornal era escrito originalmente em português e posteriormente traduzido por um colaborador. Nasceu bissemanal e poucos meses depois passou a ser semanal, vindo a desaparecer em julho de 1855 (ROCHE, 1969, p. 658, HI).

Em 1854 surge o *Der Einwanderer*, lançado um ano antes no Rio de Janeiro e transferido para Porto Alegre juntamente com o seu diretor, Carl Jansen, um imigrante alemão nascido na cidade de Colônia, em 1829. O periódico estava prestes a fechar as portas em 1857, quando passou a contar com a subvenção do poder público e continuou a circular até

12 Muitos historiadores da imigração alemã não consideram *O Colono Alemão* o primeiro jornal teuto-brasileiro no Rio Grande do Sul porque este era escrito em português.

13 O jornal recebeu de início o título *Der Colonist*, e só mais tarde o “C” foi trocado pelo “K”.

1861 (RÜDIGER, 1996, p. 133, IM). Nesse mesmo ano uma sociedade comercial alemã de Porto Alegre comprou as instalações do *Einwanderer* e passou a publicar o *Deutsche Zeitung*, jornal que se transforma no mais importante e influente em língua alemã a partir de 1864, quando o alemão Carl von Koseritz assume a direção de redação.

Na carona destes primeiros periódicos em língua alemã no Rio Grande do Sul surgiram dezenas de outros jornais, revistas e almanaques.¹⁴ A expansão desta imprensa, a qual chamamos de teuto-gaúcha, pela manifestação de certas peculiaridades inexistentes em outros estados, remete à Alemanha de 1851.

Após o desfecho da guerra contra a Dinamarca, os soldados que compunham o exército de Schleswig-Holstein foram dispensados e acabaram dirigindo-se ao Brasil como mercenários a serviço do império brasileiro na Guerra do Prata, ocorrida em 1851 e 1852 na região do Rio da Prata. No total, a legião alemã era composta por 1,8 mil homens, entre eles 50 oficiais. A maioria destes alemães também já havia lutado no movimento revolucionário liberal ocorrido na Alemanha em 1848.

No Brasil, os soldados mercenários ficaram conhecidos por Brummer.¹⁵ Foram poucos, aproximadamente 80, os que realmente entraram em combate contra o líder argentino Juan Manuel de Rosas na decisiva batalha de Monte Caseros, em fevereiro de 1852. A maioria desertou antes da batalha e fixou residência no Sul do país. Com o término da guerra, as privações e as doenças provocaram novas deserções, até os soldados serem finalmente dispensados. Apesar de um número incerto ter retornado à Europa, muitos resolveram permanecer no Brasil, atraídos pela promessa do Império de conceder 22.500 braças quadradas (100 mil metros quadrados) de terras grátis a cada soldado após quatro anos de serviço militar.

Em geral, os imigrantes que se estabeleceram no Rio Grande do Sul nas primeiras três décadas do movimento migratório eram trabalhadores rurais pouco instruídos, caracterizados por um comportamento carente de vontade política definida. Para este comportamento colaboraram dois fatores principais: primeiro porque estes imigrantes eram originalmente ignorantes dos assuntos políticos, uma vez que pertenceram a grupos alemães

14 Gertz (2004, p. 118-122, IM) contabiliza o número de 144 títulos de jornais e revistas alemãs publicadas no Rio Grande do Sul entre 1852 e 1941, sem contar os almanaques.

15 O termo refere-se às grandes moedas de cobre de 40 réis, conhecidas por Brummer, as quais os legionários costumavam trocar por um copo de cachaça. O apelido teria sido dado à moeda pelos próprios soldados a caminho do Brasil, porque esta produzia um som característico (“brumm”) ao bater sobre a mesa. Brummer também ficou sendo sinônimo de rezingão, ranzinza, adjetivo provavelmente atribuído aos legionários devido às constantes lamentações com relação às privações sofridas no Brasil. (FLORES, 2004, p. 53, HI)

que viveram durante séculos sem direitos políticos (OBERACKER, 1961, p. 8, TIB); em segundo, não tinham direito a qualquer atividade política por serem não-católicos e considerados estrangeiros não-naturalizados, além de temerem qualquer conflito com os grandes proprietários de terras que controlavam a política local e regional (ROCHE, 1969, p. 727, HI).¹⁶ Ao contrário destes, os Brummer eram letrados e dotados de consciência política. Logo passaram a assumir postos de liderança em meio à comunidade alemã, lutando pela conservação da cultura germânica e por igualdade cívica na nova pátria.

A chegada destes alemães melhor capacitados do ponto de vista intelectual coincide com a prosperidade agrícola das colônias e o aumento do intercâmbio entre elas e o centro consumidor de Porto Alegre. O processo de integração que colocava de um lado os comerciantes porto-alegrenses e de outro os alemães fixados em áreas isoladas exigia um aprimoramento do sistema de comunicação entre as duas pontas. O isolamento da zona colonial já não interessava mais às lideranças locais, que começam a se estabelecer na Capital para aproveitar melhor as oportunidades de negócio e desenvolvimento. O entreposto comercial de produtos agrícolas entre os núcleos coloniais e Porto Alegre favorece, por este motivo, o surgimento dos primeiros jornais em língua alemã como mais um meio de comunicação entre zona urbana e zona colonial (CAPARELLI, 1980, p. 91-92, IM).¹⁷

Outro fator que colabora com a expansão da imprensa da época, e não apenas a alemã, é a expansão dos serviços telegráficos no Brasil. As linhas telegráficas chegam a Porto Alegre em 1865, ligando a capital gaúcha ao Rio de Janeiro dez anos após a inauguração da primeira linha de longa distância (que se estendia da residência imperial de veraneio, em Petrópolis, à capital do Império). Em conexão com o desenvolvimento da vida econômica, os serviços telegráficos diminuem consideravelmente o tempo de divulgação de fatos relevantes e beneficiam as organizações jornalísticas em geral.

16 Evidentemente existem interpretações diferentes sobre este aspecto. Oliveira (2008, p. 57, HI) diz que a apatia política dos teuto-brasileiros deve ser relativizada ao se considerarem fatores como a dificuldade de comunicação pela diferença linguística e a adaptação às regras do jogo político e ao sistema representativo local. “A primeira fase da colonização, apesar de ter sido um período de reorganização social, não significou, no entanto, um período de indiferença à política rio-grandense, pois algumas demonstrações políticas apontam o contrário: basta lembrar o próprio envolvimento dos teuto-brasileiros na Guerra dos Farrapos. Se a sobrevivência era a principal preocupação do imigrante nos primórdios da colonização, como se afirma na historiografia, a reivindicação de terras, de subsídios e do efetivo cumprimento de outras cláusulas contratuais perante o poder público se colocava como uma necessidade. Assim, lançavam-se as bases do exercício de uma democracia política”.

17 “A possibilidade de maior integração dos núcleos de colonização alemã à vida rio-grandense surge em decorrência do próprio processo capitalista brasileiro, significando, antes de tudo, integração econômica. O jornal agiu como reforço dessa integração; ele próprio, aos poucos, inclui-se num setor da economia, principalmente como veiculador de publicidade”.

Aos poucos, mais acentuadamente a partir do final da década de 1860, a palavra impressa passa a constituir um meio eficaz de propagação dos ideários das lideranças alemãs no Rio Grande do Sul. Atuando não apenas no ramo jornalístico e editorial, mas também em escolas, igrejas, associações e profissões liberais, os intelectuais formaram uma rede de agentes sociais que trabalhavam – conscientemente – para legitimar um projeto reformador da comunidade alemã fixada no Brasil. Por isso, embora haja divergências quanto à importância dos jornais e revistas em língua alemã na vida social dos imigrantes e seus descendentes, tendo em vista que apenas uma em cada dez famílias assinava um jornal, alguns dos principais estudiosos da imigração no Rio Grande do Sul apontam a imprensa, ao lado da Igreja e da escola, como uma das instituições fundamentais para a construção de uma sociedade teuto-brasileira e a manutenção da etnicidade alemã (o *Deutschtum*).¹⁸

Gehse (1931, p. 13-14, IM, tradução nossa) afirma que a imprensa,

frente ao governo e ao contexto luso-brasileiro defende os interesses dos imigrantes alemães, dentro das colônias mantém vivo o sentimento de germanidade e estabelece a ligação com a antiga pátria. Além disso, sua importância se estende diretamente aos alemães das novas colônias, onde, exceto por algum livro popular, o jornal e a Bíblia representam a única leitura. Para o colono solitário, o jornalzinho que talvez chega apenas uma vez por mês pelo correio ou que toma emprestado ao vizinho, e do qual tira todo o seu conhecimento, significa aquilo que o livro didático significa para a criança. Deve-se levar isso em consideração quando se quer compreender plenamente a importância dos jornais alemães no Brasil e a responsabilidade que lhe compete.

Para Fouquet (1974, p. 199, HI), os jornais em alemão

orientavam o leitor de maneira hábil e apropriada a respeito de acontecimentos da época, suscitando amor e compreensão em relação à nova pátria, à sua gente, ensinando-os a enfrentar problemas que lhes apresentava a natureza estranha e o clima a que ainda não se haviam habituado, incitando-os a cumprirem com suas obrigações e os esclarecimentos a respeito de seus direitos. [...] Assuntos da agricultura, indústria, comércio, ciência, arte, religião ou literatura, também eram tratados. Ao lado de contos e romances de autores alemães, encontrava-se boa literatura brasileira, em traduções por vezes primorosas. Mais tarde, em coluna própria, passaram os periódicos a se ocupar do imigrante e a dar a palavra a seus filhos e netos. Pelo visto, não havia falta de matéria, mas falta de espaço.

Sem fugir ao contexto histórico da época, a imprensa em língua alemã também se

18 Por se tratar de um termo recorrente nesse capítulo, faz-se necessária uma melhor definição de *Deutschtum*. Para tal, recorremos a Seyferth (1992, p. 45-46, HI): “*Volkstum* expressa a etnia de um indivíduo e não diz respeito ao seu local de nascimento. É a ascendência (sangue), a cultura e a língua de um indivíduo. É a essência de um povo ou raça. *Deutschtum* é a *Volkstum* alemã, germanismo ou germanidade, a essência da Alemanha, representando o mundo teutônico. *Deutschtum* engloba a língua, a cultura, o *Geist* (espírito) alemão, a lealdade alemã, enfim, tudo que está relacionado com ela, mas como Nação e não como Estado. Representa a solidariedade cultural e racial do povo alemão.”

caracteriza essencialmente pelo seu conteúdo editorial político. Em quase sua totalidade, os periódicos existentes em língua portuguesa neste período não buscavam o lucro, funcionando mais como um laboratório de ideias políticas partidárias. O mesmo ocorre com as folhas escritas em alemão, pelo menos no primeiro momento. De uma forma geral, os antigos comerciantes e artesãos simpatizavam com o Partido Conservador, enquanto os profissionais liberais e os comerciantes preferiam o Partido Liberal. “Os dois grupos digladiavam-se através da imprensa local, de panfletos, folhetos, discursos, conversas, seguindo as flutuações da política nacional. Ambos aprenderam rapidamente a usar os métodos tradicionais dos políticos brasileiros, em relação às áreas rurais: conchavos, demagogia, promessas fáceis, trocas de favores” (AMADO,¹⁹ 1978 apud CAPARELLI, 1980, p. 99, IM).

Apesar de tratarem também de questões referentes à Alemanha, a preocupação central da imprensa produzida pelos imigrantes era a realidade social e política do Brasil e a inserção dos teuto-brasileiros nessa realidade (GERTZ, 2004, p. 111, IM). Nesse sentido, ela não pode ser encarada como uma extensão da imprensa alemã, mas, sim, como imprensa brasileira escrita em alemão. Ou seja, enquanto a imprensa em língua portuguesa refletia e debatia questões fundamentais da esfera pública, como a abolição dos escravos e a ascensão do pensamento republicano, as folhas em língua alemã não fugiam ao debate prevalente. A diferença reside no fato de que elas analisavam e debatiam os temas de forma a torná-los atrativos aos interesses dos grupos teuto-brasileiros. Dessa maneira, as folhas constituíam-se num espaço privilegiado pelo qual era possível o estabelecimento de alguns dos mecanismos de socialização ou “ressocialização” dos imigrantes, colocando-os em contato com as normas e os valores de uma nova realidade: familiarização, condicionamento, identificação ou imitação (CAPARELLI, 1980, p. 93-94, IM).²⁰

Assim, sem apresentar diferenças fundamentais em comparação com a imprensa luso-brasileira publicada no Rio Grande da época, os jornais escritos em alemão também seguiam os demais na linguagem ofensiva e por vezes violenta. Não raro seus redatores usavam a publicação como instrumento de ataque pessoal à honra de seus desafetos.

Como descreve Fouquet (1974, p. 198, HI):

19 AMADO, Janaína. **Conflito social no Brasil: a revolta dos Mucker**. Rio Grande do Sul 1868-1898. São Paulo: Editora Símbolo, 1978.

20 Caparelli (1980, p. 101, IM) ressalta, no entanto, que a imprensa foi apenas um dos fatores da integração e preservação da cultura dos alemães, sendo ela própria reflexo dessa mesma integração. Para ele, mais do que a imprensa, “as mudanças estruturais por que passou a zona colonial no setor econômico, em especial depois de 1845, e as novas relações capitalistas que se expandiam na sociedade brasileira foram os responsáveis por essa integração e por essa ressocialização.”

Veze houve em que os jornalistas não se conseguiram manter alheios ao caso pessoal ou à mesquinhez. Desavenças locais e mexericos passaram a figurar em suas colunas. Problemas relativos à política municipal eram alvo de polêmica, travada no rude linguajar da roça. Divergências de ordem filosófica, religiosa ou mesmo referentes à concorrência comercial, eram tratadas em nível baixo, sendo que muita matéria paga das seções “Escreve o leitor” e “A pedido” era vexatória para colônias inteiras, inclusive para as urbanas.

Apesar de ter havido dezenas de jornais e revistas direcionados a um público leitor bem específico, como as áreas de economia, saúde, esoterismo, esportes, humor e auto-ajuda, os que mais se destacavam em meio à comunidade alemã eram os que tratavam de política e de religião. Assim, o sucesso de um periódico acabava influenciando a criação de um título oposicionista, cuja função principal era contestar o discurso do outro.²¹ Para combater a influência do anticlerical *Deutsche Zeitung* havia na década de 1870 um jornal de orientação evangélica, o *Der Bote - Amtliches Blatt für St. Leopoldo und die Colonien* (O Mensageiro - Folha oficial para São Leopoldo e as colônias), criado em 1867, e outro católico, fundado em 1871 por sacerdotes jesuítas, o *Deutsches Volksblatt* (Folha do Povo Alemão). Existe também o *Deutsche Post*, fundado por Wilhelm Rotermund em 1880 e que passa a fazer frente ao anticlerical *Koseritz' Deutsche Zeitung* (Jornal Alemão do Koseritz), de 1881.

Essa relação de oposição entre as folhas publicadas em alemão revela a mesma divisão evidenciada na vida religiosa dos imigrantes. Embora um combatesse o outro, ambos uniam forças para questionar os escritos de Koseritz, para o qual toda forma de religião acabava em “muckerismo”, uma referência ao movimento Mucker, ocorrido em São Leopoldo (atual Sapiranga) em 1874.²² Para Luebke (1987, p. 55, II), em todos os casos a linguagem dos jornais escritos em alemão refletia a personalidade, valores e preconceitos de seus editores, a maioria nascidos e educados na Alemanha. Como complemento a essa constatação, Roche (1969, p. 661, II) diz que “qualquer que fossem as divergências de imigrantes, os

21 Esse fenômeno vai ao encontro da afirmação de Rüdiger (1996, p. 133, IM), quando este afirma que a imprensa serviu de caixa de ressonância para as contradições políticas, sociais e ideológicas dentro de uma mesma identidade étnica: “Exagerando um pouco, pode-se dizer que foram essas cisões que levaram ao surgimento de novos órgãos de imprensa na segunda metade do século 19”.

22 O movimento Mucker nasce da formação de uma seita em torno do curandeiro João Jorge Maurer e sua esposa Jacobina, que fazia pregações e dizia falar com Deus. O aumento de seguidores, muitos descontentes com a situação de pobreza e a falta de assistência na localidade, desperta o descontentamento dos religiosos e dos vizinhos que não aceitavam essas celebrações. Os fiéis ao casal Maurer tiram seus filhos das escolas comunitárias e deixam de frequentar as igrejas tradicionais. Os que não aceitam aderir à nova religião começam a ser perseguidos e os Mucker são acusados pelo incêndio de casas e morte de colonos alemães. A polícia intervém e no dia 28 de junho de 1874 cerca de 100 homens cercam o local, mas são surpreendidos pela resistência dos alemães e 37 policiais morrem no confronto. A segunda investida policial ocorre no dia 18 de julho, também sem sucesso, apesar da morte de 18 civis. Somente em agosto a polícia consegue derrotar os alemães e matar Jacobina. Vários seguidores da seita são mortos e outros tantos presos.

jornalistas, sem dúvida, lhes deram sua consciência coletiva, que enunciaram o problema teuto-brasileiro e que propuseram soluções, quer de princípio, quer de circunstância”.

Em um trabalho de comparação feito com os jornais *Deutsche Zeitung* e *Koseritz' Deutsche Zeitung* durante a década de 1880, Steyer²³ (1979 apud Gertz, 2004, p. 109, HI) mostra que as principais questões em pauta, as que em síntese sinalizam a preocupação de uma parcela da população, giram em torno da naturalização dos alemães, política educacional, liberdade de imprensa, liberdade religiosa, justiça imparcial, ecologia, transportes e reforma agrária. Este levantamento revela que, além das intrigas de cunho religioso e filosófico, dois dos principais jornais do período também discutiam em suas páginas questões importantes para a política gaúcha e brasileira, reforçando a ideia de que não era correto considerá-los como imprensa estrangeira.

Independentemente da linha ideológica e das bandeiras políticas encampadas, os impressos em língua alemã, em geral, mantinham nos editoriais e subtítulos um sentimento de filiação à nação alemã. Com uma ou duas tiragens semanais – as revistas eram publicadas mensalmente e os almanaques uma vez por ano –, os jornais definiam-se como “defensores dos interesses dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil” (SEYFERTH, 1999, p. 293, HI). Mesmo em meio aos embates em torno de temas relacionados a crenças religiosas e teorias filosóficas da época, a imprensa teuto-brasileira atuava na mesma direção quando o assunto era a preservação do *Deutschtum*, ou seja, a cultura alemã em todos os seus aspectos.

Havia, no entanto, uma diferença no comportamento que o imigrante deveria adotar em relação à nova sociedade. Uma corrente ideológica usava os jornais para defender a manutenção ao extremo dos valores germânicos, considerando-se alemães vivendo provisoriamente no Brasil. A outra tampouco negava a etnicidade alemã, mas assumia por completo a nova pátria e acreditava que a participação política era a única maneira de lutar pelos interesses do grupo. Esta última incentivava os imigrantes a se naturalizarem brasileiros, para poderem exigir direitos de igualdade civil, ao mesmo tempo em que lutava por garantias legais de liberdade religiosa e direito de preservação da língua materna nas colônias.

Nos textos publicados nesses jornais também não faltavam discursos que procuravam enobrecer o papel do imigrante alemão enquanto agente essencial na construção da nova pátria. Conforme salienta Seyferth (1999, p. 300, HI), a imprensa teuto-brasileira do Rio

23 STEYER, Egon Frederico. **Aspirações da população de origem alemã, no Rio Grande do Sul, segundo a imprensa teuto-brasileira (1878-1891)**. 1979. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) - Porto Alegre: PUCRS, 1979.

Grande do Sul fala de uma superioridade derivada da condição germânica, evidenciada no desenvolvimento econômico, no progresso e na civilização da selva brasileira.

Este discurso em torno de uma condição superior germânica era recorrente entre intelectuais alemães como o jornalista Carl von Koseritz,²⁴ um dos mais influentes teuto-brasileiros do século XIX. Filho do barão von Koseritz, Carl nasceu em Dessau, no ducado de Anhalt, em 1830.²⁵ Em 1848, ainda jovem, participa das revoluções liberais na Alemanha e acaba embarcando para o Brasil em 1851, juntamente com a Legião Alemã contratada pelo Império brasileiro. Apesar de ser considerado um Brummer, Koseritz não pertencia ao grupo de mercenários que se deslocaram ao Brasil para lutar contra Rosas. Ele embarcou no dia 22 de junho no veleiro Heinrich, em Hamburgo, na condição de grumete (aprendiz de marinheiro) e, ao chegar ao Rio de Janeiro, engajou-se no 2º Regimento de Artilharia da Legião Alemã, vindo a desertar em Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Em Pelotas, onde se estabeleceu, Koseritz exerceu as atividades de cozinheiro, guarda-livros, professor particular de piano e do Colégio União. Em 1855 casou-se com a filha de um estancieiro local, Zeferina Maria de Vasconcelos, com a qual teve quatro filhas. Nesta mesma época começa a colaborar para os jornais *Der Einwanderer*, de Porto Alegre, e *O Noticiador*, de Pelotas. No ano seguinte publica seu primeiro livro no Brasil, **Resumo da História Universal**, e em 1858 adquire uma tipografia em parceria com um sócio com a qual passa a editar o *Brado do Sul*, o primeiro jornal diário de Pelotas. Como ele mesmo afirma, “não pretendia ganhar dinheiro, apenas desejava possuir um jornal para nele poder escrever” (OBERACKER Jr., 1961, p. 23, TIB).

Nesses anos iniciais de atividade jornalística Koseritz também escreve seus primeiros dramas e contos, como as peças **Inês e Nini**, ambas de 1859, seguindo a corrente do teatro romântico, e as narrativas **A donzela de Veneza** e **A véspera da batalha**, de 1858, publicadas no caderno literário *Ramalhete Rio Grandense*. Para Cesar (1971, p. 309-10, TIB), a obra de ficção de Koseritz enquadra-se no grupo de “românticos individualistas” gaúchos, que evitaram explorar as aventuras de heróis de folhetim, “tipo completo e acabado”, “amoroso e cruel”. Em **A donzela de Veneza**, Koseritz aproveita a repercussão negativa entre os

24 O primeiro nome de Koseritz pode ser encontrado também como “Karl” ou “Carlos”. Optamos por “Carl” por ser esta a forma com que ele geralmente assinava seu nome nos jornais.

25 Existem divergências quanto ao dia e ano de nascimento de Koseritz. Oberacker (1961, p. 19, TIB) diz que “a data de nascimento, comprovada por certidão, é 3 de fevereiro de 1834; são falsas, portanto, as indicadas comumente de 3 de fevereiro de 1832 e a indicada por Aurélio Porto 7 de junho de 1830”. Optamos pelo ano de 1830 porque o próprio Koseritz, em um texto autobiográfico publicado no *Koseritz’ deutscher Volkskalender für die Provinz Rio Grande do Sul*, em 1887, afirma que tinha 22 anos em 1852, tendo nascido, portanto, em 1830.

intelectuais acerca da invasão austríaca no norte da Itália para escrever uma novela identificada com os seus princípios liberais.²⁶

Apesar dos lampejos literários, a vocação de Koseritz residia na atividade jornalística, mais precisamente na polêmica política. Logo passou a usar os jornais com essa finalidade, enfrentando os progressistas, que pertenciam ao partido dominante na cidade. A intromissão de um descendente alemão nos assuntos da política, agravada pelo fato de este não ser sequer naturalizado brasileiro, era considerada uma afronta pelos luso-brasileiros. Após atacar com violência as autoridades, por volta de 1859, Koseritz foi obrigado a fechar o jornal por ordem do delegado de polícia, até poder comprovar que o periódico tinha um editor brasileiro como redator responsável. Esse editor surge na figura de Domingos José de Almeida, ex-combatente na Revolução Farroupilha, que se oferece para assumir a responsabilidade pelo jornal, a tempo de participar da campanha eleitoral de 1860.

Provavelmente preocupado com a segurança da família, em virtude do seu envolvimento político e de um atentado em que por pouco não perde a vida, Koseritz muda-se para Rio Grande, onde atua como redator do jornal *O Povo* e colabora com o jornal liberal *Echo do Sul*, além de fundar o Ateneu Rio-Grandense, uma escola de instrução primária e secundária.

Localizamos nas páginas do *Echo do Sul* desta época diversos artigos assinados pelo alemão. Outros, embora não estejam assinados, não deixam dúvida sobre sua autoria porque giram em torno de temas caros ao jornalista. Entre 1859 e 1862, os assuntos mais abordados por Koseritz são a imigração, a educação pública e a religião. Além disso, ele também colabora com traduções do alemão e do inglês, publica alguns artigos sobre economia política, resenha obras de autores alemães e faz ataques ao jornal *Diário de Rio Grande* e seu redator Antônio Estevão.

Em agosto de 1859, o *Echo do Sul* (Koseritz, 1859, p. 1-2, JRA) publica um artigo em que o autor comenta os dados estatísticos que revelam a queda no número de emigrantes europeus, fornecidos “pelo nosso cônsul geral em Hamburgo”. Em março e abril do ano seguinte, o jornalista assina uma série de artigos em que aponta as seis causas principais que favorecem a difamação do Brasil na Alemanha. No primeiro destes artigos (Koseritz, 1861a,

26 Cesar (1971, p. 310, TIB) considera essa novela “uma inconsequência a toda prova”. E segue: “Fruto da fantasia, tudo ali é artificial, desde o cenário, a cidade de Veneza sitiada em 1849 pelas tropas comandadas pelo Marechal Radetzky de Radetz, até os incidentes romanescos.” Todavia, pondera que a obra “não deve ser esquecida, pois, na ordem das preferências dominantes, ao lado de Eugène Sue não fez assim tão má figura...”

p. 2, JRA),²⁷ o jornalista diz que os motivos da desconfiança dos alemães são 1) a ideia falsa da natureza, do governo e do sistema de colonização, devido a obras “superficiais, inexatas e positivamente mentirosas”, 2) a infeliz escolha dos agentes de emigração por parte do governo, 3) as notícias do triste estado de colônias que são confundidas com as do Rio Grande do Sul, 4) o péssimo efeito do sistema de parceria em São Paulo, confundido com a colonização do Sul do Brasil, 5) a falta de garantia para os casamentos mistos e para as diferentes seitas da igreja, e 6) os “vícios do nosso sistema de colonização”.

Em 1861, Koseritz publica vários artigos que abordam o sistema educacional. Com o título de “A instrução pública e sua influência sobre a vida das nações” (Koseritz, 1861b, p. 1, JRA),²⁸ apresenta exemplos dos benefícios do ensino público praticado em países da Europa, indicando os caminhos que poderiam ser trilhados no Brasil. Na série de artigos “Sobre instrução”, no ano seguinte (Koseritz, 1862a, p. 1-2, JRA), disserta sobre o regime dos colégios, a grade curricular, o papel da família na educação dos alunos e as habilitações necessárias para o cargo de diretor e de professor.

Neste mesmo ano, o jornalista publica vários artigos com o objetivo de atacar a imagem dos religiosos, especialmente os jesuítas. Na edição de 13 de maio, o jornalista (Koseritz, 1862b, p. 1, JRA) afirma que os jesuítas “trabalham para adquirir os seus antigos domínios, para de novo sujeitar-nos ao jugo da ignorância e superstição”. Em junho, preocupado com a presença dos religiosos nas colônias alemãs, Koseritz (1862c, p. 1-2, JRA) volta ao tema para cobrar do governo a cumprimento da lei que proíbe a atuação dos jesuítas no Império.

O clero continua sendo alvo do alemão em outras edições de junho e julho, mas a partir deste mês ele volta ao tema da colonização. Koseritz mostra-se preocupado com os “republicanos do Prata”, que ajudam a difamar o Brasil para atrair os imigrantes para a região. Em setembro, Koseritz (1862d, p. 2, JRA) informa que o jornal alemão *Gartenlaube* publica um artigo favorável à colonização no Brasil e que pretende traduzir o texto para submetê-lo ao *Echo do Sul*. Neste mesmo artigo, Koseritz apresenta um panorama das repercussões da emigração na Alemanha e reconhece que os poucos defensores do Brasil são órgãos de emigração e, portanto, considerados parciais. “As vozes que até hoje se levantaram a favor do

27 Neste artigo, Koseritz comenta que trata do tema emigração há seis anos, mas que nos dois últimos foi forçadamente afastado da tarefa por conta das “estéreis lutas deste caos da política individual e egoísta”.

28 Pelo conteúdo destes artigos, Koseritz precisa defender-se de uma acusação de plágio feita pelo *Diário de Rio Grande*. Segundo este jornal, o texto assinado por Koseritz seria uma tradução do francês da *Revista de Dois Mundos*. Koseritz (1861c, p. 2, JRA) exige em um anúncio de “a pedido” que o jornal apresente o original para provar o plágio.

Brasil foram poucas e em parte fracas”.

Repetindo os ataques aos políticos e autoridades locais, Koseritz volta a se sentir ameaçado.²⁹ Neste momento, sua fama de hábil e polêmico redator já havia chegado a Porto Alegre, aonde não raro viajava para observar a situação dos imigrantes alemães. Numa dessas viagens, recebe do conselho administrativo do jornal alemão *Deutsche Zeitung* o convite para assumir a direção do jornal, na época o único periódico escrito em alemão em Porto Alegre. Koseritz aceita o convite e muda-se com a família para a Capital da Província, assumindo as funções do cargo no dia 2 junho de 1864 (OBERACKER Jr., 1961, p. 25, TIB).

O início da atuação jornalística de Carl von Koseritz na Capital assinala o princípio da expansão da imprensa teuto-gaúcha, justamente porque várias outras folhas surgiram com a finalidade de combater as ideias propagadas por este jornal. A partir das edições bissemanais do *Deutsche Zeitung*, Koseritz passa a exercer intensa influência sobre os imigrantes alemães de todas as colônias, tendo em vista a grande penetração do jornal, e transforma-se na “mais eminente e interessante personalidade dos quadros da colonização alemã no Rio Grande do Sul, até o fim do Império”, nas palavras de Roche (1969, p. 659-60, HI). Pelas páginas do jornal ele procura incentivar os alemães a participarem da vida política e civil, através da naturalização, além de fornecer orientações de ordem prática nas áreas do direito, da economia e da saúde. O jornal também trazia folhetins e poesias, tanto de escritores alemães quanto de teuto-brasileiros, mantendo os imigrantes em contato com a arte produzida na Alemanha e no Brasil.

A concepção teuto-brasileira de Koseritz girava em torno da conciliação entre a situação política e econômica dos imigrantes e seus descendentes, ligados ao Brasil pela cidadania brasileira, e a manutenção da germanidade transmitida pelos laços culturais e pelo sangue. Em outras palavras, Koseritz propunha integração política, fidelidade ao Brasil e plena contribuição da força de trabalho alemã para o desenvolvimento da nova pátria, ao mesmo tempo em que defendia a peculiaridade étnica alemã, o *Deutschtum*. Esta ideologia pregada por Koseritz, a princípio recebida com estranhamento até mesmo pelos teuto-brasileiros, considerava a possibilidade de sucesso no casamento entre pertencimento ao Estado brasileiro e especificidade cultural pela herança de sangue conformada pelas instituições próprias da comunidade (SEYFERTH, 1999, p. 299, HI). Como observa Oliveira

29 O conteúdo de um “a pedido” sintetiza o tom do discurso nos jornais de Rio Grande e Pelotas na época: “Ao comunicante do *Diário* de ontem 24 do corrente. O abaixo assinado declara que não responde a pessoas que sofrem de alienação mental. Rio Grande, 25 de outubro de 1861. Carlos de Koseritz”. (KOSERITZ, 1861d, p. 2, JRA)

(2008, p. 64, HI), “o interesse de muitos teuto-brasileiros em conciliar a germanidade à cidadania brasileira se revela uma tentativa que, aos olhos dos brasileiros se apresentava contraditória, mas que para aquele grupo era possível”.³⁰

Para realizar com maior eficiência o seu projeto de integração do elemento alemão à sociedade brasileira nestes moldes, Koseritz amplia seu campo de atuação em diferentes jornais escritos em português. Um ano após assumir a redação do *Deutsche Zeitung* já dirigia paralelamente o jornal conservador *A Ordem*, que teve curta duração. Em seguida atua no *Mercantil*, onde conquista prestígio durante a cobertura da Guerra do Paraguai conclamando leitores e correligionários a pegarem em armas. Em 1868 começa a escrever no *Jornal do Comércio*, que funcionava como órgão oficial do partido liberal oposicionista.

Koseritz aproxima-se dos conservadores quando estes chegam ao poder, atraído pela liderança de Gaspar Silveira Martins e suas reivindicações de equiparação dos direitos políticos para os teuto-brasileiros (OBERACKER Jr., 1961, p. 29, TIB).³¹ No ano seguinte, os liberais fundam seu próprio jornal, *A Reforma*, e Koseritz assume a direção de redação, sendo considerado por este motivo um dos mentores intelectuais da ideologia liberal no Sul. No entanto, pouco tempo depois Silveira Martins toma uma posição anti-germânica por ocasião da guerra franco-prussiana e Koseritz, incomodado com a situação, deixa *A Reforma* e volta a trabalhar para o *Jornal do Comércio*.

Na década de 1870, os escritos de Carl von Koseritz ficam marcados principalmente pela reprodução nos jornais das ideias em voga na Alemanha em torno do *Kulturkampf*.³² Empolgado com as teorias evolucionistas de Darwin e o materialismo científico, ataca de

30 É preciso considerar, ainda, se as palavras de ideólogos como Koseritz eram endossadas pela totalidade do grupo germânico. Gertz (1991, p. 17, HI) encara essa pressuposição como um equívoco e cita uma afirmação de Pierre Denis, autor do livro **Brazil**, publicado em Londres em 1911: “Nós não nos podemos deixar enganar pela atitude de alguns jornalistas em Porto Alegre ou São Paulo, alemães recentemente imigrados, e que nem sempre expressam de forma muito confiável os sentimentos de seus leitores”.

31 A posição crítica de Carlos Oberacker Jr. em relação à atuação de Koseritz merece aqui uma breve análise. Segundo Grützmann (2007, p. 131, HI), Oberacker em seu livro **Carl von Koseritz und der Kampf des brasilianischen Deutschtums um seinen Staats – und volkspolitischen Standort im Kaiserreich Brasilien**, publicado em 1938, critica o liberalismo de Koseritz pelo fato de este não ter reconhecido a importância do sangue e da raça na elevação do grupo de origem alemã. Essa postura de Koseritz teria “ocasionado o afrouxamento dos fundamentos étnicos”. Na obra *Carlos von Koseritz*, de 1961, Oberacker reformula o texto de 1938, “expurgando-o de seus elementos étnico-raciais”.

32 De natureza nacionalista, o *Kulturkampf* (luta pela cultura) propagado pelo chanceler Otto von Bismarck consistiu um período de perseguição ao clero católico da Alemanha. Bismarck não aceitava o apoio que uma parcela da Igreja dava ao direito dos estados meridionais, além de temer o dogma da chamada infalibilidade papal, estabelecida em 1870 no Concílio Vaticano I. Como medidas para eliminar qualquer influência da Igreja Católica sobre a vida pública da Alemanha, Bismarck promulga uma série de decretos e leis entre 1872 e 1875. Como consequência, a Companhia de Jesus foi expulsa da Alemanha, os seminários ficaram sob o controle do Estado e a nomeação de bispos e padres passou a ser controlada pelo governo.

todas as formas o cristianismo, sem poupar os jesuítas nem os luteranos. Para Koseritz, ciência e religião não podiam conciliar-se e, além do mais, a influência da igreja católica fazia-se sentir na política e na legislação do país, motivos suficientes para ser combatida. Na luta contra o clero, negava-se, inclusive, a defender os interesses dos evangélicos nas páginas do *Deutsche Zeitung*, os quais ainda lutavam pelo reconhecimento legal dos casamentos feitos na igreja protestante e contra a proibição de ostentação de torres e sinos nos templos.

No *Jornal do Comércio*, Koseritz publica uma série de artigos que são em seguida reunidos no volume **Roma perante o século** (1871), em que aborda temas como a infalibilidade papal, a história dos papas e o celibato, denunciando a identificação da Igreja com os jesuítas e principalmente a dominação destes últimos sobre o clero.³³ Também publica **A Maçonaria e a Igreja** (1873) e edita o semanário maçom *A Acácia*, criado em 1876, além do álbum humorístico dominical *A Lanterna*, de 1877. Preocupado com o avanço do positivismo de Comte, Koseritz combate esta filosofia associando-a, muitas vezes, ao próprio catolicismo.

Koseritz também tinha profundo interesse pelos indígenas brasileiros e procurava interpretá-los pelo viés do evolucionismo. Colabora com as discussões em torno da produção material dos indígenas e demonstra admiração pelos artefatos primitivos, colecionando objetos raros, entre eles cerca de 60 machados de pedra polida, ornamentos, “tempetás” (enfeites de lábios) e cerâmicas. Particularmente sobre esse tema Koseritz publica o livro **Bosquejos Etnológicos** (1884), cujos textos haviam sido publicados originalmente em português na *Gazeta de Porto Alegre*. Ainda na temática do evolucionismo, publica também **A terra e o homem à luz da moderna ciência** (1884), no qual defende o pioneirismo do Rio Grande do Sul na introdução dos princípios evolucionistas no Brasil.³⁴

Um dos primeiros escritores da literatura de expressão alemã no Brasil, Koseritz usava o almanaque *Koseritz' deutscher Volkskalender für die Provinz Rio Grande do Sul* (Almanaque popular alemão do Koseritz para a Província do Rio Grande do Sul) para

33 “Meu fim ao publicar esses estudos foi arrancar a venda aos olhos do povo, que vive iludido pelo clero e permitir-lhe lançar um olhar perscrutador para dentro daquela oficina em que há milênios se forjavam as cadeias da superstição, do prejuízo, do obscurantismo e do atraso intelectual”. (apud MARTINS, 2001, p. 268, HI)

34 No prefácio do livro **Imagens do Brasil**, Afonso Arinos de Melo Franco (Koseritz, 1972, p. XIV, TIB) relativiza a importância das obras científicas de Koseritz, pois “provinham de um homem que deixara a Europa mal saído da adolescência, para viver no meio intelectualmente muito atrasado de uma província brasileira de meados do século XIX. Faltava-lhe ambiente para a formação de uma verdadeira cultura científica, como também não lhe sobrava tempo para tanto, na sua vida agitada e trabalhosa”. Mesmo assim, reconhece o valor dessas incursões, “embora aventurosas”, como índice de sua “interessante personalidade intelectual”.

divulgar as suas obras de ficção. Publicado uma vez por ano, entre 1874-1918 e 1921-1938, o almanaque informava os imigrantes sobre as fases da lua, o calendário das festas e os cuidados básicos com higiene e saúde, entre tantas outras dicas de utilidade cotidiana. Talvez mais do que os jornais, o almanaque era apreciado pela maioria das famílias onde havia ao menos um integrante alfabetizado.³⁵

A influência de Carl von Koseritz na opinião pública cresce a cada ano, principalmente a partir de 1879, quando começa a trabalhar na *Gazeta de Porto Alegre*. Ao escrever neste jornal, no qual ele tinha apenas responsabilidade editorial, sem precisar preocupar-se com questões de ordem financeira, Koseritz começa a ser visto como um dos principais jornalistas em atividade no Brasil. Aproveitando-se da independência editorial da *Gazeta*, que não estava veiculada a nenhum partido político, Koseritz amplia a sua área de atuação, tratando de temas tão variados como filosofia, economia, política, geografia, folclore, literatura, linguística e etnografia. Assim, sempre preocupado em contribuir para o progresso do Brasil, Koseritz transforma a *Gazeta*, que viria a fechar as portas em 1884, em um dos melhores jornais doutrinários do país, acompanhado com interesse pelos intelectuais de todo o Império, entre eles o próprio Imperador D. Pedro II.³⁶

Por ocasião de uma visita à Corte, em 1883, Koseritz publica na *Gazeta de Porto Alegre* e no *Koseritz' Deutsche Zeitung* as “Cartas da Corte”, que compõem o livro **Imagens do Brasil** (publicado na Alemanha, em 1885, com o título de **Bilder aus Brasilien**). Em uma dessas cartas, datada de 21 de maio de 1883, Koseritz (1972, p. 66, TIB) comenta o encerramento das atividades da folha *Cruzeiro* e aproveita para criticar a imprensa carioca:

Ontem morreu o “Cruzeiro”; era a única folha doutrinária da grande imprensa e foi para onde todos iremos porque o povo do Rio prefere ataques pessoais, descompostura e crônica escandalosa à melhor doutrina. O estômago estragado do *Zé Povinho* não suporta o cozido pesado da doutrina, o resumo do pensamento; gosta mais da pimenta forte do escândalo, o tempero picante da malícia; a quente *mockturtle* das descomposturas.

35 “O gênero de imprensa mais cultivado aqui é o dos almanaques (Kalender). Apesar de tudo, todo o colono mesmo que more na picada mais afastada na mata virgem, embora nunca leia um livro, talvez nem assine um jornal em companhia com um outro, por um hábito que lhe vem de longe, compra um almanaque [...]. A literatura de almanaque pode ser considerada, com toda a razão, o gênero mais adequado para, nas circunstâncias daqui, isto é, garantir a informação e formação do povo”. (CEM anos de germanidade no Rio Grande do Sul, 1999, p. 291, HI)

36 Segundo palavras do próprio Koseritz (1972, p. 92-93, TIB), por ocasião de uma audiência em 1883, o Imperador teria elogiado o conteúdo da *Gazeta* por sua preocupação com os interesses materiais da Província, referindo-se inclusive ao conteúdo de alguns números que havia lido. Deste encontro Koseritz saiu convencido de que “o Imperador, ainda que eu não seja persona grata junto a ele, mostrou dedicar a maior atenção ao meu jornal e manifestou-se sensível ao meu julgamento sobre a sua pessoa - honra que ele confere a poucos jornalistas”.

Comentários como esse levam Sodré (1983, p. 232, IM) a considerar o jornalista alemão “conservador, preconceituoso”. Para Sodré, a postura crítica de Koseritz em relação à imprensa do Rio de Janeiro estaria relacionada a sua declarada simpatia pelo Imperador, o que o leva a não compreender “a combatividade reformista da imprensa da Corte e sua aproximação com o gosto popular, caracterizada principalmente nas publicações ilustradas, cuja irreverência era notória”. Além disso, o rancor do jornalista com os jornais da Corte tinha outra razão: Koseritz não aceitava o silêncio das folhas do Rio em relação ao seu projeto de incentivar a imigração germânica e o regime da pequena propriedade.

Na viagem ao Rio, Koseritz teve a oportunidade de expor suas ideias a respeito das vantagens da imigração alemã a um grupo heterogêneo de intelectuais, políticos e fazendeiros durante uma palestra realizada no Liceu de Artes e Ofícios. Após a palestra, Koseritz convence-se de que o sucesso da imigração alemã fora reconhecido por todos os presentes, já que recebera apenas aplausos e nenhum protesto. Isso, para ele, demonstra o reconhecimento de que também “no Rio se chegou à convicção de que o Brasil somente com uma forte imigração de origem germânica pode esperar salvação” (1972, p. 213, TIB).

Gozando de imensa popularidade, com destacada influência sobre a comunidade teuto-brasileira, Carl von Koseritz elege-se para a Assembleia Provincial em 1883. Desde 1881 os alemães tinham dois representantes na Assembleia, Frederico Hänsel e Guilherme Bartholomay. Juntos, os parlamentares teuto-brasileiros defendem os interesses do grupo, destacando questões como educação nas colônias, impostos e defesa dos acatólicos. Curiosamente, como destaca Oliveira (2008, p. 64, HI), o elemento teuto-brasileiro que conciliava nacionalidade alemã com cidadania brasileira não foi explicitamente defendido nos discursos proferidos na Assembleia, embora estivesse presente na imprensa publicada em alemão. Em apenas um pronunciamento feito por Koseritz, localizado por Oliveira, ele confirma pertencer ao elemento germânico pelo sangue.³⁷ O motivo para esse silêncio, na aceção de Oliveira, se justificaria pelo temor dos parlamentares em alimentar ainda mais a desconfiança dos luso-brasileiros em relação à lenta integração dos imigrantes e descendentes.

Intelectuais como Sílvia Romero engrossavam a crítica ao sistema de colônias na forma como estavam estabelecidas no Sul do Brasil. Apesar de estar a favor da imigração e

37 “É certo que os alemães conservam com certa pertinência os seus costumes, mas será isso um mal?”, conforme consta nos **Anais da Assembléia Legislativa Provincial**, 1888, p. 109-112. Sobre a representatividade de Koseritz enquanto deputado, ver: MOTTER, Ana Elisete. As relações entre as bancadas teuta e luso-brasileira na Assembléia Legislativa Provincial Rio-Grandense (1881-1889). **Estudos Leopoldenses: Série História**, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p. 103-114, 1999.

ser um entusiasta da cultura alemã, Sílvio Romero defendia que os imigrantes deveriam ser disseminados em pequenos grupos em todo o território nacional. Para ele, a implantação pontual dos estrangeiros em todas as regiões do país produziria novas populações, que seriam por sua vez incorporadas às populações nacionais. A raça lusa, pelas previsões de Romero, deveria ser naturalmente suplantada por outras. Além de encarar o problema da imigração apenas do ponto de vista biológico, Romero temia que a concentração dos alemães no Sul levasse fatalmente a uma rebelião separatista no futuro.³⁸

Apesar de discordarem em diversos pontos acerca da imigração, Sílvio Romero e Carl von Koseritz desenvolveram atividades em comum. Koseritz foi editor, em Porto Alegre, do livro de Sílvio Romero **A Filosofia no Brasil: ensaio crítico**, publicado em 1878 pela Tipografia do *Deutsche Zeitung*. Por outro lado, a coleção de trovas gaúchas reunidas e publicadas na *Gazeta de Porto Alegre* por Koseritz, em 1880, foram aproveitadas por Romero no seu livro **Cantos Populares do Brasil**, de 1883. Mais importante do que isso foi a aproximação de Koseritz com a chamada Escola de Recife, que tinha nas figuras de Sílvio Romero e Tobias Barreto seus principais expoentes. Os principais temas trabalhados pelos integrantes desta escola ecoaram no Rio Grande do Sul a partir da voz e da pena de Koseritz, como o combate à religião e aos grupos católicos, a liberdade religiosa, a ampliação dos direitos civis e políticos aos não católicos e a superação do movimento literário romântico.

Sílvio Romero e Tobias Barreto adotam as teorias científico-literárias alemãs como padrão de julgamento e critério de verdade, defendendo que o abandono da inspiração francesa levaria a um fortalecimento do pensamento brasileiro.³⁹ Romero, referindo-se à influência francesa sobre os intelectuais do Rio de Janeiro, chamava-os de “galos-fluminenses”. Koseritz, evidentemente, exultava com as campanhas dos intelectuais do Nordeste e tratava de reforçar esses pensamentos no Sul. Para tal, funda em 1886 o periódico *O Combate*, que era centrado na difusão destes pressupostos. Este comportamento era um

38 Esse temor era compartilhado por muitos intelectuais da época. Após a unificação da Alemanha, em 1871, muitos estrategistas alemães defendiam o aproveitamento dos imigrantes em benefício da pátria-mãe, uma vez que a Alemanha não possuía colônias como os franceses as tinham na África e Ásia. Gertz (1991, p. 15, HI) relativiza essa ideia de anexação defendida por ideólogos “mais exaltados e menos realistas”, ressaltando que a maioria pensava na presença dos descendentes alemães como uma vantagem comercial, “como fator fundamental para a conquista do mercado local”.

39 Torna-se comum nos escritos de Tobias Barreto argumentos como “assim se compreende na Alemanha” ou “do ponto de vista da ciência alemã” para legitimar ou desqualificar um autor ou um conceito. Ele propõe a criação de um tribunal internacional, com sede na Alemanha, que seria responsável por decidir quais obras deveriam ser ou não publicadas. Diz Barreto (apud MARTINS, 2001, p. 496-7, HI): “Volvamo-nos para a Alemanha [...] no domínio das ideias, que toca à necessidade de uma reforma intelectual, é o que nos pode salvar”.

reflexo da guerra franco-prussiana, da qual a França saíra derrotada, e também uma tentativa de vencer os franceses no campo do prestígio cultural. Por isso, havia uma diferença na reação dos intelectuais do Norte e do Sul. Enquanto aqueles tratavam exclusivamente de questões culturais, estes encaravam essas teses como mais uma arma na luta pela ascensão do imigrante alemão nos quadros políticos e sociais da província (CESAR, 1971, p. 255, TIB). Ainda de acordo com os estudos de Cesar, a Escola de Recife proporcionou fundamentos teóricos para sedimentar a luta de Koseritz, que soube harmonizar estas ideias ao seu programa de ordem social e política.

No campo da crítica literária, influenciado pela divisão entre românticos e “zolaístas” no Sul, Koseritz publica no *Koseritz Deutscher Volkskalender*, em 1885, a obra **Alfredo d’Escragnolle Taunay (esboço característico)**, editada no ano seguinte em português com tradução de Rodolfo Pau Brasil. “O que se nota no estudo de Koseritz é uma análise rigorosa das ideias do autor de **Inocência**, mas as observações de cunho estético já se insinuam aqui e ali, deixando de lado a preocupação louvaminheira” (CESAR, 1971, p. 354, TIB). Além deste livro de crítica, Koseritz também traduz nesta época novelas de Sacher-Masocher e posiciona-se ao lado dos escritores naturalistas.

Outro tema que arrebatou toda a intelectualidade da época, já tratado no capítulo “Imprensa a política”, e exigiu um posicionamento de Koseritz, foi a abolição da escravatura. Koseritz defendia que a imigração em massa atuaria no sentido de acabar com a escravidão e com frequência escrevia contra o sistema escravocrata, considerado por ele o “principal responsável pela situação confusa do país na qual todos pretendem viver à custa do trabalho servil ou de empregos públicos e o próprio trabalho manual é tido como deprimente” (OBERACKER, 1961, p. 37, TIB). Todavia, adotava uma postura conservadora ao defender a abolição de forma lenta e gradual, extinguindo-se pela cessação do nascimento de novos escravos, como determinava a Lei do Ventre Livre de 1871. A abolição completa e imediata, sem indenizações, como queriam os republicanos, seria prejudicial para a economia e a “ordem pública”, na opinião dele.

Sobre a relação entre teuto-brasileiros e escravos no Rio Grande do Sul os historiadores têm posturas divergentes. Um grupo defende que os alemães, por serem pequenos proprietários de uma economia familiar, não necessitavam do braço escravo, ou evitavam a prática por princípios de ordem ética e moral, já que discordavam da mentalidade escravista luso-brasileira. Amparam-se, também, na proibição legal, garantida por leis

imperiais e provinciais, para mostrar que os teuto-brasileiros contribuíram para o clamor anti-escravagista e o avanço do processo abolicionista.

O outro grupo aceita a existência de uma relação entre senhor e escravo na comunidade alemã, mas com a ponderação de que os imigrantes tratavam bem os seus escravos e estabeleciam com eles uma convivência harmoniosa, aderindo aos preceitos da “democracia racial” no Sul. Para fortalecer essa hipótese, estes argumentam que muitos escravos falavam o idioma alemão, o que seria uma prova da proximidade entre senhores e escravos.⁴⁰

Apesar de haver proibição legal, garantida por leis imperiais e provinciais, o fato é que documentos comprovam que imigrantes alemães também utilizaram da força escrava. Zubaran (1994, HI) reúne uma pequena mostra de 40 cartas de alforria nas quais alemães e seus descendentes concedem liberdade a seus escravos entre 1871 e 1888. Estes imigrantes teriam empregado a mão de obra escrava nos trabalhos domésticos, como vendedores ambulantes, auxiliares no comércio e na navegação fluvial. Destaca Zubaran (1994, p. 73, HI) que “as cartas de alforria [...] comprovam que os imigrantes 'alemães' não apenas possuíram escravos, como pequenos senhores, assim como utilizaram-se de práticas semelhantes às dos luso-brasileiros, costumeiras e contratuais, de alforriar escravos”. Pellanda (1925, p. 3, HI) também aponta a existência de escravos na colônia de São Leopoldo em 1849, que seriam em número de 229 entre um total de 9.393 habitantes.

Apesar de não encontrarmos nas biografias de Koseritz qualquer referência ao fato de ele mesmo possuir escravos, algumas pesquisas apontam nesse sentido. A saber, a posse de escravos era proibida aos imigrantes nas colônias, mas em Porto Alegre, onde Koseritz morava com sua família, não havia impedimentos legais para os estrangeiros. Para Oliveira (2008, p. 62, HI), a postura anti-escravocrata de Koseritz esbarrava no fato da família de sua esposa ser tradicionalmente escravagista e no discurso do Partido Liberal, que defendia a abolição de forma gradativa e com indenização aos proprietários escravagistas.

40 Müller (1996, p. 238-39, HI) cita alguns exemplos de escravos que falavam alemão e, inclusive, receberam sobrenomes alemães, mantendo-os “por questões afetivas”. Müller chama a atenção para o fato de negros frequentarem a mesma escola dos colonos e, em vez de os colonos aprenderem o português, ter ocorrido justamente o contrário. “Os negros chegaram a ter relação de emprego com os colonos, mas sem nenhuma conotação escravista, embora a relação fosse escalonada: branco é branco e preto é preto”. Zubaran (1994, p. 66, HI), por outro lado, alerta para o risco de se concluir que esses escravos eram necessariamente melhor tratados por estarem num ambiente doméstico e por terem assimilado a cultura alemã. “A maior proximidade com o senhor também implicava enormes riscos e desvantagens, como, por exemplo, a supervisão constante e particularmente, no caso das escravas, o risco de assédios sexuais frequentes, assim como do ciúme e da vingança por parte da mulher de seu senhor”.

Gans (2004, p. 208, HI) considera a posição de Koseritz, como intelectual abolicionista, contraditória, pois que “ele próprio possuía mais de um escravo, e, ainda durante a década de 1880, em pleno auge da campanha abolicionista, utilizava os serviços de sua ex-escrava Joana, liberta, sob contrato de prestação de serviço”. Valemo-nos ainda dos apontamentos de Gans para ilustrar a situação a partir de um artigo do jornal *A Federação*, intitulado “Uma infeliz”.

O texto traz uma denúncia de maus tratos sofridos pela escrava Joana e sua filha por parte da esposa de Koseritz.⁴¹ Na condição de inimigo político de Koseritz, o jornal explora o fato e expõe a discrepância entre discurso político e vida privada no comportamento de um dos líderes da comunidade alemã.

Conclui Gans (2004, p. 209, HI):

se os teutos de fato execrassem os escravagistas, não aceitariam, sem críticas, um deles como seu representante; no entanto, jamais encontrei, na imprensa teuta, qualquer opinião no sentido de questionar os teutos senhores de escravos ou a Koseritz em particular.

Como já apontamos anteriormente, imprensa e partido muitas vezes se confundiam no fazer político rio-grandense. Por isso deve-se sempre relativizar os ataques da imprensa, seja ela republicana ou liberal, escrita em português ou alemão, tendo em vista que isso era uma arma eficaz para desmoralizar ou enaltecer o caráter das lideranças nos embates idealistas da época. A posição ideológica de Koseritz, monarquista fiel aos princípios liberais, torna sua vida difícil com o estabelecimento da República. Ao contrário de outros líderes liberais, que trataram de exilar-se para fugir das perseguições, Koseritz continua pregando a ideologia liberal, aceitando inclusive retornar à redação do jornal liberal *A Reforma*, cargo que assume justamente no dia 15 de novembro. Aos amigos, confessa que pensa na possibilidade de retornar à Europa ou fixar-se no Rio de Janeiro.

Ao perceber que os republicanos não manifestavam sentimentos de benevolência com os teutos, fortalecendo discursos contrários à situação de isolamento social das colônias – principalmente porque os alemães e descendentes ainda não dominavam a língua portuguesa

⁴¹ “Hoje pela manhã veio ao nosso escritório a preta Joana, contratada do Sr. Carlos von Koseritz, e disse-nos que não podendo mais suportar os maus tratos que lhe eram infligidos não pelo Sr. Koseritz, mas sim por sua senhora, que há poucos dias quase esmagou-lhe a cabeça contra a parede da casa, sem que para isso tivesse a paciente contribuído nem por obras, nem por palavras. Joana disse-nos que sua filha de 14 para 15 anos sofre os mesmos maus tratos, a ponto de estar um pouco apatetada. Joana está também nestas condições. O terror que lhe inspiram os maus tratos que tem sofrido a torna tão amedrontada, que qualquer gesto ou barulho a sobressalta. A infeliz desconhece qualquer rua da cidade, porque, diz ela, muito poucas vezes tem saído de casa, vivendo assim quase que enclausurada [...] Sendo Joana contratada, não sabemos em que leis se fundam os seus ex-senhores para procederem contra ela com tanto rigor, infligindo castigo à pessoa livre, fato este que encontra punição no Código Criminal. (*A Federação*, 20 jan. 1887 apud GANS, 2004, p. 208-9, HI)

após mais de 60 anos vivendo no Brasil –, Koseritz eleva o tom das críticas contra a intolerância luso-brasileira. Em perigo permanente de ser preso, expulso do país ou até mesmo assassinado, ele decide retirar-se para descansar com a esposa e as filhas em Pedras Brancas, passando a direção do *Koseritz' Deutsche Zeitung* para o alemão Dr. Reinhold Ludwig (OBERACKER, 1961, p. 67, TIB).

No dia 14 de maio de 1890 Koseritz foi preso, mantido sob custódia durante oito dias em sua casa, constantemente vigiado por policiais armados. Após a intervenção de amigos influentes junto aos republicanos, foi libertado. O desgaste emocional da prisão, porém, leva-o a sofrer um ataque cardíaco mortal no dia 30 deste mês. Horas antes de sua morte, Koseritz escreve uma carta intitulada “Explicação necessária”, na qual protesta contra a sua prisão e defende-se das acusações. “Não me derrotaram pela imprensa; quiseram derrotar-me pela violência e pelo abuso do poder de que na ocasião dispunham [...] Não fujo, não abandono meu posto de combate, e a ele voltarei, logo que as circunstâncias o permitirem”. O jornal *A Federação*, por muitos anos adversário político de Koseritz, publica um necrológio assinado por Assis Brasil em que reconhece a importância do trabalho do intelectual alemão para o desenvolvimento cultural e político do Brasil.⁴²

5.2.1 A figura de Koseritz em O continente

A presença de Carl von Koseritz em **O continente** nasce das memórias do médico Carl Winter. Diferentemente de outras personalidades históricas como Pinheiro Machado e Getúlio Vargas, que participam da narrativa em um primeiro plano, tornando-se também personagens da ficção, com Koseritz o processo de incorporação do personagem histórico na narrativa ocorre com certo distanciamento.

Koseritz e Winter encontram-se pela primeira e única vez no hospital de caridade de Rio Grande, em 1851, onde o médico trabalhava gratuitamente socorrendo os doentes. A partir deste encontro os dois passam a trocar longas cartas, cujo conteúdo analisaremos ao final deste capítulo. Na ocasião, ambos haviam recém-chegado ao Brasil em situações bem diferentes, mas pelo mesmo motivo: os dois abandonaram a Alemanha por envolvimento com eventos da política. Koseritz conta ao médico que viera ao Brasil junto com as tropas contratadas para enfrentar os soldados de Rosas, mas o seu regimento acabou sendo

42 A carta de Koseritz relatando as circunstâncias de sua prisão e o necrológio assinado por Assis Brasil aparecem como apêndice do livro **Imagens do Brasil** (KOSERITZ, 1972, p. 267-282, TIB).

dissolvido por causa das insubordinações. Doente e sem recursos, acaba parando em Rio Grande.

O que deixa Winter mais espantado ao ouvir o relato é saber que Koseritz descendia de uma família nobre do ducado de Anhalt, cujo irmão Kurt fora ministro do duque e sua irmã, Tony, dama de honra da duquesa. Havia sido renegado pelos pais após ingressar na revolução de 1848, em Berlim, onde estudava. Winter custa a acreditar na história narrada pelo conterrâneo, o que leva o enfermo a mostrar os documentos para comprovar sua identidade. “Tinha um belo nome: Carlos Júlio Cristiano Adalberto von Koseritz. Nascera em 1830: estava portanto com apenas vinte e um anos!” (1956b, p. 552, OEV).

Segue o diálogo entre os alemães:

- E agora? – perguntou Winter. – O que vai fazer depois que der alta do hospital?
- Ficar nesta província.
- E plantar batatas como nossos compatriotas de São Leopoldo?
- Não. Abrir uma escola e ensinar; fundar um jornal e escrever...
- Mas como, se nesta terra se fala o português?
- Dentro de pouco tempo estarei habilitado a escrever nessa língua tão bem quanto na minha.
- Era assombrosa a certeza que aquele moço tinha em seu futuro.
- E sabe duma coisa, doutor? – perguntou von Koseritz, passando os dedos pela barba loura que lhe cobria o rosto. – Talvez eu ainda venha a me naturalizar brasileiro...
- E sua família?
- O outro Carl deu de ombros.
- Um dia eles vão compreender que não precisei de seu nome nem de seu auxílio para abrir caminho na vida. (1956b, p. 552-3, OEV)

Além do nome e do envolvimento com o movimento revolucionário na Alemanha, há poucas semelhanças entre Koseritz e Winter. Enquanto aquele tem muitos planos para o futuro, este apenas deixa-se ficar em Santa Fé, sem ambições de contribuir para o desenvolvimento da Província ou das colônias de imigrantes, nem motivação para empreender uma viagem de retorno à pátria. Nesse sentido, o comportamento de Winter segue na contramão do modelo de progresso das famílias alemãs representadas no romance. Ele não encontra razões para acreditar no trabalho e na fé, dois dos principais pilares de sustentação da cultura progressista alemã. Fechado para o relacionamento com seus compatriotas estabelecidos em Santa Fé, Winter preserva a amizade com Koseritz como uma forma de manter uma ligação entre a vila e a Alemanha, fortalecida pelos jornais enviados por este a Santa Fé. O médico admira os planos e as realizações do amigo, chamado com afetuosa ironia

de “meu ilustre barão”, utilizando a vida do outro como um modelo que ele poderia, mas não tem coragem, de seguir.

Sempre que começa a soprar o vento que sinaliza a chegada do inverno, Winter sente-se solitário e considera a possibilidade de partir.

Mais um inverno! – pensou Winter. E de novo perguntou a si mesmo por que não se ia embora. Von Koseritz continuava a insistir para que ele voltasse ao litoral e se instalasse em Pelotas. Seu ilustre barão tinha planos grandiosos: ia fundar um jornal e uma escola, meter-se na política, naturalizar-se brasileiro e provavelmente casar-se com uma moça natural da Província. (1956b, p. 620, OEV).

A relação entre o médico e Koseritz repete a fórmula narrativa de apropriação de discursos alheios – da imprensa ou de intelectuais ligados a ela – para reforçar discursos próprios. Embora Winter exponha ideias originais sobre cultura e sociedade no círculo social de Santa Fé, privilégio de quem estudou em Heidelberg e vive entre pessoas cujas experiências e conhecimentos são limitados pelo contexto bucólico, ele também busca nos jornais e nas palavras do amigo jornalista algumas citações para complementar o seu pensamento. Koseritz ratifica em seus escritos muitas “verdades” que Winter gostaria de dizer àquelas pessoas, de “código rudimentar e rígido de comportamento”, mas muitas vezes o médico cala-se por medo de magoá-las – exceto em relação ao vigário, que era “independente, exuberante de saúde e bom humor, um liberal e, por mais absurdo que parecesse, um livre-pensador” (1956b, p. 967, OEV).

No episódio “Ismália Caré” aparecem algumas referências aos escritos de Koseritz presentes no livro **A terra e o homem à luz da moderna ciência**. Trechos desta obra são citados por Carl Winter durante uma discussão com o padre Atílio Romano em uma das reuniões realizadas no Sobrado. Para o padre, Winter era “um ateu incorrigível” e Koseritz “outro herege de má morte”.

Com o busto inclinado sobre a mesa, o garfo em riste, o médico olhava fixamente para o padre enquanto falava:

– “O mais crente dentre vós acreditará que a terra seja o centro do Universo e que o sol, a lua e todos os astros só foram criados para fazerem o serviço de lampiões?”

O vigário escutava-o sorrindo e mastigando.

[...]

Winter brandia ainda o garfo.

– “A Bíblia é obra de homens ignorantes; a história da criação é um mito, e Laplace tinha razão quando Napoleão I lhe perguntou por que não falara em Deus ao expor o seu sistema de mecânica celeste: “Sire, je n’avais pas besoin de cette hypothèse!”

[...]

– Nada disso é novidade para mim, doutor! Disse ele. – Todos esses autores ateus seus amigos são também meus conhecidos. Tenho seus livros à minha cabeceira e isso é um sinal de que não os temo. (1956b, p. 965-66, OEV)⁴³

A intensa campanha promovida por Carl von Koseritz nos jornais escritos em alemão em defesa das colônias de imigrantes não é explorada em **O continente**. Sobre o tema da imigração lemos apenas que “von Koseritz escrevera-lhe havia pouco cartas cheias de entusiasmo pelo futuro da colonização germânica” (1956b, p. 639, OEV) e, já no episódio “A Guerra”, que “agora era uma figura pública importante, escrevia belos artigos em português, fazia jornalismo, metia-se em política e interessava-se pelas colônias alemãs – das quais era uma espécie de maioral” (1956b, p. 748, OEV). O conteúdo das cartas trocadas entre o médico e jornalista tampouco trata do assunto. A figura de Carl von Koseritz tem na narrativa a função de servir como um interlocutor do solitário Winter, mas salvo os trechos citados acima nada mais é possível conhecer sobre suas ideias.⁴⁴

Podemos concluir, a partir do resumo biográfico de Koseritz apresentado na narrativa, que o autor realizou pesquisas sobre o personagem histórico. Como praticamente todos os estudos em torno da vida do jornalista estão diretamente relacionados ao seu trabalho enquanto liderança da comunidade alemã, seguramente o autor também tinha conhecimento das campanhas de Koseritz e dos principais problemas decorrentes da colonização no século 19. A opção do autor, no projeto de representação da formação do povo gaúcho, foi de evitar uma abordagem “pública” do tema da imigração, preferindo a exploração da experiência privada de um imigrante alemão a partir de seu fluxo psicológico.

Na esfera pública da época representada, questões relacionadas aos problemas derivados da colonização eram frequentemente debatidas, como veremos a seguir.

43 Localizamos esses trechos dos escritos de Koseritz, exatamente como estão transcritos no romance, na seleção organizada por René Gertz (KOSERITZ, 1999, p. 30, TIB).

44 Koseritz também aparece de forma passageira no romance **Videiras de Cristal**, de Luiz Antonio de Assis Brasil, obra que reconstrói na ficção a revolta dos Mucker. Interessante para registro o seguinte trecho, segundo descrição do médico-narrador Christian Fischer (Assis Brasil, 1994, p. 85-86, PP): “Conheci afinal o famoso Karl von Koseritz, diretor do *Deutsche Zeitung* – é forte e vermelho, tem o riso fácil. Seu pensamento é uma miscelânea de socialismo e intenção paternal. Movimenta-se com desenvoltura entre os gabinetes burocráticos e é recebido a qualquer hora pelo Presidente da Província. Passa a maior parte do dia na redação do seu jornal e escreve num excelente português – segundo me assegurou o Doutor Fogaça, que é um literato. (Parece que todos os brasileiros, além de advogados, são literatos). Von Koseritz é alta patente maçônica e se orgulha disso. Suas ligações com a *Reforma* são bastante intensas, tanto que o *Deutsche Zeitung* pode ser considerado a versão alemã do periódico dos liberais rio-grandense. [...] Mas é no fundo um romântico ao estilo de Schiller; devaneou falando na exuberância das matas e dos rios”.

5.3 Participação do *Deutsche Auswanderer-Zeitung* e do *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung* nos rumos da imigração

Já falamos da participação da imprensa escrita em alemão, no Rio Grande do Sul, como um instrumento capaz de dotar os imigrantes de consciência social e cultural na nova pátria, seja no sentido de promover o *Deutschtum* ou mesmo de incentivar os imigrantes a participarem do processo político brasileiro. É evidente, no nosso entender, que essa imprensa, ao lado dos jornais escritos em português por redatores alemães, contribuiu de forma decisiva para a construção de uma realidade sócio-cultural que abrange os imigrantes das colônias e os luso-brasileiros.

Sem dispor de muitos instrumentos com os quais seria possível estabelecer conexões entre o seu universo e o dos vizinhos – salvo o pastor, o chefe da colônia ou o comerciante ambulante –, os colonos dependiam das folhas impressas para saber o que ocorria no âmbito político e econômico, já que a solução de seus problemas passava pelos gabinetes das instâncias superiores, e também para saber como proceder no espaço doméstico, uma vez que estes periódicos também funcionavam como serviço público, orientando os alemães sobre questões de saúde, educação e agricultura. Sem nos atermos novamente às diferenciações ideológicas que norteavam cada jornal, revista ou almanaque, o fato é que apesar dos altos índices de analfabetismo o conteúdo das folhas circulava entre as famílias, contribuindo para a incorporação do elemento alemão ao Estado brasileiro.

Se por um lado essa imprensa atuava diretamente sobre os colonos já estabelecidos desde 1824, outra corrente jornalística tinha um campo de atuação mais amplo, atuando diretamente sobre as famílias que por algum motivo pensavam em emigrar. Trata-se dos jornais alemães publicados na Alemanha no século XIX e que tiveram um papel decisivo nos rumos da emigração para o Brasil a partir do conteúdo de seus artigos, cartas e reportagens, muitas vezes contando com a colaboração de redatores alemães já estabelecidos no Brasil. Havia folhas dedicadas exclusivamente ao tema da emigração, geralmente editadas por agentes interessados em sua continuidade e expansão, e outras que tratavam de temas gerais, mas sempre que possível procuravam dotar os leitores de informações sobre o Brasil e o processo migratório.

Os primeiros jornais alemães de grande circulação surgem no período da emigração, mas, apesar de tirarem proveito das novas possibilidades de reprodução, carecem de liberdade

para tratar de temas políticos.⁴⁵ Isto leva as folhas a tratarem com simpatia os temas que abordavam aspectos culturais de terras longínquas, relatos de viagens e descrições exóticas da flora e da fauna tropical. Muitas vezes com o objetivo de driblar os sensores, artigos de crítica social se confundiam com reportagens sobre o estrangeiro. “A grande cidade de ultramar ou os países exóticos constituíam-se em temas atraentes e eram regiões totalmente desconhecidas do leitor citadino ou das aldeias onde os conflitos sociais emergiam nitidamente” (KELLENBENZ; SCHNEIDER, 1980, p. 9, HI).⁴⁶ Neste contexto, aumenta o interesse de parte significativa da imprensa alemã por assuntos relacionados ao Brasil e surgem folhas especializadas em assuntos de emigração. De uma proposta informativa para a polêmica em torno das vantagens e desvantagens da emigração, foi um passo. Como observa Fouquet (1974, p. 74, HI):

Jornais participaram das polêmicas, nem sempre sendo independentes nos elogios ou nas censuras que publicavam. Cartas de imigrantes assumiram papel de relevo, por suas advertências ou recomendações. Passavam de mão em mão ou eram publicadas, sendo o seu conteúdo muitas vezes real e convincente. Algumas, contudo, continham conceitos precipitados ou eram mesmo redigidas por encomenda de empresários.

Como o nosso objetivo principal é sempre encontrar similaridades entre o conteúdo dos jornais e a narrativa de **O tempo e o vento**, não podemos ampliar demasiadamente nosso campo de análise documental, com o risco de chegarmos a conclusões que não estão relacionadas ao objeto de estudo. Concentramo-nos, portanto, nos dois principais jornais alemães voltados exclusivamente para o tema da emigração, *Deutsche Auswanderer-Zeitung* (1852-1875), de Bremen, e *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung* (1846-1871), de Rudolstadt, no período de 1852 a 1865. Este recorte temporal justifica-se porque coincide com a abordagem narrativa ficcional em torno do personagem Dr. Winter, que vivencia um processo de incorporação à cultura gaúcha nesta mesma época e troca cartas com o jornalista Carl von Koseritz. Juntamente com as cartas o personagem também recebe edições de jornais escritos em alemão, através dos quais ele se mantém informado sobre o processo migratório e o desenvolvimento das colônias.

45 Schmieder (1998, p. 25, IM) lembra que no período de 1760 a 1848 todos os jornais e revistas alemães na Prússia e na Saxônia eram censurados. Ressalta Schmieder (1998, p. 30, IM), como exemplo, que informações sobre as constituições ibero-americanas somente podiam ser publicadas desde que não houvesse comparações com o sistema político europeu em prejuízo da Monarquia.

46 Os jornais alemães de maior expressão e tiragem nesta época eram o *Das Ausland* e o *Gartenlaube*. Kellenbenz e Schneider (1980, p. 9, HI) localizaram nas páginas do *Das Ausland*, na década de 1840, artigos que tratam, por exemplo, de temas variados como a vegetação do estado de Goiás, descrições da Bahia e Pernambuco, os seringais, as minas de diamantes, viagens de barco no Rio Amazonas e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

No campo da História, o período também é rico em relação ao conteúdo jornalístico que trata da imigração, justamente porque na década de 1850 crescem as críticas em relação à emigração para o Brasil, um clamor crescente que chega ao ápice em 1858, quando o suíço Thomas Davatz publica um livro em que denuncia os maus tratos sofridos pelos colonos imigrantes nas fazendas de café em São Paulo. Neste mesmo ano, o governo alemão restringe a atuação das companhias de imigração brasileiras e inicia-se uma forte campanha de defesa da emigração para o Sul do Brasil.

O jornal *Deutsche Auswanderer-Zeitung* caracteriza-se por adotar uma linha editorial relativamente imparcial, aberta à publicação de relatos e reportagens com diferentes pontos de vista. Isto se deve ao fato de que este jornal não era propriedade de agentes interessados nos lucros da emigração, ou seja, funcionava de forma independente como um boletim informativo de temas associados ao movimento migratório. No período analisado, o jornal de Bremen publica diversos relatórios sobre a situação das colônias alemãs, estatísticas, descrições dos aspectos políticos e geográficos da Província do Rio Grande do Sul e cartas de alemães emigrados. Textos que abordam a contratação de soldados alemães pelo império brasileiro, a situação dos escravos e as dificuldades de adaptação na nova terra também são temas recorrentes no jornal.

Por outro lado, o *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung* era dirigido pelo proprietário de uma agência de imigração, Günther Fröbel, que funda o jornal em 1846 justamente com a finalidade de fazer propaganda das viagens na região de Schwarzburg-Rudolstadt.⁴⁷ Apesar de afirmar em seu primeiro número que não pretendia incentivar a emigração, mas sim ajudar e orientar os seus compatriotas que já haviam tomado tal decisão (Alves, 2003, p. 2, HI), o que se vê nas páginas do jornal é bem o contrário. Para defender seus negócios, Fröbel adota uma postura diferente em relação à folha de Bremen, publicando apenas reportagens e cartas favoráveis ao Brasil e ao Rio Grande do Sul, sempre que possível contestando os artigos do *Deutsche Auswanderer-Zeitung*. Os editoriais do *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung* são sempre de incentivo e motivação, reforçados por conselhos, dicas e anúncios contendo as datas das próximas viagens e preço dos bilhetes. Embora sua sede estivesse localizada

47 Em 1852, Günther Fröbel passa a publicar um folheto gratuito, o *Fliegende Blätter für Auswanderer* (Folhetos para Emigrantes), que era distribuído juntamente com o jornal e teve vida curta. Em 1855, ele lança o suplemento semanal *Der Pilot – Unterhaltendes Wochenblatt zur Allgemeine Auswanderungs-Zeitung* (O Piloto – Semanário de Entretenimento do Jornal Geral de Imigração). Ver: TASZUS, Claudia. Günther Fröbel (1811-1878), Hofbuchdruckereibesitzer, Verleger und Auswanderungsagent in Rudolstadt: eine biographische Skizze anlässlich seines 125. Todestages. *Blätter der Gesellschaft für Buchkultur und Geschichte*, Rudolstadt, n. 7, p. 33-107, 2003.

próximo à região central da Alemanha, o jornal circulava em várias cidades, incluindo Bremen e Hamburgo, de onde partiam os navios para os mais diferentes destinos. No alto da capa o jornal traz como divisa a frase “Um mensageiro entre o velho e o novo mundo”.

Ao analisarmos as campanhas destes dois jornais no período delimitado, observamos que os temas abordados seguem uma ordem bem definida e confirmam os resultados de outros estudos mais abrangentes sobre a imagem do Brasil como destino para os emigrantes alemães. Segundo Kellenbenz e Schneider (1980, p. 30, HI), de um modo geral até meados dos anos de 1840 a imagem do imigrante era positiva e a emigração para o Brasil era incentivada pelas autoridades e pela opinião pública alemã. Este posicionamento começa a mudar no momento em que a imigração europeia passa a ser encarada como uma solução para a carência de mão de obra. Neste contexto surgem no interior de São Paulo as primeiras fazendas nas quais os imigrantes trabalham em regime de parceria, dividindo com os patrões o resultado das colheitas. Este sistema, ao mesmo tempo em que acelera a entrada de imigrantes no Brasil, faz crescer na mesma proporção a desconfiança dos alemães quanto ao destino de seus iguais e, a partir dos anos 50, a imprensa assume uma atitude contrária ao Brasil.

Embora houvesse uma simpatia geral na Alemanha pelos resultados da imigração nas colônias do Sul, a transformação da corrente migratória em um problema puramente laboral significa para o Brasil o descrédito na Europa. A tendência de hostilidade à emigração ganha força nos jornais e na voz de autoridades oficiais. O *Deutsche Auswanderer-Zeitung* (Die Sklaven, 1852, p. 205, JRA, tradução nossa)⁴⁸ traz em junho um artigo intitulado “A questão dos escravos no Brasil”, em que destaca que o preço de um escravo custa neste ano o dobro em comparação ao ano anterior, uma prova da dificuldade cada vez maior dos fazendeiros para garantir mão de obra nas lavouras. O autor procura associar a carência de escravos à crescente atuação dos agentes de imigração e alerta que “a coexistência da escravidão é um dos principais impedimentos para a emigração de trabalhadores livres” e que “é necessário criar um contrapeso aos interesses que representam a causa do tráfico de escravos [...] para demonstrar a superioridade do trabalho livre”. E finaliza dizendo que enquanto medidas não forem tomadas por parte do Estado, “estaremos condenados a ver uma luta contínua contra a ganância dos comerciantes de escravos.”

Entre 1852 e 1865, o jornal publica diversas reportagens em que adverte quanto aos

48 Todas as citações dos jornais *Deutsche Auswanderer-Zeitung* e *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung* são de nossa tradução.

riscos de se deixar iludir pelas promessas dos agentes deste “novo sistema de emigração”, o qual estaria ligado a determinados interesses e muitas vezes sem garantias ao emigrante. Nas edições de 10 e 14 de dezembro de 1852, no artigo “Emigração para o Brasil”, o autor (Auswanderung, 1852, p. 391, JRA) reconhece os esforços independentes de algumas associações para prover assistência aos emigrantes, mas todo o seu argumento avança no sentido de despertar a dúvida no leitor que porventura pensa em partir. Aponta ele que “os 10.000 alemães das colônias de São Leopoldo, bem como as vozes elevadas de muitos brasileiros, mostram que é possível haver fazendas livres e sem súditos”, mas alerta sobre a possibilidade de endividamento do colono com o patrão no sistema de parceria, uma vez que o fazendeiro nunca assina um contrato para ficar em desvantagem. “É por isso que, não sem razão, a emigração para todo o Brasil é vista com olhos desconfiados na Europa e especialmente na Alemanha”.

Em junho de 1853, com um estranho pseudônimo de Pancratius Parandum, o *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung* (Parandum, 1853, p. 257, JRA) publica uma carta em que enaltece as condições de trabalho e a liberdade na fazenda Ibicaba, em São Paulo.⁴⁹ O autor da carta mostra-se entusiasmado com a terra, o clima, a casa com jardim, os 80 pés de bananeiras e o lucro adquirido com os dois mil pés de café que recebera para cultivar. Relata a rotina de trabalho, intercalada por longas pausas para descanso, e afirma que os brasileiros são simpáticos, a língua já não significa um problema, os artigos de primeira necessidade são baratos e o “senhor” os protege de tudo. “Para saber o que é liberdade precisa-se vir para o Brasil. Isso é liberdade. Aqui se recebe um pedaço de terra e se trabalha nele”.

Em abril, o *Deutsche Auswanderer-Zeitung* (Die Deutschen, 1853, p. 114, JRA) publica dois artigos em que o autor ataca a colonização em curso no Rio Grande do Sul. Os textos aparecem sob o título de “A colonização alemã na província brasileira do Rio Grande do Sul”, como se fora um complemento aos questionamentos levantados nas edições de dezembro do ano anterior. No primeiro texto, o autor relativiza o discurso geral que versa sobre o desenvolvimento das colônias gaúchas. Para ele, as colônias foram instaladas distantes uma das outras, separadas por extensas florestas, porque convém ao governo

49 Sobre as cartas publicadas no *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, Alves (2003, p. 161, HI) comenta: “A pergunta que se faz — e que se fez já nessa época — é se essas cartas foram realmente escritas pelos colonos, se não foram censuradas pelos fazendeiros no Brasil ou pelo próprio Fröbel para servirem de propaganda ou de incentivo à emigração. Hoje é extremamente difícil verificar a autenticidade das mesmas. Apesar de sabermos que Fröbel só publicava cartas de emigrantes que haviam partido da Turíngia e inseria o nome e local de residência do destinatário para que o público pudesse averiguar a autenticidade das missivas, permanece a dúvida”.

“estabelecer os alemães nessas florestas como guardas de fronteira”. Além disso, afirma que as vilas não dispõem de infraestrutura para se tornarem fortes e que grandes produções não são convenientes devido à dificuldade de se transportar as mercadorias. Segundo o artigo, a colônia de São Leopoldo foi a única que progrediu, mas “com as próprias forças e graças à localização acessível, já que o governo pouco se preocupa com as colônias”. O conteúdo do texto procura também despertar o medo no leitor, acentuando que estas colônias não oferecem segurança aos colonos e que muitos já foram atacados e assassinados por “selvagens”.

Um relato com um cenário bem diferente aparece em julho no *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung* (BERLT, 1853, p. 348-49, JRA). O jornal publica uma carta datada de 18 de janeiro, portanto seis meses após ter sido escrita, assinada pelo alemão J. A. Berlt, em que as condições de vida dos imigrantes instalados na colônia de Santa Cruz são as melhores possíveis. Berlt relata que todos os colonos receberam antecipadamente gêneros de primeira necessidade e puderam contar com um tradutor. Descreve o tamanho dos terrenos e a localização dos vizinhos, que moram a 700 passos uns dos outros. Empolga-se com a riqueza da fauna selvagem e a alta produtividade do feijão e do milho, bem como explica a facilidade com que a floresta pode ser desmatada para o plantio. E assegura não existirem dificuldades, “[...] pois todos os colonos que estão aqui há um ano ou mais vivem em prosperidade; é fácil chegar a essa condição, pois aqui colhe-se duas a três vezes por ano. Impostos não se conhece aqui [...]. Tudo isso que escrevo é verdade e estou muito feliz de estar aqui.”

Ao contrário do que ocorre na folha de Rudolstadt, no *Deutsche Auswanderer-Zeitung* os textos raramente são assinados, o que dificulta a identificação de sua autoria. Podemos conjecturar, porém, que são produzidos por representantes de três grupos envolvidos na causa da emigração: agentes interessados na defesa de seus negócios, alemães que conheceram as colônias do Sul e retornam à Alemanha dispostos a defender ou atacar a manutenção do processo migratório ou, ainda, por imigrantes estabelecidos e que lutam pela “causa” teuto-brasileira. No caso dos artigos publicados em abril de 1853, que denunciam ataques contra alemães nas colônias gaúchas, seu autor seria o conselheiro privado do rei da Prússia, Samuel Gustav Kerst, conforme consta em uma “carta-resposta” publicada no mesmo jornal (Zur Beurteilung, 1853, p. 183, JRA) em maio.

Kerst havia emigrado para o Brasil logo no início do processo de colonização, contratado para atuar no exército brasileiro. Ocupava o posto de capitão quando foi acusado de participar de uma revolta militar, em São Leopoldo, em 1830. Preso durante mais de um ano, sem um processo formal, foi licenciado do serviço militar e regressou à Alemanha, onde

passou a combater de todas as formas a emigração para o Brasil. Kerst fica conhecido por seus artigos em que procura desmoralizar os brasileiros e as coisas do Brasil, sem fugir das discussões com os que defendem a emigração.⁵⁰

Após estes artigos escritos por Kerst, localizamos no *Deutsche Auswanderer-Zeitung* uma série de reportagens publicadas em quatro partes em janeiro de 1856, com o título de “As colônias alemãs no Brasil”, que procuram contestar de forma sistemática a propaganda dos agentes de imigração em relação às vantagens de uma mudança para o Brasil. Cada artigo é dedicado a um tema específico e o autor aborda a relação entre a substituição do escravo pelo imigrante europeu, as dificuldades de adaptação, a concorrência na mão de obra (onde escravos e colonos disputavam determinados trabalhos manuais), os fracassos de algumas colônias, a inexistência de transporte fluvial e a intolerância religiosa. No quarto artigo da série, o autor (Die Deutsche, 1856, p. 33, JRA) procura, entre outros argumentos, identificar falsos anúncios de trabalho publicados em jornais, como o que garante haver trabalho para vidraceiros em Minas Gerais: “Nós morarmos e viajamos três anos na citada província, mas durante esse período nunca vimos uma única janela de vidro”.

A estes textos o *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung* responde em fevereiro, março e abril com as “Cartas sobre o Brasil”, publicadas de forma sequencial em sete edições do jornal. As cartas questionam a credibilidade do autor dos artigos publicados na folha de Bremen, uma vez que suas descrições do Brasil não condizem com a experiência de um viajante. Classificam os exemplos usados para desqualificar o Brasil como “ignorâncias” e “ficções” e procuram contestar ponto a ponto os argumentos que sustentam a imagem de um país impróprio para a emigração.

Em uma delas, o autor (Briefe, 1856. p. 85, JRA) apoia-se no conteúdo do livro **Le Brésil** (1856), do escritor francês Charles Reybaud, para reforçar a ideia de um país livre e tolerante com as diferenças, cujos princípios constitucionais asseguram os direitos dos cidadãos, inclusive para o exercício da política de oposição. O autor procura salientar que a solidez da constituição brasileira revela a seriedade do país, chama a atenção para a independência administrativa das províncias, e acrescenta:

Um povo como o brasileiro, que mesmo nos tempos mais difíceis soube preservar intacta a lei de sua liberdade, e tem se mostrado tão digno às políticas tolerantes de seu governo, tem o direito de um reconhecimento

50 Além de Kerst, outro crítico famoso da emigração era o cônsul geral do Brasil na Prússia, Johann Jakob Sturz. No princípio defensor do Brasil como destino para os europeus, Sturz passa nesta mesma época a condenar o aliciamento de alemães pelos agentes brasileiros.

favorável por outras nações, mesmo que alguns pontos fracos de sua natureza não façam falta.

Apesar da insistência da folha de Rudolstadt em defender o Brasil como destino para os emigrantes alemães, observamos que entre 1852 e 1856 são raros os artigos e reportagens simpáticos ao país no *Deutsche Auswanderer-Zeitung*. Ao contrário, torna-se cada vez mais crescente o nível das críticas em relação ao modelo brasileiro de cooptação de europeus para o trabalho agrícola, bem como o tratamento dispensado a estes imigrantes. A partir de 1857, quando ocorre a revolta dos colonos que trabalham no sistema de parceria na fazenda Ibicaba, os ataques ao Brasil e seus agentes de imigração tornam-se violentos e mais frequentes.

A primeira notícia sobre a revolta aparece no *Deutsche Auswanderer-Zeitung* (DIE UNRUHEN, 1857. p. 138, JRA). A reportagem intitulada “Distúrbios na Colônia Vergueiro” traz um resumo das principais reclamações dos colonos e aponta Davatz como o líder do levante contra o senador Vergueiro. O texto parte do princípio de que a revolta fora apenas de trabalhadores suíços – quando na verdade também havia alemães e portugueses – e critica a postura da folha alemã *Der Kolonist*, editada em São Paulo, que teria minimizado os motivos das reclamações ao publicar que os colonos assinaram os contratos sabendo de seu conteúdo e, por isso, deveriam cumpri-los. O artigo questiona a proximidade do *Der Kolonist* ao senhor Vergueiro e encerra com uma pergunta: “Como o *Kolonist* pôde até há pouco aconselhar a fazenda Vergueiro para imigrantes suíços honestos, se agora, segundo suas palavras, ela não passa de uma colônia criminosa?”.

Se a batalha de Samuel Kerst contra a emigração para o Brasil já era constante antes de 1857, ela passa a ser mais persistente a partir da rebelião dos colonos de Ibicaba, agora com motivos concretos reportados por Thomas Davatz. Novos artigos explorando os acontecimentos em São Paulo aparecem nos meses de setembro e outubro. Um artigo assinado por Carl Andree (1857, p. 382-3, JRA), com o título “Vigarice e venda de almas no Brasil”, ataca violentamente o projeto brasileiro de substituir os escravos africanos pelos europeus e a opressão dos fazendeiros sobre os imigrantes, os quais, segundo o texto, não conseguem quitar suas dívidas nem se libertar do patrão, tampouco exercer a liberdade religiosa – os protestantes não podiam ser sepultados no cemitério da igreja, os casamentos eram feitos apenas com “juramentos” e os filhos eram obrigados a receber educação católica.

Em fevereiro do ano seguinte, Kerst (1858a, p. 21, JRA) publica no *Deutsche Auswanderer-Zeitung* uma “Carta aberta aos redatores da imprensa alemã”. O artigo é uma espécie de síntese de todas as acusações anotadas por Kerst nos últimos anos, as quais

procuram sempre associar a imigração a uma nova forma de escravidão, questionam a falta de legislação para defender os direitos dos imigrantes, criticam a situação de abandono das colônias por parte do governo e acusam a imprensa brasileira de fazer vistas grossas ao problema. Na carta, Kerst apela aos jornais alemães para ampliarem o combate contra os agentes de emigração brasileiros, de tal forma que o governo alemão se sensibilize e impeça definitivamente a atividade dos negociadores de “weiße Sklaven” (escravos brancos).

A campanha de Kerst contra o programa de imigração brasileiro continua ativa nos meses seguintes. Em abril e maio, o mesmo jornal publica uma série de três artigos com o título de “Caça brasileira a seres humanos na Alemanha”, talvez os mais violentos publicados na época. Mais uma vez, Kerst (1858b, p. 68, JRA) denuncia a condição de trabalho escravo dos colonos e afirma que a forma com que o negócio se realiza é simples: “batiza-se os escravos brancos de ‘colonos’, as fazendas de ‘colônias’, o comércio de escravos de ‘companhias de emigração’, os comerciantes de escravos de ‘fazendeiros’ e os caçadores de escravos de ‘agentes das companhias brasileiras de imigração’”. Kerst reforça mais uma vez os apelos para que o governo alemão tome medidas enérgicas para impedir a continuidade da emigração e salienta que todos estão convencidos de que os brasileiros têm empregado de todos os meios para encobrir seu objetivo de fazer da Alemanha um mercado de escravos.

A resposta do *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung* (Brasilianische, 1858, p. 74-75, JRA) aparece em abril, num texto que acusa os críticos de generalizarem as características da emigração para o Brasil, sem diferenciar os aspectos de cada região e sem apontar a existência de colonos livres, nivelando tudo como “caçada humana”. Segundo o jornal, em relação a este tema “cada partido expressou seus rótulos e estereótipos, e quanto mais apaixonado o partido, mais conteúdo foi dado a esses estereótipos”. No artigo, o jornal evita questionar a veracidade dos eventos ocorridos na fazenda Ibicaba, mas procura contestar os argumentos que tentam formar uma imagem negativa do Brasil, como o clima desfavorável aos europeus e as exigências do trabalho pesado. Também levanta dúvidas sobre as fontes utilizadas por Andree e Kerst e considera os artigos “vazios de conteúdo”.

Alves (1999, p. 268, HI) analisa o efeito da publicação dos textos de Samuel Kerst no jornal *Illustrierte Zeitung*,⁵¹ editado em Leipzig, e conclui que foi a partir deste momento

51 O fato de este jornal ter publicado os artigos citados revela a dimensão da repercussão de seu conteúdo. Isso porque textos sobre a situação dos emigrantes não se enquadravam nos projetos editoriais dos jornais ilustrados alemães, que buscavam no estrangeiro apenas relatos de aspectos exóticos da flora e da fauna, descrições de cidades, descobertas arqueológicas, modo de vida dos indígenas, conflitos bélicos e retratos e biografias de personalidades da política latino-americana. (SCHMIEDER, 1998, 126-131, IM)

que surgiram na imprensa alemã artigos com posições bem definidas, contrários ou a favor da emigração para o Brasil.

É possível verificar que houve uma mudança na opinião dos alemães, da imagem do Brasil. Este, entre 1844 e 1858, era conhecido como um país que possuía todas as condições necessárias para o assentamento das colônias de imigrantes e a escravidão, ainda vigente, não era considerada um obstáculo à existência de um trabalho livre. Contudo, a partir de 1858, a imagem de um país favorável à imigração é substituída, bruscamente, por outra, em que a imigração impinge aos emigrantes sofrimentos e desconforto insuportáveis. A escravidão torna-se o retrato de uma sociedade de indolentes e perversos que deseja, unicamente, empregar o escravo branco europeu no lugar do escravo negro. A emigração passa, então, a ser veementemente condenada.

As vozes contrárias ao Brasil como destino migratório começam a ecoar nos primeiros anos da década de 50, coincidindo com os resultados das primeiras experiências do sistema de parceria nas fazendas cafeeiras de São Paulo. A revolta dos colonos em 1857 soa na Alemanha como um alarme e repercute diretamente na imprensa, neste momento inclusive nas folhas não especializadas no tema da emigração. Em 1858, a publicação do livro de Thomas Davatz só faz aumentar a indignação dos opositores às companhias de emigração. Homem de certa instrução, Davatz era mestre-escola na Suíça e fora contratado para trabalhar na fazenda de Nicolau Vergueiro. Torna-se um dos líderes da revolta dos colonos e, após a polícia dominar o movimento, recebe autorização para retornar à Europa, onde escreve o livro de memórias. Na obra, Davatz (1972, p. 176, HI) faz um apelo aos sacerdotes, professores, jornalistas e livreiros para que divulguem o livro, cujo principal objetivo é “a assistência aos colonos e a redução ou supressão da febre migratória”. E acrescenta (DAVATAZ, 1972, p. 178, HI):

[...] não basta que os libertem dos opressores; é necessário que sejam arrancados das mãos dos brasileiros em geral. [...] achava que no momento em que soubessem da lamentável situação nos estabelecimentos de parceria, saberiam tomar medidas que dessem testemunho de sua boa vontade e colocar os colonos em posição honrosa. Agora, porém, sou informado, de um lado pela imprensa, de outro pela “carta aberta do conselheiro privado do governo da Prússia, Sr. S. G. Kerst, às redações dos diários alemães”, [...] de que tudo vai de mal a pior.⁵²

Nos meses seguintes, os artigos referentes ao Brasil publicados no *Deutsche Auswanderer-Zeitung* mantêm o mesmo tom crítico. Em fevereiro de 1859 o jornal (Die

52 Em seu relato, Davatz (1972, p. 180, HI) também questiona a postura da imprensa brasileira na cobertura dos eventos ocorridos em Ibicaba. “Que atitude tomou a imprensa brasileira logo que se conheceram os fatos observados pelo Dr. Heusser? [...] essa imprensa volve-se agora contra os colonos, injuriando-os torpemente e tratando-os com desdém, ao passo que os impostores brasileiros e funcionários irresponsáveis são defendidos mediante uma exposição mentirosa dos fatos.”

Auswanderung, 1859, p. 25, JRA) traz um artigo que lembra a publicação da “carta aberta”, um ano antes, e lamenta a falta de providências contra os agentes de imigração. Cita os jornais que estão na luta contra o Brasil – entre eles *Illustrierte Zeitung*, *Das Ausland*, *Köln Zeitung* e *Allgemeine Zeitung* (Augsburg) – e faz um apelo para que todos mantenham a campanha anti-Brasil. O artigo não foi escrito por Kerst, mas apoia-se em argumentos deste, publicados em outros jornais. E ataca os governantes brasileiros: “agora eles enviam dinheiro, cada vez mais dinheiro, e parece que seus servos sempre estiveram aqui esperando por eles, e que ao conquistar confiança seria possível comprar tudo na Alemanha”.

Em meio a este clamor popular, sempre refletido nos jornais de imigração e nas folhas ilustradas, o governo da Prússia promulga em outubro de 1859 o Rescrito de Heydt, em que cancela as concessões às agências e determina a divulgação de advertências contra a emigração para o Brasil. Dois anos mais tarde estas restrições são estendidas para toda a Alemanha, embora, na prática, o fluxo migratório tenha continuado, mas em uma escala bem menor. Isso porque o decreto não falava claramente em proibição da emigração. A medida foi revogada em 1896, apenas para os estados do Sul, devido principalmente às inúmeras publicações que fizeram propaganda do sucesso das colônias no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

Carl von Koseritz foi um dos intelectuais que mais trabalhou em defesa da emigração alemã, escrevendo para jornais da Alemanha como o *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*. Entre os meses de janeiro de 1863 e julho de 1864, o jornal de Rudolstadt publica um estudo descritivo da Província, sempre com o título de “A Província do Rio Grande do Sul”, dividido em 12 diferentes temas.⁵³ Eles aparecem de forma sequencial e geralmente são abordados a partir da realidade da cidade de Rio Grande.

No texto de abertura, Koseritz (1863a, p. 2, JRA) afirma que decidiu oferecer ao jornal os resultados de sua experiência de imigrante no Rio Grande do Sul para relatar a verdade sobre a colonização, justamente para confrontar parte da imprensa alemã que tratava de injuriar o Brasil e seu governo. Koseritz indica aos leitores quais são os autores e livros mais fiéis à realidade da província e da imigração, citando artigos de Friedrich Gerstäcker⁵⁴

53 Estes temas aparecem na seguinte ordem: 1. Introdução; 2. Descrição da Província; 3. Condições climáticas, solo e produtos; 4. A agricultura e seus produtos; 5. O mundo animal de Rio Grande; 6. Comércio, meios de produção e ofícios; 7. Navegação, meios de comunicação e serviço postal; 8. Orientação pública e religiosa; 9. Os habitantes da Província; 10. Costumes e rituais; 11. A situação política; 12. O elemento alemão na província.

54 Publicou muitos relatos de viagens e romances que tratam da imigração. Especificamente sobre as colônias alemãs no Brasil, publicou em 1863 **Achtzehn Monate in Südamerika und dessen deutschen Colonien**.

publicados na folha ilustrada *Gartenlaube*, os relatos de J. J. Tschudi,⁵⁵ as obras de Joseph Hörmeyer⁵⁶ e de Robert Avé-Lallement.⁵⁷ Segundo Koseritz, todos os outros livros já escritos sobre o Sul do Brasil descrevem os imigrantes como infelizes ou apresentam uma visão tendenciosa e, por isso, devem ser desconsiderados.

Partilhando da mesma opinião de Avé-Lallement, Koseritz (1863b, p. 6, JRA) alerta que nenhum alemão deve migrar caso tenha um pedaço de pão seco para comer em sua terra natal, pois isso já é melhor do que um bom petisco em um rincão desconhecido. No entanto, se faltar este pão seco e ele não vislumbrar nada melhor no futuro, deve partir para o Rio Grande do Sul, onde “um futuro rico prospera para os trabalhadores habilidosos, bravos e simples”. E complementa (Koseritz, 1863b, p. 6, JRA):

O Sul do Brasil, em sua natureza virgem e abundante e carente de população, com um governo nobre e liberal, um clima ameno e ricos produtos, oferece ao imigrante as garantias de um futuro como nenhum outro lugar do mundo. A prova disso está nas prósperas colônias do Sul, que já se tornaram uma segunda pátria para milhares e milhares de alemães.

Além disso, critica o projeto das fazendas de São Paulo, as quais, na sua opinião, não oferecem um futuro seguro aos imigrantes, nem garantias de prosperidade nas mesmas condições das colônias do Sul. Por fim, questiona a razão de os críticos e inimigos do Brasil não citarem em seus artigos o nome das “belas e ricas” colônias do Rio Grande do Sul, como São Leopoldo, com seus mais de 20 mil alemães, e outras, como Santa Cruz, Nova Petrópolis e Santo Ângelo.

Nestas cartas Koseritz preocupa-se constantemente em apresentar aos leitores a imagem de uma terra onde o clima é agradável, o solo é fértil, as doenças graves não existem, as riquezas naturais continuam intactas, as oportunidades de negócios são abundantes e o povo alemão já desfruta de conforto e bem-estar. Sem fazer referência aos textos críticos

No ano seguinte publica a prosa **Die Colonie – brasilianische Lebensbild**, na qual defende a imigração para o Brasil, procurando mostrar as diferenças entre os estados do Sul e do Norte.

55 Tschudi era suíço e realizou várias expedições científicas pela América do Sul, incluindo o Brasil, onde viajou durante dois anos observando a situação dos imigrantes. É autor de, entre outros livros, **Reisen durch Südamerika**, publicado em cinco volumes em Leipzig entre 1866 e 1869.

56 Hörmeyer viveu certo tempo no Brasil e ao regressar para a Alemanha fez campanha a favor da emigração. Publicou em 1857, em Hamburgo, a obra **Südbrasilien: ein Handbuch zur Belehrung zur Jedermann, insbesondere für Auswanderer**. Em 1863 publicou a prosa **Georg, der Auswanderer, oder, ansiedler Leben in Süd-Brasilien**, em que narra a vida de um colono alemão no Rio Grande do Sul. Sobre as obras de prosa e poesia publicadas na Alemanha e que versam sobre o tema da imigração para o Brasil, ver: NEUMANN, Gerson Roberto. **Brasilien ist nicht weit von hier!** Frankfurt am Main: Peter Lang, 2005.

57 Avé-Lallement estabeleceu-se no Rio de Janeiro como médico em 1836. Foi diretor de um sanatório para doentes de febre amarela e trabalhou no conselho de saúde do Império. De volta à Alemanha, já nos anos de 1850, conhece Alexander von Humboldt e é convidado a participar de uma expedição no Brasil. No Rio de Janeiro, o médico abandona a expedição e começa a viajar sozinho. De suas viagens resultam os livros **Reise durch Süd-Brasilien im Jahre 1858** e **Reise durch Süd-Brasilien im Jahre 1859**.

publicados na Alemanha, o jornalista não procura rebater os argumentos usados por Samuel Kerst e outros intelectuais que trabalham para desmotivar os emigrantes. Por não ter acesso a esses jornais ou por preferir outra estratégia,⁵⁸ o fato é que Koseritz busca revelar aos leitores alemães a ideia de que a província tem costumes e características próprias, mas de uma forma que estas diferenças pareçam atraentes aos olhos de quem pensa em se mudar.

Como exemplo, o jornalista descreve minuciosamente o costume do gaúcho de beber chimarrão, incluindo o processo de cultivo da erva-mate, descrição dos utensílios utilizados e o modo de preparo da bebida. Chama atenção para a variedade e quantidade de plantas frutíferas silvestres, as quais podem alimentar a qualquer hora os trabalhadores na mata, bem como procura impressionar os leitores com as características peculiares de algumas frutas. Quando aborda aspectos da fauna, detalhando as principais espécies de aves e répteis, o jornalista tranquiliza os leitores quanto aos animais ferozes. Lembra que os grandes “tigres” são raros na província e que o último registro de abatimento de um destes animais ocorreu no município de Piratini, em 1853, e desde então nenhum outro foi visto.

Sobre a indústria e o comércio, Koseritz (1864a, p. 18, JRA) apresenta o Rio Grande do Sul como um “verdadeiro Éden” para os compradores estrangeiros, principalmente ingleses e portugueses. Neste campo, o jornalista enaltece a participação do elemento alemão, “estimado e amado”, e afirma que seus negócios são “indiscutivelmente considerados os melhores” e que anualmente surgem novos estabelecimentos de comércio por atacado que concorrem com as casas alemãs mais antigas e respeitadas. Não se abstém, no entanto, de criticar o governo brasileiro. Segundo ele, a exportação de produtos da província não avança mais por causa das restrições de navegação para navios estrangeiros entre os portos do império, o que torna uma viagem para o Rio de Janeiro mais cara do que para qualquer outro porto do mundo. Aponta também que os negócios da província, principalmente do charque, sofrem com a concorrência entre os países do Prata por conta dos impostos cobrados nos portos do reino.

Não deixa Koseritz (1864b, p. 42, JRA) de apontar também a carência de estrutura na área do transporte e da comunicação. Relata que a falta de estradas e pontes é o principal

58 É preciso levar em conta que nesta época Koseritz ainda não pratica o jornalismo combatente e polêmico, o que vem a fazer mais tarde quando começa a escrever para o público leitor teuto-brasileiro. Apesar de já estar envolvido com temas políticos em Pelotas e Rio Grande, ele estava um tanto distante do centro das discussões, que era Porto Alegre. A “era Koseritz” no jornalismo gaúcho, como classificou Gehse (1931, p. 137, IM) começa em 1864, quando ele assume a direção do *Deutsche Zeitung*. Por isso, o espaço regular oferecido pelo *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung* significa para Koseritz a primeira oportunidade de poder falar do Rio Grande do Sul para o público leitor da Alemanha, motivo mais que suficiente para justificar uma postura apenas “descritiva” da província.

“calcanhar de Aquiles” da província e de todo o reino. A falta de canais fluviais seria outro grave problema. No entanto, ressalta que as colônias alemãs não enfrentam essa dificuldade porque estão ligadas por rios navegáveis. Sobre os serviços postais, diz que estão limitados a cartas e jornais, mas em todo lugar existe um pequeno posto de correio, “geralmente muito mal administrado”, com poucos funcionários que recebem pequenos soldos pelo serviço. Lamenta ainda a falta de uma estrada de ferro e de telégrafo, com a ressalva de que já existem planos de se construir uma ferrovia ligando Porto Alegre a Santa Catarina e, ao sul, a Pelotas e Rio Grande. Quando isso acontecer, “então o Rio Grande florescerá em toda sua força e poder e ricas cidades surgirão”.

Koseritz (1864c, p. 59, JRA) não poupa elogios à liberdade garantida aos cidadãos brasileiros por lei. Não existe outro país, afirma, onde impera tamanha liberdade de consciência e de imprensa, de negócios e de ofícios, como no Brasil – “nada de tributos importunos, nada de opressão policial”. Assegura nunca ter sido vítima de repressão ou violência e que foi amparado pela lei sempre que dela precisou. Sobre o exercício da fé religiosa, garante o jornalista que não existem limitações para os protestantes, os quais possuem suas igrejas e paróquias. “Não existe um povo mais tolerante do que os brasileiros, que são muito indiferentes à religião”.

No capítulo em que descreve os habitantes da província, Koseritz (1864d, p. 74, JRA) observa que os escravos negros estão cada vez mais caros e escassos devido às alforrias e óbitos ou porque estão sendo vendidos para as províncias do norte do país, o que o leva a acreditar que a escravidão no Brasil está próxima do fim. Ao contrário do que pensam os opositores da imigração alemã, o jornalista considera a escassez de escravos uma boa oportunidade para os colonos alemães. Aponta que no Rio Grande do Sul existem no máximo 80 mil escravos e o número de imigrantes europeus já chega a 60 mil, salientando que a Inglaterra, em sua política de combate à escravidão, apoia a imigração alemã como uma forma de substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre. “Se isso em geral não é vantajoso para o desenvolvimento nacional, [...], por outro lado é oportuno para a imigração europeia, já que o Brasil precisa a cada dia mais força de trabalho livre e é forçado a oferecer aos imigrantes vantagens reais para atraí-los”.

Os 11 primeiros “capítulos” dos artigos enviados por Koseritz ao jornal de Rudolstadt voltam-se para a descrição do Rio Grande do Sul nos mais variados aspectos, como sintetizamos acima, de forma a apresentar aos imigrantes o que a província tem a lhes oferecer. É apenas no décimo segundo, intitulado “O elemento alemão na província”, que o

jornalista (1864f, p. 127, JRA) aborda exclusivamente a situação dos imigrantes, sem esconder sua empolgação com os resultados da colonização iniciada 40 anos antes. Ele salienta que nas colônias o modo de vida é plenamente alemão, com casas, igrejas, quintais, escolas, roupas, costumes e rituais como se fosse a terra natal. E afirma: “Nas colônias impera o autêntico espírito alemão, a autêntica vida alemã”.

Em linhas gerais, o discurso apresentado por Koseritz nestes artigos publicados na imprensa da Alemanha é um esboço das ideias que norteiam toda a sua campanha de jornalista, político e intelectual até o final da vida. Koseritz considera o alemão um ser dotado de capacidade laboral e intelectual superior, qualidades necessárias para conduzir o desenvolvimento da província e do país, bem como garantir um futuro de riqueza e prosperidade para todos os imigrantes. O Rio Grande do Sul, neste contexto, reúne todas as condições para os imigrantes realizarem a missão que outros povos não poderiam realizar. Esta superioridade, herança da germanidade, reflete-se em várias atividades, como ele (1864e, p. 123) descreve:

Nas cidades o comércio alemão é o mais significativo; o artesanato alemão é o mais renomado, o médico alemão o mais procurado, as farmácias alemãs as mais frequentadas; engenheiros alemães conduzem as obras, agrimensores alemães medem os terrenos, professores alemães ensinam os jovens brasileiros. [...] As imponentes florestas do norte de Rio Grande desaparecem ao modo alemão; estradas e pontes são construídas por ele, seu vapor corta os rios do interior e a força e a inteligência alemã modificam o futuro em todos os lugares com uma imponente ferrovia. E por isso o governo do Brasil incentiva mais do que qualquer outro a imigração alemã e procura atraí-la através de vantagens reais.

5.3.1 Correspondência entre Carl Winter e Carl von Koseritz

O método epistolar na narrativa de ficção tem raízes no século XVIII e acompanha quase que simultaneamente o surgimento do romance moderno. Amplamente difundida na Inglaterra, a carta como base formal da narrativa foi utilizada, entre outros autores, por Samuel Richardson nos romances **Pamela** (1740) e **Clarissa** (1748). Segundo Watt (2010, p. 186, TIB), mais do que o diálogo, a carta informal “permite que o autor expresse seus sentimentos com maior sinceridade”. Ainda seguindo o raciocínio de Watt, as cartas têm como vantagem o fato de serem “a prova material mais direta da vida interior de seus autores” e sua

realidade é do tipo que “revela as tendências subjetivas e privadas do autor com relação ao destinatário e às pessoas mencionadas” (p. 202).⁵⁹

Erico Verissimo recorre à tradição do método epistolar para criar a relação entre o personagem Carl Winter e o amigo Koseritz. Embora a epístola não consista a base formal da técnica narrativa em **O tempo e o vento**, não há dúvida de que este recurso auxilia o escritor na descrição psicológica de alguns personagens – além das cartas de Winter, o diário de Sílvia e o caderno de anotações de Floriano Cambará – e na composição estrutural da obra. Além disso, as cartas não deixam de até certo ponto refletir as próprias ideias do autor do romance.⁶⁰

Para começo de análise, é importante destacar que as cartas trocadas entre o médico Carl Winter e seu amigo Carl von Koseritz não apresentam qualquer semelhança com as cartas escritas pelos colonos alemães e publicadas nos jornais, como vimos anteriormente. Isso porque no caso dos imigrantes não havia troca de correspondência entre remetente e destinatário. As cartas eram escritas pelos alemães que tinham algo de importante para relatar sobre suas experiências no novo país e geralmente eram endereçadas aos jornais.

Na ficção de **O tempo e o vento** existe a correspondência entre remetente e destinatário e as cartas não são escritas para serem publicadas. Elas partem quase sempre do médico e têm duas funções principais: relatar detalhes da “comédia” presenciada pelo personagem no interior do Sobrado e descrever a vida em uma vila do interior da província, acentuando a melancolia e a tristeza do remetente. No sentido contrário, ou seja, de Koseritz para Winter, temos apenas dois trechos de cartas no episódio “A Teiniaguá”, ambos destinados a fornecer conselhos ao médico.

O primeiro conselho é o que leva Winter a transferir residência de Rio Grande para Porto Alegre:

“Por que não vai clinicar na bela cidade que os açorianos ergueram às margens dum magnífico estuário e no meio de colinas verdes? Entre as

59 Watt (2010, p. 186, TIB) aponta ainda que o estilo narrativo de Richardson, a partir do método epistolar, sinaliza o reflexo de uma grande mudança na literatura: “a transição da orientação objetiva, social e pública do mundo clássico para a orientação subjetiva, individualista e privada da vida e da literatura dos últimos duzentos anos”.

60 Sobre o personagem Carl Winter e a correspondência com Koseritz, Rónai (1958, p. 114-115, SEV) faz a seguinte avaliação: “Acho-o plenamente realizado em suas reações de europeu, sua atitude de observador divertido e sua absorção final; mas deixa de me convencer ao transformar-se em representante do autor, por conta de quem entra a comentar os acontecimentos, que presencia como se apreciase um romance. Suas cartas a von Koseritz – nas quais transparece excessivamente um Erico Verissimo contemporâneo nosso – parecem-me tão prejudiciais à continuidade da ilusão como os trechos ‘líricos’ impressos em grifo, o que lhes torna o artificialismo ainda mais berrante. Não nego a alguns deles a beleza de verdadeiros poemas, e no entanto acho-os deslocados no romance”.

muitas vantagens que ela oferece, tem a de ficar a pequena distância de São Leopoldo, que meu caro poderá visitar periodicamente quando sentir a nostalgia do Vaterland. ” (1956b, p. 553, OEV)

Winter não se agrada de Porto Alegre, “gostou do cenário mas detestou os atores”, e escreve ao amigo contando sobre seus “agravos e idiossincrasias”. Koseritz responde com outra sugestão:

“A única vantagem que um homem solteiro tem sobre o casado é a da mobilidade. Pois se não gosta de Porto Alegre, mude-se. O meu caro doutor é um homem livre. Por que não tenta as colônias? Vá visitá-las a título de experiência. Talvez goste delas e fique por lá. ” (1956b, p. 554, OEV)

Como já sabemos, Winter foi conhecer as colônias alemãs, não gostou e não ficou, preferindo estabelecer-se em Santa Fé. A vila, que logo o atrai pela simplicidade e rusticidade, pelas paisagens formadas por coxilhas verdes, torna-se sua triste morada. Além das discussões com o juiz e o vigário e das confissões de Bibiana, Winter não tem outras oportunidades de diálogo em Santa Fé – situação que muda somente no episódio “Ismália Caré”, quando entram em cena Toríbio Rezende e Licurgo Cambará em sua fase adulta. As cartas que escreve a Koseritz servem, para o médico, como um meio de confissão para suas angústias, através do qual procura encontrar um antídoto contra a solidão e o estranhamento, sempre destacando a condição de não pertencimento àquele grupo social.

Como nesta carta, escrita em 1853:

“Tu ao menos tens como desabafar: és jornalista, escreves os teus artigos e de certo modo já pertences a esta pátria. Quanto a mim, continuo a ser apenas o Dr. Carl Winter, um exilado, um imigrante, um intruso; e tenho de calar a boca mesmo quando sinto vontade de sacudir esta gente de sua apatia exasperante. Mas é preciso reconhecer que essa apatia se revela apenas no que diz respeito ao trabalho metódico e providente, pois quanto ao resto nunca vi gente mais ativa. Estão sempre prontos a laçar, domar, parar rodeios, correr carreiras e principalmente a travar duelos e ir para a guerra. ” (1956b, p. 604, OEV)

Não demora muito, porém, para Winter começar a se adaptar à nova cultura. Muito embora esteja infeliz na vila, sempre apontando seus defeitos, acaba incorporando alguns dos hábitos que inicialmente abominava. Dois anos mais tarde, ele escreve uma extensa carta em que revela já estar bem integrado aos costumes locais.

“Mein lieber Baron: Faz hoje quatro anos que estou em Santa Fé. Já não uso mais chapéu alto, minhas roupas europeias se acabam e eu desgraçadamente me vou adaptando. Isso me dá uma sensação de decadência, de dissolução, de despersonalização. Sinto que aos poucos, como um pobre camaleão, vou tomando a cor do lugar onde me encontro. Já aprendi a tomar chimarrão, apesar de continuar detestando essa amarga beberagem. (Pode alguém compreender as contradições da alma?) Eu vivia

em castidade forçada por falta de mulheres de que eu gostasse e que quisessem dormir comigo. Meus sonhos eróticos eram povoados de fêmeas louras e eu tinha de me contentar com esses amores oníricos, mas agora, meu caro, de vez em quando, este espírito já vacilante cede aos gritos desta carne fraca – que, diga-se de passagem, continua muito magra sobre essa ossatura – e trago para a minha cama, altas horas da noite, com a cumplicidade soturna da bela Gregória, chinocas, índias, e até mulatas. Depois dessas orgias, tiro o violino do estojo e tomo um banho de música. Ou então abro o meu Heine e me encharco de poesia. E nas muitas semanas de castidade que se seguem volto a sonhar vagamente com mulheres germânicas. Ah, meu amigo, sou personagem dum drama que Goethe não escreveria nunca, um drama que não daria glória a ninguém porque é sórdido, sem propósito e vazio. Mas é um drama, ou melhor, uma comédia. Por que não me vou daqui? Por quê? Não sei. Alguma coisa me prende a essa terra. Não é propriamente afeição, não é amor. É hábito, e o hábito é como uma esposa que cessamos de amar e que já aborrecemos, mas à qual estamos apegados pela força... do hábito, e por preguiça. A inércia, Carl, tem muita força. A rotina é uma balada insípida de rimas óbvias.

A vida aqui é monótona. Nunca acontece nada. De vez em quando sou chamado a atender um homem que foi estripado por outro num duelo por causa de pontos de honra, discussões em carreiras, jogos de osso, cartas, ou chanteira. Mas mesmo isso se transforma em rotina, porque um intestino é igual a outro intestino; as reações das pessoas em tais ocasiões são mais ou menos as mesmas. Os pacientes aguentam os curativos sem gemer. Os outros nunca estão de acordo sobre quem provocou a briga ou quem está com a razão.

Raramente aparece uma cara nova na vila. Um dia é igual a outro dia. O correio chega uma vez por semana, quando chega. Uma carroça leva quase dois meses para ir ao Rio Pardo e voltar. As gentes em geral são boas, mas duma bondade meio seca e áspera. Os assuntos, limitados. Fala-se em gado, em cavalos, em tropas invernadas, comidas, campos ou então em histórias de brigas, guerras e revoluções passadas ou guerras e revoluções que estão para vir.

[...]

Mudando de assunto direi que estes invernos rigorosos, de Santa Fé, em que às vezes sentimos mais frio dentro das casas que fora delas, me ensinaram a beber uma mistura deliciosa, que mein lieber Baron deve já conhecer. É cachaça com mel e suco de limão. Positivamente divino! Se te contarem Carlos, que morri embriagado num sarjeta em Santa Fé, podes acreditar na história, apenas com uma restrição: é que em Santa Fé não tem sarjetas pela simples razão de que não tem calçadas, como não tem também lampiões nas ruas, e como, em última análise, não tem nada. Talvez seja essa carência de tudo que me fascina e prende.

Para não deixar de falar em política, o meu amigo não acha que é muito mau para todos nós que a França tenha agora um novo Napoleão? Sinto maus pressentimentos, Carl, muito maus pressentimentos.

Manda-me notícias de teus planos. Quando sai o jornal? E a escola? Já encontraste a brasileira do teu coração? Quando puderes, manda-me livros e jornais. Os jornais podem ser até bem antigos, porque nesta vila esquecida de Deus e dos homens, estou me convencendo cada vez mais de que o tempo, afinal de contas, não passa duma invenção dos relojoeiros suíços para venderem suas engenhocas. Manda livros, senão vou acabar esquecendo até o alemão. Já li mais de mil vezes meu volume de Heine. E o meu Fausto está

inutilizado, porque a bela Gregória deixou-o cair dentro da água da tina de lavar roupa.” (1956b, p. 652-56, OEV)

A extensa carta acima pode ser dividida em quatro temas principais. Na primeira parte, o destinatário escreve com pesar sobre a sua experiência de aculturação, classificando o processo de “despersonalização” e “decadência”. É difícil para o médico admitir que a sua ligação com a cultura germânica desaparece aos poucos, mesmo contra sua vontade. A imposição dos costumes locais é mais forte que sua determinação de permanecer um alemão autêntico. Por isso, acaba cedendo ao hábito do chimarrão e ao sexo com índias e mulatas. Como sempre ocorre em suas reflexões, Winter questiona-se por que não abandona aquela terra e conclui que os culpados de sua desgraça são a inércia, a preguiça e o hábito. Sem objetivos nem projetos que o levem para longe de Santa Fé, deixa-se ficar e envolver pelas tradições da cultura local. Para não perder totalmente a sua consciência de superioridade em relação aos outros, atira-se aos poemas de Heine e ao violino.

Na segunda parte o médico trata de apresentar algumas características de Santa Fé. Neste trecho, a carta substitui o papel do narrador onisciente. Observações e descrições que seriam feitas pelo narrador acabam saindo da pena do médico, um recurso que se pode verificar também no “Almanaque de Santa Fé”, escrito pelo Dr. Nepomuceno, e nos episódios “Cadernos de pauta simples” e “Do diário de Silvia”. No caso que analisamos agora, Winter reclama da monotonia, da rotina, da distância e da falta de novidades em uma vila onde os assuntos são escassos, um motivo a mais para o personagem interessar-se pela “comédia” dos habitantes do Sobrado.⁶¹

Em geral, as observações do médico condenam os hábitos, mas não o caráter dos gaúchos, uma constatação que se estende também ao fluxo de consciência que está fora do registro das cartas. Se por um lado ele vê os gaúchos como pessoas boas, embora de uma bondade áspera, por outro não deixa de observar que as brigas e as guerras estão sempre ao centro das conversações. Em outras palavras, para Carl Winter os gaúchos são bárbaros e primitivos, mas têm boa índole. O remetente também comenta sobre o frio rigoroso do inverno, amenizado com muita cachaça, para concluir que Santa Fé não oferece sequer sarjeta para o embriagado cair. A vila não tem estrutura básica alguma, nem calçada ou lampiões, mas mesmo assim tem a força de fascinar o alemão. Talvez seja esta pobreza material, no

61 Por uma opção de foco analítico, suprimimos nas transcrições das cartas os trechos em que Winter narra os atritos entre Luzia, Bibiana e Bolívar.

fundo, o motivo que o prende a Santa Fé, uma explicação coerente com o fato de ele não ter disposição para trabalhar pelo desenvolvimento da província.

O terceiro assunto abordado na carta trata de política, mais precisamente de política internacional. Se normalmente nos diálogos com os moradores de Santa Fé o médico costuma criticar a política da Inglaterra, inclusive dirigindo ofensas à Rainha, dessa vez ele revela preocupação com a França. Na condição de intelectual e único personagem capaz de refletir sobre eventos políticos neste momento da narrativa, Winter revela em seus comentários a capacidade de ver e até antecipar crises.

No caso da Inglaterra, o médico direciona seu ódio à política de interferência do país nos problemas mundiais, principalmente sobre a questão da escravidão, coisa que os seus interlocutores não são capazes de perceber. Na carta dirigida a Koseritz, o comentário em relação à França sinaliza que o “mau pressentimento” de Winter tem fundamento porque significa a deflagração da guerra franco-prussiana. O médico refere-se ao imperador francês Napoleão III, que declara guerra aos estados germânicos em 1870. Nesse sentido, a correspondência entre a figura da ficção e o personagem histórico também tem o papel de introduzir na narrativa alguns acontecimentos da História – substituindo justamente a função do recurso jornalístico. Importante lembrar, ainda, que são os jornais que mantêm o médico informado sobre as novidades da Europa e permitem a ele comentar estes assuntos.

No último trecho da carta, não menos importante, Winter lembra o amigo sobre o envio de jornais para a vila. No campo da leitura, o médico não tem alternativa a não ser os poemas de Heine. No entanto, a poesia não permite ao leitor a percepção da passagem do tempo nem de seu lugar na História, pois os versos apresentam paisagens e sensações livres à imaginação, porém distantes da realidade do tempo presente. Já os jornais, mesmo sendo de números atrasados, proporcionam ao leitor a certeza de que o seu lugar como espectador da História está garantido. E sendo um espectador ele fica a um passo de ser também protagonista da História, pois para isso basta pensar que a qualquer momento pode retornar à Europa, ao centro dos acontecimentos. Sem a narrativa jornalística, portanto, o tempo não existe para Winter. Nem relógios ou calendários a podem substituir.

No outono de 1856, Winter escreve uma nova carta a Koseritz.

“No outono, meu caro barão, fico em permanente estado de poesia. É quando me lembro mais de Eberbach e de Trude. Mas tanto a aldeia como a moça me parecem agora ficções, elementos dum conto de fadas tão distante como a história de Hänsel und Gretel que ouvíamos no tempo de meninos. Se há coisa que lamento é não saber pintar. Tenho visto crepúsculos

incrivelmente belos, tão belos que é uma pena que se percam. Alguém devia prendê-los numa tela.

Jogo partidas de gamão com o juiz de direito e me divirto duplamente: com o jogo e com a cara de meu parceiro. O Padre Otero, que parecia tão meu amigo, ultimamente deu para reprovar a vida que levo, pois não vou à missa, não contribuo com dinheiro para as obras da igreja e de vez em quando externo minhas ideias heréticas. E sabes como se desforra? Recomendando aos paroquianos que procurem o Clotário da homeopatia ou o Zé das Ervas, o curandeiro. Continuo nas boas graças do Junker. O velho Amaral tem sete filhos, dois homens e cinco mulheres, de sorte que no casarão sempre há algum doente, o que me obriga a visitas quase diárias.

[...]

E sabes, meu caro barão, o que me impressiona nestas gentes? É o ar natural, terra-a-terra com que dizem e fazem as coisas mais dramáticas. Estou começando já a descobrir diferenças entre os habitantes das várias regiões dessa Província. Os da fronteira são mais dramáticos e pitorescos que os desta região missioneira. Gostam de lenços de cores vivas, falam mais alto, contam bravatas e amam os gestos e frases teatrais. Se eu tivesse de eleger o homem representativo desta região, não escolheria Bento Amaral nem Bolívar, mas Florêncio, o meu bom, discreto e bravo Florêncio Terra.

Perdoa-me essas minúcias. Quando vivemos por muito tempo num mundo tão limitado e pobre como este, acabamos conferindo às suas intriguinhas, às suas pessoinhas e às suas coisinhas uma importância universal.

Mas este outono, meu caro Carlos, é grande aqui e em qualquer outra parte do universo. Aristóteles haveria de gostar de dias e campos como estes para as suas dissertações peripatéticas. Estou certo de que houve um erro qualquer na distribuição das raças. Quando Deus criou o mundo ele destinou a esta terra outras gentes que não estas. Haverá ainda um meio de corrigir esse erro? Eis aqui uma pergunta perigosa, que nos poderá levar a complicações tremendas.” (1956b, p. 661-3, OEV)

Certos temas se repetem em comparação à carta anterior, mas há algumas diferenças interessantes. Percebe-se que Carl Winter começa a se distanciar de seu passado, revelando dificuldade para resgatar da memória as lembranças da terra natal e de seu antigo amor. Cada vez mais integrado a Santa Fé, lembra-se da vila de Eberbach e de Gertrude Weil como se fossem cenário e personagem de um conto de fadas. Ao mesmo tempo, relata a situação de sua amizade com o juiz e o coronel, ressaltando que a relação com aquele é apenas diversão e passatempo e, com este, uma conveniência. Já a amizade com o sacerdote, com o qual o médico procura sempre manter um diálogo filosófico, não vai bem devido à intolerância do religioso – que orienta os fiéis a solicitarem os serviços do curandeiro ao invés do médico ateu.

Winter também reflete outra vez sobre as características dos habitantes da província, procurando entender o “ser gaúcho”. Analisa as diferenças entre o homem da fronteira e o das missões – mesmo sem nunca ter estado na fronteira – e conclui que o caráter representativo da

região em que vive é a discrição e a bravura, citando como exemplo Florêncio Terra. Em alguns fluxos de consciência como este, o médico reitera traços de comportamento amplamente explorados pelo discurso literário regionalista, o mesmo que enaltece o espírito de luta e a bondade inata do gaúcho.

Por último, destacam-se dois comentários particularmente interessantes que nascem de divagações sobre os crepúsculos do outono. Na abertura da carta, escreve o remetente que o outono em Santa Fé o deixa em “estado de poesia” para, ao final, questionar se realmente o povo nativo merece tão belas paisagens. Winter escreve que Deus criou o mundo e destinou a terra a outro povo, não ao gaúcho, e pergunta se haveria um meio de corrigir o “erro”.

Ao formular esta questão, que pode levar a “complicações tremendas”, o médico expressa uma certeza comum dos imigrantes alemães, que é o de acreditar na superioridade da raça ariana para promover o progresso da Província e do Brasil – discurso frequente na fala do jornalista Carl von Koseritz e outros intelectuais germânicos. Como já vimos anteriormente nos diálogos de Winter, ele acredita que o povo alemão tem uma capacidade de desenvolvimento superior à dos brasileiros. Sugere, inclusive, que os homens e mulheres da província se casem com alemães e não com negros e índios, pois somente assim um futuro glorioso estaria garantido. O médico pensa, realmente, que os gaúchos não merecem a terra que habitam.⁶² Nas entrelinhas, ele sugere a hipótese de que um dia a província pode vir a ser tomada por outro povo, o alemão, mas essa ideia o assusta.

Por essa mesma época, Winter escreve outra carta ao amigo jornalista.

“Espero que o meu barão tenha realizado os seus sonhos, que seu jornal seja um sucesso e a escola outro. Quanto a mim, sou um fracassado. O médico da municipalidade tem agora as preferências do nosso Junker local. [...] O meu caro amigo já reparou que, em última análise, uma pessoa não passa duma porção de paixões, cercada de incompreensão por todos os lados? Este pequeno arquipélago de Santa Fé não está propriamente no Mar Tenebroso, mas sob sua aparência de quietude e rotina tem também seus dramas. E eu, como médico, faço o curioso papel de lançadeira, indo e vindo a conduzir a frágil linha que costura esse tecido dramático. Creio que estou ficando literato, tão literato que não se admire o meu bom amigo se um dia eu lhe mandar sonetos ou pensamentos filosóficos para seu jornal. Pois dramas não faltam por aqui, meu caro. Eu os vejo, eu os cheiro, eu os ouço, eu os apalpo. Há dramas no casarão do velho Amaral. Dramas nas casas dos colonos da Nova Pomerânia. Dramas até no quintal do vigário,

62 Este pensamento de Winter aparece em outros momentos da narrativa. Após uma discussão sobre “civilização” com o juiz e o padre, o médico reflete: “Que grandes coisas os homens de seu sangue poderiam fazer naquela terra privilegiada onde não havia angústia de espaço, nem terremotos, inundações ou secas calamitosas! Ali estava ela, generosa e mansa, oferecendo-se femininamente aos seus homens que pareciam recusar-se a fecundá-la, preferindo transformá-la em cancha para seus jogos, conflitos e andanças.” (1956b, p. 608, OEV)

meu vizinho e inimigo. Drama há também no peito encatarroado do Dr. Nepomuceno. Mas o maior drama de todos está no Sobrado. Como médico – ah, a nobre, a sublime profissão médica! – não devo quebrar o sigilo sagrado; mas como velho tagarela que aprecia o espetáculo da vida, fico ardendo por contá-los ao mundo. Um dia ainda nos havemos de encontrar para uma longa palestra. Falaremos de tuas realizações, Carl, de teus projetos. Falaremos um pouco também sobre o passado. Diremos mal de Napoleão III, da Inglaterra e principalmente dessa augusta vaca, a rainha Vitória.” (1956b, p. 697-8, OEV)

O teor das cartas de Winter acentua cada vez mais a melancolia e o desencanto do personagem, revelando o temperamento de um personagem romântico identificado com o seu tempo. Além do comentário sobre frustrações profissionais e política internacional, também chama a atenção nesta carta as observações do médico sobre o “tecido dramático” da vida cotidiana de Santa Fé. Por trás do reconhecimento de Winter quanto ao seu papel de mediador, revela-se a verdadeira função do personagem na narrativa.

Carl Winter não é um dos protagonistas em **O continente**, pois a história do romance narra a saga da família Terra-Cambará. Nestes episódios em que o imigrante alemão está presente os personagens principais são Bibiana, Luzia, Bolívar, Licurgo e Maria Valéria, os habitantes do Sobrado. Carl Winter não faz parte da família, mas tampouco deve ser visto apenas como o médico. Muito mais do que isso, Winter faz o papel “de lançadeira, indo e vindo a conduzir a frágil linha que costura esse tecido dramático”. A onisciência do narrador revela os pensamentos do médico sob todos os ângulos e pontos de vista, mas pouco nos fala sobre o fluxo de consciência dos protagonistas. Por isso, Winter torna-se um personagem central da trama em **O continente**, não apenas por ajudar a amenizar conflitos na vila, mas também porque são suas memórias e reflexões que desvelam o caráter das figuras principais da narrativa e, por conseguinte, do gaúcho representado. Winter é o fio que trabalha para amarrar o fato à ficção, costurando os registros históricos ao universo ficcional.

Se por um lado o médico necessita dos jornais enviados por Koseritz para tomar conhecimento dos acontecimentos mundiais e, assim, poder comentá-los com seus amigos, por outro não necessita mais do que sua perspicácia e curiosidade para observar o “espetáculo da vida” em Santa Fé. Ele está próximo de todos e conhece os seus segredos, mais até do que o padre. Sem ter com quem conversar sobre estes pequenos dramas, Winter dedica-se a escrever longas cartas nas quais confessa suas fraquezas – como o seu desejo por Luzia – e analisa o comportamento dos integrantes do grupo social. Agindo como um cientista que busca desvendar pequenos detalhes para compreender o todo, o médico cruza dados, levanta hipóteses e arrisca algumas conclusões.

Pode-se dizer que Carl Winter interpreta os dramas alheios, sem deixar de desmascarar os seus próprios, com a habilidade de um romancista. Não por acaso, o médico é o personagem de **O continente** que melhor traduz as ideias do autor sobre a formação do Rio Grande do Sul. É pela voz e a pena de Carl Winter que Erico Verissimo se faz presente na narrativa, construindo aos poucos a imagem que pretende formar do povo do Sul no extenso quadro da ficção. Da vasta galeria de personagens de **O tempo e o vento**, Carl Winter é o primeiro em ordem cronológica que descreve o perfil social do gaúcho, procurando despi-lo de seus trajes característicos para analisá-lo de um ângulo menos parcial, proporcionado pela visão de um imigrante alemão. Mesmo identificando alguns traços já conhecidos do discurso literário, como a bravura e a bondade, em geral as impressões do médico tendem a explorar os pontos fracos da moral da gente gaúcha. Estas análises antropológicas não são conclusivas apenas nos adjetivos, mas, também, na descrição do comportamento pernicioso das personagens.⁶³

Para finalizar esse capítulo, precisamos destacar a ausência de referências às principais questões da imigração alemã no eixo histórico da narrativa, tanto na correspondência entre Winter e Koseritz quanto nos diálogos do médico com seus amigos em Santa Fé. Como destacamos, vários temas relacionados à colonização alemã estavam em pauta na segunda metade do século XIX, refletidos na imprensa do Rio Grande do Sul e da Alemanha. Estes assuntos não são abordados na narrativa de **O tempo e o vento**, embora a imprensa esteja presente de uma maneira marcante, seja nas leituras de Carl Winter ou nas alusões ao jornalista Carl von Koseritz. Isso não significa que a imigração alemã esteja ausente do quadro histórico do romance, tendo em vista a presença de alguns personagens alemães ao longo da trilogia.⁶⁴

O que salientamos é que a opção do autor no trato da “questão imigração”, especificamente no período representado que compreende a segunda metade do século XIX, foi de introduzir o elemento alemão de um ponto de vista individualista e privado. Ou seja, o panorama da imigração à época desenha-se a partir das observações de um exilado político

63 Uma mostra disso é a maneira com que Winter avalia o perfil de Bibiana, para ele “uma mulher prática” que recupera a terra da família com um casamento arranjado entre Bolívar e Luzia. Em uma conversa com Florêncio Terra, o médico revela que Bibiana torce pela morte de Luzia para governar sozinha o Sobrado e o neto Licurgo. Espantado com a sinceridade do outro, Florêncio custa a acreditar que Bibiana teria tal sentimento de maldade. Para Winter, Florêncio sentia-se torturado com aquelas verdades porque “tinha um código rudimentar e rígido de comportamento” e “acreditava que as pessoas podiam ser ou absolutamente más ou absolutamente boas”. (1956b, p. 746-7, OEV)

64 Entre os principais, citamos: o padre Kolb; o confeitiro Schnitzler; o serralheiro Jacob Spielvogel, que adquire o primeiro automóvel em Santa Fé, em 1911; o comunista Arão Stein e o comerciante José Kern.

que não se relaciona com os colonos. O narrador apresenta apenas informações básicas sobre as razões da imigração e o progresso da colônia instalada nos limites de Santa Fé, enquanto o médico complementa o panorama da representação social com suas anotações. As dificuldades de adaptação de Winter ao “novo mundo” não representam, necessariamente, as dificuldades enfrentadas pelos alemães das colônias.

Apesar de Carl von Koseritz estar neste momento envolvido com a solução de problemas decorrentes da integração dos alemães, bem como a defesa da manutenção do fluxo migratório para o Rio Grande do Sul, não encontramos na ficção referências a estas campanhas que foram amplamente debatidas na esfera pública, principalmente nos jornais.

Podemos imaginar que, ao contrário de outros temas da História baseados nas informações jornalísticas, mais próximos ao momento da criação literária, a colonização alemã não fornece ao autor um material rico para ser explorado na ficção. Além de não dispor de jornais da época (e de não ler alemão), pode-se supor também que o autor, em suas pesquisas históricas, não teve acesso a estudos que tratassem especificamente do conteúdo dos jornais alemães produzidos no Rio Grande do Sul ou dos debates em torno da imagem da imigração brasileira no exterior – hipótese reforçada pelo fato de que até hoje são raros os estudos nesta área. Em outras palavras, conforme o quadro histórico se distancia do instante da escrita, mais superficiais tornam-se as alusões aos jornais como fonte e representação de um determinado ambiente ou evento.⁶⁵

No caso da colonização alemã, o recurso jornalístico limita-se a fomentar a opinião crítica do personagem Carl Winter e a enaltecer a figura de um dos principais jornalistas do Rio Grande do Sul na época. O que, no nosso entender, não enfraquece o argumento central desse estudo. Esta constatação sinaliza, porém, que o autor tem diferentes maneiras de tratar a fonte jornalística no eixo histórico da narrativa: pode transpor diretamente as notícias dos jornais para a ficção ou, na falta destes, utilizar-se da liberdade ficcional para reproduzir um ambiente social “contaminado” pelo discurso jornalístico. Com isso, fortalece-se a verossimilhança do período representado criando um efeito de “verdade” que a alusão aos jornais e jornalistas ajuda a sedimentar.

65 A exceção está na construção ficcional da Revolução Farroupilha, contada a partir da leitura de jornais mesmo tendo ocorrido na primeira metade do século XIX, o que é facilmente explicado pela vasta bibliografia existente sobre a guerra.

CONCLUSÕES

Procuramos mostrar ao longo deste trabalho comparativo que a representação da História, em **O tempo e o vento**, deve grande parte de seu acabamento aos registros que têm origem na imprensa periódica. O recurso da fonte jornalística – nossa definição para a técnica de composição que faz dos jornais e revistas uma ferramenta a serviço da configuração do eixo histórico do romance – serve de complemento documental ao lado de outras fontes de consulta, como os livros de história e os relatos orais. Diferentemente destas fontes, os fragmentos extraídos de publicações periódicas são facilmente identificados no fluxo narrativo, o que permite um rastreamento quase completo de sua incorporação ao elemento ficcional.

Mesmo na dúvida quanto ao valor crítico de uma pesquisa de fonte como esta, prosseguimos em nossos propósitos por acreditar que a análise desse processo de criação literária poderia revelar uma nova interpretação da técnica e da estética da trilogia de Erico Verissimo. Nossa metodologia, que consistiu não apenas em localizar os exemplares consultados pelo escritor, analisando a incorporação do conteúdo jornalístico ao projeto romanesco, como também a representação literária do meio de comunicação impresso, nos leva a concluir, sem receios, que a imprensa periódica forma a base de sustentação da configuração histórica na ficção de **O tempo e o vento**.

É nessa imprensa que o escritor encontra o suporte necessário para transmitir ao leitor a confiança e a segurança no contexto social sobre o qual transitam os personagens. Esta opção criativa de Erico Verissimo, explorada dentro de uma proposta de evitar sempre que possível os registros históricos convencionais com o intuito de desmitificar a História da formação do Rio Grande do Sul, eleva o papel das revistas e dos jornais, bem como dos indivíduos que os conduzem, a um estágio superior de significações no plano narrativo.

Os documentos periódicos fornecem registros fidedignos de eventos ocorridos em cada época representada na trilogia. Estes registros, escritos como notícia breve, reportagem, editorial ou anúncio pago, evidentemente carregam consigo diferentes interpretações segundo a percepção dos que os escreveram. Consciente, ao que nos parece, das implicações éticas de uma transposição pura e simples de conteúdo da imprensa para o romance, o escritor usa esse recurso a favor da multiplicação de sentidos da narrativa. Em outras palavras, os fragmentos de jornais e revistas despertam em geral a necessidade de um posicionamento opinativo dos personagens, contribuindo para a exposição de certos valores fundamentais à representação literária da História.

Essa primeira constatação significa que o emprego da fonte jornalística em **O tempo e o vento** não se resume a um meio de datação e demarcação temporal dos acontecimentos narrados. Está claro que durante o processo de criação literária a consulta em edições de periódicos antigos auxilia o escritor na inserção de fatos marcantes de cada período. Com a transposição destes eventos, cria-se um efeito de veracidade no sentido de que “se deu no jornal, então é verdade”. No entanto, esses acontecimentos citados quase nunca aparecem de uma maneira isolada e desprovidos de outros sentidos dentro de um contexto maior. O uso da imprensa enquanto matéria-prima para o preenchimento do quadro histórico sinaliza que esta – na acepção do escritor – não apenas registra os fatos, mas, também, contribui para certos direcionamentos da História e justamente por isso não deve ser desprezada.

O momento de planejamento e escrita do romance coincide com os novos rumos da historiografia e da própria literatura. Enquanto a História passa a ser investigada a partir dos rastros de diferentes ramificações das ciências sociais, e não mais apenas do ponto de vista da história da nobreza, a literatura brasileira experimenta as formas do romance social, colocando em primeiro plano as agruras do homem frente às dificuldades impostas pela natureza e pelas novas relações de capital. Sem recusar totalmente as experiências já superadas, e abrindo-se inclusive para técnicas apreendidas de outras escolas, estrangeiras ou não, Erico Verissimo escreve um romance peculiar em que o destino dos personagens está geralmente amarrado aos eventos históricos registrados na imprensa.

É dessa maneira que percebemos a representação das revoluções que eclodiram no Rio Grande do Sul nos séculos XIX e XX. Dos jornais saem muitas informações aproveitadas pelo escritor para “fazer” os acontecimentos no projeto ficcional. As notícias trazidas pelo narrador, geralmente colocadas na fala dos personagens, sugerem certos direcionamentos para os eventos e influenciam as ações dos protagonistas da narrativa. A técnica consiste em, sempre que possível, imprimir um selo de originalidade nas notícias que vem de longe a partir das referências ao registro jornalístico. Na falta de uma testemunha para relatar os fatos, narrados a partir de um determinado ponto de vista, a imprensa coloca-se como uma possibilidade de ampliação do universo representado. Em outras palavras, um recurso facilitador do trabalho do narrador, que pode concentrar-se nos dramas psicológicos dos personagens sem perder de vista os referenciais históricos imprescindíveis para o quadro geral.

Nos assuntos da política, a imprensa tem suas funções potencializadas enquanto fonte e representação. Se por um lado eventos como o assassinato do senador Pinheiro Machado somente estão assim representados por causa dos registros dos jornais, por outro a

matéria-prima da imprensa fornece aos personagens os argumentos necessários para justificar suas ações. Notícias de identificação ideológica servem como munição para o embate das facções, enquanto as opiniões contrárias funcionam como estopim para o endurecimento das discórdias.

A percepção de que a imprensa consiste num eficiente meio de convencimento coletivo e um atalho para se chegar ao poder está realçada nos jornais fictícios criados para este fim. *O Arauto* e *O Democrata* são alegorias de *A Reforma* e *A Federação*, não tanto em relação aos valores éticos de seus redatores e financiadores, mas mais na interferência da imprensa no debate sobre temas caros à representação como a abolição dos escravos e o avanço republicano. Ao mesmo tempo em que a narrativa revela em seus meandros a hipocrisia dos discursos durante as campanhas de liberdade dos negros, mostra também uma relativização da função dos jornais no amadurecimento do debate público. Isso porque o comportamento dos redatores ocasionais sinaliza desinteresse pela discussão de ideias, restringindo-se a ataques pessoais e a ações de desmoralização recíproca. O jornal em tempos de crise política tem prazo e finalidade bem definidos e no final acaba servindo apenas para alimentar o fogo.

Esse papel atribuído aos recortes da imprensa, espécie de *leitmotiv* para o desenvolvimento do enredo ficcional, também está evidente no tratamento de outros temas. A peça de Edmond Rostand, publicada na revista *L'Illustration*, inspira o título do episódio “Chantecler” e permite as conexões entre os protagonistas do drama francês e do romance. A mesma revista ilustrada que alimentou a imaginação do escritor quando este era criança acaba tornando-se um elemento identificado com o perfil social, cultural e ideológico do protagonista Rodrigo Cambará.

O personagem Rodrigo na maioria dos episódios da trilogia sustenta-se a partir de sinais variados que passam diretamente pelas folhas periódicas. Em suas leituras superficiais o personagem retira como exemplo apenas o que interessa para justificar suas opiniões. Se este aspecto é menos evidente nos romances de folhetim, que são a base de sua formação literária, mas nem sempre aparecem assinalados como tal, o contrário ocorre na relação deste com a França. O privilégio de ler em francês e ser assinante de uma revista francesa diferencia Rodrigo dos demais, sendo ele um dos poucos que podem interpretar fenômenos como o cometa Halley e acompanhar as manifestações sociais da vida parisiense. A revista tem a mesma função de fonte dos jornais, mas a sua simbologia difere destes na representação de mundos diferentes, revelando a influência de Paris sobre Santa Fé e acentuando o drama do protagonista frente a uma realidade da qual ele gostaria de participar.

Na vasta galeria de personagens que transitam pelo enredo de **O tempo e o vento**, boa parte deles têm algum tipo de ligação com a atividade jornalística. Daqueles tirados da “realidade”, ou seja, que de fato existiram, o imigrante alemão Carl von Koseritz participa do romance na troca de correspondências com o médico Carl Winter, outro imigrante alemão e uma das criaturas mais emblemáticas da narrativa. Apesar de abordar o tema da imigração na ficção, incluindo o resumo biográfico de Koseritz, intelectual influente no Rio Grande do Sul do século XIX, Erico Verissimo pouco explora os assuntos que pautavam os jornais à época, sejam jornais brasileiros escritos em português ou alemão. A perspectiva adotada pelo escritor, de concentrar a representação nas reflexões de Carl Winter, evita aprofundar-se nos temas que mais repercutiam na imprensa do período, preferindo se restringir ao preconceito, aos problemas de adaptação e ao progresso material dos imigrantes.

Os assuntos que estavam na pauta dos jornais, relacionados em geral a campanhas contrárias e favoráveis à continuidade da emigração alemã para o Brasil, a influência da Igreja nas colônias, as dificuldades estruturais e o emprego do imigrante como substituto do braço escravo não estão contemplados no eixo histórico de **O tempo e o vento**. Estes temas não eram nada desprezíveis, pois envolviam uma significativa parcela da população e diziam respeito à manutenção ou não de um modelo de desenvolvimento que estava em marcha desde as primeiras décadas do século XIX.

Não obstante, esses tópicos da história da época representada não são explorados na ficção. A preferência em atribuir ao personagem alemão o papel de observador estrangeiro dos dramas e comédias de Santa Fé revela aspectos que passam ao largo destas questões. É justo assinalar que os jornais não ficam de todo excluídos desses episódios, já que as folhas enviadas por Koseritz permitem a Winter manter-se informado sobre os acontecimentos externos, diminuindo sua solidão e isolamento em Santa Fé. No entanto, não há referências específicas sobre o conteúdo desses jornais.

A busca por respostas sobre esse descompasso, se assim podemos chamar, nos leva a considerar que o emprego da fonte jornalística no romance varia de regularidade e técnica conforme a distância entre o momento da escrita e o período representado. Eventos contemporâneos do escritor, ou do passado recente, são “reconstruídos” com um grau de fidelidade facilmente identificado nos jornais citados na narrativa. Este é o caso do quadro histórico referente aos anos de 1910, 1915, 1923/24, 1930 e 1945. Acompanhando as referências feitas à imprensa nos episódios que transcorrem nestes anos, e as transcrições diretas de trechos tirados de jornais e revistas, pode-se conhecer – ou revisar – fatos ocorridos na História e perceber a importância da versão jornalística para a configuração do quadro

histórico ficcional.

Isso não significa que o noticiário jornalístico reproduzido pelo narrador deva ser aceito como uma verdade intocável. As informações retiradas da imprensa são colocadas a serviço da representação, tornando-se também, por sua vez, ficção. Nem tudo que é narrado como produto dos jornais foi realmente publicado na imprensa desta forma, o que evidencia a engenhosidade do processo criativo ficcional baseado em eventos conhecidos da História. Exercendo sua autonomia de criador, o escritor tem a liberdade de autorizar o narrador a ficcionalizar o próprio registro jornalístico. Como um editor de jornal que dá o acabamento final à notícia, lapidando-a aqui e ali e preparando-a para ser apresentada ao leitor, o escritor substitui algumas palavras e suprime outras com a finalidade de aumentar o impacto do enunciado, sem alterar o sentido original da mensagem. Neste caso, a fonte transforma-se também em representação da imprensa.

Juntamente com esses recortes alterados em seu conteúdo original, destacam-se na trilogia os jornais fictícios, os personagens-jornalistas, os tipógrafos e os leitores de jornais. Todos eles atuam no sentido de promover uma determinada doutrina junto ao grupo social com posicionamentos ideológicos e valores morais específicos, cujas repercussões refletem diretamente sobre os protagonistas e revelam diferentes interpretações. Independentemente de o tipo jornalista ou o modelo de jornal ser representado de uma forma alegórica, o narrador não perde de vista o propósito da verossimilhança histórica. Neste sentido, a confirmação da sociedade representada passa necessariamente pelos bastidores da imprensa periódica. Na exploração da materialidade do jornal, da figura do jornalista ou do leitor que tenta codificar a mensagem escrita, as manifestações históricas do período são entrelaçadas com o discurso jornalístico, tornando tênue a linha que separa fato e ficção.

A preferência do escritor pela versão jornalística confirma-se com força ainda maior na representação de eventos do passado remoto. Sem acesso a fontes primárias do século XVIII e XIX, e pouco confortável frente aos livros disponíveis, o escritor precisa apostar mais na força da imaginação do que nos documentos, o que explica em parte o aspecto mitológico de **O continente**, cujos episódios são situados neste período. Na representação da Revolução Farroupilha, por exemplo, o escritor recorre aos livros de história para buscar as informações, mas apresenta os detalhes como se estes tivessem sido consultados nos periódicos da guerra. Na figura do Padre Lara, leitor de jornais, Erico Verissimo encontra a solução para introduzir na narrativa os embates do conflito, aumentando a sensação de veracidade do texto ficcional.

É bem provável que a narrativa histórica dos livros consultados pelo escritor, neste caso os que tratam da formação do povo gaúcho, bem como da Revolução Farroupilha,

também tenha nascido a partir de pesquisas em jornais e outros documentos oficiais. Isso, em tese, pode sinalizar uma circularidade do registro histórico que passa pelo relato oral e testemunhal, o jornal, o livro de História, o romance e o imaginário do leitor, revelando certa relativização da verdade dos fatos. Na ficção de **O tempo e o vento**, os eventos remotos são narrados da maneira que poderiam ter ocorrido, segundo a versão dos periódicos usados para direcionar os mesmos eventos, tornando-se por sua vez a verdade do leitor.

O mesmo não ocorre em relação ao tema da imigração alemã. Apesar de haver algumas referências a jornais nos episódios em que Winter está presente, estas não tratam dos “problemas” da imigração, limitando-se à citação de um ou outro evento cuja fonte certamente tem outra origem. Desta forma, acreditamos que o recurso da fonte jornalística enquanto processo criativo não consiste num fim para o escritor, mas, sim, num meio no qual ele se apoia quando dispõe de material para consulta. Na falta deste, existem os livros, as fontes orais e a própria memória criativa do escritor. De qualquer forma ainda fica uma pergunta no ar: por que não representar a imigração da forma como ela era tratada pelos jornais e colocar as informações na narrativa através de um jornal fictício ou da voz de um leitor, a exemplo do Padre Lara durante a Revolução Farroupilha?

Para esta questão existem duas possibilidades de resposta: 1) o escritor não localizou material de pesquisa suficiente sobre o tema, visto que os principais estudos sobre imigração foram publicados mais tarde, já na segunda metade do século XX, o que pode ter inviabilizado uma representação confiável do ponto de vista da verossimilhança, ou simplesmente os livros consultados não abordam os temas que eram tratados nos jornais; 2) foi uma opção narrativa do escritor não enveredar por assuntos mais amplos do processo migratório. Preferimos a primeira possibilidade, tendo em vista que o escritor era cuidadoso com o processo de pesquisa e certamente estudou o fenômeno migratório. Além disso, os livros mais antigos a que tivemos acesso de fato não abordam a hostilidade alemã em relação ao Brasil como destino para os imigrantes.

Ao fixar um lugar de destaque para a imprensa periódica na representação histórica desde seus primórdios, no caso específico do Rio Grande do Sul a partir da segunda e terceira décadas do século XIX, acompanhando o desenrolar dos acontecimentos até o fechamento da trilogia, Erico Verissimo faz do jornal um daqueles objetos que simbolizam a perpetuação do tempo no romance, ao lado da adaga, da roca e da tesoura. Estes registros da memória coletiva passam de geração para geração e evidenciam o tempo cíclico, transmitindo a ideia de algo que se repete infinitamente, como o vento que traz a lembrança da morte. A referência constante ao jornal, como acessório que passa de mão em mão, assumindo às vezes a força

representativa de um personagem, indica a necessidade do grupo social de se sentir parte de uma realidade histórica, interagindo nela a partir das mensagens publicadas.

Neste mesmo sentido, percebe-se que a imprensa também tem uma função de ligação entre Santa Fé e o resto do mundo, estabelecendo uma espécie de diálogo entre a vila (campo) e a cidade. Os jornais e revistas consultados pelos personagens os aproximam de ambientes distantes, envolvendo-os nos mesmos dramas que afetam as pessoas que estão próximas aos acontecimentos. Dentro de um estilo bem peculiar do escritor, qual seja a multifocalização e o contraponto, os personagens reagem de diferentes maneiras e desta forma delinea-se, aos poucos, o seu temperamento mais característico.

Essa valorização das fontes primárias como faz Erico Verissimo não se manifesta, porém, sem uma parcela de tensão. É constante a preocupação do escritor em acrescentar tópicos da “vida real” no quadro histórico da ficção, mas sempre cuidando para que esta não fique prejudicada. O equilíbrio entre fato verídico e ação romanesca é conquistado, aparentemente, de uma forma natural, tendo em vista que os eventos pinçados da imprensa nunca se sobrepõem ao destino traçado para os personagens. Aqueles são necessários para a existência destes, de tal maneira que o fato jornalístico legitima a ficção, acentuando a verossimilhança dos eventos narrados e causando um efeito de verdade para o leitor.

Por certo o recurso persistente da fonte jornalística tem implicações diretas na estética da trilogia de **O tempo e o vento**. Tratando-se de um romance carregado de intenções revisionistas da História, cujo eixo central consiste na própria sequência de acontecimentos históricos, a transplantação de fragmentos de revistas e jornais carrega consigo um conjunto de significações discursivas que deixam marcas profundas na narrativa. Não importa se estas marcas permanecem fiéis à “verdade” da imprensa ou se são vestidas de novos sentidos pelos personagens através de constantes variações de perspectivas. O fato é que o conteúdo de um editorial, uma reportagem ou um anúncio está carregado de sentidos históricos daquele momento especial. Esse fragmento da História passa, por sua vez, por um processo de escolha e seleção para ser retrabalhado pelo escritor na ficção. É a ética da imprensa e a ética do escritor transformando-se na ética do romance.

Mas não somente a ética da ficção reflete a seu modo as evidências do recurso jornalístico. O estilo da narrativa também tem muito a ver com os processos de produção que caracterizam jornais, revistas e almanaques. Outras leituras críticas já apontaram a existência de uma similaridade funcional entre o romance de Erico Verissimo e os almanaques por conta da presença de informações fragmentadas do tipo ocultista ou enciclopédico, que estão identificadas com a sabedoria popular e tem um objetivo de divertir e educar.

Existem, porém, outros elementos que são, talvez, mais determinantes para essa aproximação. Um deles são os estratos de não ficção, mais precisamente as notícias de grandes eventos e de eventos aparentemente sem importância histórica, mas interessantes justamente pelo seu caráter de extraordinário. A sistematização destes acontecimentos nos almanaques, nas revistas e mesmo nos jornais, montados a partir de assuntos variados que são selecionados pelo editor, lembra muito o estilo narrativo de **O tempo e o vento**, que também segue um modelo de “colagem” de notas e informações.

Outro exemplo vem da forma não cronológica do fluxo narrativo do romance. Episódios fechados em si, e que podem ser lidos de forma independente do conjunto da obra, preservam características com a estrutura básica de montagem dos almanaques e até mesmo dos jornais, se consideramos a divisão por temas e assuntos (cadernos de literatura, economia, política, etc...). Nos almanaques de cidade essa evidência fica mais clara, já que eles têm por característica comum a estrutura fragmentada, disposta de tal maneira que permite a leitura de forma saltada e sem ordem pré-estabelecida, algo semelhante ao que ocorre na trilogia. Reunidos, todos estes sinais que evidenciam as conexões entre o fazer jornalístico e a narrativa ficcional colaboram para definir a estética do romance. Uma estética que se realiza no emprego da fonte primária para tornar legítimo o discurso da representação literária.

Salvo engano nosso, Erico Verissimo é um dos primeiros escritores da literatura brasileira a usar de forma sistemática o conteúdo da imprensa periódica como apoio para a criação ficcional. Alguns escritores do início do século XX limitaram-se a denunciar alegoricamente o vazio de sentidos das redações e da boemia dos cafés frequentados por jornalistas sem dinheiro. Exceto uma ou outra referência ao jornal em esporádicas obras, além de sua utilização como documento histórico por Euclides da Cunha, Erico Verissimo parece ser um dos pioneiros na técnica de fortalecer a verossimilhança da ficção a partir de recortes de jornais e revistas. Depois dele, principalmente após o Golpe Militar de 1964, outros escritores passaram a utilizar este recurso, ainda assim com propósitos distintos.

Isso indica, a despeito do que não chegou a ser levado em conta nesta pesquisa, que a singularidade do romance **O tempo e o vento** como resultado estético-literário surge de uma reunião harmoniosa de técnicas, diferentes focos narrativos, variações de perspectiva e recorrência a diversas fontes, entre as quais destaca-se a matéria-prima fornecida pela imprensa periódica. São os registros desta imprensa que formam o pilar de sustentação do eixo histórico do romance e ajudam a garantir um lugar definitivo a **O tempo e o vento**, objeto quase inesgotável de pesquisa e que, esperamos, possa abrir-se a novos estudos a partir das nossas conclusões.

REFERÊNCIAS

OBRAS DE ERICO VERISSIMO

VERISSIMO, Erico. **A liberdade de escrever**: entrevistas sobre literatura e política. Apresentação de Luis Fernando Verissimo; organização de Maria da Glória Bordini. São Paulo: Editora Globo, 1999.

_____. Breve crônica duma editora de província. In: GONÇALVES, Robson Ferreira (Org.). **O tempo e o vento**: 50 anos. Santa Maria, RS: UFSM; Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 287-313.

_____. **Caminhos cruzados**. 31. ed. São Paulo: Editora Globo, 1995b.

_____. **Incidente em Antares**. 49. ed. São Paulo: Editora Globo, 1997b.

_____. O *Correio do Povo* e eu. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 1 out. 1975. Caderno Especial 80 anos de Correio do Povo. p. 2.

_____. O escritor diante do espelho: uma autobiografia compacta. In: _____. **Ficção completa**. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, 1967. v. 3. p. 13-174.

_____. **O resto é silêncio**. 20. ed. São Paulo: Editora Globo, 1994.

_____. **O senhor embaixador**. 21. ed. São Paulo: Editora Globo, 1997a.

_____. **O tempo e o vento I - O continente**. Porto Alegre: Editora Globo, 1956a. v. 1.

_____. **O tempo e o vento I - O continente**. Porto Alegre: Editora Globo, 1956b. v. 2.

_____. **O tempo e o vento II - O retrato**. Porto Alegre: Editora Globo, 1956c. v. 1.

_____. **O tempo e o vento II - O retrato**. Porto Alegre: Editora Globo, 1956d. v. 2.

_____. **O tempo e o vento III - O arquipélago**. Porto Alegre: Editora Globo, 1963a. v. 1.

_____. **O tempo e o vento III - O arquipélago**. Porto Alegre: Editora Globo, 1963b. v. 2.

_____. **O tempo e o vento III - O arquipélago**. Porto Alegre: Editora Globo, 1963c. v. 3.

_____. **Solo de clarineta**. 20. ed. São Paulo: Editora Globo, 1995a. v. 1.

SOBRE ERICO VERISSIMO

AGUIAR, Flávio. O Sobrado, a fonte e o poço. In: _____. PESAVENTO, Sandra Jatahy; LEENHARDT, Jacques; LEITE, Ligia Chiappini M.; **Erico Verissimo: o romance da história**. São Paulo: Nova Alexandria, 2001. p. 207-224.

ALVES, Márcio Miranda. **O jornalismo em “O tempo e o vento”**: fonte histórica e discurso ideológico na República Velha. 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2007.

_____. Notícias do campo e da cidade: a fonte jornalística em *O Retrato* e *O Arquipélago*. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n. 39, p. 20-36, 2009.

_____. Da variação do idêntico: uma releitura de Erico Verissimo. **Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 105-110, nov. 1996.

BORDINI, Maria da Glória. **Criação literária em Erico Verissimo**. Porto Alegre: L&PM; EDIPUCRS, 1995.

_____. (Org.) **Caderno de pauta simples**: Erico Verissimo e a crítica literária. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2005.

_____. (Org.) **Erico Verissimo: o escritor no tempo**. Homenagem aos 85 anos de nascimento. Porto Alegre: Sulina; Secretaria Municipal de Cultura; Acervo Literário Erico Verissimo; CPL/PUCRS, 1990.

_____. Um burguês na coxilha: o paradoxo de *O Retrato*. In: _____. ZILBERMAN, Regina. **O tempo e o vento: história, invenção e metamorfose**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004a. p. 103-119.

_____. O questionamento político em *O Arquipélago*. In: _____. ZILBERMAN, Regina. **O tempo e o vento: história, invenção e metamorfose**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004b. p. 121-139.

_____. O Continente: um romance de formação? Pós-colonialismo e identidade política. In: _____. ZILBERMAN, Regina. **O tempo e o vento: história, invenção e metamorfose**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004c. p. 65-86.

CAMPOS, Maria do Carmo. Narratividade e ficção em *O Arquipélago*. **Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 39-47, nov. 1996.

CANDIDO, Antonio. Erico Verissimo de trinta a setenta. In: CHAVES, Flávio Loureiro (Org.). **O contador de histórias: 40 anos de vida literária de Erico Verissimo**. Porto Alegre: Globo, 1972. p. 40-51.

CHAVES, Flávio Loureiro. **Erico Verissimo: realismo e sociedade**. Porto Alegre: Editora Globo, 1976.

_____. (Org.) **O contador de histórias: 40 anos de vida literária de Erico Verissimo**. Porto Alegre: Globo, 1972.

_____. O narrador como testemunha da história. In: GONÇALVES, Robson Pereira (Org.). **O tempo e o vento: 50 anos**. Santa Maria, RS: UFSM; Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 69-73.

_____. O narrador como testemunha da história. In: BORDINI, Maria da Glória. (Org.) **Caderno de pauta simples: Erico Verissimo e a crítica literária**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2005. p. 227-241.

_____. Erico Verissimo: narrador e personagem. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 20 dez. 1975. Caderno de Sábado, p. 11.

CHIAPPINI, Ligia. O continente, a estância e os escravos. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LEENHARDT, Jacques; LEITE, Ligia Chiappini M.; AGUIAR, Flávio. **Erico Verissimo: o romance da história**. São Paulo: Nova Alexandria, 2001a. p. 52-85.

_____. Campo e cidade no retrato. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LEENHARDT, Jacques; LEITE, Ligia Chiappini M.; AGUIAR, Flávio. **Erico Verissimo: o romance da história**. São Paulo: Nova Alexandria, 2001b. p. 103-121.

DACANAL, José Hildebrando. O tempo e o vento: o auto-elogio da oligarquia gaúcha. In: _____. **O romance de 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 48-54.

DAVID-PEYRE, Yvonne. Erico Verissimo, lecteur de Flaubert. **Cahier du Monde Hispanique et Luso-Brésilien – Caravelle**, Toulouse, Université de Toulouse, n. 29, p. 97-121, 1977.

FONSECA, Orlando. O retrato e a identidade. In: GONÇALVES, Robson Pereira (Org.). **O tempo e o vento: 50 anos**. Santa Maria, RS: UFSM; Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 117-146.

FRESNOT, Daniel. **O pensamento político de Erico Verissimo**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1997.

GERTZ, René E. O ciclo de Vargas segundo Verissimo. **Zero Hora**, Porto Alegre, 18 set. 1999. Cultura/Especial, p. 8-9.

GHISOLFI, Alda Maria do Couto. A palavra de Erico Verissimo e a trajetória do mito do gaúcho heróico na literatura rio-grandense. **Revista Travessia**, Florianópolis, v. 5, n. 11, p. 71-85, jul./dez. 1985.

GONÇALVES, Robson Ferreira (Org.). **O tempo e o vento: 50 anos**. Santa Maria, RS: UFSM; Bauru, SP: EDUSC, 2000.

HOHLFELDT, Antonio. **Erico Verissimo**. Porto Alegre: Tchê! Comunicações, 1984.

_____. Erico Verissimo, permanente jornalista militante (1905-1975). **Comunicação e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 43, p. 157-190, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O tempo e o vento. In: _____. **O espírito e a letra: estudos de crítica literária, 1948-1959**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 2. p. 228-232.

LAJOLO, Marisa. Uma trajetória rara na tradição cultural brasileira. In: BORDINI, Maria da Glória (Org.) **Caderno de pauta simples: Erico Verissimo e a crítica literária**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2005. p. 129-142.

MARTINS, Wilson. Erico Verissimo em ciclos. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 13 jan. 1968. Caderno de Sábado, p. 5.

MOREIRA, Maria Eunice. O cotidiano em *O Continente* e *O Retrato*. **Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS**. Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 92-99, nov. 1996.

MORO, Eoná. **História e literatura em *O continente* de Erico Verissimo**. 2001. 188 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A memória da terra: missão feminina. In: _____; LEENHARDT, Jacques; LEITE, Ligia Chiappini M.; AGUIAR, Flávio. **Erico Verissimo: o romance da história**. São Paulo: Nova Alexandria, 2001a. p. 185-197.

_____. A temporalidade da perda. In: _____; LEENHARDT, Jacques; LEITE, Ligia Chiappini M.; AGUIAR, Flávio. **Erico Verissimo: o romance da história**. São Paulo: Nova Alexandria, 2001b. p. 89-102.

_____. Encontros e desencontros da ficção com a história. **Zero Hora**, Porto Alegre, 30 abr. 2005. Caderno de Cultura, p. 2-3.

REVERBEL, Carlos. Erico Verissimo e o jornalismo. In: BORDINI, Maria da Glória. **Erico Verissimo: o escritor no tempo**. Homenagem aos 85 anos de nascimento. Porto Alegre: Sulina; Secretaria Municipal de Cultura; Acervo Literário Erico Verissimo; CPL/PUCRS, 1990. p. 23-25.

ROCHE, Jean. O tempo e o vento, obra-prima de Erico Verissimo. In: VERISSIMO, Erico. **Ficção completa**. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, 1967. v. 5. p. 721-748.

RÓNAI, Paulo. O tempo e o vento. In: _____. **Encontros com o Brasil**. Rio de Janeiro: MEC-Instituto Nacional do Livro, 1958. p. 111-117.

SANTOS, Pedro Brum. O tempo e o vento como romance histórico. In: GONÇALVES, Robson Ferreira (Org.). **O tempo e o vento: 50 anos**. Santa Maria, RS: UFSM; Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 105-114.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. Almanaque Municipal da cidade de Santa Fé para o ano de 1899. In: GONÇALVES, Robson Ferreira (Org.). **O tempo e o vento: 50 anos**. Santa Maria, RS: UFSM; Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 261-284.

VERISSIMO, Luis Fernando. Erico Verissimo, um escritor de vanguarda? In: GONÇALVES, Robson Pereira (Org.). **O tempo e o vento: 50 anos**. Santa Maria, RS: UFSM; Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 21-23.

WEINHARDT, Marilene. O tempo e o vento: um diálogo entre ficção e história. In: GONÇALVES, Robson Ferreira (Org.). **O tempo e o vento: 50 anos**. Santa Maria, RS: UFSM; Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 97-103.

YOUNG, Theodore Robert. **O questionamento da história em *O tempo e o vento* de Erico Verissimo**. Lajeado, RS: Fates, 1997.

ZILBERMAN, Regina. História, mito, literatura. In: BORDINI, Maria da Glória; _____. **O tempo e o vento: história, invenção e metamorfose**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004a. p. 21-48.

_____. Da memória para a história. In: BORDINI, Maria da Glória; _____. **O tempo e o vento: história, invenção e metamorfose**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004b. p. 159-191.

_____. Saga familiar e história política. In: GONÇALVES, Robson Pereira (Org.). **O tempo e o vento: 50 anos**. Santa Maria, RS: UFSM; Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 25-42.

_____. **Literatura gaúcha: temas e figurações da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

TEORIA, INTERPRETAÇÃO E BIOGRAFIAS

AMORIM, Maria Alice; NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes (Org.). **Leituras de almanaques**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.

ARRIGUCCI JR., Davi. Jornal, realismo, alegoria: o romance brasileiro recente. In: _____. **Achados e perdidos: ensaios de crítica**. São Paulo: Polis, 1979. p. 79-115.

AUERBACH, Erich. Na mansão de la Mole. In: _____. **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. 5. ed. Vários tradutores. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 405-441.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. Prefácio à introdução francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BASTOS, Alcmeno. **Introdução ao romance histórico**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221. (Obras Escolhidas, v. 1)

BOOTH, Wayne C. **A retórica da ficção**. Lisboa: Arcádia, 1980.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 42. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

_____. A escravidão entre dois liberalismos. In: _____. **Dialética da colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 194-245.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil**: 1900. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Academia Brasileira de Letras, 2004.

_____. **Românticos, pré-românticos, ultra-românticos**: vida literária e romantismo brasileiro. São Paulo: Polis; Brasília: INL, 1979. (Série Obras Reunidas de Brito Broca, v. 1.)

BUENO, Luís. **Uma história do romance de 30**. São Paulo: Editora da Universidade de São paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

BURKE, Peter. As fronteiras instáveis entre História e Ficção. In: AGUIAR, Flávio et al. **Gêneros de fronteira**: cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997. p. 107-115.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos 1750-1880. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

_____. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. **A educação pela noite**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 169-196.

_____. A personagem do romance. In: _____ et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 51-80.

_____. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: _____. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 10. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008. p. 117-145.

CARELLI, Mario. **Culturas cruzadas**: intercâmbios culturais entre França e Brasil. Tradução Nícia Adan Bonatti. Campinas: Papirus, 1994.

CESAR, Guilhermino. **História da literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)**. Porto Alegre: Editora Globo, 1971.

CHARTIER, Roger. O livro dos livros. In: PARK, Margareth Brandini. **Histórias e leituras de almanaques no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. p. 9-13.

CHIAPPINI, Ligia. **Regionalismo e Modernismo**: o “caso” gaúcho. São Paulo: Editora Ática, 1978.

COINDREAU, Maurice Edgar. **La farce est jouée: vingt-cinq ans de théâtre français (1900-1925)**. New York: Éditions de la Maison Française, 1942.

DUTRA, Eliana de Freitas. **Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ECO, Umberto. Retórica e ideologia em *Os mistérios de Paris* de Eugène Sue. In: _____. **Apocalípticos e integrados**. Tradução Pérola de Carvalho. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970. p. 181-206.

FARIA, João Roberto Gomes de. Présence théâtrale française à la belle époque brésilienne. In: MATTOSO, Katia de Queirós; MUZART, Idelette; ROLLAND, Denis (Orgs.). **Modèles politiques et culturels au Brésil: emprunts, adaptations, rejets XIX^e et XX^e siècles**. Paris: Presse de l'Université de Paris-Sorbonne, 2003. p. 215-222.

FERREIRA, Jerusa Pires. Almanaque. In: MEYER, Marlyse. **Do almanak aos almanaques**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 19-22.

GLEDSON, John. **Machado de Assis: ficção e história**. 2. ed. Tradução Sônia Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GRAMSCI, Antonio. Literatura popular. In: _____. **Literatura e vida nacional**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 103-138.

HERRIOT, Edouard. Edmond Rostand. In: _____. **Études françaises**. Genève: Éditions du Milieu du Monde, 1950. p. 210-215.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. Tradução Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo, 1985.

HOHLFELDT, Antonio. **Deus escreve direito por linhas tortas: o romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Nossa revolução. In: _____. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 169-188.

JAMESON, Frederic. O romance histórico ainda é possível? Tradução Hugo Mader. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 77, p. 185-203, mar. 2007.

KOSERITZ, Karl von. **Seleção de textos**. Organização de René Gertz. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

_____. **Imagens do Brasil**. Tradução, prefácio e notas de Afonso Arinos de Melo e Franco. São Paulo: Livraria Martins Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

LEENHARDT, Jacques. A construção da identidade pessoal e social através da história e da literatura. In: _____. PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p. 41-50.

LUKÁCS, Georg. **La novela historica**. Cidade do México: Ediciones Era, 1966.

MAGALHÃES Jr., Raimundo. **Ao redor de Machado de Assis**: pesquisas e interpretações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.

MARTINS, Maria Helena. **A agonia do heroísmo: contexto e trajetória de Antônio Chimango**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; L&PM, 1980.

MEYER, Augusto. **Prosa dos pagos**. São Paulo: Martins Editora, 1943.

_____. **Os pêssegos verdes**. Organização e introdução Tania Franco Carvalhal. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. (Org.). **Do almanak aos almanaques**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MIGUEL-PEREIRA, Lucia. **História da literatura brasileira**: Prosa de ficção (de 1870 a 1920). Direção de Álvaro Lins. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: o espírito do tempo. Tradução Maura Ribeiro Sardinha. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1967.

NUNES, Benedito. A visão romântica. In: GUINSBURG, J. (Org.). **O Romantismo**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 51-74.

OBERACKER Jr., Carlos H. **Carlos von Koseritz**. São Paulo: Anhambi, 1961.

OLINTO, Antonio. **A verdade da ficção**: crítica de romance. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1966.

PARK, Margareth Brandini. **Histórias e leituras de almanaques no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

PEIXOTO, Afrânio. **Castro Alves: o poeta e o poema**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1947.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Espaço, território e lugar: a casa, de um Brasil a outro (diálogos de Gilberto Freyre e Erico Verissimo). In: Seminário de história da cidade e do urbanismo, 9., São Paulo. **Anais do IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, São Paulo: USP, set. 2006. p. 1-14.

_____. Na contramão da vida: de onde a imprensa faz, da história, um folhetim. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). **Imprensa, história e literatura**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 211-230.

PICCHIO, Luciana Stegagno. **La letteratura brasiliana**. Firenze: Sansoni; Roma: Academia, 1972.

PORTO, José da Costa. **Pinheiro Machado e seu tempo**: tentativa de interpretação. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Raquel (Orgs.). **Toda crônica: Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v. 1.

RIBEIRO, José Alcides. **Imprensa e ficção no século XIX**: Edgar Allan Poe e a narrativa de Arthur Gordon Pym. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

_____. Ficção e imprensa no Brasil: os processos de criação de Machado de Assis, Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar. **Manuscrita**. São Paulo, v. 14, p. 101-115, 2006a.

_____. **Transdisciplinaridade**: literatura brasileira e jornalismo – Jornal do Commercio. Botucatu: Fernando Bilah, 2006b.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

RIO, João do. **O momento literário**. Organização de Rosa Gens. Rio de Janeiro: Edições do Departamento Nacional do Livro; Fundação Biblioteca Nacional, 1994.

SALES, Thiago de Oliveira. Sobre como os almanaques podem constranger a ciência e a filosofia. In: AMORIM, Maria Alice; NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes (Org.). **Leituras de almanaques**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011. p. 143-171.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: _____. **Que horas são?: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 29-48.

SERRA, Tania Rebelo Costa. **Antologia do romance-folhetim (1839-1870)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Ciro. **Pinheiro Machado**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

SILVA, João Pinto da. **História da literatura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1924.

SILVEIRA, Carmen Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos A. O Partenon Literário: imprensa e sociedade literária. In: ZILBERMANN, Regina et al. **O Partenon Literário**: prosa e poesia. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Instituto Cultural Português, 1980. p. 11-24.

SUBERVILLE, Jean. **Le théâtre d'Edmond Rostand**: étude critique. Paris: Éditions et Libraire, 1919.

SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de letras**: literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Tal Brasil, qual romance?** Uma ideologia estética e sua história. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

TAVARES, Braulio. Os almanaques de Julio Cortázar. In: AMORIM, Maria Alice; NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes (Org.). **Leituras de almanaques**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011. p. 13-21.

TINHORÃO, José Ramos. **Os romances em folhetins no Brasil: 1830 à atualidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1994.

VERÍSSIMO, José. O teatro no Rio de Janeiro: carta para a Província 1901. In: _____. **O que é literatura? e outros escritos**. São Paulo: Landy Editora, 2001. p. 229-235.

WATT, Ian. **A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WEINHARDT, Marilene. **Ficção histórica e regionalismo: estudo sobre romances do Sul**. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

ZÉRAFFA, Michel. **Roman et société**. Paris: Presses Universitaires de France, 1971.

ZILBERMAN, Regina. O Partenon Literário: literatura e discurso político. In: _____ et al. **O Partenon Literário: prosa e poesia**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Instituto Cultural Português, 1980. p. 25-42.

HISTÓRIA

ALMEIDA, Carina Santos de. O debate historiográfico entre Moysés Vellinho e Manoelito de Ornellas. **Spartacus**, Revista eletrônica dos discentes de História, Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, Santa Cruz do Sul, jan. 2007. Disponível em:
<http://www.unisc.br/site/spartacus/edicoes/012007/almeida_carina_santos.pdf>
Acesso em: 15 nov. 2012.

ALVES, Débora Bendocchi. A imagem do Brasil para os emigrantes alemães através do *Illustrierte Zeitung* de Leipzig: 1844-1869. In: ZEUSKE, Michael; SCHMIEDER, Ulrike. **Regiones europeas y Latinoamerica** (siglos XVIII y XIX). Actas del Simposio Internacional Regiones Europeas y Latinoamerica (siglos XVIII y XIX), del 16 al 17 de diciembre de 1995 en el Instituto de Historia Ibérica y Latinoamerica de la Universidad de Colonia-Madrid. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert, 1999. p. 257-268.

_____. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro - Turíngia (1852-1853). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 155-184, jul. 2003.

ANTONACCI, Maria Antonieta. A Revolução de 1923: as oposições na República Velha. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 229-253.

BAKOS, Margaret. **RS: escravidão e abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BERNARDI, Mansueto. **A Revolução de 1930 e temas políticos**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Livraria Sulina Editora, 1981. (Obras Completas, v. 5)

BLASCHKA-EICK, Simone. **In die neue Welt! Deutsche Auswanderer in drei Jahrhunderten**. Hamburgo: Rowohlt Verlag, 2010.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 34-59.

BORGES, Vera Lucia Bogéa. **Morte na República: os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915)**. Rio de Janeiro: IHGB; Livre Expressão, 2004.

BREITENBACH, Wilhelm. **Aus Süd-Brasilien: Erinnerungen und Aufzeichnungen**. Brackwede: Edição do Autor, 1913.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: _____ (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 327-348.

CEM anos de germanidade no Rio Grande do Sul: 1824-1924. Tradução Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999. Editado pelo Verband Deutscher Vereine, Porto Alegre: Typografia do Centro, 1924.

CALIXTO, Marcelo Lima. Literatura e Guerra Civil de 1893. In: ALVES, Francisco das Neves; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre (Orgs.). **História e literatura no Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001. p. 21-50.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARNEIRO, Glauco. **História das revoluções brasileiras: da revolução da República à Coluna Prestes (1889/1927)**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965. v. 1.

CARONE, Edgar. **A República Velha I: instituições e classes sociais**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1975.

_____. **A República Velha II: evolução política**. São Paulo: Difel, 1971.

_____. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CARVALHO, Herbert. A MPB canta e conta nossa história. **Revista Problemas Brasileiros**, São Paulo, Sesc São Paulo, n. 385, jan./fev. 2008. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=297&Artigo_ID=4668&IDCategoria=5310&reftype=1>. Acesso em: 20 set. 2011.

CESAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 7-28.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; MEC, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.

DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

DANTAS, San Tiago. **Dois momentos de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.

DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil: 1850**. Introdução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Martins Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

EDELWEISS, Frederico G. **O assassinato do general Pinheiro Machado**. Rio de Janeiro: J. Ribeiro dos Santos, 1917.

ESCOBAR, Wenceslau. **Apontamentos para a história da Revolução Rio-grandense de 1893**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983.

EXPILLY, Charles. **La traite l'émigration et le colonisation au Brésil**. Paris: Guillaumin et Cie. Libraires, 1865.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30: historiografia e história**. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **História do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. Imprensa, revolução e discurso: a construção de categorias. In: RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva Otero. **A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 1995. p. 179-185.

FERREIRA FILHO, Arthur. **A Revolução de 23**. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1973.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 13-46. (O Brasil Republicano, v. 3)

FLORES, Hilda Agnes Hübner. **História da imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2004.

FONSECA FILHO, Hermes. **Pinheiro Machado: uma individualidade e uma época**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1936.

FONTOURA, João Neves da. **Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo**. Porto Alegre: Editora Globo, 1958. v. 1.

FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil – 1808-1824-1974**. Tradução Guido F. J. Pabst. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: Editora Globo, 1967.

_____. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: **Separata de Fundamentos da Cultura Rio-grandense**. 5ª série. Porto Alegre: Gráfica da U.R.G.S, 1962. p. 193-216.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. v. 2.

_____. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. 3 ed. José Olympio Editora, 1961.

GANS, Magda Roswita. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; ANPUH/RS, 2004.

GERTZ, René E. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

_____. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005.

GOMES, Angela Maria de Castro et al. **O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)**. Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 3, v. 10)

GOYCOCHÊA, Castilhos. **O gaúcho na vida política brasileira**. Porto Alegre: Globo, 1935.

GRÜTZMANN, Imgart. Intelectuais de fala alemã no Brasil do século XIX: o caso Karl von Koseritz (1830-1890). **Revista de História da Unisinos**, São Leopoldo, v. 11, n. 1, p. 123-133, jan./abr. 2007.

JOFFILY, José. **Anayde Beiriz: paixão e morte na Revolução de 30**. Rio de Janeiro: CBAG Editora, 1980.

KELLENBENZ, Hermann; SCHNEIDER, Jürgen. A imagem do Brasil na Alemanha do século XIX: impressões e estereótipos – da independência ao fim da monarquia. **Estudios Latinoamericanos** 6, Cracóvia, v. 2, p. 71-101, 1980. Disponível em: <www.ikl.Org.pl/estudios/>. Acesso em: 14 fev. 2011.

LAYTANO, Dante de. **O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937. Tese apresentada ao 2. Congresso Afro-brasileiro da Bahia. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Ano XVII. 1. Trimestre, 1937.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LOVE, Joseph. **O Regionalismo Gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

LUEBKE, Frederick C. **Germans in Brazil: a comparative history of cultural conflict during World War I**. Baton Rouge: Louisiana University Press, 1987.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz Editora, 2001. v. 3. 1855-1877.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

MÜLLER, Telmo Lauro. Negros de fala alemã. In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. **Nós, os teuto-gaúchos**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996. p. 238-239.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. Tradução Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OBERACKER Jr., Carlos H. **A contribuição teuta à formação da nação brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1985. v. 2.

OLIVEIRA, Maria Coleta. Os almanaques de São Paulo como fonte para pesquisa. In: MEYER, Marlyse. **Do almanak aos almanaques**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

OLIVEIRA, Ryan de Sousa. **Colonização alemã e poder: a cidadania brasileira em construção e discussão (Rio Grande do Sul, 1863-1889)**. 2008. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Brasília (UnB), Brasília, 2008.

PELLANDA, Ernesto. **A colonização germânica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Historiografia e ideologia. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 60-88.

_____. **A Revolução Farroupilha**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

_____. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 2: 1831-1870. p. 233-267.

PICCOLO, Helga I. L. A política rio-grandense no Império. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 93-117.

PRADO JÚNIOR, Caio. Imigração e colonização. In: _____. **História econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 183-191.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 89-120.

REVERBEL, Carlos. **Maragatos e Pica-paus: guerra civil e degola no Rio Grande**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. v. 2.

SCHMIEDER, Ulrike. Das Bild Lateinamerikas in der preußischen und deutschen Publizistik vom Ende des 18. bis zur Mitte des 19. Jahrhunderts. In: CARRERAS, Sandra; MAIHOLD, Günther (Hrsg.). **Preußen und Lateinamerika: im Spannungsfeld von Kommerz, Macht und Kultur**. Lit Verlag: Münster, 2004. p. 59-91.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 273-313.

_____. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura (FCC), 1992.

SILVA, Helio. **Entre paz e guerra: 1915-1919**. São Paulo: Editora Três, 1975. (História da República Brasileira, v. 4)

_____. **Hermes da Fonseca: um marechal na presidência.** São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983. v. 8: Os presidentes.

_____. **1930: A revolução traída.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. v. 3: O ciclo de Vargas.

SOSA, Derocina Alves Campo. **História política do Brasil (1930-1946) sob a ótica da imprensa gaúcha.** 2005. 203 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2005.

SUDHAUS, Fritz. **Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert.** Hamburg: Hans Christians Verlag, 1940.

TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). **RS: economia e política.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 119-191.

_____ et al. **Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no Rio Grande do Sul (1928-1937).** Porto Alegre: L&PM, 1980.

VARELA, Alfredo. **Revoluções Cisplatinas: a República Riograndense.** Porto: Chardron, 1915. v. 2.

VELLOSO, Monica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; _____; GOMES, Ângela Maria Castro. **Estado Novo: ideologia e poder.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71-108.

ZUBARAN, Maria Angélica. Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). **Os alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade e história.** Canoas, RS: Editora da ULBRA, 1994. p. 65-74.

IMPrensa

ALBERT, P.; TERROU, F. **História da imprensa.** Tradução Edison Darci Heldt. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica.** 3 ed. São Paulo: IBRASA, 1972.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Rui. **A imprensa e o dever da verdade.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

BARRETO, Abeillard. **Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986.

BELLOMO, Harry Rodrigues. A revolução de 30: eclosão. In: FLORES, Hilda A Hübner (Org.). **Correio do Povo: 100 anos**. Porto Alegre: Círculo de Pesquisas Literárias; Nova Dimensão, 1995. p. 77-82.

CALDAS, Breno. **Meio século de Correio do Povo**: glória e agonia de um grande jornal. Porto Alegre: L&PM, 1987. Depoimento a José Antonio Pinheiro Machado.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto; Universidade de São Paulo, 1988.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. **Quatro publicações marcantes no jornalismo rio-grandense**. Nova Petrópolis: Editora Amstad, 19--.

DINES, Alberto. **O papel do jornal: uma releitura**. 5. ed. São Paulo: Summus, 1986.

DUARTE, Luiz Antônio Farias. **Imprensa e poder no Brasil: 1901-1915**. Estudo da construção da personagem Pinheiro Machado pelos jornais *Correio da Manhã* (RJ) e *A Federação* (RS). 2007. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FERREIRA, Athos Damasceno. **Imprensa caricata no Rio Grande do Sul no século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962.

FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Org.). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006. p. 385-399.

GALVANI, Walter. **Um século de poder**: os bastidores da Caldas Júnior. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GARAMBONE, Sidney. **A Primeira Guerra Mundial e a imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

GEHSE, Hans. **Die deutsche Presse in Brasilien von 1852 bis zur Gegenwart**: ein Beitrag zur Geschichte und zum Aufgabenkreis auslandsdeutschen Zeitungswesens. Münster: Aschendorfsche Verlagsbuchhandlung, 1931.

GERTZ, René E. Imprensa e imigração alemã. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo. **Imprensa e imigração**. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004. p. 100-122.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. **Do jornalismo político à indústria cultural**. São Paulo: Summus, 1987.

GRANDI, Celito de. **Diário de Notícias**: o romance de um jornal. Porto Alegre: L&PM, 2005.

GUTFREIND, Ieda. **Rio Grande do Sul (1889-1896): a Proclamação da República e a reação liberal através de sua imprensa**. 1979. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 1979.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **Ideologia e técnica da notícia**. 3. ed. Florianópolis: Insular; Editora da UFSC, 2001.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

LUSTOSA, Isabel. O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 287-312.

MACEDO, Francisco Riopardense. **Imprensa Farroupilha**. Porto Alegre: EDIPUCRS; IEL, 1994.

MELO, José Marques de. A imprensa como objeto de estudo científico no Brasil – contribuições de Gilberto Freyre e Luiz Beltrão. In: _____. **Estudos de jornalismo comparado**. São Paulo: Pioneira, 1972. p. 29-63.

_____. **História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto da pós-abolição. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006. p. 142-152.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1986.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempo de República, São Paulo (1890-1922)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2008.

MENEZES, Lená Medeiros de. Civilização x barbárie: mito de combate no discurso midiático sobre a Revolução (1917-1921). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006. p. 385-399.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX**. São Paulo: Olho d'Água; Fapesp, 2001.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil: a vida de Assis Chateaubriand**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MUSEU de Comunicação Social Hipólito José da Costa. **A Federação: um sonho republicano**. Porto Alegre: Corag, 2005.

PASCAL, Maria Aparecida Macedo. **A imprensa e a Guerra do Paraguai**. V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo, 31 maio a 2 jun., 2007. Disponível em: <www.intercom.Org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0048-1.pdf> Acesso em: 15 set. 2010.

RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo. **Imprensa e imigração**. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

RAMOS, Plínio de Abreu. A imprensa nacionalista no Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 61-139.

REVERBEL, Carlos. Tendências do jornalismo gaúcho. In: DAMASCENO, Athos et al. **Fundamentos da cultura Rio-Grandense**. Porto Alegre: UFRGS, 1957. p. 99-124.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. **Notas para a história da imprensa no Rio Grande do Sul (1828-1845)**. Rio Grande: Livraria Americana, 1899.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

_____. A Imprensa: fonte e agente da Revolução de 93. In: **Seminário fontes para a Revolução de 1893**. Bagé, 12 a 15 de nov. 1983. Anais. Bagé, 1990. p. 26-35.

_____. A Federação e o processo político-ideológico rio-grandense. **Comunicação e cultura**, Porto Alegre, Museu Hipólito José da Costa, n. 1, p. 12-21, 1984.

_____. Imprensa e esfera pública. In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. (Orgs.). **Nós, os teuto-gaúchos**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996. p. 131-137.

SCHMIEDER, Ulrike. **Lateinamerika in Periodika deutscher Regionen: Die Widerspiegelung der gesellschaftlichen Transformation Lateinamerikas in publizistischen Quellen 1760-1850**. Hamburg: Verlag Dr. Kovač, 1998.

SCHNEIDER, Edgar Luiz. Imprensa Sul-rio-grandense nos séculos XIX e XX. In: FERREIRA, Athos Damasceno. **Imprensa caricata no Rio Grande do Sul no século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962.

SOBRINHO, Barbosa Lima. O jornalismo no movimento abolicionista. In: _____. **O problema da imprensa**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 1997. p. 95-100.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VELLOSO, Monica Pimenta. Sensibilidades modernas: as revistas literárias e de humor no Rio da Primeira República. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). **Imprensa, história e literatura**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 211-230.

_____. Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006. p. 312-331.

ZANON, Maria Cecília. Fon-Fon! - um registro da vida mundana do Rio de Janeiro na Belle Époque. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 1, n. 2, p. 28-40, 2005.

PROSA E POESIA

ALENCAR, José de. **O gaúcho**. 3. ed. São Paulo : Ática, 1998.

ALVES, Castro. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2004.

AMADO, Jorge. **O país do carnaval**. 49. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A bolsa e a vida**. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. **Videiras de cristal**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

ASSIS, Machado de. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997. v. 1.

AZAMBUJA, Darcy. **Romance antigo**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940.

BARRETO, Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Ática, 2001.

_____. **Numa e a Ninfa**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

COSTA, Flávio Moreira. **Antologia do conto gaúcho**. Rio de Janeiro: Simões, 1969.

GUIMARÃES, Josué. **A ferro e fogo: tempo de solidão**. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1973.

LOBATO, Monteiro. **Serões de Dona Benta**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1960.

LOPES NETO, João Simões. **Lendas do Sul**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002.

MANN, Thomas. **Os Buddenbrook, decadência duma família**. Tradução Herbert Caro. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Cien años de soledad**. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

NETO, Coelho. **A conquista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

PEIXOTO, Afrânio. **A esfinge**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Editores, 1947.

RAMOS, Graciliano. **Angústia**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

RICHEBOURG, Émile. **A toutinegra do moinho**. São Paulo: Cia Brasil Editora, 1945.

ROSTAND, Edmond. **Chantecler**. Paris: Fasquelle Éditeurs, 1943.

_____. **Cyrano de Bergerac**. Manchecourt: Flammarion, 1989.

JORNAIS, REVISTAS E ALMANAQUES

A CHEGADA do dr. Flores da Cunha. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 3, 23 dez. 1924.

A PEDIDO. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 10, 27 nov. 1945a.

_____. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 3, 27 nov. 1945b.

_____. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 5, 2 dez. 1945c.

A PEDIDO da Liga Eleitoral Católica. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 1, 25 nov. 1945d.

A RENOVAÇÃO da Assembleia dos Representantes. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 5, 18 fev. 1925.

A SOMBRIA história de Yeddo Fiuza. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 3, 29 nov. 1945.

A SITUAÇÃO: declarações do Sr. José Américo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 14, 22 fev. 1945.

A SITUAÇÃO da praça. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 10 set. 1915.

A TRAGÉDIA de anteontem: o senador Ruy Barbosa envia pêsames. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, 10 set. 1915.

AS FORÇAS dos generais Honório Lemes e Zeca Neto. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 6, 16 dez. 1924.

ANDRÉ. O cometa Halley – a sua influência sobre a terra. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 1, 22 fev. 1910.

ANDREE, Carl. Seelenverkäuferei in Brasilien. **Deutsche Auswanderer-Zeitung**, Bremen, p. 382-83, 7 dez. 1857.

ANO novo! Ano bom! **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 2, 3 jan. 1915.

ANTES de pisar o solo carioca, o presidente Getúlio Vargas concedeu importante entrevista ao Diário da Noite. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, p. 1, 31 out. 1930.

AUSWANDERUNG nach Brasilien. **Deutsche Auswanderer-Zeitung**, Bremen, p. 391, 10 dez. 1852.

AZAMBUJA, Graciano A. de. **Anuário da Província do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, p. 3, 1885.

BARBOSA, Rui. Plataforma do candidato da Convenção de Agosto, lida, ontem, na Bahia. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1-3, 16 jan. 1910a.

_____. Despautérios de um candidato: O sr. Marechal Hermes e as suas plataformas. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 1, 18 jan. 1910b.

_____. Discurso proferido pelo senador Ruy Barbosa, em resposta ao orador que o saudou, por ocasião de sua visita, em 18 de dezembro findo, à Faculdade de Direito de S. Paulo. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 1, 20 jan. 1910c.

BASSET, Serge. Les études de “Chantecler”. **L'Illustration**, Paris, 26 fev. 1910.

BERLT, J. A. Die Kolonie Santa Cruz in der Provinz Rio Grande do Sul. **Allgemeine Auswanderungs-Zeitung**, Rudolstadt, p. 348-349, 28 jul. 1853.

BRASILIANISCHE Menschenjagd in Deutschland – Abwehr. **Allgemeine Auswanderungs-Zeitung**, Rudolstadt, p. 74-75, 30 abr. 1858.

BRIEFE über Brasilien IV. **Allgemeine Auswanderungs-Zeitung**, Rudolstadt, p. 33, 17 mar. 1856.

CASTILHOS, Júlio de. O governo e o abolicionismo. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 29 maio 1884a.

_____. Um apelo. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 6 ago. 1884b.

CHANTECLER devant la critique. **L'Illustration**, Paris, p. 183-185, 19 fev. 1910a.

CHANTECLER: roubo literário. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 1, 18 fev. 1910b.

CHEGOU ontem, ao Rio, entre consagradas homenagens do povo, o corpo do heroico Presidente João Pessoa. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 1, 8 ago. 1930.

COLLOR, Lindolfo. Pela ordem. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 7 jul. 1922a.

_____. A morte de um partido. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 26 set. 1922b.

_____. À margem do mesmo assunto. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 11 dez. 1922c.

COMBATE no município de Alegrete. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 1, 20 jun. 1923.

COMETA de Halley. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 1, 20 maio 1910.

COMETA Halley atíça fantasias no mundo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 16, 19 maio 2010.

DIE AUSWANDERUNG nach Brasilien. **Deutsche Auswanderer-Zeitung**, Bremen, p. 25, 14 fev. 1859.

DIE DEUTSCHE Kolonien in Brasilien IV. **Allgemeine Auswanderungs-Zeitung**, Rudolstadt, p. 33, 31 jan. 1856.

DIE DEUTSCHEN Ansiedlungen in der brasilianischen Provinz Rio Grande do Sul. **Deutsche Auswanderer-Zeitung**, Bremen, p. 114, 5 abr. 1853.

DIE SKLAVEN Frage in Brasilien. **Deutsche Auswanderer-Zeitung**, Bremen, p. 205, 25 jun. 1852.

DIE UNRUHEN in der Kolonie Vergueiro. **Deutsche Auswanderer-Zeitung**, Bremen, p. 138, 4 maio 1857.

DISPERSÃO de um grupo nas proximidades de São Gabriel. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 3, 27 nov. 1924.

EGO, Alter. As consequências econômicas da guerra. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 2, 3 jan. 1915.

ESTOUROU, ontem, às 17h12, o esperado movimento revolucionário nesta Capital. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 1, 4 out. 1930.

FAURE, Paul. Arnaga – La maison d'Edmond Rostand. **L'Illustration**, Paris, 5 fev. 1910.

FLAMMARION, Camille. La rencontre de la comète de Halley avec la Terre, le 18 mai. **L'Illustration**, Paris, p. 60, 22 jan. 1910a.

_____. Le journal de la comète. **L'Illustration**, Paris, p. 440-442, 14 maio 1910b.

KERST, Samuel. Offener Brief an die Redaktionen der deutschen Presse. **Deutsche Auswanderer-Zeitung**, Bremen, p. 21, 1 fev. 1858a.

_____. Brasilianische Menschenjagd in Deutschland. **Deutsche Auswanderer-Zeitung**, Bremen, p. 68, 26 abr. 1858b.

_____. Die Auswanderung nach Brasilien. **Deutsche Auswanderer-Zeitung**, Bremen, p. 25, 14 fev. 1859.

KOSERITZ, Carl von. Emigração. **Echo do Sul**, Rio Grande, p. 1-2, 12 ago. 1859.

_____. A colonização. **Echo do Sul**, Rio Grande, p. 2, 4 mar. 1861a.

_____. A instrução pública e sua influência sobre a vida das nações. **Echo do Sul**, Rio Grande, p. 1, 17 nov. 1861b.

_____. A pedido. **Echo do Sul**, Rio Grande, p. 2, 25 out. 1861c.

_____. Ao comunicante do Diário de ontem 24 do corrente. **Echo do Sul**, Rio Grande, p. 2, 25 out. 1861d.

_____. Sobre instrução. **Echo do Sul**, Rio Grande, p. 1-2, 5 fev. 1862a.

_____. Os jesuítas. **Echo do Sul**, Rio Grande, p. 1, 13 maio 1862b.

_____. Os jesuítas nas colônias alemãs. **Echo do Sul**, Rio Grande, p. 1-2, 5 jun. 1862c.

_____. A imprensa alemã e a colonização no Rio Grande. **Echo do Sul**, Rio Grande, p. 2, 20 set. 1862d.

_____. Die Provinz Rio Grande do Sul. 1. Einleitendes Wort. **Allgemeine Auswanderungs-Zeitung**, Rudolstadt, p. 2, 2 jan. 1863a.

_____. Die Provinz Rio Grande do Sul. 1. Einleitendes Wort. **Allgemeine Auswanderungs-Zeitung**, Rudolstadt, p. 6, 9 jan. 1863b.

_____. Die Provinz Rio Grande do Sul. 6. Handel, Fabrikwesen und Gewerbe. **Allgemeine Auswanderungs-Zeitung**, Rudolstadt, p. 18, 28 jan. 1864a.

_____. Die Provinz Rio Grande do Sul (Fortsetzung). **Allgemeine Auswanderungs-Zeitung**, Rudolstadt, p. 42, 10 mar. 1864b.

_____. Die Provinz Rio Grande do Sul. (Fortsetzung). **Allgemeine Auswanderungs-Zeitung**, Rudolstadt, p. 59, 7 abr. 1864c.

_____. Die Provinz Rio Grande do Sul. (Fortsetzung). **Allgemeine Auswanderungs-Zeitung**, Rudolstadt, p. 74, 5 maio 1864d.

_____. Die Provinz Rio Grande do Sul. (Fortsetzung). **Allgemeine Auswanderungs-Zeitung**, Rudolstadt, p. 123, 28 jul. 1864e.

_____. Die Provinz Rio Grande do Sul. (Schluss). **Allgemeine Auswanderungs-Zeitung**, Rudolstadt, p. 127, 4 ago. 1864f.

LAVEDAN, Henri. L'inondation: un épisode de l'oeuvre de la Croix-Rouge. **L'Illustration**, Paris, p. 89-105, 5 fev. 1910.

LAYTANO, Dante de. **Almanaque de Rio Pardo**, Porto Alegre, p. 2, 1946.

LES AMÉRICAINS et le canal de Panama. **L'Illustration**, Paris, p. 21-26, 8 jan. 1910.

LES THÉÂTRES et l'inondation. **L'Illustration**, Paris, p. 101, 5 fev. 1910.

L'EXPOSITION d'art français (de Berlin). **L'Illustration**, Paris, p. 106-7, 5 fev. 1910.

L'INDISCRÉTION du "Secolo" de Milan. **L'Illustration**, Paris, p. 18, 8 jan. 1910.

MARECHAL Hermes: a sua recepção. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 2, 23 fev. 1910.

MAYA, Alcides. França-América. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 1, 26 fev. 1915.

NÃO a quer o chefe do P.R.R.G. Não a quer o Presidente do Rio Grande do Sul. Não a quer o Partido Republicano Rio Grandense. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 1, 29 ago. 1930.

NOTÍCIAS dos primeiros movimentos de forças de oposição no interior do RS. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 1, 26 jan. 1923.

O ASSASSINATO do general Pinheiro Machado: O bilhete encontrado em poder do assassino. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 10 set. 1915.

O ASSASSÍNIO do General Pinheiro Machado: O criminoso narra à polícia o homicídio e os motivos que o levaram a praticá-lo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, 9 set. 1915.

O CHANTECLER: notas sobre o ensaio geral. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 1, 24 fev. 1910.

O COMETA – Continuamos vivos! **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 4, 19 maio 1910.

O CORPO do heroico e ilustre Presidente João Pessoa partiu a bordo do Rodrigues Alves, sendo alvo em Recife e Maceió de inúmeras manifestações de pesar. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 1, 3 ago. 1930.

O GENERAL Pinheiro Machado foi, ontem, assassinado no saguão do Hotel dos Estrangeiros. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 9 set. 1915.

O RIO Grande do Sul reconhece, com franqueza e lealdade, que o Dr. Júlio Prestes está eleito. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 1, 19 mar. 1930.

PARANDUM, Pancratius. Auszüge aus Briefen. **Allgemeine Auswanderungs-Zeitung**, Rudolstadt, p. 257, 2 jun. 1853.

PENAFIEL, Carlos. Punhal e cinzel. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 11 set. 1915.

PRESIDÊNCIA do Estado – Tomou posse, ontem, perante a Assembleia dos Representantes, o dr. Borges de Medeiros. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 3, 26 jan. 1923.

QUEREMISMO e expressões queremistas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 4, 27 jul. 1945.

RECHAÇADO ataque a Alegrete. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 6, 1 nov. 1924.

RENTA, Cabasino. O Estado-Maior Alemão: sua organização e funcionamento. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 12, 1 jan. 1915.

RESUMO do discurso fornecido pela Agência Americana. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 1, 28 ago. 1930.

ROSTAND, Edmond. Chantecler – Pièce en quatre actes, en vers. **L'Illustration**, Paris, p. 125-158, 12 fev. 1910.

SENADOR Pinheiro Machado: demonstrações de pesar pelo seu assassinato. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 9 set. 1915a.

_____. Pinheiro Machado: a manifestação do dia 17 do corrente – Provas de simpatia e solidariedade. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 30 jul. 1915b.

SUCESSOS do Rio. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 2, 27 nov. 1910.

SUR le plateau, avant une répétition de Chantecler. **L'Illustration**, Paris, p. 81-83, 29 jan. 1910.

TOTAIS registrados no País, até às 24 horas de ontem. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 14, 11 dez. 1945.

UM CONFRONTO. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 1, 1 ago. 1930.

UM FRACASSO a Convenção do Partido Social Democrático em São Paulo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 10, 6 jun. 1945.

UM TELEGRAMA do deputado Arthur Caetano. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 1, 26 jan. 1923.

VARGAS, Getúlio. À nação. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 5, 5 out. 1930.

ZUR Beurteilung der Frage, „ob in der Brasilian. Provinz Rio Grande do Sul Wilde vorhanden sind, welche den Deutschen Colonisten Gefahr bringen“. **Deutsche Auswanderer-Zeitung**, Bremen, p. 183, 27 maio 1853.

OBRAS DE APOIO

ADORNO, Theodor W. Posição do narrador no romance contemporâneo. In: _____. **Notas de literatura I**. Tradução e apresentação Jorge de Almeida. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012. p. 55-63.

_____. **Teoria da cultura de massa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. **Teoria da literatura**. 6. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

ALVES, Julia Falivene. **A invasão cultural norte-americana**. São Paulo: Editora Moderna, 1988.

AVERBUCK, Ligia (Org.). **Literatura em tempo de cultura de massa**. Rio de Janeiro: Nobel, 1984.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. São Paulo: Edusp; Hucitec, 1988.

BAKOS, Margaret (Org.). **Júlio de Castilhos**: positivismo, abolição e república. Porto Alegre: IEL; EDIPUCRS, 2006.

BARBOSA, Rui. **Obras completas**: discursos parlamentares, 1914. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973. v. 41, t. 2.

BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

_____. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do Capitalismo**. Tradução José Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras Escolhidas, v. 3)

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CARPENTIER, Alejo et al. **Historia e ficción en la narrativa hispanoamericana**. Caracas: Monte Ávila, 1984.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: PAULA, Eurípides Simões de (Org.). **Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. São Paulo: USP, v. 2, 1971. p. 225-39.

CARNEIRO, José Fernando. **Karl von Koseritz**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1959.

CARVALHAL, Tânia; COUTINHO, Eduardo. **Literatura comparada: textos fundadores**. São Paulo: Rocco, 1994.

CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio Wolf de (Orgs.). **Literatura e história na América Latina: seminário internacional**. São Paulo: Edusp, 1993.

COSSON, Rildo. **Fronteiras contaminadas: literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970**. Brasília: UnB, 2007.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. Tradução W. Dutra. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Marxismo e crítica literária**. Tradução Matheus Corrêa. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FERREIRA, Athos Damasceno. **Jornais críticos e humorísticos de Porto Alegre no Século XIX**. Porto Alegre: Editora do Globo, 1944.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **A Revolução Farroupilha (1835-1845)**: narrativa sintética das operações militares. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1938.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 15. ed. São Paulo: Global, 2004.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais**. Quarta expedição. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.

GENETTE, Gérard. **Discurso da narrativa**. Tradução Fernando Cabral Martins. 3. ed. Lisboa: Vega, 1995.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. Tradução Siene Maria Campos e Yolanda Stidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUDEC, Vladimir. **O que é jornalismo**. Lisboa: Editorial Caminho, 1980.

JAMESON, Fredric. **O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

LIMA, Luiz Costa. **Sociedade e discurso ficcional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. **História, ficção, literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LINN, James Weber; TAYLOR, Houghton Wells. **A foreword to fiction.** Nova York, 1935.

LUBBOCK, Percy. **A técnica de ficção.** São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1976.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance.** São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária:** introdução à problemática da literatura. 4. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1971.

NITRINI, Sandra Margarida. **Literatura comparada:** história, teoria e crítica. São Paulo: Edusp, 2000.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira:** cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Literatura comparada, intertexto e Antropofagia. In: _____. **Flores da escrivania: ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 91-99.

_____. **Vira e mexe, Nacionalismo:** paradoxos do nacionalismo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa.** Campinas: Papirus, 1994-1997. v. 1, 2 e 3.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Lindolfo Boeckel Collor:** o homem e sua obra. Proyecto Ensayo. Marzo de 2003. Produced by José Luis Gómez-Martínez. Disponível em: <http://www.ensayistas.org/filosofos/brasil/collor/introd.htm>. Acesso em: 14 ago. 2010.

RUBERT, Arlindo. **História da igreja no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. v. 1.

SANDRA, Carreras. **Auf dem Weg in eine neue Heimat:** Deutsche Auswanderung nach Argentinien, Brasilien und Chile: 1824-1914. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil.** Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

SOUZA, Cláudio Mello e. **Impressões do Brasil:** a imprensa brasileira através dos tempos. Rádio, jornal, TV. São Paulo: Práxis Artes Gráficas, 1986.

SPALDING, Walter. **A revolução farroupilha.** 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. (Col. Temas Brasileiros, v. 38)

VAZ, Artur Emilio Alarcon; PÓVOAS, Mauro Nicola (Orgs.). **Literatura, história e fontes primárias.** Curitiba: Editora CRV, 2013.

WEIL, Pierre. **El periódico.** México: UTEHA, 1962.

WILLIAMS, Raymond. **Culture and society**: 1780-1950. Harmondsworth: Penguin, Chatto & Windus, 1963.

_____. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ZILBERMAN, Regina et al. **As pedras e o arco**: fontes primárias, teoria e história da literatura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

APÊNDICE A – Relação dos episódios, principais eventos e títulos de jornais, revistas e almanaques citados no romance **O tempo e o vento**.

Episódio	Ano	Eventos históricos e familiares no romance	Jornais, revistas e almanaques citados
A teiniaguá	1853 a 1855	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Casamento de Bolívar Terra Cambará e Luzia Silva ▪ Epidemia de cólera ▪ Nascimento de Licurgo e morte de Bolívar 	Almanaque de Santa Fé
O sobrado VI	1895	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Revolução Federalista ▪ Últimas horas do cerco dos federalistas ao Sobrado ▪ Queima da coleção de jornais de Licurgo 	O Arauto O Democrata
Ismália Caré	1884	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fundação do Clube Republicano de Santa Fé ▪ Alforria dos escravos do Angico ▪ Elevação de Santa Fé à condição de município 	A Federação O Arauto O Democrata
Chantecler	1909 e 1910	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Eleição presidencial ▪ Embate entre Rui Barbosa e Hermes da Fonseca ▪ Fundação do jornal A Farpa ▪ Visita de Pinheiro Machado ao Sobrado ▪ Passagem do Cometa Halley 	A Farpa A Voz da Serra Correio da Manhã Correio do Povo L' Illustration Almanaque de Ayer O Malho Kosmos
A sombra do anjo	1915	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Primeira Guerra Mundial ▪ Protestos contra a candidatura de Hermes da Fonseca ao Senado ▪ Pinheiro Machado assassinado 	Correio do Povo Diário do Interior
O deputado	1922	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desfiliação de Rodrigo do Partido Republicano ▪ Reeleição de Borges de Medeiros ▪ Fundação do jornal O Libertador 	A Federação A Voz da Serra Última Hora O Libertador A Máscara Correio do Povo Almanaque de Ayer
Lenço encarnado	1923 e 1924	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Início da Revolução de 1923 ▪ Coluna Revolucionária de Licurgo Cambará ▪ Avanço da peste bubônica no Rio Grande do Sul 	A Federação Correio do Sul A Voz da Serra Correio do Povo

Um certo Major Toríbio	1924 a 1926	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Levante militar em São Paulo ▪ Coluna revolucionária de Luís Carlos Prestes ▪ O Movimento Modernista em Santa Fé ▪ Primeira viagem de um hidravião entre Porto Alegre e Rio Grande 	Correio do Sul A Voz da Serra Correio do Povo Cena Muda Saturday Evening Post Ladie's Home Journal L'Illustration
O cavalo e o obelisco	1930	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assassinato de João Pessoa ▪ Revolução de 1930 ▪ Getúlio Vargas no poder ▪ Partida da família Cambará para o Rio de Janeiro 	A Voz da Serra
Noite de Ano Bom	1937	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Guerra Civil Espanhola ▪ Integralistas em Santa Fé ▪ Golpe do Estado Novo ▪ Morte de Toríbio Cambará 	Correio do Povo Reader's Digest A Voz da Serra
Do diário de Sílvia	1941 a 1943	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Segunda Guerra Mundial ▪ Declaração de guerra do Brasil contra as potências do Eixo ▪ Ataque contra descendentes alemães em Santa Fé 	A Voz da Serra
Reunião de família I	1945 (nov.)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Momento pós-deposição de Getúlio Vargas ▪ Campanha para eleição presidencial ▪ Retorno da família Cambará a Santa Fé ▪ Enfermidade de Rodrigo Cambará 	Tico-Tico Eu sei tudo Cena muda Seleta em prosa e verso
Reunião de família IV	1945 (dez.)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Idem 	Correio do Povo
Reunião de família V	1945 (dez.)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apuração dos votos da eleição ▪ Eleição de Eurico Gaspar Dutra 	Correio do Povo Diário Carioca
Caderno de pauta simples	Várias épocas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reflexões de Floriano Cambará sobre sua família e o romance que pretende escrever 	San Francisco Chronicle
A encruzilhada	1945 (dez.)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Morte de Rodrigo Cambará 	National Geographic A Voz da Serra Fon-Fon Revista da semana

APÊNDICE B – Relação dos jornais, revistas e almanaques pesquisados

1 – Jornais (*A Federação e Correio do Povo*, Porto Alegre; *Correio do Manhã*, *A Noite*, *Diário da Noite* e *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro; *Echo do Sul*, Rio Grande; *Deutsche Auswanderer-Zeitung*, Bremen; *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, Rudolstadt; *O Estado de S. Paulo*, São Paulo)

DATA	JORNAL	TÍTULO	AUTOR	PÁGINA
25/06/1852	Deutsche Auswanderer-Zeitung	“Die Sklaven Frage in Brasilien”	-	205
10/12/1852	Idem	“Auswanderung nach Brasilien”	-	391
05/04/1853	Idem	“Die deutschen Ansiedlungen in der brasilianischen Provinz Rio Grande do Sul”	-	114
27/05/1853	Idem	“Zur Beurteilung der Frage, 'ob in der Brasilian. Provinz Rio Grande do Sul Wilde vorhanden sind, welche den Deutschen Colonisten Gefahr bringen”	-	183
02/06/1853	Allgemeine Auswanderungs-Zeitung	“Auszüge aus Briefen”	Pancratius Parandum	257
28/07/1853	Idem	“Die Kolonie Santa Cruz in der Provinz Rio Grande do Sul”	J. A. Berlt	348-349
31/01/1856	Idem	“Die Deutsche Kolonien in Brasilien IV”	-	33
17/03/1856	Idem	“Briefe über Brasilien IV”	-	85
04/05/1857	Deutsche Auswanderer-Zeitung	“Die Unruhen in der Kolonie Vergueiro”	-	138
07/12/1857	Idem	“Seelenverkäuferei in Brasilien”	Carl Andree	382-83
01/02/1858	Idem	“Offener Brief an die Redaktionen der deutschen Presse”	Samuel Kerst	21
26/04/1858	Idem	“Brasilianische Menschenjagd in Deutschland”	Idem	68
30/04/1858	Allgemeine Auswanderungs-Zeitung	“Brasilianische Menschenjagd in Deutschland – Abwehr”	-	74-75
14/02/1859	Deutsche Auswanderer-Zeitung	“Die Auswanderung nach Brasilien”	-	25
12/08/1859	Echo do Sul	“Emigração”	Carl von Koseritz	1-2
04/03/1861	Idem	“A colonização”	Idem	2
25/10/1861	Idem	“Ao comunicante do Diário de ontem	Idem	2

17/11/1861	Idem	24 do corrente” “A instrução pública e sua influência sobre a vida das nações”	Idem	1
05/02/1862	Idem	“Sobre instrução”	Idem	1-2
13/05/1862	Idem	“Os jesuítas”	Idem	1
05/06/1862	Idem	“Os jesuítas nas colônias alemãs”	Idem	1-2
20/09/1862	Idem	“A imprensa alemã e a colonização no Rio Grande”	Idem	2
02/01/1863	Allgemeine Auswanderungs-Zeitung	“Die Provinz Rio Grande do Sul. 1. Einleitendes Wort”	Idem	2
09/01/1863	Idem	Idem	Idem	6
28/01/1864	Idem	“Die Provinz Rio Grande do Sul. 6. Handel, Fabrikwesen und Gewerbe”	Idem	18
10/03/1864	Idem	“Die Provinz Rio Grande do Sul. (Fortsetzung)”	Idem	42
07/04/1864	Idem	Idem	Idem	59
05/05/1864	Idem	Idem	Idem	74
28/07/1864	Idem	Idem	Idem	123
04/08/1864	Idem	“Die Provinz Rio Grande do Sul. (Schluss)”	Idem	127
29/05/1884	A Federação	“O governo e o abolicionismo”	Júlio de Castilhos	1
06/08/1884	Idem	“Um apelo”	Idem	1
16/01/1910	Correio da Manhã	Ruy Barbosa – Plataforma do candidato da Convenção de Agosto, lida, ontem, na Bahia”	Ruy Barbosa	1-3
18/01/1910	Correio do Povo	“Despautérios de um candidato”	Idem	6
20/01/1910	Idem	“Discurso proferido pelo senador Ruy Barbosa”	Idem	3
18/02/1910	Idem	“Chantecler – Roubo literário”	-	1
22/02/1910	Idem	“O cometa Halley – a sua influência sobre a terra”	André	1
23/02/1910	Idem	“Marechal Hermes – A sua recepção”	-	2
24/02/1910	Idem	“O 'Chantecler' – Notas sobre o ensaio geral”	-	1
19/05/1910	Correio da Manhã	“O cometa – Continuamos vivos!”	-	4
20/05/1910	Correio do Povo	“Cometa Halley”	-	1
27/11/1910	Idem	“Sucessos do Rio”	-	6

01/01/1915	Idem	“O Estado-Maior Alemão: sua organização e funcionamento”	Cabasino Renda	1
03/01/1915	Idem	“As consequências econômicas da guerra”	Alter Ego	1
03/01/1915	Idem	“Fitas da semana”	Max Linder	2
26/02/1915	Idem	“França-América”	Alcides Maya	1
09/09/1915	Correio da Manhã	“O general Pinheiro Machado foi, ontem, assassinado no saguão do Hotel dos Estrangeiros”	-	1
09/09/1915	Idem	O assassinio do General Pinheiro Machado: O criminoso narra à polícia o homicídio e os motivos que o levaram a praticá-lo	-	3
09/09/1915	A Federação	“Senador Pinheiro Machado: Demonstrações de pesar pelo seu assassinato”	-	1
10/09/1915	Correio da Manhã	“O assassinato do general Pinheiro Machado: O bilhete encontrado em poder do assassino”	-	1
10/09/1915	Idem	“A tragédia de anteontem: o senador Ruy Barbosa envia pêsames”	-	3
10/09/1915	Gazeta de Notícias	“A situação da praça”	-	1
11/09/1915	A Federação	“Punhal e cinzel”	Carlos Penafiel	1
07/07/1922	Idem	“Pela ordem”	Lindolfo Collor	1
26/09/1922	Idem	“A morte de um partido”	Idem	1
11/12/1922	Idem	“À margem do mesmo assunto”	Idem	1
26/01/1923	Correio do Povo	“Notícias dos primeiros movimentos de forças de oposição no interior do RS”	-	1
20/06/1923	Idem	“Combate no município de Alegrete”	-	1
01/11/1924	Idem	“Rechaçado ataque a Alegrete”	-	6
27/11/1924	Idem	“Dispersão de um grupo nas proximidades de São Gabriel”	-	3
16/12/1924	Idem	“As forças dos generais Honório Lemes e Zeca Neto”	-	6
23/12/1924	Idem	“A chegada do dr. Flores da Cunha”	-	3
18/02/1925	Idem	“A renovação da Assembleia dos Representantes”	-	5

19/03/1930	A Noite	“O Rio Grande do Sul reconhece, com franqueza e lealdade, que o Dr. Júlio Prestes está eleito”	-	1
01/08/1930	Correio do Povo	“Um confronto”	-	1
03/08/1930	Idem	“O corpo do heroico e ilustra Presidente João Pessoa partiu a bordo do 'Rodrigues Alves', sendo alvo em Recife e Maceió de inúmeras manifestações de pesar”	-	1
08/08/1930	Idem	“Chegou, ontem, ao Rio, entre consagradas homenagens do povo, o corpo do heroico Presidente João Pessoa”	-	1
28/08/1930	Idem	“Resumo do discurso fornecido pela Agência Americana”	-	1
29/08/1930	Idem	“Não a quer o chefe do P.R.R.G. Não a quer o Presidente do Rio Grande do Sul. Não a quer o Partido Republicano Rio Grandense”	-	1
04/10/1930	Idem	“Estourou, ontem, às 17h12, o esperado movimento revolucionário nesta Capital”	-	1
05/10/1930	Idem	“À Nação”	Getúlio Vargas	5
31/10/1930	Diário da Noite	“Antes de pisar o solo carioca, o presidente Getúlio Vargas concedeu importante entrevista ao Diário da Noite”	-	1
22/02/1945	Correio da Manhã	“A situação – Declarações do Sr. José Américo”	-	14
06/06/1945	Idem	“Um fracasso a Convenção do Partido Social Democrático em São Paulo”	-	10
27/07/1945	Idem	“‘Queremismo’ e expressões’ quemistas”	-	4
25/11/1945	Correio do Povo	“A pedido da 'Liga Eleitoral Católica’”	-	3
27/11/1945	Idem	“A pedido”	-	4
29/11/1945	Idem	“A sombria história de Yeddo Fiuza”	-	30
02/12/1945	Idem	“A pedido”	-	5
11/12/1935	Idem	“Totais registrados no País, até às 24 horas de ontem”	-	12
19/05/2010	O Estado de S. Paulo	“Cometa Halley atíça fantasias no mundo”	-	16

2 – Revista (*L'Illustration*, Paris)

08/01/1910	L'Illustration	“Les américains et le canal de Panama”	-	21-26
08/01/1910	Idem	“L'indiscrétion du 'Secolo' de Milan”	-	18
22/01/1910	Idem	“La rencontre de la comète de Halley avec la Terre, le 18 mai”	Camille Flammarion	60
29/01/1910	Idem	“Sur le plateau, avant une répétition de 'Chantecler'”	-	81-83
05/02/1910	Idem	“Arnaga – La maison d'Edmond Rostand”	Paul Faure	-
05/02/1910	Idem	L'inondation – Un épisode de l'oeuvre de la Croix-Rouge”	Henri Lavedan	89-105
05/02/1910	Idem	“Les théâtres et l'inondation”	-	101
05/02/1910	Idem	“L'exposition d'art français (de Berlin)”	-	106-7
12/02/1910	Idem	“Chantecler – Pièce en quatre actes, en vers”	Edmond Rostand	125-158
19/02/1910	Idem	“‘Chantecler’ devant la critique”	-	183-185
26/02/1910	Idem	“Les études de 'Chantecler'”	Serge Basset	-
14/05/1910	Idem	“Le journal de la comète”	Camille Flammarion	440-442

3 – Almanaque (*Annuário da Província do Rio Grande do Sul e Almanaque de Rio Pardo, Porto Alegre*)

1885	Annuário da Província do Rio Grande do Sul	“Apresentação”	Graciano A. de Azambuja	3
1946	Almanaque de Rio Pardo	“Introdução”	Dante de Laytano	2